



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1768

Terça-feira - 23 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar .....	127	Penha.....	381
Anchieta.....	3	Grão Pará .....	130	Peritiba.....	382
Antônio Carlos .....	4	Guaraciaba .....	131	Pinheiro Preto .....	383
Arroio Trinta.....	5	Guaramirim.....	132	Pomerode.....	384
Atalanta.....	6	Herval d'Oeste .....	145	Ponte Serrada .....	387
Balneário Rincão .....	8	Ibiam .....	146	Porto Belo.....	388
Barra Velha.....	9	Ilhota .....	153	Pouso Redondo.....	391
Bela Vista do Toldo.....	10	Imarui .....	155	Rio dos Cedros.....	396
Benedito Novo .....	16	Imbituba .....	157	Rio do Sul.....	392
Biguaçu .....	17	Indaial .....	163	Salto Veloso.....	410
Blumenau .....	25	Ipumirim .....	170	Santa Rosa do Sul .....	411
Bom Jesus do Oeste .....	32	Irineópolis .....	171	Santa Terezinha do Progresso .....	412
Bom Retiro .....	34	Itá .....	173	Santiago do Sul.....	413
Braço do Trombudo.....	36	Itapiranga.....	176	São Bento do Sul.....	415
Brusque.....	37	Itapoá .....	177	São Carlos .....	445
Caçador.....	49	Ituporanga .....	189	São Domingos.....	446
Camboriú.....	54	Joaçaba .....	191	São João do Oeste .....	447
Campo Alegre .....	55	Lages .....	200	São Joaquim .....	449
Campo Erê.....	60	Laguna .....	202	São José.....	450
Campos Novos.....	62	Lauro Muller .....	203	São José do Cedro.....	462
Canoinhas.....	64	Lebon Regis.....	208	São Lourenço do Oeste.....	465
Capinzal .....	71	Leoberto Leal.....	209	São Miguel do Oeste.....	501
Caxambu do Sul.....	73	Macieira.....	210	São Pedro de Alcântara.....	502
Chapadão do Lageado .....	77	Mafra .....	211	Schroeder.....	503
Cocal do Sul.....	79	Maravilha.....	213	Siderópolis.....	506
Concórdia.....	85	Meleiro .....	248	Sul Brasil .....	507
Cordilheira Alta .....	87	Modelo .....	249	Timbó .....	508
Coronel Freitas.....	90	Morro da Fumaça .....	253	Três Barras .....	513
Coronel Martins.....	91	Navegantes.....	254	Tunápolis .....	514
Correia Pinto.....	92	Nova Trento .....	259	União do Oeste .....	519
Corupá .....	93	Orleans .....	262	Urussanga .....	520
Curitibanos .....	107	Ouro .....	267	Vargem Bonita .....	521
Dionísio Cerqueira .....	117	Ouro Verde .....	269	Videira.....	522
Forquilha.....	118	Palhoça .....	271	Xanxerê.....	529
Fraiburgo.....	123	Palmitos .....	297	Xavantina .....	539
Galvão.....	126	Passo de Torres.....	298	Xaxim.....	540

### Associações

AMMVI .....	541	AMUREL .....	542
-------------	-----	--------------	-----

### Consórcios

CIMCATARINA.....	545
CIS/AMFRI.....	545

# Água Doce

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 5/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 45/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO 5/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 45/2015, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 5/2015", destinado a contratação de empresa para organização, captação e motivação do comércio local para participarem da I EXPOÁGUA. Processo julgado em consonância com art. 25 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 23 de junho de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### Lei 2.151/2015 LEI Nº. 2.151/2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 5.400,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), em conformidade com o prescrito nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto/Atividade 10.304.0434.1.057 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Atividades da Vigilância Sanitária, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, que consiste em: 01 (um) computador completo, 01 (um) nobreak, 01 (uma) impressora e 01(um) estabilizador para desenvolver as atividades da vigilância sanitária de responsabilidade deste Ente Federado.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.304.0434.1.057 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
para as Atividades da Vigilância Sanitária  
(....)4.4.90.00.00.00.00.3237-Aplicações Diretas ..... R\$ 5.400,00  
Total ..... R\$ 5.400,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.304.0434.2.105 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE / SANITÁRIA  
(43)4.4.90.00.00.00.00.3237-Aplicações Diretas ..... R\$ 5.400,00  
Total ..... R\$ 5.400,00

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 11 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi  
publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 58º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO N 001/2014

58º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 23/06/2015 a 22/07/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 22 de junho de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR LICENCIATURA PLENA – 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
12º	MATILDE GOMES INACIO JUNKES	0375

### PROCESSO SELETIVO 002/2015 - HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2015

#### LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 002/2015.

#### AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

NOME	RG
Alencar Steffens	2010599815
Antônio Altamiro Miranda	1.050.375
Fernanda Aparecida Peppler Simones	4.304.642
João de Deus da Rocha	1.311.286
João Maria Chaves Neto	1.570.454
José Eduardo Rodrigues	4.895.880
Niliane Dias	2.501.195-2
Nilo Vanderlei Mauberger	1.645.878
Sebastião Pontes	1.336.873
Terezinha Weber	1.576.962
Valdeci José Guesser	3.555.949
Vilson Besen	419.081

Antônio Carlos, 22 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0014/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO MICRO ÔNIBUS USADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Valor máximo R\$ 126.200,00

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00m do dia 09/07/2015

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 09/07/2015

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22/06/2015

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015  
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 5/2015 Registro de Preços, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA TIPO COSTELA INTEIRA EM RIPA PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO AGRICULTOR E MOTORISTA. Julgamento: Menor Preço por Item. Abertura dia 07 de julho de 2015, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail [compras@atalanta.sc.gov.br](mailto:compras@atalanta.sc.gov.br) ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 22 de junho de 2015.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal de Atalanta-SC

### 03/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015  
REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 3/2015 - Registro de Preços, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 06 de Julho de 2015 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101 ou [compras@atalanta.sc.gov.br](mailto:compras@atalanta.sc.gov.br).

Atalanta, 19 de junho de 2015.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal Atalanta-SC

### LEI Nº 1430/2015

LEI Nº 1430/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.50.00.00.00.00.00.0080; no Programa 0070 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no

montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.243.0070.2.044 - Acolhimento Institucional para Crianças/Adolescentes  
3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Transferências a Consórcios Públicos  
..... R\$ 20.000,00

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 3.3.50.00.00.00.00.00.0080; no Programa 0070 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 07.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
Função: 08 - Assistência Social  
Sub-Função: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 0070 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  
Projeto Atividade 2.044 - Acolhimento Institucional para Crianças/Adolescentes  
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... 20.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2015.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 19 de junho de 2015.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1428/2015**

LEI Nº 1428/2015

"Autoriza Subvenção Social para a Associação de Pais e Professores (APP), da Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla de Atalanta e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), para a Associação de Pais e Professores (APP), da Escola de Educação Básica Doutor Frederico Rolla, inscrita no CNPJ sob nº 83.548.487/0001-79, entidade sem fins lucrativos, com sede neste Município.

Art. 2º - A concessão de Subvenção Social de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizada para pagamento das despesas de custeio, manutenção e prestação de serviços da Entidade.

Art. 3º - A despesa decorrente da presente Lei correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.50.00.00.00.00.0113 – Transferências a Inst. Priv. sem Fins Lucr ..... R\$ 1.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 19 de junho de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1429/2015**

LEI Nº 1429/2015

"Autoriza Subvenção Social para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia, inscrita no CNPJ sob nº 83.783.712/0001-51; entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Agrolândia com atendimento abrangendo o município de Atalanta - SC.

Art. 2º - A concessão de Subvenção Social de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizada para pagamento das despesas de custeio, manutenção e prestação de serviços da Entidade.

Art. 3º - A despesa decorrente da presente Lei correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.367.0049.2.023 – Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais

3.3.50.00.00.00.00.0113 – Transferências a Inst. Priv. sem Fins Lucr....R\$ 10.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 19 de junho de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

### REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 004/SAMAE/2015

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 004/SAMAE/2015.

O Samae de Balneário Rincão, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que revogou o certame nº 004/SAMAE/2015 que tinha por objeto a contratação de objeto a contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação do Samae de Balneário Rincão.

O ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9ª Edição. São Paulo. 2002 p. 438) tece o seguinte comentário sobre revogação:

"A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (....) Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente".

Tal procedimento tornou-se necessário devido aos diversos recursos interpostos apresentados pelas licitantes o que vem procrastinando os andamentos do procedimento licitatório.

Nesse toar, o presente certame não vem atingindo os objetivos desta autarquia, não atingindo o interesse público.

Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de bem como a Súmula 473 do STF em que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade, decide-se pela REVOGAÇÃO da Tomada de Preço nº 004/SAMAE/2015, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

ANTONIO CARLOS GHISI

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



# Barra Velha

## PREFEITURA

**ATA 001 PP 036/2015 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015  
Contratada: KIFERRO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA  
Objeto: aquisição de material para uso no sistema viário do Município de Barra Velha.  
Valor do Contrato: 21.395,00  
Data de Assinatura: 08/06/2015  
Data de Vencimento: 08/06/2016  
Barra Velha, 08 de junho de 2015.  
SEBASTIÃO DECKER  
Pela Empresa Contratada  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

**CONTRATO 055/2015 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Contratada: MULTIARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME  
Licitação: Proc. Administrativo 050/2015 - Pregão Presencial 040/2015  
Objeto: Aquisição de parques infantis para Escolas e CEIS da rede municipal de ensino. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência.  
Valor do Contrato: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).  
Data da assinatura: 15/06/2015  
Data do vencimento: 15/09/2015  
Barra Velha, 15 de junho de 2012  
ADELMAR ANTONIO HOLLERWERGER –  
Pela Empresa Contratada  
Claudemir Matias Francisco -  
Prefeito

**CONTRATO 009/2015 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Contratada: ODONTOBLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP  
Licitação: Proc. Administrativo 012/2015 - Pregão Presencial 009/2015  
Objeto: Prestação de serviço para manutenção de equipamentos odontológicos incluindo fornecimento de peças, para as Unidades Básicas de Saúde  
Valor do Contrato: R\$ 49.720,00 (quarenta e nove mil setecentos e vinte reais).  
Data da assinatura: 16/06/2015  
Data do vencimento: 16/06/2016  
Barra Velha, 16 de junho de 2015  
ANDERSON LUIS MARQUES –  
Pela Empresa Contratada  
Claudemir Matias Francisco -  
Prefeito

**CONTRATO 056/2015 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Contratada: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S/A  
Licitação: Proc. Administrativo 043/2015 - Pregão Presencial 033/2015  
Objeto: Aquisição de apólice de seguro para frota de Secretaria de Educação. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência Valor do Contrato: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).  
Data da assinatura: 15/06/2015  
Data do vencimento: 15/06/2016  
Barra Velha, 15 de junho de 2015  
MARTA WOUTERS MONTOYA –  
Pela Empresa Contratada  
Claudemir Matias Francisco -  
Prefeito

**CONTRATO 054/2015 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Contratada: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP  
Licitação: Proc. Administrativo 050/2015 - Pregão Presencial 040/2015  
Objeto: Aquisição de parques infantis para Escolas e CEIS da rede municipal de ensino. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência.  
Valor do Contrato: R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais).  
Data da assinatura: 15/06/2015  
Data do vencimento: 15/09/2015  
Barra Velha, 15 de junho de 2012  
WALDEMIRO KREHNKE –  
Pela Empresa Contratada  
Claudemir Matias Francisco -  
Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 14/2015

EDITAL Nº. 014/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014

O Município de Bela Vista do Toldo, inscrito no CNPJ sob nº01.612.888/0001-86, através do Prefeito Municipal GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso das suas atribuições legais e considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 232 de 10 de fevereiro de 2015. Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Rua Estanislau Schumann nº 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo de 2 (dois) dias manifestar seu interesse na vaga, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e/ou requerer o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia legível autenticada);
- b) Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F (cópia autenticada);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia autenticada);
- e) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia autenticada);
- f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente Registro no Conselho de Classe correspondente, se for o caso;
- i) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- j) Declaração de bens que constituem seu patrimônio; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- k) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- l) 1 Foto 3X4 recente;
- m) Comprovante de residência e contato atualizados; (CÓPIA);
- n) Comprovante oficial de abertura de Conta Bancária junto a Caixa Econômica Federal contendo agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pelo Médico do Trabalho Dr. José Flavio Benetti, na Rua Barão do Rio Branco, nº 1345. O exame deverá ser agendado pelo candidato através do telefone nº 3622-4234.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para realização do exame pré-admissional deverão os concursados apresentar-se no consultório médico munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Setor de Recursos Humanos a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Setor de Recursos Humanos e, Departamento Jurídico.

Bela Vista do Toldo/SC, 23 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e fazenda

EDITAL Nº. 014/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CAMILA VIECZORKIEWICZ

CARGO: MONITOR DE CRECHE

KERLA ISABEL RIBEIRO

ANA VANESSA ROTESKI

CARGO: PEDAGOGO

CLEONICE DE FÁTIMA GLEVINSKI ALVES DE LIMA

### PORTARIAS 258 - 290/2015

PORTARIA nº. 258/2015, DE 06 DE MAIO DE 2015

"RETIFICA PORTARIA Nº 185, DE 14 DE MAIO DE 2013"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RETIFICAR:

Art.1º- A portaria nº 185/2013, de 14 de maio de 2013, que nomeou ADRIANA MARIA DE SOUZA, através de Concurso Público para o cargo, onde se lê: "Pedagoga" leia-se "Assistente Pedagógico".

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 06 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 258-A/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

“ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Alterar temporariamente, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora ALCIONE SABATKE, de 30 (trinta) para 35 (trinta e cinco) horas semanais, no C.E.I. Raios de Sol e C.E.I. Profº Delfino Corrêa da Maia, para suprir a vaga remanescente do Concurso Público Municipal nº 001/2014 e elaboração de novo certame.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 07 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 258-B/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

“ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Alterar temporariamente, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora MARLI DENIZE DREHER NADROSKI, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no N.E.M. João Pedro Alberti e N.E.M. Alóis Schiessl, para suprir a vaga remanescente do Concurso Público Municipal nº 001/2014 e elaboração de novo certame.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 07 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 258-C/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

“ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Alterar temporariamente, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora LUCIANE MUNHOZ MARKO MAFFEZOLI, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e E.M. José Schimborski, para suprir a vaga remanescente do Concurso Público Municipal nº 001/2014 e elaboração de novo certame.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 07 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 259/2015, DE 10 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a GIOVANA DE FÁTIMA GONÇALVES DE LIMA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 10/05/2015 à 05/11/2015, conforme atestado médico.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 10 de maio 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 262/2015, DE 15 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE FÉRIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Concede férias ao servidor MARCOS PINTO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 15/05/2015 à 13/06/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 15 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 263/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015

“REVOGA PORTARIA 135 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

Art.1º- A portaria nº 135/2015, de 05 de fevereiro de 2015, que concedeu licença sem vencimentos à TERESINHA DE JESUS ALBERTI SCHIESSL, a partir desta data, conforme requerimento.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de maio 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 264/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015

“ALTERA CARGA HORÁRIA”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Alterar carga horária da servidora JAILA FERNANDA KUCARZ SCHINDLER, de 25 (vinte e cinco) para 40 (quarenta) horas semanais, na E.M. Terezinha Corrêa Agostinho, conforme edital nº

002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério, após término da licença maternidade.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 265/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a servidora JOSETE KOGG, ocupante do cargo de ANALISTA DE TRIBUTOS o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme o art. 8º da Lei nº 389/05, retroagindo seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 266/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a servidora CASSIA DE FÁTIMA BONFIM, ocupante do cargo de MONITORA DE CRECHE o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme o art. 8º da Lei nº 389/05, retroagindo seus efeitos a partir de 01/05/2015

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 267/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder ao servidor OINDERSON DAMASO, ocupante do cargo de MOTORISTA o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme o art. 8º da Lei nº 389/05, retroagindo seus efeitos a partir de 01/05/2015

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 268/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015

“NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Administrativo (40 horas semanais), lotado no Fundo Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a profissional PATRICIA IURKIV, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 010/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 21 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 269/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015

“RETIFICA PORTARIA Nº 122, DE 01 DE ABRIL DE 2013, QUE CONTRATA SILVANA HOLLOT PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA ACT”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RETIFICAR:

Art.1º- A Portaria nº 122/2013, ou seja, onde se lê: " (...) com efeitos retroativos à 23/01/2012 (...)", leia-se " (...) com efeitos retroativos à 01/04/2013".

Art. 2º - As demais disposições contidas na Portaria nº 122/2013 permanecem inalteradas.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Bela Vista do Toldo, 21 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 270/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015

“REMOVE”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Remover, por imperioso interesse público, bem como para atender necessidade administrativa premente, a servidora PATRICIA IURKIV ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para desempenhar suas funções junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, sem prejuízos em sua remuneração, em conformidade com o Art. 40, § 2º da Lei nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 21 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CÉSAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 271/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista



do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a conversão de 2/3 do período aquisitivo de férias em abono pecuniário a servidora SIMONE APARECIDA LESSAK MAGALHÃES, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 01/06/2012 à 31/05/2013.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 22 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 272/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a conversão de 2/3 do período aquisitivo de férias em abono pecuniário a servidora ANGELA MARIA PRESTES, ocupante do cargo de TELEFONISTA, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 02/07/2013 à 01/07/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 22 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 273/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a conversão de 2/3 do período aquisitivo de férias em abono pecuniário ao servidor JOSÉ SOINSKI, ocupante do cargo de MOTORISTA, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 01/12/2011 à 30/12/2012.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 22 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 274/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO REMUNERADA”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Concede a conversão de 90 (noventa) dias de licença prêmio em dinheiro ao servidor ADIR POLONISKI ocupante do cargo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 04/10/2006 à 05/10/2011, de acordo com o art. 1º, §2º da Lei Complementar nº 04/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 22 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 275/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO REMUNERADA”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Concede a conversão de 30 (trinta) dias de licença prêmio em dinheiro ao servidor JOÃO ADOLAR FERREIRA ocupante do cargo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 28/02/2008 à 20/02/2013, de acordo com o art. 1º, §1º da Lei Complementar nº 04/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 22 de maio de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 276/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a servidora MARIA DE LURDES BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme o art. 8º da Lei nº 389/05, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 277/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a servidora MARISTELA DENISE DIAS MIELKE, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme o art. 8º da Lei nº 389/05, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 278/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

“RETIFICA PORTARIA Nº 057, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE EXONERAVA CRISTIANE MARIA GOMES DOS SANTOS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**RETIFICAR:**

Art.1º- A Portaria nº 057/2013, ou seja, onde se lê: " (...) Bela Vista do Toldo, 02 de janeiro de 2012 (...)", leia-se " (...)Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2013".

Art. 2º - As demais disposições contidas na Portaria nº 057/2013 permanecem inalteradas.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 279/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a servidora SIMONE APARECIDA LESSAK MAGALHÃES, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme o art. 8º da Lei nº 389/05, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 280/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Concede férias ao servidor DANIEL SOARES DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 01/06/2015 à 30/06/2015, em conformidade com o art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 04/07/2013 à 03/07/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 280-A/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Concede férias ao servidor EDEGEFERSON ERIVALDO MEISTER, ocupante do cargo de Odontólogo pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 01/06/2015 à 30/06/2015, em conformidade com o art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 16/01/2012 à 15/01/2013.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 281/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Concede férias ao servidor ESTANISLAU DEMBINSKI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 01/06/2015 à 30/06/2015, em conformidade com o art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 02/02/2013 à 01/02/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 282/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Alterar temporariamente, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora ADRIANA JURASZEK, de 15 (quinze) para 20 (vinte) horas semanais no N.E.M. João Pedro Alberti, para suprir a vaga remanescente do Concurso Público Municipal nº 001/2014 e elaboração de novo certame.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 283/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Concede férias a servidora SILVANA DO CARMO DAMBROSKI, ocupante do cargo de Assistente Social pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 01/06/2015 à 30/06/2015, em conformidade com o art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 14/09/2012 à 13/09/2013.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 284/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

**"CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS"**

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a conversão de 2/3 do período aquisitivo de férias em abono pecuniário ao servidor PEDRO ALMIR DE PAULA, ocupante do cargo de MOTORISTA, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 04/07/2013 à 03/07/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 285/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA COMISSÃO PARA RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR, MEDICAMENTOS, EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão para recebimento e conferência de material médico e hospitalar, medicamentos, equipamentos adquiridos para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único: Para integrar e compor a Comissão instituída neste artigo ficam nomeados os seguintes servidores públicos municipais:

Presidente: IVANI KOCH ADURMembro: GILIANE SEMPKOSKI

Membro: MARCELA ADRIANA CZERNIAK

Membro: JAIR ZATTAR JÚNIOR

Art. 2º Esta equipe será responsável para receber todos os pedidos de compra direta ou licitação realizado através do Fundo Municipal de Saúde, no horário de expediente das repartições públicas, dando visto e atestando o recebimento na integridade e quantidades especificadas nas notas fiscais, procedendo visto e ciência de entrega para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 286/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA CHEFE DE SETOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Fica nomeado LEO DE JESUS SOARES DE LIMA, para exercer o cargo Chefe de Setor de Habitação do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 287/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA COORDENADORA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Fica nomeada LUANA PRISCILA BUENO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo Coordenadora de Gabinete do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 288/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Fica nomeado para exercer o cargo de Odontólogo - ESF (40 horas semanais), lotado no Fundo Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, o profissional ZENO AMARAL NETO, aprovado pelo Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público) e Edital de Convocação nº 011/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 289/2015, DE 02 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a CIRENE APARECIDA SCHIESSL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Pedagoga, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 02/06/2015 à 28/11/2015, conforme atestado médico.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 290/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder a ELIANE APARECIDA POLONISKI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 15/06/2015 à 11/12/2015, conforme atestado médico.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 15 de junho de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 109/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 46/2015  
Contratada: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME  
Objeto: AQUISICAO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA  
MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.  
Valor Total Contratado: R\$ 2.034,35  
Vigência: 18/06/2015 a 31/08/2015  
Data Assinatura: 18/06/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 112/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 46/2015  
Contratada: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME  
Objeto: AQUISICAO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA  
MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.  
Valor Total Contratado: R\$ 2.043,90  
Vigência: 18/06/2015 a 31/08/2015  
Data Assinatura: 18/06/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 110/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 46/2015  
Contratada: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME  
Objeto: AQUISICAO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA  
MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.  
Valor Total Contratado: R\$ 1.928,20  
Vigência: 18/06/2015 a 31/08/2015  
Data Assinatura: 18/06/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 113/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 43/2015  
Contratada: INDASPORTS ATIVIDADES DESPORTIVAS S.S LT  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA PRESTACAO DE SER-  
VICOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS DO  
MUNICIPIO  
Valor Total Contratado: R\$ 127.000,00  
Vigência: 04/06/2015 a 31/12/2015  
Data Assinatura: 04/06/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 111/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 46/2015  
Contratada: CHEIROS DO VALE LTDA - ME  
Objeto: AQUISICAO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA  
MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.  
Valor Total Contratado: R\$ 2.648,00  
Vigência: 18/06/2015 a 31/08/2015  
Data Assinatura: 18/06/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



# Biguaçu

## PREFEITURA

### CC 177/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 177/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a para implantação de drenagem pluvial, pavimentação com lajotas sextavadas e sinalização das Ruas Manoel Mariano Ferreira e Rua Kiliano Kremer, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 27/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 27/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 19 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### CC 178/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 178/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a drenagem pluvial, pavimentação com lajotas sextavadas e sinalização das Ruas Esmeraldino Prazeres (PC-3) e Hugo Amorim, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 28/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 28/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 19 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### CC 179/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 179/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a drenagem pluvial, pavimentação com lajotas sextavadas e sinalização das Ruas Benjamin Constant, Gisele Marcelino, João Joaquim e Juriti, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 29/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 29/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 19 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 1696/2015

PORTARIA nº 1696 de 22 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA MARTINS CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/05/2015 a 17/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/05/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1697/2015**

PORTARIA Nº 1697/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINA SCHVEITZER DA LUZ, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5722/2015 em anexo no período de 13/06/2015 a 12/08/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1698/2015**

PORTARIA Nº 1698/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSANA DAS NEVES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5722/2015 em anexo nos períodos de 01/06/2015 a 01/06/2015, 03/06/2015 a 03/06/2015, 11/06/2015 a 11/06/2015 e 15/06/2015 a 15/06/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1699/2015**

PORTARIA Nº 1699/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIOLA SCHMIDT, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5752/2015 em anexo nos períodos de 01/06/2015 a 01/06/2015, 02/06/2015 a 02/06/2015, 03/06/2015 a 03/06/2015, e 15/06/2015 a 15/06/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1700/2015**

PORTARIA Nº 1700/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA AUGUSTA DO AMARAL, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5694/2015 em anexo no período de 07/06/2015 a 10/06/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1701/2015**

PORTARIA nº 1701 de 22 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALMOR ROBERTO GUESSER, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1702/2015**

PORTARIA nº 1702 de 22 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), FIRMINO DILMO AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1703/2015**

PORTARIA nº 1703 de 22 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUREMA LOPEZ MENDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/05/2015 a 22/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/05/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1704/2015**

PORTARIA nº 1704/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO, ocupante do cargo de provimento comissionado de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 22/06/2015 a 19/10/2015. CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 20/10/2015 a 18/11/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1705/2015**

PORTARIA Nº 1705 de 22 de junho de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar Comissão para efetivação do Processo Seletivo Simplificado para Admissão de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), Pintor, Coveiro, Operador de Roçadeira Costal, Carpinteiro, Pedreiro e Vigia, para que atuem na Secretaria Municipal de Obras, ficando constituída pelos servidores Fernando Duarte, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Paulo Rodrigo Ferreira, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Obras e Orildo Nelson Laurentino Júnior, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Operações Internas.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeitura Municipal

### **PORTARIA Nº 1706/2015**

PORTARIA Nº 1706 de 22 de junho de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar Comissão para elaboração das normas do adicional de Avaliação de Desempenho, dos profissionais do quadro efetivo do Magistério Público Municipal e outros encaminhamentos que forem necessários, ficando constituída pelas servidoras Alice Maria Borba, Ana Carolina Silva da Silva, Kátia Bernadeth da Silva, Luciane Beatriz Claudino Garzo e Marina Petri Corrêa.

ART. 2º - Os trabalhos serão realizados com aquiescência da Secretária Municipal de Educação Sra. Márcia Rodrigues de Azevedo, sob a presidência da Servidora Luciane Beatriz Claudino Garzo.

ART. 3º - A comissão reunir-se-á periodicamente de acordo com as necessidades dos serviços.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de junho de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1707/2015**

PORTARIA nº 1707 de 22 de junho de 2015

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso; CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias; CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;  
ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;  
ADRIELI ROBERTA SCHONS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cadastro Técnico;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frota;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;  
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;  
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;  
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
BRUNO LOCKS BERNARDINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio Público;  
CARLOS EDUARDO GARCIA DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;  
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar;  
CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;  
CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;  
DAIANA COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de

Operador de Roçadeira Costal;  
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIRCILENE CARMELITA MARIA DA LUZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Transferência de Renda e Benefícios Eventuais;  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;  
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
EDENILDO MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;  
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;  
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIULA MARA RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatária;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
HYGOR MACHADO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JIMMIY SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;  
JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calçeteiro;



JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;  
LEDIO GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Orçamento Participativo;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;  
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NACET TOMAZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;  
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo Comissionado

de Assistente Técnico;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAFAEL PETRI MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;  
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ROBERTO FABRÍCIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
SILVANA CESCONETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;  
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1595/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1708/2015**

PORTARIA nº 1708 de 22 de junho de 2015

Concede ao servidor Anair Gomes Marcelino, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Merendeira, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Anair Gomes Marcelino, brasileira, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Merendeira, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por

cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º A Gratificação concedida será custeada exclusivamente pelo Tesouro Municipal, observada a aplicação do art. 140 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1709/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1709 de 22 de junho de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS e pelo Estado de Santa Catarina, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) ANGELA TEREZINHA WIESE DA SILVA, detentor(a) da matrícula 478 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ANGELA TEREZINHA WIESE DA SILVA, detentor(a) da matrícula 478 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001030.1.00726/09-4, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 05 (cinco) meses e 01 (um) dia e da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo Estado de Santa Catarina, sob o nº 1122/975, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 1710/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1710 de 22 de junho de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) SEBASTIÃO MANOEL FRANCISCO, detentor(a) da matrícula 7470 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a)

servidor(a) SEBASTIÃO MANOEL FRANCISCO, detentor(a) da matrícula 7470 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, sob o nº 047/2011, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 00 (zero) meses e 25 (vinte e cinco) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 1711/2015**

PORTARIA Nº 1711, de 22 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010, e em face à aplicação da Lei Municipal nº 3.499/2014, e considerando a conclusão do Processo Administrativo nº 4615/2015,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer, com fundamento na decisão prolatada pelo STF na ADIn nº 3.772, pela aplicação da Lei Municipal nº 3.499/2014 e em face a conclusão do Processo Administrativo nº 4615/2015 que a servidora CHRISTINA MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, detentora do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA I, portadora da matrícula nº 333, executou atividades qualificadas como funções de magistério nos períodos de 03/02/2006 a 19/02/2014, no qual encontrava-se READAPTADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1712/2015**

PORTARIA nº 1712 de 22 de junho de 2015

Prorroga, a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor(a) Sileide da Silva, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Sileide da Silva, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7159.

Art. 2º O período de prorrogação da licença para tratar de interesses particulares é de 02/07/2015 a 02/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.  
Willian Lofy  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1713/2015**

PORTARIA nº 1713 de 22 de junho de 2015

**ERRATA:**

Na portaria 1472/2014, de averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição do servidor Ivani Nicodemus Martins, ocorreu um equívoco quanto ao período averbado.

Portaria 1472, de 26 de maio de 2014:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) IVANI NICODEMUS MARTINS, detentor(a) da matrícula 460 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20701007.1.00071/97-8, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) IVANI NICODEMUS MARTINS, detentor(a) da matrícula 460 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20701007.1.00071/97-8, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 24 (vinte e quatro) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1714/2015**

PORTARIA nº 1714 de 22 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELE SILVA VIRTUOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 26/06/2015 a 31/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/06/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1715/2015**

PORTARIA nº 1715 de 22 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANI ZOCCOLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de ARQUITETO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/08/2015 a 31/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2015.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PP 175/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 175/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO EM AÇO INOX.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 7 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 7 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**TP 168/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 168/2015 PMB

Objeto: Aquisição de roteadores sem fio e nobreaks para reformular a comunicação de rede wirelles nas Secretarias da Prefeitura de Biguaçu.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 13/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 13/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 19 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL



# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 989/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 989, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 3º-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 889, DE 21 DE MAIO DE 2013.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ao artigo 3º-A, da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013, que "Fixa o vencimento dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão e o valor das gratificações de funções de confiança da Câmara Municipal", é acrescentado o inciso XXVI, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A [...]

XXVI – Coordenação de Estudo e Apoio Social – 50% (cinquenta por cento)."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de junho de 2015.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 019/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 019/2015

ALTERA O ART. 2º, I, "C e D", DA RESOLUÇÃO CMDCA Nº 10/2015, QUE CONSTITUI A COMISSÃO PARA COORDENAR O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE BLUMENAU - GESTÃO 2016/2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

#### CONSIDERANDO:

- a Resolução nº 10/2015, de 02 de abril de 2015, que constitui a Comissão Organizadora para Coordenar o Processo de Escolha Unificada dos Membros dos Conselhos Tutelares de Blumenau - Gestão 2016/2020 e revoga a Resolução CMDCA nº 014/2008 e suas alterações;
- a Resolução CMDCA nº 16/2015, de 20 de maio de 2015, que regulamenta o Processo Unificado de Escolha dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015, no âmbito do município de Blumenau e dá outras providências.
- a deliberação, em Plenária Ordinária do CMDCA, que indicou Marcos Roberto Gomes em substituição à Lillian Rose Keske e Marlene Teresinha C. Anuseck, em substituição a Milton Carvalho para comporem a Comissão que coordenará o processo de escolha unificada dos membros dos Conselhos Tutelares de Blumenau - Gestão 2016/2020, conforme consta em Ata CMDCA nº 08/2015, de 11 de Junho de 2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 2º, I, "C e D", da Resolução CMDCA nº 10/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I – .....

a) ..... b) .....

c) Titular: Marcos Roberto Gomes

d) Suplente: Marlene Teresinha Casas Anuseck.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 12 de Junho de 2015.

ANELIZE T. SCHOLSSER

Vice-Coordenadora Interina do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 020/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 20/2015

DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "CONSTRUINDO PRÁTICAS ACOLHEDORAS".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações; e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

#### CONSIDERANDO:

- a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a Resolução CMDCA nº 016/2013 que institui a obrigatoriedade da inscrição de projetos voltados à Política de Atendimento de Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente, a serem financiados com recursos do FIA, doados por pessoas físicas e jurídicas, direcionados às organizações governamentais e não governamentais.

- a Resolução CMDCA nº 072/2014, que dispõe sobre os projetos inscritos por Organizações Governamentais e Não Governamentais através do Edital para Banco de Projetos nº 002/2013, do CMDCA;

- resolução CMDCA nº 71/2014, que estabelece procedimentos para captação de recursos por organizações governamentais e não governamentais destinados ao fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente – fia e sua aplicação.

- a deliberação do CMDCA, em Plenária Ordinária realizada no dia 11 de Junho de 2015, conforme consta na Ata CMDCA nº 08/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado para execução do Projeto "Construindo Práticas Acolhedoras".

Art. 2º O tempo máximo de execução do Projeto será de até 02 (dois) anos, a contar da data do conveniamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Blumenau, 15 de Junho de 2015.

ANELIZE T. SCHOLSSER

Vice - Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

#### **PORTARIA Nº 151/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 151/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispensa o Servidor Émerson Antônio Brancher da função de Coordenador de Esportes da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, de acordo com o disposto no inciso III do art. 8º da Resolução nº 022/2012/FURB, de 22 de maio de 2012 e demais atribuições legais, e considerando ainda o Memorando nº 007/2015/PROPEX, de 23 de fevereiro de 2015, oriundo da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura, DISPENSA o Servidor

ÉMERSON ANTÔNIO BRANCHER

da função de Coordenador de Esportes da FURB, a contar de 23 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 152/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 152/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença remunerada aos Servidores João Gabriel Magnani, Gelci Rostirolla e Marcos Rogério Cardoso.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA aos Servidores

· JOÃO GABRIEL MAGNANI, cadastro funcional nº 9676, ocupante do cargo de Auxiliar em Assuntos de Informática, com lotação na Biblioteca Universitária;

· GELCI ROSTIROLLA, cadastro funcional nº 3084, ocupante do cargo de Bibliotecário, com lotação na Biblioteca Universitária;

· MARCOS ROGÉRIO CARDOSO, cadastro funcional nº 5531, ocupante do cargo de Analista de Sistemas, com lotação na Biblioteca Universitária.

para participarem do evento “Acesso livre e gestão da produção acadêmico-científica: cenário e tendências dos Repositórios Institucionais”, na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, em Palhoça – SC, no dia 26 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 153/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 153/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Reconduz integrantes da Comissão de Avaliação de Projetos e Relatórios de Pesquisa – CAP para o período 2015-2017.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 006/2015/DAP, de 6 de fevereiro de 2015, oriundo da Chefia da Divisão de Apoio à Pesquisa, RECONDUZ as Professoras adiante nominadas para integrarem a CAP, no período 2015-2017

1. IVONE FERNANDES MORCILO LIXA - representante do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, na área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes;

2. VÂNIA TANIRA BIAVATTI – representante do Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras – CCEAL, na área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes.

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 154/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 154/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Ricardo Bortoli para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 24/2013 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 032/2014, NOMEIA

RICARDO BORTOLI

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Serviço Social, Referência PQ01.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 155/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 155/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença remunerada ao Servidor Ivo Marcos Theis.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

IVO MARCOS THEIS

cadastro funcional nº 1730, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, para participar do seminário sobre Desarrollo territorial, políticas públicas y medio ambiente, na Universidad Nacional del Litoral, em Santa Fé

– Argentina, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 156/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 156/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Remove, a pedido, o Servidor Luís Valdemir Coelho de Bragas.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, o Servidor

LUÍS VALDEMIR COELHO DE BRAGAS

cadastro funcional nº 3918, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, da Coordenadoria de Assuntos Estudantis para a Coordenadoria de Planejamento, a contar desta data.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 157/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 157/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.  
Concede licença remunerada à Servidora Gicele Maria Cervi.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

GICELE MARIA CERVI

cadastro funcional nº 3996, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Educação, para participar de:

- reunião da diretoria executiva do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID - FORPIBD, em Brasília - DF, no período de 22 a 27 de fevereiro de 2015;
- reunião de análise, relativamente à comissão de avaliação da proposta de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão Educacional, a ser realizada na Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, em Brasília – DF, no período de 3 a 5 de março de 2015.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 158/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 158/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de LUÍSA ANDRÉA TÔRRES SALGADO no cargo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando

as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 745/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de LUÍSA ANDRÉA TÔRRES SALGADO, no cargo de PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, nomeada pela Portaria nº 143/2015, de 20 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 159/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 159/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de GUILHERME KURT PIETSCH no cargo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 745/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de GUILHERME KURT PIETSCH, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, nomeado pela Portaria nº 072/2015, de 2 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 160/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 160/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.  
Concede licença remunerada ao Servidor Amilcar José Bogo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

AMILCAR JOSÉ BOGO

cadastro funcional nº 2869, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação – Autorização do Curso de Arquitetura e Urbanismo – da Faculdade Integrada de Londrina - INTEGRADA, em Londrina - PR, no período de 29 de março a 1º de abril de 2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 161/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 161/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença remunerada ao Servidor Edésio Luiz Simionatto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

EDÉSIO LUIZ SIMIONATTO

cadastro funcional nº 2397, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, para participar de banca examinadora de defesa de tese de doutorado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Química da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis - SC, no dia 5 de março de 2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 162/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 162/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença remunerada à Servidora Maria Urânia Alves.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARIA URÂNIA ALVES

cadastro funcional nº 7382, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Odontologia, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, realizar Avaliação de Credenciamento de IES para oferta de Educação a Distância – na Faculdade Nossa Cidade - FNC, em Bauru - SP, no período de 25 a 28 de março de 2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 163/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 163/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença prêmio ao Servidor Aniceto Luiz Mund.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO – 41 (quarenta e um) dias - referente aos períodos aquisitivos de: a) 1º de setembro de 2000 a 29 de setembro de 2005 (28 dias); e b) 17 de julho de 2014 a 16 de julho de 2024 (13 dias, proporcional), ao Servidor

ANICETO LUIZ MUND

cadastro funcional nº 2073, ocupante do cargo de Jornalista, lotado na Coordenadoria de Comunicação e Marketing, a contar de 20

de fevereiro de 2015.

Blumenau, 2 de março de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 164/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 164/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

Dispensa o Servidor Júlio Cesar Lopes de Souza da Função de Confiança de Chefe da Divisão de Modalidades de Ensino.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, considerando o disposto no inciso V do art. 21 do Estatuto da FURB, homologado pelo Decreto nº 9199, de 30 de junho de 2010, e demais atribuições legais, e considerando ainda, o Memorando nº 044/2015/PROEN, de 1º de março de 2015, oriundo da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante, DISPENSA o Servidor

JÚLIO CESAR LOPES DE SOUZA

do exercício da Função de Confiança de Chefe da Divisão de Modalidades de Ensino, para a qual foi designado pela Portaria nº 447/2013, de 2 de julho de 2013, a contar desta data.

Blumenau, 2 de março de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 165/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 165/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Serviço Social - Componentes Curriculares (Disciplinas): Movimentos Sociais e Serviço Social; Participação e Democracia; Política Social: Assistência Social; Política Social: Trabalho, Emprego e Renda e Previdência Social, regido pelo Edital nº 73/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: MARIA SALETE DA SILVA

MARILDA ANGIONI

TÂNIA REGINA KRUEGER

Suplente: CLEIDE GESSELE

para, sob a Presidência da professora Maria Salete da Silva, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Serviço Social - Componentes Curriculares (Disciplinas): Movimentos Sociais e Serviço Social; Participação e Democracia; Política Social: Assistência Social; Política Social: Trabalho, Emprego e Renda e Previdência Social, regido pelo Edital nº 73/2014.

Blumenau, 2 de março de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO



**PORTARIA Nº 166/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 166/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Topografia e Cartografia – Componentes Curriculares (Disciplinas): Topografia I, Topografia II, Topografia III, Topografia, Topografia Básica, e Tópicos Especiais em Topografia, regido pelo Edital nº 74/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: LÚCIO FLÁVIO DA SILVEIRA MATOS

édimo celso rudolf

delamar heleno schumacher

Suplente: mário tachini

para, sob a Presidência do professor Lúcio Flávio da Silveira Matos, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Topografia e Cartografia – Componentes Curriculares (Disciplinas): Topografia I, Topografia II, Topografia III, Topografia, Topografia Básica, e Tópicos Especiais em Topografia, regido pelo Edital nº 74/2014.

Blumenau, 2 de março de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 167/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 167/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Designa os membros da Comissão Especial para efetuar estudos e apresentar proposta referente ao processo eleitoral previsto no Estatuto da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no art. 14, inciso II, da Resolução nº 35/2010, de 28 de junho de 2010, DESIGNA os adiante nominados:

- FÁBIO MARCELO MATOS;
- ODIRLEI COLZANI;
- PAULO RICARDO DO NASCIMENTO FONSECA;
- RALF MARCOS EHMKE;
- VICTOR FERNANDO SASSE.

para, constituírem a Comissão Especial para efetuar estudos e apresentar proposta referente ao processo eleitoral das gestões superiores e setoriais previsto no Estatuto da FURB, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

O presidente será um dos membros da referida Comissão, eleito pelos seus pares.

Blumenau, 2 de março de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 168/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 168/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Designa os membros da Comissão Especial para efetuar estudos e propor alterações nas atribuições estatutárias do CONSUNI e alteração do seu Regimento.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no art. 14, inciso II, da Resolução nº 35/2010, de 28 de junho de 2010, DESIGNA os adiante nominados:

- LÁZARO BRUNO CABRAL LELES;
- RALF MARCOS EHMKE;
- ROMEU HAUSMANN;
- SIMONE WAGNER RIOS LARGURA.

para, constituírem a Comissão Especial para efetuar estudos e propor alterações nas atribuições estatutárias do CONSUNI e alteração do seu Regimento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

O presidente será um dos membros da referida Comissão, eleito pelos seus pares.

Blumenau, 2 de março de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 169/2015 - FURB

PORTARIA Nº 169/2015, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

Reenquadra servidores na Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, à vista das conclusões da Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos, com base na Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, REENQUADRA os servidores adiante nominados, conforme as seguintes situações:

Cod	Nome	Cargo	Referência de Vencimento	LC 744/2010	A contar de
3119	Alexandre Adaime da Silva	Auxiliar de Serviços Administrativos	42	Art. 24 § 2º	15/02/2015
9592	Alexandre Rudolfo Beck	Auxiliar em Assuntos de Informática	32	Art. 24 § 6º	11/12/2014
3516	Altamiro Feliciano	Vigia	19	Art. 24 § 2º	17/02/2015
9603	Anderson Luís Vinente Rotta	Técnico em Assuntos de Informática	45	Art. 24 § 6º	08/12/2014
3824	Andreia Pietrowski	Auxiliar de Serviços Administrativos	40	Art. 24 § 2º	17/02/2015
9595	Antônio de Castilho Junior	Assistente Administrativo	33	Art. 24 § 6º	17/12/2014
9340	Camila Johann Argenton	Auxiliar de Serviços Administrativos	21	Art. 24 § 6º	12/12/2014
5352	Candice Nardelli Reif	Auxiliar de Serviços Administrativos	32	Art. 24 § 2º	08/02/2015
9608	Candisse Sabrina Ossemer	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	28/01/2015
3506	Célio Ferrari	Marceneiro	46	Art. 24 § 2º	12/02/2015
9730	Daniel Felipe da Silva	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	27/01/2015
9384	Daniela D'Araújo Costa	Assistente Administrativo	31	Art. 24 § 6º	10/12/2014
9605	Denis Guilherme Guedert	Técnico de Laboratório – Anatomia	39	Art. 24 § 4º	19/01/2015
9677	Eduardo Lucas Bambinetti	Auxiliar em Assuntos de Informática	31	Art. 24 § 6º	22/01/2015
3797	Ernesto José Rauch	Motorista	45	Art. 24 § 7º	21/11/2014
3797	Ernesto José Rauch	Motorista	46	Art. 24 § 2º	15/02/2015
5878	Everson Pedro Burg	Engenheiro Eletricista	63	Arts. 13 a 16 e 24 § 4º	03/02/2015
9604	Fábio Busnardo	Técnico em Assuntos de Informática	43	Art. 24 § 6º	19/01/2015
9604	Fábio Busnardo	Técnico em Assuntos de Informática	45	Art. 24 § 3º	04/02/2015
9617	Gabriel Galcowski	Assistente Administrativo	32	Art. 24 § 3º	10/12/2014
5871	Geisson da Rocha Palmarante	Auxiliar em Assuntos de Informática	35	Art. 24 § 6º	11/12/2014
2265	Geovani Zanella	Químico	74	Art. 24 § 2º	09/02/2015
1694	Gilberto Cristóvão	Desenhista	49	Art. 24 § 2º	20/02/2015
3145	Janete Fatima Celestino de Barros	Auxiliar de Serviços Gerais	14	Art. 24 § 2º	01/02/2015
3796	Jemersom Luiz de Souza	Motorista	46	Art. 24 § 2º	15/02/2015
3136	Júlio Cesar Mazzini	Auxiliar de Serviços Administrativos	39	Art. 24 § 6º	21/01/2015
9414	Karina Gonçalves	Assistente Administrativo	32	Art. 24 § 3º	02/02/2015
5492	Kátrin Aline Osti	Enfermeiro	61	Art. 24 § 4º	19/01/2015
3957	Lucélio Belletti	Técnico em Assuntos de Rádio, Áudio e Vídeo	54	Art. 24 § 6º	19/02/2015
10096	Luciane Hiebert	Assistente Administrativo	33	Art. 24 §§ 3º e 4º	08/12/2014
2289	Lucymara Valentini Borges	Assistente Social	74	Arts. 13 a 16 e 24 § 4º	19/12/2014
3823	Marian Natalie Meisen	Técnico de Laboratório	52	Art. 24 § 2º	17/02/2015
3524	Mauricio Luiz Krug	Motorista	42	Art. 24 § 2º	17/02/2015
2361	Michel Ivon Imme Sabbagh	Jornalista	74	Arts. 13 a 16	16/12/2014

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO  
Portaria nº 169/2015/Reitoria  
Fls. 2/2

Cod	Nome	Cargo	Referência de Vencimento	LC 744/2010	A contar de
3807	Odair José Albino	Auxiliar de Serviços Administrativos	38	Art. 24 § 2º	15/02/2015
5387	Osni Soares Dos Santos	Assistente Operacional	20	Art. 24 § 7º	10/01/2015
9720	Paulo Jair Grasse	Mecânico Soldador	26	Art. 24 § 7º	20/01/2015
9393	Paulo Ricardo do Nascimento Fonseca	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	09/02/2015
10090	Rafael Lapolli	Auxiliar de Serviços Administrativos	24	Art. 24 §§ 3º e 4º	05/02/2015
9598	Renan Frozza	Técnico em Assuntos de Informática	43	Art. 24 § 6º	13/02/2015

3827	Rosane Mendes Almeida	Auxiliar de Serviços Administrativos	37	Art. 24 § 2º	17/02/2015
3091	Solange Gonçalves dos Santos	Advogado	72	Arts. 13 a 16	29/01/2015
5533	Talita Fontana	Auxiliar de Biblioteca	29	Art. 24 § 6º	21/01/2015
3789	Valcir Cenci	Auxiliar de Enfermagem	42	Art. 24 § 2º	04/02/2015
3192	Valcir de Amorim	Assistente Administrativo	46	Art. 24 § 2º	06/02/2015
9718	Valdenir Fritzen	Pedreiro	26	Art. 24 § 7º	11/02/2015
3806	Vilmar Orsi	Auxiliar de Serviços Administrativos	38	Art. 24 § 2º	15/02/2015

Blumenau, 3 de março de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 170/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 170/2015, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

Remove, a pedido, a Servidora Michelle Moser Ern.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, a Servidora

MICHELLE MOSER ERN

cadastro funcional nº 5412, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, da Divisão de Registros Acadêmicos para o Centro de Ciências da Saúde, a contar desta data.

Blumenau, 3 de março de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4720/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4720/2015 de 22 de Junho de 2015.

Cancela o Processo Licitatório nº. 1036/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica cancelado o Processo de Licitação nº. 1036/2015, que tem por objeto Aquisição de material elétrico hidráulico sanitário e de construção para manutenção das diversas secretarias do Município para o exercício de 2015.

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 22/06/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4721/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4721/2015 de 22 de Junho de 2015.

Cancela o Processo Licitatório nº. 1109/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica cancelado o Processo de Licitação nº. 1109/2015, que tem por objeto Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares na área de saúde para o exercício de 2015.

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 22/06/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal



**EXTRATO ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015**

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Processo Licitatório n.001/2015

Ata de Registro de Preços n. 001/2015

Aos 16 dias do mês de Junho de 2015, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de SANTA CATARINA, estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Irmão Ambrósio, nº120 – Centro da Cidade de Bom Jesus do Oeste-SC, com CNPJ/MF n.º 17.357.220/0001-70 representado pela Presidente, Exma. Senhora Janiara Keller Ceccon, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha XV de Novembro no Município de Bom Jesus do Oeste-SC portador do CPF nº 048.669.229-90, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, as demais normas aplicáveis de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 001/2015, RESOLVE: registrar os preços do Fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 001/2015 sob regime de compras pelo sistema Registro de Preços nº 001/2015, oferecidos pela Empresa, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro :

Sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Percentual de Desconto
01	<p>Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste.</p> <p>Os serviços compreendem:</p> <p>2.1.1 reserva, marcação e emissão de passagens;</p> <p>2.1.2 desdobramento, cancelamento, e substituição de bilhetes aéreos emitidos;</p> <p>2.1.3 assessoramento direto para definição de melhor roteiro, horário, frequência de partida e chegada de aeronaves, bem como das tarifas promocionais quando da retirada dos bilhetes;</p> <p>2.1.4 empenho na confirmação de passagens, em caso de vôos lotados;</p> <p>2.1.5 entrega de bilhetes em local a ser determinado pela Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC;</p> <p>2.1.6 em casos excepcionais e mediante autorização do executor do contrato, entrega de bilhetes no estabelecimento da empresa contratada;</p> <p>2.1.7 fornecimento de guias PANROTAS e tabela de preços, quando solicitado;</p> <p>2.1.8 providências para concessão de endosso de passagens, de uma para outra companhia, quando for aceito pelas mesmas e houver horário em outro voo para o mesmo destino.</p> <p>1.2.9 O fornecimento de passagens será solicitado, previamente por telefone ou e-mail, por pessoa indicada pela Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC.</p> <p>1.2.10 Informações e esclarecimentos adicionais necessários ao cumprimento das obrigações da empresa contratada serão fornecidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC.</p> <p>1.2.11 Disponibilizar pessoal para atendimento emergencial, quando necessário em viagens.</p> <p>1.2.12 Efetuar a entrega dos bilhetes solicitados, nos prazos exigidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC.</p> <p>1.2.13 Proceder a troca de datas, horários e percursos de passagens quando necessário;</p> <p>1.2.14 Providenciar junto às companhias aéreas o ressarcimento à Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC de valores relativos a bilhetes não utilizados.</p>	6%

Bom Jesus do Oeste (SC), 16 de junho de 2015.

JANIARA KELLER CECCON

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 42.15 - DEC. LICI

DECRETO N.º 042/15 de 22.06.15.

Constitui Nova Comissão de Julgamento de Licitação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Nova Comissão de Julgamento de Licitações composta dos Senhores Servidores Municipais: Presidente: Joemar da Silva – Assistente Administrativo Membros: Jeferson Ulisses Nunes – Assessor Gabinete do Prefeito; Samara Sangaletti - Assessora de Departamento e Joelma Menegaz – Professora que substituirá sempre que houver ausência de um componente da comissão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, especialmente o DECRETO N.º 051/14 de 17 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 596.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE GEAN K. M. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 596/15 de 19.06.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de junho de 2015, a funcionária Gean Karla Melo Vieira, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 597.06.15 - P. LIC. MOT. P. FAM. CHIRLEI AP. RUZZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 597/15 de 19.06.15  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 16 de junho de 2015, a funcionária Chirlei Aparecida Ruzza, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 598.06.15 - P. LIC. GESTAÇÃO LUCIANE T. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 598/15 de 22.06.15  
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 039/2015 de 22 de junho de 2015, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 22 de junho com término no dia 19 de outubro de 2015 a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, 40 horas, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**599.06.15 - P. FÉRIAS IOLANDA DE F. DE B. PADILHA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 599/15 de 22.06.15  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Iolanda de Fatima de Brida Padilha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Henrique Hemkmaier, para gozá-las a contar de 22 de junho com término no dia 21 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**600.06.15 - P. EXON. GRAZIELA S. P. LAATSCH**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 600/15 de 22.06.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

**RESOLVE:**

Conceder Exoneração a servidora Graziela Schweitzer Peron Laatsch, do Cargo de Professor I - 3 – Padrão I - Nível – 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 136/2007 de 28.02.2007, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 22 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**601.06.15 - P.DES. PROF. ROSENILDA B. S. SILVA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 601/15 de 22.06.15  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere 10, inciso II, alínea

“b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e art. 8º, inciso VII do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bom Retiro, Lei Complementar nº 01/2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º. REINTEGRAR, a servidora Rosenilda de Brito Santos Silva, ao quadro de Servidores Públicos Municipais, no Cargo Temporário de Servente – Padrão I – Nível 1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Margarida Buggler Wiggers, para atuar na Escola do Campo Margarida Buggler Wiggers nos termos do Art. 8º da Lei Complementar no 01 de 02 de Dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, produzindo efeitos a partir de 06/06/2015, conforme parecer jurídico datado de 22 de junho de 2015, com término previsto para até cinco meses após o parto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**CONTRATO 106/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 106/2015 Tomada de Preço 02/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Base Pré-Fabricados Ltda. ME

Objeto: Contratação de empresa para Reforma do Centro de Eventos e Exposição do Parque Municipal de Exposição Dieter Hornung, com recursos oriundos do Ministério do Turismo.

Valor Total: R\$ 248.253,05 (duzentos e quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e três reais e cinco centavos).

Bom Retiro, 22 de junho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 105/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 105/2015 Pregão Presencial 11/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Jose Roberto Raphael ME

Objeto: Fornecimento de transporte escolar emergencial (SOMENTE QUANDO SOLICITADO), para os alunos da rede municipal de ensino, para o exercício de 2015

Valor Total: Item 01 R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

Item 02 R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

Extrato Cessão de Uso

Cedente: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Cessionário: Rodrigo Rossi

Objeto: Cessão de Uso de uma sala comercial na Rodoviária de Bom Retiro, sendo uma para uso de uma Lanchonete.

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Bom Retiro, 22 de junho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 079/2015

DECRETO N° 079/2015

#### TOMA PROVIDÊNCIAS COM DESPESAS COM PESSOAL

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, com base no Art. 52, da Lei Orgânica, usando de suas atribuições legais etc...

Considerando que o Executivo Municipal adotará medidas para reduzir as despesas com pessoal, conforme Art. 34 da LDO, e artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando, o índice elevado de gasto com pessoal, decorrente da queda brusca de arrecadação do Município de Braço do Trombudo;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam revogadas todas as portarias de nºs 033/2006 de 01.03.2006, 049/2006 de 18.04.2006, 067/2006 de 02.05.2006, 012/2009 de 02.01.2009, 078/2013 de 21.02.2013, 090/2013 de 21.03.2013, 153/2013 de 05.08.2013, 0109/2014 de 23.06.2014, 0113/2014 de 01.07.2014, 037/2015 de 23.03.2015, 038/2015 de 23.03.2015, 040/2015 de 23.03.2015, 041/2015 de 23.03.2015, 043/2015 de 24.03.2015, 057/2015 de 24.03.2015, 064/2015 de 13.04.2015, 080/2015 de 11.05.2015, a partir de 15 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 15.06.2015.

Braço do Trombudo, em 19 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2015

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 064/2015

CONCORRÊNCIA nº 008/2015

OBJETO: Prestação de serviços de tratamento (acolhimento) de pessoas deficientes, através da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

22/06/2015.

JOSEANA PAES LOPES

Presidente da Comissão de Licitação

### DECRETO Nº 7.481, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

DECRETO nº 7.481, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Altera alíquota de contribuição previdenciária e plano de amortização do déficit atuarial do Município de Brusque previstos na Lei Complementar Municipal nº 174/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município e arts. 14, §1º, 95, §2º, da Lei Complementar Municipal nº 174/2011 DECRETA:

Art. 1º A alíquota de contribuição previdenciária de responsabilidade do Município, prevista no art. 13, III, da Lei Complementar Municipal nº. 174/2011, passa a ser, a partir da competência 08/2014, de 16,02% (dezesseis inteiros e dois centésimos por cento), que corresponde à soma das alíquotas normal e suplementar, considerada a taxa de administração, apurada na avaliação atuarial realizada com data-base em 31/12/2013 e aprovada pelo Conselho de Administração do IBPREV em reunião do dia 20/08/2013.

Art. 2º O plano de amortização para equacionamento de déficit atuarial do Município de Brusque/SC de que trata o artigo 95 da Lei Complementar Municipal nº. 174/2011, passa a vigorar nos seguintes termos:

§ 1º O déficit atuarial de R\$91.729.900,75 (noventa e um milhões, setecentos e vinte e nove mil e novecentos reais e setenta e cinco centavos) apurado na avaliação atuarial realizada com data-base em 31/12/2013 e aprovada pelo Conselho de Administração do IBPREV em reunião do dia 20/08/2014 será amortizado no curso de 32 (trinta e dois) anos a uma alíquota suplementar inicial de 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

§ 2º A alíquota suplementar inicial sofrerá acréscimo anualmente, por ocasião da avaliação atuarial anual, conforme tabela abaixo:

Plano de Amortização	
Ano	Alíquota Suplementar
2014	4,51%
2015	5,26%
2016	5,99%
2017	6,73%

2018	7,47%
2019	8,21%
2020	8,95%
2021	9,68%
2022	10,42%
2023	11,16%
2024	11,90%
2025	12,64%
2026	13,37%
2027	14,11%
2028	14,85%
2029	15,59%
2030	16,33%
2031	17,06%
2032	17,80%
2033	18,54%
2034	40,44%
2035	40,44%
2036	40,44%
2037	40,44%
2038	40,44%
2039	40,44%
2040	40,44%
2041	40,44%
2042	40,44%
2043	40,44%
2044	40,44%
2045	40,44%

Art. 3º As alíquotas de contribuição dos segurados ativos, inativos e pensionistas permanecem inalteradas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de Agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diários Oficial dos Municípios - DOM/SC

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete do Prefeito

### EDITAL N.º 01/2015 CMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL N.º 01/2015

A PRESIDENTE do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Brusque, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 56 de 08 de janeiro de 1997, convoca para a X Conferência Municipal de Assistência Social de acordo com as disposições que seguem:

1. A X Conferência Municipal de Assistência Social será organizada por membros do Conselho Municipal de Assistência Social e pela Secretaria de Assistência Social e Habitação de Brusque, a ser realizada no dia 21 de Julho de 2015, no Auditório da Uniasselvi/Assevim, na rua Gregório Diegolli, 35, bairro São Luiz – Brusque SC.
2. A X Conferência Municipal de Assistência Social será foro para análise, avaliação e deliberação da Política de Assistência Social na respectiva instância político-administrativa com a participação de todos os segmentos da sociedade.
3. O tema da X Conferência Municipal de Assistência Social será “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026”, tendo como subtemas:
  - 3.1 – O enfrentamento das situações de desproteções sociais e cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios;
  - 3.2 – O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS;
  - 3.3 – Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática;
4. As despesas decorrentes da X Conferência Municipal de Assistência Social, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Brusque.
5. O presente Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Brusque, 22 de junho de 2015.

HELENA DIAS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque

### **EDITAL Nº 016/2015 - PROCESSO SELETIVO**

Processo Seletivo – Edital nº 016/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de AGENTE DE OBRAS na função de carpinteiro e borracheiro, em caráter temporário a fim de atender a necessidade de excepcional interesse público, para atuação no Município de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

#### **1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.
- 1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.
- 1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.
- 1.4- O Processo Seletivo terá por critério de seleção o tempo de serviço em atividades correlacionadas ao cargo.
- 1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 ano.
- 1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

#### **2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

Cargo	Requisitos
Agente de obras - na função de carpinteiro	Ter o ensino fundamental incompleto, e outros documentos constantes nesse edital.
Agente de obras - na função de borracheiro	Ter o ensino fundamental incompleto, e outros documentos constantes nesse edital.

#### **3- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

3.1 A documentação deverá ser entregue no ato da validação que será no período de 22 de junho de 2015 a 29 de junho de 2015, na Secretaria Municipal de Obras Públicas. O candidato deverá apresentar duas cópias e o original dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) Folhas da identificação da CTPS;
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência;
- g) Sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- i) Comprovação relativa a quitação militar;
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));
- j) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- k) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital).



Edital);

l) Comprovação relativa a habilitação exigida no edital;

m) Certidão de tempo de serviço ou declaração, expresso em anos e meses.

#### 4- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão realizadas junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizado na rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque - SC, no período de 22 de junho de 2015 a 29 de junho de 2015, das 08:00 as 11:30 horas, e das 13:30 as 17:00 horas.

4.2 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.3 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

#### 5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Cargo de Agente de Obras- na função de carpinteiro e borracheiro

5.1.1- Ter o ensino fundamental incompleto, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso;

5.1.2- A nacionalidade brasileira ou equiparada;

5.1.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.1.4- Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

5.1.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

5.1.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

5.1.7- Ter sido aprovado na prova prática do processo seletivo;

5.1.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal.

#### 6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	Requisitos	REMUNERAÇÃO
Agente de Obras na função de carpinteiro	10 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1.704,65
Agente de Obras na função de borracheiro	01 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1.704,65

\*CADASTRO DE RESERVA

#### 7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

7.1 – Cargo de Agente de Obras- na função de carpinteiro e borracheiro

7.2.1 – Atribuições:

Realizar a manutenção preventiva e corretiva de edifícios, prédios, calçadas, pontes e outras estruturas, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, bem como utilizando instrumentos e ferramentas pertinentes ao ofício.

Preparar o material de pintura, misturando tintas, pigmentos, óleos e outros, para obter a cor e quantidade desejada.

Realizar levantamento das necessidades de materiais, ferramentas entre outros, sempre que solicitado.

Pintar paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques, móveis, entre outros, observando as medidas, a posição e o estado da superfície a ser pintada.

Executar trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando, pregando, colando, encaixando, montando, reformando peças ou conjuntos de madeira para edificações, veículos, mobiliário, cenários, entre outros, bem como para manutenção e/ou reformas.

Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.

Pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, alinhando, demarcando, preparando o solo, assentando o material, escavando, nivelando-os e demais procedimentos, conforme a necessidade, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.

Demolir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas.

Preparar canteiros de obras, limpando a área e compactando solos.

Efetuar manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos.

Operacionalizar projetos de instalações de tubulações, válvulas, bombas, ligações de água, corte e religação, adequação do sistema, estudando projetos, definindo traçados das tubulações, identificando pressão do fluido, dimensionando tubulações, identificando e quantificando materiais.

Pré-montar e instalar tubulações, cortando e alinhando tubos conforme ângulo específico, assentando e vedando tubulações e instalando acessórios e equipamentos.

Carregar e descarregar veículos.

Executar tarefas de ordem geral e específica, sob orientação.

Realizar outras atribuições compatíveis as acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

#### 8- DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

**8.1- Cargo Agente de Obras- na função de carpinteiro e borracheiro**

8.1.1 Estará classificado o candidato que comprovar no mínimo de 6 (seis) meses de tempo de serviço no cargo condizente com a função na qual se inscreveu, cuja comprovação de tempo de serviço dar-se-á por meio do registro constante na Carteira de Trabalho - CTPS, ou por meio de declaração ou certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 31/05/15).

8.1.2- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. pontos
De 06 meses a 03 anos	05 pontos
De 03 anos e 01 dia até 04 anos	06 pontos
De 04 anos e 01 dia até 05 anos	07 pontos
De 05 anos e 01 dia até 06 anos	08 pontos
De 06 anos e 01 dia até 07 anos	09 pontos
De 07 anos e 01 dia até 08 anos	10 pontos
De 08 anos e 01 dia até 09 anos	11 pontos
De 09 anos e 01 dia até 10 anos	12 pontos
De 10 anos e 01 dia até 11 anos	13 pontos
De 11 anos e 01 dia até 12 anos	14 pontos
Acima de 12 anos	15 pontos

8.1.3- Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque.

**09- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

09.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

09.2 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Candidato de maior idade;
- b) Candidato com maior número de filhos menores de 18 anos;
- c) Candidato casado ou sob regime de união estável;

**10- DO RESULTADO**

10.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 01 de julho de 2015, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

**11- DOS RECURSOS**

11.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados no setor de recursos humanos, na prefeitura de Brusque, das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

11.2- A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 03 de julho de 2015.

**12- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO**

12.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

- 1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando);
- 2- endereço do servidor;
- 3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei;
- 4- regime jurídico;
- 5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver;
- 6- laudo de inspeção de saúde;
- 7- comprovação de nacionalidade;
- 8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos;
- 9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais;
- 10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- 11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horaria do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento;



- 12- comprovação de idade mínima;
- 13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital;
- 14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- 15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho;
- 16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,
- 17- termo de posse;
- 18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão;
- 19- declaração de bens;
- 20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo.

### 13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;
- 13.2- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.
- 13.3- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;
- 13.4- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.
- 13.5- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.
- 13.6- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.
- 13.7- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.
- 13.8- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 13.9- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 22 de junho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

### Anexo I

#### DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), \_\_\_\_\_ (estado civil), inscrito (a) no RG nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de \_\_\_\_\_, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do candidato

### Anexo II

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, e inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.

Anexo III

## DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

Anexo IV

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

CARGO \_\_\_\_\_

Nome Completo do Candidato \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Fone \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de Escolaridade \_\_\_\_\_

Registro no Órgão de Classe nº \_\_\_\_\_

(RG) \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

CARGO \_\_\_\_\_

Nome Completo do Candidato \_\_\_\_\_

Brusque (SC) \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Ass. Fiscal

OBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do `Protocolo de Inscrição e Carteira de Identidade.

**EDITAL Nº 017/2015 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO –**

Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 017/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.317/98, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de MÉDICO em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde na Estratégia Saúde da Família - ESF, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

**1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- O cargo, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração, estão especificados no quadro constante do item 7 deste edital.

1.3- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá em prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

1.4- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 ano.

1.5- Considerando o disposto no art. 1º, V, da Lei Municipal 2.174/97, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público, e considerando que a Constituição da República Federativa inscreve, em seu artigo 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável, e a necessidade da presença de Médicos nas unidades básicas de saúde, compreendendo o Programa da Saúde da Família, este entendido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizado mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, é fundamental para o bom atendimento da população, o presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

**2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

MÉDICO
Formação em nível de graduação em medicina e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**3- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO**

3.1- O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, CÓPIA dos seguintes documentos:

- Foto 3x4 recente;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);
- PIS;
- CPF;
- Carteira de Identidade;
- Certidão de nascimento;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Comprovação relativa a quitação militar;
- Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- Apresentar Diploma de Conclusão de Curso, acrescido do registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**4- DA INSCRIÇÃO**

4.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

4.2 As inscrições serão realizadas junto a Secretaria de Saúde, setor de Recursos Humanos localizado na Rua Germano Schaefer, 4º andar, na pra Centro, Brusque-SC, no período de 22 de junho de 2015 a 24 de julho de 2015, nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min

e das 14h00min às 17h00min.

4.3 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.4 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

#### 5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Ter Formação em nível de graduação e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;

5.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;

5.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

5.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

5.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

5.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

5.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

#### 6- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

6.1- As inscrições serão realizadas junto à Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Prefeitura Municipal de Brusque, no período de 22 de junho de 2015 a 24 de julho de 2015, nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min.

#### 7- DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
MÉDICO	2 + C.R*	40 horas semanais	R\$ 12.020,40

\*CADASTRO DE RESERVA.

#### 8- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

##### 8.1- Médico

Atribuições:

- Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio;
- Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção Básica, definidas nas normas e diretrizes da estratégia de saúde coletiva vigente no país;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental entre outros que se fizerem necessários;
- Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável;
- Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
- Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência, participando da elaboração dos relatórios mensais a serem produzidos pela unidade de saúde;
- Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial, cuja atenção não deve estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos;
- Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção, prevenção e educação para saúde;
- Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico de confiança;
- Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na US de origem, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Indicar internação hospitalar quando necessário;
- Solicitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Fazer prescrições de medicamentos de acordo com a política municipal de Assistência Farmacêutica;
- Verificar e atestar óbito;
- Acatar seu remanejamento para qualquer unidade da rede municipal, atendendo necessidade ou posicionamento estratégico de readequação;
- Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade;
- Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e a respectiva via de administração;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença;
- Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais;
- Atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas;

- Atender convocação da Secretaria Municipal de Saúde para participar de curso, treinamento e atividades afins que estejam ligas à sua área de atuação;
- Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;
- Exercer outras atividades, compatíveis com a sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação superior.

#### 9- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

9.1- A prova realizar-se-á no dia 26 de julho de 2015, das 09h00min às 12h00min, nas dependências da UNIASSELVI/ASSEVIM, situada na Rua Gregório Diegoli, 35-A - Bairro São Luiz, Brusque-SC

#### 10- DA PROVA, CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

10.1- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetiva, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

10.2- O candidato somente poderá deixar o local de prova depois de decorrido 01 (uma) hora de início da prova, sendo automaticamente eliminado do certame aquele que não atender a este dispositivo;

10.3- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar o recinto de uma vez só, após o último candidato ter concluído a sua prova;

10.4- A prova de que trata o presente Edital compor-se-á de 30 (trinta) questões objetivas, sendo 20 (vinte) questões de conhecimentos específicos, com o valor de 0,4 (zero vírgula quatro) pontos para cada questão e 10 (dez) questões de conhecimentos gerais, com valor de 0,2 (zero vírgula dois) para cada questão;

10.5- Estará classificado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver na Prova Objetiva 05 (cinco) pontos do total geral da nota;

10.6- Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando documento de identificação (CPF, RG, Carteira de Motorista, CTPS);

b) Ingressar no estabelecimento da prova, após o fechamento da sala;

c) Substituir a folha de respostas, por erro do candidato;

d) Valer-se de qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, relógios digitais, telefone celular, agendas eletrônicas, pagers, bips, walkmann, ou qualquer outro equipamento similar.

10.7- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

10.8- Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

10.9- Após identificado e instalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala acompanhado de fiscal.

#### 11- DO CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA

##### 11.2- Médico

Conhecimentos gerais: gestão pública.

Conhecimentos específicos:

a) Saúde da família;

b) Saúde pública;

#### 12 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.2 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

a) Candidato de maior idade;

b) maior número de acertos nas questões específica;

c) maior número de acertos nas questões de Língua Nacional;

d) maior número de acertos nas questões de Matemática;

e) casado ou sob regime de união estável.

12.2.1- A comprovação do estado civil especificado na letra "c" do item 11.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

#### 13- DO RESULTADO

13.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 29 de julho de 2015, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.



#### 14 - DOS RECURSOS

14.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Saúde, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal), nos seguintes horários: das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

14.2 - A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 31 de julho de 2015.

#### 15 - DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

15.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Saúde na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando)

2- endereço do servidor,

3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei,

4- regime jurídico,

5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver.

6- laudo de inspeção de saúde,

7- comprovação de nacionalidade,

8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos,

9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais,

10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato,

11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horaria do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento,

12- comprovação de idade mínima,

13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital,

14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho,

16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,

17- termo de posse,

18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão,

19- declaração de bens,

20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo,

#### 16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

16.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

16.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

16.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

16.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

16.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

16.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

16.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

16.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 22 de junho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Anexo I

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.

Anexo II

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, e inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.

Anexo III

## DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

Anexo IV

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

CARGO \_\_\_\_\_

Nome Completo do Candidato \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Fone \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de Escolaridade \_\_\_\_\_

Registro no Órgão de Classe nº \_\_\_\_\_

(RG) \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

CARGO \_\_\_\_\_

Nome Completo do Candidato \_\_\_\_\_

Brusque (SC) \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Ass.Fiscal

OBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do `Protocolo de Inscrição e Carteira de Identidade`.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2015 - FMS**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2015 - FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 005/2015 – FMS, em 10/06/2015. Objeto: Aquisição de medicamentos em caráter emergencial, não padronizados pelo SUS e dos decorrentes de decisão judicial. Valor: R\$ 900.000,00. Origem: Pregão nº 006/2015 – FMS. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ivonir Zanatta Webster.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 024/2015 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 024/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 024/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de tintas e materiais para pintura. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 08 de julho de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2015**

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 063/2015

CONCORRÊNCIA nº 007/2015

OBJETO: Prestação de serviços de tratamento (acolhimento) de pessoas idosas, através da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

22/06/2015.

JOSEANA PAES LOPES

Presidente da Comissão de Licitação

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.435

DECRETO Nº 6.435, de 19 de junho de 2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos autorizativos da Lei nº 3.223, de 25 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento do Município de Caçador, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02. – CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO

Funcional: 15.452.0020.1.048 – Pavimentação de Vias Públicas

Elemento: 4.4.90.00.00.0083 – Aplicações Diretas

Art. 2º De acordo com a Lei nº 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 3.223, de 25 de maio de 2015.

Parágrafo Único – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.436

DECRETO Nº 6.436, de 22 de junho de 2015.

Convoca a X Conferência Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026" e Lema: "Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: o SUAS que temos e o SUAS que queremos", a ser realizada no dia 24 de julho de 2015, das 08h30min às 12h00min e das 13h30 às 17h00, no Plenário Osvaldo José Gomes, na Câmara Municipal de Caçador, sita à Rua Fernando Machado, nº 139, nesta cidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.515**

PORTARIA Nº 25.515, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado durante o mês de março de 2015, especificando: códigos, nomes, cargos, setores e número de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Setor	Nº Horas
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	Vigilância Sanitária	87hs
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	Vigilância Sanitária	78hs
15	Giovani Ernandes Teles Oliveira	Agente Serviços Agríc. Florestais	Vigilância Sanitária	495hs
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	Vigilância Sanitária	101hs
6301	Nilo Sergio Luz Amorin	Engenheiro Civil	Vigilância Sanitária	82hs
10961	Renata Cristina Silva Favarão	Assistente Administrativo	Vigilância Sanitária	276hs
7683	Nara Tescke	Técnico em Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	151hs
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	216hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.534**

PORTARIA Nº 25.534, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em razão de faltas injustificadas no período de 15/03/2015 a 14/04/2015, especificando: código, nome dos servidores e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de dias
1452	Evaldo Maurilio	2 dias
428	Luiz Gonçalves	1 dia
13302	Luiz Ademar Kraiewski	4 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 25.547**

PORTARIA Nº 25.547, de 08 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica enquadrada a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, abaixo relacionada, lotada na EMEB Henrique Julio Berger, especificando: código, nome da servidora, cargo anterior, Nível Referência anterior, Cargo de enquadramento e Nível Referência atual, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Anterior	Nível / Referência Anterior	Cargo Enquadramento	Nível / Referência Atual
	Vera Lucia Lipka Neves	Professor de Educação Física	3.3/E	Professor de Ensino Fundamental II	3/A

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de Maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.548**

PORTARIA Nº 25.548, de 08 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica enquadrada a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, abaixo relacionada, lotada na EMEB Walsin Nunes Garcia, especificando: código, nome da servidora, cargo anterior, Nível Referência anterior, Cargo de enquadramento e Nível Referência atual, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Anterior	Nível / Referência Anterior	Cargo Enquadramento	Nível / Referência Atual
1013	Cecilia Bertotto Paloschi	Professor de 1 a 4	3.3/D	Professor de Ensino Fundamental I	3/A

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de Maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.549**

PORTARIA Nº 25.549, de 08 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica enquadrada a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, abaixo relacionada, lotada na EMEB Castelhana, especificando: código, nome da servidora, cargo anterior, Nível Referência Anterior, cargo de enquadramento e Nível Referência, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Anterior	Nível / Referência Anterior	Cargo Enquadramento	Nível / Referência Atual
1232	Fatima Aparecida de Castilho	Professor de 1 a 4	1.3/E	Professor de Ensino Fundamental I	1/B

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de Maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.550

PORTARIA Nº 25.550, de 08 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica enquadrada a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, abaixo relacionada, lotada na EMEB Pierina Santin Perret, especificando: código, nome da servidora, cargo anterior, Nível Referência anterior, Cargo de enquadramento e Nível Referência atual, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Anterior	Nível / Referência Anterior	Cargo Enquadramento	Nível / Referência Atual
325	Odila Raiser dos Santos Maffessoni	Orientador Educacional	4.3/E	Especialista em Assuntos Educacionais	4/A

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de Maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.555

PORTARIA Nº 25.555, de 13 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal ANTONIO GETULIO RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Orientador Educacional, 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação, licença sem ônus para o Município, a contar de 02 de maio de 2015 até o dia 22 de dezembro de 2015, conforme Decreto Legislativo nº 262, de 13 de maio de 2015, que homologa Termo de Compromisso nº 01/2015, celebrado entre o Município de Caçador e a 10ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador, através da Gerência de Educação, por intermédio do CEJA.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de maio de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 25.565**

PORTARIA Nº 25.565, de 22 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal ROSANGELA RODRIGUES FERREIRA JERONYMO, ocupante do cargo Fonoaudiólogo, 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Matrícula 3799, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 09 de maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de maio de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 25.573**

PORTARIA Nº 25.573, de 28 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 21.523, de 02 de abril de 2012, que concedeu a conversão em dinheiro de um terço (1/3) da licença prêmio, à Servidora Pública Municipal CLEMARE APARECIDA COELHO, Matrícula 938, ocupante do cargo de Professora 1 a 4, lotada na Secretaria Municipal da Educação, somente no que se refere à Servidora e ao período aquisitivo, que passa a ser de 08 de janeiro de 2003 a 08 de janeiro de 2008.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO VISUAL E SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DESTINADOS À DIRETORIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

Suspende-se o presente processo de licitação para adequações solicitadas pela Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança do Município de Caçador/SC.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacaopmc@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacaopmc@cacador.sc.gov.br), telefone: (049) 3666.2431 ou das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 22 de junho de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

# Camboriú

## PREFEITURA

**PR 14/15 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015-FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO VOLKSWAGEN FOX PLACA MIH 3393 A SERVIÇO DO NÚCLEO DE COMBATE A PEDOFILIA E PREVENÇÃO AS DROGAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 06 (Seis) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 22 de Junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### 1ª ALTERAÇÃO CREDENCIAMENTO 01/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

#### 1ª ALTERAÇÃO AO CREDENCIAMENTO 01/2015

Necessário se faz a alteração do edital de credenciamento em epígrafe para alteração na descrição do valor da tabela 02 EXAMES dos itens COLONOSCOPIA e ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA (ENDOSCOPIA), passando a vigorar conforme abaixo:

CREDENCIAMENTO 01/2015

#### TABELA 2: EXAMES

02.09.01.003-7	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA (ENDOSCOPIA)	160,00	15
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA	300,00	05

Validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 dias)

#### CARIMBO E ASSINATURA:

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafado permanecem inalterados e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br). Publique-se ainda, o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC, 21 de junho de 2015.

Carolina da Costa Telma  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário e materiais para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa REICHEL BRINQUEDOS LTDA, CNPJ: 85.179.463/0001-15, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 53/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	15	Unidade	Colchão para berço. Densidade: D28. Material: tecido e plástico. Altura: 10cm. Largura: 60cm. Profundidade: 130cm.	53,33	799,95
04	5	Unidade	Tecido para confecção de roupa de cama. Cambraia lisa (60% algodão e 40% poliéster) 2,55 largura. Peça com 30m.	380,00	1.900,00
VALOR TOTAL	R\$ 2.699,95				

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ  
Pregoeira

REICHEL BRINQUEDOS LTDA  
Representante legal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário e materiais para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa STAUDT E FRANCESQUETT LTDA, CNPJ: 13.674.709/0001-14, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 53/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	15	Unidade	Berço. Com 2 regulagens de altura do colchão. Para crianças de 0 a 6 anos. Estrutura: MDP. Dimensões: 133,5cm x 90,5cm x 68,4cm (LxAxP). Aprovado pelo INMETRO. Bordas de PVC. Com montagem no local de entrega.	259,90	3.898,50
03	100	Unidade	Travesseiro. Composição: tecido 100% algodão. Dimensões: 50x70cm.	18,30	1.830,00
05	5	Unidade	Tecido para confecção de roupa de cama. Cambraia estampada (60% algodão e 40% poli-éster) 2,20 largura. Peça com 30m.	336,08	1.680,40
VALOR TOTAL	R\$ 7.408,90				

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

STAUDT E FRANCESQUETT LTDA  
Representante legal

**CONVOCAÇÃO Nº 077/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 077/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS, inscrita no CPF/MF sob nº. 282.897.895-8, aprovada em 13º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público e na Função de Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 22 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 078/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 078/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. ELENICE MICKUS, inscrita no CPF/MF sob nº 416.779.093-90, aprovada em 14º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 22 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 079/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 079/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. DYENIFFER FAGUNDES, inscrita no CPF/MF sob nº 641.119.895-00, aprovada em 15º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público Agente Operacional I, na Função Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 22 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

**DECRETO Nº 9.065 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.065 DE 22 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.								
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer								
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer Para Famílias.								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00							

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.								
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer								
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer Para Famílias.								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00							

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

22 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2013**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: VANDERLEIA BUTHEVITZ

OBJETA: SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR TITULAR, PREVISTA NO INCISO X ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

VIGÊNCIA: 08 de Abril de 2013 ATÉ 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: LEI Nº 006, DE 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 08 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**LEILÃO 56/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

**LEILÃO Nº 56/2015**

O Município de Campo Alegre torna público que fará realizar leilão público para venda de bens móveis inservíveis à Administração Municipal. A descrição completa dos bens e valor mínimo para lance encontra-se na tabela a seguir:

IT	QT	N. P.	DESCRIÇÃO	V. M. L.			
01	01	243	Trator de pneu Massey Ferguson, ano 1986, Modelo 275, Motor Perkins, série 2160039486, chassi 1664511, M1 B.	R\$ 6.000,00			
02	01	8369	Escavadeira Hidráulica Daewoo, ano de fabricação 2001, modelo SOLAR 220 LC-V, Série DB58TI e nº série 1274.	R\$ 30.000,00			
03	01	231	Patrola motoniveladora Huber Warco, modelo 135M, série 3765, ano 1974, motor Mercedes Benz OM 255/84.	R\$ 10.000,00			
04	01	232	Caminhão Mercedes Benz 1113, diesel, ano/modelo 1978, chassi 34404112376733, código RENA-VAM 557920981, placa MBL 2968, carroceria.	R\$ 5.000,00			
05	01	8456	Fiat Uno Mille Fire, ano 2001/modelo 2002, cor branca, duas portas, chassi 9BD15802524341586, código RENA-VAM 773558497, placa MFT 1460.	R\$ 1.800,00			
06	01	28858	VW Santana ano 2002/ modelo 2003, a álcool, chassi 9BWAC03X53P001974, código RENA-VAM 785357700, placa AKI 4059.	R\$ 2.000,00			
07	01	24223	Kia Besta GS Grand PAS/Micro-ônibus, 85CV, motor a diesel, ano/modelo 2004, chassi KNHTS732247153214, código RENA-VAM 830551689, placa MCF3714.	R\$ 16.000,00			
08	01	8447	Ambulância simples remoção, Ford Courier Rontan AMB, ano 2001, modelo 2002, chassi 9BFNS-ZPPA2B929970, código RENA-VAM 776668846, placa MCJ 9521.	R\$ 6.000,00			
09	01	28861	Fiat Palio Fire, ano 2002, modelo 2003, chassi 9BD17103232261328, código RENA-VAM 794596932, placa AKP4572.	R\$ 2.500,00			
10	01	272	VW Gol CL, ano/modelo 1994, chassi 9BWZZZ30ZRT005011, código RENA-VAM 557929393, placa MDY9030.	R\$ 2.500,00			
11	01	6027	Chevrolet Corsa Wind, ano/modelo 1998, chassi 9BGSC08ZWWC731906, código RENA-VAM 695201247, placa LNZ4042.	R\$ 3.500,00			
12	01	316	VW Kombi, ano/modelo 1999, cor branca, chassi 9BWZZZ237XP013874, código RENA-VAM 728585030, placa MEE 2120.	R\$ 1.000,00			
IT = Item	QT = Quantidade						
N.P. = Número de Patrimônio	V. M. L. = Valor mínimo para lance (inicial)						

Data, horário e local para a realização do leilão: às 9h do dia 08/07/2015, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. O edital na íntegra está disponível no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) (Licitação/Leilão). Informações: (47) 3632-2266 – Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre, 23 de junho de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 22 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE RECURSOS INDEFERIDOS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 001/2015 - Eleições 2015, e Resolução nº 05 de 31 de Março de 2015 do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Reunião Ordinária realizada em data de 26 de Maio do ano de dois mil e quinze, conforme ata número zero dois;

RESOLVE:

Art.1º) Ficam Indeferidos os Recursos das Inscrições para a Eleição ao Cargo de Conselheiro Tutelar, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019, segue os números das inscrições indeferidas:

Nº 15 – PRISCILA APARECIDA CARVALHO LEMOS;

Nº 21 – TAYLA DE OLIVEIRA SCHROEDER;

Nº 25 – JOSÉ CRISTOFOLINI.

Art.2º– Fica concedido o prazo de 03 (zero três) dias, a contar da data de Publicação da presente Resolução, para que os inscritos indeferidos apresentem Recurso junto ao CMDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º– Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 22 de Junho de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo

Processo Eleitoral da escolha dos novos

Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal “Casa da Cidadania” na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo

Processo Eleitoral da escolha dos novos

Conselheiros Tutelares

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2015

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, do Estado de Santa Catarina, com endereço à Rua 1º de Maio, 736, Centro, inscrito no CGC/MF sob nº 83.026.765/0001-28, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - Sr. RUDIMAR BORCIONE, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 11.041.683/0001-41, situada na Rua Romario Rodrigues de Lima, 1189, Santa Rita, Marmeleiro, PR, nesta ato representada pelo Sr. Darci Antonio Zattera, CPF nº 513.535.809-97, doravante denominado CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato se vincula-se ao Processo Licitatório nº 982/2015 – Convite nº 05/2015 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, os quais passam a ser parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Banda para o acompanhamento dos Calouros do II Festival Municipal e I Festival Nacional da Canção Livre – FESTERE a ser realizado nos dias 31 de Julho de 1º de Agosto de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1. O Município pagará ao Contratado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em moeda corrente, em até 05 dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em havendo prorrogação do prazo de vigência do presente Contrato os valores ajustados serão reajustados com base IGP-M/FGV ou outro índice que o substituir, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O juro de mora pelo atraso no pagamento será calculado com base na variação do IGP-M ou índice que o substituir.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto do presente Contrato será indireta, mediante a prestação dos serviços pela contratada em local designado pelo Departamento de Cultura.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1 - Prestar os serviços rigorosamente na forma contratada em condições compatíveis com o exercício regular da função.

4.2 – Disponibilizar a banda com músicos e instrumentos e demais equipamentos.

4.3 – Realizar o acompanhamento dos calouros durante o festival e ensaios.

4.4 -Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, vedada a subcontratação de outra empresa/pessoa física para a execução dos serviços contratados.

4.5 – Manter o registro junto ao órgão de Fiscalização competente para o desempenho da atividade.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1-Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.2-Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

5.3-Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento;

5.4-Fiscalizar a fiel observância das disposições deste contrato, registrando por escrito as deficiências porventura existentes na execução dos serviços e notificando a CONTRATADA imediatamente sobre falhas observadas nos serviços prestados.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento do exercício de 2015, projeto Atividade:

05.02	2071	33903999	2059	100	Realização de Festivais
-------	------	----------	------	-----	-------------------------

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência na data da assinatura até 30 de Agosto de 2015, podendo a critério do CONTRATANTE ser prorrogado mediante Termo Aditivo, com base no art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes;

III - judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA- PENALIDADES

9.1. No caso de atraso injustificado por parte do contratado na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante,



que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 10.1, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária da possibilidade de participar de licitação e contratar com o Município de Campo Erê, SC, pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- d) declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

10.1. O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, designa como Gestor e Fiscal deste Contrato, o Sr. Milton José Staudt, Diretor de Gestão e Planejamento, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização do objeto, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

10.2. As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 22 de Junho de 2015.

Rudimar Borcioni  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Darci Antonio Zattera e CIA LTDA  
CONTRATADA

#### Testemunhas:

Gilmar Fior de Medeiros  
CPF: 743.984.409-25

Milton José Staudt  
CPF: 605.339.439-49

Rafael Caleffi  
OAB/SC – 18.125

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PL 916/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 940/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 916/2015

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 916/2015

b) Objeto: Implantação de pavimentação asfáltica e pintura de sinalização horizontal, na Rua Alagoas, no Bairro Primavera, Município de Campo Erê – SC.

c) Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA - CIDIR

Valor: R\$ 120.503,70 (cento e vinte mil quinhentos e três reais e setenta centavos);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 29 de Maio de 2015.

RUDIMAR BORCIONI  
Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇOS 04/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1116/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ-SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08 horas do dia 09 de Julho de 2015, o Departamento de Licitações do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1116/2015 na modalidade de Tomada de Preços nº 04/2015, para a implantação e ampliação de rede de abastecimento de água potável na linha 12 de Novembro, São Jorge e Belo Horizonte II etapa, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, Rua 1º de Maio, 736 - Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, ou pelo e-mail [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) - Campo Erê - SC, 17 de Junho de 2015. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

**PORTARIA N º 1.173/15**

PORTARIA Nº 1.173/15 DE 22/06/15

**NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,  
**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações:

Ana Eliza Mara Marcon—Presidente  
Vanessa Aparecida Torres – Membro  
Lucia Francisca de Oliveira – Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 279/15 de 22/06/15.

Prefeitura de Campos Novos, 22 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 1.165/15**

PORTARIA Nº 1.165/15 de 15/06/15

**ALTERA PORTARIA Nº 1486/13 QUE CONCEDEU PENSÃO POR MORTE A PESSOA QUE MENCIONA**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, o uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, considerando o falecimento do Servidor Inativo Vasco Marcon, conforme certidão de óbito nº 10835701552013400024122000605280 de 16 de Setembro de 2013, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos;  
em de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder pensão por morte a Erza Alves Marcon em decorrência do óbito do aposentado VASCO MARCON.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2013, REVOGANDO-SE A Portaria nº 1486/15 de 25/09/2013.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
15 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 1.166/15**

PORTARIA Nº 1.166/15 de 15/06/15

**EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VANDERLÉIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VANDERLÉIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
15 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 1.167/15**

PORTARIA Nº 1.167/15 de 15/06/15

**EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARILSE ALVES FRANÇA**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARILSE ALVES FRANÇA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
15 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 1.169/15**

PORTARIA Nº 1.169/15 de 16/06/15

**CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILSE ALVES FRANÇA**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, MARILSE ALVES FRANÇA para

exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de junho de 2015.

#### COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de junho de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 1.170/15

PORTARIA Nº 1.170/15 de 16/06/15  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária SIMONE DIAS OLIVEIRA MORAES, encontra-se em auxílio maternidade,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de junho de 2015.

#### COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de junho de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### SAMAE - CAMPOS NOVOS

#### EXT. PP. 10/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

#### AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 11/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 24/07/2015, para

recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos

interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

#### EXT. PP. 11/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

#### AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 12/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO A SEREM REPOSTOS NO ESTOQUE DO SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 27/07/2015, para

recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos

interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 559/2015

PORTARIA Nº. 559/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, período vespertino e matutino, designada para o GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ANA PAULA KURUDZ, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 040/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 22/06/2015, conforme comunicação interna nº 310/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 69/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 113/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 69/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/07/2015, às 09h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE METRO QUADRADO DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE RUFOS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADA EM CONCRETO E DE CAIXAS COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, ASSENTAMENTO DE PEDRA PORTUGUESA, PARALELEPIPEDO, LAJOTA SEXTAVADA E PAVER E REGISTRO DE PREÇO DE METRO LINEAR DE MEIO FIO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 08/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Riconski Faria

Prefeito

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 64/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 1.524,92

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 100/2015

Licitação.....: 64/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 2785 - AREIA MÉDIA - Unidade: M3								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	Papua	1,000	0,0000	71,9000	71,90	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000	0,0000	71,9800	71,98	Perdeu	2
Item.....: 2 - 2665 - CAL VIRGEM, SACO C/ 20 KG - Unidade: SC								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Calfinex CIBRACAL	1,000	0,0000	7,9900	7,99	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000	0,0000	8,0000	8,00	Perdeu	2
Item.....: 3 - 7337 - CAL HIDRATADO C/ 20 KG - Unidade: SC								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Calfinex CIBRACAL	1,000	0,0000	7,9900	7,99	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000	0,0000	8,0000	8,00	Perdeu	2
Item.....: 4 - 2664 - CIMENTO PORTLAND CP 320, SACO COM 50 KG - Unidade: SC								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Votoram VOTORAN	1,000	0,0000	26,9800	26,98	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000	0,0000	27,0000	27,00	Perdeu	2
Item.....: 5 - 2741 - BRITA N.º 01 - LIMPA - Unidade: M3								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BRITAPAR	1,000	0,0000	75,0000	75,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 2/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.524,92

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 100/2015

Licitação.....: 64/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 6</b>	<b>- 2799 - BRITA Nº 2 - LIMPA - Unidade: M3</b>							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BRITAPAR	1,000	0,0000	75,0000	75,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 7</b>	<b>- 16978 - POSTE DE CONCRETO 6 MTS PADRÃO CELESC - Unidade: UN</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Poste Canoinhas	1,000	0,0000	319,9000	319,90	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	POSTES CANOINHA	1,000	0,0000	320,0000	320,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 8</b>	<b>- 19527 - POSTE DE CONCRETO - 7 METROS PADRÃO CELESC - Unidade: UN</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Poste Canoinhas	1,000	0,0000	329,9000	329,90	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	POSTES CANOINHA	1,000	0,0000	330,0000	330,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 9</b>	<b>- 11040300 - POSTE DE CONCRETO COM 8 METROS PADRÃO CELESC - Unidade: UN</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Poste Canoinhas	1,000	0,0000	409,9000	409,90	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	POSTES CANOINHA	1,000	0,0000	410,0000	410,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 10</b>	<b>- 44741 - RIPA PINUS - Unidade: M</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	1,000	0,0000	1,3900	1,39	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	1,000	0,0000	1,4000	1,40	Perdeu	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/6

1.524,92

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 100/2015

Licitação.....: 64/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 11</b>	<b>- 43847 - PREGO 17 X 27. - Unidade: KG</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	L.B	1,000	0,0000	7,2800	7,28	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	GERDAU	1,000	0,0000	7,3000	7,30	Perdeu	2
<b>Item.....: 12</b>	<b>- 2661 - PREGO 18 x 36 - Unidade: KG</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	L.B	1,000	0,0000	7,4400	7,44	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	GERDAU	1,000	0,0000	7,4500	7,45	Perdeu	2
<b>Item.....: 13</b>	<b>- 11040320 - TABUA DE PINUS DE 25 CM POR 2,5 M - Unidade: UN</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	1,000	0,0000	14,9900	14,99	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	1,000	0,0000	15,0000	15,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 14</b>	<b>- 11040321 - TABUA DE PINUS DE 20 CM POR 2,5 M - Unidade: UN</b>							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	1,000	0,0000	14,9900	14,99	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	1,000	0,0000	15,0000	15,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 15</b>	<b>- 9923 - TELHA FRANCESA - Unidade: UN</b>							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	SANTA TEREZINHA	1,000	0,0000	1,4000	1,40	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Sta. Terezinha	1,000	0,0000	1,4300	1,43	Perdeu	2

Página: 4/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 100/2015		Processo Administrativo:		1.524,92				
Licitação.....: 64/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16 - 37431 - GOIVA - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	OURO DA TERRA	1,000	0,0000	3,0000	3,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ceaca	1,000	0,0000	3,4900	3,49	Perdeu	2
Item.....: 17 - 11040294 - CAIBRO DE 3 METROS 2X4 DE PINUS - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	1,000	0,0000	14,9900	14,99	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	1,000	0,0000	15,0000	15,00	Perdeu	2
Item.....: 18 - 11040322 - CAIBRO DE 3 METROS 3X4 DE PINUS - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	1,000	0,0000	23,9900	23,99	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MARJDEROCHA	1,000	0,0000	24,0000	24,00	Perdeu	2
Item.....: 19 - 311044109 - BARRA DE FERRO 1/4 COM 12M. - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	1,000	0,0000	14,3900	14,39	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BELGO	1,000	0,0000	14,4000	14,40	Perdeu	2
Item.....: 20 - 11040324 - TUJOLO - 4 FUROS - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	OURO DA TERRA	1,000	0,0000	0,6200	0,62	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ceaca	1,000	0,0000	0,6300	0,63	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/6

1.524,92

Processo / Ano: 100/2015  
Licitação.....: 64/2015 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21 - 11778 - TELHA DE FIBRA 1,83 X 1,10 X 5MM - Unidade: UN

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	IMBRALIT	1,000	0,0000	21,5000	21,50	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 22 - 46639 - TELHA DE FIBROCIMENTO 1,83x1,10 C/ 5mm - Unidade: UN

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 23 - 46640 - TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44 X 1,10 X 5MM - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Himbralit	1,000	0,0000	34,4900	34,49	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	IMBRALIT	1,000	0,0000	34,5000	34,50	Perdeu	2

Item.....: 24 - 14965 - GOIVA DE FIBROCIMENTO 6 MM 15º MACHO E FÊMEA, ARTICULADA - Unidade: PAR

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 25 - 111041831 - ESPIGÃO FIBROCIMENTO 5MM UNIVERSAL 180CM - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Himbralit	1,000	0,0000	39,8900	39,89	Venceu	1 *****
-------	-------------------------------	-----------	-------	--------	---------	-------	--------	---------

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/6

1.524,92

Processo / Ano: 100/2015  
Licitação.....: 64/2015 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 25	- 111041831 - ESPIGÃO FIBROCIMENTO 5MM UNIVERSAL 180CM - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	IMBRALIT	1,000	0,0000	39,9000	39,90	Perdeu	2

Canoinhas, Em .....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	28.754/SC
VANESSA LANGER - .....	CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC CONTRATO 0203/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Contrato Nº.: 0203/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: CELIO DURIGON - ME		
Valor ..... : 2.490,15 (dois mil quatrocentos e noventa reais e quinze centavos)		
Vigência ..... : Início: 22/06/2015 Término: 22/09/2015		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2015 Processo_Licitatório....: 000120 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Aquisição e instalação de vidros para as janelas do Ginásio de Esportes Dileto Bertaiolli		
Capinzal, 22 de Junho de 2015		

Contrato Nº.: 0204/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: INDUSTRIA DE TINTAS OURO LTDA		
Valor ..... : 14.178,00 (quatorze mil cento e setenta e oito reais)		
Vigência ..... : Início: 22/06/2015 Término: 22/06/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 68/2015 Processo_Licitatório....: 000112 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tintas para execução de atividades relacionadas à Secretaria de Infraestrutura		
Capinzal, 22 de Junho de 2015		

### PMC CONTRATO 0205/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Contrato Nº.: 0205/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: CACIANE RIBEIRO DOS SANTOS 01115856006		
Valor ..... : 86.100,00 (oitenta e seis mil e cem reais)		
Vigência ..... : Início: 22/06/2015 Término: 22/06/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2015 Processo_Licitatório....: 000115 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para Construção e Reforma de Calçadas (passeios públicos) e Reforma de Calçamentos em diversos pontos e Ruas do Município de Capinzal		
Capinzal, 22 de Junho de 2015		

### PORTARIA 502/2015

PORTARIA Nº 502, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Ficam determinadas férias regulamentares, de 01 a 30 de abril de 2015, aos seguintes servidores:

MATRÍCULA	NOME	AQUIS.IN.	AQUIS.FINAL	GOZO IN.	GOZO FINAL	ABONO
30477801	ADEMIR DA LUZ	01/04/2013	31/03/2014	01/04/2015	20/04/2015	10
32760301	DANIELA BORTOLI	02/03/2014	01/03/2015	01/04/2015	30/04/2015	0
17398301	ELENA CASAGRANDE RECH	01/11/2013	31/10/2014	01/04/2015	20/04/2015	10
31031001	GISELA NARA MARTINS	15/05/2013	14/05/2014	01/04/2015	20/04/2015	10
32947901	IVANICE WIRTH ZASTROW	01/02/2014	31/01/2015	01/04/2015	30/04/2015	0
33002701	JOSE VANDERLI GOTARDO	09/02/2014	08/02/2015	01/04/2015	20/04/2015	10
33008601	JOSIMARI DONDONI DO AMARAL	02/01/2014	01/01/2015	01/04/2015	30/04/2015	0
33295001	ROSANGELA FRANCISCA SERPA	06/02/2014	05/02/2015	01/04/2015	30/04/2015	0

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 503/2015**

PORTARIA Nº 503, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 01 de abril a 30 de maio de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 4096/2014, da servidora Loreane Carine de Oliveira, matrícula nº 407504/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 505/2015**

PORTARIA Nº 505, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na forma que especifica:

Membros Titulares Governamentais:

I – Francieli Dambrós  
Representante da Secretaria da Administração e Finanças;

II – Kelly Cristina Lopes Moschen  
Representante da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social;

III – Izoete dos Santos Riquetti  
Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;

IV – Mirian Golin Fagundes  
Representante da Diretoria de Desenvolvimento Social

V – Rafael Edgar Tonial  
Representante da Secretaria de Infraestrutura.

Membros Suplentes Governamentais:

I – Ana Carolina Basquera Betiolo  
Representante da Secretaria da Administração e Finanças;

II – Patrícia Gomes da Silva  
Representante da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social;

III – Gisela Nara Martins  
Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;

IV – Elena Casagrande Rech  
Representante da Diretoria de Desenvolvimento Social;

V – Ademir Crul  
Representante da Secretaria de Infraestrutura.

Membros Titulares Não - Governamentais:

I – Antonio Luis da Silva  
Representante do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção;

II – Natalina Muraro  
Representante da Associação de Moradores do Loteamento Lar Imóveis;

III – Rafael de Araújo  
Representante da APP da Creche Municipal Primeiros Passos;

IV – Aline Rossetti  
Representante do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar;

V – Leandro Machado  
Representante da Associação de Pais e Amigos do Excepcional.

Membros Suplentes Não - Governamentais:

I – Rosangela Zucco  
Representante do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção;

II – Roberto Decker  
Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e afins de Capinzal

III – Fernanda Togni  
Representante da APP da Escola de Educação Básica Mater Dolorum;

IV – Eliane Regina Bazzo  
Representante da Pastoral da Criança da Paróquia São Paulo Apóstolo – Diocese de Joaçaba;

V – Marcela Machado Cavichioli  
Representante da Associação de Pais e Amigos do Excepcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 01 de abril de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 32/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 32/2015

Edital: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia  
Nº.: 04/2015

Tipo: Menor Preço/Preço Global

Objeto: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL ETAPA 03, ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO Nº4.516/15 ETAPA 03, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 14 de Julho de 2015.

Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 14 de Julho de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site [www.caxambudo-sul.sc.gov.br](http://www.caxambudo-sul.sc.gov.br).

CAXAMBU DO SUL, 22 DE JUNHO DE 2015.

VILMAR FOPPA  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 49/2015

PORTARIA Nº 049/2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ANA CLAUDIA GIRARDI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 08/04/2014 a 07/04/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/07/2015 à 30/07/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/07/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de junho de 2015.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 50/2015

PORTARIA N. 050/2015

"DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001  
RESOLVE:

Art. 1º . Conceder Adicional de Titulação de 5% (cinco por cento), ao servidor público municipal Senhor BENHUR DOS ANJOS MELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, por ter concluído o Curso de Ensino Médio, título superior aquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 51/2015

PORTARIA Nº 051/2015

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor OROZIMBO ALTAIR FELICIANO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/06/2015 à 30/06/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 21/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 52/2015**

PORTARIA Nº 052/2015

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor AMARILDO JOSÉ DI DOMENICO, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 02/07/2014 a 01/07/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/07/2015 à 30/07/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 21/07/2015 a 30/07/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/07/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 53/2015**

PORTARIA Nº 053/2015

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor SÉRGIO CAMATTI, ocupante do cargo de TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/06/2015 à 30/06/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 21/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 54/2015**

PORTARIA Nº 054/2015

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com a Lei Municipal nº 1.210/2010 de 30 de Novembro de 2010.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLEILA LOUREIRO DE MELLO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 11/03/2014 a 10/03/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 55/2015**

PORTARIA Nº 055/2015

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor MARCELO EDIVALDO TAFAREL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/07/2015 à 30/07/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 21/07/2015 a 30/07/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/07/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 56/2015**

PORTARIA Nº 056/2015

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionada e por estar a mesma com direito a Licença Prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais deste município),

SIMONE HILLESCHAIM BARTOLAMEI, ocupante do cargo de Assistente Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com período aquisitivo de 01/03/2008 a 28/02/2013. RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 01/07/2015 a 30/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/07/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 57/2015**

PORTARIA Nº 057/2015

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor VANDERLI ANTONIO GIACOMELLI, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 11/06/2014 a 10/06/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/07/2015 à 30/07/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 21/07/2015 a 30/07/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/07/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 08 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 58/2015**

PORTARIA N. 058/2015

“DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001

RESOLVE:

Art. 1º . Conceder Adicional de Titulação de 5% (cinco por cento), a servidora público municipal Senhora SILVANIA DA LUZ DA SILVA ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por ter concluído o Curso de Ensino Fundamental, título superior aquele exigido para o cargo, ao qual foi concursada.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 11 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 59/2015**

PORTARIA Nº 059/2015

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2011 e Lei Municipal nº 1.210/2010 de 30 de Novembro de 2010.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ELENICE ZAMBAN GNOATTO ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 03/02/2014 à 02/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/07/2015 a 30/07/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 12 de Junho de 2015

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 60/2015**

PORTARIA Nº 060/2015

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com a Lei Municipal nº 1.210/2010 de 30 de Novembro de 2010.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor BLUMINELSO ANTONIO MENONCIN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 14/03/2014 a 13/03/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 15/07/2015 à 13/08/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 19 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 61/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Rua Índio Condá, 55 – Fone/Fax: 0\*\*49 326 0127

Cep. 89880-000 e-mail: tributac@caxambudosul.sc.gov.br

Cnpj: 83.021.816/0001-29

PORTARIA N.º 061/2015

**"CONCEDE ISENÇÃO DE IPTU A FAMILIAS CARENTES E APOSENTADOS QUE ESPECIFICA ".**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e, de conformidade com o Art. 71, IV da Lei Orgânica Municipal, e Art. 118 do Código Tributário Municipal Lei 733 de 16 de Dezembro de 1993, c/c a Lei n.º 789 de 13 de novembro de 1995, e Lei Municipal n. 981/2002, de 25 de junho de 2002, e,

Considerando a situação sócio econômica da família do contribuinte, consoante laudo sócio econômico firmado pela Assistente Social do município (cópia inclusa);

Considerando que a Lei Municipal n.º 789 de 13 de novembro de 1995, e Lei Municipal n. 981/2002, de 25/06/2002, tiveram por fim, justamente, isentar as pessoas carentes e aposentados, permitindo ao chefe do Poder Executivo conceder isenção "de ofício" do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, a esses contribuintes, desde de que apresente os requisitos nelas estabelecidos, consubstanciados em laudo social;

**Resolve**

Art. 1º - Conceder isenção do IPTU e Taxas anexo ao Carne, do Exercício de 2015, ao Contribuintes conforme documentos do Estudo Sócio Econômico, e relatório de documentos de lançamento em anexo, totalizando um valor de R\$: 14.375.78

Art. 2º - Fica autorizado o Setor de Tributação a proceder baixa do débito, dos Contribuintes do Exercício do Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 19 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 62/2015**

PORTARIA N. 62/2015

**"DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando o pedido de exoneração da Servidora Kassiane Chagas que hera a responsável pelos programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Considerando a necessidade de colocar servidor a disposição para desempenhar função no atendimento aos Programas do Bolsa Família e Habitação;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Ana Cristina Menoncin Bosco, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para desempenhar função junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 19 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 279.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 279/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o inciso III do Art. 27 da Lei Municipal nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 92 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Maternidade a, SABRINA CABRAL, ocupante da Função Pública de Conselheira Tutelar, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 16.06.15 a 13.10.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16.06.15.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015

Comunicamos através deste, a quem interessar possa a errata do Extrato do Edital do Processo Licitatório nº 60/2015, Leilão nº 2/2015, que foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, na edição nº 1754, página 183, no dia 01/06/2015.

Onde lia-se: O município de CHAPADÃO DO LAGEADO, SC, com sede na Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, Chapadão do Lageado, SC, CEP 88.407 000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.613.120/0001-27, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 10:00 horas do dia 23 de ABRIL de 2015, tendo como local CÂMARA DE VEREADORES, Rua Geremias Pedro de Medeiros, nº 135, Chapadão do Lageado, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeira Pública Oficial SRA. SIMONE WENNING, matrícula AARC/276, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 MICROÔNIBUS MERCEDEZ BENZ/LO 708 E, ano/modelo 1988, Placas LYC 6593, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 02: 01 Automóvel FIAT/PALIO WEEKEND ADVENTURE FLEX, ano 2010, modelo 2011, Placas MHP 9557, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 03: 01 MICROÔNIBUS PEUGEOT/BOXER M350L HDI, ano 2008, modelo 2009, Placas MEF 2585, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 29.800,00. [...]

Passa a ler-se: O município de CHAPADÃO DO LAGEADO, SC, com sede na Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, Chapadão do Lageado, SC, CEP 88.407 000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.613.120/0001-27, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 10:00 horas do dia 29 de junho de 2015, tendo como local CÂMARA DE VEREADORES, Rua Geremias Pedro de Medeiros, nº 135, Chapadão do Lageado, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial SR. RODOLFO SCHÖNTAG, Matrícula Profissional AARC/263, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 Automóvel FIAT/PALIO WEEKEND ADVENTURE FLEX, ano 2010, modelo 2011, Placas MHP 9557, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 17.500,00; LOTE 02: 01 MICROÔNIBUS PEUGEOT/BOXER M350L HDI, ano 2008, modelo 2009, Placas MEF 2585, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 20.900,00. [...]

Chapadão do Lageado, 02 de junho de 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVOS DO CONTRATO nº 14/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 14/2015.

Vigência: 11/06/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 12/2015

Fundamento: no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, I, alínea b da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: PRESTADORA DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS UNIÃO LTDA ME

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a modificação quantitativa das horas dispostas nos itens 2, 3 e 4 do quadro previsto no item 3.1 da Cláusula Terceira do Contrato n. 14/2015.

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 0632 DE 22.06.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
LEI Nº 0632 DE 22.06.2015

Institui a Festa do Colono no âmbito do Município de Chapadão do Lageado-SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º Institui a Festa do Colono no âmbito do Município de Chapadão do Lageado-SC, em homenagem ao Dia do Colono, comemorado no dia 25 de julho.

§1º A realização do evento objeto desta Lei será facultativa, de conformidade com a conveniência e a oportunidade da Administração Municipal.

§ 2º A Administração Municipal estabelecerá a data da realização do evento festivo.

Art. 2º A Festa do Colono, tem por objetivos:

- I - Divulgar o Município e suas potencialidades;
- II - Fomentar e valorizar a atividade agrícola;
- III - Promover eventos informativos, culturais, artísticos, esportivos e gastronômicos;
- III - Divulgar tradições, costumes regionais e a gastronomia típica; e
- IV - Propor iniciativas e investimentos para o desenvolvimento agrícola, turístico e de lazer comunitário.

Art. 3º O evento de que trata esta Lei será levado a efeito, através de Comissão Central Organizadora – CCO, a ser nomeada anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, que terá como fim a organização e/ou realização das ações necessárias à consecução do evento criado por esta Lei.

Parágrafo único. A composição e as atribuições da Comissão disposta no caput deste artigo serão realizadas por Portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Para alcançar os objetivos desta Lei, a Comissão observando os princípios da Administração Pública, poderá, de forma gratuita ou onerosa, oferecer ao público participante do evento, palestras, refeições típicas, atrações culturais, artísticas e esportivas.

Art. 5º O Município poderá despender os recursos financeiros necessários à execuções das ações autorizadas no artigo anterior, de conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 6º Para viabilizar o integral ou parcial custeio do evento, previsto nesta Lei, poderá o Município realizar parcerias, receber contribuições, auxílios e patrocínios, resguardado o respeito aos princípios da Administração Pública.

Art. 7º O evento instituído por esta Lei, poderá ser realizado diretamente, pelo Poder Executivo Municipal ou, indiretamente, mediante terceirização, parcial ou integral, podendo, ainda, autorizar o uso dos bens públicos municipais.

Art. 8º Os orçamentos anuais do Município consignarão dotações específicas para o respectivo suporte à realização do evento de que trata esta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado-SC, 22 de junho de 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMAS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMAS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMAS/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de sistema completo de geração distribuída de energia fotovoltaica.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 07/07/2015.

Abertura: Dia 07/07/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 22 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### DECRETO SAF/N. 237/15

DECRETO SAF/Nº. 237/15, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ESTABELECE O CÁLCULO DE VALORES PARA VENDA DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.219, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014,

#### DECRETA

Art.1º Nos termos do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014, fica estabelecido o valor de R\$/M² 10,02 (dez reais e dois centavos por metro quadrado) a serem pagos pela empresa interessada na aquisição de imóvel localizado na área industrial do Município.

§ 1º. O valor estabelecido no caput deste artigo restou definido após o levantamento de custos realizados pelo setor contábil e após apresentação, análise e aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico- CMDE.

§ 2º. O valor do metro quadrado deverá ser corrigido anualmente no mês de Março dos anos subsequentes, usando como índice o IGP-M.

§ 3º. Caso ocorra transferência em data anterior ao acumulado anual do IGP-M, no caso de Março a Fevereiro, aplica-se o IGP-M acumulado de Março até o mês da transferência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 274.15

DECRETO SAF/Nº. 274/15, de 11 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR A PEDIDO

DIANA BUDNY SERAFIM, portadora do CPF nº. 065.073.709-16, Médico Clínico Geral, nomeada pelo Decreto SAF/N. 224/15, de 12 de março de 2015, a partir de 11 de maio de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 275.15

DECRETO SAF/Nº. 275/15, de 11 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

#### EXONERAR

Por aposentadoria por invalidez JOSÉ DOMINGOS, portador do CPF nº. 377.221.749-49, Servente de Obras ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 175/11, de 31 de março de 2011, a partir de 11 de maio de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 276.15**

DECRETO SAF/Nº 276/15, de 11 de maio de 2015.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45, da Lei Orgânica do Município, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam considerados inservíveis para uso pela administração, os bens e sucatas descritos no ANEXO ÚNICO, de propriedade do patrimônio da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul/SC.

Art. 2º Fica o setor de Patrimônio autorizado a proceder a baixa patrimonial dos bens descritos no artigo 1º, após eventual alienação dos mesmos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**ANEXO ÚNICO AO EDITAL DE LEILÃO 01/PMCS/2015**

RELAÇÃO DE VEÍCULOS/MOTOS SUCATEADOS INSERVÍVEIS PARA O 1º.LEILÃO DE 2015							
LOTE	Nº PATRIMÔNIO	PLACA	DESCRIÇÃO	ANO/MOD	RENAVAM	DÉBITO	CHASSI
01	10858	MCA-8511	MOTO HONDA/CG 125 TITANKS, COR VERMELHA, GASOLINA	02/02	774805803	ISENTO	9C2JC30102R133713
02	6967	MEN-7191	VEICULO VW KOMBI COR BRANCA, GASOLINA	04/05	847796507	ISENTO	9BWGB07X55P005002
RELAÇÃO DE ÔNIBUS SUCATEADOS INSERVÍVEIS PARA O 1º.LEILÃO DE 2015							
LOTE	Nº PATRIMÔNIO	PLACA	DESCRIÇÃO	ANO/MOD	RENAVAM	DÉBITO	CHASSI
03	6988	KQN-5142	ONIBUS M.BENZ 162B/MARCOPOLO VIALE U	00/00	740639986	ISENTO	9BM382073YB227068
04	10861	NET-1379	ONIBUS SCANIA MARCOPOLO VIAGGIO R	01/01	773949178	ISENTO	9BSF4X2BD13524853
RELAÇÃO DE RELÓGIOS PONTO SUCATEADOS INSERVÍVEIS PARA O 1º.LEILÃO DE 2015							

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE				
05	9572	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE	08				
	9573	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE					
	9574	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE					
	9575	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE					
	9576	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE					
	9577	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE					
	9578	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE					
	9579	RELOGIO PONTO CARTOGRAFICO HENRY FORTE					

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 300.15**

DECRETO SAF/Nº. 300/15, de 01 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

MARILÉIA TOMÉ DA LUZ MAZUCO, portadora do CPF nº. 044.145.619-73, Servente de Limpeza ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 93/15, de 02 de fevereiro de 2015, a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 301.15**

DECRETO SAF/Nº. 301/15, de 01 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

MARCO STRELIAEV CENTENO, portador do CPF nº. 691.458.220-34, Médico Clínico Geral, nomeado pelo Decreto SAF/n. 284/10, de 12 de julho de 2010, a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 302.15**

DECRETO SAF/Nº. 302/15, de 01 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR a pedido

LUCIRENE FRASSETTO, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 298/13, de 26 de março de 2013, a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 303.15**

DECRETO SAF/Nº. 303/15, de 01 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

CIBELE DE SOUZA MILANESE, portadora do CPF nº. 020.485.389-32, Fonoaudiólogo ACT, nomeada pelo Decreto SAF/Nº. 262/12, de 11 de abril de 2012, a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 304.15**

DECRETO SAF/Nº. 304/15, de 01 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho GRASIELA MARTINELLO DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 023.257.459-61, Conselheiro Tutelar, nomeada pelo Decreto SAF/N. 402/14, de 21 de outubro de 2014, a partir de 02 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 308.15**

DECRETO SAF/ Nº. 308/15, de 08 de junho de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.241, de 17 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Ref., Transp e Serv. Públicos  
1.022 – Pavimentação e Recup. De Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
TOTAL .....	R\$ 50.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação, através do Contrato de Repasse n. 792815/2013/Ministério das Cidades/Caixa, conforme Art. 43 da Lei. 4.320/1964.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 309.15**

DECRETO SAF/Nº. 309/15, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

FRANCIELI DE LIMA MACEDO, portadora do CPF nº. 067.684.379-41, Assessor Especial, para atuar na Secretaria de Saúde Pública, a partir de 10 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 310.15**

DECRETO SAF/Nº. 310/15, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

MARIZILDA ALESSANDRA DE JESUS ROSSO, portadora do CPF nº. 020.192.559-10, Técnico em Enfermagem ACT, para atuar na Secretaria de Saúde Pública, em substituição a titular em licença tratamento de saúde, a partir de 10 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 311.15**

DECRETO SAF/Nº. 311/15, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

SOLANGE URBANO OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 056.458.189-54, Servente de Limpeza ACT, para atuar na Instituição de Educação Infantil Lenita Isabel da Silva, a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 312.15**

DECRETO SAF/Nº. 312/15, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

JORDANA SARTOR, portadora do CPF nº. 084.917.549-62, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 313.15**

DECRETO SAF/Nº. 313/15, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

GUSTAVO LEANDRO DALMORO, portador do CPF nº. 007.006.059-24, Médico Clínico Geral, para atuar no ESF do Jardim Elizabeth, a partir de 15 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 314.15**

DECRETO SAF/Nº. 314/15, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

CAMILA TAVARES CRUZ portadora do CPF nº. 089.509.399-59, Assessor Especial, nomeada pelo decreto SAF/N. 306/14, de 05 de junho de 2014, a partir de 15 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.  
Assinatura: 17/06/2015  
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.  
Valor: R\$ 72.986,09 (setenta e dois mil novecentos e oitenta e seis reais e nove centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/  
FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 64/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: FUFA – SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO  
LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de preços de Materiais e Equipamentos de Enfer-  
magem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 17/06/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 154.050,00 (cento e cinquenta e quatro mil e cinquenta  
reais)Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/  
FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Material e equipamentos de enfer-  
magem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 17/06/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 31.090,00 (trinta e um mil e noventa reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/  
FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOS-  
PITALARES E VETERINARIOS LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Materiais e Equipamentos de Enfer-  
magem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 17/06/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 31.569,70 (trinta e um mil quinhentos e sessenta e nove  
reais e setenta centavos)Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).



# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 2/2015-FIA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 2/2015 – FIA

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresas especializadas na execução de esquetes teatrais, através de Registro de Preços, a serem apresentadas nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS e nas escolas da rede municipal, estadual e particular de ensino, de julho a novembro de 2015, tendo como público os alunos dessas redes escolares do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/07/2015.

Abertura: dia 09/07/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 19 de Junho de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

### **AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2015 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2015

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 19 de abril de 2015, para a locação de um imóvel, com 301,61m², localizado na Rua do Comércio, nº 408, Centro, neste Município, onde já se encontra instalada a Secretaria Municipal de Agricultura, a favor da empresa: BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMÓVEIS LTDA, no valor total de R\$2.912,15 (dois mil novecentos e doze reais e quinze centavos).

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2015 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2015 - FMS

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para tratamento.

Tipo: Credenciamento a todos os interessados

Recebimento dos documentos: à partir do dia 24/06/2015.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Credenciamento Publico". Quaisquer informações poderão ser obtidas junto ao Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situado à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 22 de junho de 2015.

Alessandro Vernize

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

### **ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 2º TA CONTRATO Nº424/2014-PMC**

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 2º TA CONTRATO Nº424/2014-PMC

Na publicação EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº424/2014-PMC, veiculado no dia 22 de Junho de 2015, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, pág. 401;

Onde lê-se: EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº424/2014-PMC;

leia-se: "...EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº424/2014-PMC.

### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº218/2014 -PMC**

Contrato Nº : 218/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ATI - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 51/2014

Objeto : A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância com Câmeras CFTV a ser realizado na Escola Básica Municipal Irmão Miguel, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 05/06/2015 Término: 04/06/2016

Assinatura : 21/05/2015

Valor R\$ : 3.697,92 (Três Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 57 - 06.002.2017.333903977000000.01010000

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2015

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA, Diretora de Ação Social, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 22 de junho de 2015, referente processo para pagamento de gastos com telefonia móvel, referente às linhas telefônicas Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação e Conselho Tutelar, a favor da empresa: TELEFÔNICA BRASIL S/A, no valor total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2015

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, em exercício, torna público que ratificou o ato da Senhora Margarete Polletto Dalla Costa, Diretora de SEDES, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 05 de janeiro de 2015, para pagamento de gastos com telefonia móvel, para os meses de janeiro e fevereiro de 2015, referente as linhas telefônicas do Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-Prefeito, Fundação Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação e Conselho Tutelar, a favor das seguintes empresas: TIM CELULAR S.A, no valor total estimado de R\$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais); VIVA S.A, no valor total estimado de R\$ R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); e CLARO S.A, no valor total estimado de R\$ 200,00 (duzentos reais).

NOELI WOLSZYN BRUM DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, em exercício

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 296/2015

DECRETO N. 296/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. MARLEI TERESINHA ADLER KELLER, ocupante do cargo de Gerente de Proteção Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 297/2015

DECRETO Nº 297 /2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

#### DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. MARIA TERESINHA LUSA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de junho do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 610/2013.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 298/2015

DECRETO N. 298/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. LEANDRO TREVIZAN, ocupante do cargo de Médico Especialista Pediatra, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/03/2013 a 03/03/2014, que serão gozadas a partir de 13/07/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEANDRO TREVIZAN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

### DECRETO N. 299/2015

DECRETO Nº 299/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a pedido, a partir de 30/06/2015, a Sra. RENATA CATARINA VALANDRO, na função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 300/2015**

DECRETO Nº 300/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica demitida a pedido, a partir de 30/06/2015, a Sra. DANIELA BORTESE, na função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 301/2015**

DECRETO N. 301/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família ao Servidor Municipal, Sr. OSCAR BORSOI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 19/06/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

**DECRETO N. 302/2015**

DECRETO N. 302/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ERNA DOMBROVSKI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO - CC 03/2015**

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através de seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 70/2015.

Edital: Concorrência n. 003/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na Rodovia EMCA 005 acesso a Linha Bento e Ruas Carlos Miller e Nei Colpani, sendo que o asfalto será sobre pavimento com pedras irregulares existentes conforme edital e anexos.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 28/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 28/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO - PP 36/2015**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 72/2015.

Pregão Presencial n. 36/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para realização de reforma, pintura e colocação de grades novas, raspagem, calefação e pintura de tacos da quadra poliesportiva do Ginásio de Esportes Ludovico J Tozzo da sede do município.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 06/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 06/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL AVISO LICITAÇÃO - PP 35/2015**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 71/2015.

Pregão Presencial n. 35/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de veículos para manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Infraestrutura.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 06/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ATA DE CANCELAMENTO DA CONCORRÊNCIA Nº 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2015  
CONCORRÊNCIA Nº 04/2015

Ata de CANCELAMENTO referente ao Processo Licitatório 56/2015, Edital de CONCORRÊNCIA 04/2015, cujo objeto é a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO LIGANDO CORONEL FREITAS AO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE NUMA EXTENÇÃO DE 600 METROS. Aos vinte e dois dias do mês de Junho de dois mil e quinze, às 13:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, reuniu-se a comissão de licitações para efetuar o cancelamento do processo licitatório acima citado. A comissão verificou que as propostas de preço apresentadas eram superiores ao limite estabelecido no orçamento estimado da obra e portanto foram desclassificadas conforme o item 17.1 do edital. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata a qual será publicada no site da prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios.

MARCELO J. RITTER  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

CASSIANE F. CARVALHO  
MEMBRO

PAULO C. STRADA  
MEMBRO

FLAVIA ROLIM DE MOURA  
MEMBRO

LUIS CARLOS OSS  
MEMBRO



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO AVISO PÚBLICO Nº003/2015 PROFESSOR -ÁREA III- ARTES- 20 HORAS SEMANAIS**

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO  
AVISO PÚBLICO Nº003/2015  
PROFESSOR -ÁREA III- ARTES- 20 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
VANDRA C. DE OLIVEIRA	1º	61,00 PONTOS
JULIANA MOLON	2º	54,50 PONTOS
KELLIN DAGMAR CASSOL	3º	36,75 PONTOS
CLARI BETTIATO	4º	30,75 PONTOS
QUEILA ELIS MARIANI	5º	29,00 PONTOS
CLEDINEIA P. DE SOUZA	6º	14,70 PONTOS
INDIA NARA TURMINA	7º	13,60 PONTOS
CRESCÉLIA AP DE OLIVEIRA	8º	9,12 PONTOS
ANA PAULA KUEMANSKI	9º	8,50 PONTOS
ANA PAULA AMARANTE	10º	5,82 PONTOS
BRUNA D'SANTI	11º	1,75 PONTOS
DIENEFFER DE OLIVEIRA	12º	1,50 PONTOS
ALICE MOLON	13º	0,75 PONTOS
DANIELI ZANCO	14º	0,00 PONTOS
FERNANDA RAVARENA	15º	0,00 PONTOS

COMISSÃO NOMEADA NO DECRETO Nº. 125, DE 16 DE JUNHO DE 2015 RESPONSÁVEL PELO AVISO PUBLICO 003/2015.

Daniela Smaniotto

Diretor de Administração de Material e Patrimônio

Verlani Pelisser

Assessor de Recursos Humanos

Marcos Antonio Marmentini

Professor IV

Coronel Martins em 22 de junho de 2015

### **DECRETO Nº 126, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 126, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da Política de Assistência Social no Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Assistência Social de 2015 a realizar-se no dia 07 de julho de 2015, com início às 13:00hrs e término às 17:00hrs, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, correrão por conta do orçamento vigente do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 16 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### **1ª RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 31/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 31/2015

1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 31/2015 cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA OS CEIS MUNICIPAIS DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO DO EDITAL, conforme segue: alteração no Item 15.1 do edital, e item 1.2 do anexo I do edital, e a inclusão da letra "i" no item 7.1.2, e do item 9.1.5.3 no edital,. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 03.07.2015 às 14:30 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 23 de junho de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

LUCIA RAQUEL R. ORTIZ

Secretária de Educação

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

### **ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA - PROCESSO 29/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015 – PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS

ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA

Comunicamos aos interessados à Tomada de Preços 29/2015 PMCP, que procederemos com a abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas. Abertura dos envelopes: 25.06.2015 às 15:00 horas.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Menor Preço global.

Correia Pinto/SC, 23 de junho de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

# Corupá

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 05/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas no período de 22 de junho a 22 de julho de 2015, no horário compreendido, das 8 às 12 horas, na Secretaria Municipal de Saúde de Corupá, as inscrições de candidatos para provimento de vagas específicas na Administração Municipal, na área de Saúde para o ano de 2015, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas criadas por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09 de 15/12/2009), sendo o vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

#### 2 – DAS INSCRIÇÕES:

2.1 – Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos, o instrumento de procuração original.

2.2 – O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

2.3 – Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

2.4 – O candidato deverá preencher na ficha de inscrição o código do cargo que pretende atuar, munidos da documentação relacionada no item 3 e mediante preenchimento e entrega da Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo I.

2.5 – No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente.

2.6 – A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

2.7 – É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

2.8 – Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

#### 3 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

3.1 – São condições para a inscrição:

a) Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;

b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;

d) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

f) Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);

g) Apresentar fotocópia do CPF;

h) Apresentar fotocópia do Comprovante de Residência (Conta de água, Telefone ou Luz), ou o candidato deverá apresentar como prova para comprovar a residência, declaração prevista no Anexo II;

i) Apresentar fotocópia do Comprovante de Escolaridade, conforme a exigência do cargo;

j) Apresentar declaração de tempo de serviço;

k) Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;

l) Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

3.2 – As inscrições serão homologadas e publicadas na data provável de 25 de julho de 2015.

#### 4. DAS PROVAS E DE SEU LOCAL DE REALIZAÇÃO:

4.1 – Para os cargos de Médico Pediatra 10h e Médico Pediatra 20h não haverá prova prática e escrita. A classificação será pela comprovação de escolaridade e comprovação do tempo de serviço na área, até 31 de maio de 2015, entregues no ato da inscrição.

#### 5. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 As listagens de classificação serão afixadas no mural da Prefeitura a partir de 29 de julho de 2015 e na Secretaria Municipal de Saúde.

#### 6. DAS VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

6.1 – As vagas e sua distribuição estão definidas, conforme quadro abaixo. As vagas são para cadastro reserva, não gerando ao município a obrigação da contratação.

	Cargo	Salário	Carga horária	Grau de Escolaridade
CR*	Médico Pediatra	R\$ 4.453,11	10h	Curso superior na área com registro no CRM.
CR*	Médico Pediatra	R\$ 6.193,09	20h	Curso superior na área com registro no CRM.

\*CR = Cadastro reserva

Adicional de auxílio alimentação para carga horária acima de 30 horas R\$ 286,00, de 20 horas a 29 horas R\$ 143,00 e de 10 horas a 19 horas R\$ 71,50.

#### 7. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1 – A classificação dos cargos de Médico Pediatra 10h e Médico Pediatra 20h será pela formação e tempo de serviço na função.

7.2 – O critério de desempate será o de idade, prevalecendo o candidato que tiver maior idade.

#### 8. DO APROVEITAMENTO:

8.1. Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

8.2. Para efeitos de aproveitamento, serão respeitadas as listagens de classificação decorrentes de editais anteriores a este, dentro de sua validade.

8.3. As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, podendo ser prorrogado ou pelos prazos previstos na Lei Complementar nº 014/09.

#### 9. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

9.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Habilitação;
- Quitação com obrigações militares e eleitorais;
- CPF e título de eleitor;
- Carteira de Trabalho;
- Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento dos filhos.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria de Saúde;

10.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;

10.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

10.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo;

10.5. A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação;

10.6. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

Corupá, 19 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA

ASSESSOR JURÍDICO

#### ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO: EDITAL 05/2015

Número de inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

##### I – Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Data Nasc.: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ No de Dependentes: \_\_\_\_\_

Portador de Necessidade Especial: ( ) Não ( ) Sim.

Qual ? \_\_\_\_\_

##### II – Endereço

Rua/Avenida: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_ Apto \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

### III - Habilitação Profissional

( ) Curso Superior em: \_\_\_\_\_

### IV- Tempo de Serviço

Anos	Meses	Dias

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Assinatura do responsável pela inscrição Assinatura do candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 05/2015					
Nome do Cargo					
Nome do (a) Candidato (a):					
Portador de Necessidade Especial Sim Não	Qual:				
Corupá(SC)	Assinatura do Candidato:	Responsável pelo Recebimento - Prefeitura			
//	(Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Assinatura			

### ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaramos para fins de comprovação de Residência a Comissão Executiva do Teste Seletivo do Município de Corupá/SC, que \_\_\_\_\_

(Nome do Declarante)

portador do CPF nº \_\_\_\_\_ Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, reside no Bairro \_\_\_\_\_ deste Município, e demonstra ser uma pessoa idônea e merecedora de inteira confiança desta Comunidade.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Corupá (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura declarante

### LEI Nº 2185/15

LEI Nº 2185/15

INSTITUI GRATIFICAÇÃO PELO ENCARGO DE MEMBRO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E EU, LUIZ CARLOS TAMANINI, PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo estável, quando designado pela autoridade competente para participar como membro em Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar e que, embora atenda o interesse público, e sejam alheias as atribuições do cargo efetivo ou em condições anormais do regular exercício, fará jus a uma gratificação pelo encargo.

Art. 2º. A gratificação pelo encargo por participação na Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar não tem natureza de vencimento, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária e não é considerada como base de cálculo para quaisquer vantagens.

Art. 3º. Fica criada a seguinte gratificação por encargo:

I – Gratificação por encargo de membro da Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar a ser concedida a servidor efetivo que seja designado pelo Prefeito Municipal para, no âmbito do Poder Executivo, compor Comissão de que tenha por objeto Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar.

§ 1º. A prorrogação do prazo para conclusão da Sindicância ou de processo disciplinar não dá direito à percepção de gratificação por período além do prazo inicial previsto no ato que nomeou comissão processante.

§ 2º. A Gratificação pelo Encargo prevista neste artigo será paga, conforme o quadro abaixo:

Denominação	Percentual
Gratificação por encargo de membro da Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar	Presidente – 15% Vogais – 10%

§ 3º. O percentual da Gratificação pelo Encargo acima indicado será aplicado sobre o salário mínimo vigente.

Art. 4º. As despesas da aplicação desta Lei serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Município de Corupá.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

19 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezanove dias do mês de junho de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 2988/15**

PORTARIA Nº 2988/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA ACT, AO SR. WAGNER FRANCISCO ALFREDO CORRÊA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. SR. WAGNER FRANCISCO ALFREDO CORRÊA, a partir de 02 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música ACT (bateria e percussão erudita), com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Secretaria de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PORTARIA Nº 3175/15**

PORTARIA Nº 3175/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ACT, A SRA. FABIELE JUNGLES FIDELIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. FABIELE JUNGLES FIDELIS, a partir de 10 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Unidade de Saúde – PSF1, em virtude de ausência de candidato em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3233/15**

PORTARIA Nº 3233/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. KATIA REGINA POERNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. KATIA REGINA POERNER, a partir de 02 de março de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT de Ciências e Matemática, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees e José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3241/15**

PORTARIA Nº 3241/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, AO SR. SAMUEL GESSNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. SAMUEL GESSNER, a partir de 02 de março de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3360/14**

PORTARIA Nº 3360/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. DENNIS DA SILVA FERNANDES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Instrutor de Música SR. DENNIS DA SILVA FERNANDES, estipulado na Portaria nº 2987/14, para a data de 14 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2987/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3361/15**

PORTARIA Nº 3361/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. JUSSUELEN PATRICIO ILIBIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. JUSSUELEN PATRICIO ILIBIO, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de substituição da professora Márcia Beseke Herrmann, que está em cargo comissionado de Direção Escolar, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3362/15**

PORTARIA Nº 3362/15

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. IRINEU BOSHAMMER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Motorista, o SR. IRINEU BOSHAMMER, estipulado na Portaria nº 3093/14, para a data de 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3093/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3363/15**

PORTARIA Nº 3363/15

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. KETELYN LUNELLI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa E orientação do MDS de não deixar uma equipe de Proteção Social Especial – PSE – vincula à gestão, sem equipe completa e por não haver candidato aprovado em concurso público para assumir o cargo.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Psicóloga, a SRA. KETELYN LUNELLI, estipulado na Portaria nº 2999/14, para a data de 23 de julho de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2999/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3364/15**

PORTARIA Nº 3364/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. EDENI DE JESUS ALVES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. EDENI DE JESUS ALVES, a partir de 04 de março de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3365/15**

PORTARIA Nº 3365/15

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ROSEMARI STOCK DE LIMA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Técnica em Enfermagem, na Unidade de Saúde da Família ESF1, a SRA. ROSEMARI STOCK DE LIMA, estipulado na Portaria nº 3091/14, para a data de 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3091/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3366/15**

PORTARIA Nº 3366/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO ACT, AO SR. TIAGO MILLNITZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. TIAGO MILLNITZ, a partir de 20 de março de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Técnico em Segurança do Trabalho ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude de ausência de candidato aprovado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3367/15**

PORTARIA Nº 3367/15

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. AYME KAMILE DIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Técnica em Enfermagem, da Unidade de Saúde da Família ESF3, a SRA. AYME KAMILE DIAS, estipulado na Portaria nº 3086/14, para a data de 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativas a contar de 31 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3086/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3368/15**

PORTARIA Nº 3368/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO ASSISTENTE SOCIAL ACT, A SRA. MARCIA PAWLOWYTSCH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARCIA PAWLOWYTSCH, a partir de 01 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Assistente Social ACT, com carga horária de 30 horas semanais, em virtude de compor a equipe mínima do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e por não haver candidato aprovado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2015, revogadas as

disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3369/15**

PORTARIA Nº 3369/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. FERNANDA KARINA PELLIN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. FERNANDA KARINA PELLIN, a partir de 01 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT de Inglês e Matemática, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição dos professores Darcio Antônio Weinfurter, que pediu demissão e Cleia Werner, que está em licença-prêmio e posteriormente por recomendação médica, assume funções na secretaria de Unidade Escolar, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3370/15**

PORTARIA Nº 3370/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. TERESINHA PEREIRA PACHECO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. TERESINHA PEREIRA PACHECO, a partir de 01 de abril de 2015, vigorando, tão



somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT no Jardim, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3371/15**

PORTARIA Nº 3371/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, AO SR. ARLINDO GOMES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. ARLINDO GOMES, a partir de 01 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT de Ciências, com carga horária de 10 horas semanais, em virtude de substituição da professora Franciele Bronstrup, que assumiu a organização do projeto de educação ambiental, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3373/15**

PORTARIA Nº 3373/15

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. JOSÉ RICARDO LINZMEYER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de profissional habilitado em concurso público para assumir o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Auxiliar de Manutenção e Conservação, o SR. JOSÉ RICARDO LINZMEYER, estipulado na Portaria nº 3094/14, para a data de 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3094/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3374/15**

PORTARIA Nº 3374/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. SALETE DE MEIRA DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SALETE DE MEIRA DA SILVA, a partir de 06 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, no Jardim da E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3375/15**

PORTARIA Nº 3375/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. ANGELA MARIA DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ANGELA MARIA DA SILVA, a partir de 07 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, no C.M.E.I. Franz Dorn, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3376/15**

PORTARIA Nº 3376/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. ROSANIA KUHNEN HEIDEMANN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ROSANIA KUHNEN HEIDEMANN, a partir de 13 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, no 1º ano da E.M.E.F. José Pasqualini, com carga

horária de 20 horas semanais, em virtude da substituição da professora Cristiane Denise D. Krazewsky, que trabalha na coordenação pedagógica desta Unidade Escolar, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3377/15**

PORTARIA Nº 3377/15

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. ANTONIO ROQUE HILLBRECHT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de estar desempenhando as funções na produção de mudas do horto municipal e na conservação do pátio existente na Secretaria de Infraestrutura do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Auxiliar de Manutenção e Conservação, o SR. ANTONIO ROQUE HILLBRECHT, estipulado na Portaria nº 3050/14, para a data de 05 de março de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3050/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PORTARIA Nº 3378/15**

PORTARIA Nº 3378/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. JOCINÉIA DA LUZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. JOCINÉIA DA LUZ, a partir de 13 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, no C.E.I. Bomplandt, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3379/15**

PORTARIA Nº 3379/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO OPERADOR DE MÁQUINA ACT, AO SR. ADÃO EUCLIDES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. ADÃO EUCLIDES, a partir de 22 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Operador de Máquina ACT, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude da ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3380/15**

PORTARIA Nº 3380/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. JULIANA PATRICIO ILIBIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. JULIANA PATRICIO ILIBIO, a partir de 27 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT no Jardim, da E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude da ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3381/15**

PORTARIA Nº 3381/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA, a partir de 04 de maio de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, no C.E.I. Bomplandt, com carga horária de 40

horas semanais, em virtude de substituição em lugar de professores que entraram em licença-prêmio: Vivian Maciel, Eliane Lamago, Rosangela Portela e Margaret Frankowiak Burger, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3382/15**

PORTARIA Nº 3382/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. ELAINE MARIA DA ROCHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ELAINE MARIA DA ROCHA, a partir de 04 de maio de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor a ACT, no C.E.I. Dona Nina, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3383/15**

PORTARIA Nº 3383/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. ROSANA FERREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ROSANA FERREIRA, a partir de 06 de maio de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, no C.E.I. Dona Nina, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de existir de substituição e, lugar de professores que entram em licença-prêmio: Rosangela Quost, Simone Thilles Diel, Carmen Klitzke, Cristina Cercal, Maria Creonete Auerhahn e Mafalda Fuchs, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3384/15**

PORTARIA Nº 3384/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. VALERIA CRISTINA PRZEZDIECKI CARDOSO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VALERIA CRISTINA PRZEZDIECKI CARDOSO, a partir de 13 de maio de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, no C.M.E.I. Franz Dorn, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 13 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3385/15**

PORTARIA Nº 3385/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. MIRIAM TAUFENBACH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MIRIAM TAUFENBACH, a partir de 02 de junho de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3386/15**

PORTARIA Nº 3386/15

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA MIRIAM TAUFENBACH, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora SRA. MIRIAM TAUFENBACH, ocupante do cargo de Professora ACT, portador da CNH Registro nº 03349265840, categoria D, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o

desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3388/15**

PORTARIA Nº 3388/15

EXONERA O SR. UIRAJÁ DA ROSA RODRIGUES JÚNIOR DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE ESPORTE DE RENDIMENTO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, o SR. UIRAJÁ DA ROSA RODRIGUES JÚNIOR, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Esporte de Rendimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de junho de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 3389/15**

PORTARIA Nº 3389/15

NOMEIA O SR. ROBSON ROBERTO LEITOLD PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE ESPORTE DE RENDIMENTO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, o SR. ROBSON ROBERTO LEITOLD, para o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Esporte de Rendimento, percebendo a remuneração prevista no fator 28 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09, e suas alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3390/15**

PORTARIA Nº 3390/15

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA FRANCIELI BRONSTRUP, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora SRA. FRANCIELI BRONSTRUP, ocupante do cargo de Professor II, portadora da CNH Registro nº 03804558859, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3391/15**

PORTARIA Nº 3391/15

NOMEIA A SERVIDORA SRA. MARCIA SANDRA BESEKE HERMANN PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora SRA. MARCIA SANDRA BESEKE HERMANN, para responder pelo cargo de Diretora da E.M.E.F. José Pasqualini, facultando a opção pela remuneração prevista no fator 32 do Anexo XI, e ou estabelecido no Art. 306 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3077/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3393/15**

PORTARIA Nº 3393/15

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA FRANCIELI BRONSTRUP, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora SRA. FRANCIELI BRONSTRUP, ocupante do cargo de Professor II, portadora da CNH Registro nº 03804558859, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO568/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato568/2015

Contrato Nº.: 568/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.

Valor ..... : 790,00 (setecentos e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 25/05/2015 Término: 25/07/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 31/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 31/2015

Aos vinte e dois dias do mês de Junho de 2015, no FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 31/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a AQUISIÇÃO UTENSÍLIOS DE COZINHA, DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações

com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

##### I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

##### II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 22 de Junho de 2015.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA USO NO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 03/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 18 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta

administração, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA USO NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 03/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 03/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 22 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

#### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2015

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2015

O Município de Curitiba de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 03/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 03/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 22 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO527/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato527/2015

Contrato Nº.: 527/2015



Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP

Valor ..... : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 87/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇO PARA A REPOSIÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ILUMINÇÃO NA AVENIDA LIONS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO554/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato554/2015

Contrato Nº.: 554/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.  
 Valor ..... : 700,00 (setecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 20/05/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20),  
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),  
 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (35), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (36),  
 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (78), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLICIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO555/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato555/2015

Contrato Nº.: 555/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: MAURILIO VIEIRA 67423000949  
 Valor ..... : 240,00 (duzentos e quarenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 20/05/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),

2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO556/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato556/2015

Contrato Nº.: 556/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD  
 Valor ..... : 6.359,00 (seis mil trezentos e cinquenta e nove reais)  
 Vigência ..... : Início: 20/05/2015 Término: 20/05/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 90/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.065.4.4.90.00.00.00.00.00 (99)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO557/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato557/2015

Contrato Nº.: 557/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA  
 Valor ..... : 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto ..... : IMPRESSÃO DE FOLDERS PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS DESENVOLVIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO558/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato558/2015

Contrato Nº.: 558/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMA-  
TIVOS LTDA  
Valor ..... : 240,00 (duzentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto ..... : IMPRESSÃO DE FOLDERS PARA DIVULGAÇÃO DE  
CAMPANHAS DESENVOLVIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFOR-  
ME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO559/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato559/2015

Contrato Nº.: 559/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DINÂMICA COM.DE SUP.P/INFORMÁTICA ESCR.  
LTDA ME.  
Valor ..... : 1.090,72 (um mil e noventa reais e setenta e dois  
centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00  
(84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00  
(109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HI-  
GIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CAR-  
TEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA  
PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR,  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA  
AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SE-  
CRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN.  
DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE  
ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL.  
CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO560/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato560/2015

Contrato Nº.: 560/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA  
Valor ..... : 171,44 (cento e setenta e um reais e quarenta e  
quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00  
(84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00  
(109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HI-  
GIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CAR-  
TEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA  
PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR,  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA  
AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SE-  
CRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN.  
DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE  
ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL.  
CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO561/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato561/2015

Contrato Nº.: 561/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NET-DONIL ASSIST TEC EM INFORMATICA LTDA  
Valor ..... : 3.760,00 (três mil setecentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BATERIAS ESTACIONARIAS PARA  
USO NO SETOR DE CPD DA PREFEITURA DE CURITIBANOS E CON-  
FORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO562/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato562/2015

Contrato Nº.: 562/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
Valor ..... : 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO563/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato563/2015

Contrato Nº.: 563/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.  
Valor ..... : 2.899,70 (dois mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, AEROPORTO, TERMINAL RODOVIÁRIO E PRAÇAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO564/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato564/2015

Aditivo Nº ..... : 564/2015 - Contrato Nº: 322/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME  
Valor ..... : 29.717,40 (vinte e nove mil setecentos e dezessete reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/05/2015 Término: 22/05/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (54),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.063.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, REAJUSTADO 8,3407% PELO ÍNDICE INPC, CONFORME ART. 57 E 65 DA LEI 8.666/93.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO565/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato565/2015

Contrato Nº.: 565/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA  
Valor ..... : 207,00 (duzentos e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 25/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO566/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato566/2015

Contrato Nº.: 566/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 239,61 (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00  
(26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO569/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato569/2015

Contrato Nº.: 569/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
Valor ..... : 2.375,82 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/05/2015 Término: 25/07/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO570/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato570/2015

Aditivo Nº ..... : 570/2015 - Contrato Nº: 423/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA  
Valor ..... : 149,10 (cento e quarenta e nove reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 280/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30)

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR REFERENTE REAJUSTE DE 16,24 % AUTORIZADO PELA ANP NA CARGA DE GAS P45.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO571/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato571/2015

Contrato Nº.: 471/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME  
Valor ..... : 641,92 (seiscentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO572/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato572/2015

Contrato Nº.: 572/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA  
Valor ..... : 1.195,00 (um mil cento e noventa e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 25/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : CONFECÇÃO DE BLOCOS DE AUTO DE RETIRADA DE VEÍCULOS PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência ..... : Início: 26/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),  
2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO573/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato573/2015

Contrato Nº.: 573/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP  
Valor ..... : 910,40 (novecentos e dez reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/05/2015 Término: 25/07/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DE BANHEIRO DA UNIDADE DA POLÍCIA MILITAR. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO575/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato575/2015

Contrato Nº.: 575/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG  
Valor ..... : 777,06 (setecentos e setenta e sete reais e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS OFICIAIS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO574/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato574/2015

Contrato Nº.: 574/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
Valor ..... : 2.985,00 (dois mil novecentos e oitenta e cinco reais)

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO577/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato577/2015

Contrato Nº.: 577/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: REFLETT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINACAO L  
Valor ..... : 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Vigência ..... : Início: 26/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (43),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (114)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO  
DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS,  
CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO578/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato578/2015

Contrato Nº.: 578/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZA-  
ÇÃO VIARIA

Valor ..... : 8.970,00 (oito mil novecentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 26/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (43),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (114)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO  
DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS,  
CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO579/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato579/2015

Contrato Nº.: 579/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA  
Valor ..... : 78,00 (setenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 280/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00  
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00  
(109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GAS P13 E P45, CAS-  
CO DE P45, PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ES-  
PORTE E LAZER, AEROPORTO, SECRETARIA DE TRANSPORTE EM  
OBRAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL  
DE HABITAÇÃO E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO  
DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO580/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato580/2015

Contrato Nº.: 580/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL  
LTDA - ME  
Valor ..... : 202,00 (duzentos e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00  
(84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00  
(109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HI-  
GIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CAR-  
TEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA  
PÚBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR,  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA  
AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SE-  
CRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN.  
DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE  
ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL.  
CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO581/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato581/2015

Contrato Nº.: 581/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA  
Valor ..... : 150,04 (cento e cinquenta reais e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO  
PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL RE-  
FERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS  
EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO  
I DESTE EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO582/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato582/2015**

Contrato Nº.: 582/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA  
Valor ..... : 356,00 (trezentos e cinquenta e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO583/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato583/2015**

Contrato Nº.: 583/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.  
Valor ..... : 35.940,00 (trinta e cinco mil novecentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 28/05/2015 Término: 28/05/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 276/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto ..... : locação de equipamentos novos de primeiro uso para execução de digitalização de documentos e do software de controle e gerenciamento de processos e documentos, através da interface web, Incluída a instalação de hardware e software, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, manutenção e suporte técnico nas dependências da Prefeitura Municipal de Curitiba e demais secretarias, atualização e manutenção do software de gerenciamento de processos e d

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO584/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato584/2015**

Contrato Nº.: 584/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP  
Valor ..... : 1.125,00 (um mil cento e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2015  
Recursos ..... : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE FRAGMENTADORAS PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO585/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato585/2015**

Contrato Nº.: 585/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.  
Valor ..... : 2.899,70 (dois mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, AEROPORTO, TERMINAL RODOVIÁRIO E PRAÇAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO586/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato586/2015

Contrato Nº.: 586/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA

Valor ..... : 1.445,00 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 29/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),  
 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),  
 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),  
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO587/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato587/2015

Contrato Nº.: 587/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: KLEBER MACHADO &amp; CIA LTDA

Valor ..... : 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 29/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),  
 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),  
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RETIFICAÇÃO 02/2015 EDITAL Nº 001/2015, DE 08 DE JUNHO DE 2015**

RETIFICAÇÃO 02/2015

EDITAL Nº 001/2015, DE 08 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Curitiba, a Lei Complementar nº 24 de 25 de abril de 2002, a Lei Complementar nº 26 de 17 de junho de 2002, a Lei Complementar nº 43, de 29 de maio de 2006, a Lei Complementar nº 76, de 12 de janeiro de 2012 e demais legislações aplicáveis, torna público, pela presente divulgação Edital a RETIFICAÇÃO das normas para realização de CONCURSO PÚBLICO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos seguintes termos.

1. Altera-se o anexo IX, prorrogando-se as inscrições até o dia 07/07/2015 e por consequência os prazos recursais serão alterados conforme cronograma do referido anexo.

Publicado em 22 de junho de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

Cláudio Vieira França  
Membro da Comissão

Elizete Bueno  
Presidente da Comissão

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

ANEXO IX  
DO CRONOGRAMA  
(Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DO MUNICÍPIO WWW.CURITIBANOS.SC.GOV.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	08/06/2015
2.	Publicação do Edital	08/06/2015
3.	Período de Inscrições	08/06/2015 a 07/07/2015
4.	Pré-Divulgação da Homologação das Inscrições	08/07/2015
5.	Recursos quanto às Inscrições	08/07/2015 e 09/07/2015
6.	Homologação Final das Inscrições	10/07/2015
7.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos para todos	12/07/2015
8.	Realização da Prova Prática de Servente de Obras Masculino	12/07/2015
9.	Realização da avaliação de aptidão física (para o cargo de Agente de Trânsito)	12/07/2015
10.	Divulgação do Gabarito Provisório	13/07/2015
11.	Recursos quanto ao Gabarito	14/07/2015 e 15/07/2015
12.	Divulgação do Gabarito Oficial	16/07/2015
13.	Realização do Exame Psicotécnico (para o cargo de Agente de Trânsito)	19/07/2015
14.	Divulgação dos Aprovados	20/07/2015
15.	Recursos quanto à Classificação	21/07/2015 e 22/07/2015
16.	Homologação do Resultado Final do Concurso Público (exceto Agente de Trânsito)	23/07/2015

\*O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a Concorrência Pública n. 080/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q nas vias Públicas do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 23/07/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 22/06/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

### RESULTADO LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do CV Nº 034/2015 FMS Objeto Aquisição de cobertura em rampas de acesso as Unidades Básicas de Saúde... Origem: CV 034/2015 FMS. Vencedor Lavall e Lorenzon Cia Ltda. -ME- Valor R\$ 13.540,00 - Dionísio Cerqueira 19/06/2015

João Sthal – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 076/2015 PMDC Objeto aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da rede Municipal de ensino...Origem: Pregão 076/2015 PMDC. Vencedores. Rosa & Rosa Cia Ltda. - ME – Valor R\$ 12.144,65 – Olmiro Rosa dos Santos – Valor R\$ 18.529,1.

Dionísio Cerqueira 19/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 016/2015 PMDC Objeto Aquisição de gêneros alimentícios para realização de almoço aos participantes da X Conferencia Municipal de Assistência Social".....Origem: Pregão 016/2015 FMAS. Vencedores. Rosa & Rosa Cia Ltda - ME – Valor R\$ 608,90.

Dionísio Cerqueira 19/06/2015

Marilene Limberger

Gestora do FMAS

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015

SÉTIMA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE AGÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E DE MAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO § 1º DO ART. 2º DA Lei 12.232/10.

Às quatorze horas do dia vinte e dois do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para os procedimentos inerentes ao EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015. Aberto a sessão, o Presidente da Comissão Sr. Valdecir Tiscoski, informou que em cumprimento com o item 7.9 do edital de chamamento foram convocadas as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnica e de Preços, para apresentarem os envelopes lacrados contendo a Documentação relativa à HABILITAÇÃO. Entregaram o envelope dentro do prazo as empresas: CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA, ALVO GLOBAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA e ÚNICA COMUNICAÇÃO E ASSOCIADOS LTDA. Isto posto a comissão decidiu pela inabilitação da empresa DMPA COMUNICAÇÕES por esta não ter apresentado o envelope de documentação. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos e conferidos os documentos apresentados. A empresa ÚNICA COMUNICAÇÃO E ASSOCIADOS LTDA. foi inabilitada por apresentar o documento referente ao item 4.1.3.1 sem autenticação (apenas em cópia simples) e por não apresentar o Balanço e índices citados no item 3.1.4.1 do edital. Da mesma a empresa ALVO GLOBAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA foi inabilitada por apresentar a documentação (Balanço e índices) em desacordo com o item 3.1.4.1 do edital, sendo apresentado referente ao exercício de 2013. Na conferência da documentação da empresa CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA a comissão certificou que esta apresenta-se de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), a partir desta, ficam todos os interessados notificados para fins de direito, abrindo-se prazo para interposição de recursos cabíveis. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 22 de junho de 2015.

VALDECIR TISCOSKI Presidente da Comissão de Licitação	KEND BERNARDO TROMBIM Membro da Comissão
RENATA PEREIRA FRITZEN Membro da Comissão	CONTINENTAL ORG. PUBLICITÁRIA LTDA Alcides Pereira Filho

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC. ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC.

ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Lista dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, pela Comissão Eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Forquilha/SC:

- 01- Ana Luísa Tiscoski
- 02- Ana Paula De Luca
- 03- Andréia de Oliveira Arsênio Pedroso
- 04- Andréia Fernandes Alves Mota
- 05- Diuli Keiti da Luz Tiscoski
- 06- Dulciana Caroline Araujo
- 07- Ezolete Guelere
- 08- Gean Carlos Borges Ramos
- 09- Gilberto de Souza Jeronimo
- 10- Lilian Wiggers Oenning
- 11- Luiz Felipe Tiscocki
- 12- Nadia Simone Ramiro
- 13- Nair Silveira Martins
- 14- Rafael Tavares Colombo
- 15- Raquel Backes Martins
- 16- Rosiléia dos Santos Rocha
- 17- Tatiani Feltrin
- 18- Valdineia da Rosa Abelardo

**PUBLICAÇÃO IPTU 2011 Á 2014****PUBLICAÇÃO IPTU 2011 Á 2014**

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento em dívida ativa, do Imposto Predial Territorial Urbano I.P.T.U., referente ao exercício fiscal de 2011 á 2014.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ANOS	VALOR
ADÃO CUSTODIO	01.05.108.0019.001	2011 A 2014	1.205,52
ADEMIR MARTINS	01.05.062.0060.001	2011 AV2014	1.445,72
ADI CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	01.07.036.0087.001	2011 A 2014	1.831,05
ADILSON BLASIU	01.04.071.0075.001	2011 A 2014	1.308,97
ADILSON FABER	01.04.041.0056.001	2011 A 2014	2.175,35
ADILSON FABER	01.04.010.0121.001	2011 A 25014	1.011,35
ADILSON FRANCISCO DASILVA	01.04.028.0929.001	2011 2013 e 2014	861,47
ADIOMAR ANACLETO PENE	01.07.031.0335.001	2011 A 2014	154,21
ADRIANA ELIAS	01.05.045.0205.001	2011 A 2014	2.783,51
AGENOR ALVIM MOTTA	01.05.013.0269.001	2011 A 2014	3.039,45
AGENOR ALVIN MOTTA	01.05.013.0283.001	2011 A 2014	3.324,83
AGNALDO GOMES DA LUZ	01.07.035.0081.001	2011 A 2014	981,54
AGOSTINHO TRAMONTIN MOURO	01.05.044.0576.002	2011 E 2012	933,38
ALAIRTON JOSEFINO	01.04.023.0364.001	2011 A 2014	1.043,16
ALCEU RAMOS	01.05.004.0059.001	2011 A 2014	988,28
ALDAIR JOSE DA SILVA	01.04.027.0390.001	2011 A 2014	1.130,38
ALENIR SUZANA PRAXEDES MACHADO GUINZANI	01.03.001.2202.002	2011 E 2013	315,89
ALENIR SUZANA PRAXEDES MACHADO GUINZANI	01.03.001.2202.003	2011 E 2013	315,89
ALOISIO HOEPERS (ESPOLIO)	01.02.032.0243.001	2011 A 2014	789,79
ALOISIO HOEPERS (ESPOLIO)	01.02.032.0200.001	2011 A 2015	717,88
ALOISIO HOEPERS (ESPOLIO)	01.01.026.0165.001	2011 A 2014	4.364,85
ALOISIO HOEPERS (ESPOLIO)	01.02.025.0802001	2011 A 2014	644,80
ALOISIO HOEPERS (ESPOLIO)	01.02.025.0512.001	2011 A 2014	5.538,29
ANA BATRIZ BORGES	01.08.012.0093.001	2011 A 2014	932,16
ANA MARIA DA SILVA	01.05.060.0336.001	2011 A 2014	1.207,60
ANADETE SCARIOT	01.06.014.0208.001	2011 A 2014	799,14
ANTONIA RODRIGUES MILITÃO	01.04.038.0039.001	2011 A 2014	976,62
ANTONIO CAMPOS	01.06.016.0114.001	2011 A 2014	959,74
ANTONIO FLORES DIAS	01.04.045.0164.001	2011 A 2013	1.860,99
ANTONIO FLORES DIAS	01.04.045.0164.003	2011 A 2013	967,62
ANTONIO HOFMANN	01.07.034.0056.001	2011 E 2014	577,37
ANTONIO HOFMANN	01.07.034.0056.002	2011	384,35
CAETANO PEDRO COSTA	01.01.015.0265.006	2001 2012 E 2014	848,37
CAETANO PEDRO COSTA	01.02.061.0015.001	2001 A 2014	890,19
CASSIANA BORGES FONSECA	01.04.028.0968.001	2011 A 2014	1.052,94
CEZAR AUGUSTO BUENO	01.05.036.0157.001	2011 E 2012	928,42
CHRISTIAN RTEINHEINMER	01.05.020.0031.001	2011 A 2014	903,45
CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	01.05.078.0421.001	2011 A 2014	485,56
CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	01.05.084.0303.001	2011 A 2014	874,66
CLAIR MANFREDO MORO	01.02.005.0057.001	2011 A 2014	1.380,75
CLAUDINO DOS SANTOS	01.06.002.0095.001	2011 A 2014	1.147,62
CLAUDINO FLORES	01.06.017.0100.001	2011 A 2014	1.350,58
CLAUDIO BUSICHIA	01.08.016.0054.001	2011 A 2014	1.259,36
CLEBER ROCHA FERREIRA	01.04.076.0115.001	2011 A 2014	347,80
CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	01.05.082.0313.001	2011 A 2014	570,06
CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	0105.084.0317.001	2011 A 2014	546,23
CRISTIANO HENRIQUE	01.04.013.0054.001	2011 A 2014	5.175,54
DALCIRA KIESEL	01.04.076.0052.001	2011 A 2014	547,21
DEJAIR BRAZ	01.07.026.0081.001	2011, 2012 E 2014	653,17
DEOCLESIO ESTEVES	01.02.056.0479.001	2011 A 2014	1.415,20
DERCILIO BETIOL BARBOSA	01.05.015.0031.001	2011 A 2014	736,30
DIANELLA RIOS	01.04.028.1007.001	2011 A 2014	1.026,89
DIEGO DOMINGOS DE MELO	01.08.008.0120.002	2011 A 2014	1.518,30
DILMAR PADOIN	01.02.027.0473.001	2011 A 2013	1.221,39
DILMAR PADOIN	01.02.027.0473.002	2011 A 2014	1.579,09
DOTINA CARLOS SOMARIVA	01.05.040.0060.001	2011 A 2013	1.417,83
DULCE FRANCISCO DE SOUZA	01.05.029.0075.001	2011 A 2014	1.381,57



EDEVALDO FLORENTINO	01.07.016.0043.001	2011 A 2014	325,47
EDEVALDO FLORENTINO	01.07.08.0110.001	2011 A 2014	353,91
EDNA ANTONIO PEREIRA	01.05.061.0191.001	2011 A 2014	2.350,65
ELI VALTER RIBEIRO	01.04.024.0151.001	2011 A 2014	2.926,42
ELISABETE ALEXANDRE DA ROSA JOSEFINO	01.05.044.1786.001	2011,2012 E 2014	1.126,71
ELISANDRO ALVES DO NASCIMENTO	01.05.107.0303.001	2011 A 2014	1.935,28
ELISANGELA CRISTINA ROCHA	01.07.016.0412.001	2011 E 2014	98,76
ELIZABETE MIGUEL PACHECO CECHINEL	01.08.013.0038.001	2011 A 2014	814,85
ELIZABETE MIGUEL PACHECO CECHINEL	01.08.016.0066.001	2011 A 2014	1.320,89
ELOIR VEIRA DEMETRIO	01.08.007.0198.001	2011 A 2014	1.455,68
ELOIR VIEIRA DEMETRIO	01.08.007.0198.002	2011 A 2014	1.640,56
ERLINDO GUINZANI	01.03.001.2403.001	2011 E 2013	315,89
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0122.001	2011 A 2014	193,31
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0156.001	2011 A 2014	346,88
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0135.001	2011 A2014	384,51
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0083.001	2011 A 2014	160,67
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0096.001	2011 a 2014	171,76
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0109.001	2011 a 2014	182,40
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0057.001	2011 A 2014	158,61
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0070.001	2011 A 2014	149,79
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0044.001	2011 A 2014	176,56
EUCLESIO MANDELLI	01.08.023.0172.001	2011 A 2014	137,63
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0018.001	2011 A 2014	255,62
EUCLESIO MANDELLI	01.08.024.0031.001	2011 A 2014	190,54
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0190.001	2011 A 2014	123,19
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0164.001	2011 A 2014	149,94
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0054.001	2011 A 2014	350,78
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0067.001	2011 A 2014	266,74
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0080.001	2011 A 2014	266,64
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0122.001	2011 A 2014	157,02
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0203.001	2011 A 2014	183,61
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0216.001	2011 A 2014	266,43
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0259.001	2011 A 2014	350,89
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0283.001	2011 A 2014	286,37
EUCLESIO MANDELLI	01.08.023.0140.001	2011 A 2014	191,54
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0224.001	2011 A 2014	139,76
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0237.001	2011 A 2014	139,71
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0250.001	2011 A 2014	266,58
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0292.001	2011 A 2014	173,12
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0028.001	2011 A 2014	350,78
EUCLESIO MANDELLI	01.08.022.0041.001	2011 A 2014	266,34
EUCLESIO MANDELLI	01.08.023.0195.001	2011 A 2014	136,22
EUCLESIO MANDELLI	01.08.020.0259.001	2011 A 2014	986,59
EUCLESIO MANDELLI	01.08.020.0102.001	2011 A 2014	191,67
EUCLESIO MANDELLI	01.08.020.0191.001	2011 A 2014	217,94
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0013.001	2011 A 2014	325,43
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0026.001	2011 A 2014	139,66
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0039.001	2011 A 2014	139,78
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0078.001	2011 A 2014	139,76
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0198.001	2011 A 2014	139,71
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0211.001	2011 A 2014	139,83
EUCLESIO MANDELLI	01.08.021.0065.001	2011 A 2014	266,67
EVERALDO PORFIRIO	01.06.081.0118.001	2011 A 2014	626,74
EVERALDO SILVEIRA	01.08.017.1650.001	2011 A 2014	1.017,17
FABRICIO AMERICO	01.03.058.0210.001	2011 A 2014	1.203,20
FATIMA DA SILVA BOAROLI	01.05.020.0106.001	2011 A 2014	795,27
FRANCISCO BORGES	01.08.022.0177.001	2011 A 2014	123,14
GENESIO PLASKIEVICZ	01.03.013.0711,003	2011 A 2014	1.417,22
GENIRCE DA ROSA DA ROCHA	01.04.009.0030.001	2011 E 2014	778,42
GENUARIO PEREIRA BUENO	01.05.097.0065.001	2011 A 2014	848,60
GEOVANE SANTOS DE BORBA	01.06.086.0608.001	2011 A 2013	343,59
GERALDO VALDEMAR DA SILVA	01.04.019.0328.001	2011 2012 E 2014	569,19
GERALDO VALDEMAR DA SILVA	01.05.063.0290.001	2011,2012 E 2014	1.041,18
GILMAR ANTONIO TEIXEIRA	01.04.002.0315.001	2011 A 2014	1.368,10



GILSON CARDOZO JOAQUIM	01.06.001.0051.001	2011 A 2014	1.507,74
GILSON GONÇALVES FURTADO	01.06.083.0089.001	2011 A 2014	2.294,11
HEBER TADEU CASTRO	01.06.074.0157.001	2011 A 2014	4.628,92
HONORIO JAQUES DA SILVA NETO	01.06.003.0030.001	2011 E 2012	416,23
HUMBERTO LIMA RODRIGUES	01.06.089.0092.001	2011,2013 E 2014	763,14
IDESIO BRUNELI	01.06.041.0107.001	2011 A 2014	1.217,46
IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	01.05.036.0213.001	2011	163,30
ILZEI FERNANDES	01.07.034.0358.001	2011	359,85
INES FRASSON	01.05.061.0100.001	2011 A 2014	2.493,61
IRMA JULIO JOAO DUARTE	01.04.003.0035.001	2011 A 2014	1.755,18
IRMA VICENTE RONCHI	01.07.026.0107.001	2011 A 2014	1.186,91
IVAIR PAZINI	01.06.011.0300.001	2011 A 2014	681,96
IVANIR PEDRO MARCELINO	01.05.014.0247.001	2011 A 2014	2.798,34
IVANIR PEDRO MARCELINO	01.05.037.0199.001	2011 A 2014	5.155,69
IVANIR SEVERINO	01.08.017.1814.001	2011 A 2014	823,21
JAIME WENHOLD	01.07.036.0383.001	2011 A 2014	1.146,30
JANEIDE BINATTI	01.04.002.0094.001	2011 A 2014	903,24
JANICE ROCHA	01.03.001.0200.001	2011 A 2014	3.409,12
JANIR TISCOSKI	01.04.070.0195.001	2011 A 2013	1.255,15
JEFERSON DA SILVA	01.08.017.1831.001	2011 A 2014	350,83
JEFFERSON MONTEIRO CORREIA	01.05.058.0015.001	2011 A 2014	901,07
JOAO BATISTA NAZARIO MARIA	01.06.073.0234.001	2011 A 2014	3.224,06
JOÃO BATISTA NEVES	01.06.086.0924.001	2011 A 2014	1.229,63
JOÃO JOARES FERNANDES	01.06.017.0110.001	2011 A 2014	2.304,05
JOCIONY DA SILVA	01.06.090.0047.001	2011 A 2014	1.292,28
JOGE LUIZ MONTEIRO	01.04.025.0040.001	2011 A 2014	2.473,27
JOGLAS BATISTA SANGALETI	01.06.008.0014.001	2011 A 2013	886,85
JOSE KITIVIANE DE LIMA CANDIDO	01.06.093.0092.001	2011 A 2014	1.193,82
JOSE ANTONIO PATRICIO	01.04.014.0150.001	2011 A 2014	1.134,03
JOSE CARLOS ALFREDO LIMA	01.08.023.0067001	2011 A 2014	780,56
JOSE CARLOS RIBEIRO	01.04.030.1618.001	2011 A 2014	1.952,29
JOSE JOÃO BENTO	01.06.064.0136.002	2011 A 2013	844,34
JOSE JOÃO BENTO	01.06.064.0112.002	2011	482,52
JOSE LUIS PAIM DE MOURA	01.06.018.0058.001	2011 A 2013	233,62
JOSE MANOEL DEOLINDO	01.08.020.0050.001	2011 A 2014	294,33
JOSE MARCILIO PEREIRA	01.07.037.0152.001	2011 A 2014	227,83
JOSE MARCILIO PEREIRA	01.07.035.0064.001	2011 A 2014	541,68
JOSE MARCILIO PEREIRA	01.07.037.0069.001	2011 A 2014	1.213,18
JOSE MARCIRIO PEREIRA	01.07.037.0152.001	2011 A 2014	227,83
JOSE MARCIRIO PEREIRA	01.07.034.0084.001	2011 A 2014	1.166,69
JOSE MARCOS GUELERE	01.05.060.0045.001	2011 A 2014	348,55
JOSE MATIAS NOVACK	01.05.014.0232.001	2011 A 2014	2.688,94
JOSE MOACIR DE OLIVEIRA FERMINIO	01.07.017.0263.001	2011 A 2014	1.263,12
JOSE ROBERTO JAQUES	01.08.002.0073.001	2011 A 2014	1.580,47
KELI DE MEDEIROS VIEIRA	01.08.015.0305.001	2011 A 2013	959,60
LAENIO MACHADO	01.03.001.1818.001	2011	779,13
LAURO OTACILIO PEDROSO	01.05.062.0102.001	2011 A 2014	1.611,39
LEONIR GERONIMO DA SILVA	01.06.013.0214.001	2011 A 2014	1.082,41
LEONIR GERONIMODA SILVA	01.06.013.0214.002	2011 A 2014	1.168,36
LEONIR SATURNO BERNARDO	01.06.074.0070.001	2011 A 2014	4.471,35
LIMARA POCENA PADILHA	01.06.016.0048.001	2011,2013 E 2014	456,74
LORENI AMANDIO	01.06.040.0214.001	2011 A 2014	846,95
LORENI AMANDIO	01.07.030.0075.001	2011	232,80
LUCIONE FEGHERA	01.05.024.0063.001	2011 A 2013	681,78
LUIS CARLOS MELO	01.08.012.0105.001	2011 A 2014	1.169,64
LUIZ CARLOS CUSTODIO	01.04.013.0303.001	2011 A 2014	2.453,83
LUIZ CARLOS DA SILVA EUGENIO	01.07.006.0555.001	2011, 2013 E 2014	776,30
LUIZ GONZAGA DE MATTIA (ESPOLIO)	01.05.046.0263.001	2011 A 2014	909,63
LUIZ GONZAGA DE MATTIAS (ESPOLIO)	01.05.046.0278.001	2011 A 2014	1.679,72
MAICON GEFFERSON KOGA	01.02.051.0692002	2011 A 2014	1.936,72
MANOEL SERAFIM ASSUNÇÃO	01.05.060.0306.001	2011 A 2014	940,29
MARCELO GABRIEL	01.08.016.0232.001	2011 A 2014	842,57
MARCELO INACIO JUSTO	01.08.016.0105.001	2011 A 2014	1.362,16
MARCELO VIEIRA DOS SANTOS	01.07.024.0263.001	2011,2012 E 2014	270,76

MARCIA CUNHA	01.06.017.0201001	2011 A 2013	2.849,39
MARCIO FERNANDES	01.06.104.0063.001	2011 A 2014	1.097,31
MARIA CLARA MARIANO	01.04.013.0276.001	2011 A 2014	4.541,42
MARIO BONIFÁCIO DA SILVA	01.05.027.0350.001	2011 A 2014	2.651,47
MARIO BONIFÁCIO DA SILVA	01.05.027.0350.002	2011 A 2014	4.328,30
MARIO CARDOSO	01.06.100.0111.001	2011 A 2014	1.113,72
MARLENE PEREIRA DELFINO	01.03.001.0169.001	2011 A 2014	3.828,81
MATILDE BERTI DE PIERI	01.06.001.0479.001	2011 A 2014	2.776,76
MAURICIO GARCIA AURELIO	01.03.058.0269.001	2011 A 2014	833,21
MOACIR ACORDI	01.04.048.0222.002	2011 A 2014	846,93
MOACIR VIEIRA SOUZA (ESPOLIO)	01.05.007.0244.001	2011 A 2014	2.755,20
MOISES ROSA FELICIANO	01.07.032.0285.001	2011 A 2014	1.439,11
NASCIMENTO XAVIER	01.06.023.0134.002	2011,2012 E 2014	14.083,37
NILDO CLER ALEXANDRE	01.05.014.0187.001	2011 A 2014	2.571,15
NILZETE RODRIGUES DA SILVA	01.06.012.0085.001	2011 A 2014	2.456,88
NIVALDO VASSOLER	01.05.065.0075.001	2011 A 2013	788,78
ODIR PAGANINI	01.07.019.0297.001	2011, 2013 E 2014	297,72
OLIDIA WESTRUP JOSEFINO	01.07.033.0042.001	2011 A 2014	1.304,55
ORLANDO TROMBIM	01.06.061.0070.001	2011 A 2014	1.424,49
OSMAR BONIFÁCIO DA SILVA	01.05.028.0161.001	2011 A 2014	3.163,69
OTAVIO DIAS	01.04.073.0021.001	2011 A 2014	1.954,58
OTRAVIO FRASSON	01.03.020.0103.001	2011 A 2014	1.625,39
PATRICIA SUMARA BRUNELI	01.06.071.0223.001	2011 A 2014	2.007,37
PAULINO RODRIGUES DE CARVALHO	01.07.028.0158.002	2011 A 2014	2.250,79
PAULO JOAO BARBOSA	01.06.015.0258.001	2011 A 2014	894,51
PAULO JOÃO BARBOSA	01.06.022.0028.001	2011 A 2014	2.523,09
PAULO JOÃO BARBOSA	01.06.015.0258.001	2011 A 2014	868,76
PAULO JOÃO BARBOSA	01.06.015.0258.006	2011 A 2014	800,25
PAULO JOÃO BARBOSA	01.06.015.0258.003	2011 A 2014	978,12
PAULO JOÃO BARBOSA	01.06.015.0250.004	2011 A 2014	1.342,61
PAULO JOÃO BARBOSA	01.06.015.0258.005	2011 A 2014	835,48
PEDRO BENONI DA LUZ	01.07.034.0159.001	2011 A 2014	1.699,53
PEDRO GERONIMO	01.06.009.0128.001	2011 A 2013	1.632,41
PEDRO OLI OLIVEIRA MACHADO	01.04.065.0137.001	2011 A 2014	1.324,84
RAFAEL SPINDOLA PAES	01.06.073.0104.001	2011 A 2014	3.224,06
RAQUEL BACKES MARTINS	01.03.019.0123.001	2011 A 2014	4.140,21
RICARDO GRACIANO	01.06.002.0017.001	2011 A 2014	1.193,13
ROGERIO BORGES MACHADO	01.08.004.0208.001	2011,2012 E 2014	1.012,35
ROSA MARIA DE MEDEIROS DE SOUZA	01.06.071.0034.001	2011 A 2014	3.544,17
ROSIMERI BECKER	01.04.073.0032.001	2011 A 2014	4.620,94
RUBENS DAGOSTIN	01.07.023.0030.001	2011 2012 E 2014	300,13
SALETE FERNANDES	01.06.016.0069.001	2011 A 2014	942,65
SALETE MONGUERONTI	01.06.094.0077.001	2011 A 2013	199,08
SANTILINA LUIZ E OUTRO	01.08.008.0321.002	2011 A 2014	809,51
SANTINO REZENDE	01.05.037.0086.001	2011 A 2014	1.605,06
SAULO SEBASTIÃO DE MEDEIROS	01.06.023.0520.001	2011 E 2012	155,31
SERGIO RAFAEL PEDROSO	01.05.017.0307.002	2011 A 2014	1.092,20
SERGIO TISCOSKI	01.01.024.0092.001	2001 A 2014	1.616,98
SILESIO DE AGUIAR MENDES	01.07.022.0205.001	2011 A 2014	256,36
TARCISIO CARDOSO ALBANO	01.05.064.0045.001	2011 A 2014	935,34
TEOTONIO DE JESUS FAUSTINO	01.06.069.0087.001	2011 A 2014	2.012,99
TEREZINHA ZEFERINO GONÇALVES	01.06.073.0040.001	2011 A 2014	1.679,66
TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	01.05.016.1083.002	2011	639,94
VACIRLEI DONATO CASAGRANDE	01.02.045.0903.001	2001 A 2014	5.858,40
VALDEMAR LOCH (ESPOLIO)	01.01.017.0592.001	2001 A 2014	1.991,16
VALDEMAR SILVEIRA	01.06.032.0163.001	2011 A 2014	663,01
VALDO GENUINO	01.04.078.0144.001	2011 A 2014	1.121,38
VALMIR CANDIDO PEREIRA	01.05.013.009.001	2011 A 2014	3.191,61
VANDER ALEX NAZARIO	01.04.003.0940.001	2011 A 2014	7.862,19
VANDERLEI DE OLIVEIRA	01.03.034.0299.001	2011 A 2014	1.077,39
VILMAR CARDOSO	01.05.023.0208.001	2011 A 2014	982,73
VILMAR RODRIGUES GOMES	01.06.073.0079.001	2011 A 2014	3.295,35
WILIAN KLEBER SANGALETTI	01.06.071.0113.001	2011 A 2014	1.033,68
ZULEIDE APARECIDA DA LUZ	01.04.080.0014.001	2012 A 2014	822,88

# Fraiburgo

## PREFEITURA

**AT15FMS17****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS17

Contratante....: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada....: MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA

Valor ..... : 5.325,00 (cinco mil trezentos e vinte e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 15/06/2015 Término: 30/09/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA FORNECIMENTO ÀS CRIANÇAS E DEMAIS PESSOAS COM RESTRIÇÃO OU INCAPACIDADE DE INGERIR ALIMENTAÇÃO SÓLIDA, QUE APRESENTEM DESNUTRIÇÃO CLÍNICA OU PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS, CONFORME PROJETO MUNICIPAL DE LEITES E SUPLEMENTOS.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**AT15PMF75****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF75

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Valor ..... : 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 18/06/2015 Término: 30/09/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, SANEFRAI E FME) DURANTE O PERÍODO DE MAIO A SETEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

**AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0013-2015 DOM**

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0013/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0013/2015 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0140/2015-PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de reforma no Centro Educacional Municipal Faxinal dos Carvalhos, localizado na Estrada Municipal Fb 280, neste município, para adequação do refeitório, com fornecimento do material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativo (Anexos ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 10.07.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. Recursos: Próprios. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email:

[compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Fraiburgo(SC), 22 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal.

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0080\_2015-PMF RP 0053**

Aviso do Pregão Presencial nº 0080/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0053/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e mão de obra para colocação de redes de proteção nos ginásios de esportes dos Centros De Educação Municipal Fundamental Do Município. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 06.07.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 22 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

**CT15PMF75****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF75

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA

Valor ..... : 23.750,00 (vinte e três mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 16/06/2015 Término: 30/08/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE RESMAS A4 E REABASTECEDORES DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO, PARA USO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL E FUNDAMENTAL.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

**CT15PMF76****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF76

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor ..... : 11.375,00 (onze mil trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 16/06/2015 Término: 30/08/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE RESMAS A4 E REABASTECEDORES DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO, PARA USO DOS CENTROS DE

## EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL E FUNDAMENTAL.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito

**CT15PMF77**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF77  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 740,00 (setecentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/06/2015 Término: 31/08/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, STANDES, SUPORTES PARA BANNER E AQUISIÇÃO DE MADEIRITE, MADEIRA, TINTAS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A SEREM INSTALADOS E/OU UTILIZADOS NO PARQUE DA MAÇÃ, ONDE ESTARÁ SENDO REALIZADO O "XIII ENFRUTE", QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 28 A 30 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito

**CT15PMF78**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF78  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: AVAJ PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA  
Valor ..... : 45.970,00 (quarenta e cinco mil novecentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/06/2015 Término: 31/08/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, STANDES, SUPORTES PARA BANNER E AQUISIÇÃO DE MADEIRITE, MADEIRA, TINTAS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A SEREM INSTALADOS E/OU UTILIZADOS NO PARQUE DA MAÇÃ, ONDE ESTARÁ SENDO REALIZADO O "XIII ENFRUTE", QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 28 A 30 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito

**CT15PMF79**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF79  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 3.645,00 (três mil seiscentos e quarenta e cinco reais).  
Vigência ..... : Início: 18/06/2015 Término: 31/08/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, STANDES, SUPORTES PARA BANNER E AQUISIÇÃO DE MADEIRITE, MADEIRA, TINTAS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A SEREM INSTALADOS E/OU UTILIZADOS NO PARQUE DA MAÇÃ, ONDE ESTARÁ SENDO REALIZADO O "XIII ENFRUTE", QUE

ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 28 A 30 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito

**CT15PMF80**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF80  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA  
Valor ..... : 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/06/2015 Término: 31/08/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, STANDES, SUPORTES PARA BANNER E AQUISIÇÃO DE MADEIRITE, MADEIRA, TINTAS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A SEREM INSTALADOS E/OU UTILIZADOS NO PARQUE DA MAÇÃ, ONDE ESTARÁ SENDO REALIZADO O "XIII ENFRUTE", QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 28 A 30 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF81\_DOM**

## EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF81

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA CONTÁBIL, FINANÇEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL PARA ORIENTAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ATUAM NESSAS ÁREAS, COM VISTA A IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (PCASP) COMPREENDENDO: RECEITA PÚBLICA; DESPESA PÚBLICA; CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS; LANÇAMENTOS CONTÁBEIS; INÍCIO E ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIOS; ELABORAÇÃO DE BALANCETES MENSAS; ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL; RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E GESTÃO; PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LOA LDO); GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DA E-SFINGE E DE ATOS ADMINISTRATIVOS (SICONFI, SIOPS, SIOPE E SIGPC); FECHAMENTO DE BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS MENSAS E ANUAIS. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 34.649,97 (TRINTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 22.06.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO: DE 22.06.2015 A 31.12.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0104/2015 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2015. RECURSOS: 01.0200 – ORDINÁRIOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

FRAIBURGO (SC), 22 DE JUNHO DE 2015  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO

**TA15PMF91**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA15PMF91 - Contrato Nº: CT14PMF100

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 15/06/2015 Término: 16/07/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Nº.: 11/2014.

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA FISCAL DE OBRAS NOMEADA, ARQUITETA FISCAL MICHELLE RIBEIRO, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CT14PMF100, PARA ATÉ A DATA DE 16 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

**TA15PMF92**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA15PMF92 - Contrato Nº: CT12PMF154

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS.

Vigência ..... : Início: 25/07/2015 Término: 25/07/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2012.

Objeto ..... : EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II DA LEI Nº. 8.666/93 E COM A CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTRATO ORA ADITADO, AS PARTES ACORDAM EM PRORROGAR O CONTRATO POR 12 (DOZE) MESES, DE 25/07/2015 ATÉ 25/07/2016.

Fraiburgo, 22 de Junho de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 035/2015

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 035/2015, Edital de Pregão Presencial 024/2015, tipo menor preço por lote até às 09h:00min. do dia 06 de julho de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE SEGUROS TOTAL PARA VEICULOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO E FUNDOS COM COBERTURA ANUAL CONTRA ACIDENTES EM GERAL, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTENCIA 24 HORAS, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 22 de junho de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### EXTRATO DO ADITIVO Nº 7 DO CONTRATO Nº SAF-81/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 7 DO CONTRATO Nº SAF-81/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/05/2015. VENCTO.: 18/11/2015. Concorrência nº.: 136/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para implantação e ampliação do sistema de manejo de águas pluviais da Rua Amazonas e adjacências. CONTRATADA: RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA (83.748.038/0001-74). Sem alteração de valor.

Gaspar/SC, 19 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### PORTARIA Nº 3.717, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.717, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais dos Processos Seletivos nº 12/2013, nº 01/2015 e nº 09/2015, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ALEXANDRE RODRIGUES	18/05/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ALINNE PETRIS	16/06/2015	PROFESSOR DOC-III-2
ANA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA	06/05/2015	BERCARISTA
ANA PAULA MACIEL VIEIRA	13/05/2015	BERCARISTA
ANDRE LUIS PONTIOLLI	19/05/2015	SUPERVISOR ESCOLAR
ANGELA MARIA FRANCO	06/05/2015	BERCARISTA
CAROLINE CRISTINA BROETTO	21/05/2015	BERCARISTA
CAROLINE DE SOUZA SOARES	07/05/2015	BERCARISTA
CRISTIANO MACHADO LEOCADIO	19/05/2015	PROFESSOR DOC-I-8
DIEGO FABIANO DIAS	09/06/2015	PROFESSOR DOC-I-3
EDIRLEI FAUSTO DOS SANTOS	19/05/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ELISETTE GLORIA CARDOSO TABORDA	12/05/2015	PROFESSOR DOC-I-8
GABRIELA FREITAS BORGES DEICHMANN	21/05/2015	PROFESSOR DOC-I-2
INES VENTURI	20/05/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
INGE MARQUETTI	04/05/2015	BERCARISTA
JANI CAETANO PAES	20/05/2015	PROFESSOR DOC-I-8
JAQUELINE ADRIANA DREYER	04/05/2015	BERCARISTA
JOAO TILL	04/05/2015	ZELADOR ESCOLA
LEILA REGINA PEIXE GUBERT	20/05/2015	PROFESSOR DOC-I-8
LUCIMARA APARECIDA BEKER	18/06/2015	PROFESSOR DOC-I-2
MARCIA ALVES DE SIQUEIRA COLARITES	18/05/2015	PROFESSOR DOC-III-4

MARIA APARECIDA PRAZERES	12/05/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA	07/05/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
NAIME COUTOS SANTOS MABA	04/05/2015	PROFESSOR DOC-I-8
NATALICIA DA SILVA	13/05/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
RICARDO ALEXANDRE TOMASELLI	19/05/2015	PROFESSOR DOC-III-4
ROSANE SALETE HAACK	07/05/2015	PROFESSOR DOC-I-4
SUELI MATTEUSSI	01/06/2015	PROFESSOR DOC-I-4
THAIS REGINA DE LIMA GERALDO	13/05/2015	BERCARISTA
VANESSA LAMIM	01/06/2015	PROFESSOR DOC-I-4

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04/05/2015.

Gaspar, 17 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### PORTARIA Nº 3.718, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.718, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processos Seletivos nº 11/2014, 13/2014, 06/2015, 07/2015 e 08/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ALEXSANDRA PEREIRA	11/06/2015	Agente Comunitário Saúde
ALTAIR RAMOS	05/05/2015	MOTORISTA AMBULANCIA
ANA FERNANDA CRISTOVAO QUESSADA	01/06/2015	MEDICO CLIN. GERAL
ANGELA MARIA SIMAO BORGES	08/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
ANTONIA FIRMINO DE PAIVA	05/05/2015	Agente Comunitário Saúde
ASSIS CORREIA LEMOS	19/05/2015	Agente Comunitário Saúde
AUREA HELENA APARECIDA CASAS	14/05/2015	Agente Comunitário Saúde
CAMILA SILVA DOS SANTOS LIMA	11/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
CAROLINA THEISS	26/05/2015	Agente Comunitário Saúde
CAROLINE DONDONI RIGONI	05/05/2015	Medico CG CAR 20 H

CLAITON CARLOS DA SILVA	11/05/2015	MOTORISTA AM-BULANCIA
CLEONICE PRUDENTE DA FONSECA	06/05/2015	Agente Comunitário Saúde
DEISIANE GOMES TRINDADE	21/05/2015	Agente Comunitário Saúde
EDNEI ALEXANDRE BORBA	06/05/2015	MOTORISTA AM-BULANCIA
EDUARDO GUARCONI DUTRA	01/05/2015	Medico CG CAR 20 H
ELIANA APARECIDA DUTRA DE SOUZA KUACHINH	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
ELIETE ANTUNES VIEIRA CHIESA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
ELIZABETE DUTRA RADUENZ	06/05/2015	Agente Comunitário Saúde
ELIZANGELA SARDO	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
EVA MARIA DA SILVA	11/05/2015	AGENTE SERV. GERAIS
FABRICIA REGINA MAES	12/05/2015	Agente Comunitário Saúde
FABRICIO FERNANDO DA ROCHA	18/05/2015	MOTORISTA AM-BULANCIA
FATIMA APARECIDA DE LIZ	08/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
FERNANDA CRISTINA MIRANDA	01/06/2015	MEDICO CLIN. GERAL
GLAICE SILVA LIMA	08/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
HILDA POFFO FISTAROL	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
IVETE IWASHIMA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
IZABELA RODRIGUES AVILA	12/05/2015	Medico CG CAR 20 H
JANE CARLA SCHRAMM SCHMITT	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
JANETE APARECIDA DA SILVA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
JERRY JEAN KIRSCHNER	15/05/2015	DENTISTA
JULIANA DA SILVA BREDAS	06/05/2015	Agente Comunitário Saúde
JULIANA MIOTTO	12/05/2015	PSICOLOGO (A)
LEILIANE GOMES TRINDADE	22/05/2015	Agente Comunitário Saúde
LUANA IARA PEREIRA	16/06/2015	Medico Geral Com. PSF
LUCILENE DO PRADO DOS SANTOS	05/05/2015	Agente Comunitário Saúde
LUCILENE MONTEIRO	20/05/2015	Agente Comunitário Saúde
MARCOS PAULO RODRIGUES	06/05/2015	Agente Comunitário Saúde
MARIA BERNADETE SANTANA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
MARIA DE LURDES SOUZA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
MARIA SOCORRO SOUZA DA SILVA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
MARILEIA REGINA DOS PASSOS BACCA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
MARTA WERNECK DE REZENDE	09/06/2015	Medico Geral Com. PSF
MAURINA CARDOSO	12/05/2015	Agente Comunitário Saúde

MAX ELOI DA SILVA	02/06/2015	MEDICO CLIN. GERAL
MICHELE KARINE SPENGLER GARCIA	16/06/2015	ENFERMEIRO(A)
NEIDE APARECIDA SCHMITT DA SILVA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
NOEMI VIEIRA	07/05/2015	Agente Comunitário Saúde
RAFAELA REGINA DE ALMEIDA	18/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
ROBERTO CARLOS MORA-TELLI DE OLIVEIRA	06/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
ROSELI DE FATIMA BINELLO GONÇALVES COUTO	08/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
SAMARA DE SOUSA SILVA NUNES	12/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
SAMARA MICHELLE BIZATTO	08/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
SILVANA JUNKS KRUMME-NAUER	11/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
SILVANE WAWRZYCKI	08/05/2015	Agente Comunitário Saúde
SIMONE MARIA PAIZ	08/05/2015	Agente Comunitário Saúde
SUELI MERLO	08/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
TARCILA KRIEGER CARESIA	11/05/2015	Agente Comunitário Saúde
VERA LUCIA PAVANATI VIANA	11/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
VERONICA XAVIER DA COSTA	08/05/2015	AUX DE ENFERMAGEM
VIVIANE CEZAR	06/05/2015	Agente Comunitário Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/05/2015.

Gaspar, 17 de junho de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### PORTARIA Nº 3.719, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.719, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
NOMEIA SERVIDOR PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo relacionado, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 03/2015 da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
DIVONZIR WAWRZYCKI	25/05/2015	MONITOR ÁREA AZUL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 25/05/2015.

Gaspar, 19 de junho de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**RESOLUÇÃO 010/2015 CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Instaura e Nomeia a Comissão Processante para averiguar as denúncias da Conselheira Tutelar Erica Jussara Monteiro Marques O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº. 51, de 07 de dezembro de 2012 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012, no CAPÍTULO XI, artigo 48, que dispõe sobre o regime disciplinar; RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar e Nomear a Comissão Processante Disciplinar composta por:

01 representante da Procuradoria-Geral do Município: Eduard Fischer;

01 representante do Conselho Tutelar: Juçara Spengler;

01 representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante de Entidade Não Governamental: Euclides Rampelotti.

Art.2º - Fica revogada qualquer Resolução contrária a este dispositivo.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de junho de 2015

JORGE LUIS DELLAROSA

Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente CMDCA

# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao andamento dos trabalhos da Prefeitura Municipal, que participou da Primeira Expo Feira São João, ocorrida nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2015, no Município de Grão-Pará.

Além disso, o fornecedor condicionou o pagamento da despesa, exclusivamente, ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse público primário do Município.

Por essas razões, necessária a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para saldar a despesa na sequência adiante descrita.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Lair Schotten Shuelter

Nota Fiscal: 000176

Valor: R\$ 2.200,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 22 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 10.2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 10/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA  
Contratada....: CLAUDIOMIR FRANCISCO HOFFMANN 04978826985  
Valor ..... : 6.768,00 (seis mil setecentos e sessenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 22/06/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM MUAY-THAI, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS SEMANAIS, PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DE GUARACIABA, COM O OBJETIVO DE CAPACITAR, FORTALECER VINCULOS E INCENTIVAR A SOCIALIZAÇÃO.  
Contratada....: CLAUDIOMIR FRANCISCO HOFFMANN 04978826985  
Vigência ..... : Início: 22/06/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação:  
-----

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 26.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 37/15, Edital de Pregão Nº 26/15, Objeto: Aquisição de material gráfico para uso nos serviços da SAÚDE; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 03/07/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 03/07/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 22 de junho de 2015.  
SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,  
Ordenadora do FMS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015 – FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1/2015 – FMA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 1/2015- FMA

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Transponder (Microchip) e aplicador para identificação eletrônica de cães e gatos no município de Guaramirim/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 01/2015 - FMA.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Meio Ambiente, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: R.E. FUNGUETTO RIBEIRO - ME., com sede na Rua Otílio Amadori, 44, Bancários, Pato Branco (PR), inscrita no CNPJ sob nº 18.486.436/0001-06.

Vigência: Início: 15/06/2015 Término: 14/06/2016.

Fornecedor: 2983206 - ROSELI EGUINEIA FUNGUETTO RIBEIRO ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	2000	UN	MICROCHIP TRANSPONDER AGULHADO DESCARTÁVEL ESTÉRIL PARA IDENTIFICAÇÃO DE CÃES E GATOS. TAMANHO APROXIMADO DA AGULHA INJETORA: 2,6MM DE DIÂMETRO EXTERNO, 2,4MM DE DIÂMETRO INTERNO E 37MM DE COMPRIMENTO, FREQUÊNCIA 134,2KHZ (FDX-B), ENCAPSULADO EM BIOVIDRO, ESTERILIZADO INDIVIDUALMENTE, VALIDADE 05 ANOS, SISTEMA ANTIMIGRATÓRIO, DIMENSÕES APROXIMADAS 12MM POR 2,1MM, ACOMPANHADO DE ETIQUETAS ADESIVAS DE CÓDIGO DE BARRAS CONTENDO IMPRESSOS DÍGITOS DO MICROCHIP O FORNECEDOR DEVE SEGUIR A NBR 14766 CONFORME AS DETERMINAÇÕES DA ABNT.	PET CODE	12,00	24.000,00
2	3	UN	APLICADOR DE MICROCHIP REUTILIZÁVEL MÍNIMO 500 APLICAÇÕES COMPATÍVEL COM AGULHA DE 2,6MM DE DIÂMETRO EXTERNO, 2,4MM DE DIÂMETRO INTERNO, 37MM DE COMPRIMENTO.	PET CODE	14,00	42,00
Total		R\$24.042,00				

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 498/2015

DECRETO Nº. 498/2015

Regulamenta a Lei nº. 4218/2015, que institui no Município de Guaramirim o Programa "Adote Uma Praça".

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Programa "Adote uma Praça", que tem como objetivos a conservação, embelezamento e preservação de espaços públicos, deve obedecer ao disposto na Lei nº. 4218/2015 e este regulamento.

Art. 2º. Cabe ao adotante:

I - Respeitar as diretrizes de intervenções nos espaços livres públicos definidas pelo Município de Guaramirim;

II - Executar os serviços de recuperação do patrimônio adotado, com presteza e boa técnica, procurando minimizar os transtornos aos usuários;

III - Responsabilizar-se por perdas e danos que eventualmente vier a causar durante a execução dos serviços, ainda que decorrentes de imprudência, negligência ou imperícia de seus administradores, empregados, contratados ou subcontratados;

IV - Conservar e manter passeios internos ou cerca de proteção dos jardins, equipamentos de irrigação e drenagem, equipamentos de lazer e descanso, além de monumentos públicos, quando instalados na área adotada e outros que se fizerem necessários para cada local;

V - Conservar e manter árvores, gramados, arbustos e plantas ornamentais;

VI - Responsabilizar-se por transporte, alimentação, alojamento ou qualquer outro custo com o pessoal contratado para a execução dos serviços;

VII - Utilizar para a execução dos serviços de manutenção, pessoas habilitadas, adequadamente treinadas, munidas de equipamentos e



instrumentos de proteção e segurança contra acidentes;

VIII - Submeter à legislação municipal, análise prévia e aprovação do Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Desenvolvimento Econômico para qualquer tipo de intervenção e/ou realização de atividades e eventos;

IX - Atender às exigências da fiscalização do Município;

Parágrafo único. Não cabe ao adotante nenhuma contribuição financeira, imposto, taxa ou tributo ao Município, cabendo apenas a responsabilidade pela manutenção responsável e qualificada da área adotada.

Art. 3º. A manutenção das áreas será de forma simples e/ou com a implantação de paisagismo.

§ 1º Em ambos os casos o adotante deve repor plantas não perenes, manter cortada a grama sempre abaixo de 5 cm (cinco centímetros), limpar e manter os passeios internos, retirar folhas, galhos e manter limpa a área.

§ 2º É vedada a poda de árvores, excetuando-se apenas a poda superficial para manter o formato de certas plantas baixas ou arbustos e em casos de extrema necessidade, devendo neste último caso ser solicitada à Secretaria de Infraestrutura.

Art. 4º. A solicitação de adoção de praça deve ser feita conforme proposta do Anexo I via protocolo dirigido à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, respeitando o disposto no art. 5º da Lei nº. 4218/2015, com os seguintes documentos:

I - Cópia de Contrato Social (com a última alteração, se houver);

II - Cópia do CNPJ;

III - Cópia do CPF dos responsáveis;

IV - Cópia do RG dos responsáveis;

V - Ofício encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, solicitando formalmente a adoção.

Parágrafo único. Quando tratar-se de pessoa física bastam apenas os documentos descritos nos incisos III, IV e V.

Art. 5º. O adotante poderá instalar placa(s) de divulgação na área adotada, podendo optar por simples ou dupla face, conforme modelos constantes no Anexo II.

§ 1º A quantidade de placas deve respeitar:

I - Não menos de 50 (cinquenta) metros de distância entre si;

II - 1 (uma) a cada 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) para locais com até 900m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados);

III - 1 (uma) a cada 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) para locais maiores de 900m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados);

§ 2º O tamanho das placas para cada praça pública será:

I – Placa nº. 01, conforme modelo anexo, para: rotatórias, canteiros, jardins e alças de acesso;

II - Placa nº. 02, conforme modelo anexo, para: parques naturais, parques infantis, academias populares, praças, todas as áreas de propriedade do município, taludes, remanescentes de áreas e área de preservação permanente;

§ 3º Quando o adotante pretender desenvolver uma programação visual para placas indicativas/educativas em grandes áreas de praças ou parques, a proposta na ausência de um projeto normatizador, deverá necessariamente ser submetida à apreciação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 6º. O adotante pode desistir a qualquer momento da parceria, bastando para isso manifestar sua vontade, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, através de ofício que será juntado ao processo acarretando o arquivamento do mesmo.

Art. 7º. A fiscalização será realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com base no laudo emitido pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, conforme disposto no art. 7º da Lei nº. 4218/2015.

Parágrafo único. O Relatório de Fiscalização deve ser arquivado junto ao processo e deverá conter todas as observações pertinentes ao estado de conservação e das melhorias realizadas.

Art. 8º. O descumprimento das cláusulas do termo de parceria e/ou do disposto neste Decreto e na Lei nº. 4218/2015, implica na rescisão do termo com a perda da área adotada e imediata retirada da placa com o nome do adotante.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO 61 2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço - 61/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS ESCOLINHAS DE ESPORTES E EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DE ESPORTE E LAZER.

Entrega dos Envelopes: 06/07/2015 às 09:00 h

Abertura dos Envelopes: 06/07/2015 às 09:15 h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-4433.

GUARAMIRIM (SC), 19/06/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 429/2015**

PORTARIA Nº. 429/2015

Retorna de licença saúde Ana Carolina Doring de Andrade.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Ana Carolina Doring de Andrade, na função de Fisioterapeuta, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 17 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 430/2015**

PORTARIA Nº. 430/2015

Retorna de licença saúde Lisa Maria Persike Martins.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Lisa Maria Persike Martins, na função de Agente Comunitária de Saúde, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**RETIFICAÇÃO EDITAL 62/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 62/2015.

EDITAL 62/2015

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital n.º 62 do Pregão nº. 62/2015 que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

1. ALTERAÇÃO NO EDITAL NO ITEM 4 – (OBJETO):

Onde lê-se:

Item 16 – Caderno ¼ costurado, capa dura.- Quantidade – 4,45 - Cotação Max Unit – R\$ 3,46 – Valor Total – R\$ 15,40.

Leia-se:

Item 16 – Caderno ¼ costurado, capa dura.- Quantidade – 445 - Cotação Max Unit – R\$ 3,46 – Valor Total – R\$ 1.539,70.

Suprimir o texto CAIXA C/ 50 UNIDADES dos seguintes itens 21,22 e 23.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição)

A data de abertura fica marcada para o dia 07 de julho de 2015 às 13h30min.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço <https://guaramirim.antende.net>.

GUARAMIRIM (SC), 22/06/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2º BIMESTRE****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Março à Abril (b)	%(b/a)	Até Abril (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	137.859.820,00	137.859.820,00	15.265.211,55	11,07	30.693.140,62	22,26	107.166.679,38
RECEITAS CORRENTES	110.339.820,00	110.339.820,00	15.135.304,56	13,72	30.294.804,43	27,46	80.045.015,57
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.082.000,00	12.082.000,00	1.130.095,52	9,35	2.017.432,17	16,70	10.064.567,83
Impostos	9.460.000,00	9.460.000,00	888.802,61	9,40	1.645.793,35	17,40	7.814.206,65
Taxas	2.222.000,00	2.222.000,00	241.292,91	10,86	371.638,82	16,73	1.850.361,18
Contribuição de Melhoria	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.600.000,00	1.600.000,00	324.945,41	20,31	636.811,59	39,80	963.188,41
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	324.945,41	20,31	636.811,59	39,80	963.188,41
RECEITA PATRIMONIAL	380.500,00	380.500,00	168.257,02	44,22	300.375,39	78,94	80.124,61
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	380.500,00	380.500,00	168.257,02	44,22	300.375,39	78,94	80.124,61
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.260.000,00	5.260.000,00	1.001.681,40	19,04	1.862.909,26	35,42	3.397.090,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89.333.320,00	89.333.320,00	12.250.199,12	13,71	25.067.548,15	28,06	64.265.771,85
Transferências Intergovernamentais	87.093.320,00	87.093.320,00	12.060.199,12	13,85	24.857.426,15	28,54	62.235.893,85
Transferências de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	120.000,00	80,00	120.122,00	80,08	29.878,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	2.090.000,00	2.090.000,00	70.000,00	3,35	90.000,00	4,31	2.000.000,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.684.000,00	1.684.000,00	260.126,09	15,45	409.727,87	24,33	1.274.272,13
Multas e Juros de Mora	683.000,00	683.000,00	191.648,20	28,06	262.598,79	38,45	420.401,21
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	15.140,13	0,00	(15.140,13)
Receita da Dívida Ativa	900.000,00	900.000,00	57.960,25	6,44	117.804,36	13,09	782.195,64
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	101.000,00	101.000,00	10.517,64	10,41	14.184,59	14,04	86.815,41
RECEITAS DE CAPITAL	27.520.000,00	27.520.000,00	129.906,99	0,47	398.336,19	1,45	27.121.663,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.500.000,00	8.500.000,00	126.615,06	1,49	346.604,35	4,08	8.153.395,65
Operações de Crédito Internas	8.500.000,00	8.500.000,00	126.615,06	1,49	346.604,35	4,08	8.153.395,65
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Alienação de Bens Móveis	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	3.291,93	0,00	4.594,50	0,00	(4.594,50)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.880.000,00	18.880.000,00	0,00	0,00	47.137,34	0,25	18.832.862,66
Transferências Intergovernamentais	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	18.330.000,00	18.330.000,00	0,00	0,00	47.137,34	0,26	18.282.862,66
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	137.924.820,00	137.924.820,00	15.265.211,55	11,07	30.693.140,62	22,25	107.231.679,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	137.924.820,00	137.924.820,00	15.265.211,55	11,07	30.693.140,62	22,25	107.231.679,38
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	1.162.401,88	-	-

Pág 1 / 3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

TOTAL (VII) = (V + VI)	137.924.820,00	137.924.820,00	15.265.211,55	11,07	31.855.542,50	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	5.071.642,98	0,00	0,00	3.116.029,07	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	5.071.642,98	0,00	0,00	3.116.029,07	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Abril (j)
			Março à Abril	Até Abril (f)		Março à Abril	Até Abril (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	134.862.820,00	139.988.562,98	15.736.688,72	44.473.624,20	95.514.938,78	18.724.178,32	31.827.998,50	108.160.564,48	27.686.436,36
DESPESAS CORRENTES	100.365.420,00	105.735.515,30	14.811.065,02	41.748.957,80	63.986.557,50	17.573.364,77	30.115.231,36	75.620.283,94	26.325.750,39
Pessoal e Encargos Sociais	57.102.200,00	57.755.090,09	7.949.926,41	14.786.491,74	42.968.598,35	7.938.044,38	14.771.964,54	42.983.125,55	13.813.423,44
Juros e Encargos da Dívida	462.000,00	462.000,00	87.020,64	167.968,33	294.031,67	61.515,12	142.462,81	319.537,19	140.681,59
Outras Despesas Correntes	42.801.220,00	47.518.425,21	6.774.117,97	26.794.497,73	20.723.927,48	9.573.805,27	15.200.804,01	32.317.621,20	12.371.645,36
DESPESAS DE CAPITAL	34.447.400,00	34.203.047,68	925.623,70	2.724.666,40	31.478.381,28	1.150.813,55	1.712.767,14	32.490.280,54	1.360.685,97
Investimentos	30.215.400,00	30.461.067,68	305.504,03	1.727.313,71	28.733.753,97	743.726,31	928.446,88	29.532.620,80	578.674,74
Inversões Financeiras	286.000,00	286.000,00	0,00	0,00	286.000,00	0,00	0,00	286.000,00	0,00
Amortização da Dívida	3.946.000,00	3.455.980,00	620.119,67	997.352,69	2.458.627,31	407.087,24	784.320,26	2.671.659,74	782.011,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	62.000,00	147.200,00	16.787,61	41.026,16	106.173,84	13.899,91	27.544,00	119.656,00	27.494,20
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	134.924.820,00	140.135.762,98	15.753.476,33	44.514.650,36	95.621.112,62	18.738.078,23	31.855.542,50	108.280.220,48	27.713.930,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	134.924.820,00	140.135.762,98	15.753.476,33	44.514.650,36	95.621.112,62	18.738.078,23	31.855.542,50	108.280.220,48	27.713.930,56
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	134.924.820,00	140.135.762,98	15.753.476,33	44.514.650,36	95.621.112,62	18.738.078,23	31.855.542,50	108.280.220,48	27.713.930,56

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Março à Abril (b)	%(b/a)	Até Abril (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Abril (j)
			Março à Abril	Até Abril (f)		Março à Abril	Até Abril (h)		
DESPESAS CORRENTES	62.000,00	147.200,00	16.787,61	41.026,16	106.173,84	13.899,91	27.544,00	119.656,00	27.494,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.000,00	147.200,00	16.787,61	41.026,16	106.173,84	13.899,91	27.544,00	119.656,00	27.494,20
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	62.000,00	147.200,00	16.787,61	41.026,16	106.173,84	13.899,91	27.544,00	119.656,00	27.494,20

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

**RREO DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO 2º BIMESTRE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Março à Abril	Até Abril (b)	%(b) / tot.(b)		Março à Abril	Até Abril (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	134.862.820,00	139.988.562,98	15.736.688,72	44.473.624,20	99,91	95.514.938,78	18.724.178,32	31.827.998,50	99,91	108.160.564,48
Legislativa	0,00	0,00	508.939,37	821.495,09	1,85	(821.495,09)	329.328,53	637.163,25	2,00	(637.163,25)
Acao Legislativa	0,00	0,00	508.939,37	821.495,09	1,85	(821.495,09)	329.328,53	637.163,25	2,00	(637.163,25)
Administração	12.363.590,00	12.894.230,00	1.415.291,66	3.894.157,15	8,75	9.000.072,85	1.528.691,05	2.614.338,73	8,21	10.279.891,27
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	660.000,00	660.000,00	107.613,63	283.036,66	0,64	376.963,34	112.055,08	195.059,14	0,61	464.940,86
Planejamento e Orçamento	1.415.000,00	1.424.490,00	172.997,16	380.602,39	0,86	1.043.887,61	185.771,26	365.771,30	1,15	1.058.718,70
Administracao Geral	7.079.590,00	7.175.720,00	638.871,36	1.857.509,22	4,17	5.318.210,78	720.653,26	1.123.973,29	3,53	6.051.746,71
Administração Financeira	166.000,00	575.010,00	4.482,40	155.490,00	0,35	419.520,00	21.407,63	46.935,71	0,15	528.074,29
Controle Interno	470.000,00	476.010,00	68.170,38	141.959,27	0,32	334.050,73	62.378,39	115.079,01	0,36	360.930,99
Normatização e Fiscalização	570.000,00	570.000,00	67.425,37	221.821,55	0,50	348.178,45	79.187,12	149.683,13	0,47	420.316,87
Tecnologia da Informação	1.275.000,00	1.285.000,00	186.862,98	563.223,73	1,27	721.776,27	242.405,64	419.761,05	1,32	865.238,95
Ordenamento Territorial	18.000,00	18.000,00	0,00	1.384,00	0,00	16.616,00	1.200,00	1.384,00	0,00	16.616,00
Administração de Receitas	710.000,00	710.000,00	168.868,38	289.130,33	0,65	420.869,67	103.632,67	196.692,10	0,62	513.307,90
Segurança Pública	892.000,00	895.010,00	97.348,16	444.801,20	1,00	450.208,80	113.119,45	199.400,64	0,63	695.609,36
Policciamento	462.000,00	465.010,00	84.945,10	148.853,34	0,33	316.156,66	57.260,72	64.741,83	0,20	400.268,17
Defesa Civil	430.000,00	430.000,00	12.403,06	295.947,86	0,66	134.052,14	55.858,73	134.658,81	0,42	295.341,19
Assistência Social	6.415.300,00	6.937.529,59	723.871,45	1.971.523,17	4,43	4.966.006,42	618.363,01	1.164.377,69	3,66	5.773.151,90
Assistência ao Idoso	312.250,00	319.762,07	6.437,20	7.861,14	0,02	311.900,93	5.836,40	5.960,80	0,02	313.801,27
Assistência ao Portador de Deficiência	413.450,00	420.962,07	80.000,00	380.000,00	0,85	40.962,07	50.000,00	125.000,00	0,39	295.962,07
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.533.400,00	1.643.349,69	137.448,41	313.447,02	0,70	1.329.902,67	64.878,85	122.993,32	0,39	1.520.356,37
Assistência Comunitária	4.156.200,00	4.553.455,76	499.985,84	1.270.215,01	2,85	3.283.240,75	497.647,76	910.423,57	2,86	3.643.032,19
Saúde	30.865.230,00	33.951.878,75	6.575.836,78	12.933.864,72	29,06	21.018.014,03	6.724.749,79	10.582.482,50	33,22	23.369.396,25
Atenção Básica	15.281.500,00	16.064.379,09	1.892.740,92	5.447.115,71	12,24	10.617.263,38	1.989.681,30	3.816.735,25	11,98	12.247.643,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.922.010,00	17.225.779,66	4.574.006,04	7.222.247,84	16,22	10.003.531,82	4.624.632,63	6.559.506,49	20,59	10.666.273,17
Vigilância Sanitária	410.720,00	410.720,00	55.606,14	147.699,40	0,33	263.020,60	55.517,78	108.481,25	0,34	302.238,75
Vigilância Epidemiológica	251.000,00	251.000,00	53.483,68	116.801,77	0,26	134.198,23	54.918,08	97.759,51	0,31	153.240,49
Trabalho	206.000,00	201.010,00	0,00	0,00	0,00	201.010,00	0,00	0,00	0,00	201.010,00
Empregabilidade	206.000,00	201.010,00	0,00	0,00	0,00	201.010,00	0,00	0,00	0,00	201.010,00
Educação	35.754.700,00	37.105.411,51	4.160.675,96	10.945.068,17	24,59	26.160.343,34	4.914.526,55	8.488.529,23	26,65	28.616.882,28
Alimentação e Nutrição	3.224.000,00	3.255.327,56	308.179,18	1.321.265,16	2,97	1.934.062,40	489.781,19	769.651,96	2,42	2.485.675,60
Ensino Fundamental	18.154.000,00	18.742.969,08	2.078.262,37	5.241.386,22	11,77	13.501.582,86	2.502.353,50	4.222.637,32	13,26	14.520.331,76
Ensino Médio	506.500,00	508.846,39	772,80	952,80	0,00	507.893,59	434,20	614,20	0,00	508.232,19
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação Infantil	13.748.200,00	14.476.268,48	1.760.999,61	4.338.661,43	9,75	10.137.607,05	1.918.487,14	3.470.135,91	10,89	11.006.132,57
Educação de Jovens e Adultos	117.000,00	117.000,00	12.462,00	42.802,56	0,10	74.197,44	3.470,52	25.489,84	0,08	91.510,16
Cultura	1.037.000,00	1.032.010,00	120.863,22	305.503,11	0,69	726.506,89	107.084,81	199.571,12	0,63	832.438,88
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	616.000,00	616.000,00	117.103,82	272.110,85	0,61	343.889,15	99.265,49	183.896,78	0,58	432.103,22
Difusão Cultural	421.000,00	416.010,00	3.759,40	33.392,26	0,08	382.617,74	7.819,32	15.674,34	0,05	400.335,66
Direitos da Cidadania	410.000,00	410.000,00	21.994,23	84.488,30	0,19	325.511,70	22.102,83	47.378,27	0,15	362.621,73
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	410.000,00	410.000,00	21.994,23	84.488,30	0,19	325.511,70	22.102,83	47.378,27	0,15	362.621,73
Urbanismo	16.927.000,00	16.849.843,13	59.676,93	3.638.586,60	8,17	13.211.256,53	1.063.369,19	1.762.094,59	5,53	15.087.748,54
Infra-Estrutura Urbana	11.537.000,00	11.486.333,13	(21.614,08)	695.502,18	1,56	10.790.830,95	213.608,85	213.648,35	0,67	11.272.684,78
Servicos Urbanos	2.188.000,00	2.181.500,00	81.291,01	1.747.584,78	3,93	433.915,22	419.868,57	715.868,88	2,25	1.465.631,12
Transportes Coletivos Urbanos	90.000,00	90.000,00	0,00	3.274,10	0,01	86.725,90	0,00	2.884,10	0,01	87.115,90
Preservação e Conservação Ambiental	182.000,00	182.000,00	0,00	122.234,94	0,27	59.765,06	69.627,28	96.790,60	0,30	85.209,40
Controle Ambiental	2.606.000,00	2.606.000,00	0,00	1.069.990,60	2,40	1.536.009,40	360.264,49	732.902,66	2,30	1.873.097,34
Turismo	324.000,00	304.010,00	0,00	0,00	0,00	304.010,00	0,00	0,00	0,00	304.010,00
Habitação	572.000,00	572.000,00	7.797,90	34.358,79	0,08	537.641,21	9.141,90	22.060,23	0,07	549.939,77
Habitacao Urbana	572.000,00	572.000,00	7.797,90	34.358,79	0,08	537.641,21	9.141,90	22.060,23	0,07	549.939,77
Saneamento	10.668.000,00	10.668.000,00	(381.338,69)	2.836.679,94	6,37	7.831.320,06	840.973,56	1.626.347,38	5,11	9.041.652,62
Saneamento Básico Urbano	10.668.000,00	10.668.000,00	(381.338,69)	2.836.679,94	6,37	7.831.320,06	840.973,56	1.626.347,38	5,11	9.041.652,62
Gestão Ambiental	556.000,00	556.000,00	86.931,07	231.388,27	0,52	324.611,73	82.706,78	126.667,22	0,40	429.332,78
Preservação e Conservação Ambiental	542.000,00	542.000,00	86.931,07	231.388,27	0,52	310.611,73	82.706,78	126.667,22	0,40	415.332,78
Recuperação de Áreas Degradadas	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Recursos Hídricos	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Agricultura	1.791.000,00	1.790.000,00	241.762,56	553.705,45	1,24	1.236.294,55	187.987,45	416.310,63	1,31	1.373.689,37
Promoção da Produção Animal	305.000,00	305.000,00	49.120,73	117.966,05	0,27	187.033,95	49.247,53	103.574,64	0,33	201.425,36
Extensão Rural	1.486.000,00	1.485.000,00	192.641,83	435.739,40	0,98	1.049.260,60	138.739,92	312.735,99	0,98	1.172.264,01
Indústria	545.000,00	514.020,00	0,00	0,00	0,00	514.020,00	0,00	0,00	0,00	514.020,00
Promoção Industrial	545.000,00	514.020,00	0,00	0,00	0,00	514.020,00	0,00	0,00	0,00	514.020,00
Comércio e Serviços	1.875.000,00	1.928.450,00	62.464,44	225.968,49	0,51	1.702.481,51	80.569,91	160.748,17	0,50	1.767.701,83
Empregabilidade	176.000,00	261.500,00	20.008,88	101.192,36	0,23	160.307,64	33.637,41	72.311,35	0,23	189.188,65





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**Entidade: Consolidado**

**Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril**

Promoção Comercial	605.000,00	605.000,00	0,00	0,00	0,00	605.000,00	0,00	0,00	0,00	605.000,00
Turismo	1.094.000,00	1.061.950,00	42.455,56	124.776,13	0,28	937.173,87	46.932,50	88.436,82	0,28	973.513,18
Transporte	6.096.800,00	6.288.100,00	1.079.866,24	2.789.321,35	6,27	3.498.778,65	1.252.921,07	2.098.442,12	6,59	4.189.657,88
Transporte Rodoviário	6.096.800,00	6.288.100,00	1.079.866,24	2.789.321,35	6,27	3.498.778,65	1.252.921,07	2.098.442,12	6,59	4.189.657,88
Desporto e Lazer	2.191.000,00	2.187.890,00	217.697,65	635.774,65	1,43	1.552.115,35	225.771,58	443.682,52	1,39	1.744.207,48
Desporto de Rendimento	41.000,00	41.000,00	8.749,00	31.592,00	0,07	9.408,00	15.918,00	26.021,00	0,08	14.979,00
Desporto Comunitário	2.150.000,00	2.146.890,00	208.948,65	604.182,65	1,36	1.542.707,35	209.853,58	417.661,52	1,31	1.729.228,48
Encargos Especiais	5.647.200,00	5.157.180,00	737.009,79	2.126.939,75	4,78	3.030.240,25	622.770,86	1.238.404,21	3,89	3.918.775,79
Outros encargos Especiais	5.647.200,00	5.157.180,00	737.009,79	2.126.939,75	4,78	3.030.240,25	622.770,86	1.238.404,21	3,89	3.918.775,79
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Reserva de contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

**Despesa Intra-Orçamentária**

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Março à Abril	Até Abril (b)	%(b) / tot.(b)		Março à Abril	Até Abril (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	62.000,00	147.200,00	16.787,61	41.026,16	0,09	106.173,84	13.899,91	27.544,00	0,09	119.656,00
Administração	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Administracao Geral	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Segurança Pública	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Policimento	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Assistência Social	20.000,00	20.000,00	(18,80)	10.048,53	0,02	9.951,47	2.812,70	6.423,08	0,02	13.576,92
Assistência Comunitária	20.000,00	20.000,00	(18,80)	10.048,53	0,02	9.951,47	2.812,70	6.423,08	0,02	13.576,92
Saúde	15.000,00	15.000,00	5.123,30	5.246,57	0,01	9.753,43	123,27	209,43	0,00	14.790,57
Atenção Básica	15.000,00	15.000,00	5.123,30	5.246,57	0,01	9.753,43	123,27	209,43	0,00	14.790,57
Educação	17.000,00	64.000,00	8.590,77	16.797,30	0,04	47.202,70	8.437,35	15.643,88	0,05	48.356,12
Ensino Fundamental	7.000,00	42.000,00	1.487,75	6.842,61	0,02	35.157,39	1.417,19	6.772,05	0,02	35.227,95
Educação Infantil	10.000,00	22.000,00	7.103,02	9.954,69	0,02	12.045,31	7.020,16	8.871,83	0,03	13.128,17
Cultura	2.000,00	2.000,00	(0,80)	999,20	0,00	1.000,80	99,60	199,20	0,00	1.800,80
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.000,00	2.000,00	(0,80)	999,20	0,00	1.000,80	99,60	199,20	0,00	1.800,80
Urbanismo	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Servicos Urbanos	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Agricultura	2.000,00	3.000,00	1.634,03	1.976,50	0,00	1.023,50	803,72	1.146,19	0,00	1.853,81
Extensão Rural	2.000,00	3.000,00	1.634,03	1.976,50	0,00	1.023,50	803,72	1.146,19	0,00	1.853,81
Comércio e Serviços	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Empregabilidade	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Turismo	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Transporte	3.000,00	11.000,00	1.290,85	2.994,95	0,01	8.005,05	1.290,85	2.994,95	0,01	8.005,05
Transporte Rodoviário	3.000,00	11.000,00	1.290,85	2.994,95	0,01	8.005,05	1.290,85	2.994,95	0,01	8.005,05
Desporto e Lazer	3.000,00	11.000,00	168,26	2.963,11	0,01	8.036,89	332,42	927,27	0,00	10.072,73
Desporto Comunitário	3.000,00	11.000,00	168,26	2.963,11	0,01	8.036,89	332,42	927,27	0,00	10.072,73
TOTAL (III) = (I + II)	134.924.820,00	140.135.762,98	15.753.476,33	44.514.650,36	100,00	95.621.112,62	18.738.078,23	31.855.542,50	100,00	108.280.220,48

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

**Data Emissão:** 22/jun/2015

**Hora de emissão:** 08h e 45m

**Notas:**

**RREO DESPESAS DA MDE 2º BIMESTRE****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento  
do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Abril 2015 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.473.000,00	10.473.000,00	1.757.944,57	16,79
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.325.000,00	3.325.000,00	77.590,29	2,33
1.1.1- IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.603,54	0,10
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	371,11	1,48
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	54.302,54	10,86
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	20.313,10	10,16
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.403.000,00	1.403.000,00	291.694,81	20,79
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	291.679,10	20,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	15,71	0,79
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.885.000,00	3.885.000,00	1.367.158,21	35,19
1.3.1- ISS	3.600.000,00	3.600.000,00	1.330.009,45	36,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	70.000,00	70.000,00	15.269,14	21,81
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	16.851,52	11,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	65.000,00	65.000,00	5.028,10	7,74
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	21.501,26	1,16
1.4.1- IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	21.501,26	1,16
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	78.140.000,00	78.140.000,00	22.033.637,03	28,20
2.1- Cota-Parte FPM	24.300.000,00	24.300.000,00	6.413.050,81	26,39
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	24.300.000,00	24.300.000,00	6.413.050,81	26,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	14.214.207,98	29,01
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	250.000,00	250.000,00	57.731,35	23,09
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	220.624,16	31,52
2.5- Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	1.497,11	1,66
2.6- Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	1.126.525,62	29,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	88.613.000,00	88.613.000,00	23.791.581,60	26,85

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Abril 2015 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.874.800,00	1.874.800,00	820.085,38	43,74
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.380.000,00	1.380.000,00	691.163,05	50,09
5.2- Transferência Diretas do PDDE	10.000,00	10.000,00	3.100,37	31,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	379.000,00	379.000,00	84.156,00	22,20
5.4- Transferência Diretas do PNATE	85.800,00	85.800,00	8.003,33	9,33
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	20.000,00	20.000,00	33.642,63	168,21
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.050.000,00	1.050.000,00	19.506,82	1,86
6.1- Transferências de Convênios	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	19.506,82	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.300.000,00	3.300.000,00	9.900,00	0,30
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.224.800,00	6.224.800,00	849.492,20	13,65

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Abril 2015 (b)	%(c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	15.628.000,00	15.628.000,00	4.406.726,66	28,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.860.000,00	4.860.000,00	1.282.610,07	26,39
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	9.800.000,00	9.800.000,00	2.842.841,26	29,01
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	50.000,00	50.000,00	11.546,27	23,09
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	140.000,00	140.000,00	44.124,86	31,52
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	18.000,00	18.000,00	299,38	1,66
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	760.000,00	760.000,00	225.304,82	29,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.030.000,00	15.030.000,00	4.566.830,34	30,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.000.000,00	15.000.000,00	4.525.408,81	30,17
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	41.421,53	138,07
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	(628.000,00)	(628.000,00)	118.682,15	(18,90)
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Abril (e)	%(f) = (e/d)x100	Até Abril (g)	%(h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.174.300,00	12.174.301,00	3.030.256,77	24,89	3.030.256,77	24,89
13.1- Com Educação Infantil	2.974.300,00	2.974.300,00	805.764,86	27,09	805.764,86	27,09
13.2- Com Ensino Fundamental	9.200.000,00	9.200.001,00	2.224.491,91	24,18	2.224.491,91	24,18
14- OUTRAS DESPESAS	2.855.700,00	2.985.915,25	1.608.832,04	53,88	787.452,05	26,37
14.1- Com Educação Infantil	600.700,00	650.915,25	329.819,20	50,67	121.163,70	18,61
14.2- Com Ensino Fundamental	2.255.000,00	2.335.000,00	1.279.012,84	54,78	666.288,35	28,53
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.030.000,00	15.160.216,25	4.639.088,81	30,60	3.817.708,82	25,18



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento**  
**do Ensino - MDE**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**Entidade: Consolidado**  
**Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril**

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	130.216,25
17.1- FUNDEB 60%	130.216,25
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	130.216,25
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	3.687.492,57
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%	63,50
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%	17,24
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	19,26

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	130.216,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015	130.216,25

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Abril 2015 (b)	%(b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	22.153.250,00	22.153.250,00	5.947.895,40	26,85

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Abril (e)	%(f) = (e/d)x100	Até Abril (g)	%(h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	11.733.900,00	11.784.115,25	3.969.003,34	33,68	3.179.991,39	26,99
23.1- Creche	11.733.900,00	11.784.115,25	3.969.003,34	33,68	3.179.991,39	26,99
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.575.000,00	3.625.215,25	1.135.584,06	31,32	926.928,56	25,57
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.158.900,00	8.158.900,00	2.833.419,28	34,73	2.253.062,83	27,61
23.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.252.000,00	14.332.001,00	4.753.649,27	33,17	3.772.619,19	26,32
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.455.000,00	11.535.001,00	3.503.504,75	30,37	2.890.780,26	25,06
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.797.000,00	2.797.000,00	1.250.144,52	44,70	881.838,93	31,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	25.990.900,00	26.121.116,25	8.722.652,61	33,39	6.952.610,58	26,62

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	118.682,15
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	41.421,53
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	130.216,25
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	19.030,16
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	309.350,09
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	6.643.260,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	27,92

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Abril (e)	%(f) = (e/d)x100	Até Abril (g)	%(h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	33.699,93	112,33
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.395.000,00	2.388.062,61	721.438,21	30,21	642.645,22	26,91
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	7.330.800,00	7.605.232,65	1.517.774,65	19,96	908.917,31	11,95
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	8.755.800,00	10.023.295,26	2.239.212,86	22,34	1.585.262,46	15,82
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	34.746.700,00	36.144.411,51	10.961.865,47	30,33	8.537.873,04	23,62

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.060.659,26	19.030,16
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	1.059.659,26	17.134,64
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	1.000,00	1.895,52

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	371.803,63	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.525.408,81	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.484.655,08	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	3.321.852,90	0,00
49.2 - Restos a Pagar	162.802,18	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	41.421,53	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51 - (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.453.978,89	0,00

**RREO DESPESAS SAÚDE 2º BIMESTRE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com  
 Ações e Serviços Públicos de Saúde  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

RREO □ ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECIBO - ANEXO 12 (LC 14/70/12, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até Abril 2015 (b)	% (b/a) x 100		
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	10.473.000,00	10.473.000,00	1.757.944,57	16,79		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.603,54	0,10		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	291.679,10	20,83		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.600.000,00	3.600.000,00	1.330.009,45	36,94		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	21.501,26	1,16		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	97.000,00	97.000,00	15.655,96	16,14		
Dívida Ativa dos Impostos	650.000,00	650.000,00	71.154,06	10,95		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	266.000,00	266.000,00	25.341,20	9,53		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	78.140.000,00	78.140.000,00	22.033.637,03	28,20		
Cota-Parte FPM	24.300.000,00	24.300.000,00	6.413.050,81	26,39		
Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	1.497,11	1,66		
Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	1.126.525,62	29,65		
Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	14.214.207,98	29,01		
Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	220.624,16	31,52		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	250.000,00	250.000,00	57.731,35	23,09		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	250.000,00	250.000,00	57.731,35	23,09		
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	88.613.000,00	88.613.000,00	23.791.581,60	26,85		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até Abril 2015 (d)	% (d/c) x 100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	7.047.220,00	7.047.220,00	1.925.000,32	27,32		
Provenientes da União	5.781.220,00	5.781.220,00	1.727.873,32	29,89		
Provenientes dos Estados	866.000,00	866.000,00	46.438,50	5,36		
Provenientes de Outros Municípios	360.000,00	360.000,00	90.000,00	25,00		
Outras Receitas do SUS	40.000,00	40.000,00	60.688,50	151,72		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	4.850.000,00	4.850.000,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	127.500,00	127.500,00	70.015,23	54,91		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	12.024.720,00	12.024.720,00	1.995.015,55	16,59		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Abril (f)	% (f/e) x 100	Até Abril (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	28.731.730,00	31.828.378,75	12.250.456,89	38,49	10.347.394,37	32,51
Pessoal e Encargos Sociais	19.178.000,00	19.955.879,09	4.513.779,82	22,62	4.500.724,87	22,55
Juros e Encargos da Dívida	12.000,00	12.000,00	7.081,58	59,01	7.081,58	59,01
Outras Despesas Correntes	9.541.730,00	11.860.499,66	7.729.595,49	65,17	5.839.587,92	49,24
DESPESAS DE CAPITAL	1.723.500,00	1.713.500,00	288.654,40	16,85	79.893,56	4,66
Investimentos	1.633.500,00	1.623.500,00	288.654,40	17,78	79.893,56	4,92
Inversões Financeiras	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	30.455.230,00	33.541.878,75	12.539.111,29	37,38	10.427.287,93	31,09



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com**  
**Ações e Serviços Públicos de Saúde**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Abril (h)	% (h/IVf)x 100	Até Abril (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.881.220,00	7.664.099,09	1.669.846,64	13,32	1.093.605,88	10,49
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	6.881.220,00	7.664.099,09	1.669.846,64	13,32	1.093.605,88	10,49
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	6.881.220,00	7.664.099,09	1.669.846,64	13,32	1.093.605,88	10,49
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	23.574.010,00	25.877.779,66	10.869.264,65	86,68	9.333.682,05	89,51
TOTAL GERAL						
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)					39,23	
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100)]					5.764.944,81	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
2014	77.810,09	5.863,20	46.566,65	25.380,24	77.810,09	
Total	77.810,09	5.863,20	46.566,65	25.380,24	77.810,09	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de referência (j)		SALDO FINAL (Não Aplicado)	
	Restos Cancelados		5.863,20		-	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com**  
**Ações e Serviços Públicos de Saúde**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**Entidade: Consolidado**

Período de Referência: Janeiro a Abril de 2015 / Bimestre Março-Abril

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de referência (k)		SALDO FINAL (Não Aplicado)	
	0,00		0,00		0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Abril (l)	% (l/ total l) x 100	Até Abril (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	15.296.500,00	16.079.379,09	5.452.362,28	42,14	3.816.944,68	36,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.922.010,00	17.225.779,66	7.222.247,84	55,82	6.559.506,49	61,98
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	410.720,00	410.720,00	147.699,40	1,14	108.481,25	1,03
Vigilância Epidemiológica	251.000,00	251.000,00	116.801,77	0,90	97.759,51	0,92
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30.880.230,00</b>	<b>33.966.878,75</b>	<b>12.939.111,29</b>	<b>100,00</b>	<b>10.582.691,93</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. No último bimestre, será utilizada a fórmula:  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 738/2015

PORTARIA Nº 738/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 10 (dez) dias de Licença Prêmio, à servidora JIANA GLAÚCIA CELLA (Matr. 3086), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, Nível – 12/1, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 11 de janeiro de 2010 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 22 de junho de 2015 a 01 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 739/2015

PORTARIA Nº 739/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor DEOCLIDES FERREIRA GOMES (Matr. 185), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "M", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 22 de junho de 2015 a 25 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 740/2015

PORTARIA Nº 740/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FRANCIELI CAROLINE DRI TOSATTI (Matr. 3070) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de outubro de 2013 e 30 de setembro de 2014, para serem gozadas a partir de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 741/2015

PORTARIA Nº 741/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR a Senhora ANDREIA DOS SANTOS (Matr. 4150), a partir de 22 de junho de 2015, aprovada e classificada em 141º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

EDITAL Nº 002, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO – CADASTRO DE RESERVA, SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar normas para realização do processo seletivo para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Municipal para o ano de 2015, com base no inciso II, do art. 37, da Constituição Federal, combinado com o art. 67, da Lei nº 9394 (LDB), bem como a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999.

#### 1. DAS INSCRIÇÕES:

##### 1.1- Ficam abertas as inscrições para a contratação temporária de:

Cargo/Função	Vaga	Escolaridade	Área de atuação	Vencimentos	Carga Horária Semanal
Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil)	06	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC	Educação Infantil	20:00 h = R\$ 1.645,39	20 horas
Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil)	02	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC	Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental	20:00 h = R\$ 1.645,39	20 horas

##### 1.2. As convocações ocorrerão apenas quando surgir necessidade temporária e de excepcional interesse público, tais como:

- I – em substituição aos afastamentos legais dos titulares;
- II – para lotação em escolas estaduais conveniadas
- III – em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

##### 1.3. As inscrições serão realizadas no Centro Educacional Elisiane Titon, situado na Rua 7 de Setembro, 539.

##### 1.3.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

##### 1.3.2. As inscrições serão gratuitas.

##### 1.4. O período de inscrição será de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

##### 1.5. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 22 de julho de 2015, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

##### 1.6. Em razão do número de vagas por cargo ser baixo, não haverá a reserva de vagas aos portadores de necessidades especiais, razão pela qual participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

#### 2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

##### 2.1. A inscrição far-se-á mediante:

- I. cópia da carteira de identidade;
- II. cópia do CPF;
- III. cópia do comprovante de escolaridade para o cargo pretendido (diploma, histórico escolar ou declaração de conclusão de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar, ou seja, habilitação em Educação Infantil para Creche e Pré-Escolar e habilitação em Ensino Fundamental para os anos iniciais);
- IV. para os não habilitados: cópia de declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar;
- V. certidão de tempo de serviço no Magistério.

##### 2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 2.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

##### 2.3. Na falta de qualquer documento acima não será aceita a inscrição do candidato não sendo permitido que o receptor designado para inscrição mantenha em seu poder inscrição com documentos faltantes.

### 3 – DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo, objeto deste edital, constará de 02 (duas) etapas:

- a) 1ª etapa – prova escrita/objetiva (tipo múltipla escolha) – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório;
- b) 2ª etapa – prova de títulos – de caráter classificatório

### 4 - DAS PROVAS:

4.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 25 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo I do presente edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 25 questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 03 (três) horas e será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

- a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiá (SC);
- b) quando a(s) resposta (s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;
- d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;
- e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;
- f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

4.2 A prova escrita será realizada no seguinte local e horário:

I – data: 27 de julho de 2015.

II – local: Centro Educacional Municipal – Eliziane Titon.

III – Horário: início 08h00min e término 11h00min.

4.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de inscrição.

4.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

4.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

4.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estes a pessoas estranhas ao certame.

4.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

4.8. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

4.9. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que zerar a prova escrita.

4.10. O candidato que não comparecer para realizar a prova escrita, acarreta em sua eliminação do Processo Seletivo.

4.11. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelar pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

4.12. O gabarito da prova será publicado e divulgado até o dia 28 de julho de 2014, após a realização da prova objetiva, no site: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

#### 5. DA PROVA DE TÍTULOS:

5.1. No ato da inscrição deverão ser entregues as cópias dos títulos, acompanhados de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato. Para comprovação dos títulos deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a)-Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de conclusão de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar;
- b)-Declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura em que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar;
- c)- Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área atuação.

5.2. Fica vedada a entrega dos mesmos pelos candidatos após o encerramento das inscrições.

5.3. A prova de Títulos obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:

I – Seleção de Títulos – 10 (dez) pontos divididos em:

- a) 1,0 (um) ponto para cada 100 (cem) horas de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação, até o limite de 2,0 pontos;
- b) 6,0 (seis) pontos para curso superior na área que pretende atuar;
- c) 2,0 (dois) pontos para o curso superior ou outra habilitação na área de atuação;

5.4. O candidato deverá apresentar documento comprobatório de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na área em que pretende atuar, freqüentados ou ministrados nos anos de 2013 a 2014, com no mínimo 20 (vinte) horas e concluídos até 30.12.2014. Os documentos originais deverão ser apresentados e após a conferência serão devolvidos de imediato.

5.5. Para a classificação, mediante apresentação de títulos, deverão ser seguidos os seguintes critérios:

I – Para os habilitados:

5.5.1. Habilitação Profissional – portador de certificado de cursos na seguinte ordem:

- a)- Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar;

II- Para os não habilitados:

- a)- Declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura em que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar.

5.6. A Comissão somente avaliará os Títulos dos candidatos que realizaram a prova escrita e não zeraram a mesma.

#### 6. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

6.1. A classificação será, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação, esta composta pela soma dos pontos das provas descritas no item 4.1 - inciso IV e no item 5.3 – inciso I.

6.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

I – Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;

II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

III – Maior número de cursos de aperfeiçoamento;

IV - maior idade;

V - maior número de dependentes.

VI – maior tempo de serviço no magistério público municipal;

VII – maior tempo de serviço no magistério.

6.2.1. A certidão de tempo de serviço deverá estar anexada na ficha de inscrição. Não poderá ser apresentada posteriormente.

6.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado que será divulgado e publicado no Mural Público da Prefeitura e no site: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br) no dia 31 de julho de 2015.

6.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação das provas, importará a sua eliminação na seleção.

6.5. Não haverá divulgação das eliminações dos resultados abaixo da média final mínima.

6.6. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser igual ou superior a 05 (cinco) pontos.

## 7. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

7.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.

c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

7.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Ibiam, situada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

7.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

7.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

7.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontarem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 12, deste edital.

7.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

7.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

7.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

## 8. DAS VAGAS:

8.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal

8.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

8.3. Homologado o resultado final do Processo Seletivo e autorizada a contratação pelo Prefeito Municipal, serão convocados os primeiros colocados, para, no prazo máximo de 03 (três) dias, comprovar o atendimento das seguintes condições:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ;

b) ter no mínimo dezoito anos de idade completos, até a data da contratação;

c) estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante que votou na última eleição, ou justificativa, ou certidão de quitação eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));

d) quando do sexo masculino, haver cumprido com a obrigação para com o Serviço Militar;

e) ter disponibilidade de carga horária de 04 (quatro) horas diárias/20 (vinte) horas semanais;

8.4. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos (certidão de crimes eleitorais ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));

b) Comprovante que votou na última eleição (certidão quitação eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));

c) Ter idade mínima de dezoito anos;

- d) Carteira de identidade;
- e) CPF;
- f) Título de Eleitor;
- g) Carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- h) Carteira de trabalho;
- i) Nº PIS/PASEP;
- j) Certidão de casamento ou nascimento;
- k) Certidão de nascimento dos filhos;
- l) Comprovante de escolaridade;
- m) Uma foto 3x4;
- n) Comprovante de residência;
- o) Declaração de bens
- p) Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- r) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- s) Declaração de compatibilidade de horário quando servidor se outro órgão ou estabelecimento (Declaração fornecida pelo órgão ou estabelecimento onde trabalha);
- t) Apresentar atestado de boa saúde física e mental, cujos exames serão requeridos antes da admissão.

8.4.1. Para as pessoas que já foram servidoras do Município, entrar em contato com o Setor de Pssoal, para solicitar a relação dos documentos que serão necessários para a admissão.

## 9. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

9.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

9.2. A contratação, objeto deste edital, passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30.12.2015 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação (no decorrer do exercício financeiro de 2015) ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

9.3. O processo seletivo é válido durante o decurso do ano letivo da sua realização.

9.3.1. O prazo inicia-se com a data da homologação da classificação final.

## 10. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

10.1 Os serviços serão prestados no Centro Educacional Eliziane Titon e no Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi de 2<sup>as</sup> às 6<sup>as</sup> feiras, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com a carga horária e horário de funcionamento estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

## 11. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

11.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e fiscalização da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 4 deste edital.

11.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

## 12. DO CRONOGRAMA

CROMOGRAMA	DATA
Publicação do Edital	19.06.2015
Recebimento das inscrições	22.06.2015 a 21.07.2015
Resultado da homologação das inscrições	22.07.2015
Prazo recursos da homologação das inscrições	23.07.2015
Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições	24.07.2015
Prova Objetiva e Prova de Títulos	27.07.2015
Prazo de recursos das questões da prova objetiva	28.07.2015
Divulgação do gabarito	28.07.2015
Prazo de recursos do gabarito	28.07.2015
Divulgação do resultado (nota) da prova objetiva e da prova de títulos	29.07.2015
Prazo de recurso das notas da prova objetiva e da prova de títulos	30.07.2015
Divulgação do resultado final e classificação	31.07.2015

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

13.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

13.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.



13.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrente, bem como estará sujeito a responsabilização legal dos atos praticados;

13.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital;

13.5. A chamada dos candidatos aprovados será feita obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido;

13.6. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio da Secretaria), preenchida no local da inscrição.

13.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas;

13.8. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999, Lei Complementar nº 003, de 09 de janeiro de 2002.

13.9. O Processo Seletivo será válido para o exercício financeiro de 2015.

13.10. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Ibiam – SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

13.11. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Ibiam, SC, 17 de junho de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

LUCIANA MACEDO TREVISOL BALEN

Secretária Municipal da Educação

## ANEXO I

### CONTEÚDO DAS PROVAS NÍVEL SUPERIOR

Português 05 questões	Interpretação de texto. CAMPO DA SINTAXE: Oração, termos da oração, orações coordenadas e subordinadas, concordância e regência. CAMPO DA CRASE E PONTUAÇÃO: Crase, pontuação, verbos, nova ortografia. Separação de Sílabas. Fonemas. Homônimos e Parônimos, Uso dos porquês.
Informática 05 questões	Noções básicas de informática
Conhecimentos Gerais 05 questões	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo e lei orgânica do município. Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo.
Conhecimento Específico 10 questões	Constituição Federal: artigos 205 a 214 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei do FUNDEB. Programas e Siglas utilizadas pelo FNDE. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. Bússula Educacional das AMARP. Colegiado de Educação da AMARP.

## ANEXO II

### FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO

Para  
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_  
, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Ibiam (SC), Edital nº 002/2015, inscrição nº \_\_\_\_\_ para o cargo de \_\_\_\_\_  
venho requerer \_\_\_\_\_, pelos motivos abaixo: \_\_\_\_\_

Ibiam (SC) \_\_\_\_\_

Assinatura Candidato (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSORES – Edital nº 002/2015

Protocolo: Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Assinale a opção para o cargo que pretende (área):

- ☐ EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSOR II - C/ ENSINO SUPERIOR  
☐ EDUCAÇÃO INFANTIL – não habilitado  
☐ 1ª a 5ª SÉRIE– PROFESSOR II - C/ ENSINO SUPERIOR  
☐ 1ª a 5ª SÉRIE – não habilitado

## Identificação:

Nome do candidato(a); \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Nº de dependentes: \_\_\_\_\_

Nº RG: \_\_\_\_\_ C.P.F: \_\_\_\_\_

## Endereço:

Rua/Av: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Telefones para contatos: \_\_\_\_\_

Endereço eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_

## Formação:

☐ Declaração ou atestado de matrícula, cursando: \_\_\_\_\_☐ Diploma de curso superior, com habilitação em: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço no magistério: Municipal /Estadual/Federal/Particular

Data de início : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:

- ☐ cópia carteira de identidade  
☐ cópia do CPF  
☐ comprovante escolaridade  
☐ tempo de serviço municipal (critério para desempate)  
☐ tempo de serviço particular/estadual/federal (critério para desempate)  
☐ cópia certidão de nascimento de filhos (critério para desempate)  
☐ outros documentos: \_\_\_\_\_

Ibiam, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Candidato

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO CV 001 - 2015 PMI - MAN. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO Nº. 210/2015 CARTA CONVITE Nº. 1/2015 Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, conforme especificações do edital e seus anexos.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO: até o dia 01/07/2015 às 09:30 hs, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO: dia 01/07/2015 às 09:30 hs, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
Ilhota, 23 de junho de 2015.

### AVISO LICITAÇÃO PRG 038 - 2015 PMI - REGISTRO DE PREÇO - PNEUS, CAMARAS E PROTETORES NOVOS

PROCESSO Nº. 190/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2015 – PMI REGISTRO DE PREÇO Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 06/07/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 06/07/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ALEX MIRANDA  
PREGOEIRO OFICIAL  
Ilhota, 23 de junho de 2015.

### DECRETO 75 2015

DECRETO Nº 75, 15 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de se estabelecer normas e procedimentos padronizados de compras e licitações realizadas pela Administração Pública Municipal, direta e indireta, visando maior economicidade, controle e transparência nos gastos públicos, otimização de recursos e pessoal, em observância às disposições dos artigos 14, 15 e 16 da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Central de Compras e Licitações do Município, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Administração, que passa a reger-se pelas disposições deste Decreto.

Art. 2º Compete à Central de Compras e Licitações o controle e a gestão dos processos licitatórios, em qualquer de suas modalidades, iniciados com vistas à realização de compras e contratações de obras e serviços no âmbito do Poder Executivo (administração direta e indireta) incluídos fundos especiais.

Parágrafo Único - Para desenvolvimento de suas competências, a Central de Compras e Licitações promoverá a modernização do sistema de compras e contratações, privilegiando a adoção de sistemas como o de Registro de Preços e compras por meio de Pregão.

Art. 3º Caberá à Comissão Permanente de Licitação ou ao Pregoeiro, conforme o caso, a responsabilidade de receber, examinar e julgar os documentos e procedimentos relativos às licitações, quando da publicação do respectivo edital.

Art. 4º Para atender a situações especiais, distinguidas pelas peculiaridades do objeto licitado, a Secretaria Municipal de Administração poderá requisitar a participação de profissional técnico do órgão ou entidade responsável pelo pedido de compra ou de serviço para acompanhamento do processo licitatório.

Art. 5º A homologação e a adjudicação das licitações, sob qualquer modalidade cujo valor contratado seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) será realizada em conjunto pelo Chefe do Poder Executivo e pelo respectivo Secretário Municipal ou dirigente responsável pelo pedido (requisitante).

Nas licitações com valor inferior ao descrito no caput, a homologação e a adjudicação serão realizadas pelo Secretário Municipal de Administração juntamente com o secretário ou dirigente superior do órgão ou entidade requerente.

§ 2º Para as licitações com valor igual ou inferior ao descrito no caput, deflagradas para mais de um órgão ou entidade, os secretários ou os dirigentes superiores deverão aprovar a homologação e adjudicação do processo, na forma estabelecida em termo próprio disponibilizado pela Central de Compras e Licitações.

Art. 6º Para o atendimento de despesas consideradas emergenciais ou eventuais, os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município (incluídos os fundos especiais) poderão realizar compras e a contratação de serviços diretamente até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor de dispensa de licitação

prevista no inciso II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo Único - A contratação direta a que se refere este artigo não abrange as obras ou serviços descritos no inciso I do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 7º Os órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município, no momento do encaminhamento do pedido de compras, designarão um servidor público integrante de seus respectivos quadros de pessoal para atuar como responsável pela fiscalização do contrato.

§ 1º Não havendo a designação a que se refere este artigo, será considerado responsável pela fiscalização do contrato o Secretário Municipal do respectivo órgão ou o dirigente do ente integrante da Administração Indireta e de Fundos Especiais.

§ 2º Compete ao servidor público designado para fiscalização do contrato:

- I - participar ativamente do processo licitatório e tomar conhecimento de todas as condições expressas no edital, sugerindo, quando necessário, adequações ao objeto licitado;
- II - ratificar expressamente os pedidos de aditivo contratual;
- III - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual;
- IV - determinar as medidas necessárias a regularização das faltas ou defeitos observados;
- V - notificar o fornecedor quanto às irregularidades encontradas na execução do contrato;
- VI - encaminhar à Comissão Especial de Penalidade, quando necessário, pedido de análise devidamente instruído, para análise de eventual aplicação de sanções ao fornecedor.

Art. 8º Cabe ao órgão ou entidade que solicitar a deflagração do processo licitatório:

- I - cadastrar o produto ou serviço objeto da licitação;
- II - gerenciar e controlar o pedido de compras via sistema, praticando todos os atos relativos à sua elaboração, autorização e cancelamento, além de aplicar de maneira correta os recursos orçamentários disponíveis para a contratação;
- III - aprovar a contratação;
- IV - dar o aceite no processo licitatório finalizado.

Parágrafo Único - A aceitação do processo licitatório a que se refere o inciso IV deste artigo compreende a ratificação de todos os procedimentos adotados e decisões tomadas pelos agentes competentes da Central de Compras e Licitações no curso da licitação com a finalidade de atingir a melhor contratação, com o menor preço, observada a legislação vigente e os princípios norteadores da atividade licitatória.

Art. 9º Todas as informações pertinentes às questões técnicas contidas no edital ou contrato, bem como os quantitativos e especificações do objeto, são de responsabilidade do órgão ou entidade que requer a contratação.

Art. 10. Havendo questionamentos acerca dos aspectos referidos no art. 9º pelos órgãos de controle interno e externo, bem como pelo Poder Judiciário, caberá ao respectivo órgão ou entidade responsável pela contratação a apresentação dos devidos esclarecimentos, mesmo que estes forem dirigidos à Central de Compras e Licitações.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a empresa contratada, o desenvolvimento e manutenção do software utilizado no processo de compras e licitações, bem como a disponibilização das ferramentas do sistema necessárias à execução dos trabalhos da Central de Compras e Licitações.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

com efeitos a contar desta data.

Art. 13. Ficam revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ilhota, em 15 DE JUNHO 2015.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 026 - TP 003 2014 - AMBSERV**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 026/2014 – FMS  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 026/2014 – FMS  
Processo: Tomada de Preço nº 003/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES DO MUNICÍPIO.

Fornecedor: AMBSERV SUL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Assinatura: 18/06/2015

Vigência: 01/07/2015 até 31/12/2015  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

### **RETIFICAÇÃO EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 026 - TP 003 2014 - AMBSERV**

#### **RETIFICAÇÃO**

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 026/2014 – FMS  
Publicado em 04/03/2015 no DOM/SC – Edição nº 1695, pág. 223  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 026/2014 – FMS  
Processo: Tomada de Preço nº 003/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES DO MUNICÍPIO.

Fornecedor: AMBSERV SUL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Assinatura: 19/12/2014

Vigência: 01/01/2015 até 30/06/2015  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 065 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 065 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$469.000,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 02	GABINTE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINTE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINTE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	1.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	24	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 2013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	29	1.000	Aplicações Diretas	70.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	82	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	85	1.019	Aplicações Diretas	250.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	112	1.000	Aplicações Diretas	8.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	131	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total Suplementação	469.000,00			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, conforme extrato do FNDE, fonte de recurso do PDDE, totalizando:

ÓRGÃO – 02	GABINTE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINTE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINTE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	3	1.000	Aplicações Diretas	1.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	22	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 2013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	27	1.000	Aplicações Diretas	70.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			

UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	79	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	84	1.018	Aplicações Diretas	250.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	114	1.000	Aplicações Diretas	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	116	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	133	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total Suplementação	469.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 22 de junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.



# Imbituba

## PREFEITURA

### **EDITAL Nº 004/2015/SEDURB. CONVOCAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA.**

EDITAL nº 004/2015/SEDURB.

Imbituba(SC), 19 de junho de 2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participarem da SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) E DO PLANO DE GESTÃO REGIONALIZADA DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRGCC) que será realizada no local e horário abaixo indicado.

**OBJETIVO:** Tornar público os estudos relativos ao planejamento das ações do PMGIRS – arranjo regional; as diretrizes, estratégias, programas, ações e metas para o manejo diferenciado dos resíduos sólidos; agenda de implementação do Plano e monitoramento em conformidade com a Lei Federal nº 10.305/2010 e os estudos e propostas para o PGRGCC.

#### **LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

local: Câmara Municipal de Vereadores

Data: 09 de julho de 2015 (quinta-feira).

Horário: 18:00 horas em primeira convocação e as 18:30 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

### **EDITAL SEAGP Nº 082/2015**

EDITAL SEAGP Nº 082/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Junho a 22 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso

Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 082/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 01

Edite Maria Fadanelli

### **EDITAL SEAGP Nº 083/2015**

EDITAL SEAGP Nº 083/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Junho a 22 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos

documentos necessários ao processo pré admissional. Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 083/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Assistente Social  
Lenita Vieira Ribeiro

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Nº. 43/2015 (PMI - SEDUC)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 65/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 03 de Julho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de kit de uniforme escolar, composto por 02 (duas) camisetas, 1 (uma) blusa de moletom, 1 (UMA) calça, 1 (uma) bermuda (masculino) ou shorts-saia (feminino) e calçado tipo tênis para uso de todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Educação de Imbituba". O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 23 de junho de 2015.

Michela da Silva Freitas  
Secretário Municipal de Educação

### **EXTRATO: PMI SEAGP 2015/216 A06**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/216 A06

Contratada: TECOMNI LTDA ME

C.N.P.J: 13.794.058/0001-04

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 6,2283% (seis inteiros dois mil duzentos e oitenta e três décimos de milésimos percentuais) correção pelos últimos 12 meses através do IGPM".

Valor: R\$3.072.19 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 183/2011 Carta Convite 22/2011

Imbituba, 12 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Tecomni Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

### **EXTRATO: PMI SEAPI 2015/116 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/116 A/00

Contratada: J.L. CONSTRUTORA LTDA ME.

C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE ÁREA (PREPARAÇÃO DE SOLO) PARA INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE NA PRAÇA OLIVAR FRANCISCO(CENTRO), PRAÇA DE PAES LEME, PRAÇA PORTO DA VILA, PRAÇA SAMBAQUI, CENTRO MULTI USO (PENHA) E ALDEIA (CAMPO D'UNA) NO MUNICIPIO DE IMBITUBA/SC.

Valor: R\$25.000,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 55/2015 Pregão 37/2015

Imbituba, 16 de junho de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário Municipal da Agricultura Pesca e Infraestrutura  
Contratante

J.L. Cosntrutora Ltda Me

Representante Legal  
Contratada

### **EXTRATO: PMI SEAPI 2015/88 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/88 A/01

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA.

C.N.P.J: 78.867.769/0002-80

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o acréscimo de 8,3729% (oito inteiro três mil setecentos e vinte nove décimos de milésimos percentuais)..

Valor: R\$60.880,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 173/2014 Pregão 103/2014

Imbituba, 16 de junho de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário Municipal da Agricultura Pesca e Infraestrutura  
Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante Legal  
Contratada

### **EXTRATO: SEAST 2014/05 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2014/05 A02

Contratada: CARLOS ALBERTO DA SILVA

CPF: 416.446.469-00

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 3,1451% (três inteiros mil quatrocentos e cinquenta e um décimos de milésimos percentuais) correção pelos últimos 12 meses através do IGPM..

Valor: R\$ 553,52 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Dispensa01/2014

Imbituba, 16 de junho de 2015.

Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Carlos Alberto da Silva  
Representante Legal  
Contratada

### EXTRATO: SEAST 2015/37 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/37 A00  
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA  
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV,..  
Valor: R\$25.010,80 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 20/2015 Pregão 18/2015

Imbituba, 10 de junho de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Comercial Preço Bom Z&C Ltda  
Representante Legal  
Contratada

### EXTRATO: SEAST 2015/38 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/38 A00  
Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA ME  
C.N.P.J: 79.883.435/0001-81  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV..  
Valor: R\$ 26.261,74 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 20/2015 Pregão 18/2015  
Imbituba, 10 de junho de 2015.

Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

### PORTARIA PMI/GGP Nº 367/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 367, de 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 25 de junho de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011 e PORTARIA PMI/DGP Nº 381/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Dagmar Fernandes	Servente Merendeira 40h	888.449.789-20	24/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 22 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### PORTARIA PMI/GGP Nº 368/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 368, de 22 de junho de 2015.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora FLAVIANA GONÇALVES LUIZ DA SILVEIRA, Servente Merendeira – 40h, inscrita no CPF sob o n.º 045.140.969-89, admitida em 21 de julho de 2009, contrato nº 5060, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.06.2015 a 30.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de junho de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/GGP Nº 369/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 369, de 22 de junho de 2015.  
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) nos Processos Seletivos Simplificados - Edital nº 18/2014 e Edital nº 02/2015, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Tuani Maria Sá Rufino	Professora II – 40h	069.945.249-06	PSS 02/2015	02/06/2015

Laila Martins Domingos	Professora I – 20h	103.419.739-80	PSS 18/2014	15/06/2015
Letícia Fortunato de Jesus	Professora I – 20h	098.651.699-67	PSS 18/2014	15/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### **RESOLUÇÃO CMS N.º 0056 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0056 de 23 de Dezembro de 2014  
Aprova Contrato Hospital São Camilo ano 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de saúde e Hospital São Camilo com exigência da aplicação da multa de 5% no caso de descumprimento de alguma das cláusulas, como também a garantia do acesso do Conselho Municipal de Saúde aos serviços ora contratado.

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires  
Presidente

Josina da Rosa Pires  
1º Secretária

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

### **RESOLUÇÃO CMS N.º 0057 DE 31 DE MARÇO DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0057de 31 de Março de 2015  
Aprova Prestação de Contas do IV Trimestre de 2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do IV trimestre 2014 (

Outubro, Novembro e Dezembro2014), do Fundo Municipal de saúde

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires  
Presidente

Josina da Rosa Pires  
1º Secretária

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

### **RESOLUÇÃO CMS N.º 0058 DE 31 DE MARÇO DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0058de 31 de Março de 2015

Aprova comissão de Reparos e troca de Peças se uma a Comissão de Finanças

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar que a Comissão de Reparos e trocas de peças da frota veicular da Secretaria de saúde fique a cargos da Comissão de Finanças

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires  
Presidente

Josina da Rosa Pires  
1º Secretária

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

### **RESOLUÇÃO CMS N.º 0059 DE 28 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0059de 28 de Abril de 2015

Aprova reparos e trocas de peças no veículo Dukato chassi 93w245h34D2100740 fabricação/modelo 12/13 com 182624 Km.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar reparos e trocas de peças do Veículo Dukato de acordo com orçamento 0037245, e relatório do Supervisor e Manutenção.

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires  
Presidente

Hellen Monteiro Correa  
2ª Secretaria

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício



**RESOLUÇÃO CMS N.º 0060 DE 28 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0060 de 28 de Abril de 2015

Aprova descarte dos Pneus e peças da Frota Veículos Saúde

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar que a Secretaria Municipal de Saúde proceda o descarte dos pneus velhos e peças acumulados no depósito da frota veicular da Secretaria de saúde;

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires Presidente	Hellen Monteiro Correa 2ª Secretária
--	---

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

**RESOLUÇÃO CMS N.º 0061 DE 28 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0061 de 28 de Abril de 2015

Aprova Aquisição de cadeira de roda

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar que a Secretaria Municipal de Saúde faça aquisição de 1 cadeira de roda nos moldes requisitado pelo Ortopedista da paciente Adriely desde que a família apresente toda documentação solicitada;

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires Presidente	Hellen Monteiro Correa 2ª Secretária
--	---

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

**RESOLUÇÃO CMS N.º 0062 DE 26 DE MAIO DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0062 de 26 de Maio de 2015

Prestação de Contas do I trimestre de 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2015;

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires Presidente	Josina da Rosa Pires Secretária
--	------------------------------------

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

**RESOLUÇÃO CMS N.º 0064 DE 26 DE MAIO DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0064 de 26 de Maio de 2015

Aprova Plano Municipal de Vigilância Sanitária 2015/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Vigilância Sanitária referente ao período 2015/2016 do Município de Imbituba

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires Presidente	Josina da Rosa Pires Secretária
--	------------------------------------

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

**RESOLUÇÃO CMS N.º 0065 DE 26 DE MAIO DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0065 de 26 de Maio de 2015

Aprova SISPACTO 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Sistema de Pactuação e Indicadores SISPACTO do ano de 2015

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires Presidente	Josina da Rosa Pires Secretária
--	------------------------------------

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício

**RESOLUÇÃO CMS N.º 0066 DE 26 DE MAIO DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0066 de 26 de Maio de 2015

Aprova PAS- Plano Anual Saúde 2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o PAS – Plano Anual de saúde do ano de 2014

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires  
PresidenteJosina da Rosa Pires  
SecretariaJaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício**RESOLUÇÃO CMS N.º 0067 DE 26 DE MAIO DE 2015**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0067 de 26 de Maio de 2015

Aprova Contratação da Empresa FAEPESUL

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Contratação da Empresa FAEPESUL para realização de cursos e capacitações Atenção Básica e Conselheiros no valor aproximadamente de 160.000,00 ( Cento e Sessenta Mil reais).

Art.2º Esta resolução entra em vigor n data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires  
PresidenteJosina da Rosa Pires  
SecretariaJaison Cardoso de Souza  
Prefeito em Exercício



# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 115/2015

CONTRATO Nº 115/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08, com sede na rua General Osório, nº 311, sala 604, bairro Centro, na cidade de Timbó – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Fabiano Busnardo, brasileiro, Sócio Administrador, inscrito no CPF sob nº 777.742.219/72 e Cédula de Identidade nº 2.621.657-4, residente na Rua Campo Grande, nº 56, bairro Capitais, na cidade de Timbó – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL –

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 072/2015 – Edital de Pregão nº 034/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO –

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação para prover link de acesso dedicado à Internet da rede corporativa, link interconexão e plano de telefonia fixa, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

275670 – TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.					
Lote: 1 – LOTE 01.					
Item	Produto	Und.	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Link de Internet por fibra óptica, 100/100MPBS para o Concentrador.	Meses	12	7.500,00	90.000,00
2	Link de internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior para Praça Pública Rua Frederico Struwe	Meses	12	149,00	1.788,00
3	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Parque Municipal Ribeirão das Pedras.	Meses	12	149,00	1.788,00
4	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Praça Pública - Praça do Imigrante	Meses	12	149,00	1.788,00
5	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Praça Pública - Praça Waldemiro Nasato	Meses	12	149,00	1.788,00
6	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters -FIC.	Meses	12	149,00	1.788,00
7	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Prefeitura do Município de Indaial – Praça Prefeito João Hennings Filho	Meses	12	149,00	1.788,00
8	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Rodoviária Municipal.	Meses	12	149,00	1.788,00
9	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Pista de Skate/Piscina Municipal.	Meses	12	149,00	1.788,00
10	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Praça Pública Bairro Encano.	Meses	12	149,00	1.788,00
11	Link de interconexão, para: Universidade Aberta do Brasil – UAB.	Meses	12	450,00	5.400,00
12	Link de interconexão, para: CREAS Carijós	Meses	12	450,00	5.400,00
13	Link de interconexão, para: EBM Anna Alves Dias.	Meses	12	450,00	5.400,00
14	Link de interconexão, para: Secretaria de Agricultura e Abastecimento.	Meses	12	480,00	5.760,00
15	Link de interconexão, para: Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich – FME.	Meses	12	480,00	5.760,00
16	Link de interconexão, para: Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters – FIC.	Meses	12	480,00	5.760,00
17	Link de interconexão, para: ESF Heinz Schutz.	Meses	12	480,00	5.760,00
18	Link de interconexão, para: Secretaria de Saúde/SAIS.	Meses	12	550,00	6.600,00
19	Link de interconexão, para: Casa da Cidadania.	Meses	12	480,00	5.760,00
20	Link de interconexão, para: Prefeitura do Município de Indaial – Concentrador.	Meses	12	650,00	7.800,00
21	Link de interconexão, para: Oficina Mecânica do Município de Indaial.	Meses	12	480,00	5.760,00
22	Link de interconexão, para: Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente/ETE Nações	Meses	12	480,00	5.760,00

23	Link de interconexão, para: Departamento de Turismo/SINE	Meses	12	450,00	5.400,00
24	Link de interconexão, para: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial – INDAPREV.	Meses	12	450,00	5.400,00
25	Serviços de Instalação de todos is links de internet, interconexão e plano de telefonia dos pontos citados nos itens 02, 03 e 05, incluindo o fornecimento de todos ops equipamentos necessários.	Unidade	1	8.000,00	8.000,00
26	Plano de telefonia fixa. Franquia compartilhada local (fixo/fixo). 55.000 min.	Meses	12	1.100,00	13.200,00
27	Plano de telefonia fixa. Franquia compartilhada LDN (fixo/fixo).2.000 min.	Meses	12	400,00	4.800,00
Total Lote: R\$ 213.812,00					
Total do Fornecedor: R\$ 213.812,00					
Total da Homologação: R\$ 213.812,00					

3.2. As especificações dos itens mencionados no quadro acima e prazo de execução dos serviços estão inseridos no Anexo VII – Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na cláusula primeira.

3.2.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

#### CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$213.812,00 (duzentos e treze mil oitocentos e doze reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015, e as respectivas para os exercícios seguintes:

02.05.014.422.002.2025.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
02.09.022.363.002.2802.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
02.09.023.364.002.2805.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
04.01.004.122.004.2062.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
04.01.004.125.004.2065.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
05.01.012.361.005.2103.339039970000.01010000 – Recurso Próprio/Educação  
06.01.020.122.006.2150.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
08.01.015.451.008.2205.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
10.01.017.512.010.2263.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
30.01.010.301.030.2441.339039970000.01020000 – Recurso Próprio/Saúde  
30.01.010.301.030.2441.339039970000.03381701 – MAC – EA  
30.01.010.301.030.2441.339039970000.03381003 – ESF PMAQ  
30.01.010.305.030.2450.339039970000.01381600 – VSE  
30.01.010.305.030.2450.339039970000.03381600 – VSE – EA  
31.01.008.244.031.2516.339039970000.01350022 – União/PFMC  
31.01.008.244.031.2516.339039970000.03350022 – União/PFMC  
40.01.027.812.040.2600.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
41.01.013.391.041.2656.339039970000.01000000 – Recurso Próprio  
50.01.009.272.050.2700.339039970000.01000000 – Recurso Próprio

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos se realizarão de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução dos serviços, verificada através de medições. A CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos.

6.1.1. A CONTRATADA apresentará até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, que será mensal, nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários e subtotais do contrato.

6.1.2. O pagamento será realizado no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente da realização dos serviços, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, nos termos do item 6.1.1, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Caixa Econômica Federal  
Agência/Digito: 0809  
Conta/Digito : 690-7

#### CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### 7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

##### 7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 02 de junho de 2016, podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.1. O serviços serão realizados à partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra/Serviço pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma constante no Anexo VII do edital mencionado na cláusula primeira.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. São deveres da CONTRATADA, além daqueles previstos no Anexo VI do edital mencionado na cláusula primeira:

9.1.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.1.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.1.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.1.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.1.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.1.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.1.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.1.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.1.10. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido

no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 072/2015 - Edital de Pregão nº 034/2015-10430.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. São deveres da CONTRATANTE, além daqueles previstos no Anexo VI do edital mencionado na cláusula primeira:

10.1.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.1.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.1.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este



ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA Fabiano Busnardo Contratada
--	---



GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA e ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enílson Erley de Freitas Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Diretora Executiva
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL Salvador Bastos Presidente	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 123/2015.

Tomada de Preços nº 007/2015-10430

Objeto: Construção de edificações com área de 307,66 m² destinado à sede do corpo de Bombeiro Militar.

Entrega dos envelopes: 10/07/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 10/07/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial

Processo Licitatório nº 124/2015.

Pregão Presencial nº 009/2015-19208

Objeto: Reforma de mobiliário de escritório e atendimento do SAIS e unidades de saúde.

Entrega dos envelopes: 07/07/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 07/07/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

**DECRETO N. 2.150 DE 22 DE JUNHO DE 2.015**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 147.532,02

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 120, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 100.000,00.

II - Código reduzido 122, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0023, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 5.532,02.

III - Código reduzido 121, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 25.000,00.

IV - Código reduzido 30, Projeto 1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 17.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 147.532,02

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 125.000,00

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0023, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 5.532,02

III - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 17.000,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 147.532,02

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 22 de junho de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 22 de junho de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 37/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015, Processo de Licitação nº 41/2015, homologado em 18 de junho de 2015.

Objeto: aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo (DMER).

Valor: R\$ 21.200,00 (Vinte e um mil e duzentos reais)

Assinatura: 18/06/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARIZETE BEDIN ME, situada na RUA DOM PEDRO II, Nº 170, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.653.176/0001-05.

**PORTARIA Nº.295/2015 DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

**AFASTA POR AUXILIO DOENÇA**

MARIA SALETE CRISTANI, Brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 3.743.624 e CPF sob o nº. 025.516.439-45 residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, no cargo Efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico CID M75.3 e S.46

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 19 de Junho de 2015.

Ipumirim – SC, 19 de Junho de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 14/2015 - FMS

CONTRATO Nº 14/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato de transporte de pacientes do SUS, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Reunidas Turismo S.A.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC, neste ato representada por sua Gestora, Sra. GISELI KEMPINSKI, inscrita nº CPF sob nº 037.800.599-59, e a empresa Reunidas Turismo S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Herculano Coelho de Souza, 555, Bairro Reunidas, cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.176.082/0001-80, neste ato representada pelo senhor Rui Caramori, portador do CPF nº 170.895.909-25, e RG nº 6.642.236, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 06/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2013, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Vigésima do Contrato nº. 13/2013, conforme ofício recebido em 09 de junho de 2015 da Empresa Reunidas Turismo S.A. e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira em 11 de junho de 2015, de acordo com o parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência, contados a partir do dia 07.06.2015 até 06.06.2016.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima sexta do Contrato nº. 13/2013, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Segunda do 1º Termo Aditivo do Contrato nº. 11/2014.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratante, pagará a Contratada o reajuste percentual de 6,50%, para as passagens intermunicipais e 4,792% para as passagens interestaduais, no valor de R\$ 8.359,39 (Oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos) conforme solicitado, de acordo com tabela abaixo:

#### VIAGENS INTERMUNICIPAIS

Cidade de Referência	Valor anterior (R\$)	Valor do reajuste 6,50%	Valor reajustado (R\$)	Quantidade de Passagens Previstas	Valor total reajustado (R\$)	Valor anterior Previsto (R\$)
Florianópolis	90,554	5,886	96,440	480	46.291,20	43.465,92
Joinville	53,103	3,451	56,554	600	33.932,40	31.861,80
Jaraguá do Sul	53,103	3,451	56,554	600	33.932,40	31.861,80
Mafra	25,784	1,676	27,460	552	15.157,92	14.232,77
	TOTAIS				129.313,92	121.422,29

#### VIAGENS INTERESTADUAIS

Cidade de Referência	Valor anterior (R\$)	Valor do reajuste 4,792%	Valor reajustado (R\$)	Quantidade de Passagens Previstas	Valor total reajustado (R\$)	Valor anterior Previsto (R\$)
Curitiba	40,684	1,949	42,633	240	10.231,92	9.764,16
	TOTAIS				10.231,92	9.764,16

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 12 de junho de 2015.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis Giseli Kempinski Contratante	Reunidas Turismo S.A. Rui Caramori Contratada
Testemunhas:	
Nome: José Osnir Cardoso CPF: 494.718.649-68	Nome: Sintia Bendlin Franz CPF: 733.064.959-72

**EXTRATO DA RESCISÃO DA PERMISSÃO DE USO - TREVO****RESCISÃO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

Rescisão ao Termo de Permissão de Uso, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a João Teodoro da Silva.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Permitente, e do outro lado João Teodoro da Silva 00520564901, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.516.236/0001-40, com sede na localidade São Pascoal, 01 no interior do Município de Irineópolis-SC, a seguir denominado Permissionário, acordam e ajustam firmar a presente rescisão do Termo de Permissão de Uso nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Considerando que o mesmo solicitou a presente rescisão do Termo de Permissão de Uso na data de 26 de maio de 2015, e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira, Prefeito Municipal, na data de 29 de maio de 2015, resolvem as partes rescindir amigavelmente o Termo de Permissão de Uso n.º 01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Em razão da presente rescisão, liberam-se as partes de todas as cláusulas do Termo de Permissão de Uso Original, declarando, desde já, o Permissionário, que nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao Termo de Permissão de Uso que ora extingue.

E, por estarem as partes de pleno acordo e para que passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 29 de maio de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal Permitente	João Teodoro da Silva Permissionário
---	---

**Testemunhas:**

Nome: Sidnei Wagner CPF: 302.634.259-91	Nome: Rodrigo Antonio Jurck CPF: 089.370.669-80
--	--

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07 de julho de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de Móveis e Equipamentos Para o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, Escola Isolada Vila Nova Do Timbó e Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 19 de junho de 2015..

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 198/20150, - REPUBLICAÇÃO**

PORTARIA N º. 198/2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n.º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

**RESOLVE:**

Art 1st - DESIGNAR ADEMIR PASCHOALINI, ocupante do cargo de Marteleiro (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Carregadeira, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### EXTRATO ATAS PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 052/2015, PL 024/2015

PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 016/2015

OBJETO: Aquisição de materiais oficinas do CRAS

VALOR: R\$ 30.772,05 (trinta mil e setecentos e setenta e dois e cinco centavos)

VIGÊNCIA: Início: 30/04/2015 Término: 30/04/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 065/2015, PL 027/2015

PARTES: Município de Itá e Illo Química Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015

OBJETO: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza

VALOR: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 08/06/2015 Término: 08/06/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 066/2015, PL 027/2015

PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015

OBJETO: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza

VALOR: R\$ 9.049,45 (nove mil e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: Início: 08/06/2015 Término: 08/06/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 067/2015, PL 027/2015

PARTES: Município de Itá e AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015

OBJETO: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza

VALOR: R\$ 5.041,20 (cinco mil quarenta e um reais e vinte centavos)

VIGÊNCIA: Início: 08/06/2015 Término: 08/06/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 068/2015, PL 027/2015

PARTES: Município de Itá e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015

OBJETO: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza

VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 08/06/2015 Término: 08/06/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 069/2015, PL 027/2015

PARTES: Município de Itá e Simionato Produtos de Limpeza Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015

OBJETO: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza

VALOR: R\$ 4.300,80 (quatro mil trezentos reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 08/06/2015 Término: 08/06/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 070/2015, PL

027/2015

PARTES: Município de Itá e Terezinha de Oliveira Luz Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015

OBJETO: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza

VALOR: R\$ 9.709,70 (nove mil setecentos e nove reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 08/06/2015 Término: 08/06/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 041/2014

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor da gasolina comum

VALOR: R\$ 3,12 (três reais e doze centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 13/01/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 041/2014

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor do Óleo Diesel S10

VALOR: R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

3º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 041/2014

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor da gasolina comum

VALOR: R\$ 3,38 (três reais e trinta e oito centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 10/02/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

4º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 041/2014

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor do Óleo Diesel S10

VALOR: R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 041/2014

PARTES: Município de Itá e Auto posto Martini Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor do Óleo Diesel

VALOR: R\$ 2,67 (dois reais e sessenta e sete centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 04/02/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 041/2014

PARTES: Município de Itá e Auto posto Martini Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014



OBJETO: Reajuste do valor do Óleo Diesel  
VALOR: R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos) por litro;  
VIGÊNCIA: Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

3º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 041/2014

PARTES: Município de Itá e Auto posto Martini Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014  
OBJETO: Reajuste do valor do Óleo Diesel  
VALOR: R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos) por litro;  
VIGÊNCIA: Início: 18/06/2015 Término: 31/12/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2015, PL 001/2015

PARTES: Município de Itá e Supermercado Central Itá LTDA  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 001/2015  
OBJETO: Reajuste do valor da beterraba, cenoura, cebola, couve flor, maçã, mamão e tomate  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 4,66, R\$ 4,04, R\$ 4,27, R\$ 5,65, R\$5,35, R\$ 4,99, R\$ 4,83  
VIGÊNCIA: Início: 15/05/2015 Término: 30/06/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2015, PL 001/2015

PARTES: Município de Itá e Supermercado Martini Ltda ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 001/2015  
OBJETO: Reajuste do valor do leite em pó  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 8,25  
VIGÊNCIA: Início: 13/03/2015 Término: 30/06/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 003/2015, PL 001/2015

PARTES: Município de Itá e ZANELLA & FILHOS SUPERMERCADOS LTDA ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 001/2015  
OBJETO: Reajuste do valor salsicha de carne  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 19,22  
VIGÊNCIA: Início: 12/05/2015 Término: 30/06/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Odila Grando ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Reajuste do desinfetante 05 litros  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 8,27 (oito reais e vinte e sete centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 27/01/2015 Término: 18/08/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 010/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e COMPANHIA ULTRAGAZ S.A  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Reajuste do Gás liquefeito 45Kg  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 126,96 (cento e vinte e seis reais e noventa e seis centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 11/02/2015 Término: 18/08/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 011/2014, PL 036/2014

PARTES: Município de Itá e CANTU COMÉRCIO DE PNEUMATICOS LTDA  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 023/2014  
OBJETO: Reajuste do valor do Pneu 1000R20 tipo A e Pneu

275/80R22.5

VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.239,07 e R\$ 1.389,61  
VIGÊNCIA: Início: 15/06/2015 Término: 15/07/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 037/2014

PARTES: Município de Itá e COOPERATIVA PRODUÇÃO DE CONSUMO CONCÓRDIA LTDA  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2014  
OBJETO: Reajuste do valor do cimento saco 50Kg  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 26,89 (vinte e seis reais e oitenta e nove centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 29/05/2015 Término: 16/07/2015  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

### EXTRATO ATAS SAUDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 053/2015, PL 012/2015

PARTES: Município de Itá e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 10.018,14 (dez mil dezoito reais e quatorze centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 054/2015, PL 012/2015

PARTES: Município de Itá e Pro Saúde Distribuidora de Medicamentos Ltda Epp  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 597,00 (quinhentos e noventa e sete reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 055/2015, PL 012/2015

PARTES: Município de Itá e Dimaster Comércio de Produtos Hospitalar Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 056/2015, PL 012/2015

PARTES: Município de Itá e Mauro Marciano Comércio de Produtos Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 7.098,00 (sete mil e noventa e oito reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 057/2015, PL 012/2015

PARTES: Município de Itá e Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 24.239,00 (vinte e quatro mil duzentos e trinta e nove reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde



EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 058/2015, PL 012/2015  
PARTES: Município de Itá e Angeomed Comércio de Produto Médico Hospitalar Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$1.746,00 (hum mil setecentos e quarenta e seis reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 059/2015, PL 012/2015  
PARTES: Município de Itá e Medilar Importadora e Distribuidora de Produtos Médico Hospitalar Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 6.975,00 (seis mil novecentos e setenta e cinco reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 060/2015, PL 012/2015  
PARTES: Município de Itá e L A Dala Porta Junior  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 3.301,70 (três mil trezentos e hum reais e setenta centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 061/2015, PL 012/2015  
PARTES: Município de Itá e Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 3.748,00 (três mil setecentos e quarenta e oito reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 062/2015, PL 012/2015  
PARTES: Município de Itá e Dalbex Comércio de Medicamentos Eirelli Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 5.995,00 (cinco mil novecentos e noventa e cinco reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 063/2015, PL 012/2015  
PARTES: Município de Itá e Cirurgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 1.950,00 (hum mil novecentos e cinquenta reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 064/2015, PL 012/2015  
PARTES: Município de Itá e Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015  
OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados  
VALOR: R\$ 12.934,00 (doze mil novecentos e trinta e quatro reais)  
VIGÊNCIA: Início: 26/05/2015 Término: 26/05/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 012/2015, PL 004/2015  
PARTES: Município de Itá e Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2015  
OBJETO: Reajuste do valor dos seguintes medicamentos: Alendronato sódico 10 mg, Azitromicina 500 mg, Carbocisteína 20 mg xarope, Cloridrato de ciprofloxacino 500 mg, Digoxina 0,25 mg, Frut + Ribof + Fosf. Sod. + Pirid. + Clor. + Nict. + Acido Ascet., Hidróxido de alumínio, Levodopa 250 mg + Carbidopa 25 mg, Maleato de Timolol 0,5% oftálmica 5 ml, Mebendazol suspensão oral 20 mg/ ml 30 ml, Medroxiprogesterona acetato 150 mg/ ml inj. 1 ml, Noretisterona 0,35 mg, Noretisterona enantato 50 mg/ ml + estrad. Vale. 5 mg/ ml inj.1ml  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 2,8875, R\$ 0,3675, R\$ 1,7524, R\$ 0,1438, R\$ 0,0367, R\$ 4,095, R\$ 1,5225, R\$ 1,4175, R\$ 1,05, R\$ 3,15, R\$ 25,20, R\$ 0,1869 e R\$ 11,55.  
VIGÊNCIA: Início: 05/05/2015 Término: 03/02/2016  
Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 017/2015, PL 004/2015  
PARTES: Município de Itá e ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2015  
OBJETO: Reajuste do valor do seguinte medicamento Mesilato de doxazosina 4 mg  
VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,2659.  
VIGÊNCIA: Início: 15/05/2015 Término: 03/02/2016

Névio Antonio Mortari  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

# Itapiranga

## PREFEITURA

### **EDITAL CHAMAMENTO Nº 115/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 115/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Edital de Chamamento nº 115/2015, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar destinados para o programa da merenda escolar deste município. Entrega da documentação e proposta a partir das 09:00 horas do dia 13 de julho de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 22 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREFEITURA**

**DESPACHO DE JULGAMENTO - PREGÃO Nº29/2015****DESPACHO DE JULGAMENTO**

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº29/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2015 - PROCESSO Nº48/2015- OBJETO –Aquisição de toners originais para uso na Secretaria de Educação, Escolas Municipais, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações constantes no Anexo V e VI do Edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas conforme análise e respostas Parecer técnico Departamento de informática, fls. nº 203 a 231, Parecer jurídico nº 86/2015, fls. nº 232 a 241, OF/SME/129/2015 fls. nº 242 a 254, como se minhas fossem e as considerando integradas a este, julgo PARCIALMENTE PROVIDO o recurso apresentado pela empresa TECTONER RECARGA DE TONER LTDA, com sede a Rua: Neo Alves Martins, nº 274, loja nº 01, zona 03, na cidade Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.050-110, inscrita no CNPJ/MF nº: 01.027.088/0001-06, neste ato representado pela representante legal através de procuração Sr. MARCOS KEITI UEDA, portadora do CPF sob nº 567.164.519-00, conforme folhas nº 127 a 153, para que seja dado seqüência ao processo licitatório e tomada as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO - PREGÃO Nº29-15****DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO**

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº29/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2015 - PROCESSO Nº48/2015- OBJETO –Aquisição de toners originais para uso na Secretaria de Educação, Escolas Municipais, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações constantes no Anexo V e VI do Edital.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR,  
Prefeito Municipal

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere ao recurso apresentado pela requerente Empresa: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA, com sede a Rua: Neo Alves Martins, nº 274, loja nº 01, zona 03, na cidade Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.050-110, inscrita no CNPJ/MF nº: 01.027.088/0001-06, neste ato representado pela representante legal através de procuração Sr. MARCOS KEITI UEDA, portadora do CPF sob nº567.164.519-00, através do Protocolo nº3209/2015, conforme folhas nº 127 a 153.

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta Parecer técnico Departamento de informática, fls. nº 203 a 231, Parecer jurídico nº 86/2015, fls. nº 232 a 241, OF/SME/129/2015 fls. nº 242 a 254, bem assim que considerado parcialmente procedente as razões apresentadas pela Empresa: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA, portanto nesta concepção fica parcialmente acatado o recurso impetrado.

Itapoá, 19 de junho de 2015.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

**RH - PORTARIA Nº 1327/2015****PORTARIA Nº 1327/2015**

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) FRANCISCO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 1031, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Agricultura e Pesca, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1328/2015****PORTARIA Nº 1328/2015**

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) RAFAEL RAMOS DA COSTA, matrícula 4111, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1329/2015****PORTARIA Nº 1329/2015**

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) CARLITO JOAQUIM

CUSTODIO JUNIOR, matrícula 604640, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1330/2015**

PORTARIA Nº 1330/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) GIOVANE TEREZINHA CARDOSO, matrícula 605778, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1331/2015**

PORTARIA Nº 1331/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) ANTONIO PAULO TERCZIANY, matrícula 622001, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1332/2015**

PORTARIA Nº 1332/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) EDMILSON CARLOS PRESTES GOMES, matrícula 624136, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1333/2015**

PORTARIA Nº 1333/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) LUCIANE DE OLIVEIRA, matrícula 728284, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1334/2015**

PORTARIA Nº 1334/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) RAQUEL TERESINHA

STANKIEVICZ, matrícula 1211129, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1335/2015**

PORTARIA Nº 1335/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) WALTER GOMES DE ALMEIDA, matrícula 1234846, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Esporte, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1336/2015**

PORTARIA Nº 1336/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) CLAUDIOMIRO RODRIGUES BATISTA, matrícula 1278118, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1337/2015**

PORTARIA Nº 1337/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) RAQUEL LILIANE BEZERRA, matrícula 11592990, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1338/2015**

PORTARIA Nº 1338/2015.

De: 01 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CARLA REGINA ZADUSKI, matrícula 606618, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1339/2015**

PORTARIA Nº 1339/2015.

De: 01 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)



JOÃO CLÁUDIO SOARES, matrícula 2623, ocupante do cargo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1340/2015**

PORTARIA Nº 1340/2015.

De: 01 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROBERTA MARIN GOMES, matrícula 624012, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1341/2015**

PORTARIA Nº 1341/2015.

De: 01 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 01 de junho de 2015 à 30 de junho de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) LUCYMAR RODRIGUEZ DE FARIA, matrícula 619493, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1342/2015**

PORTARIA Nº 1342/2015.

De: 01 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) MARIA LÚCIA CORDEIRO, matrícula 605271, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1343/2015**

PORTARIA Nº 1343/2015.

De: 01 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) JOSÉ BENTO ALVES DE SOUZA, matrícula 569151, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1344/2015**

PORTARIA Nº 1344/2015.

De: 01 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria

Municipal de Educação, do (a) servidor (a) LUCIANO DOS SANTOS, matrícula 11629410, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1345/2015**

PORTARIA Nº 1345/2015.

De: 01 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNCIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) LUIZ HENRIQUE NUNES DA SILVA, matrícula 1232240, investido (a) na função de PROF. N.H. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1346/2015**

PORTARIA Nº 1346/2015.

De: 01 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNCIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) TANIA APARECIDA HAUPT, matrícula 11632429, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1347/2015**

PORTARIA Nº 1347/2015

De: 01 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) DOUGLAS ANTONIO URSO, matrícula 562467, investido (a) no cargo de MÉDICO P.S.F., na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1348/2015**

PORTARIA Nº 1348/2015.

De: 02 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNCIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) ELIZANGELA DA SILVA WROBEL, matrícula 11634847, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1349/2015**

PORTARIA Nº 1349/2015.

De: 02 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNCIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) ERIC BOAZ GONSALVES,

matrícula 612375, investido (a) na função de PROF. N.H. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1350/2015**

PORTARIA Nº 1350/2015.

De: 02 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) HELGA KRAUSS, matrícula 11637064, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1351/2015**

PORTARIA Nº 1351/2015.

De: 02 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) JESSICA HOLZ, matrícula 726478, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1352/2015**

PORTARIA Nº 1352/2015.

De: 02 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) NILVA FERREIRA TORRES, matrícula 11641380, investido (a) na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1353/2015**

PORTARIA Nº 1353/2015

De: 02 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de junho de 2015 a 21 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) MAURICIO DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 598577, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1354/2015**

PORTARIA Nº 1354/2015.

De: 03 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) JENECI APARECIDA LUIZ DA SILVA, matrícula 607738, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1355/2015**

PORTARIA Nº 1355/2015.

De: 03 de junho de 2015.

Nomeia Comissão para elaboração do Edital 037/2015 e coordenação do processo seletivo simplificado para contratação temporária, conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

NOMEIA:

ARTIGO 1º- Fica nomeada a comissão para elaboração do Edital 037/2015 e coordenação do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, para contratação temporária de Biólogo I, Engenheiro Florestal I e Engenheiro Civil I, que será composta pelos seguintes membros:

CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA  
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA  
CONRADO SCHNEIDER JUNIOR

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1356/2015**

PORTARIA Nº 1356/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ROSANGELA DO ROCIO HOROKOSKI, matrícula nº 624373, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Aparecida Grandini José  
2º membro: Angela Maria Stocco  
3º membro: Diego André Azambuja  
4º membro: Lucilene Lunardi

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1357/2015**

PORTARIA Nº 1357/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ROSELI TU-RECK, matrícula nº 620912, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Aparecida Grandini José  
2º membro: Angela Maria Stocco  
3º membro: Diego André Azambuja  
4º membro: Lucilene Lunardi

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1358/2015**

PORTARIA Nº 1358/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) EDINÉIA DOS SANTOS, matrícula nº 590142, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Aparecida Grandini José  
2º membro: Angela Maria Stocco  
3º membro: Diego André Azambuja  
4º membro: Lucilene Lunardi

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1359/2015**

PORTARIA Nº 1359/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) REGIANE KOVALCZYK, matrícula nº 592765, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Marizélia Franz Perrony
- 2º membro: Simone de Oliveira
- 3º membro: Rosana Amaral de Lima
- 4º membro: Elaine Machado da Silva Freitas

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1360/2015**

PORTARIA Nº 1360/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) SARITA SILVA DE SOUZA NASCIMENTO, matrícula nº 1213679, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Marizélia Franz Perrony
- 2º membro: Simone de Oliveira
- 3º membro: Rosana Amaral de Lima
- 4º membro: Elaine Machado da Silva Freitas

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1361/2015**

PORTARIA Nº 1361/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JESANA CARVALHO DA SILVA, matrícula nº 1213660, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Marizélia Franz Perrony
- 2º membro: Simone de Oliveira
- 3º membro: Rosana Amaral de Lima
- 4º membro: Elaine Machado da Silva Freitas

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1362/2015**

PORTARIA Nº 1362/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ALINE ZANELA, matrícula nº 622575, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira
- 2º membro: Solange Maria Cavalheiro
- 3º membro: Rosangela Lirani Madureira
- 4º membro: Janine Cristina Rodrigues

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**RH - PORTARIA Nº 1363/2015**

PORTARIA Nº 1363/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) THAYS NASCIMENTO VIEIRA, matrícula nº 620440, no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR I, os seguintes Membros:

1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira  
2º membro: Solange Maria Cavalheiro  
3º membro: Rosangela Lirani Madureira  
4º membro: Janine Cristina Rodrigues

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1364/2015**

PORTARIA Nº 1364/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CÁTIA HUEBNER, matrícula nº 722235, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Cátia Eliane Nicolachik  
2º membro: Kiara Costa Velho  
3º membro: Eliane Aparecida do Rosário  
4º membro: Cleusa Galvão Nunes

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1365/2015**

PORTARIA Nº 1365/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DILMA MOREIRA DOS SANTOS NUNES, matrícula nº 737810, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Cátia Eliane Nicolachik  
2º membro: Kiara Costa Velho  
3º membro: Eliane Aparecida do Rosário  
4º membro: Cleusa Galvão Nunes

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1366/2015**

PORTARIA Nº 1366/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) EDINÉIER FARIAS, matrícula nº 590851, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Cátia Eliane Nicolachik  
2º membro: Kiara Costa Velho  
3º membro: Eliane Aparecida do Rosário  
4º membro: Loeci Câmara

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**RH - PORTARIA Nº 1367/2015**

PORTARIA Nº 1367/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JANETE MARIA DOS REIS, matrícula nº 1214187, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Cátia Eliane Nicolachik
- 2º membro: Kiara Costa Velho
- 3º membro: Eliane Aparecida do Rosário
- 4º membro: Maria Cecília de Freitas Crissanto

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1368/2015**

PORTARIA Nº 1368/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARIA FERNANDA BRISOLLA DA MOTA, matrícula nº 617156, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Cátia Eliane Nicolachik
- 2º membro: Kiara Costa Velho
- 3º membro: Eliane Aparecida do Rosário
- 4º membro: Loeci Câmara

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1369/2015**

PORTARIA Nº 1369/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JANIMAR LUKASEWICZ SILVESTRO, matrícula nº 606227, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: José Antonio Soares
- 2º membro: Maria Helena Zanotto
- 3º membro: Gilmar Santin
- 4º membro: Berenice de Fátima Hau Maoski

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1370/2015**

PORTARIA Nº 1370/2015.

De: 03 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 04 de fevereiro de 2015 à 05 de março de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) MARLI TEREZINHA ZAMBONIN, matrícula 2828, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 04.02.15.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 033/2015**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
Nº 033/2015

1ª colocada - Janaína Mayara Bittencourt Carvalho:

- Análise Curricular e Experiência Profissional – 15 pontos.
  - Entrevista Estruturada – 55 pontos.
  - Carta de Apresentação – 20 pontos.
- Total – 90 pontos.

Joelma das Graças Nunes Gonçalves Miquelasso foi desclassificada por não comparecer a Entrevista Estruturada.

Itapoá, 22 de Junho de 2015.

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESULTADO  
FINAL EDITAL Nº 033/2015**RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
Nº 033/2015

1ª colocada - Janaína Mayara Bittencourt Carvalho: Total – 90 pontos.

Desclassificada - Joelma das Graças N. G. Miquelasso: Não Comparecimento.

Itapoá, 22 de Junho de 2015.

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social

**SECRETARIA DE SAÚDE: RESULTADO DO PROCESSO  
DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 032/2015 VAGA:  
ENFERMEIRO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS**RESULTADO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº  
032/2015

VAGA: ENFERMEIRO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS

A Comissão de Processos de Transferências, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado do processo de transferência Edital nº 032/2015.

Nº	Área	Vaga	Carga Horária	Local	Profissional
1º	Enfermeiro	1	40 horas	Pronto Atendimento 24 horas	Daniele Santos Kuroba

Itapoá, 18 de Junho de 2015.

Marciane Rech

Enfermeira Coordenadora ESF

Maria Necy dos Santos Silva

Agente Administrativo II

Noeli Schwetler Saidel

Auxiliar de Serviços Gerais

# Ituporanga

## PREFEITURA

### Decreto nº 415

DECRETO Nº415, de 19 de junho de 2015.

"Anula Edital do Processo Licitatório nº 37, de 15 de maio de 2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 27/2015".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando que este processo licitatório visava à contratação de empresas para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana no Município de Ituporanga;

Considerando que não houve protocolo de empresas participantes, restando o processo licitatório deserto;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

### DECRETA

Art. 1º- A NULIDADE do Edital do Processo Licitatório nº 37/2015, modalidade de Pregão Presencial 27/2015, para contratação de empresa para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana no Município de Ituporanga e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 19 de junho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

ELMO PISETTA  
Secretário da Administração

### EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2015 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL/EPI PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº36/2015

Processo: 53/2015

Objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL/EPI PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 03 de julho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 03 de julho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 23 de junho de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

### EDITAL DE PREGÃO Nº 37/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADAPTAÇÃO DA VIATURA AR-73 PLACA MMB-6404 PARA RESGATE DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº37/2015

Processo: 54/2015

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADAPTAÇÃO DA VIATURA AR-73 PLACA MMB-6404 PARA RESGATE DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 06 de julho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 06 de julho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 23 de junho de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

**Lei Ordinária nº 2622/2015**

LEI Nº 2.622, de 18 de junho de 2015.

RECEPCIONA A POLÍTICA DE APOIO AO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída no âmbito do território deste Município, a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar, na forma especificada pela Lei Estadual nº 14.361 de 25 de janeiro de 2008 combinados com a Lei Federal nº 8.212 de 24 de julho de 1991 e suas alterações.

Art. 2º. Consideram-se para efeitos desta lei, os seguintes serviços prestados no imóvel rural:

I – Serviços de hospedagem;

II – Serviços com equipamentos na ação turística;

III - Serviços prestados com entretenimento, recepção, recreação, atividades pedagógicas e visitação.

Parágrafo único - Os serviços prestados no âmbito do imóvel rural, não poderão ultrapassar a 120 (cento e vinte) dias no ano, sob pena da perda da condição da atividade turística rural na agricultura familiar.

Art. 3º. Para fins de recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, os agricultores empreendedores do turismo rural da agricultura familiar, deverão promover suas inscrições junto ao cadastro econômico da Prefeitura Municipal, na condição de pessoa física, desde que possua inscrição como produtor rural junto a Secretaria do Estado da Fazenda.

Art. 4º. A alíquota do imposto sobre o valor os serviços prestados, previstos nesta lei, é de 2% (dois por cento).

Art. 5º. É obrigatória a emissão de documentos fiscal por ocasião dos serviços prestados, isolados ou conjuntamente com alimentação ou com outros produtos elaborados de forma artesanal, na nota fiscal de produtor rural, desde que conveniado com a Secretaria de Estado da Fazenda, registrando na operação do código fiscal - CFOP 5933.

Art. 6º. O período de apuração do imposto sobre os serviços é mensal desde que haja fato gerador, e o respectivo pagamento será feito até o dia 15 do mês subsequente, e em caso de atraso do pagamento, incorrerá em multas e juros, na forma da legislação tributária municipal.

Parágrafo ÚNICO – A unidade conveniada do Município com a Secretaria de Estado da fazenda fará apuração por ocasião da prestação de constas das notas fiscais de produtor rural e emitirá relatório e somatório dos valores da base de cálculo e o valor a recolher ao tesouro municipal.

Art. 7º. As propriedades rurais que promovem atividades turísticas previstas nesta lei independem para o seu funcionamento de licenciamento e taxas do poder público municipal

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de junho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 21/2013 TA 02 FMAS

CONTRATO Nº 21/2013 – FMAS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o número 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário, Sr. MARIO WOLFART e a empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.954.970/0001-80, estabelecida na RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 1303 D, Bairro MARIA GORETTI, no Município de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO ANDRÉ TESTA, portador da Carteira de Identidade nº 3.127.894 e CPF nº 870.781.989-72, residente e domiciliado na RUA LONDRES, 45 E, na cidade de CHAPECÓ/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 21/2013-FMAS, firmado em 14/06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 8/2013/FMAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 6/2013/FMAS, cujo objeto é o fornecimento, pela CONTRATADA, de sistema de Gestão da Assistência Social, através de licença e locação de uso de software, bem como sua manutenção, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica, atendendo ao especificado no Edital PP nº 6/2013/FMAS e em seus anexos, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 20 de junho de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Os valores mensais dos itens 2 e 3 do contrato original ficam reajustados em 15,3718%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de junho de 2013 a maio de 2015, passando os mesmos a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ORIGINAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
2	mês	Locação / manutenção do sistema	935,00	1.079,00
3	mês	Locação do servidor virtual	330,00	381,00

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao valor do contrato o valor de R\$ 17.520,00 (dezessete mil quinhentos e vinte reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 19 de junho de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MÁRIO WOLFART - Secretário

PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA  
PAULO ANDRÉ TESTA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### EXTRATO TP 02/2015/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC  
FUNDO DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2015/FUNREBOM  
TOMADA DE PREÇO Nº 2/2015/FUNREBOM

Objeto: Contratação de empresa especializada para a transformação de chassi de caminhão em Auto Bomba Tanque – ABT, para o 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço. Data da abertura: Dia 09/07/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 09/07/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049) 3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 18 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito



**HOMOLOG PL 62/2015**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2015/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015/PMJ

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação de Joaçaba, Jorge Ronaldo Pohl, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 62/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 41/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras, para a locação, por hora trabalhada, de caminhão e máquinas de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba, SC. -Empresas Vencedoras:

AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA

VALOR R\$ 89.500,00

SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA-EPP

VALOR R\$ 55.500,00

Fiscal: NELCI CARNIEL

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de junho de 2015.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação de Joaçaba

Jorge Ronaldo Pohl - Secretário

**PORTARIA N.º 4436**

PORTARIA Nº 4.436 DE 17 DE JUNHO DE 2015  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o (a) Sr.(a) MARCIA ROSA ABATTI BORSOI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura da convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4437**

PORTARIA Nº 4.437 DE 17 DE JUNHO DE 2015  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 12/06/2015, do(a) Sr.(a) AMANDA FRIES DE ANDRADE, das funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 009/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de junho de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4438**

PORTARIA Nº 4.438 DE 17 DE JUNHO DE 2015  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 16/06/2015, do(a) Sr.(a) MARA ALVES DIAS MARCON das funções de Professor Temporário com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado em teste seletivo 001/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 4439**

PORTARIA Nº 4.439 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DANIELE GALVÃO RODRIGUES, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 22 de junho de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de junho de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4440**

PORTARIA Nº 4.440 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) EDUARDO BORGES DA SILVA, para exercer o cargo de MECÂNICO AJUSTADOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2014, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4441**

PORTARIA Nº 4.441 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ROBERTO CARLOS DA SILVA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT na vaga da Sra. Maria Luiza Silveira em afastamento médico e reforço da disciplina de matemática, conforme memorando 168/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4442**

PORTARIA Nº 4.442 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – CONTRATAR o(a) Sr.(a) DANIELA KOPHAL, pelo período de 12 de junho de 2015 a 11 de dezembro de 2015, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS e para fechamento da escala de plantões.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## ATA REGISTRO 18/2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Número do Registro de Preços: 18/2015 Data do Registro: 18/06/2015 Válido até: 18/06/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras, para a locação, por hora trabalhada, de caminhão e máquinas de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Locação, por hora trabalhada, de escavadeira hidráulica com rompedor hidráulico para desmanche de rochas e caçamba de, no mínimo, 0,50 m³	HRS	AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - (10756)	HYUNDAI	0	189.0000	1
			SECCHI SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP (8499)		0	190.0000	2
			S.G. TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (11516)		0	205.0000	3
2	Locação, por hora trabalhada, de caminhão "truck" 4 x 4, equipado com caçamba basculante com capacidade mínima de 12 m³	HRS	AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - (10756)	VOLKSWAGEN	0	82.0000	1
			RODRIGO MOROSINI 04058344970 (11515)		0	84.0000	2
			SECCHI SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP (8499)		0	115.0000	3
3	Locação, por hora trabalhada, de trator de esteira com escavificador	HRS	SECCHI SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP (8499)	KOMATSU D51EX	0	185.0000	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 18/06/2015		Válido até: 18/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras, para a locação, por hora trabalhada, de caminhão e máquinas de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - (10756)		0	189,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 18/2015							Data do Registro: 18/06/2015		Válido até: 18/06/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras, para a locação, por hora trabalhada, de caminhão e máquinas de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba, SC.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015

PROCESSO Nº 62/2015

(8499) - SECCHI SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP

(10756) - AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA -

(11515) - RODRIGO MOROSINI 04058344970

(11516) - S.G. TERRAPLENAGEM LTDA - EPP

Joaçaba, 18 de Junho de 2015.

**NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA PL 53/2015/PMJ - PP 37/2015/PMJ**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99  
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 37/2015 - PR**

Processo Administrativo: 53/2015  
Processo de Licitação: 53/2015  
Data do Processo: 30/04/2015

**Objeto:** Contratação de empresa(s) especializada(s) para a confecção e o fornecimento de uniformes, destinados aos servidores da 11ª CIRETRAN.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 9 / 2015**

**Motivo:** Aos dez dias do mês de junho de 2015, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 53/2015/PMJ - Edital de Pregão Presencial nº 37/2015/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.

Joaçaba, 22 de Junho de 2015

-----  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO 0017/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0025/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2015

PROTOCOLO JHL 1663/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0017/2015 – Licitação 0025/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de hidrômetros para adequação do parque de hidrômetros e ampliação do sistema de distribuição de água do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 03/07/2015, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 03/07/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 23/06/2015 a 03/07/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 22 de Junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.



**BALANCETE FINANCEIRO MAIO 2015****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.329.761,78</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.048.605,20</b>
RECEITA PATRIMONIAL	82.547,21	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>956.009,99</b>
RECEITA DE SERVIÇOS	1.217.457,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	333.319,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.029,56	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	445.299,45
RECEITA DE SERVIÇOS	14.723,48	INVESTIMENTOS	177.391,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,84	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>92.595,21</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.414,72
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.180,49
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.221.478,70</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.326.865,91</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	157.201,61	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	160.216,87
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.064.277,09	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.062.005,34
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	104.643,70
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>8.383.788,89</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>8.559.558,26</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.313.937,52	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.501.466,90
BANCO C/ MOVIMENTO	66.904,56	BANCO C/ MOVIMENTO	55.126,72
POUPANÇA	2.946,81	POUPANÇA	2.964,64
<b>TOTAL</b>	<b>10.935.029,37</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.935.029,37</b>

JOACABA, 22/06/2015

\_\_\_\_\_  
 ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

\_\_\_\_\_  
 PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 274/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 274/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ADVENTURE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA- EPP, inscrita no CNPJ sob n. 07.494.105/0001-93, sediada a Rua Manoel de Oliveira Ramos, 232 – sala 03 – Estreito - Florianópolis/SC, CEP 88.075-120.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 141/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição Material Hospitalar para as Atividades de atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no Almoxarifado do Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13h00min às 19h00min horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 275/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 275/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 00.802.002/0001-02, sediada a Estrada Boa Esperança, 2320 - Fundo Canoas – Rio do Sul/SC, CEP 89.163-554. Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 141/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição Material Hospitalar para as Atividades de atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s)

solicitação (ões), no Almoxarifado do Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13h00min às 19h00min horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 290,47 (duzentos e noventa reais e quarenta e sete centavos).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 276/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 276/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: COMFFER COMÉRCIO DE MÁQUINAS FERRAMENTAS E FERRAGENS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n. 78.843.034/0001/35, sediada a Rua Castro Alves, 300 - Centro – Lages/SC, CEP 88.501-210.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 141/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição Material Hospitalar para as Atividades de atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no Almoxarifado do Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13h00min às 19h00min horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.275,00 (cinco mil duzentos e setenta e cinco reais).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 277/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 277/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n. 05.021.932/0001-34, sediada a Sebastião Furtado, 101 - Centro – Lages/SC, CEP 88.501-140.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 141/2015,

correlato ao Pregão Presencial nº 54/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição Material Hospitalar para as Atividades de atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no Almoxarifado do Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13h00min às 19h00min horas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 474,94 (quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 278/2015 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 278/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 83.157.032/0001-22, sediada a Estrada da Boa Esperança, 1918 – Fundo Canoas – Rio do Sul/SC, CEP 89.163-920.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 141/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição Material Hospitalar para as Atividades de atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no Almoxarifado do Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13h00min às 19h00min horas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.056,86 (cinco mil e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 279/2015 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 279/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º

82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 03.033.589/0001-12, sediada a Via expressa Paul Fritz Kuehnrich, 1515 – Itoupava Norte – Blumenau/SC, CEP 89.052-475.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 141/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição Material Hospitalar para as Atividades de atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no Almoxarifado do Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13h00min às 19h00min horas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 8.650,92 (oito mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 280/2015 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 280/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n. 93.726.446/0001-89, sediada a Rua Adelino Boschetti Mateus, 805 – picadas do Sul – São José/SC, CEP 88.106-120.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 141/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição Material Hospitalar para as Atividades de atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no Almoxarifado do Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13h00min às 19h00min horas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 41.451,75 (quarenta e um mil quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

# Laguna

## PREFEITURA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015 - PML**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATO Nº: 035/2015 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: Sul Online Telecom LTDA. EPP.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 012/2015

OBJETO: Prestação de serviços de acesso à internet, segurança de rede, hospedagem de e-mail e website com fornecimento e suporte técnico de link de internet e interligação das secretarias, escolas e demais prédios utilizados pelo Município de Laguna.

VIGÊNCIA: Início: 18/06/2015 Término: 18/06/2016

ASSINATURA: 18/06/2015

VALOR R\$: 235.000,00

Dotação: 09/06/2.040/110-3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Serviços PJ

Dotação: 09/06/2.012/68-3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Serviços PJ

Dotação: 19/01/2.700/18-3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Serviços PJ

Laguna, 22 de Junho de 2015.

Waldir José de Souza

Pregoeiro Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 067/2015

D E C R E T O Nº 067/2015.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 PARA admissão de conselheiros tutelares

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2015 para a admissão de Conselheiros Tutelares, integrada pelas Senhoras:

SUZAMARA VIEIRA  
ADRIANA ANTUNES RITA  
JULIANA LEANDRO RAMOS BENEDET

Art. 2º - A Comissão do Processo Seletivo acompanhará a elaboração o Edital da prova para admissão de Conselheiros Tutelares, bem como atuará como fiscal durante a realização da mesma.

Art. 3º - O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER – SC, 22 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 068/2015

DECRETO Nº 068/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
03.01 - Departamento de Administração  
2.003 - Manutenção da Administração Geral  
DOTAÇÃO 08

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Total: R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 10

4.6.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Total: R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Finanças e Planej.

### EDITAL DE CARTA CONVITE Nº62/2015 PMLM

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº62/2015 PMLM

PROCESSO Nº62/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de junho de 2015 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório Pregão para Contratação de empresas do ramo pertinente, para execução e elaboração de projetos de engenharia, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para o exercício de 2015 maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 22 de junho de 2015.

Leandro Stangherlin  
Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE PREGAO Nº25/2015 HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº25/2015 HMHL

PROCESSO Nº25/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 02 de julho de 2015 às 08:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar



para uso do Hospital Municipal do Município de Lauro Muller- SC, durante o ano de 2015., para o exercício de 2015 maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 22 de junho de 2015.  
Leandro Stangherlin  
Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGAO Nº63/2015 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº63/2015 PMLM

PROCESSO Nº63/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 02 de julho de 2015 às 11:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Verterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para Contratação de empresa do ramo pertinente, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, para o exercício de 2015 maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 22 de junho de 2015.  
Leandro Stangherlin  
Pregoeiro Municipal

### **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER, através da Comissão de Processo Seletivo nomeada pelo Decreto nº. 067/2015, de 22 de Junho de 2015 no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital para realização de fase classificatória de Prova Objetiva do Processo Seletivo destinado para admissão em caráter temporário de vagas existentes de Conselheiro Tutelar, na forma deste Edital:

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizadas nos Anexos I e II, partes integrantes do presente Edital.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO DO CANDIDATO E CARGO**

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais inscritos, homologados, que foram habilitados para a prova conforme requisitos do Edital CMDCA nº 01/2015, para o cargo de Conselheiro Tutelar:

#### **3 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO**

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de:

a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório e eliminatório sendo considerada como nota mínima 5,0 para aprovação do candidato;

##### **3.1 DA PROVA ESCRITA**

3.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

3.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido.

3.1.3 Será eliminado do certame o candidato que não comparecer à prova, ou não obtiver a nota mínima 5,0 na mesma.

3.1.4 Composição da prova

a) A Prova Escrita será composta com 25 (vinte e cinco) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 07 (sete) questões de língua portuguesa e interpretação de texto, 05 (cinco) questões de Informática e 13 (treze) questões de conhecimentos a cerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos inscritos receberão um cartão resposta com 25 (vinte) questões.

c) O caderno de avaliações será composto por 25 questões, que o candidato deverá responder e transpor para o cartão resposta;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de seu cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

3.1.5 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

3.1.6 O peso de cada questão é de 0,4 pontos.

3.1.7 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:  $NPE = (NA \times 0,4)$  onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

3.1.8 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

3.1.9 O candidato deverá transpor os resultados das questões para a grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

3.1.10 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

3.1.11 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

#### **4 DA REALIZAÇÃO DA PROVA**

4.1 A prova será realizada no dia 18/07/2015, em local a ser definido, e indicado por meio do site [www.processosseletivos.com.br/lauromuller](http://www.processosseletivos.com.br/lauromuller) ou por meio de mural átrio da prefeitura Municipal, na data de 10/07/2015.

4.2 Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 08h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.3 A prova terá duração máxima de 02 horas com início às 09h00min e durará até as 11h:00min.

4.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente).

4.5 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

4.6 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

4.7 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.8 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

4.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) dias anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

4.10 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

4.11 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como



as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

4.12 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

4.13 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

4.14 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

4.15 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão da prova pelo último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

4.16 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download e/ou visualização [www.processosseletivos.com.br/lauiromuller](http://www.processosseletivos.com.br/lauiromuller) em até 48 horas após aplicação da prova.

4.17 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira antecipadamente entregando solicitação por escrito na sede do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de LAURO MULLER/SC. Neste documento, deverá constar o nome da candidata e os cuidados especiais que a mesma necessitará no dia da prova.

4.18 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

4.19 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

4.20 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

4.21 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

4.22 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

4.23 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

4.24 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

4.25 Os cadernos de provas deste certame serão arquivados e mantidos pelo período de 90 (noventa) dias a contar da data de aplicação da prova objetiva do Processo Seletivo, findo o qual, serão destruídos.

4.26 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

4.27 A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 4 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

## 5 DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados para prosseguir no processo de escolha unificada para conselheiros Tutelares.

5.2 A Nota da prova escrita será composta pela seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO FINAL = NOTA DA PROVA ESCRITA.

5.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

5.4 A publicação da classificação final do processo seletivo será divulgada no site [www.processosseletivos.com.br/lauiromuller](http://www.processosseletivos.com.br/lauiromuller), no site e no mural da prefeitura municipal de LAURO MULLER/SC, no dia 29/07/2015.

## 6 DOS RECURSOS

6.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

a) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova;

b) Com relação à classificação final no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

6.2 Para formalizar o pedido de recurso, o candidato deverá preencher o Anexo III deste edital.

6.3 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação clara e fundamentada, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido a Comissão para constatação e protocolado na Secretária de Assistência Social de Lauro Müller, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

6.4 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

6.5 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos resultados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

## 7 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

7.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

7.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência, de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações; Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações; e na Lei Federal nº. 7.853/1989.

7.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

7.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

7.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

7.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

7.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente,

implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

7.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

7.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

## 8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital e no Edital CMDCA nº 01/2015 do dia 14 de Abril de 2015 e suas retificações, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

8.2 Será excluído do certame o candidato que:

- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- Não atingir a nota mínima exigida;
- Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

8.3 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, mas habilita o candidato a prosseguir no processo de escolha unificado para Conselheiros Tutelares

8.4 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo.

8.5 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Os candidatos não poderão alegar desconhecimento das regras deste edital, uma vez que o mesmo estará devidamente publicado nos meios oficiais declarados.

8.6 Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

8.7 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de LAURO MULLER/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

8.8 Os casos omissos serão resolvidos pela empresa Organizadora do Certame e pela Comissão do Processo Seletivo.

8.9 O presente Edital estará disponibilizado no site [www.processosseletivos.com.br/laumuller](http://www.processosseletivos.com.br/laumuller), no site [www.laumuller.sc.gov.br](http://www.laumuller.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal de LAURO MULLER/SC.

8.10 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

8.11 Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.

8.12 Faz parte deste edital o Anexo III – Do formulário para recurso.

8.13 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

8.14 Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MULLER/SC, em 22 de JUNHO de 2015.

SUZAMARA VIEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015, a data, o local e o horário da prova.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015

## ANEXO I

### CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital	22/06/2015
Divulgação dos Locais de Prova	10/07/2015
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	18/07/2015
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	20 e 21/07/2015 (durante horário de expediente).
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	29/07/2015 (Até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	30 e 31/07/2015 (durante horário de expediente).
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	05/08/2015 (Até as 23h:59min)

### REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 08h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

A prova terá duração máxima de 02 horas com início às 09h00min e durará até as 11h:00min.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação seu número de inscrição no processo de escolha, devidamente assinado, conforme recebido no ato da inscrição, em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta

deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

LAURO MULLER/SC, em 22 de JUNHO de 2015.

SUZAMARA VIEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º\_001/2015, Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015

## ANEXO II

### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

#### LÍNGUA PORTUGUESA

1. Fonética e Fonologia Fonema e Letra; 2. Ortografia; 3. Recursos sonoros; 4. Vícios de linguagem; 5. Lexicologia; 6. Polissemia; 7. Sinônimos e antônimos; 8. Homônimos e parônimos; 9. Morfologia; 10. Estrutura das palavras; 11. Formação das palavras; 12. Neologismos e Estrangeirismos; 13. Interpretação de textos e charges.

#### INFORMÁTICA

1. Fundamentos da Informática; 2. Sistemas operacionais; 3. Sistemas, Hardwares e Tecnologias Mobile; 4. Segurança das informações na Internet; 5. Editores de Texto; 6. Editores de Planilhas eletrônicas; 7. Redes Sociais; 8. Conhecimento técnico sobre o uso ético das redes sociais; 9. Mídias computacionais; 10. Tecnologias no uso da profissão nos dias atuais; 11. Comunicação eletrônica; 12. Sistemas web para controle de reuniões, agendas e e-mails.

#### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

1. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e alterações;

NOTA: Para as questões de legislação, em qualquer âmbito, serão consideradas apenas as publicações oficiais publicadas até 30/06/2015, das quais servirão de base para a aplicação dos conteúdos da prova escrita. Quaisquer alterações divulgadas oficialmente após este prazo não serão consideradas para compor o corpo das questões objetivas.

LAURO MULLER/SC, em 22 de JUNHO de 2015.

SUZAMARA VIEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º\_001/2015, dos conteúdos programáticos.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015

## ANEXO III

### FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº. de Inscrição: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade Nº.: \_\_\_\_\_

Questionamento: \_\_\_\_\_

Embasamento: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura

### TOMADA DE PREÇO Nº61/2015 - PMLM

TOMADA DE PREÇO Nº61/2015 - PMLM

PROCESS Nº61/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 7 de julho de 2015 às 09:00 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução de reforma de pontes da municipalidade, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O edital na íntegra está disponível no site oficial do municipio [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 22 de junho de 2015

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº804793/2014-MDA/CAIXA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Processo nº 2623.1019119-96/2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 13h00min do dia 06 de julho de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 13h10min do dia 06/07/2015. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis 22 de junho de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 057/2015

DECRETO Nº. 57/2015, de 19 de junho de 2015.

“Cria Comissão Especial e nomeia seus membros”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de acordo com Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criada e nomeada Comissão Especial para realizar a avaliação dos imóveis situados na Rua XV de Novembro do município de Lebon Régis passíveis de cobrança de contribuição de melhoria em virtude de obra de pavimentação asfáltica, que será composta pelos seguintes membros sob a presidência do primeiro:

- Osmar Padilha Puttkammer – Secretário de Obras e Serviços Municipais
- Mairon Leonam Ribeiro - Fiscal de Tributos
- Tito Hurbem de Mello - Engenheiro Civil do município
- Franciele Moraes Perego – Engenheira Civil
- Everaldo Kogicoski – Representante da Câmara de Vereadores
- Fernando Padilha Kuhn – Advogado do Município
- Ederson Luiz Bastiani - Advogado
- Fernando Ribeiro – Oficial Administrativo
- Geovane Dal Mas de Moraes – Representante da Sociedade Civil
- Jorge Wonfart – Representante Sociedade Civil
- Camilo Guidini – Representante do CDL

Art. 2º. A Comissão Especial terá 60 dias para apresentar o parecer com a avaliação da efetiva valorização dos imóveis, para fins de cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 3º. Fica expressamente revogado o Decreto nº. 51/2015, de 2 de junho de 2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, em 19 de junho de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios – DOM

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### PROCESSO LICITATÓRIO DO MUNICÍPIO Nº.: 7/2014

Resumo de Aditivo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Contrato no. 8/2014

1º. Termo Aditivo

Processo Licitatório do Município nº.: 7/2014

CONTRATANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: PRORROGAR por 12 meses, o contrato nº. 8/2014, para fornecimento de Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal.

Valor: R\$ 3.727,56 (três mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência: 24/05/2015 à 23/05/2016.

Recursos Orçamentários: 94010.10.302..29.2.65.0.339000 - RECURSO: 338 -1.38

Lebon Régis, 23 de Maio de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2015 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2015

TIPO: "Menor Preço por Lote". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios e materiais de consumo para o almoço da Festa do Colono e Motorista, Edição 2015, que será realizada no dia 26 de julho de 2015, no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 033/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 03 de julho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 22/06/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.



# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1490A

DECRETO Nº 1489A, DE 03 DE JUNHO DE 2015.  
REGULAMENTA A LEI Nº 781 DE 24 DE MARÇO DE 2015 QUE DIS-  
PÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLI-  
CAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e o que lhe confere a Lei nº781, de 24/03/2015;

#### DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei nº 781, de 24 de março de 2015, que dispõe sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos do Município de Macieira.

Art. 2º. Fica proibido, nos termos da Lei nº 781, de 24 de março de 2015, o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em Logradouros Públicos do Município de Macieira, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º. Para os efeitos deste Decreto, são considerados Logradouros Públicos:

- I - as avenidas;
- II - as rodovias;
- III - as ruas;
- IV - as alamedas, servidões, caminhos e passagens;
- V - as calçadas;
- VI - as praças;
- VII - as ciclovias;
- VIII - as pontes e viadutos;
- IX - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;
- X - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;
- XI - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública;
- XII - as repartições públicas e adjacências.

Parágrafo Único - Nos logradouros enquadrados nos incisos I, II, III, IV, V, VI, X, XI e XII, poderá haver o consumo de bebidas alcoólicas:

I - quando houver evento, e na sua circunscrição, realizado:  
a) pelo Poder Público; ou  
b) por particulares, desde que previamente autorizado pelo Poder Público;

II - na área interna de propriedades particulares adjacentes a logradouros públicos, independentemente de autorização;

III - entorno de bares, quiosques, lanchonetes e restaurantes, nos limites determinados pelo Poder Público em sua autorização e desde que a bebida seja proveniente do respectivo estabelecimento.

Art. 4º. Caberá à Secretaria de Saúde, a implementação de eventuais normas complementares necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto e da Lei nº 781, de 24 de março de 2015, bem como avaliar as autorizações esporádicas.

Art. 5º. As autorizações esporádicas deverão conter:  
I - identificação do órgão ou entidade autorizador;

- II - identificação do autorizado;
- III - objeto da autorização, com a descrição dos motivos de fato;
- IV - especificação do local e limites da abrangência;
- V - prazo de vigência;
- VI - local, data e hora de emissão; e
- VII - assinatura do órgão autorizador.

Parágrafo Único - A autorização descrita no caput deste Artigo será definida em Portaria expedida pela Secretaria de Administração do município.

Art. 6º. A fiscalização do cumprimento deste Decreto e da Lei nº 781, de 24 de março de 2015, é de responsabilidade da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conforme convênio firmado entre o Município de Macieira e o referido órgão.

Art. 7º. A autoridade policial que flagrar o descumprimento da Lei nº 781, de 24 de março de 2015 e deste Decreto, determinará ao infrator que cesse a conduta, lavrando termo, tomando as medidas penais cabíveis em caso de descumprimento.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, em 03 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

SILVANA G. MAFFIOLETTI  
Secretária de Administração

### decreto 1492

DECRETO Nº.1492 , de 15 de junho de 2015.  
Constitui e nomeia membros da Comissão do Concurso Público nº 01/2015, e dá outras providências.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira - SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão do Concurso Público nº 01/2015, integrada pelos Servidores efetivos:  
Iana Spanholo Abraão CPF 692.396.819-49, Lucila Carmen Serighelli CPF 005.892.079-03 e Ailson Gomes CPF 005.892.169-96 para, sob a presidência do primeiro, supervisionar e acompanhar a execução do concurso público (provas práticas e escritas) destinado ao provimento efetivo de cargos públicos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O concurso será executado pela empresa GEORGE DE ALMEIDA ME, contratada através do Processo Licitatório nº 0006/2015, Contrato Administrativo nº 0014/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 15 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal



# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2015.

FORNECEDOR: SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA

CNPJ: 05.210.259/0006-95

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de peças e mão de obra para revisão dos 10.000 km do veículo Ambulância Peugeot placa OKF – 1859, através da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 1.138,51 (Um mil Cento e Trinta e Oito Reais e Cinquenta e Um Centavos).

Mafra, (SC) 19 de junho de 2015.

ABEL BICHESKI

Prefeito Municipal em Exercício

### NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do FUNREBOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/07/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 22 de junho de 2015.

Abel Bicheski

Prefeito Municipal

Fabiano Mauricio Kalil

Pregoeiro Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA

A Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, Vereadora Marise Valério de Oliveira, informa que tendo em vista a realização de eleição para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Mafra para o exercício de 2016, a realizar-se na sessão ordinária do dia 30 (trinta) de junho de 2015, conforme edital de eleição do dia 16.06.2015, HOMOLOGA a seguinte inscrição:

REGISTRO ÚNICO

CHAPA ("Mafra para frente para o ano legislativo de 2016")

Presidente : Ver. Edenilson Schelbauer

Vice-Presidente : Ver. Eder Gielgen

1ª Secretária : Verª Márcia Cristiane Nassif

2º Secretário : Ver. João Acir Peters Padilha

Assinam como Vereadores apoiadores:

- Antonio Cidral da Costa
- Marise Valério Bráz de Oliveira
- Hebert Gilso Werka
- Vicente de Paulo Bezerra Saliba

Protocolada dia 19 de junho de 2015 às 11hs e 05min.

Mafra, 19 de junho de 2015. (17hs e 10min)

Verª Marise Valério Bráz de Oliveira

Presidente em Exercício

## **ATO DA PRESIDÊNCIA**

### **ATO DA PRESIDÊNCIA**

A Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira, informa que tendo em vista a realização de eleições complementares indiretas para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, a realizar-se em sessão extraordinária no dia 30 (trinta) de junho de 2015, conforme dispõe a Resolução nº 14 de 17 de junho de 2015, HOMOLOGA a seguinte inscrição:

### **REGISTRO ÚNICO**

CHAPA ("Pacto e União por Mafra")

PREFEITO: Wellington Roberto Bielecki - PSD

VICE-PREFEITO: Vicente de Paulo Bezerra Saliba – PDT

Assinam como Vereadores apoiadores:

- Eder Gielgen
- Hebert Gilso Werka
- Erlon Veiga
- João Acir Petters Padilha
- Antonio Cidral da Costa
- Ednilson Schelbauer
- Márcia Cristiane Nassif
- Marise Valério Bráz de Oliveira
- Luis Alfredo Nader

Protocolada dia 19 de junho de 2015 às 16hs e 52min.

Mafra, 22 de junho de 2015. (17hs e 05min)

Verª Marise Valério Bráz de Oliveira

Presidente em Exercício

## **ATO DA PRESIDÊNCIA**

### **ATO DA PRESIDÊNCIA**

A Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, Vereadora Marise Valério de Oliveira, informa que tendo em vista a realização de eleição para o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra para completar o exercício de 2015, a realizar-se na sessão ordinária do dia 30 (trinta) de junho de 2015, conforme edital de eleição do dia 16.06.2015, HOMOLOGA a seguinte inscrição:

### **REGISTRO ÚNICO**

Presidente : Ver. Eder Gielgen

Assinam como Vereadores apoiadores:

- Marise Valério Bráz de Oliveira
- Ednilson Schelbauer
- Antonio Cidral da Costa
- Márcia Cristiane Nassif
- João Acir Petters Padilha
- Vicente de Paulo Bezerra Saliba
- Hebert Gilso Werka

Protocolada dia 19 de junho de 2015 às 10hs e 28min.

Mafra, 19 de junho de 2015. (17hs e 10min)

Verª Marise Valério Bráz de Oliveira

Presidente em Exercício

# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei nº 3.872/2015

LEI Nº 3.872, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referencia o Anexo II - Diagnóstico - elaborado pela equipe técnica com base nos dados divulgados por órgãos oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II - Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, as instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se referem a meta 19 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma dos artigos 212 e 213 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;  
II - promoverá a articulação das conferências municipais de educação com as conferências estaduais e nacionais.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE, do Plano Estadual de Educação - PEE, bem como deste PME e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do distrito federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino do municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei Federal nº 13.005, de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida lei federal, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 22 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## ANEXO I

### METAS E ESTRATÉGIAS

#### META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

#### ESTRATÉGIAS

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Manter, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.3 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.5 Implantar durante a vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, tal como a divulgação dos resultados das avaliações.

1.6 Assegurar e ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016.

1.7 Promover a formação continuada dos profissionais da educação infantil.

1.8 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.9 Garantir o atendimento às populações do campo nas comunidades onde existem os Centros de Educação Infantil, enquanto houver demanda.

1.10 Garantir o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.11 Manter, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil.

1.12 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.13 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.14 Oportunizar o atendimento de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.15 O Município realizará e publicará, periodicamente, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.16 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.17 Implantar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

1.18 Avaliar sempre que necessário o dispositivo da Lei do Sistema Municipal de Ensino (Lei 3840/ 2015), que trata do número de estudantes por turma.

1.19 Manter e ampliar, conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, formas de avaliação e múltiplos registros na Educação Infantil.

## META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

## ESTRATÉGIAS

2.1 Buscar parcerias entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 Implantar estratégias para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental.

2.3 Monitorar o acesso e promover a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda,

bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

2.5 Oferecer tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades.

2.6 Assegurar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.7 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.9 Ofertar o ensino fundamental a todas comunidades tradicionais, incluindo as populações do campo, povos nômades, garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações, quando houver demanda.

2.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.11 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal e regional.

2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

2.13 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.

2.14 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.15 Assegurar a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.16 Assegurar, com o apoio do Ministério da Educação, a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.17 Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, e proporcionem melhorias no processo de Ensino e Aprendizagem, durante a vigência do Plano Municipal.

2.18 Fomentar programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/ano com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores.

2.19 Garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental a partir da aprovação do Plano.

2.20 Garantir a implementação da Proposta Curricular do Município de Maravilha nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.21 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, com recursos oriundos do Ministério da Educação, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.22 Avaliar sempre que necessário o dispositivo da Lei do Sistema Municipal de Ensino (Lei nº 3.840/ 2015), que trata do número de estudantes por turma.

### META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

### ESTRATÉGIAS

3.1 Incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência,



trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo transporte escolar e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Buscar parcerias entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 Oferecer parcerias para garantir acompanhamento ao estudante com defasagem na aprendizagem.

3.5 Colaborar e incentivar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.6 Incentivar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e da educação especial.

3.7 Fortalecer as parcerias para o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma inter setorial.

3.8 Fomentar a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma inter setorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.9 Estimular programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.10 Apoiar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.11 Apoiar formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.12 Incentivar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.13 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.14 Oportunizar convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

3.15 Incentivar as empresas para que estimulem a formação de seus colaboradores.

#### META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### ESTRATÉGIAS

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Assegurar a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conforme a oferta de vagas.

4.4 Disponibilizar o funcionamento e manutenção das salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação técnico especializada.

4.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos artigos 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.

4.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.9 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.10 Apoiar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.11 Colaborar com a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.12 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, professor de Educação Especial (segundo professor de turma), professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.13 Adequar indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.14 Contribuir, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete)anos.

4.15 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.16 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.17 Ofertar atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.18 Assegurar os recursos de tecnologia assistiva e promover serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

**META 5**

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

**ESTRATÉGIAS**

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Estimular a permanência dos professores alfabetizadores nos três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Utilizar os instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças.

5.4 Incentivar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes.

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Implantar, em regime de colaboração, políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e buscar parcerias com Universidades para atuar como agentes da comunidade mediadores da leitura.

5.10 Implantar programas de incentivo à leitura.

**META 6**

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

**ESTRATÉGIAS**

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Atender as escolas do campo, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, através de chamamento público, considerando-se as peculiaridades locais.

6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

6.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.9 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo

integral, conforme legislação específica.

#### META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias previstas para o IDEB.

#### ESTRATÉGIAS

7.1 Implantar, mediante pactuação inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que:

- a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Instituir, em colaboração entre a União e o Estado um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Fomentar processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 (Re) Elaborar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.7 Acompanhar, divulgar e promover a análise, bianualmente, dos resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino.

7.8 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.9 Incentivar o desenvolvimento e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.10 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio com a União e o Estado, com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.11 Incentivar pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.12 Universalizar, em colaboração com a União, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.13 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com a União, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.14 Aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.15 Participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.16 Colaborar com a União e o Estado, na implantação dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem

utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.17 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.18 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.19 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.20 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.21 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.22 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.23 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.24 Fomentar e garantir ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.25 Articular com o sistema nacional e o estadual de avaliação, o sistema municipal de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.26 Fomentar, em regime de colaboração, programa de formação de professores e alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional, estadual, regional e local.

7.27 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB, em consonância com a União e o Estado.

7.28 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

7.29 Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.30 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.31 Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.32 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

#### META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

#### ESTRATÉGIAS

8.1 Estimular programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.



8.2 Apoiar e contribuir com os programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade - série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Apoiar a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e acesso gratuito a esses exames.

8.4 Estimular a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 Promover formas de parcerias ao acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Promover o envolvimento de órgãos governamentais na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7 Incentivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

#### META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### ESTRATÉGIAS

9.1 Apoiar a realização diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.2 Fomentar políticas públicas para a realização de chamadas públicas regulares em parceria com organizações da sociedade civil.

9.3 Envolver-se em ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.4 Contribuir com ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, e saúde, em articulação com a área da saúde.

9.5 Apoiar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando a formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

9.6 Corroborar com mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.7 Buscar parcerias inter setoriais para a promoção de políticas públicas com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

#### META 10

Apoiar as políticas nacionais e estaduais para oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIAS

10.1 Participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Apoiar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos inclusive na modalidade de educação à distância.

10.3 Apoiar de forma inter setorial ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.4 Assegurar transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

10.5 Estimular a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

10.6 Expandir a oferta e envolver-se nas campanhas de matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

#### META 11

Estimular a oferta de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, apoiando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80%



(oitenta por cento) da expansão no segmento público.

#### ESTRATÉGIAS

11.1 Apoiar de forma inter setorial políticas de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Oportunizar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.3 Oportunizar por meio de ações articuladas atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e demanda.

11.4 Apoiar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

11.5 Contribuir para a continuidade dos estudos aos egressos do Programa Brasil/SC Alfabetizada.

11.6 Apoiar a oferta de continuidade da escolarização básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos três turnos.

11.7 Acompanhar através de pesquisas os egressos do curso para verificar o prosseguimento de estudos.

11.8 Ampliar discussões sobre diretrizes curriculares adequadas às particularidades da EJA.

11.9 Fortalecer a concepção da EJA como uma modalidade de ensino.

#### META 12

Apoiar a União e o Estado para a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

#### ESTRATÉGIAS

12.1 Ampliar, com a participação da União e do Estado, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.

12.2 Apoiar iniciativas federais relacionadas à ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.

12.3 Incentivar a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.4 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.5 Articular junto ao sistema Federal e Estadual a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.6 Acompanhar a adoção de políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.7 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal e Estadual.

12.8 Apoiar a implementação, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

12.9 Estimular a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

12.10 Adotar e supervisionar, com a participação da União e do Estado, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública e de estratos

sociais historicamente excluídos.

12.11 Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

12.12 Estimular e fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

12.13 Incentivar a consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

12.14 Articular, com a União e o Estado a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo as especificidades do município.

12.15 Mapear a demanda de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas das ciências, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.16 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.17 Apoiar a consolidação de processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.18 Estimular mecanismos para ocupação de vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública.

12.19 Apoiar a expansão das instituições de educação superior estaduais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica.

12.20 Apoiar o fortalecimento das redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

12.21 Fortalecer programas de apoio financeiro ao transporte de alunos residentes no município matriculados em IES da região.

#### META 13

Apoiar a União e o Estado na elevação da qualidade da educação superior e na ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIAS

13.1 Apoiar em articulação com a União e Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.2 Articular com a União, o Estado e as IES implantadas no município, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.

13.3 Aderir a programas ofertados pela União, o Estado e as IEs implantadas no município, para a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

#### META 14

Estimular, em articulação com a União e o Estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu (mestres e doutores).

#### ESTRATÉGIAS

14.1 Acolher, a partir das IES implantadas no município, a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, promovidos pela União, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância.

14.2 Colaborar, em articulação com a União e com o Estado na efetivação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública.

14.3 Apoiar a ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.

14.4 Colaborar, em parceria com a União e o Estado, na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.5 Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências.

14.6 Estimular o estabelecimento de parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação do Oeste Catarinense, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.7 Apoiar a promoção do intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

14.8 Apoiar pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.

14.9 Incentivar e oportunizar a formação de mestres e doutores.

14.10 Apoiar o aumento qualitativa e quantitativamente do desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.

14.11 Estimular em parceria com a união e estado a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região, bem como a gestão de recursos hídricos.

14.12 Estimular em parceria com a união a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

14.13 Apoiar em parceria com o estado a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos.

14.14 Articular, em parceria com a União e o Estado, a adoção de políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

14.15 Articular em parceria com o Estado a oferta de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.

14.16 Apoiar em articulação com a União e o Estado, financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública e de estratos sociais historicamente excluídos.

14.17 Estimular, em parceria com o Estado, estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade.

14.18 Estimular a articulação, em parceria com o Estado, entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento à todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

14.19 Estimular a articulação, em parceria com o Estado, entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

14.20 Articular com a União e o Estado, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

#### META 15

Incentivar políticas de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, e assegurar periódica participação em cursos de formação continuada.

#### ESTRATÉGIAS

15.1 Cooperar com a União e o Estado através de ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.2 Apoiar e oportunizar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.3 Instituir e consolidar, uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação em Maravilha/SC.

15.4 Apoiar programas específicos de formação, em nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades indígenas, quilombolas, educação especial e, extratos historicamente excluídos.

15.5 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.6 Divulgar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.7 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

15.8 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

15.9 Consolidar política de formação continuada prevista para o Município.

15.10 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.11 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

15.12 Fomentar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

15.13 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

15.14 Apoiar a participação em programa federal ou estadual de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

15.15 Apoiar programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

15.16 Estimular a utilização de portais eletrônicos para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

#### META 16

Incentivar a formação dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

#### ESTRATÉGIAS

16.1 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação em todos os níveis e áreas de conhecimentos.

16.2 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

16.3 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

16.4 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

16.5 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Município, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.

16.6 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino.

16.7 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

16.8 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

#### META 17

Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a existência de plano de carreira, assim como a

sua reestruturação quando necessária, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do art. 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

#### ESTRATÉGIAS

17.1 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação em todos os níveis e áreas de conhecimentos.

17.2 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.3 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.4 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.5 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Município, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.

17.6 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino.

17.7 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

17.8 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

#### META 18

Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino.

#### ESTRATÉGIAS

18.1 Possibilitar através do Sistema Municipal de Educação, respeitando a legislação nacional, a nomeação dos diretores de escola, observando critérios técnicos de mérito, desempenho, bem como efetivo tempo de serviço no magistério municipal, e apresentação de plano de gestão, através da participação da comunidade escolar.

18.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede municipal, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.3 Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico aos Municípios para constituir-lo, com o intuito de:

- a) coordenar a conferência municipal, intermunicipal, regional e estadual, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações;
- b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano e dos planos municipais de educação;
- c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal;
- d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação dos Municípios;
- e) acompanhar, junto a Câmara de Vereadores a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

18.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, Conselho Escolar, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.5 Estimular a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-lhes condições de funcionamento autônomo.

18.6 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

18.7 Incentivar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

18.8 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

18.9 Assegurar os mecanismos e os instrumentos para a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

18.10 Criar e/ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.



18.11 Consolidar e fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo, plural (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

18.12 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante realização de Seminário para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.

18.13 Criar a comissão de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas.

18.14 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolas.

18.15 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola e no Projeto Político Pedagógico.

18.16 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito regional e municipal.

#### META 19

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS

19.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

19.2 Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212, da Constituição Federal.

19.4 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

19.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

19.6 Desenvolver com o apoio da contabilidade do Município, estudos que regulamentam e avaliam os investimentos em todos os níveis, etapas e modalidades.

19.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

19.8 Acompanhar a regulamentação do § 4º, do art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e os Municípios, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

19.9 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

19.10 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do art. 211, da Constituição Federal.

19.11 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no art. 7º, da Lei Federal nº 13.005/2014.



19.12 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Estado e os Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

19.13 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.14 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

19.15 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

19.16 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

## ANEXO II

### DIAGNÓSTICO

### DOCUMENTO BASE

### PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2025

### INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) constituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), uma exigência com periodicidade decenal. A partir do Plano Nacional, cada Estado e todos os municípios deverão elaborar os seus planos.

O Plano Nacional de Educação materializou as propostas educacionais decorrentes dos debates realizados nas CONAEs 2010 e 2014, contemplando as participações nas Escolas, nas Conferências Livres Municipais, Regionais e Estaduais.

A construção de um Plano Municipal de Educação deve ser entendida como a organização de um plano de Estado e não um plano de governo, com aprovação do poder legislativo, evitando desta forma, a descontinuidade que acontece nas mudanças de gestores públicos. Sendo o Plano Municipal transformado em lei, os dirigentes deverão respeitar as propostas estabelecidas, lembrando que foram constituídas pela comunidade escolar e civil.

### 1 FUNDAMENTOS LEGAIS

O Plano Nacional de Educação, resultado de amplos debates nas Conferências de Educação (CONAEs) de 2010 e 2014, foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, cumprindo o Artigo 214, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que confere ao Plano a periodicidade decenal.

São diretrizes norteadoras do Plano Nacional de Educação, conforme a Lei nº 13.005/2014:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL)

O Plano Estadual de Educação- Santa Catarina está disponibilizado em versão preliminar para o decênio 2015-2024. Sua construção aconteceu por meio do trabalho da Secretaria de Estado da Educação, da Fundação Catarinense de Educação Especial e das Gerências de Educação e alinhou as metas do Estado às do Plano Nacional, consolidando o compromisso de mudanças nas políticas educacionais.

Para o trabalho de elaboração do Plano Municipal de Educação foi constituída Comissão Organizadora, por meio do Decreto Municipal nº 153, de 28 de novembro de 2014, com a seguinte composição e representatividade:

-Roseméri B. Rodrigues da Silva - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

-Raquel Rollwagen - Representante do Ensino Fundamental;

-Márcia Estela Campana - Representante da Educação Infantil;

-Lucilene Pertusatti de Lemes - Representante das escolas da Rede Pública Estadual;

-Neide Gaelzer Graiczky - Representante das escolas da Rede Municipal de Ensino;

-Jair Fülber - Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público;

-Dilva Bertoldi Benvenuti - Representante do Ensino Superior;

-Janir Antônio Signor - Representante do Poder Legislativo;  
-Silvana Strapazon - Representante da Educação Especial;  
-Eliane Beduschi - Representante do Setor de Tributação da Prefeitura Municipal;  
-Dirce Müller - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional;  
-Flávia Figueiredo - Representante da Assistência Social;  
-Elci Fenske - Representante do Conselho do FUNDEB;  
-Celestina Magnanti - Representante do Conselho Municipal de Educação;  
-Fabiana Grando - Representante da Secretaria Municipal de Educação;  
-Silvana G. Duarte - Representante da Rede Particular de Ensino.

A Gerência de Educação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha designou um coordenador regional para auxiliar os municípios de sua abrangência na elaboração dos planos municipais. Para tal coordenação foi indicada a professora Veroni Neu Carraro.

O Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo, é atuante em temas pertinentes à educação marvilhense e está instituído no município desde 1993.

Também está constituído nesse município o Fórum de Educação, pelo Decreto nº 028, de 26 de abril de 2013; entre suas principais competências está acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação construiu o diagnóstico para o Plano Municipal de Educação de Maravilha, com o objetivo de conhecer a situação educacional do município. Foram elaboradas as metas e estratégias alinhadas às proposições do Plano Nacional e Plano Estadual, respeitando as peculiaridades locais.

A Comissão Organizadora do Plano promoveu a divulgação dos trabalhos referentes à construção deste, com participação de escolas, entidades organizadas e Poder Legislativo e amplamente divulgada pelos meios de comunicação escrita e falada.

Como referências para a elaboração deste documento foram utilizadas a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei do Sistema Municipal de Ensino (Lei nº 3.840, de 13 de abril de 2015), as orientações do Ministério da Educação (MEC), a Lei do Plano Nacional de Educação (PNE), Estatuto do Magistério Municipal (LC nº 042/ 2011), Plano de Carreira do Magistério Público de Maravilha (LC nº 043/2011 e LC nº 050/2011), os principais indicadores demográficos, socioeconômicos e educacionais, as legislações e publicações oficiais relevantes.

## 2 DIAGNÓSTICO

Maravilha, município do Oeste de Santa Catarina, está localizada entre os cursos dos rios Chapecó e Antas, e compreende uma área de 169,1 km<sup>2</sup>, sendo 22 km<sup>2</sup> de área urbana e 147,1 km<sup>2</sup>.

A colonização de Maravilha aconteceu a partir de 1949, sendo planejada pela Companhia Territorial Sul Brasil. As terras do município de Maravilha pertenciam inicialmente ao município de Chapecó, sendo distrito de Palmitos e em 1952 passou a ser distrito de Cunha Porã. A lei nº 348 de 21 de junho de 1958, alterou a divisão territorial do estado, criando 27 municípios, dentre eles o município de Maravilha. Sua instalação ocorreu oficialmente no dia 27 de julho de 1958, sendo o prefeito provisório o Sr. João Cavalheiro. A extensão territorial compreendia originalmente 314 Km<sup>2</sup>. Já desmembraram-se deste Município: São Miguel da Boa Vista (1992), com 71,4 km<sup>2</sup>, Flor do Sertão (1996), com 58,2 km<sup>2</sup> e Tigrinhos (1996), com 57,2 km<sup>2</sup>.

O nome Maravilha vem de um legado oralmente transmitido, embora com controvérsias. Segundo o historiador marvilhense Francisco Gialdi (2003), conta-se que os caçadores oriundos do estado gaúcho, ao chegarem no alto do morro onde está instalado o Seminário, olhando para a paisagem, e enlevados pela beleza dos pinhais que avistavam, exclamaram: "Que maravilha!". E assim o nome permaneceu.

O relevo de Maravilha oscila de ondulado a fortemente ondulado, não existindo cadeia de montanhas nem lugares escarpados. Maravilha apresenta uma altitude de 606 metros acima do nível do mar, com clima mesotérmico úmido, com as 4 estações bem definidas. A cidade é cortada pelo rio Iracema e seus pequenos lajeados afluentes. Para o fornecimento de água, a CASAN capta água do Rio Jundiá, há 8 km da estação de tratamento. As precipitações pluviométricas são elevadas alcançando 2.200 mm por ano, relativamente uniformes.

Maravilha limita-se ao Norte, com São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos e Bom Jesus do Oeste; ao Sul com Cunha Porã e Iraceminha; ao Leste com Modelo e a Oeste com Flor do Sertão. O município de Maravilha pertence e sedia a Microrregião da AMERIOS (Associação dos Municípios do Entre Rios) e a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) do Governo do Estado de Santa Catarina.

Maravilha é conhecida regionalmente pelo seu cognome: Cidade das Crianças, oficializado pela Lei n. 994, de 22 de agosto de 1984.

### 2.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA-SC

Maravilha é polo regional entre os municípios da Amerios. A população marvilhense em 2010, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) alcançava o número de 22.101 habitantes.

Observando figura 01:

Figura 01: Taxa de crescimento anual por área selecionada: 2000 e 2010-município de Maravilha-SC  
Fonte: MEC/PNE1

Percebe-se a ampliação entre a realização dos últimos dois censos, da taxa de população maravilhense, alcançando 1,78%, sendo superior a do Estado de Santa Catarina que ficou em 1,57%. A estimativa do IBGE para 2014 projetava 23.975 habitantes para o município.

Conforme o censo do IBGE, a população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos cresceu em média 2,45% ao ano, passando de 11.601 habitantes em 2000 para 14.780 em 2010, representando 66,9% da população do município.

Conforme figura 02:

Figura 02: População residente no município de Maravilha-SC por faixa etária: 2000 e 2010

Fonte: MEC/PNE2

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios considera três dimensões: educação, longevidade e renda. Entre 2000 e 2010 o município passou do conceito médio (0,685) para o conceito alto, atingindo 0,781, observado um índice de 9,6% de aumento. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento.

Segundo o IBGE, o PIB (Produto Interno Bruto) municipal cresceu 66,1% entre os anos de 2005 e 2010, chegando a 401,4 milhões, sendo superior ao índice verificado no Estado, que foi de 52,1%. Atualmente o PIB ultrapassa os 565 milhões.

Maravilha se destaca na agropecuária, indústria e comércio. Conforme dados do IBGE 2007 as principais atividades na agricultura eram feijão, milho, soja, trigo e arroz. A citricultura, psicultura e hortaliças foram estimuladas no início da década de 2000. Os dados coletados pela Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE em 2011, apontaram as 5 (cinco) principais culturas do município, divididas entre permanentes e temporárias, conforme gráfico (figura 03):

Figura 03: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município de Maravilha-SC, segundo condição permanente/temporária (toneladas): 2011

Fonte: MEC/PNE3

A indústria iniciou com a exploração da madeira e, com isso surgiram as serrarias nas décadas de 50 e 60. Com o esgotamento das reservas de floresta várias empresas encerraram as atividades, assim outros setores ganharam impulso, como os de gêneros alimentícios e de vestuário.

Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referente a 2011, são 5 (cinco) as principais culturas de rebanho local, indicadas no gráfico (figura 04) abaixo:

Figura 04: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho no município de Maravilha-SC: 2011

Fonte: MEC/PNE4

Se consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, as 5 (cinco) principais atividades econômicas são, conforme figura 05:

Figura 05: Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) do município de Maravilha-SC: 2012

Fonte: MEC/PNE5

O município possuía 894 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 89% dos seus produtores. Em 2012/2013 havia 910 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF).

Maravilha não é um município com grandes pontos turísticos mas encontra-se com destaque o turismo rural, especialmente Campings, ACAMPAZ, e as Cataratas dos Rios Iracema, Jundiá e Araçá. O Museu Municipal Padre Fernando preserva acervos históricos, garantindo a permanência da memória dos fatos importantes. Para estudo, leitura e pesquisa foi criada a Biblioteca Pública Luís Delfino.

A cultura é enaltecida através de grupos de danças, encontros, festas, gastronomia. As culturas alemã, suíça e austríaca são lembradas pelo Centro Cultural 25 de julho. A cultura italiana tem na Associação Cultural Italiana seu pilar na preservação cultural. As tradições gaúchas são preservadas através do trabalho do Centro de Tradições Gaúchas Juca Ruivo.

O Município conta com vários clubes de serviços ou grupos organizados como: Lions Clube Maravilha, Lions Clube Maravilha Oeste, Câmara Júnior, Leo Clube, Rotary Clube, Mader (Movimento Ecológico Amigos do Entre Rios), Rede Feminina de Combate ao Câncer, Clube de Idosos, Assomar (Associação dos Motoristas), entre outros.

Diversas religiões ou grupos religiosos têm representatividade no município através das Igrejas: Católica, Evangélica de Confissão Luterana, Evangélica Luterana, Batista Pioneira, Batista Independente, Batista Nacional, Congregacional do Brasil, Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Brasil para Cristo, Assembleia de Deus, Deus é Amor, Igreja da Graça, Adventista do Sétimo Dia, Igreja de Jesus Cristo dos Santos Últimos Dias (Mórmons), Testemunhas de Jeová, Grupo Espírita, Seicho-no-iê.

Entre os principais eventos do município têm destaque: Rodeio Crioulo/CTG, Encontro de Fanfarras, Natal Maravilha, Caminhada das Lanternas, Festa do Kerb, Feira Comercial e Industrial (FECIMAR), Encontro de Corais, Bailes, Almoços e Jantares, Festas, Festivais, Parada 27 de Julho, festejos juninos, etc.

Em relação os meios de comunicação, o município é servido por dois jornais, O Líder e Novoeste, e por três estações de rádio: Difusora AM, Líder FM e Alternativa FM.

A educação está representada no município através das escolas municipais, estaduais e privadas. A Rede Municipal de Ensino oferece 09 centros de educação infantil e 03 de Educação Básica. A Rede Estadual de Ensino oferece 04 estabelecimentos de Educação Básica. As escolas particulares são representadas por duas escolas e o ensino superior e técnico também apresenta unidades em Maravilha.

## 2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA

Em Maravilha a educação historicamente foi um aspecto importante. Segundo o historiador Gialdi (2003), "a 1ª professora de Maravilha com o nome de Amélia da Silva Oliveira, foi contratada pela Companhia Territorial Sul Brasil, a pedido do Dr. José Leal. Ela dedicou horas e dias de sua vida à instrução dos filhos dos pioneiros desta região."

Pelo Decreto nº 289, de 24 de maio de 1952, o Estado de Santa Catarina instalou a primeira escola do Município. Após várias alterações de nomenclaturas, essa escola hoje, funciona como Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salete. Em 1968 iniciaram as atividades de outra escola estadual, hoje a Escola de Educação Básica João XXIII. Posteriormente foram criadas a Escola de Educação Básica Santa Terezinha e a Escola de Ensino Fundamental Juscelino K. de Oliveira.

As escolas municipais atendiam as crianças no interior, nas escolas isoladas e multisseriadas. Em 1994 iniciou-se a nucleação de algumas escolas no CAIC e atualmente todas as crianças do interior são atendidas na cidade.

A Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - destinou uma seção especial às crianças de 0 a 6 anos. Ainda que continue a ser oferecida em creches (0 a 3 anos) e em pré-escolas (4 a 6 anos), a educação infantil, pelo artigo 29, passou a ser considerada a "primeira etapa da educação básica". Hoje o município oferece essa etapa em 09 centros de educação infantil. Atualmente existe disparidade de vagas e procura, especialmente para berçário e maternal I. A Administração Municipal mantém um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) com o Ministério Público para que gradualmente sejam ofertadas novas vagas, atendendo a todos os interessados.

A Rede Privada está presente no Município e atende em dois educandários.

### 2.2.1 ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### 2.2.1.1 Educação Infantil

Pelas informações colhidas extraoficialmente no Hospital São José, de Maravilha, em 2014 foram registrados 515 nascidos-vivos. Isso indica uma média mensal de 42,9 crianças, consolidando o cognome atribuído à cidade. Para esses novos maravilhenses é necessário constituir espaços educativos.

O acesso à Educação Infantil se consolidou a partir da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que alterou a LDB, e torna obrigatório o ensino de 4 a 17 anos.

A Rede Municipal de Ensino oferece a Educação Infantil em 09 (nove) centros de educação infantil na cidade, sendo eles: CEI Patrícia Roman, CEI Erica Maldaner, CEI Cinderela, CEI Pequeno Príncipe, CEI Branca de Neve, CEI Proinfância Criança Sorriso, CEI Criança Feliz, CEI Sílvia Ebert e CEI Cantinho Feliz. Além desses funcionam também 02 (dois) centros no interior: o CEI Carrossel, na Linha Primavera Alta e o CEI Consoladora, na linha Consoladora.

Os dados do Censo Escolar demonstram o número de matrículas na Educação Infantil por dependência administrativa, conforme Tabela 01:

Tabela 01: Matrículas na Educação Infantil por dependência administrativa no município de Maravilha/SC:

Ano	Dependência administrativa					
	Municipal	Estadual	Particular	Total		
	Creche	Pré-escola	Pré-escola	Creche	Pré-escola	
2011	595	508	0	15	23	1141
2012	679	527	0	21	25	1252
2013	523	620	0	35	37	1215
2014	674	523	0	45	41	1283

Fonte: INEP/Censo Escolar6

O percentual de crianças maravilhenses que frequenta a escola na faixa etária de 04 e 05 anos é superior a observada no país e no Estado, conforme figura 06:

Figura 06: Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC7

Para suprir a grande demanda foram formadas mais 04 (quatro) turmas de educação infantil que estão funcionando em prédio locado temporariamente, sendo compreendido como extensão do CEI Cantinho Feliz. Em 2015 o Município de Maravilha atende 28 turmas de Pré I e Pré II e 78 turmas de berçário, Maternal I, II e III.

O atendimento a crianças de 0 a 3 anos está em defasagem, embora acima dos percentuais verificados no país, conforme figura 07:

Figura 07: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC8

O CEI Sílvia Ebert está em processo de ampliação, e suas dependências abrigarão três novas turmas, atendendo em média 50 novas crianças em 2015.

A Rede Particular de Ensino atende crianças em idade de Educação Infantil nas escolas: DOM Sistema Educacional e Maravilhas do Saber.

A Rede Estadual não oferta turmas de Educação Infantil.

#### 2.2.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é atendido pela Rede Municipal de ensino em 03 (três) escolas: CE Mundo Infantil- CAIC, CE Vereador Raymundo Veit e no CE Monteiro Lobato.

A Rede Estadual de Ensino atende em 04 (quatro) unidades escolares: EEB Nossa Senhora da Salete, EEB João XXIII, EEB Santa Teresinha e EEF Juscelino K. de Oliveira.

Na Rede Particular o ensino fundamental é ofertado nas escolas DOM Sistema Educacional e Colégio Geração Maravilha.

Tabela 02: Matrícula Ensino Fundamental por Dependência Administrativa, no Município de Maravilha/SC

Ano	Dependência administrativa						
	Municipal	Estadual	Particular	Total			
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	
2011	736	454	883	776	61	38	2948
2012	706	452	762	804	75	45	2844
2013	618	443	839	695	65	69	2729
2014	568	408	944	609	77	49	2655

Fonte: INEP/Censo Escolar9

Segundo IBGE, o percentual da população de 06 a 14 anos que frequenta a escola em Maravilha é similar aos verificados na esfera federal, estadual e regional, como se observa na figura 08:

Figura 08: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC10

No entanto, ao avaliar o percentual de pessoas de 16 anos com no mínimo o ensino fundamental concluído, observa-se uma queda nos índices em todos os níveis, conforme a tabela 02:

Tabela 03: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído no município de Maravilha-SC

BRASIL	SUL	SANTA CATARINA	OESTE CATARINENSE	MARAVILHA
66,70%	74,40%	81,50%	71,90%	67,30%

Fonte: MEC/SIMEC11

Em relação aos indicadores de alunos alfabetizados até o 3º ano do ensino fundamental pode-se observar a tabela 04:

Tabela 04: Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental no município de Maravilha-SC

BRASIL	SUL	SANTA CATARINA	OESTE CATARINENSE	MARAVILHA
97,60%	98,90%	98,70%	94,50%	96,50%

Fonte: MEC/SIMEC12

Para atingir a meta de alunos matriculados na idade adequada, é necessário o desenvolvimento de ações para a redução da distorção idade- série, conforme índices abaixo:

Tabela 05: Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Município de Maravilha/SC

Ano	Distorção Idade-Série
2006	6
2007	6
2008	6,8
2009	8,8
2010	11,3
2011	10,6
2012	7,6

2013	6,9
------	-----

Fonte: Observatório PNE13

Tabela 06: Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental no Município de Maravilha/SC

Ano	Distorção Idade-Série
2006	15,9
2007	14,4
2008	16,8
2009	19,6
2010	19,1
2011	20,9
2012	19,5
2013	17,5

Fonte: Observatório PNE14

Os números relativos à aprovação, reprovação e abandono estão expressos nas tabelas a seguir:

Tabela 07: Taxa de Aprovação- Todas as redes / Anos Iniciais Ensino Fundamental do Município de Maravilha/SC

Ano	1ºano	2ºano	3ºano	4ºano	5ºano
2007	99,7	98,2	97,6	93,6	92,9
2008	99,6	92,5	79,2	90,7	91
2009	100	95,9	91,4	100	90
2010	99,7	98,7	90,8	97,8	100
2011	100	100	89,6	96,8	96,6
2012	100	100	90,8	96,6	93
2013	100	100	91,7	96,7	88,1

Fonte: Observatório PNE15

Tabela 08: Taxa de Reprovação dos Anos Iniciais de todas as Redes no Município de Maravilha/SC

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	0	1,8	2,4	6,4	7,1
2008	0	7,5	20,8	9,3	7,8
2009	0	4,1	8,3	0	9,3
2010	0,3	0,7	9	1,9	0
2011	0	0	10,1	2,6	2,5
2012	0	0	9,2	2,7	6,7
2013	0	0	8,3	3,3	11,9

Fonte: Observatório PNE16

Tabela 09: Taxa de Reprovação dos Anos Finais de todas as Redes no Município de Maravilha/SC

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	19,9	15	10,3	6,9
2008	17,8	27,3	19,8	16,1
2009	21,3	23,2	14,7	13,6
2010	8,8	16,7	12,9	10,9
2011	13,5	5,7	12,1	7,1
2012	11,6	18,3	4,7	5,9
2013	18,2	15	37,9	12,8

Fonte: Observatório PNE17

Tabela 10: Taxa de Abandono dos Anos Iniciais de todas as Redes no Município de Maravilha/SC

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	0,3	0	0	0	0
2008	0,4	0	0	0	1,2
2009	0	0	0,3	0	0,7
2010	0	0,6	0,2	0,3	0
2011	0	0	0,3	0,6	0,9
2012	0	0	0	0,7	0,3
2013	0	0	0	0	0

Fonte: Observatório PNE18



Tabela 11: Taxa de Abandono dos Anos Finais de todas as Redes no Município de Maravilha/SC

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	0,2	0	0	0
2008	1,6	1,8	2,2	1,7
2009	0,8	1,5	0,9	2,5
2010	1,6	3,5	2	2,9
2011	15,3	3,7	1,9	2,2
2012	1,5	3,4	2	3,2
2013	0,3	1,3	1,5	2,6

Fonte: Observatório PNE19

Em 2007 foi desenvolvido o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que considera dois itens básicos: o desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de aprovação e médias de desempenho em exames padronizados. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aplica exames como Prova Brasil e Saeb, além de coordenar o Censo Escolar e o IDEB. "As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos." (www.portal.mec.gov.br)

Em Maravilha foram observados os seguintes índices nos últimos anos:

Tabela 12: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Maravilha-SC

Ano	Municipal	Estadual	Pública
2005	4	4,4	4,2
2007	4,9	5,2	5,1
2009	5,1	5,5	5,3
2011	5,9	6,3	6,1
2013	6	6,3	6,2

Fonte: Observatório PNE20

Tabela 13: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Finais do Ensino Fundamental do município de Maravilha-SC

Ano	Municipal	Estadual	Pública
2005	4,2	4,6	4,4
2007	4,1	4,6	4,4
2009	3,7	4,4	4,2
2011	4,1	5	4,4
2013	3,9	4,7	4

Fonte: Observatório PNE21

Tabela 14: Quantidade de escolas que cumpriram as metas do Ideb - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Rede Estadual do Município de Maravilha-SC

Ano	Atingiu a meta	Não atingiu a meta	Sem Nota/Sem Meta
2007	4	0	1
2009	3	1	1
2011	3	0	2

Fonte: Observatório PNE22

Tabela 15: Quantidade de escolas que cumpriram as metas do Ideb - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Rede Municipal do Município de Maravilha-SC

Ano	Atingiu a meta	Não atingiu a meta	Sem Nota/Sem Meta
2007	2	0	1
2009	2	1	0
2011	2	1	0

Fonte: Observatório PNE23

Tabela 16: Quantidade de escolas que cumpriram as metas do Ideb - Anos Finais do Ensino Fundamental - Rede Estadual do município de Maravilha-SC

Ano	Atingiu a meta
2007	2
2009	1
2011	2

Fonte: Observatório PNE24

Tabela 17: Quantidade de escolas que cumpriram as metas do Ideb - Anos Finais do Ensino Fundamental - Rede Municipal do município de Maravilha-SC

Ano	Atingiu a meta
2007	1
2009	0
2011	1

Fonte: Observatório PNE25

Outro instrumento de avaliação da alfabetização é a prova ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), instituída pela Portaria Ministerial nº 482/2013. Esta prova é aplicada nas turmas de 3º ano dos Anos Iniciais, e tem como objetivo avaliar o desempenho em alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática. Cada escola pode acessar os resultados no portal do Ministério da Educação.

#### 2.2.1.3 Ensino Médio

A Rede Municipal de Ensino não atende este segmento de ensino. A Rede Estadual de Ensino oferece em 03 (três) unidades escolares: na EEB Nossa Senhora da Salete, na EEB João XXIII e na EEB Santa Teresinha. A Rede Privada oferece em uma unidade escolar.

A população de 15 a 17 anos é atendida em percentual inferior aos índices dos demais níveis, conforme figura 11:

Figura 09: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC26

A taxa de escolarização líquida nesta etapa da educação na faixa etária de 15 a 17 anos também é inferior aos demais níveis, conforme observado na figura 10:

Figura 10: Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC27

A tabela 18 demonstra a taxa de matrícula no Ensino Médio no município de Maravilha:

Tabela 18: Evolução de matrículas no Ensino Médio no município de Maravilha-SC

Ano	Ensino Médio - Redes		Total
	Estadual	Privada	
2011	899	35	934
2012	893	37	930
2013	909	38	947
2014	988	35	1023

Fonte: INEP/Censo Escolar28

É possível verificar uma sensível evolução no número de alunos matriculados nessa etapa da Educação Básica. Também é possível observar uma diminuição na distorção idade-série nesta etapa, conforme tabela seguinte:

Tabela 19: Distorção Idade-Série no Ensino Médio do município de Maravilha-SC

Ano	Todas as redes
2006	19,8
2007	16,5
2008	16,1
2009	19,6
2010	17,4
2011	14,9
2012	14,7
2013	14,3

Fonte: Observatório PNE29

O Ministério da Educação após realização de avaliações apresenta a nota padronizada (IDEB) para o Ensino Médio, conforme observado a seguir:

Tabela 20: Nota Padronizada (Ideb) - Ensino Médio do município de Maravilha-SC

Ano	Total
2005	5
2007	5,1
2009	5,2
2011	5,4
2013	5,5

Fonte: Observatório PNE30

O MEC também disponibiliza os índices brasileiros do IDEB e a projeção para os próximos anos, conforme as tabelas 21:

Tabela 21: IDEB observado no Brasil

Ano	2005	2007	2009	2011	2013
Ensino Médio	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7

Fonte: INEP31

Tabela 22: Metas Projetadas a nível nacional

Ano	2007	2009	2011	2013	2021
Ensino Médio	3,4	3,5	3,7	3,9	5,2

Fonte: INEP32

Assim, verifica-se que o município de Maravilha apresenta índices superiores ao nacionais nessa etapa da Educação Básica.

## 2.2.2 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

### 2.2.2.1 Educação Especial

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo que envolve todos os segmentos sociais, principalmente a família e a escola. A família é a instância socializadora da criança e a escola a mediadora na apropriação de conhecimentos científicos, segundo a Política de Educação Especial de Santa Catarina (2006, p. 8). A inclusão "traz a diversidade como atributo essencial para o desenvolvimento humano, reconhece o outro como sujeito histórico e social, projeta mudanças de concepções e atitudes."

Em 2006 o Estado de Santa Catarina instituiu a Política de Educação Especial de Santa Catarina cujos fundamentos baseiam-se na cidadania e dignidade da pessoa humana, visando à educação pública, gratuita e de qualidade.

A Rede Municipal e a Rede Estadual são norteados pela Política de Educação Especial de SC, e, por ela, os alunos portadores de necessidades especiais têm direito a acompanhar as turmas regulares nas escolas. O número de matrículas na Rede regular de ensino de alunos portadores de necessidades especiais pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 22: Evolução de matrículas da Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos) no município de Maravilha-SC

Ano	Educação Especial- Redes			
	Municipal	Estadual	Privada	Total
2011	38	29	5	72
2012	41	43	7	91
2013	51	44	5	100
2014	48	45	5	98

Fonte: INEP/Censo Escolar33

A educação especial também é ofertada pela Rede Estadual, através da Escola Especial Marisol e mantida pela APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Em Maravilha a Escola Especial Marisol atende 105 alunos, em 2015, oriundos de Maravilha e municípios vizinhos como São Miguel da Boa Vista, Santa Teresinha do Progresso, Flor do Sertão e Tigrinhos.

Pelo Censo Populacional 2010, o Município atende 100% dos alunos por portadores de necessidades como prova a tabela 20:

Tabela 23: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola no município de Maravilha-SC

BRASIL	SUL	SANTA CATARINA	OESTE CATARINENSE	MARAVILHA
85,80%	85,90%	88,10%	87,00%	100,00%

Fonte: MEC/SIMEC34

A rede estadual oferece em uma unidade escolar regular e na Escola Especial, o serviço de atendimento educacional especializado (SAEDE) que apoia a inclusão dos educandos com deficiência. Este serviço possibilita avanços com significado no processo ensino-aprendizagem desses educandos. Isso significa que os objetivos e os procedimentos são diferenciados do ensino regular.

### 2.2.2.2 Educação De Jovens E Adultos

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina,

"O jovem e o adulto retornam à escola motivados pelas mais diversas razões: o sonho de conquistar melhores salários, a ameaça do desemprego, a necessidade de contribuir mais eficazmente na formação dos filhos, a realização pessoal entre outros, são fatores de peso neste

processo.” (SANTA CATARINA, p. 38, 1998.)

Assim, a Educação de Jovens e Adultos oferece uma nova oportunidade para os cidadãos completarem o Ensino Fundamental e Médio. Essa modalidade de educação é ofertada pela rede estadual e privada no município de Maravilha.

As figuras a seguir apresentam comparativos em nível nacional, estadual e regional para a escolaridade da população:

Figura 11: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC35

Figura 12: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural do município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC36

Figura 13: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC37

Figura 14: Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC38

É preciso apoiar políticas públicas e outras parcerias a fim de continuar melhorando as condições de acesso e alfabetização de todos os maravilhenses.

O Município apresenta uma taxa de alfabetização semelhante às demais esferas para a população de 15 anos ou mais, conforme a figura 15:

Figura 15: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC39

A taxa de analfabetismo registrada no município é de 4,9% pelo Censo 201040. Ao considerar os índices de analfabetismo funcional para a mesma abrangência de população, os índices maravilhenses são inferiores aos verificados no Estado e país, como segue na figura 16:

Figura 16: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC41

A Rede Estadual de Ensino oferta a Educação de Jovens e Adultos através do CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos). A tabela abaixo demonstra a evolução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos últimos quatro anos:

Tabela 24: Matrículas na Educação de Jovens e Adultos no município de Maravilha-SC, da Rede Estadual

Ano	EJA Presencial	EJA Semi Presencial		
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2011	169	265	0	0
2012	38	40	108	194
2013	99	152	0	0
2014	68	142	0	0

Fonte: INEP/Senso Escolar42

A rede privada ofertou em 2013 a Educação de Jovens e Adultos de forma semi-presencial, atendendo 12 alunos no Ensino Fundamental e 20 no Ensino Médio, e respectivamente 02 e 25 em 2014, segundo dados do Censo Escolar/INEP.

O município participa do Programa Brasil Alfabetizado, programa de alfabetização de jovens a partir de 15 anos, adultos e idosos, com objetivo de promover a superação do analfabetismo e contribuir para a continuidade dos alfabetizados nos estudos.

Tabela 25: Alunos beneficiados com o Programa Brasil Alfabetizado no município de Maravilha-SC

Mês	Estadual
	Alfabetizando(s)
Dezembro/2008	49
Outubro/2009	28
Setembro/2010	25
Fevereiro/2012	41
Março/2013	60
Abril/2014	93
Julho/2014	18

Total Geral	314
-------------	-----

Fonte: Painei MEC43

### 2.2.2.3 Educação Profissional E Tecnológica

Pelo Decreto Federal nº 5.154, de 2004, a Educação Profissional Técnica de nível médio será desenvolvida de forma: Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental; Concomitante, somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando Ensino Médio; e Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

A tabela 26 indica o número de matrículas de nível técnico na rede estadual e na privada:

Tabela 26: Matrículas na Educação Profissional- nível técnico, no município de Maravilha-SC

Ano	Educação Profissional -nível técnico	
	Rede Estadual	Rede Privada
2011	28	98
2012	13	106
2013	12	66
2014	5	89

Fonte: INEP/Sendo Escolar44

Essa modalidade de ensino é ofertada pela Rede Estadual de Ensino e pela Rede Privada e fomentada pelo Município através de parcerias com o Poder Público ou a Sociedade Civil, através dos programas gerenciados principalmente pela Secretaria da Assistência Social.

Segundo informações da Secretaria da Assistência Social de Maravilha, esta pasta, por meio do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, oferece diversos cursos profissionalizantes, e atendeu em 2014 cerca de 750 pessoas, inclusive estendendo a cidadãos de municípios vizinhos. Os alunos que fazem cursos pelo PRONATEC recebem auxílio financeiro para alimentação e transporte até os locais das aulas. Os alunos que estão no Programa SENAC de Gratuidade não recebem auxílio financeiro, pois esta é uma parceria entre município e instituição.

O município de Maravilha auxilia com transporte os alunos que necessitam deslocar-se a outros municípios para complementar as atividades do curso. Também tem parcerias com: SEST SENAT de Chapecó; SENAI de Maravilha e São Miguel do Oeste; SENAC de São Miguel do Oeste; e Instituto Federal de São Miguel do Oeste.

Pode-se constatar a preocupação em capacitar profissionais que possam ser transformadores da realidade em que vivem, sendo inovadores e comprometidos no contexto social, político e cultural.

### 2.2.2.4 Educação Escolar Do Campo

O município de Maravilha não contempla escolas no campo. As escolas multisseriadas foram nucleadas gradualmente na sede. Atualmente há duas turmas de Educação Infantil atendidas em prédios nas comunidades do interior, sendo na Linha Primavera Alta (12 alunos) e na Linha Consoladora (11 alunos). No entanto, o planejamento, a alimentação escolar, o acesso ao transporte, a participação nas atividades e programações, é a mesma que os centros de educação infantil da cidade, respeitando as peculiaridades.

Os alunos são transportados para a cidade, pelo convênio entre Município, Estado e União através do PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar).

O Município de Maravilha, através da Secretaria da Agricultura, auxilia financeiramente os jovens que frequentam cursos técnico - agropecuária (casa familiar) ou escolas agrícolas com um valor (ajuda de custo) anual, principalmente em cidades próximas.

### 2.2.3 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Rede Municipal de Ensino oferece educação em tempo integral somente nos Centros de Educação Infantil. Em 2015 atende 850 crianças de 04 meses a 03 anos, oferecendo seis refeições.

A Rede Estadual de Ensino oferece educação em tempo integral nos Anos Iniciais, na EEF Juscelino K. de Oliveira.

No ensino médio essa modalidade é oferecida pela EEB Nossa Senhora da Salette, através do EMI (Ensino Médio Inovador). O Ensino Médio Inovador tem o objetivo de estimular as redes estaduais de educação a pensar novas estratégias que diversifiquem os currículos, observando os eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, que norteiam as discussões atuais para o ensino médio.

O Ministério da Educação instituiu em 2010 o Programa Mais Educação que objetiva a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas que fazem adesão desenvolvem atividades diferenciadas relativas a educação ambiental, tecnologias, cultura e artes, esportes, direitos humanos, entre outros, com acompanhamento pedagógico.

Tabela 27: Escolas do município de Maravilha que participam do Programa Mais Educação

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual
2011	1	0

2013	1	1
2014	1	1

Fonte: MEC/SIMEC45

Observados os percentuais nacionais e estaduais, Maravilha aparece com 83,3% das escolas com atendimento integral, conforme os gráficos da figura 17:

Figura 17: Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC46

No entanto, ao medir o percentual de alunos que permanecem nas escolas, o percentual diminui drasticamente, de acordo com a figura 18:

Figura 18: Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares no município de Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC47

É perceptível que Maravilha precisa avançar no que diz respeito ao número de alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares.

## 2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Pelo Censo da Educação Superior 201248 o percentual de pessoas frequentando este nível de ensino representa quase 30% da população brasileira, e aponta que em torno de 15% destes está teoricamente na idade adequada para cursar o ensino superior. O aumento de matrículas vem aumentando nos últimos 10 anos, o que representa um avanço para a sociedade brasileira.

O ensino superior no Brasil apresentou aumento no número de instituições, segundo a Organização Acadêmica:

Tabela 28: Evolução do número de instituições de Educação Superior, segundo categoria administrativa, no Brasil (2009 a 2012)

Fonte: INEP49

O ensino superior é garantido em Maravilha através de 03 (três) instituições privadas, que oferecem cursos de graduação e pós-graduação. Segundo as informações colhidas nessas instituições somam-se mais de 55 especialistas, além de 32 mestres e 10 doutores atuando junto a mais de 2000 alunos, oriundos de Maravilha e municípios vizinhos.

Assim como o município de Maravilha recebe alunos de outras localidades, muitos maravilhenses também procuram em outros municípios cursos oferecidos na educação superior. Os acadêmicos que fazem parte da Associação dos Acadêmicos de Maravilha recebem um auxílio transporte repassado mensalmente para a Associação, que em 2015 tem cadastrado 342 estudantes.

## 2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Entre as características da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) estão a valorização dos profissionais de educação e a garantia do padrão de qualidade,

Segundo o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (versão preliminar):

As leis estaduais que dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes e legislações nacionais, são: Lei nº 6.884/1986 - Estatuto do Magistério; Lei Complementar nº 1139/1992 - Plano de Cargos e Salários; Lei Complementar nº 457/2009 - Altera o Progresso Funcional; Lei Federal nº 11.738/2008 - Institui o Piso Nacional para os profissionais do Magistério; Lei Complementar nº 455/2009 - Complemento ao Piso Nacional; Lei Complementar nº 539/2011 - Garante o pagamento do Piso Salarial para os profissionais do magistério; Decreto nº 602/2007 - Avaliação Especial de Desempenho; Decreto nº 915/2012 - Institui Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. (SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação (versão preliminar), 2014.)

Dessa forma cada rede (Estadual e Municipal) é regida por sistema próprio.

O Art. 80 da Lei do Sistema enfatiza a valorização dos profissionais da educação nos seguintes princípios:

- I - valorização em decorrência de sua importância para a formação do cidadão e o respeito à cidadania;
  - II - valorização decorrente da titulação ou habilitação e da avaliação de seu desempenho;
  - III - acesso ao aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
  - IV - períodos reservados a estudos, planejamento e avaliação, incluídos na carga horária de trabalho;
  - V - condições de trabalho;
  - VI - liberdade de opinião de ideias, de cultura religiosa e de convicções políticas e ideológicas;
  - VII - remuneração condigna e justa para o seu bom desempenho profissional.
- (MARAVILHA, Lei do Sistema, 2015)

O Magistério Público Municipal está amparado pelo Estatuto do Magistério (LC n.042/2011), e pelo Plano de Carreira do Magistério Público de Maravilha (LC n. 043/2011 e LC n.050/2011). O Município de Maravilha atende a Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei Federal nº.



11.738, de 16 de julho de 2008). Entre os avanços da carreira estão progressões horizontais por aperfeiçoamento e por desempenho e progressão vertical. Estão garantidas em lei ainda: adicional por tempo de serviço, hora-atividade, regência de classe, aulas excedentes, alterações temporárias/transitórias ou definitivas e remoção. O pagamento do Piso Nacional do Magistério também é previsto no mesmo Plano, pelo art. 53 parágrafo único.

Atualmente os valores iniciais para cada nível de escolaridade na Rede Municipal de Ensino para 40 horas semanais segue a tabela abaixo:

Tabela 29: Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público da Rede Municipal de Ensino do Município de Maravilha-SC

	Magistério	Graduação	Pós-graduação	Mestrado	Doutorado
Rede Municipal	R\$ 1.917,78	R\$ 2.684,89	R\$ 3.068,44	R\$ 3.452,00	R\$ 3.835,56

A formação inicial dos profissionais dar-se-á em cursos específicos, conforme o nível de ensino. Preferencialmente os professores devem ser habilitados na área de atuação. Não havendo profissionais suficientes são contratados não-habilitados, observando classificação nos testes seletivos e a legislação vigente (Lei 3.694/2013).

Tabela 30: Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior no município de Maravilha-SC

Ano	Com superior	Sem licenciatura	Com licenciatura			
2007	92,5%	233	3,2%	8	89,3%	225
2008	89,8%	220	1,2%	3	88,6%	217
2009	80,8%	211	2,3%	6	78,5%	205
2010	87%	240	5,1%	14	81,9%	226
2011	87,2%	252	8%	23	79,2%	229
2012	88,7%	290	7%	23	81,7%	267
2013	84,5%	290	3,8%	13	80,8%	277

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: Observatório MEC50

Tabela 31: Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam, no município de Maravilha-SC

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua				
2009	100%	109	85,3%	93	56%	61	29,4%	32
2010	100%	118	83,1%	98	59,3%	70	33,9%	40
2011	100%	134	100%	134	92,5%	124	45,5%	61
2012	100%	150	99,3%	149	78,7%	118	45,3%	68
2013	100%	162	95,7%	155	84,0%	136	37,0%	60

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: Observatório MEC51

Tabela 32: Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua				
2009	100%	62	96,8%	60	67,7%	42	46,8%	29
2010	100%	64	98,4%	63	71,9%	46	51,6%	33
2011	100%	93	100%	93	95,7%	89	57%	53
2012	100%	97	99%	96	91,8%	89	56,7%	55
2013	100%	107	100%	107	91,6%	98	47,7%	51

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: Observatório MEC52

A Secretaria Municipal de Educação promoveu concurso público em 2014, oportunizando o ingresso no Magistério a mais de quarenta novos profissionais. Atualmente a grande maioria dos professores é habilitado na área de atuação, com graduação e pós-graduação.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica (2013), o percentual de professores com pós graduação lato ou stricto sensu é superior aos verificados no estado e país. Os índices estão descritos na figura 19:

Figura 19: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu em Maravilha-SC

Fonte: MEC/SIMEC53

Aos profissionais da Rede Municipal, a Secretaria Municipal de Educação deverá ofertar no mínimo quarenta horas anuais de cursos ou eventos com fins educacionais.

O município também aderiu ao Programa Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PNAIC) que objetiva formar educadores criativos para tentar resolver os problemas enfrentados pelas crianças em processo de alfabetização.

## 2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Conforme a Lei nº 3.840, de 13 de abril de 2015, que trata da Lei do Sistema Municipal de Educação, para uma gestão democrática plena, a participação da comunidade escolar é fundamental. Assim, assegura-se a cidadania e a autonomia da escola pública. Da mesma forma são atendidas as peculiaridades e respeitadas as diferenças.

O Sistema citado promove a participação dos profissionais da educação, dos pais e alunos na construção do Plano Político Pedagógico das escolas e nos conselhos escolares ou equivalentes. Também fomenta a progressiva autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. O Executivo deverá providenciar a descentralização do orçamento, visando alcançar as unidades escolares na proporção dos alunos matriculados com frequência comprovada.

O Sistema Municipal de Ensino prevê a indicação dos diretores escolares pelo Poder Público, com participação da comunidade escolar, considerando os seguintes critérios:

- a) ser membro efetivo estável do corpo docente da rede municipal de ensino;
  - b) ter formação em curso de licenciatura plena, nível superior;
  - c) participar dos mecanismos, instrumentos e processo de aperfeiçoamento profissional do pessoal do Magistério Público Municipal;
  - d) seguir as diretrizes para o trabalho coletivo e as atribuições dos trabalhadores da instituição;
  - e) participar dos processos de avaliação da aprendizagem dos educandos e do desempenho dos trabalhadores e das instituições da Rede Municipal de Ensino.
- (MARAVILHA, Lei do Sistema Municipal de Ensino, 2015.)

Para a escolha de direções, a Rede Municipal tem prazo de no máximo dois anos a partir da aprovação da Lei para o início do exercício dos escolhidos.

Atualmente as direções das escolas municipais são ocupadas por profissionais efetivos na Rede indicadas pelo Poder Executivo. Na Rede Estadual os candidatos a gestores precisam elaborar um Plano de Gestão Escolar, que representará o compromisso do Diretor com a escola e com a Secretaria de Estado da Educação – SED, e sendo embasado no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola e na Proposta Curricular de Santa Catarina. A comunidade escolar escolhe um Plano de Gestão, por meio de votação. Os indivíduos aptos a votar estão especificados no Art. 9 da Portaria N.01/SED de 22 de janeiro de 2014.

Todas as escolas do Município possuem suas APPs (Associação de Pais e Professores) e além deste grupo várias escolas tem constituído o Conselho Deliberativo e o Grêmio Estudantil.

A Rede Municipal de Ensino tem o acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal de Educação, do Conselho do Fundeb e do Conselho da Alimentação Escolar.

O Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 1.920/1993, é órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo da educação municipal.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB foi criado pela Lei nº 3.301, de 18 de abril de 2008, com o objetivo principal de acompanhar e controlar a aplicação dos recursos deste fundo.

O Conselho de Alimentação Escolar foi criado inicialmente em 1994 (Lei nº 2036), e entre suas competências está acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar.

## 2.6 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988, os Municípios tiveram assegurada sua autonomia com o estabelecimento de atribuições e competências, dentre as quais se inclui a de manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, Programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. Educação Infantil é função própria dos Municípios, oferecida em creches e pré - escolas. O Ensino Fundamental é competência de Estados e Municípios, em um sistema de responsabilidade compartilhada.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelo Decreto nº 6.253/2007 (com as alterações do Decreto nº 6.278, de 29/11/2007). Sua implantação se deu em 1º de janeiro de 2007, por meio da Medida Provisória nº 339, de 28/12/2006.

O Fundo é composto, basicamente, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados constitucionalmente e por parcela de recursos federais a título de complementação financeira da União.

### 2.6.1 Receitas vinculadas

O Município deve aplicar, no mínimo, 25% da receita de impostos e transferências previsto no art. 212, da Constituição Federal/88 e artigos 70 e 71 da LDB - Lei nº 9.394/96, que tratam do MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Constituem Impostos Próprios:

- IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana;
- ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens "intervivos";
- ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte.

#### 2.6.2 Transferências da União

Cota-Parte IOF Ouro

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

Base de Cálculo do FUNDEB

20% - FUNDEB + 5% - Outras Despesas em MDE (mínimo)

Desoneração ICMS (LC 87/1996)

Cota-Parte IPI Exportação (25%)

Cota-Parte ITR – Imposto Territorial Rural (50%)

#### 2.6.3 Transferências do Estado

Cota-Parte ICMS (25%)

Cota-Parte IPVA (50%)

As escolas da Rede Municipal de Ensino de Maravilha recebem um repasse financeiro bimestral, calculado sobre o número de alunos de cada escola. Este repasse é garantido pelas Leis Municipais 3.061/2005 e 2.940/2004 e é destinado à manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, e para aquisição de materiais de consumo necessário para o funcionamento das escolas, tais como, materiais de limpeza, materiais de expediente e didático. O recurso é repassado às APPs, que precisam prestar contas da aplicação do mesmo, sob pena de perder os recursos nos meses subsequentes.

Os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal. A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme Art. 211 da Constituição Federal.

#### 2.6.4 A utilização dos recursos

Os recursos do FUNDEB devem ser empregados em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino da Educação Básica pública, conforme disposto no Art. 70 da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Na aplicação dos recursos deve ser assegurada uma parcela mínima de 60% destinada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício, e o máximo de 40% em outras ações de MDE, observando os artigos 70 e 71 da LDB.

A própria Lei nº 11.494/2007 define quem são os profissionais do magistério, conforme estabelece o art. 22, inciso II: os docentes e os profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

Para utilização da parcela de até 40% do Fundo, é obrigatório que pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB tenham sido destinados à remuneração do magistério. O que sobra do total de recursos deve ser gasto em ações consideradas como de MDE, exclusivamente, nas áreas de atuação prioritária, conforme determina o Art. 211 da CF/1988, alterada pela Emenda Constitucional (EC) nº 14/1996.

Outros recursos destinados ao financiamento da educação, segundo a LDB (art. 68), além da parcela dos impostos e das transferências constitucionais vinculadas ao ensino são os recursos públicos originários de:

- receita do salário educação e outras transferências;
- receita de incentivos fiscais;
- outros recursos previstos em lei.

#### 2.6.5 Recursos 2012 a 2014 de Maravilha-SC

ANO: 2012

Recursos Recebidos FUNDEB - R\$ 6.345.427,37

Despesas Realizadas – R\$ 6.315.561,27

Pagamento de Profissionais do Magistério:

Ensino Fundamental R\$ 2.800.000,00

Ensino Infantil: R\$ 3.084.008,94

Outras Despesas:

Ensino Fundamental R\$ 282.561,26

Ensino Infantil: R\$ 148.991,07

Percentual:

Remuneração do magistério: 92,73%

Demais despesas de Manutenção: 6,80%

Recursos Vinculados ao FNDE

PDDE – R\$ 884,60

Alimentação – R\$ 217.176,00

PNATE – 80.052,97

Salário Educação - R\$ 607.870,19

Fonte: FNDE54

ANO: 2013

Recursos Recebidos FUNDEB - R\$ 7.464.782,70

Despesas Realizadas – R\$ 7.091.875,10  
Pagamento de Profissionais do Magistério:  
Ensino Fundamental R\$ 3.414.200,66  
Ensino Infantil: R\$ 3.319.539,34  
Outras Despesas:

Ensino Fundamental R\$ 126.000,00  
Ensino Infantil: R\$ 232.135,10

Percentual:  
Remuneração do magistério: 90,21%  
Demais despesas de Manutenção: 4,80%

Recursos Vinculados ao FNDE  
PDDE – R\$ 111,26  
Alimentação – R\$ 228.438,00  
PNATE – R\$ 43.448,68  
Salário Educação - R\$ 806.995,10  
Fonte: FNDE55

ANO: 2014

Recursos Recebidos FUNDEB - R\$ 7.841.729,15

Despesas Realizadas – R\$ 7.446.680,68  
Pagamento de Profissionais do Magistério:  
Ensino Fundamental R\$ 3.993.449,64  
Ensino Infantil: R\$ 3.302.608,14  
Outras Despesas:  
Ensino Fundamental R\$ 26.395,57  
Ensino Infantil: R\$ 124.227,33

Percentual:  
Remuneração do magistério: 93,04%  
Demais despesas de Manutenção: 1,92%

Recursos Vinculados ao FNDE  
PDDE – R\$ 111,26  
Alimentação – R\$ 255.548,00  
PNATE – R\$ 50.288,21  
Salário Educação - R\$ 811.780,20  
Previsão FUNDEB para 2015: R\$ 8.086.845,93  
Fonte: FNDE56

#### LISTA DE SIGLAS:

AM- Amplitude Modulada  
AMERIOS- Associação dos Municípios do Entre Rios  
ANA -Avaliação Nacional de Alfabetização  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APP- Associação de Pais e Professores  
CAIC- Centro de Apoio Integral à Criança  
CASAN- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
CE- Centro Educacional  
CEI- Centro de Educação Infantil  
CEJA- Centro de Educação de Jovens e Adultos  
CONAE- Conferência Nacional de Educação  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CTG- Centro de Tradições Gaúchas  
EC- Emenda Constitucional  
EEB- Escola de Educação Básica  
EEF- Escola de Ensino Fundamental  
EMI- Ensino Médio Inovador

FECIMAR- Feira Comercial e Industrial de Maravilha  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
FM- Frequência Modulada  
FUNDEB- Fundo para Desenvolvimento da Educação Básica  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano  
IES – Instituições de Ensino Superior  
ICT- Instituições Científicas e Tecnológicas  
IOF- Imposto sobre Operações Financeiras  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados  
ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza  
ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens “intervivos”  
LC- Lei Complementar  
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino  
MEC- Ministério da Educação  
PAR- Plano de Ações Articuladas  
PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola  
PIB- Produto Interno Bruto  
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATE- Programa Nacional Transporte Escolar  
PNE- Plano Nacional de Educação  
PME- Plano Municipal de Educação  
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
SAEDE - Serviço de Atendimento Educacional Especializado  
SC- Santa Catarina  
SDR- Secretaria de Desenvolvimento Regional  
SENAC – O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte  
SEST- Serviço Social do Transporte  
TAC- Termo de Ajuste de Conduta  
UNOESC- Universidade do Oeste de Santa Catarina  
UNOPAR- Universidade Norte do Paraná

#### REFERÊNCIAS

- 1 [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=subsidios\\_paa\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal)
- 2 [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=subsidios\\_paa\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal)
- 3 [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=subsidios\\_paa\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal)
- 4 Idem 3.
- 5 [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=subsidios\\_paa\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal)
- 6 <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>
- 7 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 8 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 9 <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>
- 10 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 11 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 12 Idem 11.
- 13 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/2-ensino-fundamental/dossie-localidades>
- 14 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/2-ensino-fundamental/dossie-localidades>
- 15 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/dossie-localidades>

- 16 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/dossie-localidades>
- 17 Idem 16.
- 18 Idem 16.
- 19 Idem 16.
- 20 Idem 16.
- 21 Idem 16.
- 22 Idem 16.
- 23 Idem 16.
- 24 Idem 16.
- 25 Idem 16.
- 26 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 27 Idem 25.
- 28 <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>
- 29 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>
- 30 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/dossie-localidades>
- 31 <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>
- 32 <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>
- 33 <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>
- 34 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 35 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 36 Idem 34.
- 37 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 38 Idem 36.
- 39 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 40 <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfsc.def>
- 41 Idem 38.
- 42 <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>
- 43 <http://painel.mec.gov.br>
- 44 <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>
- 45 <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/4210506>
- 46 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 47 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- 48 [http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf)
- 49 [http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf)
- 50 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores/dossie-localidades>



51 Idem 49.

52 <http://www.observatoriopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores/dossie-localidades>

53 <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

54 [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)

55 Idem 54.

56 Idem 53.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Congresso Nacional, 2014.

GIALDI, Francisco. Maravilha: sua terra, sua gente, sua história. 2.ed. Porto Alegre: EST Editora, 2003.

Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421050&search=santa-catarina|maravilha>. Acesso em 25/02/2015.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/infograficos/2013/07/29/idh-dos-municipios.htm>. Acesso em 23/03/2015.

Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=subsidios\\_paa\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal). Acesso em 20/03/2015.

Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>. Acesso em 23/03/2015.

Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacaosc-versao-preliminar>. Acesso em 30/03/2015.

Disponível em: [http://sistemas.mda.gov.br/encontro\\_prefeitos/](http://sistemas.mda.gov.br/encontro_prefeitos/) Acesso em 30/03/2015.

Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacaosc-versao-preliminar> Acesso em 25/04/2015.

MARAVILHA. Lei nº. 2.940, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre repasse de recursos financeiros às APPs das Escolas Municipais da rede Municipal. Maravilha, 2004.

\_\_\_\_. Lei nº. 3.061, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre repasse de recursos financeiros às APPs dos Centros de Educação Infantil da rede Municipal. Maravilha, 2005.

\_\_\_\_. Lei nº. 3.840, de 13 de abril de 2015. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino. Maravilha, 2015.

SANTA CATARINA. Portaria N.01/SED de 22 de janeiro de 2014. Regulamenta o processo de seleção dos Planos de Gestão das Unidades Escolares da Educação Básica e Profissional da rede estadual de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, e o exercício da função de diretor de escola. Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina. São José: FCEE, 2006.

\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Temas Multidisciplinares. São José: FCEE, 1998.

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 052/2015

DECRETO n.º 052/2015

TRATA DA NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO "PREGÃO".

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1.º Sem ônus para o Município, a Senhora JAQUELINE MARTINS WALNIER como Pregoeira, e os senhores ADAIR PASINI e REMIO MORAES DE SOUZA para constituírem a Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2.º Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 054/2014, de 24 de junho de 2014.

Meleiro/SC, 22 de junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### DECRETO Nº 053/2015

DECRETO n.º 053/2015

ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES - CJL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1.º Sem ônus para o Município, a Senhora SANDRA SIMON PEREIRA, ANELISE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO E MOISÉS TOMAZI para sobre a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES - CJL, em caráter permanente para abertura e julgamento das propostas, objeto de licitações e julgamento de pedidos de cadastros e fornecedores, expedidos pela Administração Municipal e seus Fundos.

Artigo 2.º Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Artigo 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4.º Revoga-se o Decreto n.º 055/2014, de 24 de junho de 2014 e demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 22 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 098/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação de prazo)

Contrato nº. 098/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de obra e serviço de engenharia na execução de uma cobertura em estrutura metálica no Complexo Esportivo Baixada da Glória com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilha orçamentária e projeto básico em anexo.

Vigência Início: 24/06/2015 Término: 20/12/2015

Data da assinatura: 26 de maio de 2015.

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº327/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 327/2015 – Modalidade Tomada de Preços n. 002/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 002/2015, para EXECUÇÃO DA OBRA DE PASSEIO PÚBLICO, COM ÁREA TOTAL DE 199,11 M², LOCALIZADO EM FRENTE AO CENTRO ADMINISTRATIVO - RUA DO COMÉRCIO - QUADRA 31, LOTE 74, MODELO, CONFORME DISCRIMINADO NO ANEXO I DESTE EDITAL, DEVENDO SER EXECUTADOS E FORNECIDOS CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 09/07/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 22 de Junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0170/2015

Decreto nº 170/2015 de 19/06/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 241/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

‘Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 241/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, PARA DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS DO DMER DO MUNICÍPIO DE MODELO, adjudicado a favor da empres:

Empresa	Valor Total Homologado
THEISEN DETONAÇÕES LTDA ME	85.800,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 19 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### DECRETO Nº 0172/2015

DECRETO Nº. 172/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ALIENAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTES, POR INVESTIDURA, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 817/2009, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1858/2009, DE 28/10/2009, ADJUDICA O OBJETO AOS ADQUIRENTES, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 1858/2009 de 20.09.2012 e da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a previsão de servidão municipal e a alienação de parte dos imóveis, sendo do Lote Urbano nº 2 e Parte “B” lotes 3 e 4, da quadra 47 no loteamento Muxfeld, conforme Concorrência Pública n. 002/2009, Processo 817/2009;

Considerando que decorreu deste processo de alienação, áreas remanescentes de 90 m2 de cada terreno, respectivamente;

Considerando EM ESPECIAL FUNDAMENTADO NO ARTIGO 17 DESTA LEI que dispõe:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

- quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos(grifo nosso):

.....

d) investidura;

§ 3o Entende-se por investidura, para os fins desta lei

I - a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea "a" do inciso II do art. 23 desta lei; (grifo nosso)

Considerando a justificativa de que as áreas são remanescentes e os proprietários adquirentes são lindeiros aos imóveis, e que as áreas não são passíveis de novo lote urbano e assim inaproveitável isoladamente,

Considerando que as áreas propiciam melhoria para o desenvolvimento habitacional e de habitabilidade,

Considerando que a Lei Municipal 1858/2009, autorizou a alienação, realizada a licitação, precedida de previa avaliação e que nos termos deste Decreto Justificada a dispensa de licitação, através da investidura, sendo áreas remanescentes conforme acima especificado;

Considerando a avaliação da Comissão Municipal 22.06.2015 e que atende as disposições da Lei Municipal 1858/2009 e a lei 8666/93 com suas alterações para investidura,

Considerando as disposições de regularização fundiária, do lar Legal, de programas habitacionais para promoção do desenvolvimento e bem estar social,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada e homologada a alienação de áreas remanescentes, nos termos da Lei Municipal nº 1858/2009, em especial com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 17, letra "d" e § 3 inciso I, nos termos do Processo Licitatório nº 817/2009, Modalidade Alienação de Bens, de conformidade com memorial descritivo, mapa e justificativa, parte integrante do presente Decreto, conforme abaixo especificado:

1. Área remanescente: parte lote urbano - Parte "B" dos lotes urbanos nº 3 e 4 da quadra 47 – loteamento Muxfeldt :

NOME ÁREA VALOR R\$

GRAZIANE FRIGO HASLINGER 90,00 M2 1.800,00

2. Área remanescente: parte lote urbano nº 2 - quadra 47 – loteamento Muxfeldt :

NOME: ÁREA VALOR R\$

CLAIR TEREZINHA FLORES 90,00 M2 1.800,00

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto Alienação de Áreas de Terrenos do Loteamento Muxfeldt, de Propriedade do Município de Modelo, nos termos deste Decreto, em favor de;

NOME ÁREA VALOR R\$

GRAZIANE FRIGO HASLINGER 90,00 M2 1.800,00 – Parte Lote Urbano , parte "B" dos lotes urbanos nº 3 e 4 da quadra 47, no Loteamento Muxfeldt de Modelo SC

CLAIR TEREZINHA FLORES 90,00 M2 1.800,00 - Parte Lote Urbano nº 2 da quadra 47, no Loteamento Muxfeldt de Modelo SC.

Art. 3º - Fica autorizado o pagamento, do valor dos imóveis de que trata o artigo 1º deste Decreto, em até 6 parcelas mensais e sucessivas, com pagamento da primeira parcela até 20 de julho de 2015.

Parágrafo Único – Fica autorizado a concessão de 10% (dez) por cento, do valor dos imóveis, para pagamento a vista, com vencimento até o dia 20 de julho de 2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 22 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

**EXTRATO DE CONTRATO 11/2015**

Extrato de Contrato nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 918/2014

Contrato n. 11/2015

Contratada: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA

Valor: R\$ 8.012,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com Light Night Materiais Eletricos E Manutenção Ltda, objetivando a formalização de registro de preços, visando eventual contratação de empresa para prestação de serviços técnicos/equipe especializada, com fornecimento de material elétrico, para manutenção da iluminação pública no Município De Modelo – SC, sendo:

Proponente vencedor	Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO MUNICIPAL, COM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA NR10, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, DE USO COMUM E ESPECÍFICAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMPREENDENDO A SEDE DO MUNICÍPIO ATENDIDA PELA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ASSIM COMO EM DEMAIS LOCALIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO SOLICITADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO SERVIÇOS DE CAMINHÃO GUINDASTE EQUIPADO COM CESTO AÉREO E DO OPERADOR, CONFORME NR10.	LIGHT NIGHT	Ponto	205 5	26,0000	5.330,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	3	Braço comum de IP, em aço galvanizado á fogo, diâmetro 25x1000mm, padrão CELESC	OLIVO	pç	05	15,0000	75,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	4	BRAÇO DE ILUMINAÇÃO 3 METROS- Braço especial de IP, em aço galvanizado á fogo, diâmetro 49x3000 mm, padrão CELESC	OLIVO	pç	02	45,0000	90,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	5	Suporte para lampada em porcelana rosca E-27	DECORLUX	pç	09	2,0000	18,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	6	Suporte para lampada em porcelana rosca E-40.	DECORLUX	un	07	3,0000	21,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	7	Cabo de cobre isolado em PVC, seção 1,5mm².	CORFIO	m	50	0,4000	20,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	9	Chave para comando de IP, 160/240V, 1x50A relê NA padrão CELESC.	EXATRON	pç	01	100,0000	100,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	10	Chave para comando de IP, 160/240V, 2x30A relê NA padrão CELESC.	EXATRON	pç	01	60,0000	60,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	11	Conector de derivação perfurante até 35x70 mm². Padrão CELESC	INTELLI	pç	05	2,5000	12,50
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	13	CONECTOR PARALELO - Conector de perfuração. 16-70 / 1,5 - 6mm. Padrão CELESC	INTELLI	pç	15	2,0000	30,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	14	CONECTOR CUNHA TIPO B - Conector cunha de BT, tipo III (vermelho), padrão CELESC.	INTELLI	pç	62	2,0000	124,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	15	FITA VEDA ROSCA 18mm X 50M - Fita de autofusão, rolo de 10 metros.	DECORLUX	un	05	2,0000	10,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	16	Fita isolante, rolo de 20 metros.	DECORLUX	und	05	3,0000	15,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	17	LAMPADA MERCÚRIO MISTA 160W 220V - Lâmpada vapor de Mercurio em alta pressão 80W, base E27.	EMPALUX	und	90	4,5000	405,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	19	LAMPADA 150W VAPOR DE SÓDIO - Lâmpada vapor de sódio em alta pressão 150W, base E40. Padrão CELESC	EMPALUX	pç	30	11,0000	330,00

LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	21	Lâmpada vapor de sódio em alta pressão 400W, base E40. Padrão CELESC	EMPALUX	pç	05	10,0000	50,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	22	LUMINARIA OVAL LP 219 P/ ILUMINAÇÃO PUBLICA - Luminária para iluminação pública, bocal E-27, para lâmpada até 80 W, padrão CELESC.	ALMIRANTE	pç	08	40,0000	320,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	24	Parafuso cabeça quadrada, galvanizado á fogo, 16x250mm, com porca e arruela, padrão CELESC.	SJM	pç	10	3,0500	30,50
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	25	PORCA QUADRADA 16MM - Porca quadrada, galvanizada a fogo, dimensões 24x24x13mm, padrão CELESC.	SJM	pç	15	0,6000	9,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	26	Reator para uso externo, baixas perdas, para lâmpada VM 80W, em aço galvanizado a fogo.	DEMAPE	pç	20	14,0000	280,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	28	Reator para uso externo, baixas perdas, para lâmpada VS 150W, em aço galvanizado a fogo, padrão CELESC.	DEMAPE	pç	10	47,0000	470,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	30	Reator para uso externo, baixas perdas, para lâmpada VS 400W, em aço galvanizado a fogo, padrão CELESC.	DEMAPE	pç	02	43,0000	86,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	31	REATOR VAPOR DE SODIO 70w - Reator interno, baixas perdas, para lâmpada a vapor de sódio, 70W, com ignitor padrão CELESC.	DEMAPE	pç	02	19,0000	38,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	32	REATOR VAPOR SODIO 150W - Reator interno, baixas perdas, para lâmpada a vapor de sódio, 150W, com ignitor padrão CELESC.	DEMAPE	pç	02	21,0000	42,00
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	33	REATOR VAPOR DE SODIO 250W - Reator interno, baixas perdas, para lâmpada a vapor de sódio, 250W, com ignitor padrão CELESC.	DEMAPE	pç	02	23,0000	46,00

Modelo (SC), 16 de Janeiro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 15/2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n. 171/2015

Contrato n. 15/2015

Contratada: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

Valor: R\$ 15.600,00

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade tomada de preços nº 01/2015, objetivando a contratação de empresa especializada em gestão pública para locação de sistema informatizado de gestão de saúde pública compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada, para dar continuidade às atividades do Fundo Municipal De Saúde do Município De Modelo – Sc, de conformidade com edital e anexos.

Sendo:

Item	Descrição	Un.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	Implantação e configuração de Sistema de Gestão de Saúde Pública e treinamento de usuários.	un	1	10.000,00	10.000,00
2	Locação mensal e manutenção de Sistema de Gestão de Saúde Pública.	mês	7	800,00	5.600,00

Modelo (SC), 12 de Junho de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 056/2015

DECRETO Nº 056/2015, em 08 de Junho de 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE VIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Município de Morro da Fumaça adentrou em parte do terreno de particular para a construção de via pública;  
CONSIDERANDO, a necessidade de indenizar o particular pelo uso de parte do imóvel para via pública municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública parte de um imóvel devidamente matriculado sob o n. 27.110 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga, na extensão de 109,77 m<sup>2</sup> (cento e nove vírgula setenta e sete metros quadrados).

Art. 2º - A área a que se refere o artigo 1º deste Decreto destina-se para regularização e posterior conservação e melhoramento da via pública, com a devida indenização ao proprietário.

Art.3º - Segue como parte integrante deste Decreto, o mapa de localização do imóvel com as devidas especificações e cópia da escritura pública.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Junho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DE APROVAÇÃO DE AMOSTRA 84/2015 PMN RESULTADO AMOSTRAS LICITAÇÃO Nº84 2015 - PMN

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL DE NÚMERO 84/2015 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

EMPRESA LICITANTE: LICISUL COMERCIAL LTDA

#### ITEM 01 – BISCOITO DOCE SABOR LEITE

De acordo com as especificações, o produto está de acordo com o edital.

EMPRESA LICITANTE: WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

#### ITEM 02 – MARGARINA

A empresa não apresentou a amostra para análise.

EMPRESA LICITANTE: LICISUL COMERCIAL LTDA

#### ITEM 02 – MARGARINA

Ao apresentarem as propostas para o item 02 a empresa Licisul ficou em segundo lugar e apresentou a amostra para análise previamente. De acordo com as especificações, o produto está de acordo com o edital.

EMPRESA LICITANTE: TECNOAL

#### ITEM 03 – SUCO NATURAL INTEGRAL SABOR LARANJA

De acordo com as especificações, o produto está de acordo com o edital.

#### PARECER TÉCNICO:

FERNANDA SOUZA TOMÉ DA SILVA  
NUTRICIONISTA – CRN-10/2233

SUZANA TIEMI MORAIS  
NUTRICIONISTA – CRN-10/5247

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 79/2015 PMN (RETIFICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONCORRENCIA Nº 79/2015 PMN  
---retificado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES PARA 02 (DUAS) EMPRESAS, CONDICIONADA A OUTORGA ONE-ROSA. Data da entrega dos envelopes: 07/08/2015 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 07/08/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### DECRETO 352 V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO N.º 352 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, III da Lei Orgânica do município e tendo em vista o disposto na Constituição Federal,

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica convocada, pelo presente ato, a V Conferência Municipal de Saúde.

Art. 2.º A V Conferência Municipal de Saúde acontecerá no dia 6 de julho de 2015, das 8 h às 18 h, tendo como local o Centro Integrado de Cultura – CIC.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA 1054 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

PORTARIA N.º 1054 DE 17 DE MARÇO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – TÁXI

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão que procederá à avaliação da concessão dos serviços de transporte de passageiros – Táxi – no âmbito do município de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Jan Ullrich – Presidente;
- b) Douglas Lemos – Membro;
- c) Janice Freygang – Membro;

- d) Maria Benedita Corrêa – Membro;  
e) José Carlos Santos de Oliveira – Membro.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 1757 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1757 DE 17 DE JUNHO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar autoria de vandalismo no relógio de registro de ponto biométrico da Unidade do SAMU em Machados.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA 1764 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1764 DE 17 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Valdelino Natividade Felício para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 18/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA 1782 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1782 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar responsabilidades por multa infligida a veículo que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a

contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA 1783 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1783 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo por servidora que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA 1784 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1784 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo por servidora que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA 1785 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1785 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira,

instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo por servidora que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA 1786 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1786 DE 22 DE JUNHO DE 2015

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo por servidora que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### PORTARIA DE EXONERAÇÃO 1778/2015

PORTARIA Nº. 1778 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. ADRIANA PRESTES FURTADO, matrícula Nº 4916/14 do cargo de Professora do Ensino Fundamental, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2015.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Navegantes, 22 de junho de 2015.

### PORTARIA DE NOMEAÇÃO 1779/2015

"PORTARIA Nº. 1779 DE 22 DE JUNHO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ADRIANA PRESTES FURTADO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG – II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.E.M. Profª. GIOVANA SOARES DA CUNHA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/06/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de junho de 2015.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Navegantes, 22 de junho de 2015.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA LEGISLATIVA Nº 025/2015**

PORTARIA LEGISLATIVA No 025/2015

A Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Norma Espíndola no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

**EXONERA:**

Art. 1º- Fica exonerado o Senhor Luiz Antônio Patino, inscrito no CPF nº 594.672.829-68, do cargo de Gerente Administrativo Financeiro desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Norma Espíndola

Presidente



# Nova Trento

## PREFEITURA

### ATA Nº 002 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

RESULTADO SESSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015

DATA DA SESSÃO: 15/06/2015 – 14:30 HORAS

ATA Nº 002/2015

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

PARTICIPANTES: SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8103), PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (9782), JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME (9816), EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA - ME (10360), C.A. CONSTRUCAO LTDA - EPP (10402) e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME (10006).

No dia 22 de junho reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio para determinar o que segue: Analisando a documentação da empresa EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME (CNPJ 07.475.564/0001-20) constatou-se que a negativa do FGTS por ocasião de sua apresentação, estava vencida, tendo decorrido in albis o prazo para apresentação de documento válido. Também se constatou que a CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL apresentada (código verificador DBA1EF2UFIU44683) não condizia com a real situação da empresa perante o município, conforme informado pelo sistema BETHA COMPRAS. Aberta diligência em consulta ao setor tributário da prefeitura, fez-se a validação do documento apresentado e verificou-se que realmente foi emitida uma certidão na mesma data da que fora apresentada, só que positiva de débito. Diante do fato constatou-se que o documento apresentado foi falsificado. Diante de tais fatos, a comissão decidiu pela inabilitação da empresa EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME (CNPJ 07.475.564/0001-20) do presente certame, bem como informar a autoridade policial acerca da falsificação havida.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2015.

Aprigio José Botameli

Pregoeiro

### ATA Nº 003 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

RESULTADO SESSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015

DATA DA SESSÃO: 15/06/2015 – 14:30 HORAS

ATA 03

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

PARTICIPANTES: SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8103), PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (9782), JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME (9816), EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA - ME (10360), C.A. CONSTRUCAO LTDA - EPP (10402) e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME (10006).

Estando inabilitada a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME (10006), CNPJ nº 07.475.564/0001-20, decidiu o pregoeiro convocar todos os participantes para nova sessão para fase de lances dia 24/06/2015 as 14 e 30 horas.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2015.

Aprigio José Botameli

Pregoeiro

### DECRETO Nº 097/2015

DECRETO nº 097/2015

convoca os aprovados no processo seletivo 002/2015 que nomina ao Setor de Recurso Humanos, e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 23 a 24 de junho de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 097/2015)

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO ARTES

Classificação	Nome completo
02	Lili Cirene Tell

**DECRETO Nº 098/2015**

DECRETO nº 098/2015

convoca os aprovados no CHAMAMENTO PÚBLICO 012/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 22 á 23 de junho de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 098/2015)

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Basquetebol)**

Classificação	Nome completo
01	Gabriela de Barros Mandrozzato

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (PAF Olímpico)**

Classificação	Nome completo
01	Leandro da Silva

**DECRETO Nº 099/2015**

DECRETO nº 099/2015

convoca os aprovados no CHAMAMENTO PÚBLICO 013/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 22 á 23 de junho de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 099/2015)

**CARGO: MOTORISTA II (Caçamba)**

Classificação	Nome completo
01	Osmar Orsi
02	Reginaldo Edesio Silva
03	Leonardo João Bonecher

**RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICADOS - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015**

PROCESSO SELETIVO 002/2015

RETIFICA A HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL COM ALTERAÇÕES

CARGO: PROFESSOR HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA – FUTSAL

Classificação	Nome completo
01	Leandro da Silva

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO GEOGRAFIA

Classificação	Nome completo
01	Leoniria Fátima Anzini Mistura

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Classificação	Nome completo
01	José Arlindo Trainotti
02	Patricia Regina Tell Marchi

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO ARTES

Classificação	Nome completo
01	Ronaldo Casagrande
02	Lili Cirene Tell

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO BANDAS E FANFARRAS

Classificação	Nome completo
01	Adriano Bertotti

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO INGLÊS

Classificação	Nome completo
01	Dimas Hueliton Kniss

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO "CONTADOR DE HISTÓRIAS"

Classificação	Nome completo
01	Maiara Boettner

Nova Trento, 19 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### 3.847

DECRETO Nº 3.847 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA O § 1º E § 2º DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3.704 DE 13 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 68, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e, considerando a Lei Municipal nº 2.435, de 05 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º O § 1º do Decreto nº 3.704 de 13 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O valor a ser repassado a UNIBAVE, para atender o previsto na Lei nº 2.435 de 8 de maio de 2012, será de R\$ 225.200,00 (duzentos e vinte cinco mil e duzentos reais), em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 22.520,00 (vinte dois mil, quinhentos e vinte reais), sendo de março a dezembro de 2015”.

Art. 2º - As parcelas vencidas serão pagas em uma só vez, até o final do mês de julho/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 02 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

### 3.848

DECRETO Nº 3.848 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA O VALOR DA BOLSA AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.558, DE 09 DE JULHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 68, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e, considerando a Lei Municipal nº 2.558, de 09 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º O valor a ser repassado a UNIBAVE, para atender o previsto na Lei nº 2.558 de 09 de julho de 2014 (bolsa para os alunos da Escola Técnica), será de R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais), em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 6.336,00 (seis mil, trezentos e trinta e seis reais), sendo de março a dezembro de 2015, totalizando um total de 12 bolsas, no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

Art. 2º - As parcelas vencidas serão pagas em uma só vez, até o final do mês de julho/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 02 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

### 3.849

DECRETO Nº 3.849 DE 10 DE JUNHO DE 2015.

“DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans de Orleans no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art.1º Fica Decretado Luto oficial por 03 (três) dias no Município de Orleans, em decorrência do falecimento do Vereador Clésio de Oliveira Souza – Cabelinho.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC 10 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

**ERRATA DO EDITAL CONCURSO PUBLICO Nº002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

ERRATA 001/2015

O MUNICIPIO DE ORLEANS, através da Comissão de Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 3.734 de 01 de outubro de 2014, no uso de suas atribuições legais, torna público a presente Errata, com as inclusões e/ou modificações ao Edital de Concurso Público nº 002/2015:

**1. DOS CARGOS E VAGAS:**

1.5. Os aprovados serão lotados nas respectivas Secretarias Municipais e a designação do local de trabalho sempre ficará a critério do poder discricionário do Município e à necessidade do serviço público, assim, podendo ser deslocados para outros locais e unidades, desde que dentro da função à qual prestaram o Concurso Público.

**ONDE SE LÊ:****NÍVEL FUNDAMENTAL**

Vagas	Cargo (Área de atuação)	Carga Horária semanal	Habilitações/ Escolaridade	Tipo de Prova	Remuneração
01+CR	Agente Comunitária de Saúde da Família	40h	Ensino Fundamental	Objetiva	R\$ 1.014,00
01+CR	Agente de Combate às Endemias	40h	Ensino Fundamental	Objetiva	R\$ 1.014,00

**LEIA-SE:****NÍVEL FUNDAMENTAL**

Vagas	Cargo (Área de atuação no Anexo I somente para Agente Comunitária de Saúde da Família )	Carga Horária semanal	Habilitações/ Escolaridade	Tipo de Prova	Remuneração
01+CR	Agente Comunitária de Saúde da Família	40h	Ensino Fundamental	Objetiva	R\$ 1.014,00
01+CR	Agente de Combate às Endemias	40h	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação Categoria A ou AB.	Objetiva	R\$ 1.014,00

**6. DAS PROVAS**

6.4. A prova objetiva será do tipo múltipla escolha, com 25 (vinte e cinco) questões e 05 (cinco) alternativas de resposta, cada questão de "a" a "e", sendo que apenas uma alternativa apresentará a resposta ao questionamento, ou seja, apenas uma alternativa deverá ser assinalada, e abrangerá os seguintes assuntos:

6.4.1. 05 (cinco) questões de língua portuguesa;

6.4.2. 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais;

6.4.3. 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos nas respectivas áreas de atuação dos cargos.

**ANEXO VI****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS**

Disciplina	Conteúdos
Língua Portuguesa	Sinais de pontuação; Sinônimos, antônimos, homônimos, substantivo, adjetivo, numeral, verbo, advérbio, preposição; Crase; Complementos verbais e nominais, período composto por coordenação e subordinação; Concordância nominal, regência verbal e nominal; Análise sintática; Termos essenciais da oração; Figuras de linguagem, vícios de linguagem, semântica; Interpretação de texto.
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município, do Estado de Santa Catarina e do Brasil. Aspectos contemporâneos da humanidade, no Brasil e no Mundo. Atualidades em nível Local, Regional, Estadual, Nacional e Mundial. Constituição de 1988.

# CONHECIMENTO ESPECÍFICO DOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR

Médico Pediatra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores de mortalidade perinatal, neonatal e infantil;</li> <li>- Crescimento e desenvolvimento: desnutrição, obesidade e distúrbios do desenvolvimento neuro-psicomotor;</li> <li>- Imunizações: ativa e passiva;</li> <li>- Alimentação do recém-nascido e lactente: carências nutricionais, desvitaminoses;</li> <li>- Patologia do lactente e da criança;</li> <li>- Distúrbios cardiocirculatórios: Cardiopatias congênitas, Choque, Crise Hipertensa, Insuficiência cardíaca, Reanimação cardiorrespiratória;</li> <li>- Distúrbios respiratórios: Afecções de vias aéreas superiores, Bronquite, bronquiolite, Estado de mal asmático, Insuficiência respiratória aguda, Pneumopatias agudas e derrames pleurais;</li> <li>- Distúrbios metabólicos e endócrinos: Acidose e alcalose metabólicas, Desidratação aguda, Diabetes mellitus, Hipotireoidismo e hipertireoidismo, Insuficiência supra-renal;</li> <li>- Distúrbios neurológicos: Coma;</li> <li>- Distúrbios motores de instalação aguda, Estado de mal convulsivo;</li> <li>- Distúrbios do aparelho urinário e renal: Glomerulopatias, Infecções do trato urinário, Insuficiência renal aguda e crônica, Síndrome hemolítico-urêmica, Síndrome nefrótica;</li> <li>- Distúrbios onco-hematológicos: Anemias carenciais e hemolíticas, Hemorragia digestiva, Leucemias e tumores sólidos, Síndromes hemorrágicas. Patologia do fígado e das vias biliares: Hepatites virais, Insuficiência hepática;</li> <li>- Doenças Infecto-contagiosas: AIDS, Diarréias agudas;</li> <li>- Doenças infecciosas comuns da infância. Estafilocóccicas e estreptocócicas;</li> <li>- Infecção hospitalar;</li> <li>- Meningoencefalites virais e fúngicas. Seps e meningite de etiologia bacteriana;</li> <li>- Tuberculose;</li> <li>- Vírus respiratórios;</li> <li>- Acidentes: Acidentes por submersão;</li> <li>- Intoxicações exógenas agudas;</li> <li>- Violência Doméstica;</li> <li>- Primeiros Socorros no Paciente Politraumatizado.</li> </ul>
Médico Psiquiatra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Psicologia médica, Psiquiatria social e comunidade.</li> <li>- Intercosulta e psiquiatria de hospital geral.</li> <li>- Epidemiologia psiquiátrica.</li> <li>- Transtornos mentais orgânicos.</li> <li>- Transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e drogas.</li> <li>- Esquizofrenia.</li> <li>- Transtornos do humor.</li> <li>- Transtornos ansiosos.</li> <li>- Transtornos alimentares.</li> <li>- Transtornos de personalidade.</li> <li>- Transtornos mentais da infância e adolescência.</li> <li>- Urgências psiquiátricas.</li> <li>- Psicofarmacologia.</li> <li>- Eletroconvulsoterapia.</li> <li>- Noções psicodinâmicas de funcionamento mental.</li> <li>- Noções de técnica psicanalítica e psicoterápicas.</li> <li>- Noções de psicanálise e modalidades psicoterápicas psicodinâmicas.</li> <li>- Desenvolvimento psíquico.</li> <li>- Adolescência e conflito emocional.</li> <li>- Equipe multidisciplinar e manejo psicodinâmico de pacientes internados e ambulatoriais.</li> <li>- Política da Saúde Mental.</li> </ul>



Fonoaudiólogo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento global da criança: desenvolvimento intra-uterino.</li> <li>- Desenvolvimento psicomotor.</li> <li>- Fatores que interferem no desenvolvimento infantil.</li> <li>- Motricidade Oral: Anatomia e fisiologia do sistema estomatognático: respiração, mastigação, deglutição e fala.</li> <li>- Desenvolvimento das funções estomatognáticas.</li> <li>- Alterações fonoaudiológicas.</li> <li>- Avaliação, diagnóstico, prognóstico e tratamento fonoaudiológico.</li> <li>- Anatomofisiologia da linguagem.</li> <li>- Aquisição e desenvolvimento lingüística: Fonética e fonologia da Língua portuguesa aplicadas à fonoaudiologia: Alterações fonoaudiológicas: Conceituação, classificação e etiologia.</li> <li>- Avaliação e tratamento fonoaudiológico.</li> <li>- Voz: Anatomia e fisiologia da laringe.</li> <li>- Patologia laríngea: Conceituação, classificação e etiologia.</li> <li>- Audiologia: Anatomia e fisiologia da audição.</li> <li>- Noções de psicoacústica.</li> <li>- Audiologia clínica: Avaliação, diagnósticos, prognósticos, prognóstico.</li> <li>- Treinamento auditivo.</li> <li>- Atuação da Fonoaudiologia: Saúde Pública: Prevenção e intervenção precoce.</li> <li>- Normas do Código de Ética do Fonoaudiólogo.</li> <li>- Fonoaudiologia na terceira idade.</li> <li>- Fonoaudiologia nas instituições: Escola e hospital.</li> <li>- A Fonoaudiologia na relação multidisciplinar: interpretação de laudos em áreas afins.</li> </ul>
ASSISTENTE SOCIAL CRAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regras básicas de servidor público;</li> <li>- Ética e legislação Profissional, Ambiente de trabalho, boas práticas, normas e procedimentos, registros e relatórios;</li> <li>- Análise de Conjuntura, Serviço social: conhecimentos gerais da Profissão, História do Serviço Social, Serviço Social e Formação profissional, Metodologia do Serviço Social, Serviço Social e ética, A prática institucional do Serviço Social/Análise Institucional, A dimensão política da prática profissional;</li> <li>- Questões sociais decorrentes da realidade família, criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência, educação, saúde e previdência social;</li> <li>- Atuação do Serviço Social na administração de políticas sociais;</li> <li>- Planejamento. Serviço Social e interdisciplinaridade;</li> <li>- Atuação do Assistente Social em Centro de Convivência Infância Juvenil, Processo educativo e orientação familiar;</li> <li>- Atuação do Assistente Social no Trabalho com famílias no CRAS/Centro de Referência da Assistência Social;</li> <li>- Normativas do CRAS/Centro de Referência da Assistência Social, ECA/Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/93, Lei nº 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso, SUAS (Sistema único da Assistência Social), NOB/SUAS, e demais legislações de Direitos e de Cidadania, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;</li> <li>- Programas Sociais do Governo Federal para os municípios: Bolsa Família, Programa Brasil sem Miséria, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial; BPC – Benefício de Prestação Continuada, BPC na Escola;</li> <li>- Sistemas Federais: SUAS WEB, Cad SUAS, Censo SUAS, Módulo de acompanhamento dos Serviços Socioeducativos, Registro CRAS e CREAS;</li> </ul>

## ENSINO FUNDAMENTAL

Agente Comunitária de Saúde da Família	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Sistema Único de Saúde (SUS); História do PACS/ESF;</li> <li>- O Agente Comunitário de Saúde um agente de mudanças;</li> <li>- Trabalhar em equipe;</li> <li>- Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde: (Cadastramento as famílias);</li> <li>- Territorialização (área e microárea) e epidemias;</li> <li>- O diagnóstico comunitário;</li> <li>- Planejamento;</li> <li>- Meio Ambiente: (Água, solo e poluição);</li> <li>- Doenças mais comuns na comunidade: Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental);</li> <li>- Saúde Bucal;</li> <li>- Alimentação e Nutrição;</li> <li>- Educação em saúde.</li> <li>- Saúde da Criança;</li> <li>- Saúde do Adolescente;</li> <li>- Saúde do Adulto;</li> <li>- Atenção a pessoas com deficiência;</li> <li>- Violência Domiciliar;</li> <li>- Doenças transmitidas por vetores.</li> <li>- Dengue.</li> </ul>
--	---

Agente de Combate á Endemias	<ul style="list-style-type: none"><li>- O Sistema Único de Saúde (SUS);</li><li>- História do PACS/ESF;</li><li>- Visita domiciliar;</li><li>- Avaliações das visitas domiciliares;</li><li>- Noções de ética e cidadania;</li><li>- Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento (Epidemia, Surto, Endemia e Pandemia)</li><li>- Noções básicas de doenças como: Febre amarela, Doença de Chagas, Malaria e Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Esquistossomose;</li><li>- Vias de transmissão das zoonoses ao homem;</li><li>- Meio Ambiente: (Água, solo e poluição);</li><li>- Doenças mais comuns na comunidade: Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, Hipertensão Arterial, Sedentarismo Alcoolismo e Tabagismo.</li><li>- Combate a raiva.</li></ul>
------------------------------	---

Orleans, SC, 22 de junho de 2015.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão do Concurso Público

Fica homologado a presente ERRATA ao EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015.

Orleans, SC, 22 de junho de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 287

DECRETO Nº 287, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Convoca a Convoca a 3ª Conferência Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, segundo disposições da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Convoca a 3ª Conferência Municipal de Saúde de Ouro a realizar-se no dia 08 de julho de 2015, das 13 às 18 horas, no Clube Esportivo Floresta, sito à Rua Felipe Schimdt nº 1446 Centro, nesta Cidade de Ouro – SC.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde terá como tema central: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO":

Art. 3º A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e coordenada pela Diretora de Saúde;

Art. 4º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portarias deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º As despesas com a realização 3ª Conferência Municipal de Saúde de Ouro correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 11 de junho de 2015.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araújo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### LEI Nº 2.412

LEI Nº 2.412, DE 03 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 98.150,00 (noventa e oito mil, cento e cinquenta reais), no orçamento vigente do Município, na seguinte programação orçamentária:

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES  
0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES  
26.782.0008.1019. Aquisição de máquinas e equipamentos

4.4.90.00.00.0.1.89000. Aplicações Diretas	R\$	98.150,00
--	-----	-----------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no art. 1º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o excesso de arrecadação no exercício no montante de até R\$ 50.650,00 (cinquenta mil, seiscentos e cinquenta reais) na seguinte Destinação de Recurso:

89000. Alienação de Bens destinados a Outros Programas	R\$	50.650,00
--	-----	-----------

II - a anulação parcial de dotações, no montante de até R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais), na seguinte programação orçamentária:

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO  
0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS  
15.452.0010.1023. Aquisição de veículos para os serviços urbanos

4.4.90.00.00.0.1.89000. Aplicações Diretas	R\$	47.500,00
--	-----	-----------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de junho de 2015.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Derci de Araújo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

### LEI Nº 2.413

LEI Nº 2.413, DE 03 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Ouro e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos (2015-2025), com vistas ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 59/2009 e do disposto no art. 214 da Constituição Federal, bem como do art. 171 da Lei Orgânica do Município de Ouro.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação - PME, elaborado em conformidade com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e com a Lei Municipal nº 1.600, de 14 de outubro de 1.999, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Ouro, apresenta como diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Parágrafo Único. A elaboração do Plano Municipal de Educação - PME contou com a participação da sociedade civil e governamental, sob a Coordenação da Comissão para Adequação do Plano Municipal de Educação - PME, nomeada sob o Decreto Municipal nº 248, de 01 de dezembro de 2.014, através das reuniões dos Grupos de Trabalho, juntamente com a Assembleia Municipal de Educação, realizada em 14 de abril de 2.015, organizada pela Secretaria Municipal de Educação de Ouro.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município de Ouro, com suas respectivas metas e estratégias, prazos e recursos conforme documento anexo, que fica fazendo parte integrante à presente Lei.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Educação estabelecer os mecanismos necessários ao acompanhamento e a avaliação das metas e estratégias constantes do Plano Municipal de Educação - PME de Ouro.

Art. 5º Os poderes do Município empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos, metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e também acompanhe a sua implementação.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessárias e, de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.327 de 14 de dezembro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de junho de 2015.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Derci de Araújo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

## LEI Nº 2.414

LEI Nº 2.414, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Ratifica a Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2015, do Município de Capinzal, que concede revisão geral anual sobre as remunerações dos Servidores Públicos Municipais e sobre os subsídios dos Agentes Políticos municipais, relativamente àqueles que ocupam cargos e compõem o Quadro Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada na sua íntegra a Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2015, do município de Capinzal, estado de Santa Catarina, que concede revisão geral anual sobre as remunerações dos Servidores Públicos Municipais e sobre os subsídios dos Agentes Políticos municipais, relativamente àqueles que ocupam cargos e compõem o Quadro Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento do SIMAE.

Art. 3º Faz parte integrante da presente Lei o Anexo Único contendo a Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2015, do município de Capinzal/SC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 22 de junho de 2015.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Derci de Araújo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

## LEI Nº 2.415

LEI Nº 2.414, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Ratifica a Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2015, do Município de Capinzal, que concede aumento real dos vencimentos e funções de confiança dos servidores ativos e inativos do quadro geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada na sua íntegra a Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2015, do município de Capinzal, estado de Santa Catarina, que concede aumento real dos vencimentos e Funções de Confiança dos Servidores Ativos e Inativos do Quadro Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento do SIMAE.

Art. 3º Faz parte integrante da presente Lei o Anexo Único contendo a Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2015, do município de Capinzal/SC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 22 de junho de 2015.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Derci de Araújo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### ATAS 0034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0034/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA -EPP Objeto: Registro de preço visando a eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$: 8.691,30. Data da assinatura: 08/06/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0034/2015

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a DENTAL OESTE LTDA -EPP Objeto: Registro de preço visando a eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$: 11.348, 15. Data da assinatura: 08/06/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0034/2015

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a DENTAX COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME Objeto: Registro de preço visando a eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$: 4.444,03 . Data da assinatura: 08/06/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0034/2015

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-ME Objeto: Registro de preço visando a eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$: 13.399,54. Data da assinatura: 08/06/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0034/2015

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a VANUSA DIAS EIRELI EPP Objeto: Registro de preço visando a eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$: 11.482,06. Data da assinatura: 08/06/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

### LEI 932

LEI Nº 932/2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.



§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta IXX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1o O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005 (Plano Nacional de Educação), de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei de n. 556/2007.

Ouro Verde, em 16 de junho de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

Pedro Luiz Rebeschini

Secretário de Adm. e Gestão



# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 1554/2015.**

PORTARIA Nº. 1554/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora EDIRLANDA MARIA DA ROSA, matrícula nº. 800836-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 23.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1542/2015.**

PORTARIA Nº. 1542/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VERA REGINA SIEGEL, matrícula nº. 300407-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1577/2015.**

PORTARIA Nº. 1577/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES, matrícula nº. 129563-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/04/2015 à 08/05/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1596/2015.**

PORTARIA Nº. 1596/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1916 de 17 de fevereiro de 1998, que Averbou Tempo de Serviço do servidor JOSE DA SILVA MATTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Tempo que atuou na Fundação Hospitalar: 09/02/78 a 31/08/79;  
Tempo que atuou na Imobiliária Palhoça: 01/09/79 a 14/01/83;  
Tempo que atuou como Empresário: 01/08/83 a 30/11/91;  
Tempo que Contribui pelo INSS: 01/12/91 a 30/11/92.  
Totalizando 14 (quatorze) anos, 03 (três) meses e 06 (seis) dias.

Tempo de Contribuição 04/05/92 a 30/12/92 e 01/03/93 a 24/01/95.

Totalizando 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 19 (dezenove) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1620/2015.**

PORTARIA Nº. 1620/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora RITA DE CASSIA SANTOS, Matrícula nº. 120477-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Santa Marta, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº 91/2015, no dia 14 de Julho de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº 91/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução do Sistema de Afastamento de Efluente Sanitário da Rua Roberto Sell e Avenida Rio Grande, localizada no bairro Rio Grande, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O Edital, que está embasado na Lei 8.666/93, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 22 de Junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 112/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

3º TERMO ADITIVO N.º112/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 180/2014. O presente termo aditivo passar a fazer parte integrante do Contrato n.º 180/2014, passando a vigorar a partir de 07/05/2015. DATA: 12/06/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 113/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

2º TERMO ADITIVO N.º113/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º183/2014, o veículo CHEV/SPIN 1.8 MT LT, ano/mod. 2015/2016, placa QHN4882, chassi n.º9BGJB75E0GB101710, Código RENAVAL n.º 1051350090, uso exclusivo do Conselho Tutelar de Palhoça. DATA: 15/06/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 118/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

3º TERMO ADITIVO N.º118/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. OBJETO: Devido ao reajuste anual estabelecido na Cláusula Vigésima do Contrato de Prestação de Serviços nº 129/2014, fica reajustado no percentual de 7,68% o valor da mensalidade por faixa etária do usuário e o pagamento no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em 05 (cinco) parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) relativo ao sinistro ocorrido durante a execução do Contrato. DATA: 16/06/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 119/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUT. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA - SAMAE

CONTRATO N.º119/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESGOJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de tanque e equipamento Hidrojateador combinado com vácuo, a ser montado e instalado em caminhão próprio da SAMAE PALHOÇA. VALOR: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). DATA: 16/06/2015.

**PORTARIA Nº. 1536/2015.**

PORTARIA Nº. 1536/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ERNESTO HIROYUKI LIDA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Frei Damião, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 31/03/2015 a 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1537/2015.**

PORTARIA Nº. 1537/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA COUTINHO CAVALIERI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Ponte do Imaruim, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/03/2015 a 18/03/2016.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1538/2015.**

PORTARIA Nº. 1538/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO XIMENA CABRAL RODRIGUES MACRI, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Infectologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2015 a 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1539/2015.**

PORTARIA Nº. 1539/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAULO CESAR DE ALMEIDA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/03/2015 a 26/03/2016.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1540/2015.**

PORTARIA Nº. 1540/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIANA CRISTINA PROVIN VITTO, matrícula nº. 401144-2, titular do cargo de ACE, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 13/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1541/2015.**

PORTARIA Nº. 1541/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora IRENE OLINDINA DA SILVEIRA, matrícula nº. 300029-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1543/2015.**

PORTARIA Nº. 1543/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora OTILIA CORREA DA SILVA, matrícula nº. 800885-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16/03/2015, de acordo com às folhas 13.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1544/2015.**

PORTARIA Nº. 1544/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSILANE MARLI MARTINS, matrícula nº. 800885-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 12/03/2015, de acordo com às folhas 14.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1545/2015.**

PORTARIA Nº. 1545/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARILENE FERREIRA FURLANETTO, matrícula nº. 801437-01, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1546/2015.**

PORTARIA Nº. 1546/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora EVANGELINA BUETTGEN, matrícula nº. 802106-01, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 10 (dez) meses, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 12.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1547/2015.**

PORTARIA Nº. 1547/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 9º, alínea III, letra "d", do Decreto Municipal 1.288/2003, do quadro de pessoal efetivo:

A servidora Jane das Dores da Silva e os servidores: Andre Jose da Silveira, Joana Schmidt, Shirley Regina de Farias e Neli Maria Schutz da Silva, para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros. A servidora Neli Maria Schutz da Silva e os servidores: Andre Jose da Silveira, Jane das Dores da Silva, Shirley Regina de Farias e Joana Schmidt, para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros. A servidora Shirley Regina de Farias e os servidores: Andre Jose da Silveira, Jane das Dores da Silva, Neli Maria Schutz da Silva e Joana Schmidt, para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros. O servidor Andre Jose da Silveira e os servidores: Joana Schmidt, Jane das Dores da Silva, Neli Maria Schutz da Silva e Shirley Regina de Farias para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1548/2015.**

PORTARIA Nº. 1548/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MONIQUE AMARAL SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1549/2015.**

PORTARIA Nº. 1549/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, como fiscal o servidor EDSON GHIZONI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura do contrato Mega Comércio de Peças e Serviços Automotivos Eireli LTDA (24/10/2014) e Eletro Aririú Soluções Automotivas LTDA EPP (16/12/2014), com efeitos a contar da data de assinatura do contrato.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1550/2015.**

PORTARIA Nº. 1550/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora NILCEIA APARECIDA VINGLA, matrícula nº. 801626-01, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1551/2015.**  
PORTARIA Nº. 1551/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora RAQUEL DE CARVALHO GOMES, matrícula nº. 800707-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20/03/2015, de acordo com às folhas 47.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1552/2015.**  
PORTARIA Nº. 1552/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora TANIA MARA PORTELLA KELLER, matrícula nº. 190045-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 17.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1553/2015.**  
PORTARIA Nº. 1553/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora TAYSE VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 125451-2 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 06 (seis) dias, a contar de 06/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1555/2015.**  
PORTARIA Nº. 1555/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora FRANCIELLE APARECIDA AMERICO, matrícula nº. 3745383-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25/02/2015, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração



SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1556/2015.**

PORTARIA Nº. 1556/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) EDINEIA IVONE DA SILVA, matrícula nº. 801860-6, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 26/01/2015:

Averbar tempo que trabalhou pelo INSS, totalizando 11 (onze) anos, 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1557/2015.**

PORTARIA Nº. 1557/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LOURDES MINOZZO FURTADO, matrícula nº. 124826-3, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 12/03/2015:

Averbar tempo que trabalhou pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos e 27 (vinte e sete) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1558/2015.**

PORTARIA Nº. 1558/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) IVONETE PIERRI DA SILVA, matrícula nº. 800043-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 06/03/2015:

Averbar tempo que trabalhou pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1559/2015.**

PORTARIA Nº. 1559/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) OSNI CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº. 500180-1, ocupante da categoria funcional de Motorista, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 17/03/2015.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 02 (dois) anos, 10 (dez) meses e 11 (onze) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1560/2015.**

PORTARIA Nº. 1560/2015.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SILENE CORREA DA SILVA COELHO, matrícula nº. 401321-2, ocupante da categoria

funcional de Agente Comunitário de Saúde, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010:

Averbar tempo que Contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 01 (um) mês e 07 (sete) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1561/2015.**

PORTARIA Nº. 1561/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ALTAMIRO REGINALDO, matrícula nº. 500048-1, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 27/01/2015.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 06 (seis) anos e 04 (quatro) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1562/2015.**

PORTARIA Nº. 1562/2015.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) FABIANA DOS ANJOS PIRES, matrícula nº. 800193-2, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010:

Averbar tempo que Contribuiu pelo IPREV, totalizando 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 19 (dezenove) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1563/2015.**

PORTARIA Nº. 1563/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ROSANA MARIA PEREIRA, matrícula nº. 300067-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 11/03/2015.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1564/2015.**

PORTARIA Nº. 1564/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para MAVIA APARECIDA MAIER, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1565/2015.**

PORTARIA Nº. 1565/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LUCIANE TERESINHA SENS,

titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1567/2015.**

PORTARIA Nº. 1567/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem a Conselho Municipal do Contribuinte, de acordo com a Lei nº. 2771/2008.

Artigo 2º - O referido conselho será presidido pelo LUCIANO DALLA POZZA.

#### **Membros Titulares**

NOME	CARGO
Geórgia Batista Martins	Fiscal de Tributos
Eunice Batista Martins	Fiscal de Tributos
Luiz Otávio Baasch	Representante da CDL de Palhoça
Sherem Abreu	Executivo Fiscal
Jose Nasareno Medeiros	
Luciano Dalla Pozza	Representando a Procuradoria Geral do Município

#### **Membros Suplentes**

NOME	CARGO
Mayara Catarina Oliveira	Fiscal de Tributos
Odilon Pedro Farias	Fiscal de Tributos
Raquel Schmidt	Fiscal de Tributos
Arlene Kuhn	Representante da CDL de Palhoça
Edison Bernardo Nack	

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1568/2015.**

PORTARIA Nº. 1568/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3849 de 18 de dezembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MAIKON COSTA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2015 a 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1569/2015.**

PORTARIA Nº. 1569/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZIANE RENATA FEIJO SENES DOS SANTOS, matrícula nº. 400316-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2005 a 30/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/04/2015 à 13/05/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1570/2015.**

PORTARIA Nº. 1570/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMERI HILDA COELHO, matrícula nº. 300070-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/10/2006 a 10/10/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/03/2015 à 16/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1571/2015.**

PORTARIA Nº. 1571/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ARIANE LETICIA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1572/2015.**

PORTARIA Nº. 1572/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1351 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PATRICIA DE CASSIA DA CRUZ COSTA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Ivaniilma Gonçalves Souza Tinoco, que se encontra em Processo de Aposentadoria.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1573/2015.**

PORTARIA Nº. 1573/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO SCHEILA MARI SILVA DE ATHAYDE, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de

01/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1574/2015.**

PORTARIA Nº. 1574/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA DAS DORES RAMOS DE CARVALHO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1575/2015.**

PORTARIA Nº. 1575/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora JU-DITE DE FATIMA DE OLIVEIRA, Matrícula nº. 800991-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a Secretaria de Assistência Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1576/2015.**

PORTARIA Nº. 1576/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

READMITIR DANIELE FABIOLA SOARES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Dona Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1578/2015.**

PORTARIA Nº. 1578/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, Julio Cesar da Cruz, Presidente, Eduardo Henrique Machado Sato e Wanderleia de Fátima Rossi, membros titulares, as servidoras: Joana Schmidt e Jane das Dores da Silva, membros suplentes. Para juntos elaborarem editais, julgarem, receberem e examinarem todos os documentos e procedimentos relativos as licitações e ao cadastro de licitantes.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1579/2015.**

PORTARIA Nº. 1579/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 9º, alínea III, letra "d", do Decreto Municipal 1.288/2003, do quadro de pessoal efetivo:

A servidora Jane das Dores da Silva e os servidores: Andre Jose da Silveira, Joana Schmidt, Shirley Regina de Farias e Neli Maria Schutz da Silva, para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros. A servidora Neli Maria Schutz da Silva e os servidores: Andre Jose da Silveira, Jane das Dores da Silva, Shirley Regina de Farias e Joana Schmidt, para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros. A servidora Shirley Regina de Farias e os servidores: Andre Jose da Silveira, Jane das Dores da Silva, Neli Maria Schutz da Silva e Joana Schmidt, para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros.

O servidor Andre Jose da Silveira e os servidores: Joana Schmidt, Jane das Dores da Silva, Neli Maria Schutz da Silva e Shirley Regina de Farias para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1580/2015.**

PORTARIA Nº. 1580/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIA HELENA REFFATTI, matrícula nº. 125037-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 04/06/2004 a 04/06/2009, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 17/04/2015 à 17/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1581/2015.**

PORTARIA Nº. 1581/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Lucas Silveira Nienkötter Tavares	976758210

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1582/2015.**

PORTARIA Nº. 1582/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora RITA DE CASSIA SILVA, Matrícula nº. 200343-9, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a Secretaria de Habitação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1583/2015.**

PORTARIA Nº. 1583/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RITCHELLE WEBER DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1584/2015.**

PORTARIA Nº. 1584/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Jose Inaldo Assis de Araujo	861059055

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1585/2015.**

PORTARIA Nº. 1585/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VERA REGINA SIEGEL, Matrícula nº. 300407-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o PROCON, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1586/2015.**

PORTARIA Nº. 1586/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora IRIS MARTINS PORFIRIO, matrícula nº. 401356-5, titular do cargo de Auxiliar de Consultório de Dentista, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a contar de 06/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1587/2015.**

PORTARIA Nº. 1587/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2170 de 02 de junho de 2014, que Designou para Prestar Serviços a servidora SOLANGE MARIA DE MELO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, retorna a Secretaria de Educação.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1588/2015.**

PORTARIA Nº. 1588/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DEISE ZILMA DA ROSA, titular do cargo de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1589/2015.**

PORTARIA Nº. 1589/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para FLAVIA FERREIRA DE SOUZA MADEIRA, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1590/2015.**

PORTARIA Nº. 1590/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2164 de 23 de abril de 1998, que Averbou Tempo de Serviço da servidora MARIA HILDA DA SILVA BATISTA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Tempo que atuou como Professora ACT: no período de 21/04/87 a 31/12/87, 01/02/88 a 31/12/88, 13/02/89 a 31/12/89, 12/02/90 a 31/12/90, 02/01/91 a 15/05/91, 31/05/91 a 31/12/91, 02/01/92 a 31/01/92, 05/03/92 a 31/05/92.

Tempo que atuou como Agente Administrativo Auxiliar: 01/06/92 a 31/07/95.

Totalizando 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 03 (três) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1591/2015.**

PORTARIA Nº. 1591/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1641 de 12 de maio de 2011, que Averbou Tempo de Serviço do servidor JOSE DA SILVA MATTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 14 (quatorze) anos, 03 (três) meses e 06 (seis) dias, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1592/2015.**

PORTARIA Nº. 1592/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DOS ESTAGIÁRIOS:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DOS ESTAGIÁRIOS:

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 01/04/2015.

MATRICULA	SERVIDOR
300600-4	Cristina Schwinden
3745348-1	Michelle Silveira Volpato Ribeiro
300161-2	Mirella Pamplona Zacchi Coelho
300159-2	Ronise Ramos

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1593/2015.**

PORTARIA Nº. 1593/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 5058 de 06 de março de 2001, que Averbou Tempo de Serviço da servidora MARGARETE APARECIDA RACHADEL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 24 (vinte e quatro) dias, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1594/2015.**

PORTARIA Nº. 1594/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ALCE-  
NIR ALDO MARTINS, Matricula nº. 802114-1, ocupante da cate-  
goria funcional de Artífice, removida para a Escola Básica Prefeito

Reinaldo Weingartner, do Quadro de Pessoal da Administração Di-  
reta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de  
15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1595/2015.**

PORTARIA Nº. 1595/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CLAU-  
DINETE SALVADOR DA SILVA DE FARIAS, Matricula nº. 801557-3,  
ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Nova  
Esperança, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta  
Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de de-  
zembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1597/2015.**

PORTARIA Nº. 1597/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CLE-  
OMAR APARECIDA GONÇALVES, Matricula nº. 801524-2, ocupante  
da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Anjinho da  
Guarda, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-  
feitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezem-  
bro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1598/2015.**

PORTARIA Nº. 1598/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora DEBORA MARTINS LOURENÇO, Matrícula nº. 801524-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Professora Mara Luiza Vieira Liberato, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1599/2015.**

PORTARIA Nº. 1599/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ELIETE MARIA DE ABREU ROSA, Matrícula nº. 800135-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Abílio Manoel de Abreu, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1600/2015.**

PORTARIA Nº. 1600/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ELIETE NUNES, Matrícula nº. 800581-1, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para o CEI Vida Melhor, do Quadro de

Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1601/2015.**

PORTARIA Nº. 1601/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ENI LOPES DA ROSA, Matrícula nº. 800025-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Abílio Manoel de Abreu, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1602/2015.**

PORTARIA Nº. 1602/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora FERNANDA WEINGARTNER, Matrícula nº. 801197-1, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para a EB Guilherme W. Filho, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1603/2015.**

PORTARIA Nº. 1603/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora FLAVIA COELHO, Matrícula nº. 801552-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Interação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1604/2015.**

PORTARIA Nº. 1604/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora INES SELONIR VERONEZE BEVILACQUA, Matrícula nº. 800927-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Laurita Wagner da Silveira, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1605/2015.**

PORTARIA Nº. 1605/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora IRENE DE FÁTIMA NOVAK GALVAN, Matrícula nº. 801472-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Padre Réus,

do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1606/2015.**

PORTARIA Nº. 1606/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora IVONE TEREZINHA MAURICIO DA SILVA, Matrícula nº. 801542-3, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Interação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1607/2015.**

PORTARIA Nº. 1607/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora IVO-NETE GONÇALVES DA ROSA GREGORIO, Matrícula nº. 801525-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Laurita Wagner da Silveira, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1608/2015.**

PORTARIA Nº. 1608/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora JULIANE MADALOZZO, Matrícula nº. 801618-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Santa Marta, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1609/2015.**

PORTARIA Nº. 1609/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora KATIA REGINA DA COSTA, Matrícula nº. 800896-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o GE Evanda Sueli Juttel Machado, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1610/2015.**

PORTARIA Nº. 1610/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora KATIA VALDETE DUTRA, Matrícula nº. 801564-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Criança Feliz, do

Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1611/2015.**

PORTARIA Nº. 1611/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora LUCI LUIZA DE SOUSA, Matrícula nº. 801181-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Francisca Raimundo Farias da Costa, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1612/2015.**

PORTARIA Nº. 1612/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora LUCIA HELENA TRUPPEL, Matrícula nº. 800571-2, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para o CEI Interação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1613/2015.**

PORTARIA Nº. 1613/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora LUCIA MAURA DA SILVA, Matrícula nº. 801434-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Nova Esperança, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1614/2015.**

PORTARIA Nº. 1614/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARGARETE INACIO, Matrícula nº. 801119-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Guilherme W Filho, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1615/2015.**

PORTARIA Nº. 1615/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA FERNANDA NASCIMENTO DE ALMEIDA, Matrícula nº. 801194-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI

Bolinhas de Sabão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1616/2015.**

PORTARIA Nº. 1616/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA MATILDE CORREA, Matrícula nº. 800718-2, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para a EB Abílio Manoel de Abreu, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1617/2015.**

PORTARIA Nº. 1617/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora NAIR MARIA COELHO GOES, Matrícula nº. 800348-1, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para a EB Laurita Wagner da Silveira, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1618/2015.**

PORTARIA Nº. 1618/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora NAZARE KNAUL DE ANDRADE SCHURHAUS, Matrícula nº. 801471-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Nova Esperança, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1619/2015.**

PORTARIA Nº. 1619/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor OSVALDO NELSON MOURA, Matrícula nº. 150086-1, ocupante da categoria funcional de Artífice, removida para a EB Abílio Manoel de Abreu, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1621/2015.**

PORTARIA Nº. 1621/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SALETE PEREIRA SCHAIMANN, Matrícula nº. 400062-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Santa Marta, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1622/2015.**

PORTARIA Nº. 1622/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Sinomar de Araujo Lopes	24	32	01/04/2015 a 18/12/2015
Marines da Conceição Walkowski	10	24	01/04/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora ExecutivaMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1623/2015.**

PORTARIA Nº. 1623/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ELISANGELA DE SOUZA FERREIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 1136/2014, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 05/03/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de SaúdeMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1624/2015.**

PORTARIA Nº. 1624/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2033 de 22 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JANAINA PORTO, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 29/05/2015 a 29/05/2016.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1625/2015.**

PORTARIA Nº. 1625/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SOLANE MARCIA DE JESUS ELI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1626/2015.**

PORTARIA Nº. 1626/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adenira Rodrigues	ACS	05	23/03/15	I – F 41
Adriana Zelir Cesário	Enfermeiro	04	22/03/15	I –
Amanda Arlene Farias	Técnico em Enfermagem	36	07/04/15	I – E 66
Ana Paula de Souza da Silveira	Professor	15	27/03/15	I – O 03
Anelia Mariano dos Santos	ASO	180	01/04/15	I – F 32, II – M 53, III – M 65-9
Arlete Apolinária da Silva	ASO	55	08/04/15	I – F 33-2
Atanil de Medeiros Wagner Filho	Professor	30	10/04/15	I – M 36, II – M 25
Bruno Pereira Dal Paz	Enfermeiro	10	01/04/15	I –
Carlos Antonio Amaral	Assessor	04	23/03/15	I – S 20
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	08	23/03/15	I – F 11-2
Clarice Oliveira Ritt Salasario	Técnico em Enfermagem	60	06/04/15	I – M 79-0
Clarisse Salla Chagas	Professor	30	25/03/15	I – F 32, II – F 41-1
Claudia Maria Weingartner	Professor	04	17/03/15	I – M 25-5, II – F 41-2
Claudia Maria Weingartner	Professor	03	30/03/15	I – M 25-5, II – F 41-2
Claudia Maria Weingartner	Professor	90	08/04/15	I – M 25-5
Cristiane Maria Machado da Silva	ASO	09	24/03/15	I – S 62-2, II – M 25-5
Daiane dos Passos Nunes	Técnico em Enfermagem	04	25/03/15	I – H 10
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	05	23/03/15	I – O 45-8
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	03	30/03/15	I – O 45-8
Daniela Rodrigues Franceschette	Assistente Administrativo	04	30/03/15	I – Z 76-3
Darlene Damasio de Melo	Orientador Educacional	180	25/03/15	I –
Deyse Alexandre Pedro	Professor	30	21/03/15	I – F 41-2, II – F 43
Dioneia Mafra Silvano Araujo	ACS	60	24/03/15	I – M 54-5
Doris Cristina da Silva	ASG	05	06/04/15	I – M 25-5
Eda Bruch Walter	Professor	30	24/03/15	I – F 32-2
Edinei Hoffmann	Enfermeiro	26	02/04/15	I – F 43-0
Eliane Maria da Silveira Gonçalves	Professor	04	24/03/15	I – M 25-5
Elizabete Elza de Souza	ASO	30	25/03/15	I – Z 76-1
Eneide Knabben Weber	Assistente Administrativo	23	03/03/15	I – R 10-4

Enia Mara Martins Sell	ASO	05	06/04/15	I – M 25-5
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	30	09/03/15	I –
Fernanda Karin Rodrigues	ASO	45	23/03/15	I – M 25-5, II – G 56-0
Fernanda Schroeder	Assistente Administrativo	31	25/03/15	I – D 25
Fernanda Tasca Gonçalves	Bioquímica	90	02/04/15	I –
Flavia Coelho	Merendeira	33	18/03/15	I – M 65-8, II – M 25-5
Gedelci Quadros de Oliveira	Monitor	28	30/03/15	I –
Ivana Carvalho Mendes	Técnico em Enfermagem	35	26/03/15	I – N 93-9
Ivone Terezinha Mauricio da Silva	Merendeira	30	06/04/15	I – S 83
Janaina Ricardo Damiani Rogério	Professor	40	28/03/15	I – F 41-1, II – F 32-1
Janaina Schmitt	ACS	15	01/04/15	I – M 77-9
Janiele Ramos Rodrigues Barbosa	Professor	30	24/03/15	I – M 54-5
João Otavio Cardoso Amante	Motorista	15	26/03/15	I – H 15-5
Juliana Alcídia de Souza Santana	Professor	08	23/03/15	I – A 09, II – F 41-2
Juliana Alcídia de Souza Santana	Professor	10	01/04/15	I – A 09, II – F 41-2
Juliana Rosa da Silva	Professor	14	31/03/15	I – O – 03-4
Juliana Ulmer Dias	Professor	05	06/04/15	I – O 80
Juliana Ulmer Dias	Professor	15	15/04/15	I – O 80
Kátia de Souza	ASO	18	31/03/15	I – C 73
Luciane Maria da Silva	ASG	15	06/04/15	I – M 54-2
Márcia Osvalda da Silva	ASG	30	26/03/15	I – Z 74-9, II – Z 76-3
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	120	06/04/15	I – F 10-0
Margareth Melo Duarte	ACS	20	18/03/15	I – F 41-2
Maria Antonia Sampaio Ramos	ACS	10	26/03/15	I – M 22-2
Maria Joelma Dias	Professor	30	02/04/15	I – R 49
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	34	23/03/15	I – M 65-9, II – G 56-0
Maura Helena de melo	Professor	40	06/04/15	I – F 20, II – F 41-2
Mayara Guthia	Assistente Administrativo	17	24/03/15	I –
Nadir Vilson Fipke	Professor	13	06/04/15	I – M 54
Neuza Maria Andrade	ACS	15	07/04/15	I – Z 54-0
Nilson Firmino	ASO	10	19/03/15	I –
Osmar Salome Vieira Filho	ACE	03	23/03/15	I – D 71-1, II – B 07-0
Osvaldino de Souza	ASO	30	01/04/15	I – M 54-4
Patrícia dos Santos	Psicóloga	03	20/03/15	I – O 13
Patrícia dos Santos	Psicóloga	180	23/03/15	I – O 13
Rita de Cássia da Silva	ASG	16	25/03/15	I –
Rodrigo da Silva	Vigia	10	19/03/15	I –
Rosana Aparecida Pinheiro Salmoria	ACS	20	19/03/15	I – I 83
Rosana de Freitas Campos	Professor	60	06/04/15	I – M 23
Rosicleia Maria Azevedo	Professor	10	30/03/15	I – F 43
Rosicleia Maria Azevedo	Professor	15	08/04/15	I – F 43
Sabrina Terezinha Jose	ACS	46	31/03/15	I – K 80, II – R 10, III – Z 34
Sandra de Moraes Duarte Raimundo	Professor	30	06/04/15	I – S 32-0
Scheila dos Passos	Supervisora Escolar	14	19/03/15	I –
Scheila dos Passos	Supervisor Escolar	18	06/04/15	I – S 93-4
Sebastiana Pires da Silva	ASO	30	15/03/15	I – M 70-6
Sebastião Jose da Silva	ASO	07	21/03/15	I –
Sirlene Hildebrando	ASG	23	07/04/15	I – F 32-2
Suelyn Jensen Martins	ASO	30	27/03/15	I – H 62
Tarsyane Zenilda da Silva	Monitor	15	30/03/15	I – E 10, II – F 41-3
Tatiana Lobo	Assistente Administrativo	30	25/03/15	I – M 52-1
Telmo da Rocha	Técnico em Edificações	15	31/03/15	I – M 23-2
Terezinha Maria da Silva	Merendeira	60	13/03/15	I – Z 76-3
Thaís Mendes Pereira	Assistente Administrativo	30	20/03/15	I – Z 76-3
Vanderleia Alves	ASO	120	24/03/15	I – M 54-5, II – M 79-1, III – M 25-5
Vera Aparecida Rodrigues Borges	ASO	30	06/04/15	I – M 75-5, II – M 65-8
Vera Lucia Pinho Campos	ASO	30	23/03/15	I – M 75-5, II – M 77-0

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1627/2015.**

PORTARIA Nº. 1627/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SONIA HEINZ DA SILVA, Matrícula nº. 800858-1, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para o CEI Vida Melhor, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1628/2015.**

PORTARIA Nº. 1628/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SO-RAIA REGINA CARDOSO DA SILVA, Matrícula nº. 801236-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Santa Marta, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1629/2015.**

PORTARIA Nº. 1629/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora TE-REZA DE MOURA, Matrícula nº. 401713-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Nova Geração, do Quadro

de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1630/2015.**

PORTARIA Nº. 1630/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VAN-DA FRANCISCA DA SILVA, Matrícula nº. 500406-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para o CEI Nova Esperança, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1631/2015.**

PORTARIA Nº. 1631/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VERA LUCIA XAVIER, Matrícula nº. 801191-2, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para o CEI Bolinhas de Sabão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1632/2015.**

PORTARIA Nº. 1632/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ZILMA MARGARIDA DA SILVA CAMPOS, Matrícula nº. 300135-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a EB Francisca Raimunda Farias da Costa, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Circular nº. 009/RH/SME/2014.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1633/2015.**

PORTARIA Nº. 1633/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402128-1	Cristina Maria Santos	Pós Graduação	15%	12/03/2015
100755-1	Larissa Papaleo Koelzer	Mestrado	20%	26/02/2015
300500-1	Nelson Ferreira Rocha Neto	Graduação	30%	10/03/2015

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1634/2015.**

PORTARIA Nº. 1634/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANICE HELENA SCHEIDT, matrícula nº. 190050-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio

de 20/12/2009 a 20/12/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 17/04/2015 à 17/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1635/2015.**

PORTARIA Nº. 1635/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
120164-1	Roseli Maria dos Santos Pedro	R\$ 900,00	Diretor ER Maria dos Santos Silva

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1636/2015.**

PORTARIA Nº. 1636/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para JULIO CESAR MACEDO, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**TERMO DE DOAÇÃO Nº 001/2015.**

TERMO DE DOAÇÃO Nº 001, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação Ambientalista Viva o Verde – Ponte do Imaruim.

Pelo presente instrumento de Termo de Doação, que celebra o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani, nesta cidade, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SESP, representada pelo Secretário Municipal Sr. EDSON GHIZONI, doravante denominada DOADORA e de outro lado a ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA VIVA O VERDE – PONTE DO IMARUIM, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.596.343/0001-84, com sede à Rua Beira Rio Mar, s/n, Ponte do Imaruim, Palhoça/SC, CEP 88.130-000, neste ato representada pelo Presidente, Sr. MAURECI DAMAS, brasileiro, portador do RG nº 2005531 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 649.624.669-68, doravante denominada DONATÁRIA, resolvem celebrar com base no art. 17, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/93, o presente termo, que será regido pelas cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente termo visa a doação de bens móveis considerados inservíveis para a Administração Municipal, com o exclusivo fim de uso e interesse social de contribuir com as entidades filantrópicas, de caráter assistencial e sem fins lucrativos, domiciliados no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRESSUPOSTOS PARA DOAÇÃO**

2.1 Considerando a inconveniência sócio-econômica na escolha por outra forma de alienação de bens inservíveis em desuso na Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP e o interesse único e exclusivo da DONATÁRIA em utilizá-los na consecução dos fins e interesses sociais previstos em seu estatuto, pressupostos que permite e autoriza, com fundamento no art. 17, II, “a” da Lei nº 8.666/93, a doação dos bens móveis de propriedade da DOADORA, no valor patrimonial avaliado de R\$ 0,27kg (vinte e sete centavos), sendo o total de aproximadamente 3.000kg (três mil quilogramas), perfazendo o valor aproximado de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) a serem doados para a DONATÁRIA.

2.2 Serão entregues à DONATÁRIA, mediante Termo de Recebimento, os bens desafetados do patrimônio público do Município de Palhoça, conforme relação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
01	Base para relê fotoelétrico 220V-10ª, com suporte em aço DF	123	1.115,00	Inservível
02	Braço comum de IP-Aço GF-D25x1000mm – Celesc (PROJ~1000MM)	181	186,00	Inservível
03	Braço decorativo de coluna, balanço 1250mm, CFE ETME 1.2.1	196	9,00	Inservível
04	Braço especial de IP-Aço GF-D48x3000mm com sapata (PROJ~2500MM)	183	40,00	Inservível
05	Braço especial de IP-Aço GF-D49x3000mm – Celesc (PROJ~2050MM)	182	43,00	Inservível
06	Chave para comando de IP, NA, 160/240V, 1x50A	121	52,00	Inservível
07	Cinta circular para poste em aço GF dim. 150mm – padrão Celesc	3328	1,00	Inservível
08	Cinta circular para poste em aço GF dim. 160mm – padrão Celesc	3329	1,00	Inservível
09	Cinta circular para poste em aço GF dim. 170mm – padrão Celesc	3330	1,00	Inservível
10	Cinta circular para poste em aço GF dim. 180mm – padrão Celesc	3331	5,00	Inservível
11	Cinta circular para poste em aço GF dim. 190mm – padrão Celesc	3332	2,00	Inservível
12	Cinta circular para poste em aço GF dim. 200mm – padrão Celesc	3333	36,00	Inservível
13	Cinta circular para poste em aço GF dim. 210mm – padrão Celesc	3334	13,00	Inservível
14	Cinta circular para poste em aço GF dim. 220mm – padrão Celesc	3335	77,00	Inservível
15	Cinta circular para poste em aço GF dim. 230mm – padrão Celesc	3336	11,00	Inservível
16	Cinta circular para poste em aço GF dim. 240mm – padrão Celesc	3337	5,00	Inservível
17	Luminária aberta para IP, lâmpada VM 80W/VS 70W, ETME 16.1.5-padrão Celesc	110	491,00	Inservível
18	Luminária blindada tartaruga, tipo 5, ETME 16.2.5	25	1,00	Inservível
19	Luminária décor em alumínio para lâmpadas VS/MVM até 150W, tipo 1, ETME 16.2.1 – Clivia	21	9,00	Inservível
20	Luminária Fechada para IP, VM 250/400W e VS 250W, ETME 16.1.4 – padrão Celesc	19	202,00	Inservível
21	Mão francesa perfilada – padrão Celesc	3372	1,00	Inservível
22	Parafuso de cab. Abaulada 16x150mm – padrão Celesc	3376	6,00	Inservível
23	Parafuso de cab. Abaulada 16x45mm – padrão Celesc	3374	3,00	Inservível
24	Parafuso de cab. Abaulada 16x70mm – padrão Celesc	3375	22,00	Inservível
25	Parafuso de cab. Quadr. 16x150mm com porca – padrão Celesc	3379	9,00	Inservível
26	Parafuso de cab. Quadr. 16x200mm com porca – padrão Celesc	3380	19,00	Inservível
27	Parafuso de cab. Quadr. 16x250mm com porca – padrão Celesc	3381	60,00	Inservível
28	Parafuso de cab. Quadr. 16x300mm com porca – padrão Celesc	3382	23,00	Inservível
29	Parafuso de cab. Quadr. 16x400mm com porca – padrão Celesc	3383	1,00	Inservível
30	Porca quadrada, rosca M16, dim. 24x24x13mm – padrão Celesc	3391	25,00	Inservível
31	Projeto circular emut. Solo, alum. Injet, MVM 150W, Base G12 ou RX7S	811	2,00	Inservível
32	Projeto ret. assim/simet-MVM/VS até 400W-Alum. Injet – Aloj Aux	83	12,00	Inservível
33	Projeto ret., alu injet, MVM/VS até 1000W; Base E-40, aloj para aux	82	1,00	Inservível
34	Projeto ret-lâmp descarga até 400W; E-40 ou E-27; alu fundido	84	117,00	Inservível
35	Reator ext baixas perdas para MVM 1000W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	117	10,00	Inservível



36	Reator ext baixas perdas para MVM 400W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	116	3,00	Inservível
37	Reator ext baixas perdas para VS 150W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	113	515,00	Inservível
38	Reator ext baixas perdas para VS 250W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	114	662,00	Inservível
39	Reator ext baixas perdas para VS 400W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	115	190,00	Inservível
40	Reator ext baixas perdas para VS 70W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	111	624,00	Inservível
41	Reator int. baixas perdas para MVM 1000W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	1013	8,00	Inservível
42	Reator int. baixas perdas para MVM 400W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	1012	2,00	Inservível
43	Reator int. baixas perdas para VS 150W, com ignitor, ETME 20	103	63,00	Inservível
44	Reator int. baixas perdas para VS 250W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	104	166,00	Inservível
45	Reator int. baixas perdas para VS 400W, 220V-60HZ, com ignitor	105	44,00	Inservível
46	Reator int. baixas perdas para VS 70W- ignitor-máx. (MM)127x89x70	101	20,00	Inservível
47	Relê fotoeletrônico NF, prot UV, 1800VA, Lig 10-15LUX, Desl 25Lux	124	6.016,00	Inservível
48	Poste concreto DT 9x300 (quebrado)	-	5,00	Inservível
49	Poste metal cônico 10m (quebrado)	-	1,00	Inservível

### 2.3 Sob pena de reversão dos bens doados, a DONATÁRIA deverá se comprometer:

I – usar os bens doados exclusivamente para consecussão dos fins sociais, em consonância com os princípios e objetivos regimentados no respectivo estatuto;

II – comprometer-se a dar finalidade específica aos referidos bens, em caso de dissolução, e não tendo sido utilizados, doá-los a outras entidades de natureza similar do Município, preferencialmente, ou a qualquer outra do Estado de Santa Catarina;

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

3.1 O presente instrumento será regido pela Lei nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes, bem como pelas cláusulas e condições nele estabelecidas.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 Para conferir publicidade e eficácia ao presente Instrumento, a Secretaria Municipal de Governo providenciará a publicação deste termo no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos da Lei 8.666/93

### CLÁUSULA QUINTA – DA CONCORDÂNCIA

5.1 A DONATÁRIA declara que concorda plenamente com todos os termos e condições do presente instrumento e aceita plenamente a doação ora efetuada.

### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 Este instrumento poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável.

6.2 A DOADORA encaminhará ao Ministério Público do Estado denúncia contra a DONATÁRIA que aplicar ou empregar os bens móveis em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste instrumento, bem como à Procuradoria Geral do Município para a reversão do termo, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 Este instrumento tem início de vigência a partir da data de sua assinatura, contados os efeitos a partir da publicação, em caráter definitivo.

### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como o local competente para dirimir quaisquer dúvidas ou para propor quaisquer medidas não eventualmente solvidos no âmbito administrativo.

Estando justo e acordado, assinam o presente instrumento, em (03) três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para fins de produção dos efeitos legais e de direito entre as partes.

Palhoça/SC, 22 de junho de 2015.

EDSON GHIZONI

Secretário Municipal de Serviços Públicos – SESP

MAURECI DAMAS

Presidente da Associação Ambientalista Viva o Verde – Ponte do Imaruim

## TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 21/2015, objeto: Confecção de uniformes, bolsas e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CEAP, Programa Acolher ao Nascer e demais Setores, com fornecimento de todos os materiais necessários, no dia 06 de julho de 2015, às 13:30h, recebimento dos envelopes e amostras e abertura das propostas e no dia 09 de julho de 2015, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [palhoca.atende.net](http://palhoca.atende.net). Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 22 de junho de 2015.

Rosiméri Hilda Coelho

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 25/2015. Modalidade: CREDENCIAMENTO 02/2015. Objeto: CREDENCIAMENTO DE RESTAURANTES, SITUADOS NAS CIDADES DE: SÃO MIGUEL DO OESTE, MARAVILHA, CHAPECÓ E XANXERÊ, ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE CUMPRAM OS REQUISITOS INDICADOS NESTE EDITAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS, SOMENTE NOS DIAS ÚTEIS E NOS HORÁRIOS DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTA. Data da entrega dos envelopes: 27/07/2015 até as 09:00 horas.. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 22 de Junho de 2015.

Tânia de Fátima Henchen

Gestora do Fundo.

### PROCESSO 79/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 79/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 36/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À AQUISIÇÃO DE MADEIRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO V. Data da entrega dos envelopes: 07/07/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 07/07/2015 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 22 de Junho de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC 053/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 053 DE 18 DE JUNHO DE 2015A AVÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO E ESTÁVEL COMO IUICA "REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, ESTABELECIDA NO ART. 19, LETRA "b", DA LEI Nº 736/2011, COMO INSTRUMENTO DESTINADO A AFERIR O DESEMPENHO DOS MESMOS NO CUMPRIMENTO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Avaliação doMagistério Público Municipal como instrumento destinado a aferir o desempenho de seus membros no cumprimento das suas atribuições.

Art. 2º A Avaliação de Desempenho tem por objetivos:

- I - medir a eficiência do servidor, permitindo-lhe conhecer suas potencialidades e fatores a serem aprimorados;
- II - fornecer subsídios à gestão da política de recursos humanos;
- III - aprimorar o desempenho do servidor;
- IV - possibilitar o estreitamento das relações interpessoais e a cooperação dos servidores entre si e suas chefias;
- V - promover adequação funcional do servidor; e
- VI - aferir o mérito para promoção e progressão funcional.

Art. 3º O resultado obtido na Avaliação de Desempenho será utilizado:

I - para fins de concessão da Progressão Funcional, nos termos do art. 19, "b", da Lei nº 736, de 29 de abril de 2011.

II - para subsidiar programas de treinamento e capacitação do membro do magistério público municipal.

Art. 4º A Avaliação de Desempenho será realizada por Comissão designada para este fim, levando-se em consideração os seguintes critérios:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

I - Assiduidade e pontualidade;

II - Dedicação ao serviço;

III - Participação extra- classe;

IV - Disciplina e responsabilidade.

Art. 5º Não fará jus a Progressão Funcional por merecimento, o Membro do Magistério que durante o período de avaliação se enquadrar em qualquer dos itens seguintes:

1 – Somar 05 (cinco) ou mais chegadas atrasadas durante o ano letivo;

2 – ter mais de uma falta injustificada no ano;

3 – Exceder a 60 dias de licença para tratamento de saúde;

4 – Ter usufruído de Licença Interesse;

5 – Possuir registro de advertência escrita na escola ou da Administração Pública Municipal.

Art. 6º Serão atribuídas notas para os critérios da Avaliação de Desempenho de que trata o art. 4º, deste Decreto.

Art. 7º A nota final da Avaliação de Desempenho do Membro do Magistério será o resultado da média das pontuações obtidas.

I - Será considerado apto na avaliação o servidor que obtiver a nota final igual ou superior a 7 (sete).

II - Será considerado inapto na avaliação o servidor que obtiver a nota final abaixo de 7 (sete).

Parágrafo Único - Não será concedida a Progressão Funcional, ao servidor que for considerado inapto na Avaliação de Desempenho.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 18 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**EXTRATO EDITAL PR 49/2015 PMPT**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, COM SEDE NA AVENIDA BEIRA RIO Nº. 20 – CENTRO – PASSO DE TORRES - SC, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 95.782.793/0001-54, INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTA, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL" ATRAVÉS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DO PREGOEIRO (A), OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS POR HORA/ HOMEM PARA CAPINAÇÃO, LIMPEZA DE PÁTIO, LIMPEZA INTERNA DOS ESTABELECIMENTOS, MANUTENÇÃO DOS JARDINS, ÁRVORES E PLANTAS, RETIRADA DE ENTULHOS E RESÍDUOS DAS CRECHES E ESCOLAS, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO HORA/HOMEM PARA CAPINAÇÃO, LIMPEZA, MANUTENÇÃO DE JARDINS, PODA DE ARVORES E PLANTAS, RETIRADA DE ENTULHOS NAS VIAS E PRAIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES COM DESTINO PRÓPRIO DO LICITANTE PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS. ABERTURA: 07/07/2015 ÀS 14H30MIN O EDITAL COM SEUS ANEXOS, DEVERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, DA PREFEITURA MUNICIPAL, LOCALIZADA NA AVENIDA BEIRA RIO Nº. 20 – CENTRO – PASSO DE TORRES - SC, NO HORÁRIO DAS 13H00MIN ÀS 19H00MIN DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE JUNHO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

LUCIA ALVES HESPANHOL

PREGOEIRA

**LEI 996/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES****LEI Nº 996 DE 18 DE JUNHO DE 2015.****“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO – PME, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.**

**Juarez Godinho Scheffer**, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

**Art. 2º** São diretrizes do PME:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

**Art. 3º** As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

específicas.

**Art. 4º** As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

**Art. 5º** A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicos realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Câmara de Vereadores;
- III - Conselho Municipal de Educação – CME;
- IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere à meta 17 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

**Art. 6º** O Município promoverá a realização de pelo menos 4 (quatro) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - Promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

**Art. 7º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

**Art. 8º** O Município, no prazo de dois anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

**Art. 9º** O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 10º** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

**Art. 11º** Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

**Art. 12º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**Art. 13º** Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de Junho de 2015.

Juarez Godinho Sheffer  
**Prefeito Municipal**

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e  
Finanças, em 18 de junho de 2015.

Alexandre Ângelo Felipe  
**Secretário Municipal de Administração e Finanças**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**Anexo I**

**META E ESTRATÉGIAS**

<b>Meta 1:</b> Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos, até o final da vigência deste documento, em consonância com o PNE.
<b>ESTRATÉGIA</b>
1. Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.
2. Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.
3. Manter levantamento da demanda por creche para a população de 0 (zero) até 03 (três) anos, com base integrada no âmbito municipal, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
4. Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública acerca da demanda das famílias por creches.
5. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, Programa Nacional de Construção e Reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, objetivando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil.
6. Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, às condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, além de outros indicadores relevantes.
7. Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas, como entidades beneficentes de Assistência Social na área de Educação, com a expansão do acesso à rede escolar pública.
8. Promover de forma articulada com as instituições formadoras, a formação inicial e continuada dos/as profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.
9. Estimular a articulação entre Pós-Graduação, núcleos de pesquisa, PIBID (Programa de Iniciação à Docência) e cursos de formação para profissionais da Educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais, ao atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos.
10. Fomentar o atendimento às populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.
11. Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar, às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para os/as surdos/as e a transversalidade da Educação Especial, nessa etapa da Educação Básica.
12. Implementar, em caráter complementar, Programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade.
13. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos em





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do/a estudante de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.
14. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
15. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação as crianças de até 03 (três) anos.
16. O Município, com a colaboração da União e do Estado, realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
17. Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
18. Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016.
19. Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.
20. Elaborar critérios para matrícula na Educação Infantil das crianças de até 03 (três) para o cumprimento da meta 1.2.
21. Garantir a construção, ampliação e adequação de espaços de atendimento da Educação Infantil.
22. Elaborar Diretrizes Curriculares Municipais para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

23. Assegurar medidas administrativas relacionadas a contratação de profissionais, previstas em estatuto das entidades e/ou instituições educacionais, para garantir a qualidade no atendimento das especificidades da Educação Infantil.
24. Garantir o cumprimento da Lei 12.796/2013 que determina o atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 07 (sete) horas para a jornada integral, com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

**Meta 2:** Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos/as estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

**ESTRATÉGIA**

1. Colaborar com a consulta pública solicitada pelo Ministério da Educação (MEC) e acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as estudantes do Ensino Fundamental, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até o segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).
2. Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no
3. 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.
4. Colaborar com o ministério da educação no processo de criação dos mecanismos de acompanhamento individualizado dos alunos.
5. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, objetivando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos/as



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
6. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
7. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo e das populações oriundas de comunidades indígenas e quilombolas.
8. Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
9. Promover a relação das escolas entre instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos/as estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural.
10. Incentivar a participação de pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos/as filhos/as, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.
11. Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.
12. Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), bem como para estudantes que necessitam de atendimento educacional domiciliar.
13. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos/as estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

14. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo em habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.
15. Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial.
16. Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.
17. Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.
18. Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.
19. Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.
20. Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade.
21. Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.
22. Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

23. Garantir a implementação da Proposta Curricular de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.
24. Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.
25. Atualizar a Proposta Curricular, sob a responsabilidade dos órgãos competentes, garantindo a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, até o segundo ano de vigência do PME.
26. Prever no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, mecanismos para o acompanhamento individualizado por meio de atendimento educacional especializado e/ou equipes multidisciplinares aos alunos (as) com dificuldades específicas, cognitivas, intelectuais e psicológicas dos/as estudantes do Ensino Fundamental.

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

**ESTRATÉGIA**

1. Aderir ao Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se recursos financeiros para transporte escolar e aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico a formação continuada de professores/as e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.
2. Colaborar quando solicitado pelo Ministério da Educação mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação - CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, proposta de direitos e objetivos de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vista a garantir formação básica comum;
3. Pactuar entre União, Estado, e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio.
4. Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva e científica, integrada ao currículo escolar.
5. Criar, manter e ampliar Programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do/a estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e reclassificação/classificação, de forma a reposicioná-lo/a no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.
6. Contribuir com a universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.
7. Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.
8. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos/as estudantes beneficiários/as de Programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências,





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.
9. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.
10. Fomentar Programas de Educação e de Cultura para a população urbana e do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos/as e de idosos/as, com qualificação social e profissional para aqueles/as que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.
11. Realizar estudos dos indicadores da demanda vinculados aos órgãos municipais competentes, para redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos/as estudantes.
12. Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas).
13. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à identidade sexual, à identidade de gênero e à identidade étnica, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
14. Estimular a participação dos/as estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.
15. Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, através das Agências de Integração, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do/a estudante para a vida cidadã e para o trabalho.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

16. Promover a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas escolas da rede pública de Ensino Médio, universalizando o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante, nas escolas públicas de Educação Básica.

**Meta 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino e/ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, garantir a implantação das salas de recursos até o final do ano letivo de 2016.

**ESTRATÉGIA**

1. Assegurar que os dados relativos às matrículas dos/as estudantes da educação regular da rede pública que recebam AEE complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, sejam contabilizados de forma fidedigna dentro dos prazos estabelecidos para fins de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
2. Garantir, no prazo de vigência deste PME, o atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

3. Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e realizar a formação continuada de professores/as, profissionais de apoio e monitores/as para o AEE nas escolas urbanas e do campo da rede pública, além das escolas conveniadas.
4. Garantir AEE em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos/as os/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o/a estudante (criança, adolescente, jovem, adulto/a e idoso/a).
5. Garantir e ampliar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia, para apoiar o trabalho dos/as professores/as da Educação Básica com os/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, até o final do ano letivo do ano de 2016.
6. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas e instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;
7. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos/às estudantes surdos/as e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas, classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Artigos 24 e 30 da



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos/as e surdos/as-cegos/as.
8. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
9. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários/as de Programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vista ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.
10. Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vista à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
11. Utilizar o resultado das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que requeiram medidas de AEE.
12. Promover a articulação Intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.
13. Ampliar as equipes de profissionais da Educação, em regime de colaboração com os entes federados, para atender à demanda do processo de escolarização dos/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores/as do AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores/as e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos/as-cegos/as, professores/as de Libras prioritariamente surdos/as e professores/as bilíngues
14. Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
15. Manter atualizados junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.
16. Incentivar a inclusão nos cursos de Licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da Educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
17. Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando o aumento das condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

18. Manter e ampliar parcerias com o poder público municipal, objetivando o aumento da oferta do repasse de verbas, subsidiando desde a alimentação, transporte e cedência de profissionais, produção do material didático acessível, assim como serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos alunos
19. Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.
20. Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva
21. Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica e instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas.
22. Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino e instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.
23. Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas e instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas.
24. Garantir quando necessário professor de apoio (cooregente), com habilitação ou aperfeiçoamento em Educação Especial, para o início do ano letivo de 2016.
25. Possibilitar a oferta de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental e Médio diurno a partir do quinto ano de vigência do PME.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

26. Garantir no calendário escolar reuniões pedagógicas mensais entre professores do SAEDE, professor de apoio e professor regente.

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças estudantes, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

**ESTRATÉGIAS**

1. Garantir na Proposta Curricular dos órgãos competentes, os processos pedagógicos de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias já elaboradas na pré-escola, com qualificação e valorização dos/as professores/as alfabetizadores/as e com apoio pedagógico específico, a fim de assegurar a alfabetização plena de todas as crianças até o final do 3º ano.
2. Participar da prova ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) aplicada pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP), para aferir a alfabetização das crianças estudantes, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.
3. Selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.
4. Garantir, na Proposta Curricular, a alfabetização de crianças estudantes do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), com a produção de materiais didáticos específicos, além de desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.
5. Estimular a formação inicial e promover a formação continuada de professores/as para a alfabetização de crianças estudantes, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, articuladas a Programas



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

de Pós-Graduação Stricto Sensu e ações de formação continuada de professores/as para a alfabetização.

6. Promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as estudantes da Educação Básica.

**ESTRATÉGIAS**

1. Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores/as em uma única escola e profissionais devidamente habilitados/as.
2. Instituir, em regime de colaboração, Programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequados para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças e adolescentes estudantes, em situação de vulnerabilidade social.
3. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, Programa nacional, estaduais e Municipais de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras cobertas poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, salas de recursos multifuncionais, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.
4. Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, adequando-se a realidade municipal e regional,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

<p>bem como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, cinemas, planetários e exposições culturais.</p>
<p>5. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.</p>
<p>6. Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o <u>art. 13 da Lei nº12.101, de 27 de novembro de 2009</u>, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de Educação Básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.</p>
<p>7. Atender as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando as peculiaridades locais.</p>
<p>8. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando AEE complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.</p>
<p>9. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos/as estudantes (crianças, adolescentes e jovens) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.</p>
<p>10. Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.</p>

**Meta 7:** Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

IDEB	2015	2017	2019	2021
AI do EF	5,3	5,6	5,8	6,1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	AF do EF	5,2	5,4	5,6	5,9	
	Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2	
<b>ESTRATÉGIAS</b>						
1. Estabelecer e implantar na Proposta Curricular, as diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos/as estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio respeitado as diversidades regional, estadual e local.						
2. Assegurar que:						
a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;						
b) No último ano de vigência deste PME, todos os/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.						
3. Organizar indicadores de avaliação institucional com base no perfil do/a estudante e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, com base nos Parâmetros Nacionais de Avaliação.						
4. Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a atualização do PPP, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.						



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

5. Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores/as e profissionais de serviços ou apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar
6. Buscar junto ao MEC assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional;
7. Aplicar e desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos/as.
8. Orientar e monitorar as Unidades Escolares para que atinjam as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME.
9. Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas, planejando, a partir dos resultados, as estratégias metodológicas que assegurem a ampliação do nível de qualidade de ensino, garantindo a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos/as estudantes, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.
10. Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA e implantar o PISA nas escolas existentes no município.
11. Adquirir tecnologias educacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem asseguradas à diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.
12. Garantir transporte gratuito para todos/as os/as estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a redução da evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.
13. Incentivar Programas para o desenvolvimento de pesquisas, conforme levantamento de dados de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, considerando as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.
14. Assegurar, até o final da vigência do PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das TICs.
15. Monitorar o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.
16. Acompanhar e monitorar a ampliação de Programas e aprofundamento de ações desenvolvidas pelo MEC de atendimento ao/à estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
17. Assegurar, em parceria com entidades públicas e privadas, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantindo o acesso dos/as estudantes em espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

equipamentos e laboratórios de Ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência.
18. Acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas fornecidas pelo MEC, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.
19. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.
20. Monitorar e utilizar como referência, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, divulgados pelo MEC em relação à infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.
21. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da Secretaria Municipal de Educação, bem como manter Programas de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da referida Secretaria.
22. Garantir políticas de combate à violência na escola, em parceria com órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.
23. Implementar políticas de inclusão e permanência nas escolas para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 11.525 de 24 de setembro de 2007.
24. Garantir, na Proposta Curricular e no PPP, a aplicação de conteúdos sobre o Ensino da História da África e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-Racial (ERER), conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.

25. Consolidar a Educação Escolar no Campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em Língua Portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de Programa para a formação inicial e continuada de profissionais da Educação; e o atendimento em Educação Especial.

26. Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para Educação Escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades, considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para crianças estudantes, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência.

27. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação Formal com experiências de Educação Popular e Cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos/as e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

28. Promover a articulação dos Programas da área da Educação, com os de outras áreas, como Saúde, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

29. Assegurar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da Saúde e da Educação, o atendimento aos/às estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
30. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos/as profissionais da Educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
31. Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com a divulgação das informações às escolas e à sociedade.
32. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras, a capacitação de professores/as, bibliotecários/as e agentes da comunidade, para atuar como mediadores/as da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.
33. Aderir ao Programa Nacional de Formação de professores/as e de estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória municipal, estadual e nacional.
34. Promover a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.
35. Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.
36. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica acessibilidade física, bem como energia elétrica, abastecimento de água, saneamento básico e manejo dos resíduos sólidos, garantindo aos estudantes espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.
37. Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

38. Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.
39. Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória estadual.
40. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento.
41. Reestruturar e aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.
42. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.
43. Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.
44. Orientar e monitorar o preenchimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE interativo) ou outro Programa equivalente, além de acompanhar a execução das ações nas escolas de Educação Básica.
45. Monitorar a prestação de assistência técnica financeira liberada pelo MEC, priorizando as escolas com IDEB abaixo da média nacional.
46. Incentivar a participação das escolas nos processos de avaliação da qualidade da Educação Básica e utilizar os resultados das avaliações nacionais nas redes de ensino, para a melhoria das práticas pedagógicas.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, em consonância com o PNE, para as populações do campo e populações mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**ESTRATÉGIAS**

1. Institucionalizar e desenvolver Programas para correção de fluxo, classificação e reclassificação, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.
2. Implementar Programas de Educação de Jovens, Adultos/as e Idosos/as para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.
3. Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
4. Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.
5. Promover, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses/as estudantes na rede pública regular de ensino.
6. Promover busca ativa de jovens, adultos/as e idosos/as fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e a iniciativa privada.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

7. Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.
8. Garantir a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.
9. Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.
10. Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.
11. Realizar levantamento de demanda da expansão da rede de EJA, em cursos diurno e noturno.

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**ESTRATÉGIAS**

1. Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos/as os/as que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.
2. Realizar diagnóstico dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na EJA.
3. Implementar ações de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as, com garantia de continuidade da escolarização básica.
4. Apoiar o governo federal na institucionalização de benefício adicional no Programa nacional de transferência de renda para jovens, adultos/as e idosos/as que frequentarem cursos de Alfabetização.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

5. Realizar chamadas públicas regulares para EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.
6. Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as.
7. Executar ações de atendimento ao/à estudante da EJA, por meio de Programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da Saúde.
8. Assegurar a oferta de EJA, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais, em regime de colaboração.
9. Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses/as estudantes.
10. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos/as empregados/as e com a oferta das ações de Alfabetização e de EJA.
11. Implementar Programas de capacitação tecnológica da população jovem, adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os/as estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.
12. Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos/as, as necessidades dos/as idosos/as, com vista à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de Programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

experiência dos/as idosos/as e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.
13. Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.
14. Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

**ESTRATÉGIAS**

1. Manter Programa Nacional de EJA voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica.
2. Fomentar a expansão das matrículas na EJA, de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores/as e a Educação Profissional, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, objetivando a elevação do nível de escolaridade e qualificação do/a trabalhador/a.
3. Fomentar a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público, considerando as especificidades das populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas) do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de Educação a Distância (EAD).
4. Ampliar as oportunidades profissionais dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articuladas à Educação Profissional.
5. Implantar Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.
6. Estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da Ciência, do Trabalho, da Tecnologia e da Cultura e Cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses/as estudantes.
7. Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de professores/as das redes públicas que atuam na EJA articulada à Educação Profissional.
8. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores/as articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
9. Aderir e institucionalizar Programa Nacional de Assistência ao Estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional.
10. Orientar a expansão da oferta de EJA articulada à Educação Profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.
11. Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos/as jovens e adultos/as trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada, além dos cursos técnicos de nível Médio.
12. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

13. Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional
14. Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.
15. Desenvolver um ambiente colaborativo com um banco de informações das pesquisas e estudos sobre os materiais didáticos, currículos e metodologias.

**Meta 11:** Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de acordo com a realidade local, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**ESTRATÉGIAS**

1. Expandir as matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional.
2. Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino.
3. Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de EAD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade.
4. Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.
5. Apoiar e divulgar a oferta de Programas de reconhecimento de saberes, para fins da certificação profissional em nível técnico.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

6. Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
7. Expandir a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas em instituições privadas de Educação Superior.
8. Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes pública e privada.
9. Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.
10. Expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
11. Promover a elevação gradativa da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor/a para 20 (vinte).
12. Elevar gradualmente o investimento em Programas de Assistência Estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando à garantia às condições necessárias à permanência dos/as estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.
13. Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei.
14. Estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores/as.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

15. Fomentar e ampliar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho conforme a região.
16. Reestruturar as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

**Meta 12:** Apoiar a União, Estado e as Instituições de Ensino Superior no intuito de elevar a qualidade da Educação Superior Brasileiro e contribuir na garantia da elevação da taxa bruta nacional de matrícula do Ensino Superior para 50% e a taxa líquida para 33% para a população de 18(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, garantindo a expansão de 40%(quarenta por cento) das novas matrículas, e a ampliação do corpo docente efetivo para 75%(setenta e cinco por cento) de mestres e doutores, sendo no mínimo 35%(trinta e cinco por cento ) doutores, elevar o número de matrículas em cursos de pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores em todo o território nacional:

**ESTRATÉGIAS**

1. Buscar parcerias com as instituições públicas e privadas de educação superior, com a finalidade ampliar e interiorizar o acesso a graduação na região e no município, através da otimização dos recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas;
2. Apoiar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;
3. Realizar esforços conjunto entre os entes federados e as instituições de ensino superior pública para a elevação gradativa da taxa de conclusão média dos cursos de graduação





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, 50% das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;
4. Fomentar por meio da plataforma freire e UAB a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;
5. Apoiar e incentivar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afro-brasileiros, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;
6. Divulgar e Apoiar a expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a <u>Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</u> , com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;
7. Apoiar Programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;
8. Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;
9. Colaborar e incentivar a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei;
10. Incentivar que as instituições de ensino superior tenham condições de acessibilidade na forma da legislação;
11. Buscar parcerias com as instituições de ensino superior visando a realização de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município e da região;
12. Incentivar a participação em Programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
13. Contribuir com a expansão do atendimento específico a populações do campo em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação com essa população;
14. Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de Ciências e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento da região e do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;
15. Apoiar o Programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
16. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública;
17. Apoiar a expansão e reestruturação das Instituições de Educação Superior Estadual, Federal e Comunitária cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão ao Programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica;
18. Estimular a participação das mulheres nos cursos de graduação, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;
19. Buscar junto ao Ministério da Educação e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior parcerias para a instalação de ensino superior no município através do Programa Universidade Aberta do Brasil, com a finalidade de ofertar



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

educação superior pública de qualidade, possibilitando a elevação dos índices de escolaridade da população do município e da região;
20. Ampliar parcerias com as instituições privadas de ensino superior para a oferta de cursos no município com valores acessíveis;
21. Ampliar o programa municipal de apoio ao estudante de ensino superior, chegando a 100% até o término deste PME o auxílio transporte universitário;
22. Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a <u>Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004</u> , fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
23. Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de Licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus/as futuros estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;
24. Contribuir para a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento), no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;
25. Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação, por meio das agências de fomento oficiais e outras;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

26. Monitorar a expansão do financiamento estudantil, por meio do Fies, à Pós-Graduação Stricto Sensu relativo ao município;
27. Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a Programas de mestrado e doutorado;
28. Acompanhar a manutenção e expansão do Programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
29. Estimular a participação das mulheres nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;
30. Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade no Município;
31. Promover em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação;
32. Incentivar a implementação de Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu que incluam a Educação para as Identidades Sexuais, Educação para as Relações de Gênero, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial, Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos, Educação e Prevenção à Saúde, além de outras temáticas de interesse social;
33. Incentivar a formação de profissionais da educação através de bolsas de estudos de pós-graduação em Stricto Sensu com temas relacionados ao município.

**Meta 13:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vista à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

**ESTRATÉGIAS**

1. Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.
2. Apoiar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica.
3. Ampliar Programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados/as em cursos de Licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica.
4. Apoiar a ampliação e divulgação das plataformas eletrônicas (a exemplo da Plataforma Paulo Freire), para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da Educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.
5. Incentivar a participação docente nos Programas específicos para formação de profissionais da Educação, para as escolas do campo, de comunidades indígenas ou quilombolas e para a Educação Especial.
6. Participar ativamente da reforma curricular dos cursos de Licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do/a graduando/a, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas TICs, em articulação com a base nacional comum dos currículos da Educação Básica.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

7. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível Médio e Superior dos/as profissionais da Educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica.
8. Apoiar a implementação dos cursos e Programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos/as professores/as com formação de nível Médio na modalidade normal, não licenciados/as ou licenciados/as, em área diversa a de atuação docente, em efetivo exercício.
9. Apoiar a oferta de cursos técnicos de nível Médio e Tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério.
10. Apoiar a implementação de políticas de formações continuadas para os/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério, construída em regime de colaboração entre as IES pública e privada e demais órgãos competentes no campo do sistema educacional do Município, e para além dele.
11. Apoiar a instituição de Programas de concessão de bolsas de estudos para que os/as professores/as de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.
12. Apoiar e participar no desenvolvimento de modelos de formação docente para a Educação Profissional, que valorizem a experiência prática por meio da oferta nas redes federal e estadual de Educação Profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.
13. Consolidar política de formação continuada.
14. Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.
15. Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

16. Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.
17. Ampliar o uso das tecnologias e conteúdo multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.
18. Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.
19. Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.
20. Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

**Meta 14:** Garantir, em nível de Pós-Graduação, 80% (oitenta por cento) dos/as professores/as da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos/as os/as profissionais da Educação Básica possuam formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

**ESTRATÉGIAS**

1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das IES públicas, privadas e comunitárias, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados e dos Municípios.
2. Consolidar, colaborativamente, política de formação de professores/as da Educação Básica, com base nas diretrizes nacionais, definindo as áreas prioritárias.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

3. Assegurar a participação no Programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura, de dicionários, e Programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os/as professores/as da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.
4. Participar do processo de ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos/as professores/as da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.
5. Manter e ampliar a oferta de bolsas de estudo para Pós-Graduação dos/as professores/as e demais profissionais da Educação Básica.
6. Fortalecer a formação dos/as professores/as e das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de Programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo Magistério Público.
7. Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes.
8. Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.
9. Diagnosticar, consolidar e garantir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

10. Garantir Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas.

11. Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

**Meta 15:** Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a atualização do plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional garantindo a atualização anual, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 4º (quarto) ano da vigência deste Plano;

**ESTRATÉGIAS**

1. Acompanhar e garantir a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional, inflação e ganho real calculado pelas entidades de classes e órgãos afim para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município, tendo como atribuições do Fórum Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, com reuniões frequentes durante o ano a fim de realizar cálculos referentes aos demonstrativos de gastos e aplicações na educação, assegurados a ampla representação social;
2. Constituir como tarefa do fórum permanente, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

<p>3. Ampliar no Plano de Carreira dos profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, assegurando este direito aos profissionais efetivos e contratados;</p>
<p>4. Articular a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação;</p>
<p>5. Assegurar e garantir através de lei federal um ano após a aprovação do plano que a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação;</p>
<p>6. Garantir por meio de lei a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino;</p>
<p>7. Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de Coordenação Pedagógica (orientação educacional, supervisão) e administração escolar, na própria escola, realizado por profissionais habilitados na área de atuação, e que estes profissionais estejam contemplados no plano de carreira e que a nomeação destes ocorra através de concurso público;</p>
<p>8. Aperfeiçoar o plano de carreira para os profissionais do magistério, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;</p>
<p>9. Garantir no Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, a manutenção do mesmo em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, licenças remuneradas, incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu, assegurando todos os níveis de escolaridade em um único processo após o estágio probatório;</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

<p>10. Garantir a atualização anual do Plano de Carreira para os profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do <u>inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal</u>;</p>
<p>11. Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;</p>
<p>12. Assegurar, garantir e incentivar a realização de concurso público, através da adesão da prova nacional realizada a cada 2 anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;</p>
<p>13. Estruturar e Garantir na rede pública de educação básica, de modo a que até o início do terceiro ano de vigência deste PME pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 70% (setenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;</p>
<p>14. Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;</p>
<p>15. Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, valorização salarial, condições de trabalho em ambientes adequados como forma de garantia da qualidade na educação;</p>
<p>16. Garantir a valorização dos profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do (primeiro ano, e a igualar até o sexto ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

17. Realizar, no primeiro ano de vigência deste PME, a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;

18. Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, da iniciativa do MEC, em regime de colaboração, o censo dos profissionais da Educação Básica e de outros segmentos que não os do Magistério;

19. Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de Educação, para o Município, uma vez aprovada a Lei específica estabelecendo planos de Carreira para os profissionais da Educação;

20. Instituir Comissão Permanente de profissionais da Educação do Município, para subsidiar os órgãos competentes na revisão, atualização e implementação do plano de Carreira;

21. Garantir no plano de carreira, promoção por avaliação de desempenho, gratificação por habilitação e gratificação por tempo de serviço, assegurando licenças para aperfeiçoamento profissional, vale alimentação e vale transporte;

22. Assegurar o direito do profissional da educação ao salário integral em casos de afastamento e licenças para tratamento de saúde que porventura venha a ser readaptado;

23. Implantar e garantir a partir do segundo ano de vigência deste plano no plano de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de equipe multidisciplinar, assistente social, psicopedagogo, psicólogo educacional, nutricionista educacional, fonoaudiólogo educacional, neurologista, terapeuta ocupacional, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;

**Meta 16:** Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**ESTRATÉGIAS**

1. Assegurar o repasse de transferências voluntárias da União na área da Educação para o Município, uma vez aprovada legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar no processo de eleição, para o ato de nomeação dos/as diretores/as de escola.
2. Ampliar a participação nos Programas de apoio e formação aos/às Conselheiros/as dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dos Conselhos Regionais, do Conselho Municipal de Educação de Passo de Torres e outros, e aos/às representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vista ao bom desempenho de suas funções, assegurado o repasse de recursos do Município, Estado e da União para tanto.
3. Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais e efetue o acompanhamento da execução do PNE, do PEE e do PME.
4. Estimular, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações.
5. Estimular e fortalecer os Conselhos Escolares e o Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

6. Assegurar a participação e a consulta de profissionais da Educação, estudantes e seus familiares na formulação dos PPPs, currículos escolares, respeitando o currículo básico da rede, planos de gestão escolar e regimentos escolares, plano de gestão administrativa e financeira, promovendo a participação de pais, mães ou responsáveis na avaliação dos/as professores/as, diretores/as ou gestores/as escolares.
7. Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Municipal, respeitando a legislação de responsabilidade fiscal vigente.
8. Assegurar a continuidade e aprimoramento dos Programas de formação de diretores/as e/ou gestores/as escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores/as e/ou gestores/as escolares, sem prejuízo ao processo da gestão democrática.
9. Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.
10. Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.
11. Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.
12. Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.
13. Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

14. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.
15. Criar e/ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do
16. FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.
17. Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União.
18. Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal.
19. Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.
20. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

- |   |
|---|
| 21. Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.   |
| 22. Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal. |
| 23. Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.  |

**Meta 17:** Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a aplicação do investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, o nível nacional, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5º (quinto) ano de vigência da Lei Federal nº 13.005, de 25 Junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

**ESTRATÉGIAS**

- |  |
|--|
| 1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). |
| 2. Acompanhar o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação.  |
| 3. Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a destinação correta dos recursos previstos nas Estratégias 20.4, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 20.10, 20.11 e 20.12 do PNE.   |
| 4. Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos                            |



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

aplicados em Educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, com a colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

5. Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da Educação Pública Municipal, em todas as suas etapas e modalidades.
6. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 (dois) anos da vigência do PNE, que prevê a implantação do *Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi)*, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do *Custo Aluno Qualidade (CAQ)*.
7. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a implementação do *Custo Aluno Qualidade (CAQ)*, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores/as e dos/as demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.
8. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três) anos de publicação do PNE e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

<p>9. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.</p>
<p>10. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que a União, na forma da lei, complemente os recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;</p>
<p>11. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a aprovação, no prazo de 01 (um) ano após a publicação do PNE, da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.</p>
<p>12. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE.</p>
<p>13. Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.</p>
<p>14. Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.</p>





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

- |  |
|--|
| 15. Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.  |
| 16. Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros. |

**Anexo II**

**DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EDUCACIONAL**

Com a finalidade de entendermos a realidade educacional do município, foi elaborado o presente documento, que abordará todos os níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação previstas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. O documento também levará em conta as necessidades locais, crescimento populacional, realidade social e a situação educacional do município.

Na sequência será apresentado dado da legislação municipal, que regulamenta todo o funcionamento do município, e um breve histórico da rede.

**Histórico Educacional do Município**

O município conta com 8 (oito) instituições educacionais. Compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. O município oferta a educação básica na rede pública nas dependências administrativas: estadual e municipal. Na dependência privada a educação básica é ofertada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

O município instituiu o Conselho Municipal de Educação conforme lei nº 905 de 27 Novembro de 2013. Conselho Municipal de Alimentação Escolar conforme lei nº 344 de 23 de Agosto de 2000. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, conforme lei nº 893 de 14 Agosto de 2013. O município também se encontra instituído no Sistema Municipal de Educação por meio da lei nº 748, de 15 de Junho de 2011. O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal lei nº 736, de 29 de Abril de 2011. O Plano Municipal de Educação tem por objetivo traçar metas, visando garantir a qualidade e o acesso de todos na educação.

Na sequência, serão apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica e Superior, considerando as respectivas etapas e modalidades.

**1. Níveis, Etapas e Modalidades da Educação:**

**1.1. Educação Básica**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

A Educação Básica, atualmente está organizada da seguinte forma:

- a) Educação Infantil:
  - a. Creche -0 a 3 anos de idade;
  - b. Pré-escola 4 a 5 anos de idade;
- b) Ensino Fundamental, com duração mínima de 9 (nove) anos;
- c) Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.

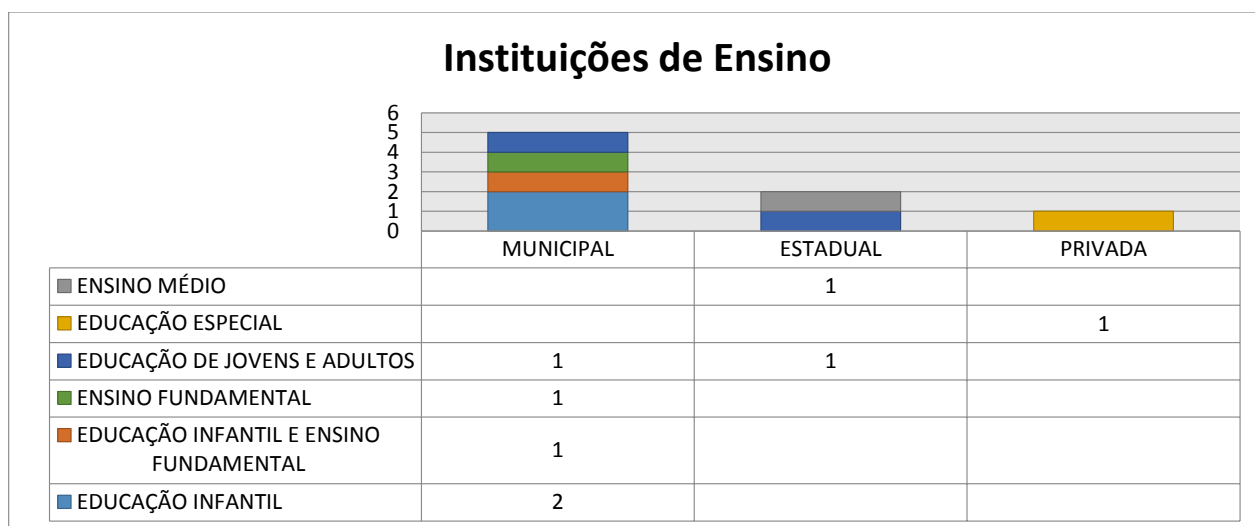
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 torna obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos de idade, compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

A Educação Básica pode corresponder em uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

O município conta com 8 instituições de Ensino compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial (Figura 1), sendo destas 5 de dependência Administrativa municipal, 2 de dependência administrativa estadual e 1 instituição privada (tabela 1).



**Figura 1 Instituições de Ensino**

Instituições de Ensino	Dependência Administrativa	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Educação Especial
EEF Vila Nova	Municipal	X	x			
EEF Manoel Rodrigues da Silva	Municipal		x			
CEI Mundo Feliz	Municipal	X				
CEI Ignacia Maria Cardoso	Municipal	X				
Instituto de Educação	Municipal				X	
EEB Governador Ildo Meneghetti	Estadual			X		
UD Passo de Torres	Estadual				x	
APAE	Privada					X

Tabela 1- Relação de Instituições de Ensino



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica, município registrou um total de 1963 matrículas (Figura2), sendo que 1505 alunos atendidos na rede municipal, 428 atendidos na rede estadual e 30 atendidos na rede privada e Ensino (APAE).

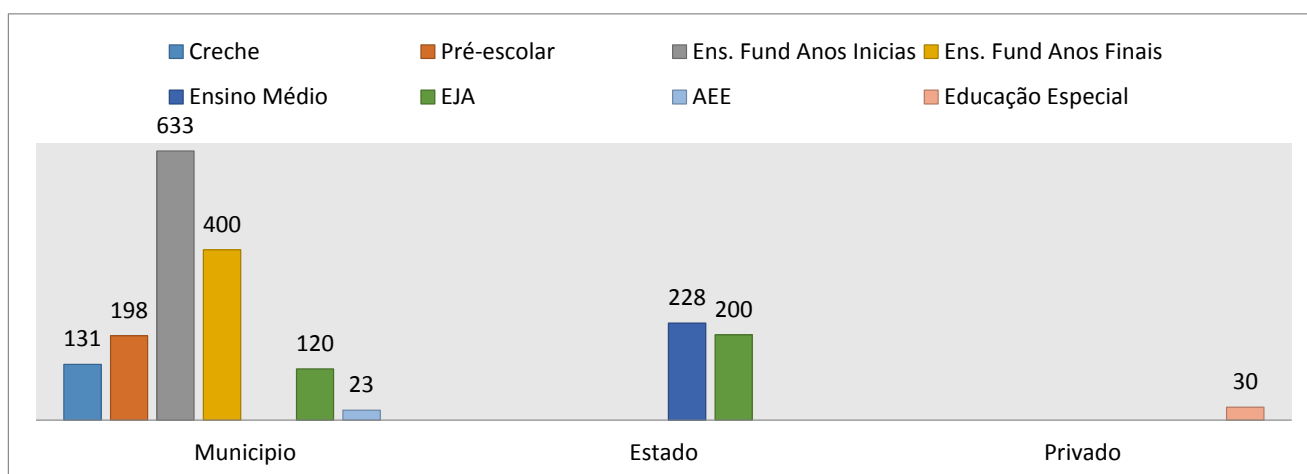


Figura 2 - Matrícula por dependência administrativa

#### 1.1.1. Educação Infantil:

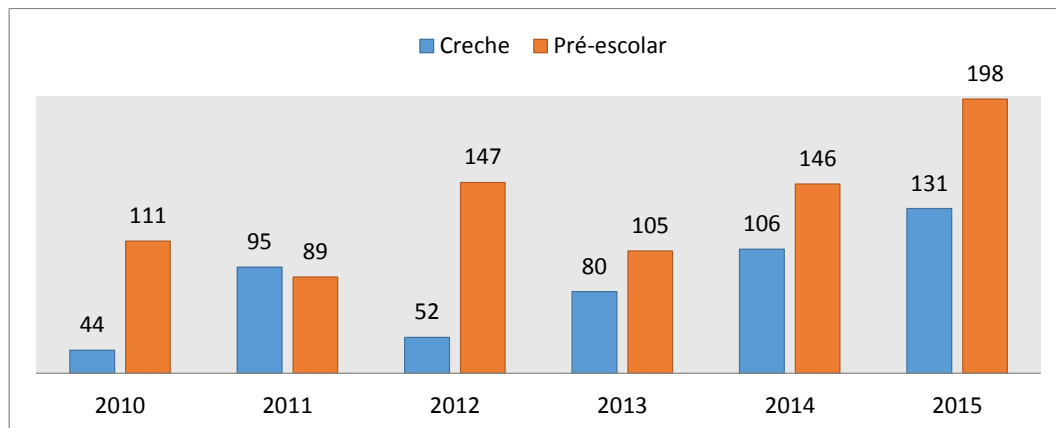
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) garante a educação para todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, preferencialmente com atendimento integral e especializado para crianças portadoras de necessidades específicas.

O município atualmente conta com 2 instituições em que é ofertado a educação infantil (figura 1). No Centro de Educação Infantil é realizado o atendimento de crianças a partir de 4 meses de idade até completarem 6 anos e na escola é realizado a atendimento de crianças a partir de 4 anos.

O município conta com 329 alunos matriculados, sendo que destes 131 são alunos de creche de 0 a 3 anos, e 198 são alunos de pré-escola de 4 a 5 anos, distribuídos em 2 instituições de ensino (figura 3).



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES



*Figura 3 - Matrícula da Educação Infantil*

Analisando a figura 3 e compararmos a evolução do gráfico o município encontra-se em ampliação constante no número de matrícula em específico no ano de 2015.

O Ministério da Saúde, no último levantamento populacional realizado no ano de 2012, o município possui aproximadamente 400 crianças com idade para frequentar a educação infantil de 0 a 3 anos, portanto o município precisa criar políticas públicas de fortalecimento desta etapa da educação básica, através da ampliação de vagas e gerenciamento da fila de espera, com o intuito ampliar o atendimento de crianças até 3 anos de idade.

#### **1.1.2. Ensino Fundamental**

O Ensino Fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação inicia-se obrigatoriamente aos 6 (seis) anos de idade e tem duração de 9 (nove) anos, garantido o acesso a todos sem distinção.

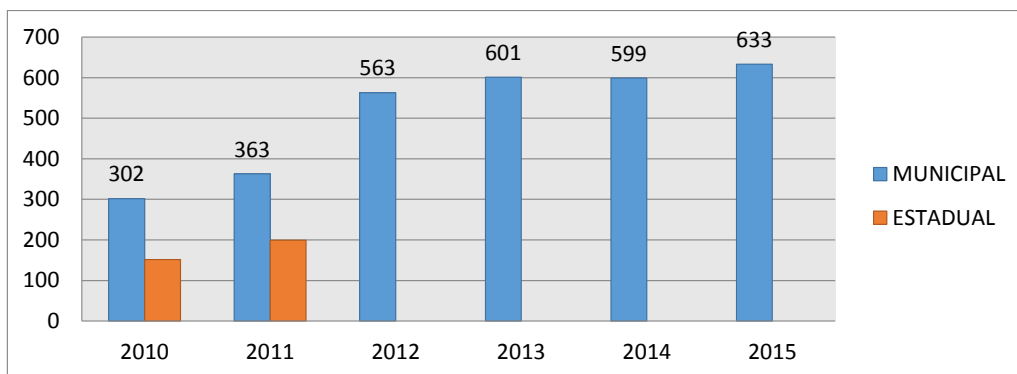
Atualmente o município conta com duas instituições de Ensino Fundamental, ambas da rede municipal (figura 1).

O município conta com 1033 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo que destes 633 são alunos do ensino fundamental anos iniciais e 400 são alunos do ensino fundamental anos finais.

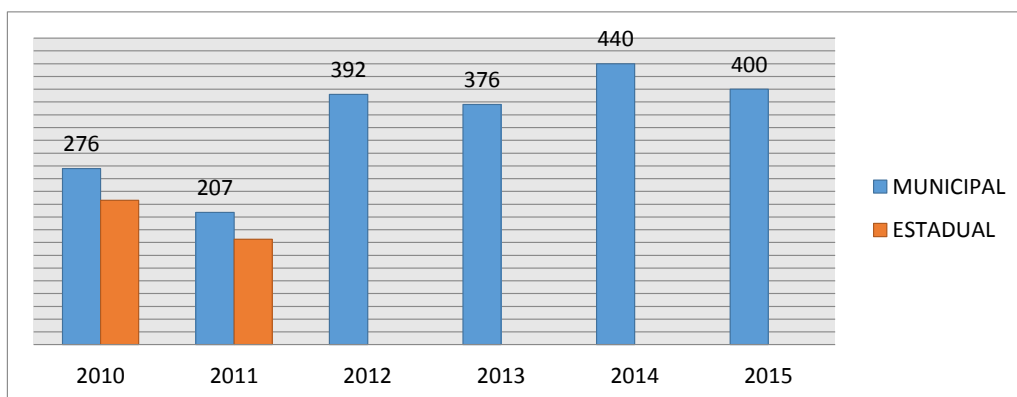


ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

As Figuras 4 e 5 apresentam o atendimento no ensino fundamental dos anos iniciais e finais dos últimos seis anos, neste gráfico, é possível observar que a rede municipal assumiu todo o atendimento do ensino fundamental.



*Figura 4- Atendimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais*



*Figura 5 - Atendimento Ensino Fundamental Anos Finais*

Analisando os dados é possível identificar que a rede municipal a partir do ano de 2012, quando assumiu todo o atendimento do ensino fundamental a matrícula na rede praticamente duplicou, no entanto, poucos investimentos foram realizados na ampliação das escolas para suprir a falta de espaço nas referidas instituições. Hoje para que o município consiga atender com qualidade, faz-se necessário melhorias estruturais urgentes, através de construção de duas novas unidades escolares, uma de 12 (doze) salas de aula e uma de 6 (seis) salas de aula.



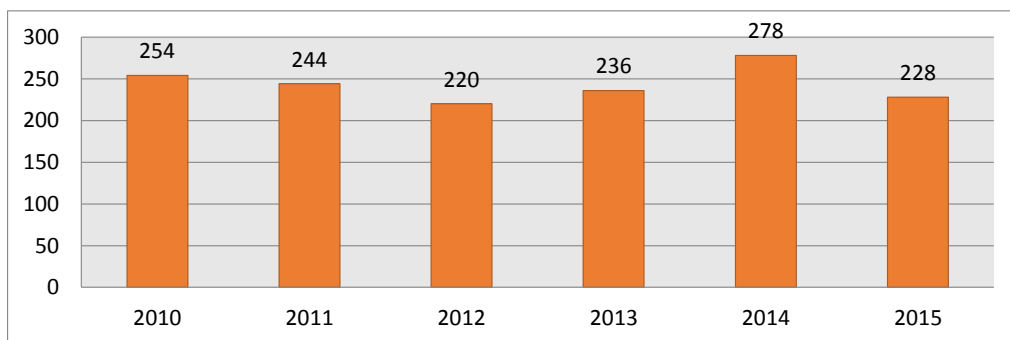


ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

### 1.1.3. Ensino Médio

O ensino médio garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), de frequência obrigatória para alunos em idade de 15 a 17 anos, podendo ser ofertado ensino médio regular, ensino médio técnico ou ainda ensino médio inovador integrado.

Atualmente, o município conta com uma única escola de ensino médio vinculado a rede estadual (figura 1 e Tabela 1), atualmente são atendidos 228 alunos, matriculados no ensino Médio. (Figura 6)



*Figura 6 - Matrícula do Ensino Médio*

A Figura 6 apresenta o atendimento do Ensino Médio dos últimos seis anos, neste gráfico é possível analisar que há uma regularidade no quantitativo de matrículas do ensino médio.

### 1.1.4. Educação de Jovens e Adultos

A lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 estabelece a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino integrante da Educação Básica, ofertada para pessoas de 15 anos ou mais, para o ensino fundamental e de 18 anos ou mais, para o ensino médio.

A Educação de Jovens e Adultos pode ser aliada ao Ensino profissionalizante, e à Educação Especial, podendo ser ofertada de forma presencial, semi-presencial e EaD.

Atualmente, o atendimento da Educação de Jovens e Adultos é compartilhado entre os governos municipal e estadual, o município atende a alfabetização e ensino fundamental, totalizando 120 matrículas e a rede estadual atende o ensino médio,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

totalizando 200 matrículas, analisando a figura 7 é possível identificar uma diminuição na matrícula nos anos de 2011 a 2014, já o ano de 2015 apresenta uma elevação na matrícula.

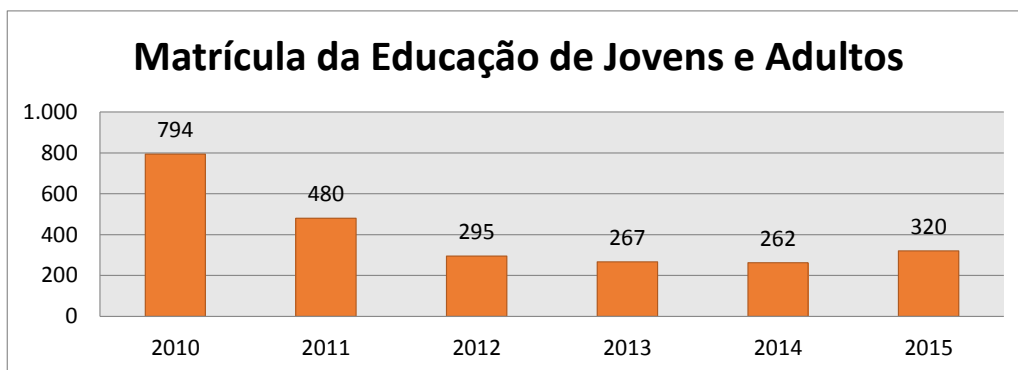


Figura 7- Alunos da Educação de Jovens e Adultos

#### 1.1.5. Educação Especial

A educação Especial é entendida como uma modalidade da Educação que percorre toda a Educação Básica e o Ensino superior. Atualmente o município, possui uma população com necessidades especiais de 118 sendo que desta população 27 encontram-se em idade escolar regular. (figura 12).

O Atendimento Especializado é fornecido em escolas municipais, estaduais e filantrópica que possui convênio com o governo municipal e estadual.

Atualmente, a rede municipal e estadual possui alunos com necessidades educacionais específicas em turmas de ensino regular. O município ainda conta com escola filantrópica (particular) que possui turmas de atendimento educacional especializado e também realiza atendimento de saúde.

##### 1.1.5.1. AEE

O Atendimento Educacional Especializado é ofertado a todos os alunos em idade escolar, de forma concomitante ao ensino regular. Atualmente, o município não possui atendimento em Atendimento Educacional Especializado devido à reestruturação educacional em que a rede se encontra.



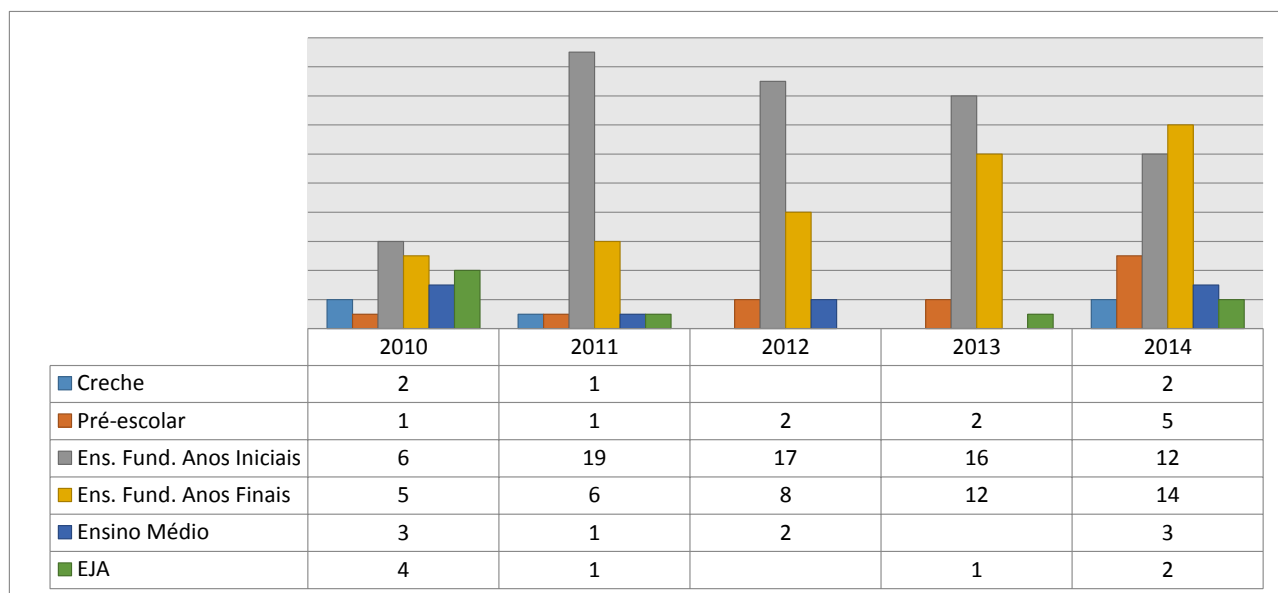
**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

### 1.1.5.2. Inclusão

A inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular e na educação de jovens e adultos é garantida na legislação federal e estadual, sendo que todas as pessoas portadoras de necessidades específicas deverão frequentar o ensino regular, tendo o governo (Federal, Estadual e municipal) como responsável por criar estratégias para realizar o atendimento.

A rede estadual de ensino possui o segundo professor, incluído nas classes em que há alunos com necessidades específicas, e que o mesmo necessita de atendimento/auxílio de um profissional especializado, já a rede municipal possui professores contratados e estagiários que desempenham a função de auxiliar.

Contabilizou no ano de 2014 um total de 38 alunos de inclusão da rede regular de ensino e na Educação de Jovens e Adultos (figura 8).

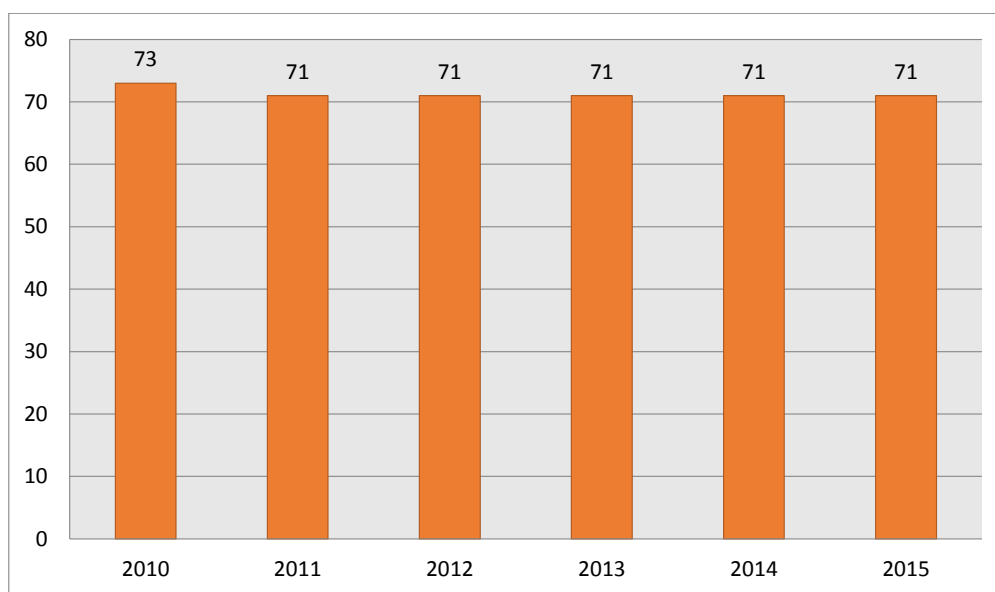


### 1.1.5.3. Atendimento de Saúde



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

No atendimento educacional para portadores de necessidades específicas, faz-se necessário o atendimento de saúde concomitante com o atendimento educacional, devido às especificidades e necessidades de cada educando. A instituição privada (APAE) realiza atendimento de terapia ocupacional, neurologia, psicologia, fonoaudiologia, pedagógica e etc. Atualmente a APAE atende um total de 71 alunos. (Figura 9)



*Figura 3 – Educação Especial*

### 1.2. Mais Educação:

O município conta com duas escolas cadastradas no Programa Mais Educação e durante o ano de 2014 somente a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Nova iniciou o programa. Nesta escola, foram realizadas atividades de reforço escolar, atividades culturais e esportivas, disponibilizadas a todos os alunos através de atividades realizadas no contra turno.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, não iniciou as atividades devido as questões de estrutura física, no entanto as atividades deverão iniciar no segundo semestre de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

### 1.3. Ensino Superior

O Ensino superior está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), em que organiza o ensino superior em: cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão.

O município, atualmente, não conta com campus universitário no município, no entanto está localizado em uma área privilegiada para a continuidade dos estudos, pois contamos com diversas universidades públicas, privadas e comunitárias, que ofertam cursos de Graduação e Pós-graduação na modalidade presencial e EAD, cursos de todas as áreas: Administração, Gestão, Direito, Engenharias, Licenciaturas, Tecnologias da Informação e Comunicação, Saúde e etc., totalizando mais de 70 cursos de graduação. Contamos ainda com 16 cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado e mais de 40 cursos de especialização das áreas da saúde, engenharias, direito, administração e educação. Atualmente, o município conta com 67 adultos regularmente frequentando o ensino superior (Figura 10).

O município possui uma legislação de incentivo à população para a continuidade dos estudos, através do auxílio de transporte universitário ao qual a administração concede o valor de 50% do valor do transporte para o deslocamento da população até as instituições de Ensino Superior de toda a região.

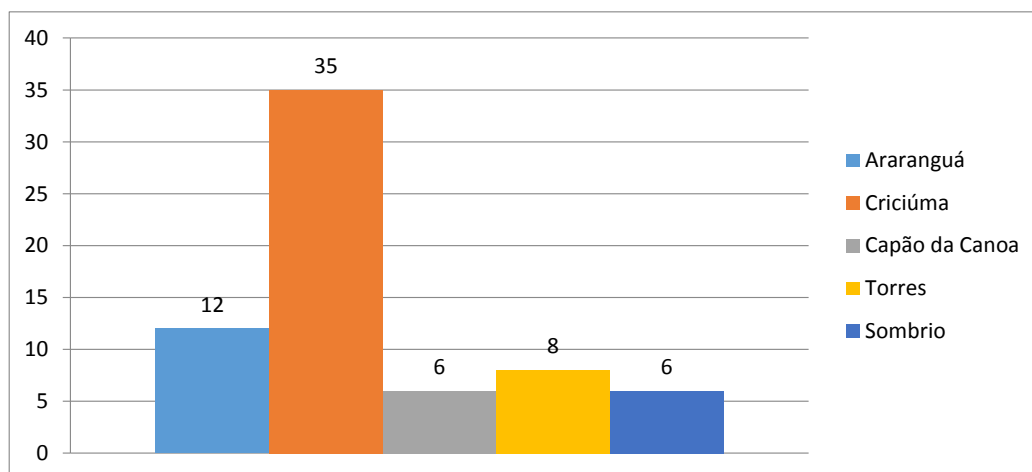


Figura 10 – Educação Superior



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

## 2. Dados Educacionais

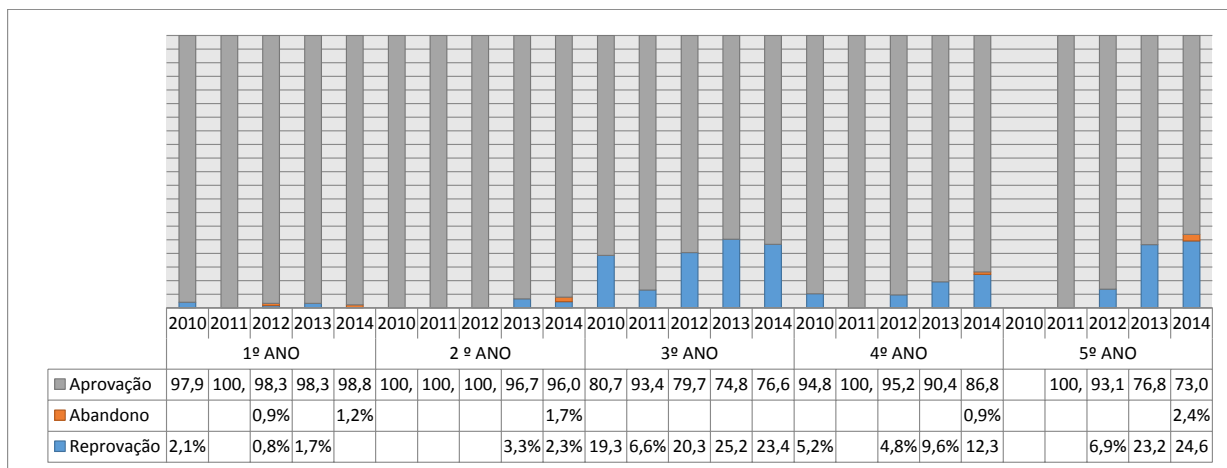
### 2.1. Rendimento Escolar

O rendimento escolar é calculado com base no número de alunos matriculados aprovados, matriculados reprovados, e matriculados com status de abandono.

Para fins de mensurar a evasão e a reprovação utilizaremos os seguintes índices:

- Acima de 5%: A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar e o avanço da reprovação, que consequentemente irá ocasionar em distorção de idade-série.
- Acima de 15%: A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

Conforme a Figura 11, no rendimento dos anos iniciais da rede municipal, há uma pequena taxa de evasão principalmente no ano de 2014. Analisando os dados da retenção é possível identificar altos índices no terceiro quarto e quinto ano necessitando estratégias para conter estes índices elevados de retenção.



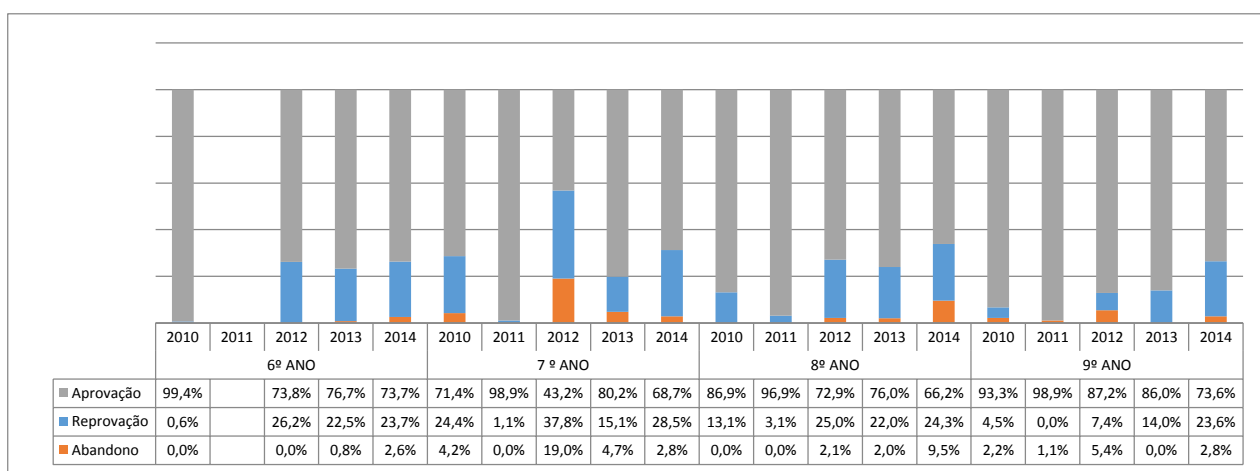
*Figura 4 - Rendimento da Rede Municipal - Anos Iniciais*





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

A figura 12 apresenta dados de rendimento do Ensino Fundamental dos anos finais da rede municipal, neste caso é possível identificar taxa elevada de retenção em média de 23% no ano de 2014 e taxa de retenção em média de 4,5%. Estes dados são expressivos, tornando-se necessário que o município crie estratégias e mecanismos para diminuir o abandono e melhorar as praticas pedagógicas para evitar as altas taxas de retenção.

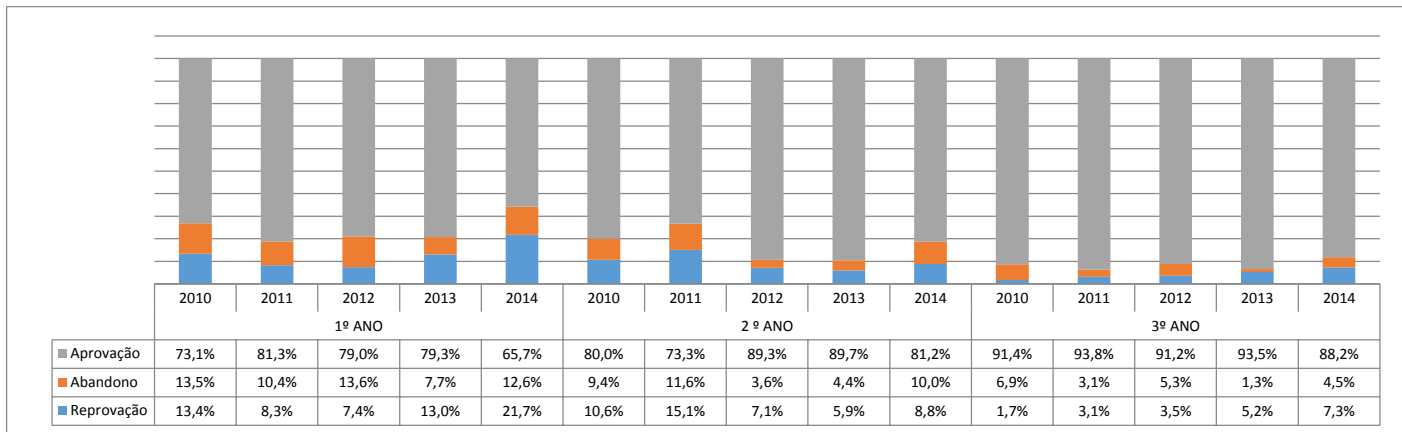


*Figura 5 - Rendimento da Rede Municipal - Anos Finais*

A figura 13 apresenta os dados do rendimento escolar do Ensino Médio da rede estadual de ensino, neste gráfico é possível identificar altas taxas de evasão, que chegam a 13,6 % e taxas de reprovação elevadas principalmente nos dois primeiros anos do ensino médio, índices elevados de abandono e retenção, dados preocupantes para o município.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES



*Figura 13 - Rendimento do Ensino Médio da Rede Estadual*

## 2.2. Distorção da Idade-Série

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP caracteriza-se como distorção de idade-série aqueles alunos que se encontram com atraso escolar de dois anos ou mais.

Ao analisarmos a figura 14, podemos realizar uma análise em relação à distorção de idade série dos últimos cinco anos, referente às duas redes de ensino municipal e estadual. Analisando os dados de 2014 a média de distorção do município encontra-se em 31,3%, no entanto, temos grandes oscilações que variam de 0,9% a 74,8%, essas distorções são mais nas turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental nas turmas do ensino médio a taxa média é de 18%. Estes índices demonstram a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas para a correção da distorção, aliada à qualidade do ensino.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

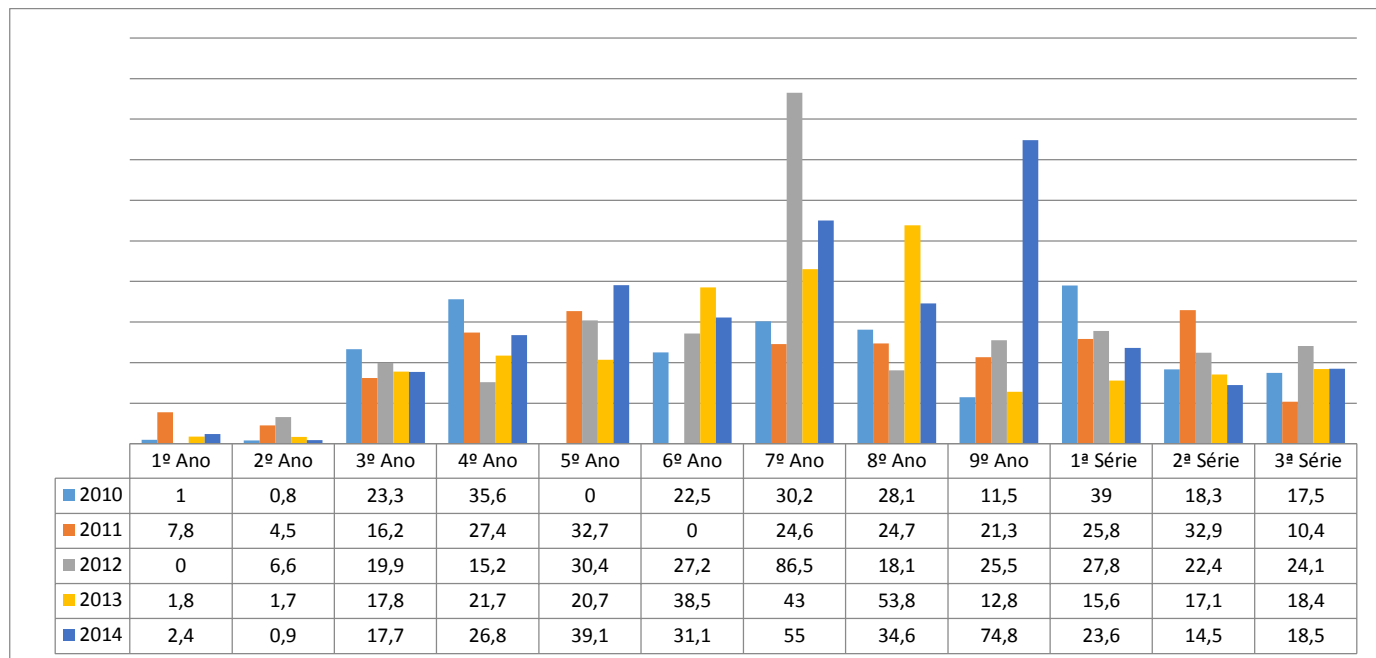


Figura 14 - Distorção de idade série

### 3. Índice do Desenvolvimento da Educação Básica

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo INEP. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para IDEBs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos IDEBs dos estados e nacional).

Para alcançar esses índices o Governo Federal por meio do MEC estruturou os objetivos bianuais do IDEB de cada Estado, Município, Rede e Escola. O IDEB atual do município nos anos iniciais do ensino fundamental encontra-se em 4,5, sendo que a meta para o município é de 5,0, no ano de 2013 houve uma queda na última avaliação, para o ano de 2015 a meta no ensino fundamental anos iniciais é de 5,3. (Figura 15).



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

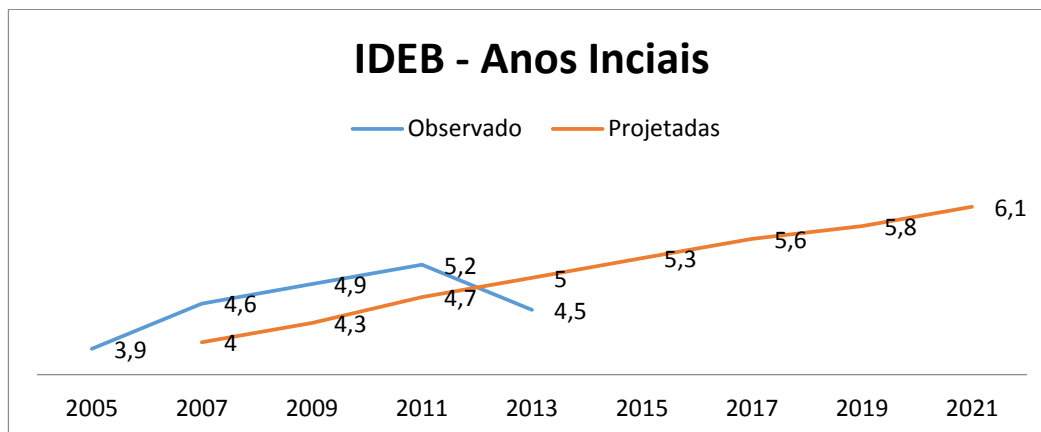


Figura 6 - IDEB observado e Projeção

Já o IDEB dos anos finais o município encontra-se com média de 3,9, abaixo da média projetada pelo MEC que é de 4,8, a meta para o ano de 2015 do ensino fundamental anos finais é de 5,2. (figura 16).

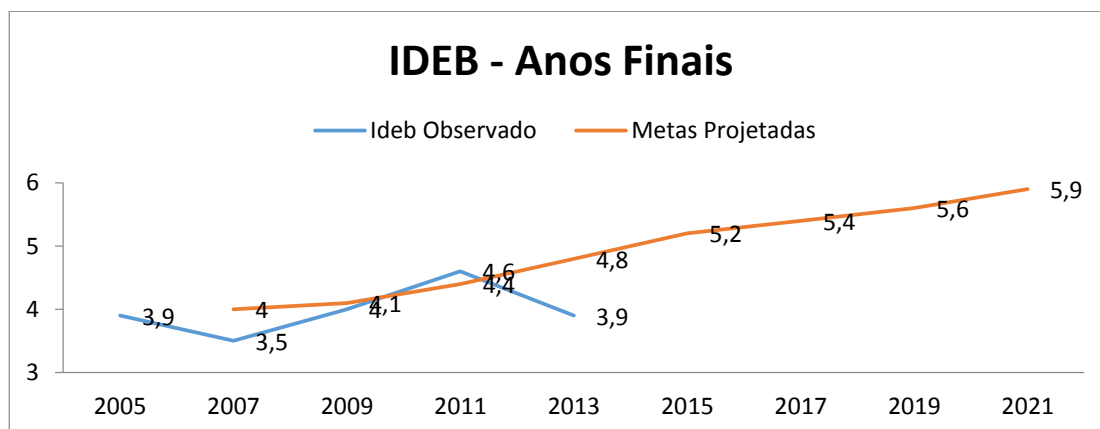


Figura 7 IDEB observado e Projeção Anos Finais

### 3.1. Aprendizado dos Alunos

Com base nos resultados da Prova Brasil 2013, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado a sua etapa escolar, em Língua Portuguesa e



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Matemática, segundo o QEDU<sup>1</sup> da Fundação Lemann, Passo de Torres obteve os seguintes dados:

- Português:
  - 38% dos alunos de 5º ano do ensino fundamental aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos.
  - 36% dos alunos de 9º ano ou 8º série, na disciplina de português, aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos.
- Matemática:
  - 27% dos alunos de 5º ano aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas.
  - 8% dos alunos de 9º ano ou 8ª série aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas.

**3.2. Taxa de Alfabetismo:**

Segundo o ministério da educação a taxa de analfabetismo funcional da população acima de 15 anos encontra-se 23%, já a taxa de analfabetismo é de 7,16%.

**4. Profissionais da Educação**

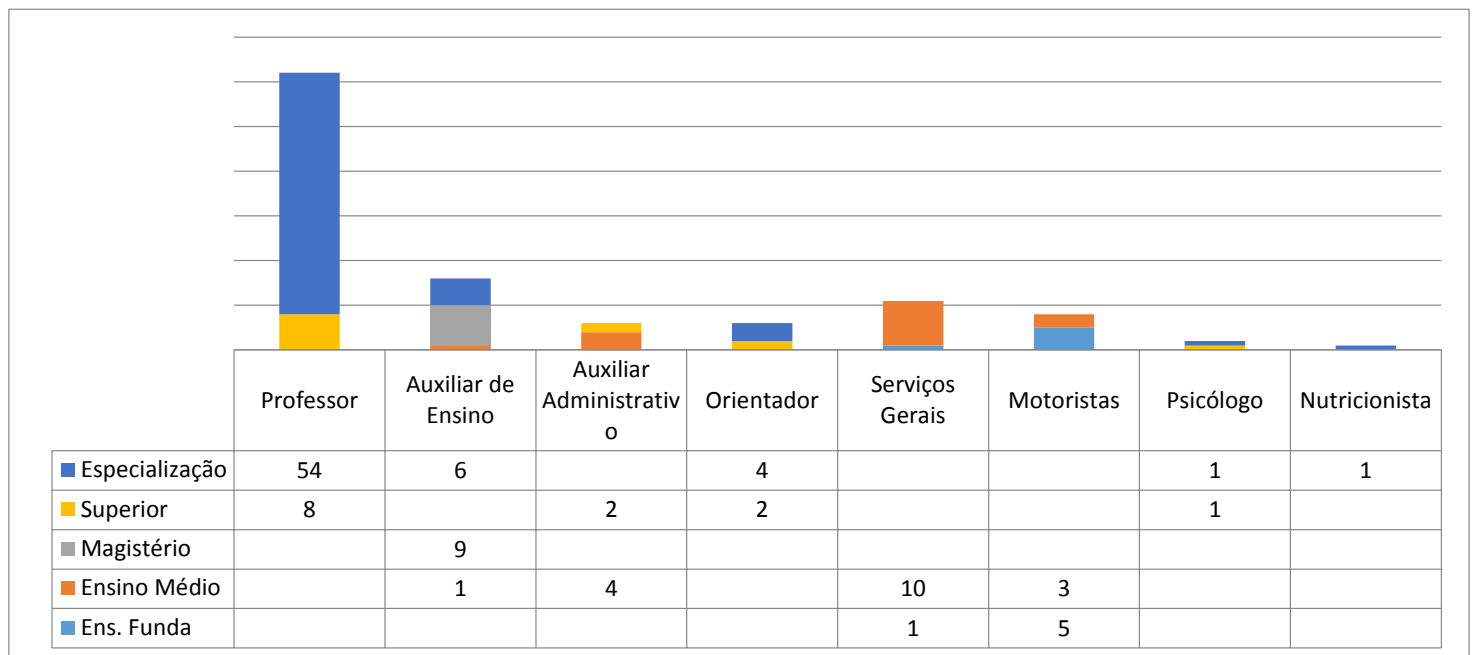
O município apresenta bom índice de qualificação profissional em relação à média nacional, atualmente contamos com 100% dos professores com formação de nível superior, e 87% dos profissionais com pós-graduação. Os demais profissionais de apoio administrativo e pedagógico possuem um elevado número de profissionais com

---



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

graduação, já os profissionais de manutenção a grande parte possuem ensino médio (Figura 17).



*Figura 8 - profissionais da educação*

## 5. Financiamento Educacional

O financiamento educacional previsto na legislação federal se dá através de transferências voluntárias (FUNDEB, PNAE, PNATE, Salário Educação e PDDE), aplicação obrigatórias de 25% da arrecadação, e através de programas e projetos em colaboração com a União e Estado. A figura 18 apresenta a evolução dos recursos aplicados na educação.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

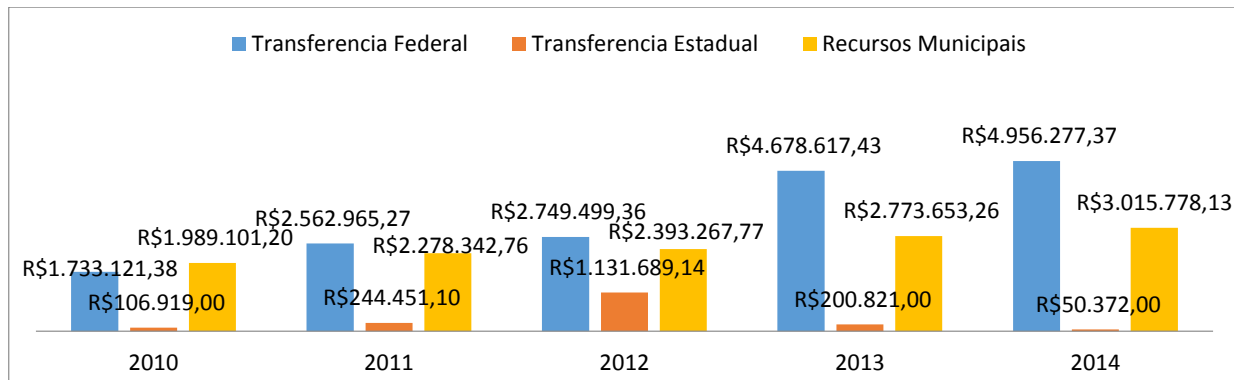


Figura 9 - Financiamento Educacional

## 6. População

A figura 19 apresenta o crescimento populacional dos últimos 7 anos. Ao analisarmos este gráfico, podemos identificar que a população do município se encontra com a população estabilizada.

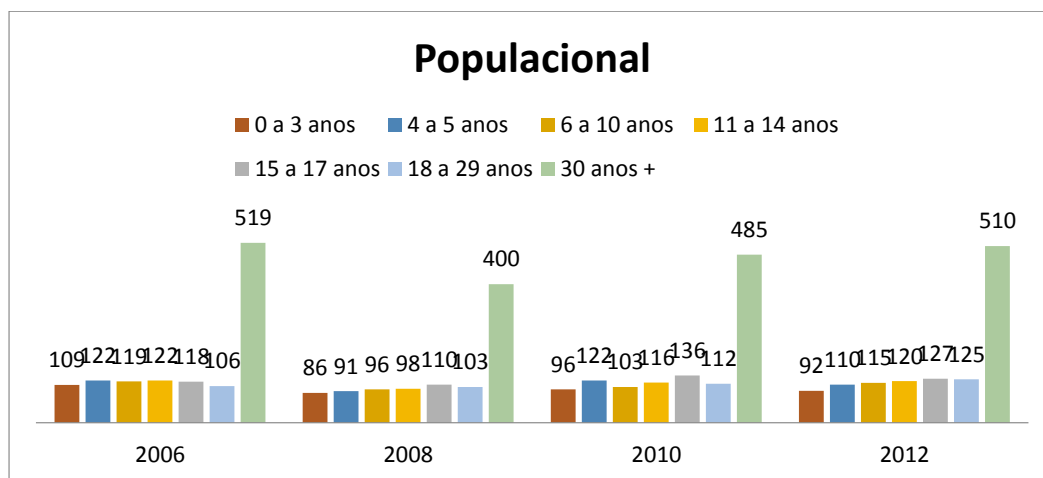


Figura 10 – População Detalhada

## 7. Social – Programas de Distribuição de Renda da população em Idade Escolar.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, extraídos do Cadastro Único, constante no Relatório de Informação Social, referente os dados de 2014,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

o município conta com 1480 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo que 1287 são consideradas em extrema pobreza (figura 20).

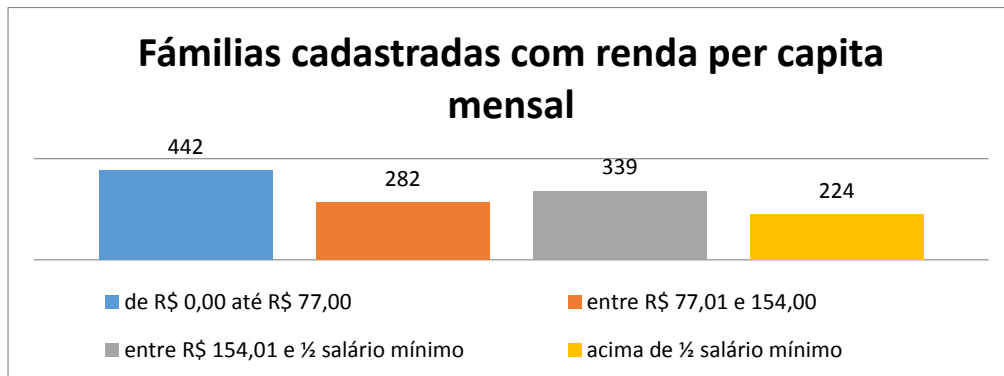


Figura 11 – Famílias Cadastradas no Cadastro Único

No ano de 2014 foi registrado 1286 beneficiários dos programas de transferências de renda (Figura 21). No ano de 2014, o município contabilizou 569 beneficiários em idade escolar (Figura 22).

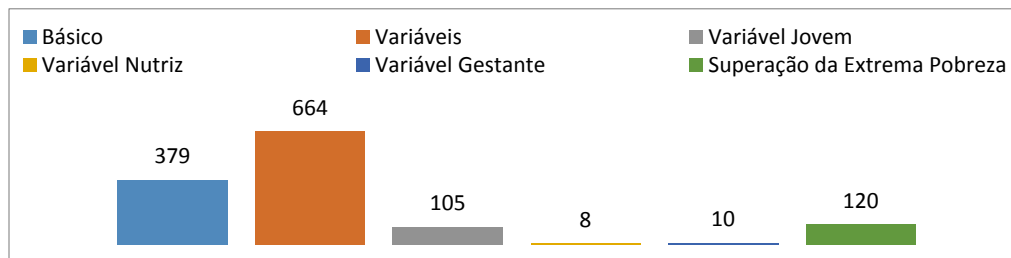


Figura 29 – Beneficiários de Programas de Transferência de Renda

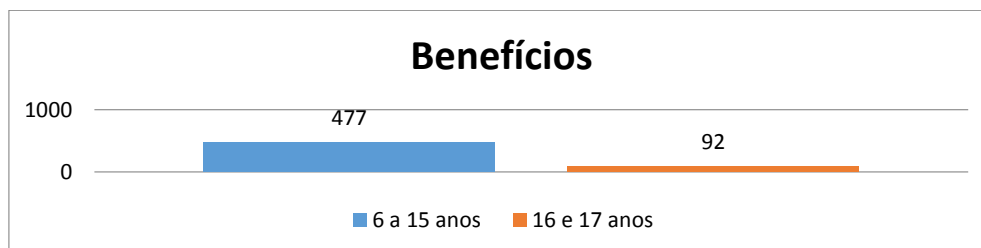


Figura 22 – Público Beneficiário em Idade Escolar



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**8. Alimentação Escolar:**

A alimentação escolar é executada de acordo com a Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013, e possui um Responsável Técnico (nutricionista) de 20h/semanais. Os recursos financeiros são provindos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e de recursos próprios do município.

A alimentação escolar atende todos os alunos da rede, matriculados da educação infantil, ensino fundamental e programa Mais Educação. O município conta com auxiliares de serviços gerais, responsáveis pela limpeza e organização das escolas e cozinheiras. Todas são devidamente capacitadas pelo nutricionista.

Os cardápios são devidamente calculados de acordo com a Resolução vigente, ofertando as quantidades necessárias de macro e micronutrientes conforme as faixas etárias. O cardápio oferta alimentos diversificados, contendo produtos regionais como frutas, verduras e tubérculos, valorizando a cultura alimentar regional. Para isso, pelo menos 30% da aquisição dos alimentos são obtidos da Agricultura Familiar.

A aquisição dos alimentos da alimentação escolar é realizada através de licitações como Pregão para os mercados e Chamada Pública para a Agricultura Familiar. Os alunos da rede municipal de ensino recebem Educação Nutricional e atendimentos de nutrição individualizados pelo nutricionista responsável.

**9. Transporte Escolar:**

Passo de Torres conta com uma frota de transporte escolar composta por 05 ônibus de 44 a 60 lugares, 2 micro-ônibus de 31 lugares, 1 micro-ônibus de 21 lugares e 1 Van de 15 lugares, sendo todos semi-novos. Tendo um total de 09 veículos destinados a atender o transporte escolar. Os veículos foram adquiridos através do programa caminho da escola e Recursos da Secretaria Municipal de Educação.

Diariamente os veículos percorrem em média 700 km diários, divididos em 7 linhas realizadas 3 vezes ao dia e 2 à noite. Atualmente o município terceiriza uma linha



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

de ônibus. O governo municipal possui convênio com o governo estadual para transportar alunos da rede estadual. O quadro de funcionários do serviço de transporte escolar é composto por motoristas efetivos e 1 motorista contratado, todos com carteira de habilitação específica para transporte de condutores e com curso de transporte escolar.

#### 10. Conclusões

Ao realizar o diagnóstico situacional da Educação do município, é possível identificar algumas ações de prioridade do município como:

- Trabalho focado na gestão da educação infantil e gerenciamento das vagas e lista de espera;
- Trabalho focado no ciclo de alfabetização e letramento;
- Construir a política de educação especial;
- Instituir um programa de formação de professores em novas práticas e abordagens metodológicas;
- Ampliar a estrutura das escolas através da criação de novos espaços educativos;
- Implantação do ensino integral;
- Trabalho multisetorial entre saúde, educação e assistência social no intuito de manter o aluno e evitar a evasão escolar;
- Ampliar o atendimento da educação de jovens e adultos;
- A valorização do profissional da educação;
- Programas que evitem a evasão escolar;
- Programas de correção de fluxo
- Incentivo ao ensino superior.

Esperamos que durante o período de vigência do PME seja possível realização de todas essas ações com o intuito de elevar a educação aos padrões de excelência em educação.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**11. Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação:**

Carina Porto Peres (Secretaria de Educação e Cultura)

Vanessa Scheffer Bauer (Escola Estadual Gov. Ildo Meneghetti)

Angela Luzia Francisco Bauer (Secretaria Municipal de Assistência Social)

Elizangela Coelho Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde)

Silvia Maria Andrioli da Silva (Secretaria de Administração e Finanças)

Elvânia Metzelthin (Secretaria de Educação e Cultura).

**Coordenação:**

Karini Lummertz Colares

**Demais componentes:**

Liliani Bauer de Barros (Representante das Escolas Municipais);

Marli Matos Cândido (Representante do Conselho Municipal de Educação).

**12. Equipe de Desenvolvimento do Diagnóstico:**

Claudio Junior Lima da Rocha

**13. Fontes de Dados:**

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -CNTE
- Controladoria Geral da União – CGRU
- Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina – FEJA/SC
- Fórum Estadual de Educação –FEE
- Fórum Nacional da Educação – FNE
- Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE
- Fundação Lemann – QEDU
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação -FNDE
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE
- Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- Ministério da Educação - MEC
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS
- Movimento Todos Pela Educação
- Secretaria de Estado da Educação – SED
- Secretaria de Estado da Saúde
- Secretaria Municipal de Administração - SMA
- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SMEC
- Secretaria Municipal de Saúde - SMS
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – SC



**LEI 995/2015**

LEI Nº 995 DE 10 DE JUNHO DE 2015.

**"AUTORIZA O MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES A CEDER EM COMODATO BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Passo de Torres autorizado a ceder em Comodato ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, partes de bem imóvel, situado a Avenida Beira Mar, s/n, Balneário Bellatorres, Passo de Torres – SC.

Parágrafo 1º – O imóvel, objeto do Comodato faz parte de um edifício composto por dois pavimentos totalizando uma área total construída de 1.375,66m² e área construída aberta descoberta de 826,04m², de propriedade da SABB – Sociedade Amigos de Balneário Bellatorres, recebido em comodato pelo Município de acordo com a Lei Municipal nº 987 de 09 de abril de 2015 e Contrato de Comodato 001/2015.

Parágrafo 2º - A área cedida em Comodato conforme Artigo 1º será de 1.066,53m² no térreo e 656,16m² no segundo pavimento, conforme memorial descritivo ANEXO I.

Art. 2º. O Comodato será firmado por termo e terá duração de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período caso haja interesse de ambas as partes.

Art. 3º. Fica reservado a Comodante o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as instalações do Comodatário, no imóvel cedido em Comodato.

Art. 4º. Ao final do prazo do Comodato, não havendo interesse na renovação, os bens serão devolvidos ao Comodante, sem qualquer indenização ou compensação pelo uso dos mesmos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de Junho de 2015.

Juarez Godinho Sheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de junho de 2015.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 030/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI COMPLEMENTAR Nº 030 DE 26 DE MAIO DE 2015.

**"ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 027 DE 18 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º. O artigo 2º da lei complementar 027 de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 2º A carga horária será de 20h semanais, devendo ser cumpridas nas segundas, terças e quartas-feiras".

Art. 2º. O artigo 3º da lei complementar 027 de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 3º- As atribuições a serem desenvolvidas são: supervisionar e redigir todos os serviços de ordem burocrática do Presidente, correspondência oficial da presidência, assessoria direta ao Presidente da Câmara, no que tange ao processo e a técnica administrativa, elaborar os procedimentos de licitação, auxiliar o Presidente em suas relações político-administrativas com a população, órgão e entidades públicas e privadas; assessorar na elaboração da pauta de assuntos a serem discutidos e deliberados nas reuniões em que participe o Presidente; assessorar o preparo e recebimento de correspondências do Presidente e do seu Gabinete; auxiliar o preparo dos expedientes a serem despachados ou assinados pelo Presidente; auxiliar o Presidente na execução de contatos com órgão, entidades e autoridades, mantendo atualizada a agenda diária; assessorar na manutenção e organização de arquivos de documentos,

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

papéis e demais materiais de interesse da Presidência da Câmara; controlar a tramitação de documentos, projetos, processos e demandas de interesse do Presidente, bem como transmitir aos diretores e servidores da Câmara Municipal as ordens e comunicados do Presidente;

Art. 3º O artigo 4º, da lei complementar 027 de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 4º. O vencimento será de 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais)".

Art. 4º Fica reservado 10% das vagas ao servidor efetivo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 26 de maio de 2015

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 26 de maio de 2015.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015**

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

**ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

No extrato de dispensa de licitação nº 06/2015, oriundo do procedimento administrativo nº 06/2015, ocorreu um erro quanto ao objeto.

Desta forma, comunica a todos interessados que:

Onde se lê: Objeto: manutenção e aquisição de peças dos computadores deste Poder Legislativo.

Leia-se: Objeto: manutenção dos computadores deste Poder Legislativo.

Passo de Torres, 22 de junho de 2015.

Pedro Paulo Bitencourt

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

# Penha

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO Nº 102/2015- PMP

3º TERMO ADITIVO Nº 102/2015-PMP

AO CONTRATO Nº 98/2014- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 49/2014 - PMP, modalidade Convite nº 12/2014 – PMP.

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para urbanização da praça de Santa Lúcia.

Pelo presente instrumento de 3º Termo aditivo nº 102/2015 PMP, ao Contrato Administrativo nº 98/2014 PMP, para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma CONSTRUTORA NIEBUHR LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Josiane Girardi, nº 60, bairro Centro, Cep 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.659.893/0001-47, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Luiz Niebuhr, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula oitava do contrato administrativo nº 98/2014 PMP fica prorrogado até 31.12.2015, a contar do dia 19/06/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 19 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### PP01/2015 - FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015– FUMTUR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E BRINQUEDOS QUE SERÃO UTILIZADOS EM DIVERSOS EVENTOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 02/07/2015 até 17:00 horas.

Abertura do Processo: 03/07/2015 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 22 de Junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE ANULAÇÃO 39 2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba informa a todos os interessados que fica ANULADO o Processo de Licitação nº 39/2015 – Inexigibilidade nº 11/2015 - Contrato nº 94/2015, realizado pelo Município de Peritiba, por erro de ofício.

Peritiba/SC 22 de Junho de 2015.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE ANULAÇÃO 40 2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba informa a todos os interessados que fica ANULADO o Processo de Licitação nº 40/2015 – Inexigibilidade nº 12/2015 - Contrato nº 95/2015, realizado pelo Município de Peritiba, por erro de ofício.

Peritiba/SC 22 de Junho de 2015.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 181/2015**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 181/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, consistente na elaboração de Projeto e locação de Loteamento Urbano, de área medindo 76.000 m<sup>2</sup> (setenta e seis mil metros quadrados), localizado na Vila Bressan, às margens da Rodovia Estadual.

EMPRESA CONTRATADA: RIO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 62.990,00(sessenta e dois mil, novecentos e noventa reais).

DATA DO CONTRATO: 03 de junho 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

# Pomerode

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO 01/2015

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Leilão Para Alienação: 1/2015

Processo Administrativo: 13/2015

Ao Sr(a). MARCIO SCHEIDEMANTEL tendo em vista a decisão proferida pelo LEILOEIRO OFICIAL Sr ADILSON REITER especialmente designado para este processo pela portaria 31/2015 conforme auto de arrematação constante nos autos resolve:

Homologar

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Leilão nº. 1/2015, o(s) participante(s):

#### 56162 - TORNEARIA NICOLETTO LTDA EPP

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	PAPEL MISTO (RECICLADO)	KG		1	R\$0,15	R\$0,15

#### 264806 - MAURICI MAIER NICOLETTO

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	PLÁSTICO MOLE COLORIDO	KG		1	R\$0,92	R\$0,92
5	PLÁSTICO DURO COLORIDO	KG		1	R\$1,37	R\$1,37
6	PLÁSTICO DURO NATURAL	KG		1	R\$1,75	R\$1,75
8	PLÁSTICO MOLE BRANCO	KG		1	R\$1,77	R\$1,77
9	PLÁSTICOS COPINHOS OS/PP	KG		1	R\$0,44	R\$0,44
18	GARRAÇÃO DE VIDRO	PEÇA		1	R\$1,58	R\$1,58
25	PVC	KG		1	R\$0,90	R\$0,90

#### 302066 - NELCIR OSVALDO ULLER

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	LITROS	KG		1	R\$0,20	R\$0,20

#### 342408 - EDEMIR ANDREAZZA

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	MATERIAL NÃO TRIADO	M3		1	R\$2,00	R\$2,00

#### 436844 - TOTAL PET RECICLAGEM DE PLASTICOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	PET VERDE	KG		1	R\$1,05	R\$1,05
13	PET AZEITE	KG		1	R\$0,40	R\$0,40

#### 436860 - JOÃO LUIS MARQUES DA SILVA ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
32	ÓLEO DE COZINHA USADO	LITRO		1	R\$0,30	R\$0,30

#### 436887 - RECICLADORA DE RESIDUOS ARI LTDA - EPP

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PAPELÃO (RECICLADO)	KG		1	R\$0,38	R\$0,38

#### 436895 - SERGIO ZUQUE

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16	VIDROS DE CONSERVA GRANDE	PEÇA		1	R\$0,53	R\$0,53
17	VIDROS DE CONSERVA NORMAIS	PEÇA		1	R\$0,15	R\$0,15

#### 436917 - ANDRE RAUL BORCHARDT ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20	LATAS E SUCATAS BRUTA DE FERRO	KG		1	R\$0,26	R\$0,26





## 436925 - RONALDO PEDRO DIAS

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19	BATERIAS	KG		1	R\$2,20	R\$2,20
21	ALUMÍNIO	KG		1	R\$3,35	R\$3,35
22	ANTIMÔNIO	KG		1	R\$2,00	R\$2,00
23	ALUMÍNIO LATINHAS (RECICLADO)	KG		1	R\$3,65	R\$3,65
24	COBRE (FIOS COM CAPA)	KG		1	R\$5,35	R\$5,35

## 437166 - ARNOLDO UBER

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
29	CELULAR COM BATERIA	KG		1	R\$7,50	R\$7,50
31	LIXO ELETRÔNICOS	KG		1	R\$0,15	R\$0,15

## 454540 - FABRÍCIO DE QUADROS

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30	MOTORES ELÉTRICOS CLASSIFICADOS.	KG		1	R\$1,60	R\$1,60

## 454559 - MAURICIO MANNY NARDELLI

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	CACOS	KG		1	R\$0,05	R\$0,05

## 454575 - EVANDRO LUIZ DEMARCH

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26	MONITOR/TELEVISOR (completo)	UNIDADE		1	R\$0,60	R\$0,60
27	PLACAS DE CPU	KG		1	R\$11,10	R\$11,10
28	HD	KG		1	R\$3,15	R\$3,15

## 454591 - VIDA NOVA PAPÉIS

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	EMBALAGEM LONGA VIDA (RECICLADO)	KG		1	R\$0,26	R\$0,26

## 454613 - ALFEU INACIO PEYERL

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	PLÁSTICO DURO BRANCO	KG		1	R\$1,50	R\$1,50
10	PLÁSTICO DURO (MARGARINA)	KG		1	R\$1,15	R\$1,15
11	PET CRISTAL	KG		1	R\$1,35	R\$1,35

## 454621 - GEROLD ZUMACH

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
33	ISOPOR (RECICLADO)	KG		1	R\$0,15	R\$0,15

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Pomerode/SC, 18 de junho de 2015.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 12/2015**

MUNICIPIO DE POMERODE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE)

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 014/2015 - SAMAE

Pregão Presencial nº 012/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 014/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preços

- Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, E SERVENTE E DE ELETRICISTA PREDIAL A SEREM EXECUTADOS NAS MANUTENÇÕES, REFORMAS, E REPAROS DOS IMÓVEIS E ESTRUTURAS FÍSICAS DO SAMAE POMERODE.

- Proponente(s) Vencedora(s):

MOISES PEREIRA 17.425.704/0001-09

- Valor total: R\$ 40.500,00



FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME 18.301.637/0001-83  
- Valor total: R\$ 124.500,00

POMERODE (SC), 10 de junho de 2015  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE.

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 13/2015**

MUNICIPIO DE POMERODE  
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO (SAMAE)  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório nº 015/2015 - SAMAE  
Pregão Presencial nº 013/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 015/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preços
- DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESENVOLVIDAS PELO SAMAE DE POMERODE PARA INFORMAÇÕES DE INTERESSE DOS MUNÍCIPES, ATRAVÉS DE RÁDIO EM FREQUÊNCIA AM E FM, POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE UM MINUTO.
- Proponente(s) Vencedora(s):  
RADIO POMERODE LTDA  
- Valor total: R\$ 50.000,00  
SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA ME  
- Valor total: R\$ 25.000,00

POMERODE (SC), 11 de junho de 2015  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE.

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA 0001/2013 PROCESSO LICITATÓRIO 0063/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA SC

Notificação Administrativa Extrajudicial

Extrato de Notificação –Concorrência 0001/2013 - Processo nº 0063/2013.

Partes: Everton Muller Eireili ME e Município de Ponte Serrada.

Objeto: Notificação extrajudicial para apurar descumprimento contratual (Art. 79, inc. I, II e V, Lei 8666/93). Através da presente fica a empresa Everton Muller Eireili Me NOTIFICADA para no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data dessa publicação, apresente justificativa quanto ao inadimplemento pela ausência de comprovação do início das atividades ou para que no mesmo prazo retome a execução da obra no imóvel objeto da concessão, sob pena de abertura de procedimento administrativo e cominação das penas legais. Diante das tentativas frustradas de localização, com a devolução da correspondência enviada ao endereço da Notificada constante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal, decorrido o prazo sem manifestação considerar-se-á cientificada a Empresa. Ponte Serrada/SC, 22 de Julho de 2015.

# Porto Belo

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1.344, DE 29 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.344, DE 29 DE MAIO DE 2015.

CONVOCA O FÓRUM PARA ELEIÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Decreto nº 439, de 04 de julho do ano de 2008 e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica convocado o II Fórum Municipal do Meio Ambiente, para a escolha dos representantes da Sociedade Civil que comporão o Conselho Municipal do Meio Ambiente para o biênio 2015-2017, a ser realizado no dia 14 de julho de 2015, no Centro de Cidadania, das 17:00 às 21:00 horas.

Art. 2º Os membros da sociedade civil que comporão o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA serão definidos observando os seguintes segmentos:

I – Associações de Moradores;

II – Entidades Ambientalistas e Unidades de Conservação do Município;

III – Entidades e Associações de Ensino e Entidades e Associações de Classe;

IV – Entidades Empresariais e Sindicatos Patronais;

V – Entidades representativas de Trabalhadores

Art. 3º Cada segmento elegerá um representante titular e um suplente, observando o regimento a ser aprovado no próprio fórum, cuja minuta ficará à disposição na Coordenadoria de Conselhos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**DECRETO Nº 1.346, DE 29 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.346, DE 29 DE MAIO DE 2015.

ALTERA MEMBRO E NOMEIA PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PONTA DO ARAÇÁ.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Decreto nº 439, de 04 de julho do ano de 2008 e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados, em conformidade com o disposto no artigo 3º do Decreto nº 439, de 04 de julho de 2008 e suas alterações, os seguintes membros e suplentes para compor o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - Ponta do Araçá:

“Art. 3º ....

I – Prefeitura Municipal de Porto Belo

Titular: Lúcia Margarida Currilin Japp

Suplente: Nelson Ricardo dos Passos”

Art. 2º Fica nomeada, em conformidade com o disposto no Decreto nº 439, de 04 de julho de 2008 e suas alterações e de acordo com

o Regimento Interno, a Senhora Lúcia Margarida Currilin Japp para exercer a função de Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Ponta do Araçá.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**DECRETO Nº 1.347, DE 03 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.347, DE 03 DE JUNHO DE 2015.

CRIA O PROJETO “RECICLA ARAÇÁ, POR UM BAIRRO MELHOR PARA SE VIVER!”

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Decreto nº 439, de 04 de julho do ano de 2008 e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criado o Projeto “Recicla Araçá, por um bairro melhor para se viver!”.

Parágrafo Único: O projeto tem por objetivo transformar o bairro do Araçá em um modelo de bairro sustentável, por meio de atividades de educação e conscientização ambiental, coleta e reciclagem de resíduos, participação de moradores como multiplicadores, ações no comércio e pousadas e ampla divulgação de todo o trabalho realizado.

Art. 2º São ações do Programa “Recicla Araçá, por um bairro melhor para se viver!”:

I – Coleta Seletiva no mar, em parceria com os pescadores do bairro, para a separação de todo resíduo reciclável durante as viagens para descarte em Ecoponto;

II – Reciclagem de redes de pesca, por meio de criação de um ponto de descarte para redes de pesca, coleta e reciclagem;

III – Instalação de pontos de descarte de pilhas e baterias em escolas e comércio;

IV – Buscar envolvimento dos moradores do bairro com o projeto, recebendo críticas, sugestões, denúncias e ajudando na divulgação do projeto;

V – Instalação de três Ecopontos no bairro, em lugares visíveis e de grande produção de resíduos;

VI – Confecção de materiais de divulgação, como cartazes, folders, ímãs e boletins informativos;

VII – Utilização de sacolas plásticas na cor verde em todo o comércio;

VIII – Conscientização nas escolas, creches, postos de saúde, igrejas, grupos de 3ª idade e festividades do bairro;

IX – Buscar parcerias com pousadas e restaurantes que se comprometam a separar e descartar corretamente os resíduos para a coleta seletiva;

X – Compostagem;

XI – Coleta de eletrônicos;

XII – Divulgação do trabalho para veranistas e proprietário de imóveis;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de junho de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

**DECRETO Nº 1.351, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.351, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e

Considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o disposto nos arts. 5º, alínea "h", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

Considerando a necessidade de ampliação do Cemitério Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do Art. 5º, inciso H do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45 e suas alterações, a seguinte área:

I – Um terreno situado nesta cidade de Porto Belo, no Bairro Centro, com área de 1.118,78 m² (um mil cento e dezoito metros quadrados e setenta e oito décimos quadrados), parte de um terreno maior matriculado sob o nº 24.869, delimitado por quatro linhas, sendo a primeira com 26,00 metros, partindo do V01, coordenadas N = 6.993.659,361 E = 742.353,745, em direção ao vértice 02, coordenadas n = 6.993.653,908 E= 742.379,167, sob azimute de 102°06'29", estremando com Área Remanescente de propriedade de Omar Camargo Filho; a segunda, com 43,03 metros, seguindo em direção ao vértice V03, coordenadas N = 6.993.611,835 E = 742.370,141, sob azimute de 192°06'29", estremando com terras de Município de Porto Belo; a terceira com 26,00 metros, seguindo em direção ao vértice V04, coordenadas N = 6.993.617,288 E= 742.344,719, sob azimute de 282°06'29"; e a quarta com 43,03 metros, seguindo em direção ao vértice V01 sob azimute de 12°06'29", ambas estremando com Área Remanescente de propriedade de Omar Camargo Filho.

Art. 2º A área referida no artigo anterior destina-se à ampliação do Cemitério Municipal, que será desmembrada posteriormente à desapropriação, cujas despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º O Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Fazem parte integrante deste Decreto o Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado e o Memorial Descrito da área a ser desapropriada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 22 dias do mês de junho de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

**RESOLUÇÃO Nº 001-2015 - CMI**

RESOLUÇÃO Nº 001/2015.

Cria Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e efetiva sua convocação.

A Plenária do Conselho Municipal dos direitos da pessoa idosa de Porto Belo - CMI, no uso de suas competências e atribuições, em reunião ordinária do dia 10 de junho de 2015.

Considerando a convocação por meio da Portaria nº 754/2014 da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Orientação I de 31/03/2015 do Conselho Estadual do Idoso,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, composta por: Suzete Cerutti Kummer, Osni Pereira e Antonia Valéria Azarias.

Art. 2º- A Comissão será presidida pela Senhora Suzete Cerutti Kummer– Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso de Porto Belo e terá como competência:

- I- Definição do local, programação, mobilização e divulgação;
- II – Preparação e organização do material da Conferência: convites, fichas de inscrição, avaliação pasta, crachá, caneta, blocos para anotações, textos de apoio, etc;
- III - Elaboração da minuta do Regimento Interno;
- IV - Consolidação do Relatório Final.

Art. 3º - Convocar a I Conferência Municipal dos direitos da Pessoa Idosa, para os dias 16, 17, 18 e 22 de junho de 2015, no período das 14h às 17h , No Centro de Convivência do Idoso –CCI, tendo como Tema Central "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as Idades".

Art. 4º - Para operacionalização da Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa, a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos:

- I – AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí;
- II - Secretaria de Participação Popular
- III - Coordenação de Projetos e Conselhos
- IV – Conselho Municipal do Idoso de Porto Belo;
- V - Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 5º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da administração Pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento ao idoso, bem como consultores e convidados.

Art. 6º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Porto Belo/ SC, 10 de junho de 2015.

Suzete Cerutti Kummer

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso

**RESOLUÇÃO Nº 019-2015 - CMDCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**RESOLUÇÃO Nº 019/15**

Dispõe sobre a retificação da resolução nº 08/15 para o prazo de uso de recursos do FIA para a implantação do serviço de Família Acolhedora no Município de Porto Belo – SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Porto Belo, por meio de seu Coordenador Geral infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.482 de 15 de dezembro de 2006.

CONSIDERANDO que a licitação para contratação de assessoria para o serviço Família Acolhedora restou deserta;

CONSIDERANDO a permanência na necessidade de contratação desta assessoria;

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o prazo constante no Art. 1º da resolução nº 08/15 ficando assim estabelecido:

Autorizar o uso de recurso do FIA, para financiar a contratação de assessoria para o Projeto de fomentação social sobre o direito a convivência familiar e comunitária e promover a implantação do Serviço de Família Acolhedora e Guarda Subsidiada a realizar-se no período compreendido entre 20 de agosto de 2015 à 20 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Belo (SC), 22 de junho de 2015.

Lilian Mazurek Meyer

Coordenadora Geral CMDCA – Porto Belo



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

**PROCESSO 029 2015 PMPR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.029/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 02.07.2015, para Contratação de empresa para prestação de serviços de topografia e correlatos, no mínimo (04) quatro dias por semana. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 22 de Junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4748, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4748, de 12 de junho de 2015.  
"NOMEIA MARCUS BAUERMANN COSTA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

#### DECRETA:

Art.1º - Nomear MARCUS BAUERMANN COSTA, para a partir de 01/06/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Turismo, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO.

12 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 4749, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4749, de 12 de junho de 2015.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Educação o veículo, conforme segue:

O Veículo VW Gol - Placa MIP 4475 - Cor Branca - Frota 350 - Chassi nº 9BWAA05U2CT053031- Ano 2011/2012 - Renavam nº 336982267- Patrimônio nº 19684, da Secretaria Municipal de Agricultura, pelo prazo determinado entre: 06 de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2015. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Agricultura, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

#### GABINETE DO PREFEITO.

12 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4755, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4755, de 16 de junho de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/2014.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	200.000,00
	Total	R\$	200.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO.

16 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### PORTARIA Nº 0344/RH

PORTARIA Nº. 0344/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação da servidora municipal SONIA MARIA PEREIRA, ocupante do cargo COZINHEIRO, no CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

**PORTARIA Nº 0416/2015**

PORTARIA Nº. 0416/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Interromper, por motivo de interesse do serviço público, a partir de 01/06/2015 a licença para tratar de assuntos particulares do servidor municipal GILMAR BLEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nível "E", de acordo com o parágrafo 1º do Art. 137 da Lei Complementar N.º 207 de 28 de Setembro de 2010, que foi concedida através da Portaria n.º 0120/RH de 10 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 19 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2015.

Rio do Sul, 22 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 0417/2015**

PORTARIA Nº. 0417/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Interromper, por motivo de interesse do serviço público, a partir de 24/06/2015 a licença para tratar de assuntos particulares do servidor municipal JULLIAN HERMANN CREUTZBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nível "E", de acordo com o parágrafo 1º do Art. 137 da Lei Complementar N.º 207 de 28 de Setembro de 2010, que foi concedida através da Portaria n.º 0230/RH de 27 de março de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 30 de março de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - ARIANE DA SILVA WEBER**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ARIANE DA SILVA WEBER estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO LARANJEIRAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 22 de Junho de 2015.  
Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - ELISANGELA PEREIRA MACHADO**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ELISANGELA PEREIRA MACHADO com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 23 de junho de 2015.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - LEILA APARECIDA MOLINARI DOLZAN**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LEILA APARECIDA MOLINARI DOLZAN estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO SANTA RITA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 22 de Junho de 2015.  
Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - MIRENE FRONZA**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MIRENE FRONZA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO ITROUPAVA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 22 de Junho de 2015.  
Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**GABARITOS PRELIMINARES - CONCURSO PÚBLICO N° 001/2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC****CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015**  
**PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES**  
**DA PROVA ESCRITA****PEDAGOGO**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. B	25. D	26. B	27. C	28. A	29. C	30. D
31. B	32. A	33. B	34. D	35. C	36. D	37. A	38. B	39. C	40. C

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. B	25. B	26. A	27. B	28. B	29. D	30. C
31. B	32. C	33. C	34. B	35. A	36. C	37. D	38. B	39. A	40. A

**PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. C	25. C	26. B	27. B	28. D	29. B	30. A
31. D	32. C	33. A	34. D	35. D	36. A	37. B	38. B	39. D	40. D

**PROFESSOR INFORMÁTICA**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. C	24. D	25. A	26. C	27. D	28. A	29. B	30. A
31. A	32. C	33. B	34. D	35. A	36. D	37. C	38. C	39. D	40. D

**PROFESSOR ANOS INICIAIS**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. C	25. A	26. D	27. C	28. B	29. B	30. B
31. D	32. C	33. A	34. B	35. C	36. A	37. B	38. B	39. B	40. D

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. B	25. C	26. B	27. A	28. C	29. C	30. D
31. A	32. C	33. C	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. A	40. A

**PROFESSOR MATEMÁTICA**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. D	26. D	27. A	28. A	29. C	30. D
31. B	32. C	33. A	34. B	35. D	36. B	37. C	38. A	39. B	40. D

**PROFESSOR HISTÓRIA**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. A	26. D	27. B	28. D	29. A	30. D
31. B	32. D	33. C	34. B	35. D	36. C	37. B	38. A	39. B	40. D

**PROFESSOR INGLÊS**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. D	26. D	27. C	28. A	29. A	30. B
31. D	32. B	33. B	34. D	35. C	36. B	37. C	38. C	39. A	40. C

**PROFESSOR ARTES**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. A	24. C	25. A	26. D	27. B	28. C	29. D	30. A
31. D	32. B	33. A	34. D	35. C	36. C	37. A	38. A	39. D	40. C

**PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. A	25. C	26. B	27. D	28. B	29. C	30. A
31. C	32. C	33. A	34. D	35. B	36. C	37. A	38. B	39. C	40. C

**PROFESSOR GEOGRAFIA**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. C	24. A	25. D	26. D	27. B	28. A	29. B	30. B
31. D	32. C	33. A	34. C	35. A	36. C	37. B	38. D	39. B	40. A

**PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. C	26. C	27. B	28. B	29. D	30. B
31. B	32. D	33. D	34. C	35. C	36. C	37. D	38. A	39. D	40. C

**PROFESSOR FILOSOFIA**

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. D	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. D	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. A	25. B	26. B	27. C	28. C	29. D	30. B
31. A	32. C	33. D	34. D	35. A	36. C	37. D	38. C	39. A	40. C

Rio do Sul, 21 de Junho de 2015.

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### RELATORIO CI 1º BIMESTRE DE 2015 RIO DOS CEDROS

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

COMPETÊNCIA: 1º BIMESTRE DE 2015

Artigo 5º da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-11/2004

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
- III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 1º bimestre de 2015, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:

#### PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos



programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispõe sobre o PPA (Quadriênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 1.799/01 de Outubro de 2013, onde estão definidos para o Bimestre, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- c) (VETADO)
- d) (VETADO)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2015 através da Lei Municipal nº 1.831/03 de Setembro de 2014 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165 ..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

- I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
- II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2015 foi aprovado pela Lei Municipal nº 1.841/27 DE NOVEMBRO DE 2014, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio). Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no Bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 0001 - CAMARA DE VEREADORES					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO					
	567.000,00	0,00	0,00	71.393,11	495.606,89
Total da Unidade	567.000,00	0,00	0,00	71.393,11	495.606,89
Unidade Gestora: 0002 - GABINETE DO PREFEITO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO					

	273.000,00	0,00	0,00	51.186,06	221.813,94
2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA					
	68.250,00	0,00	0,00	11.093,48	57.156,52
2048 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DEFESA CIVIL - FUMDEC					
	15.750,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00
Total da Unidade	357.000,00	0,00	0,00	62.279,54	294.720,46
Unidade Gestora: 0003 - ADMINISTRACAO GERAL					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0001 - MANUT. DA DIVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
0003 - ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS - ADMINISTRAÇÃO					
	126.000,00	0,00	0,00	15.792,94	110.207,06
0005 - MANUT.DA PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL					
	521.850,00	0,00	0,00	78.534,04	443.315,96
2004 - MANUT. ATIVIDADES DIRETORIA ADMINSTRATIVA					
	1.003.340,00	0,00	0,00	264.840,91	738.499,09
2005 - MANUT.ATIVIDADES DA DIRETORIA FAZENDARIA					
	683.071,92	0,00	0,00	179.258,09	503.813,83
2053 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS					
	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00
2054 - INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
2090 - CIMVI - MANUTENCAO					
	22.920,00	0,00	0,00	22.920,00	0,00
Total da Unidade	2.410.416,92	0,00	0,00	561.345,98	1.849.070,94
Unidade Gestora: 0004 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - AMPL. REDE ABASTECIMENTO AGUA TRATADA					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS					
	3.710.645,00	0,00	0,00	5.243,00	3.705.402,00
1007 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHOES					
	477.500,00	0,00	0,00	0,00	477.500,00
1012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESG. SANIT.PLUVIAL AREA URB.					
	4.326.000,00	0,00	0,00	0,00	4.326.000,00
1013 - CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
1015 - ABERTURA DE NOVAS RUAS					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
1016 - AQUISIÇÃO IMOVEL E CONTRUÇÃO GARAGEM					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
1017 - CONST. MUROS DE ARRIMO E PROTEÇÕES LATERAIS					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
1018 - CONSTRUÇÃO DE ROTULAS					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
1026 - CIMVI - SANEAMENTO BASICO					
	160.296,00	0,00	0,00	76.296,00	84.000,00
1029 - DESASSOREAMENTO DE VIAS FLUVIAIS					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0002 - MANUT.DA DIVIDA FUNDADA SERVICOS URBANOS					
	819.000,00	0,00	0,00	159.192,83	659.807,17
0006 - MANUTENÇÃO DIVIDA FUNDADA- SERVIÇOS					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
2006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
	1.671.389,83	9.228,32	0,00	444.926,25	1.235.691,90
2007 - MANUT. E MELHORIA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL					
	449.190,00	99.087,19	0,00	123.332,08	424.945,11
2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS					
	1.991.724,50	155.966,26	0,00	593.253,54	1.554.437,22
2042 - CIMVI - RESIDUOS SOLIDOS					
	94.500,00	6.653,00	0,00	13.489,00	87.664,00
2043 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL					

	105,00	0,00	0,00	0,00	105,00
2044 - MANUTENCAO DO PROGRAMA COLETA SELETIVA DE LIXO					
	8.400,00	0,00	0,00	7.106,70	1.293,30
2045 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO P/COLETA E COMPACTAÇÃO					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
2047 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE					
	535.500,00	0,00	0,00	0,00	535.500,00
2049 - RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS					
	105,00	0,00	0,00	0,00	105,00
2050 - RECUP. E MANUT. DE PONTES E PONTILHÕES					
	73.500,00	0,00	0,00	3.551,46	69.948,54
2051 - AQUIS.EQUIP. MAQ. E VEICULOS PARA O SETOR					
	267.385,00	0,00	0,00	0,00	267.385,00
Total da Unidade	14.589.230,33	270.934,77	0,00	1.426.390,86	13.433.774,24
Unidade Gestora: 0005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. REF. ESPAÇOS ESPORTIVOS					
	241.497,50	0,00	0,00	0,00	241.497,50
1008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES					
	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
1009 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE C E I					
	17.600,00	0,00	0,00	0,00	17.600,00
1020 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS					
	698.235,00	0,00	0,00	0,00	698.235,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0004 - ENCARGOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS ENSINO FUND.					
	58.800,00	0,00	0,00	8.544,71	50.255,29
2009 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC					
	136.470,00	0,00	0,00	41.113,01	95.356,99
2010 - MANUT. E DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL					
	2.415.000,00	65.218,70	1.000,00	444.456,05	2.034.762,65
2011 - MANUTENÇÃO DE CRECHES					
	1.366.543,50	35.678,06	0,00	231.671,20	1.170.550,36
2012 - MANUT.CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS					
	435.750,00	17,19	0,00	74.124,90	361.642,29
2013 - MANUT. TRANSP.ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL					
	604.800,00	16.620,73	0,00	0,00	621.420,73
2019 - MANUT.TRANSP. ESCOLAR - ENSINO INFANTIL					
	105.000,00	43,90	0,00	0,00	105.043,90
2020 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENSINO ESPECIAL					
	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
2022 - APOIO A ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES					
	105,00	0,00	0,00	0,00	105,00
2024 - MANUT.DA OFICINA OFICIO PROFISSIONALIZANTE					
	1.575,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00
2025 - GESTÃO ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO					
	790.250,00	0,00	0,00	127.093,17	663.156,83
2027 - MANUT. MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					
	147.000,00	1.992,71	0,00	21.614,65	127.378,06
2030 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS					
	42.000,00	0,00	0,00	428,70	41.571,30
2032 - MANUT. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
	15.750,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00
2036 - MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL					
	52.500,00	9.619,48	0,00	18.782,94	43.336,54
2037 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO					
	189.000,00	432.686,17	0,00	0,00	621.686,17
2038 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR- ENSINO SUPERIOR					
	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00
2055 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO DESPORTO					
	118.650,00	0,00	0,00	29.832,54	88.817,46
2077 - MANUT. DA BIBLIOTECA PUBLICA MINICIPAL					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
2080 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV.					

	6.300,00	0,00	0,00	1.322,55	4.977,45
Total da Unidade	7.703.036,00	561.876,94	1.000,00	1.153.984,42	7.109.928,52
Unidade Gestora: 0006 - DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2017 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA					
	546.000,00	0,00	0,00	200.822,66	345.177,34
2018 - DESENVOLV. DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO					
	525,00	0,00	0,00	214,60	310,40
2021 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CANAIS DE IRRIGAÇÃO					
	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
2028 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA MUNICIPAL					
	159.600,00	0,00	0,00	139.367,94	20.232,06
2029 - DESENV.PROJETOS PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
2056 - AQUIS.EQUIP.MAQ. E VEICULOS P/SETOR AGRICULTURA					
	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
2091 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS					
	31.740,00	0,00	0,00	31.740,00	0,00
Total da Unidade	784.065,00	0,00	0,00	372.145,20	411.919,80
Unidade Gestora: 0007 - DIRETORIA DE TURISMO					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1019 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES DE OBSERVAÇÃO					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2026 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR					
	64.050,00	0,00	0,00	10.545,52	53.504,48
2076 - SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO					
	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
2089 - CIMVI - TURISMO					
	18.456,00	2.213,00	2.213,00	18.456,00	0,00
Total da Unidade	103.716,00	2.213,00	2.213,00	29.001,52	74.714,48
Unidade Gestora: 0008 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2031 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
Total da Unidade	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
Unidade Gestora: 0009 - SEGURANCA PUBLICA					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2039 - APOIAR ACOES DA POLICIA CIVIL					
	6.825,00	11.957,32	0,00	449,00	18.333,32
2081 - C. CORP - CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS					
	138.598,75	51.328,64	0,00	26.741,33	163.186,06
2082 - APOIAR ACOES DA POLICIA MILITAR					
	26.250,00	1.826,31	0,00	6.112,72	21.963,59
Total da Unidade	171.673,75	65.112,27	0,00	33.303,05	203.482,97
Unidade Gestora: 0010 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1014 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORIAS UNIDADES SAUDE					
	470.925,00	0,00	0,00	0,00	470.925,00
1025 - AQUISICAO DE IMOVEL - UNIDADE DE SAUDE					
	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2014 - MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DE SAUDE					
	4.345.616,25	950.330,96	0,00	880.596,49	4.415.350,72
2015 - MANUTENÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL					
	3.150,00	0,00	0,00	2.880,60	269,40
2016 - MANUTENÇÃO DO CLUBE DO IDOSO					
	21.000,00	0,00	0,00	2.334,00	18.666,00
2023 - MAN. DO CONS. TUTELAR DA CRIANCA E ADOLESCENTE					
	78.750,00	0,00	0,00	16.794,27	61.955,73

2033 - MAN.FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA					
	128.100,00	0,00	0,00	37.000,00	91.100,00
2034 - MAN.AMPL.PROGRAMA HABITAÇÃO SOCIAL					
	106.050,00	0,00	0,00	844,46	105.205,54
2035 - MAN. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
	241.500,00	38.271,48	0,00	31.919,44	247.852,04
2041 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA					
	33.600,00	47.538,00	0,00	32.059,18	49.078,82
2070 - AQUIS. EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA SECRET.SAUDE					
	170.622,50	0,00	0,00	0,00	170.622,50
2074 - MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA					
	104.606,25	139.916,65	0,00	6.462,16	238.060,74
2079 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA					
	1.050,00	0,00	0,00	115,20	934,80
2086 - CISA - MANUTENCAO					
	22.392,00	0,00	0,00	22.392,00	0,00
2087 - CISA - SERVICOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES					
	135.700,00	7.453,89	0,00	21.263,22	121.890,67
2088 - CISA - MEDICAMENTOS					
	60.500,00	0,00	0,00	0,00	60.500,00
Total da Unidade	5.976.062,00	1.183.510,98	0,00	1.054.661,02	6.104.911,96
Unidade Gestora: 0090 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO DE SAUDE					
	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
Total da Unidade	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
Unidade Gestora: 0091 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL					
	29.400,00	0,00	0,00	0,00	29.400,00
Total da Unidade	29.400,00	0,00	0,00	0,00	29.400,00
Total Geral	32.700.000,00	2.083.647,96	3.213,00	4.764.504,70	30.015.930,26

#### ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1.841 27 DE NOVEMBRO DE 2014, estima a Receita em R\$ 32.700.000,00 e fixa a Despesa em igual valor. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 32.550,00 o que corresponde a 0.10% do orçamento da despesa.

#### Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Bimestre em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 03 - Fundo Municipal de Saúde						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	1841	27/11/2014	12011502	12/01/2015	1.097.701,50
Totais da Unidade	1.097.701,50					
Unidade Gestora: 02 - Município de Rio Dos Cedros						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	1841	27/11/2014	12011501	12/01/2015	903.542,46
Suplementar	Superávit Financeiro	1841	27/11/2014	29011501	29/01/2015	40.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1841	27/11/2014	05021501	05/02/2015	25.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1841	27/11/2014	06021501	06/02/2015	3.815,00
Especial	Superávit Financeiro	1841	27/11/2014	17021501	17/02/2015	6.653,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1841	27/11/2014	20021501	20/02/2015	3.723,00
Suplementar	Anulação	1841	27/11/2014	27021501	27/02/2015	1.000,00
Suplementar	Anulação	1841	27/11/2014	27021502	27/02/2015	2.213,00
Totais da Unidade	982.733,46					
Total Geral:			2.080.434,96			

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 2.080.434,96. Destes, R\$ 2.073.781,96 referem-se a

créditos adicionais suplementares. R\$ 6.653,00 referem-se a créditos adicionais especiais. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 3.213,00. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Bimestre	Até o Bimestre
I) Créditos Orçamentários	0,00	0,00
Ordinários	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00
II) Créditos Adicionais	2.080.434,96	2.080.434,96
Suplementar	2.073.781,96	2.073.781,96
Especial	6.653,00	6.653,00
Extraordinário	0,00	0,00
III) Anulações de Créditos	3.213,00	3.213,00
Anulações	3.213,00	3.213,00
IV) Créditos Autorizados (I+II-III)	2.077.221,96	2.077.221,96

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

Receitas	
Receitas Orçamentárias (I)	32.700.000,00
Receitas Correntes	22.598.715,00
Receita Tributária	2.527.350,00
Receita de Contribuições	449.190,00
Receita Patrimonial	302.595,00
Receita Agropecuária	8.400,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	52.500,00
Transferências Correntes	22.272.600,00
(-) Deduções das Transferências Correntes	-3.226.965,00
Outras Receitas Correntes	213.045,00
Receitas de Capital	10.101.285,00
Operação de crédito	3.000.000,00
Alienação de Bens	36.385,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	7.064.900,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas De Capital Intra-Orçamentárias	0,00
Total Geral	32.700.000,00

Despesas	
Despesas Orçamentárias (I)	34.780.434,96
Despesas Correntes	22.197.757,62
Pessoal e Encargos Sociais	12.034.018,86
Juros e Amortização da Dívida	140.100,00
Outras Despesas Correntes	10.023.638,76
Despesas Capital	12.550.127,34
Investimentos	11.720.740,39
Inversões Financeiras	52.710,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	679.320,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva de Contingencia	0,00
Total Geral	34.780.434,96

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

#### Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.



No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) até o Bimestre em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ -1.001.867,26.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Déficit
3.762.637,44	4.764.504,70	-1.001.867,26

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o Bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 371.663,21.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
3.762.637,44	3.390.974,23	371.663,21

#### Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o Bimestre importou em R\$ 3.762.637,44 equivalente a 11.51% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	22.598.715,00	3.743.428,43	16.56%
Receitas de Capital (II)	10.101.285,00	19.209,01	0.19%
TOTAL (+II)	32.700.000,00	3.762.637,44	11.51%

#### Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 175.915,67 equivalente a 4.68% do total arrecadado.

#### Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 135.129,15 equivalente a 3.59% do total arrecadado.

#### Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 88.144,37 equivalente a 2.34% do total arrecadado.

#### Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 5.089,56 equivalente a 0.14% do total arrecadado.

#### Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 3.297.808,84 equivalente a 87.65% do total arrecadado.

#### Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 41.340,84 equivalente a 1.09% do total arrecadado.

#### Operações de Crédito

São as decorrentes de operações de crédito tipificadas por origem dos recursos: interna (instituições registradas no país) e externa (instituições fora do país).

A Receita proveniente de Operações de Crédito importou até o bimestre, em R\$ 19.209,01 equivalente a 0.51% do total arrecadado.

#### Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada até o Bimestre importou em R\$ 4.764.504,70, equivalente a 13.70% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
34.780.434,96	4.764.504,70	13.70%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

- II - a importância exata a pagar;  
 III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.  
 § 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:  
 I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;  
 II - a nota de empenho;  
 III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada até o Bimestre importou em R\$ 3.390.974,23, equivalendo a 71.17% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
4.764.504,70	3.390.974,23	71.17%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga até o Bimestre importou em R\$ 2.535.624,39, equivalente a 74.78% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
3.390.974,23	2.535.624,39	74.78%

#### Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
CAMARA DE VEREADORES	71.393,11	70.524,84	63.491,34
GABINETE DO PREFEITO	62.279,54	60.586,99	54.783,62
ADMINISTRACAO GERAL	561.345,98	405.422,66	363.106,47
DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	1.426.390,86	883.330,73	633.254,77
SECRETARIA DE EDUCACAO	1.153.984,42	826.314,80	572.519,54
DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO	372.145,20	179.941,46	101.263,41
DIRETORIA DE TURISMO	29.001,52	12.402,83	7.090,56
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	33.303,05	20.427,95	11.392,63
SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	1.054.661,02	932.021,97	728.722,05
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
Total	4.764.504,70	3.390.974,23	2.535.624,39

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	71.393,11	70.524,84	63.491,34
04 - Administração	529.298,54	371.682,67	323.563,11
06 - Segurança Pública	33.303,05	20.427,95	11.392,63
08 - Assistência Social	123.947,15	107.820,83	80.039,43
09 - Previdência Social	78.534,04	78.534,04	78.534,04
10 - Saúde	930.713,87	824.201,14	648.682,62
12 - Educação	1.072.742,91	783.741,22	534.428,30
13 - Cultura	42.435,56	21.364,20	19.714,91
15 - Urbanismo	573.501,33	382.693,47	262.346,83
17 - Saneamento	96.891,70	39.669,70	20.388,50
18 - Gestão Ambiental	31.954,60	7.965,02	30,02
20 - Agricultura	340.190,60	171.976,44	101.233,39
23 - Comércio e Serviços	29.001,52	12.402,83	7.090,56
26 - Transportes	596.805,00	301.774,73	191.326,61
27 - Desporto e Lazer	30.261,24	12.664,67	9.831,62
28 - Encargos Especiais	183.530,48	183.530,48	183.530,48
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total	4.764.504,70	3.390.974,23	2.535.624,39

#### VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público

na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25 .....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;

- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;

- Limite mínimo de aplicação em Saúde;

- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 827.801,95 correspondente a 27.88% da receita proveniente de impostos e transferências, representando um SUPERÁVIT de 2.88% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00	0,00
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	656.351,75	656.351,75	393.811,03
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	3.181,73	3.181,73	1.909,04
I) Total das receitas para fins de limite	659.533,48	659.533,48	395.720,07

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 360.575,76 correspondente a 54.67% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 35.144,33 equivalente a 5.33% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	6.232,40	6.232,40
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	276.770,84	276.770,84
319013 - Obrigações Patronais	60.563,71	60.563,71
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	17.008,81	17.008,81
II) TOTAL DAS DESPESAS	360.575,76	360.575,76

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	659.533,48	659.533,48
Mínimo à ser Aplicado	395.720,09	395.720,09
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	360.575,76	360.575,76
Aplicação à Menor	-35.144,33	-35.144,33
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	54,67	54,67
Déficit	-5,33	-5,33

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 360.575,76 correspondente a 54.67% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 35.144,33 equivalente a 5.33% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	6.232,40	6.232,40
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	276.770,84	276.770,84
319013 - Obrigações Patronais	60.563,71	60.563,71
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	17.008,81	17.008,81
II) TOTAL DAS DESPESAS	360.575,76	360.575,76

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	659.533,48	659.533,48
Mínimo à ser Aplicado	395.720,09	395.720,09
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	360.575,76	360.575,76
Aplicação à Menor	-35.144,33	-35.144,33
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	54,67	54,67
Déficit	-5,33	-5,33

#### Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 617.910,47 correspondente a 20.81% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 172.475,44 equivalente a 5.81% , acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

#### Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 23.761.046,76, resultando em um valor médio mensal de R\$ 1.980.087,23.

1 - RECEITAS CORRENTES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	176.165,50	4,09	176.165,50	4,09	2.295.965,32	8,58
Receita de Contribuições	135.129,15	3,14	135.129,15	3,14	705.219,78	2,64
Receita Patrimonial	88.144,37	2,05	88.144,37	2,05	523.687,74	1,94
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	5.089,56	0,12	5.089,56	0,12	66.239,16	0,25
Transferências Correntes	3.863.324,11	89,66	3.863.324,11	89,66	22.896.194,12	85,58
Outras Receitas Correntes	41.091,01	0,95	41.091,01	0,95	271.265,88	1,01
I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	4.308.943,70	100	4.308.943,70	100	26.758.572,00	100

2 - DEDUÇÕES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-565.515,27	0,00	-565.515,27	0,00	-2.997.525,24	0,00
II) TOTAL DAS DEDUÇÕES	-565.515,27	100	-565.515,27	100	-2.997.525,24	100

3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	3.743.428,43	15,76	3.743.428,43	15,76	23.761.046,76	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses	1.980.087,23	8,33				

#### Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

( ..... )

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de Rio dos Cedros realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 11.761.258,84, equivalendo a 49,50% da receita corrente líquida arrecadada neste período. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	1.674.553,68	1.674.553,68	11.134.402,90
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	9.378,32	9.378,32	27.853,11
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	46.991,00	46.991,00	251.059,47
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.199.202,78	1.199.202,78	8.060.192,50
319013 - Obrigações Patronais	289.032,48	289.032,48	1.946.279,80
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	94.731,68	94.731,68	597.509,10
319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização	8.269,32	8.269,32	49.615,92
319047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	26.948,10	26.948,10	186.518,89
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	18,64
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	15.355,47
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	96.852,53	96.852,53	626.874,58
319001 - Aposentadoria e reformas	57.752,10	57.752,10	364.514,89
319003 - Pensões	39.100,43	39.100,43	262.359,69
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	1.771.406,21	1.771.406,21	11.761.277,48

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	18,64
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	0,00	18,64

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	23.758.014,33
Limite prudencial - 57%	13.542.068,17
Limite máximo - 60%	14.254.808,60
Despesa bruta com pessoal (III)	11.761.277,48
Despesas não computadas (IV)	18,64
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	11.761.258,84
Percentual aplicado em despesas com pessoal	49,50
Limite prudencial (57%)	1.780.809,33
Limite máximo (60%)	2.493.549,76

#### Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 11.403.230,94, equivale a 47,99% da receita corrente líquida arrecadada neste período, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	1.613.196,58	1.613.196,58	10.776.375,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	9.378,32	9.378,32	27.853,11
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	46.991,00	46.991,00	251.059,47
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.149.439,30	1.149.439,30	7.770.036,84
319013 - Obrigações Patronais	277.736,36	277.736,36	1.880.263,06
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	94.434,18	94.434,18	595.653,60



319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização	8.269,32	8.269,32	49.615,92
319047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	26.948,10	26.948,10	186.518,89
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	18,64
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	15.355,47
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	96.852,53	96.852,53	626.874,58
319001 - Aposentadoria e reformas	57.752,10	57.752,10	364.514,89
319003 - Pensões	39.100,43	39.100,43	262.359,69
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	1.710.049,11	1.710.049,11	11.403.249,58

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	18,64
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	0,00	18,64

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	23.758.014,33
Limite prudencial - 51,30%	12.187.861,35
Limite máximo - 54%	12.829.327,74
Despesa bruta com pessoal (III)	11.403.249,58
Despesas não computadas (IV)	18,64
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	11.403.230,94
Percentual aplicado em despesas com pessoal	47,99
Limite prudencial (51,30%)	784.630,41
Limite máximo (54%)	1.426.096,80

#### Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 358.027,90, equivale a 1,51% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o CUMPRINDO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	61.357,10	61.357,10	358.027,90
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	0,00
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	49.763,48	49.763,48	290.155,66
319013 - Obrigações Patronais	11.296,12	11.296,12	66.016,74
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	297,50	297,50	1.855,50
319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00
319047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	61.357,10	61.357,10	358.027,90

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	0,00	0,00

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	23.758.014,33
Limite prudencial - 5,70%	1.354.206,82
Limite máximo - 6%	1.425.480,86
Despesa bruta com pessoal (III)	358.027,90
Despesas não computadas (IV)	0,00
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	358.027,90
Percentual aplicado em despesas com pessoal	1,51
Limite prudencial (5,70%)	996.178,92
Limite máximo (6%)	1.067.452,96



**Metas Bimestrais de Arrecadação**

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Período	Previstas	Arrecadadas	Meta
1º bimestre	3.962.279,63	3.762.637,44	Não Atingiu
2º bimestre	4.391.545,31		
3º bimestre	3.932.132,79		
4º bimestre	3.540.048,94		
5º bimestre	3.764.650,77		
6º bimestre	13.109.342,56		
Total	32.700.000,00		

- Provenientes de Convênios Estaduais e Federais previstos, e não efetivados.

Rio dos Cedros(SC), 01 de junho de 2015

Eduardo Osti Agente de Controle Interno	Fernando Tomaselli Prefeito Municipal
--	--

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 039/2015

DECRETO Nº 039/2015 - DE 19 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 1.222,90 (Hum Mil Duzentos e Vinte e Dois Reais e Noventa Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 2054 – PISO BÁSICO VARIÁVEL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.222,90

Fonte: 1135.00000

RED: 127

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 2054 – PISO BÁSICO VARIÁVEL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.222,90

Fonte: 1135.00000

RED: 126

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 19 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 029, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 029, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública e Interesse Social para fins de desapropriação o imóvel que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com o Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/91, Lei nº 4.132/62 e Lei nº 4.504/64,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, uma área de terra rural, localizada na Av. Jaguarari/BR 101, no KM 443 na cidade de Santa Rosa do Sul-SC; com área de 15.000,00m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados), de propriedade de LAERTE MACHADO, CPF nº 262.556.690-68, conforme matrícula nº 4.471, do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Rosa do Sul, cuja área objeto de Desapropriação possui as seguintes medidas e confrontações: NORTE na extensão de 267,65 metros, confrontando-se com terras de Danúbio João Colares. SUL na extensão de 308,27 metros, confrontando-se com terras de Valmir de Souza. LESTE na extensão de 51,44 metros, confrontando-se com as terras de Valmir de Souza. OESTE na extensão de 66,50 metros, confrontando-se com a Av. Jaguarari, ou seja, na faixa de domínio da Rodovia Federal BR 101. Outros detalhes podem ser visto na planta topográfica em anexo.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo anterior, destina-se à implantação Distrito Industrial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de junho de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015 - DL

CONTRATADO: SALÉSIO RAMPINELLI

CPF Nº 456.039.799-68

Objeto: Locação de uma pedreira de área de 2.500 m<sup>2</sup>, localizada na Estrada Geral Cachoeira da Peroba, neste município, para retirada de cascalho para recuperação das estradas deste município.

Da base legal: A Dispensa de Licitação Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Da justificativa da Escolha: O Município de Santa Rosa do Sul possui, na grande maioria, "estradas de chão batido" o que necessita constantemente de manutenção, precisando assim de recursos minerais naturais para conservação das mesmas.

O locado foi escolhido pela qualidade do material e pela facilidade de acesso de nossa frota até o local de extração. Além de que os preços estão de acordo com os valores de mercado.

Fica sob responsabilidade do contratado as licenças ambientais e ou autorizações de outorga e extração.

Do Valor: o valor da locação é de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), pago em uma única parcela.

Assinatura: 22/06/2015

Joelson Farias Pereira

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 110/2015 FERIAS SONIA DE FATIMA DIAS DOS SANTOS DE SOUZA CAMPOS**

PORTARIA Nº 110/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (TRINTA) dias, a servidora pública municipal Sra. SONIA DE FATIMA DIAS DOS SANTOS SOUZA CAMPOS, matrícula nº10421/01 ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativamente ao período aquisitivo 01/01/2014 a 31/12/2014, a serem gozadas no período de 22/06/2015 a 21/07/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 22 de Junho 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

### **PORTARIA Nº 111/2015 ROZANA ADRIANA NUNES**

PORTARIA Nº 111/2015

CONTRATA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica contratada a Senhora Rozana Adriana Nunes, CPF nº 093.447.249-11-13 RG nº 6315009, para desempenhar a função de Chefe de Divisão, carga horária de 40 horas semanais, código 1029, CC-05 do Quadro de Pessoal Comissionado do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 22 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 63/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 74/2015.

Edital: PREGÃO Nº. 63/2015.

Objeto: aquisição de pneus 900/X20 para substituição no veículo Micro Ônibus placas MLF4777, utilizado no serviço de transporte de alunos da Educação Básica do Município.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 03 de julho de 2015.

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 03 de julho de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 19 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL Nº784/2015 – DE 19 DE JUNHO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº784/2015 – DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME anexo, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Plano Municipal de Educação, serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Plano Municipal de Educação deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, ou outro que vier a substituí-lo, para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a Meta 18 do PME engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no PME não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de Junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 023/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 023/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO, associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.979.633/0001-19, estabelecida à Rua Augusto Wunderwald, nº 1016, Bairro Centenário, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente Cleiton Marçal Dias, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 3.610.442, CPF/MF nº 003.894.229-16, residente e domiciliado à Rua Alfredo Jorge Rueckl, nº 601, Bairro Serra Alta, em São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3546 de 16 de junho de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo com custeio das despesas referentes à taxa de filiação e inscrição, alimentação, hospedagem, transporte e uniformes, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2942/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente termo de convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 3212-2 a favor da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

### CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 – Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 – Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 – Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente

### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

O CONVENENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o

valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 19 de junho de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

CLEITON MARÇAL DIAS

Presidente da Associação São Bentense de Ciclomotanhismo

#### TESTEMUNHAS:

LUIZ NERI PEREIRA  
CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA  
CPF 791.399.579-34

#### DECRETO Nº 996/2015

DECRETO Nº 0996, DE 22 DE JUNHO DE 2015

ALTERA O DECRETO Nº 0830 DE 16 DE JANEIRO DE 2015 QUE DEFINE VENCIMENTOS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA-IPTU E IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS/FIXO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3403/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Artigo 2º do Decreto nº 0830/2015, passa a ter a seguinte redação:

“ II - Para pagamento parcelado as datas serão:

b) Segunda parcela até o dia 15/07/2015 ”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

#### DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 42/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 42/2015

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 42/2015.

Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul.

Serviços: Os serviços a serem tomados pelo Fundo Municipal de Saúde serão todos os exames constantes da Tabela SUS MUNICIPAL – PATOLOGIA CLÍNICA, por valores iguais aos definidos na tabela vigente, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contratados pelo Fundo Municipal de Saúde para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2015.  
DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

## **EDITAL Nº 003/2015**

### **EDITAL Nº 003/2015 DE CONCURSO PÚBLICO**

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos do Quadro de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento efetivo de vagas de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários conforme a Lei 2966/2012 e suas alterações e de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul, instituído pela Lei Complementar nº 228/2001 e suas alterações, pelas demais normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto O Barriga Verde - IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e-mail [concursos@iobv.org.br](mailto:concursos@iobv.org.br), sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público.

1.2. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	Das 8h de 24/06/15 às 23h59min de 23/07/15
Isenção de Inscrição solicitar via requerimento sedex/ar até	08/07/15
Divulgação das inscrições isentas de pagamento	17/07/15
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	24/07/15
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	23/07/15
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	27/07/2015
Recursos contra indeferimento das inscrições	Das 8h de 28/07 às 23h59min de 29/07/15
Homologação das inscrições e Locais de provas	30/07/15
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	02/08/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> e <a href="http://www.saobentodosul.sc.gov.br">www.saobentodosul.sc.gov.br</a> ).	03/08/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	Das 8h de 04/08 às 23h59min de 05/08/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> e <a href="http://www.saobentodosul.sc.gov.br">www.saobentodosul.sc.gov.br</a> ).	10/08/15
Classificação Preliminar da prova escrita	11/08/15
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita	Das 8h de 12/08 às 23h59min de 13/08/15
Classificação Final da prova escrita	14/08/15
Homologação do resultado final	Após 14/08/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

1.5. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul na Internet: [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no Mural Público Municipal, e ainda, publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios na internet: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e em jornal de circulação local e regional.

1.6. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.7. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de São Bento do Sul – SC.

#### **2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS**

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;
- c) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico do Município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata o item 2.3 deste Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 2.2. Apresentar cópia legível dos seguintes documentos:
- a) Cédula de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Título de Eleitor;
- d) Comprovante de votação da última Eleição OU certidão de QUITAÇÃO da Justiça Eleitoral; disponível no site: <http://www.tse.jus.br>;
- e) Certidão de Nascimento, se candidato solteiro (a), Casamento se candidato casado, separado, divorciado ou Declaração de União Estável;
- d) Certidão de Nascimento/Adoção e Carteira de vacinação (VACINA E DADOS PESSOAIS) dos filhos até 14 anos;
- e) Atestado de Frequência Escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- f) Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista, quando for o caso;
- g) Declaração de Residência (fornecida no Departamento de RH), corretamente preenchida, datada, assinada e sem rasuras);
- h) Diplomas de Escolaridade (conforme exigência do cargo) autenticado;
- i) Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar) autenticado;
- j) Registro no Conselho de Classe, quando for o caso – autenticado;
- k) Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe – autenticado;
- l) Carteira de vacina contra Rubéola (homens e mulheres até 39 anos) Lei 10.196 de 24 de julho de 1996;
- m) Número do PIS/PASEP (frente e verso);
- n) Carteira de Trabalho onde constam foto e Dados Pessoais;
- o) declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- p) em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;
- q) Declaração de ter ou não sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 151 da lei nº 228/2001;
- r) Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;
- s) Certidões Negativas dos Cartórios Civil e Criminal, expedidos pela Comarca de São Bento do Sul;
- t) 01 (uma) foto 3X4;
- u) Número da conta corrente junto a Caixa Econômica Federal;
- v) Comprovante de pagamento da Contribuição Sindical, para os admitidos após março de 2015;
- x) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.
- 2.3. Além dos documentos constantes no item 2.1 deste Edital, o candidato deverá apresentar os exames a seguir relacionados, realizados à custa do mesmo, no dia determinado para o exame admissional, este efetuado pelo Médico Oficial da Municipalidade:
- a) hemograma completo;
- b) glicemia de jejum;
- c) RX de coluna total;
- d) RX de tórax 02 posições - PA;
- 2.4. Os exames e avaliações médicas deverão ser originais e realizadas, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data do exame admissional.
- 2.5. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, no Município, observados os prazos previstos nos arts. 171 e 176, ambos da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e, art. 5º, XLVII, “b” da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

### 3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	30	40h	R\$ 876,75	Ensino Fundamental Incompleto
Fiscal Ambiental	01	40h	R\$ 3.121,50	Ensino Superior completo em Engenharia Agrônômica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, e demais cursos de Especialização em Ambiental, e conhecimento em informática e possuir CNH.
Médico Clínico Geral	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico, com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Generalista	01	40h	R\$ 11.491,09 + 22,22% (Lei nº 1766/2007)	Ensino superior no curso específico, com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Angiolista/Cirurgia Vascular	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Cardiologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Dermatologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.



Médico Infectologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Neurologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Ortopedista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Otorrinolaringologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Pneumologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Proctologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Psiquiatra	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Reumatologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Urologista	01	40h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico do Trabalho	01	30h	R\$ 11.491,09	Ensino superior no curso específico com título de especialista em medicina do trabalho em curso reconhecimento pelo MEC ou título de especialista emitido pela AMB/ANAMT, inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

3.1. As atribuições dos cargos e outras informações constam no anexo I deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

#### 4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- Acessar o endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de SÃO BENTO DO SUL - Edital 003/2015;
- Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- Preencher o Requerimento de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências da Caixa Econômica Federal, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1. Caso o Candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para acesso em dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, na sala do Centro de Inclusão Digital, junto ao Paço Municipal, cito na rua Jorge Lacerda, 75 - Centro - São Bento do Sul/SC.

4.6. O valor da taxa de inscrição é de:

- Para cargos com exigência de curso de nível superior: R\$ 80,00 (oitenta reais)
- Para cargos com exigência de ensino de nível fundamental incompleto: R\$ 30,00 (trinta reais)

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de

inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

4.14. Da isenção da taxa de inscrição:

4.14.1. Ficam isentos do pagamento de taxas de inscrição de acordo com a Lei Municipal Nº 3502/2015 os doadores de medula óssea e sangue.

4.14.2. Para ter direito à isenção da taxa de inscrição, o candidato deve atender aos seguintes requisitos:

a) Ser portador da Carteira de Doador de Sangue expedida pelo HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina, tendo nela (ou em declaração equivalente) constando a data das duas últimas doações realizadas, podendo ainda ser substituído pela carteira ou declaração emitida pelo órgão ou entidade reconhecidamente elaborada para o mesmo fim, quando doadores em outros Estados do Brasil;

b) No caso de doador de sangue, as duas últimas doações registradas não poderão exceder o período de 12 (doze) meses anteriores à publicação do Edital que der a abertura do processo seletivo.

c) Ser doador comprovadamente inscrito no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, instalado no INCA - Instituto Nacional do Câncer.

4.14.3. O candidato deve efetuar normalmente sua inscrição e requerer a isenção da taxa de inscrição e devendo obrigatoriamente enviar via sedex/ar o requerimento (anexo IV) deste edital, devidamente preenchido acompanhado do comprovante de doação de acordo com as alíneas do item 4.14.2 deste edital, até a data estabelecida no cronograma, para o seguinte endereço: Instituto O Barriga Verde, Avenida Lui Bertoli, 233 – centro – CEP 89.190-000 – Taió – SC.

4.16 Demais disposições referentes às inscrições

4.16.1. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.16.2. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.16.3. A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.16.4. As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.16.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivada por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.16.6. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.16.7. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.16.8. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.16.9. A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

4.16.10. Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.16.11. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.16.12. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.16.13 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

4.17. Das condições especiais para realizar a prova

4.17.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (amamentação, local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão além de assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devem enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC.

4.17.2. A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.14.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.17.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a



conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.17.4. O IOBV publicará, no endereço do concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

## 5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1. Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1. Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1. A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro – 89190-00 – Taió – SC.

5.6.2. O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional do município, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9. Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencher em todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

## 7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1. O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma única etapa através de prova escrita, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

7.2. As provas serão realizadas no município de São Bento do Sul-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

## 7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1. Os locais de realização das provas serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
O tempo mínimo de permanência em sala de prova é de 1(uma) hora, saída às:	10 h
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.2.1. Dependendo do número de inscritos e da capacidade de alocação dos candidatos nas escolas do município, os cargos poderão ser distribuídos nos períodos matutino e vespertino, devendo o candidato acompanhar as publicações.

7.3.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4. O IOBV e o Município de São Bento do Sul eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

## 8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com até 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

### 8.2.1. Escolaridade: Fundamental Incompleto

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,70	7,00
		Total	25		10,00

### 8.2.3. Escolaridade: Ensino Superior Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos inerentes ao cargo	Específicos gerais comuns a todas as especialidades	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais específicos	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível fundamental incompleto:  $NPE = (NACG \times 0,20 + (NACE \times 0,70))$

b) Cargos com exigência de nível superior:  $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE= Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

## 8.5. NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.5.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.5.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.5.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.5.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

- b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;
- c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.5.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.5.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.5.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.5.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.5.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.5.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.5.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.5.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.5.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.5.12. Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.5.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.5.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.5.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.5.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.5.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Do cartão resposta que não esteja assinado pelo candidato.

8.5.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.5.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.5.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.5.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.5.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.5.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.5.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.5.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.5.25. Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.5.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) no dia seguinte ao da realização da prova.

8.6.26.1. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

8.5.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.5.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.5.28.1 Os cadernos de questões estarão disponíveis na área restrita do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte a aplicação das provas.

8.5.29. O IOBV e o Município de São Bento do Sul não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.5.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.5.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.5.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.5.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativa ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.5.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.5.33.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.5.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.5.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido no item 7.3.2, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório e resultados classificatórios do Concurso Público.

9.1.1. Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

9.2. Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

- a) Acessar a área do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 03/2015 de São Bento do Sul;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.



g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

9.3. Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

9.4. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

9.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

9.5. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

9.6. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

9.7. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

9.8. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

9.9. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

9.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), onde não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

9.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

9.11. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

9.12. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

## 10. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

10.1 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final conforme segue:

a) Para o cargo de Auxiliar de Serviços a nota final na prova escrita deverá ser igual ou maior que 3,00 (três);

b) Para os cargos de nível superior a nota final na prova escrita deverá ser igual ou maior que 5,00 (cinco).

10.2 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

10.3 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.4 Para o efeito do item 10.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

10.5 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

c) Maior número de dependentes;

d) Maior Idade.

## 11 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

11.2 Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

## 12. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

12.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de São Bento do Sul, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

12.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de São Bento do Sul.

12.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de São Bento do Sul.

12.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

12.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), após homologação deverá formalizar junto ao município a atualização de dados, no setor de Protocolo Geral.

12.5 O candidato após receber a notificação terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prorrogação de igual período para apresentar a documentação exigida para a nomeação ou apresentar sua carta de desistência.

12.6. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de São Bento do Sul, até a data, estabelecida conforme item 12.5, será excluído deste Concurso Público.

12.7. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço, dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão formalizar atualização dos dados junto ao setor de Protocolo Geral do município.

12.7.1. A inobservância do subitem 12.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

12.8. Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de

convocação.

12.9. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

### 13 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto O Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas
- d) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- f) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.

h) Responder, em conjunto com o município de SÃO BENTO DO SUL eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

13.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.

13.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de SÃO BENTO DO SUL.

### 14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

14.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

14.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura de São Bento do Sul, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

14.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

14.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

14.6. O Município de SÃO BENTO DO SUL e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

14.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) ou [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

14.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

14.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

14.10. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de SÃO BENTO DO SUL como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

14.11. Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de Decreto.

14.12. Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 03 (três) meses, e os demais apontamentos, por um período de 06 (seis) meses após homologação do resultado, quando serão insinados, com registro em ata.

14.13. A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de SÃO BENTO DO SUL e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

14.14. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de SÃO BENTO DO SUL e do IOBV.

14.15. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Atribuições dos Cargos; Anexo II – Conteúdo Programático; Anexo III– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo VI – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

Fernando Tureck  
Prefeito Municipal

### ANEXO I ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Executar serviços de limpeza das Vias, praças públicas, edifícios públicos, unidades escolares, unidades de saúde, sanitários e nas secretarias. Auxiliar nos serviços de construção, manutenção, conservação, edificações e demais serviços próprios da Prefeitura. Carregar, descarregar, transladar, ordenar, limpar e zelar pelos materiais, equipamentos e utensílios diversos, de forma apropriada, a fim de agilizar os trabalhos.

#### DESCRIÇÃO DETALHADA

- Limpar, desinfetar, encerar e arrumar sanitários públicos, sanitários de prédios públicos, salas de aula, corredores e demais espaços de



prédios públicos;

- Substituir toalhas, papéis e sabonetes;
- Lavar panos usados na limpeza;
- Coletar e depositar o lixo nas lixeiras;
- Preparar e servir café, chá e água, quando solicitado;
- Executar serviços de limpeza: vidraças, paredes, pisos, calçadas, salas, móveis, equipamentos, utensílios, louças, cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, entre outros;
- Executar serviços de conservação e limpeza de vias, praças e logradouros públicos, varrendo, realizando capina, roçada e poda, utilizando ferramentas e utensílios adequados;
- Desobstruir as canalizações de águas pluviais e bocas de lobo das vias públicas;
- Auxiliar nos serviços de patrolamento das vias públicas, sinalizando, fazendo a limpeza das bocas de lobo e canaletas, retirando o excesso de terra e entulhos;
- Executar limpeza de rios, córregos e valas;
- Manipular e aplicar herbicidas utilizados na limpeza de logradouros públicos;
- Atuar na execução de abertura de covas nos cemitérios municipais;
- Recolher entulhos e demais resíduos, colocando-os em caminhões;
- Auxiliar na poda das árvores em espaços públicos, utilizando equipamentos adequados;
- Preparar, limpar, afiar, lubrificar e abastecer, os materiais, máquinas e ferramentas para a realização dos serviços;
- Auxiliar nos serviços de construção, manutenção, conservação, pavimentação, preparando a massa de cimento e as tintas, carregando tijolos, baldes, fazendo andaimes, executando pequenos reparos;
- Auxiliar nos serviços de instalação e conservação da parte elétrica e hidráulica das edificações;
- Auxiliar na medição de terrenos, segurando balizas, cravando piquetes, estaqueando marcas em pontos pré-determinados pela equipe de medição;
- Auxiliar na pintura de edifícios, ruas e sinalizações de trânsito, preparando tintas e fornecendo os equipamentos apropriados;
- Auxiliar no recolhimento e remoção de animais soltos ou mortos nas vias públicas, laçando ou removendo-os para locais apropriados;
- Executar serviços de carga e descarga de caminhões, empilhando e organizando os materiais conforme suas especificações e normas dos setores, para mantê-los preservados e evitar desperdícios;
- Ajudar nas mudanças, carregando, trasladando móveis e demais equipamentos de um local para outro ou carregando e descarregando em caminhões;
- Cuidar e fazer a limpeza de seu local de trabalho, varrendo, lavando com equipamentos e produtos adequados, com a finalidade de garantir a ordem e a segurança do mesmo;
- Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana, noturnos e em situações de emergência, urgência e calamidades, quando necessário;
- Executar serviços de limpeza das cozinhas e refeitórios: móveis, equipamentos, utensílios, louças, instrumentos e materiais utilizados, entre outros;
- Executar atividades relacionadas ao preparo das refeições, cumprindo o cardápio pré estabelecido zelando pelo sabor, aparência, textura e temperatura das mesmas, respeitando as normas de higiene pessoal e do local de trabalho.
- Dispor adequadamente os restos de comida e lixo da cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos, bactérias e outros;
- Adequar os resíduos de forma seletiva, separando-os para processos de reciclagem;
- Zelar pela higiene pessoal;
- Usar EPI;
- Zelar pela limpeza, organização e manutenção das ferramentas, utensílios e materiais utilizados, a fim de tê-los sempre em condições de uso;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

Requisitos:

Ensino fundamental incompleto

FISCAL AMBIENTAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Orientar e fiscalizar as atividade e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária. Atuar predominantemente, nas áreas ligadas à agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca, aquíicultura e outros serviços relacionados, onde poderá ocorrer exposição a ruídos intensos, temperaturas extremas e riscos de integridade física.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Orientar o recebimento de documentação e a formalização dos processos com pedidos de licenciamento, outorga, cadastro, denúncias e outras providências envolvendo o Setor de Licenciamento e Fiscalização;
- Produzir e fornecer informações técnicas ao licenciamento, outorga do uso da água e à fiscalização;
- Analisar e emitir pareceres nos processos com pedidos de licenciamento, outorga, cadastro, denúncias e outros;
- Acompanhar o trabalho de fiscalização das atividades licenciadas ou em processo de licenciamento e desenvolver tarefas de controle e de monitoramento ambiental e de gestão dos recursos hídricos;
- Trazer ao conhecimento do Setor de Licenciamento e Fiscalização qualquer agressão ao meio ambiente e/ou aos recursos hídricos, independentemente de denúncia;
- Expedir pareceres, relatórios e laudos técnicos em atendimento a demandas de procedimentos de fiscalização e licenciamento, outorga do Ministério Público e de procedimentos judiciais;
- Executar perícias dentro das suas atribuições profissionais;
- Participar de processos de auditoria ambiental e audiências públicas;
- Assessorar as entidades públicas e privadas na adequação de suas ações às exigências do licenciamento ambiental; Disponibilizar os dados do sistema de informações ambientais;
- Fiscalizar o meio ambiente urbano e rural a fim de evitar a degradação ambiental e aplicar aos infratores as penalidades previstas na legislação vigente;

- Lavar autos de constatação, de infração, bem como outros documentos de caráter administrativo, necessários ao desempenho de suas funções;
- Acompanhar o andamento dos processos administrativos, inclusive os referentes ao licenciamento ambiental, observando a eficácia das medidas indicadas em suas decisões sob o aspecto da aplicação de penalidades e cumprimentos dos termos de compromisso e de licenças ambientais, necessárias à reparação dos danos ambientais;
- Atuar na fiscalização de ações de caráter potencialmente poluidoras, como a deposição inadequada de entulho ou lixo em áreas comerciais e residenciais;
- Participar de programas de educação ambiental, promovendo a difusão do conhecimento acerca da legislação ambiental;
- Assessorar as administrações municipais no seu trabalho de promoção da preservação e uso sustentável dos recursos naturais e no desenvolvimento de ações de educação ambiental;
- Propor mecanismos de integração de instituições públicas e privadas em ações de preservação e uso sustentável dos recursos naturais;
- Propor, elaborar e executar estudos, programas e projetos necessários à implementação da Política Federal, estadual e Municipal de Meio Ambiente;
- Propor e implementar programas de atração e captação de recursos para aplicação na educação ambiental e na preservação e uso sustentável dos recursos naturais;
- Elaborar os planos de trabalho do Departamento, na área do meio ambiente, recursos hídricos e da educação ambiental, com vistas à proposição dos Planos Plurianuais e dos orçamentos anuais;
- Propor alternativas de utilização dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e do Fundo de Recursos Hídricos;
- Criar, desenvolver e manter atualizado o sistema de informações ambientais;
- Propor diretrizes para a elaboração do Plano Estadual de Meio Ambiente e do Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;
- Propor as obras necessárias à implementação do Plano Municipal de Meio Ambiente e Plano de Recursos Hídricos e acompanhar a execução das obras sob a responsabilidade da secretaria;
- Fomentar a participação popular nas ações de preservação e uso sustentável dos recursos naturais e nas atividades de educação ambiental;
- Outras atribuições que lhe forem cometidas;
- Executar trabalhos de fiscalização no campo de saneamento e melhoria do meio ambiente;
- Exercer ação fiscalizadora externa, observando as normas de proteção ambiental contidas em leis ou em regulamentos específicos;
- Organizar coletâneas de pareceres, decisões e documentos concernentes à interpretação da legislação com relação ao meio ambiente;
- Coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;
- Inspeccionar guias de trânsito de madeira, caibro, lenha, carvão, areia e qualquer outro produto extrativo, examinando-as à luz das leis e regulamentos que defendem o patrimônio ambiental, para verificar a origem dos mesmos e apreendê-los, quando encontrados em situação irregular;
- Emitir pareceres em processos de concessão de licenças para localização e funcionamento de atividades real ou potencialmente poluidoras ou de exploração de recursos ambientais;
- Acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental;
- Instaurar processos por infração verificada pessoalmente;
- Participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e reclamações;
- Realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;
- Contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro;
- Articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário;
- Redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados;
- Formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
- Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; e
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior completo em Engenharia Ambiental, Engenharia Agrônômica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, e demais cursos com Especialização em Ambiental, e conhecimento em informática e CNH.

**MÉDICO ANGIOLOGISTA / CIRURGIA VASCULAR****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento de pacientes portadores de patologia de origem arterial, venosa e linfática, incluindo assistência clínica e tratamento cirúrgico, e executar qualquer outra atividade que por sua natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Atividade educativa de orientação em grupo na atenção especializada;
- Capilaroscopia;- Ultra-sonografia doppler colorido de vasos;
- Investigação ultrassônica-pletismografia;- Oscilometria;- Consulta médico em atendimento especializada;
- Atendimento de urgência com observação até 24 horas em atenção especializada;
- Diagnóstico e/ou atendimento de urgência em clínica cirúrgica;
- Abordagem cognitiva comportamental do fumante;
- Tratamento de outras vasculopatias;
- Tratamento de pé diabético complicado;
- Tratamento de trombose venosa profunda;
- Tratamento de varizes dos membros inferiores com úlcera;
- Tratamento de mal formações congênitas do aparelho circulatório;
- Tratamento de complicações de procedimentos cirúrgicos ou clínicos;
- Curativo grau II com ou sem debridamento por paciente;
- Excisão e enxerto de pele, hemangioma, nevus ou tumor;
- Implantação e retirada de cateter de longa permanência semi ou totalmente implantável;

- Debridamento de fasceite necrotizante, úlcera, necrose;
- Angiografia cerebral para diagnóstico de morte encefálica;
- Avaliação clínica de morte encefálica em maior de 2 anos;
- Ações relacionadas a doação de órgãos tecidos e células;
- Nefroureterectomia unilateral para transplante;
- Manutenção hemodinâmica de possível doador e taxa de sala para retirada de órgãos;
- Retirada de tecido ósteo-fascio-condro-ligamento;
- Entrevista familiar para doação de doadores em morte;

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO CARDIOLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento médico ambulatorial de referência, executar exames, diagnósticos, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes portadores de doenças cardíacas, bem como contribuir em programas preventivos, reuniões e outros que possibilitem a melhoria das condições gerais.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Examinar o paciente;
- Tratar de afecções cardíacas congênicas ou adquiridas, empregando meios clínicos ou cirúrgicos, para promover ou recuperar a saúde dos pacientes;
- Diagnosticar afecções cardíacas, realizando anamnese, auscultação, radioscopia e por outros processos, para estabelecer a conduta terapêutica;
- Supervisionar a realização de eletrocardiograma ou executar, manipulando eletrocardiograma ou executar, manipulando eletrocardiógrafo e monitores para auxiliar no diagnóstico e/ou controlar a evolução do tratamento;
- Realizar exames especiais, tais como angiocardiorrafia e outros exames cardiodinâmicos, utilizando aparelhos e instrumental especializado, para determinar com exatidão a gravidade e extensão da lesão cardíaca;
- Preparar clinicamente os pacientes para cirurgia, acompanhando a evolução da cardiopatia, tratando-a adequadamente, para prevenir intercorrências e acidentes no ato cirúrgico;
- Controlar o paciente durante a realização de cirurgias cardíacas ou, quando necessário, mantendo o controle pela auscultação, eletrocardiógrafo, monitoragem e outros exames, para obter o andamento satisfatório das mesmas;
- Fazer controle periódico de doenças hipertensivas, de chagas, toxoplasmose, sífilis e cardiopatias isquêmicas, praticando exames clínicos, eletrocardiogramas e exames laboratoriais, para prevenir a instalação de insuficiências cardíacas, pericardites e outras afecções;
- Fazer detecção de moléstias reumáticas em crianças e adolescentes, praticando exames clínicos e laborais, para prevenir a instalação de futuras cardiopatias;
- Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Avaliar o paciente como um todo, efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica para promover a saúde e bem estar do paciente.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Avaliar o paciente como um todo, para a realização de um diagnóstico acurado e para a indicação do melhor tratamento;
- Orientar as pessoas sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças;
- Requisitar e interpretar exames complementares para elucidação do diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;
- Possibilitar o acesso da comunidade aos serviços médicos assistenciais, através da prestação de atendimento a consultas nas áreas de clínica geral;
- Dar plantões em unidades próprias de saúde, atendendo urgência/emergência;
- Agilizar a divulgação de conhecimento da área médica, juntamente com a comunidade através da participação em atividades educacionais e recreativas;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados com anamnese, exame físico, exames complementares (quando houver), conclusão de diagnóstico e tratamento, e outras informações que considerar necessárias, em caráter sigiloso;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO DERMATOLOGISTA**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Efetuar exames médicos e ambulatoriais, emitir diagnósticos, orientações de tratamento e acompanhamento de pacientes portadores de afecções da pele, prescrever medicamentos, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e bem estar do usuário.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outra especialidade, em caso de necessidade;
- Prestar atendimento médico especializado a hansenianos e seus familiares, bem como a portadores de doenças de pele em geral;
- Analisar e interpretar resultados de exames de imagem, laboratoriais e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do usuário;
- Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas;
- Emitir atestado de saúde, sanidade, aptidões física mental e de óbito, para atender determinações legais;
- Dar plantões em unidades próprias de saúde, atendendo urgência/emergência e tomando atitudes terapêuticas adequadas e imediatas, visando o bem estar do usuário;
- Fornecer dados e relatórios sobre o número de usuários sob o seu acompanhamento;
- Participar de programas e comissões da SEMUS;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar demais atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO DO TRABALHO****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar exames admissionais, demissionais e periódicos, elaborar diagnósticos, desenvolver normas e procedimentos relativos à medicina do trabalho, atuar visando não somente à prevenção das doenças e dos acidentes do trabalho, mas à promoção da saúde e da qualidade de vida, conhecendo para tanto, os processos produtivos, seus riscos e as condições do ambiente de trabalho da municipalidade.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Realizar os exames médicos ocupacionais previstos na NR 7: admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho;
- Nos exames admissionais compatibilizar a aptidão do candidato do ponto de vista médico de saúde ocupacional com o local de trabalho, e com as atribuições pertinentes ao cargo; e atividades que irá desempenhar;
- Não discriminar, nos exames admissionais, portadores de afecções ou deficiência física desde que estas não sejam limitantes ou agravadas pela atividade a ser desempenhada, além de não expor o servidor ou a municipalidade a riscos;
- Avaliar as condições de saúde do servidor para determinadas funções e/ou ambientes, indicando sua aptidão para trabalhos compatíveis com as condições de saúde, orientando-o, se necessário no processo de adaptação;
- Notificar formalmente, o superior competente quando houver suspeita ou comprovação de transtornos da saúde atribuíveis ao trabalho, bem como recomendar a adoção dos procedimentos cabíveis, independentemente da necessidade de afastar o servidor do trabalho, além de solicitar a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);
- Exercer suas atividades com total independência profissional e moral com relação ao servidor público e a municipalidade;
- Conhecer os ambientes e condições de trabalho dos servidores sob seus cuidados, adequando o desempenho de suas funções nos exames ocupacionais e demais atribuições profissionais;
- Organizar cursos de Socorro Básico de Emergência para os servidores, e cooperar nos Cursos de Cipa e na SIPAT;
- Realizar programas de controle e para grupos especiais (conservação auditiva, stress, alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis, pré-natal, drogas, e outros);
- Realizar Programas de reabilitação, readaptação e de serviços compatíveis, incluindo portadores de necessidades especiais;
- Fazer visitas e inspeções periódicas, aos postos de trabalho;
- Manter registro, com apontamentos necessários para acompanhar a saúde do servidor;
- Manter sob sua guarda e responsabilidade o prontuário clínico individual de cada trabalhador;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Manter a normalização e fiscalização das condições de saúde e segurança no trabalho desenvolvido pelo Ministério do Trabalho;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialista em medicina do trabalho em curso reconhecido pelo MEC ou título de especialista emitido pela AMB/ANAMT, inscrição no órgão classe da região e conhecimento básico em informática.

**MÉDICO GENERALISTA – ESF****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

O Médico que compõe a equipe do PSF deverá desenvolver suas atividades junto à população de sua área atendendo suas famílias em todas as fases do ciclo de vida. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, com encaminhamento aos especialistas da área, nas unidades de atuação do PSF no Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Participar do Processo de territorialização;
  - Participar da elaboração do diagnóstico epidemiológico e social do território, elaborado pela UBS;
  - Prestar assistência integral aos indivíduos e respectivas famílias sob sua responsabilidade em todas as fases do ciclo de vida;
  - Realizar consultas, fazer diagnósticos e tratamentos das famílias, acompanhando-as na referência para outros serviços quando possível;
  - Realizar procedimentos ambulatoriais;- Realizar atendimento de urgência e emergência, dentro da resolutividade esperada para o nível local, referenciando quando necessário;
  - Conhecer o sistema de referência e contra referência;
  - Atestar óbito de pacientes em acompanhamento pela equipe dentro do horário de trabalho;
  - Avaliar os resultados de exames para estabelecimento de conduta;
  - Planejar e realizar visitas domiciliares;
  - Participar do atendimento e organização da demanda espontânea da área de abrangência da UBS em que atua;
  - Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico e de confiança;
  - Propiciar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar aspectos preventivos e de educação em saúde;
  - Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência;- Planejar e executar ações educativas;
  - Planejar e acompanhar com o gerente e o enfermeiro o trabalho do ACS;
  - Participar das reuniões diárias com a equipe;
  - Preencher registros de produção de suas atividades, bem como efetuar a análise dos mesmos;
  - Participar das análises dos dados de produção da equipe;
  - Ajudar na organização das UBS's, desde as rotinas do tratamento até a gerência dos insumos, equipamentos, medicamentos e etc;
  - Participar do processo de formação, capacitação e educação permanente, junto às equipes nucleares e demais profissionais da rede do sistema municipal de saúde e outros setores do governo local
  - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
  - Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO INFECTOLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar procedimentos e interpretar exames na área de Infectologia.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Realizar atendimento médico para tratar de doenças infecto-contagiosas, promovendo ações necessárias ao tratamento das mesmas;
- Realizar atendimento médico e ambulatorial de pessoas com suspeita ou diagnóstico de doença contagiosa, independente da faixa etária, prescrevendo o tratamento necessário;
- Registrar o diagnóstico bem como os apontamentos necessários, junto ao prontuário dos pacientes e/ou formulários próprios para acompanhamento e controle do tratamento;
- Orientar a população quanto à necessidade e formas de prevenção de doenças infecto-contagiosas, através de palestras, participação em programas e/ou consultas individuais;
- Atender ao público, sempre que necessário prestando informações e outras atividades afins;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO NEUROLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento médico na área de Neurologia, proceder os exames necessários, diagnósticos, tratamentos, orientações ao paciente e encaminhamentos. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Efetuar exame neurológico dos pacientes;
- Diagnóstico topográfico e sindrômico;
- Realizar orientação e discussão diagnóstica;
- Interpretar exames complementares;
- Interpretar exames Neurofisiológicos e neuroimagem;
- Interpretar exames complementares terapêutico neurológicos;



- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento e evolução da doença, para efetuar orientações adequadas;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO ORTOPEDISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento médico na área de ortopedia, proceder os exames necessários, diagnósticos, tratamentos, orientações ao paciente e encaminhamentos. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Avaliar as condições físico-funcionais do paciente, fazendo inspeção, palpação, observação da marcha ou capacidade funcional, ou pela análise de radiografias, para estabelecer o programa de tratamento;
- Orientar ou executar a colocação de aparelhos gessados, goteiras ou enfaixamentos, utilizando ataduras de algodão, gesso e crepe, para promover a imobilização adequada dos membros ou região do corpo afetados;
- Orientar ou executar a colocação de trações transesqueléticas ou outras, empregando fios metálicos, esparadrapos ou ataduras, para promover a redução óssea ou correção ósteo-articular;
- Realizar cirurgias em ossos e anexos, empregando técnicas indicadas para corrigir desvios;
- Extrair áreas patológicas ou destruídas do osso, colocar pinos placas, parafusos, hastes e outros, a fim de restabelecer a continuidade óssea;
- Indicar ou encaminhar pacientes para fisioterapia ou reabilitação, entrevistando-os ou orientando-os, para possibilitar sua máxima recuperação;
- Participar de equipes multiprofissionais, emitindo pareceres de sua especialidade, encaminhando ou tratando pacientes, para prevenir deformidades ou seu agravamento;
- Executar tratamento clínico, prescrevendo medicamentos, fisioterapia e alimentação específica, para promover a recuperação do paciente;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO PNEUMOLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, em específico aquelas decorrentes de problemas respiratórios, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, proceder os exames necessários, diagnósticos, tratamentos, orientações ao paciente e encaminhamentos. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Examinar o usuário, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outra especialidade, em caso de necessidade;
- Analisar e interpretar resultados de exames de imagem, laboratoriais e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do usuário;
- Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas;
- Emitir atestado de saúde, sanidade, aptidões física, mental e de óbito, para atender determinações legais;
- Dar plantões em unidades próprias de saúde, atendendo urgência/emergência e tomando atitudes terapêuticas adequadas e imediatas, visando o bem estar do usuário;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;



- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO UROLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento médico na área de urologia, proceder os exames necessários, diagnósticos, tratamentos, orientações ao paciente e encaminhamentos. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Prestar atendimento a paciente ambulatorial;
- Realizar avaliações solicitadas pelos outros serviços;
- Realizar atividades cirúrgicas;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO REUMATOLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento médico na área de reumatologia, diagnosticar e tratar as doenças primárias e/ou secundárias que envolvam o aparelho locomotor e o tecido conjuntivo, proceder os exames necessários, diagnósticos, tratamentos, orientações ao paciente e encaminhamentos. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Examinar o paciente para determinar diagnósticos ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outro especialista, em caso de necessidade;
- Avaliar e tratar os pacientes com doenças reumáticas;
- Promover a educação e prevenção de complicações dos pacientes;
- Ajudar na qualidade de vida dos portadores de afecções reumáticas;
- Analisar e interpretar resultados de exames
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;
- Manter registro dos pacientes examinados anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento médico na área de otorrinolaringologista, proceder os exames necessários, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para pacientes portadores de doenças que afetam ouvidos, nariz e garganta. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- É responsável pelo atendimento médico de pacientes portadores de doenças que afetam ouvidos, nariz e garganta;
- Examinar o paciente, para determinar diagnósticos e se necessário requisitar exames complementares;
- Analisar e interpretar resultados de exames, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;
- Manter registro dos pacientes examinados anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada;

- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições, as disposições contidas no regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO PROCTOLOGISTA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Realizar atendimento médico na área de urologia, efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para tratamento e acompanhamento de pacientes portadores das afecções do intestino grosso (cólon), reto e ânus. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- É responsável pelo atendimento médico de pacientes portadores de afecções do intestino grosso (cólon), reto e ânus;
- Examinar o paciente para determinar diagnósticos e se necessário, requisitar exames complementares;
- Analisar e interpretar resultados de exames comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;
- Manter registro dos pacientes examinados anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições, as disposições contidas no regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

**MÉDICO PSIQUIATRA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Atuar na prevenção, atendimento, diagnóstico, tratamento e reabilitação das diferentes formas de sofrimentos mentais, sejam elas de cunho orgânico ou funcional, com manifestações psicológicas severas. São exemplos: a depressão, o transtorno bipolar, a esquizofrenia, a demência e os transtornos de ansiedade.

**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Diagnosticar e tratar afecções psicopatológicas, empregando técnicas especiais, individuais ou de grupo, para prevenir, recuperar ou reabilitar o paciente;
- Examinar o paciente, adotando meios específicos, como a observação, o desenvolvimento da empatia e outros, para situar a problemática conflitiva do paciente;
- Desenvolver a catarse do paciente, estabelecendo a intercomunicação e transferência, para elaborar o diagnóstico;
- Encaminhar o paciente a sessões de psicoterapia individual ou de grupo, baseando-se nas necessidades e nas indicações para o caso, para auxiliá-lo a ajustar-se ao meio;
- Proceder ao planejamento, orientação e/ou execução de programas de higiene mental, formando grupos de adolescentes, de pais, de alcoólatras e outros, para proporcionar orientação sexual, terapia ocupacional, preparação para o matrimônio, psicoterapia em grupo e outras atividades de apoio;
- Aconselhar familiares dos pacientes, entrevistando-os e orientando-os, para possibilitar a formação de atitudes adequadas ao trato com os mesmos;
- Prescrever e/ou aplicar tratamentos biológicos específicos, empregando medicamentos ou aparelhos especiais, para promover estímulos cerebrais ou diminuir excitações;
- Realizar cirurgias específicas, utilizando instrumentos e aparelhos especiais, para eliminar focos cerebrais determinantes de hiperexcitabilidade.
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

**Requisitos:**

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

## ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

### CARGO ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); numerais; Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; Coletivos; Substantivos; Dígrafos e hiatos; encontros vocálicos; encontros consonantais; sílabas; tonicidade das sílabas. Substantivos, Noções de tempos verbais.

#### MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. Operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

### CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos para limpeza; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenagem, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa. Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos

Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

### CARGO ENSINO SUPERIOR COMPLETO

### PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

#### Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

#### Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer

obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

##### FISCAL AMBIENTAL

Proteção, Controle e Monitoramento Ambiental: Monitoramento; Legislação Ambiental Estadual e Federal. Conhecimentos básicos de: Química orgânica e inorgânica, Mecânica dos Fluidos e Hidráulica, Termodinâmica, Sistemas de tratamento físico-químico e biológico de águas residuárias urbanas e industriais, Mecânica dos Solos, Geotécnica, Hidrogeologia, Hidrologia e Sistemas de Drenagem de Água, Sistemas de Abastecimento de Água. Acondicionamento, coleta, transporte e tratamento de Resíduos Sólidos. Fundamentos de Controle de Poluição Ambiental. Gerenciamento e gestão ambiental. Política Nacional de meio ambiente avaliação de Impactos Ambientais: métodos e aplicação. Zoneamento ambiental. Política Nacional de recursos hídricos. Estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Licenciamento ambiental Conservação de solo e água. Técnicas de recuperação de áreas degradadas. Qualidade de águas. Ecologia geral. Impactos ambientais de obras civis de infraestrutura. Saneamento ambiental. Poder de polícia ambiental. Agrotóxico - uso, produção, transporte e armazenamento. Uso e ocupação do solo.

- Plano Diretor do Município, Código de Posturas do Município, Código de Obras do Município e Plano de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município, disponível em <http://www.saobentodosul.sc.gov.br/legislação>.

Licenciamento ambiental, disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/\\_arquivos/cartilha.de.licenciamento.ambiental.segunda.edicao.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cartilha.de.licenciamento.ambiental.segunda.edicao.pdf)

Lei 9433/ 1997, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)

Lei 12.651/2012, disponível em

[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83)

Lei 6.938/81. Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)

Lei 9605/98, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)

Decreto Federal 6.514/08 e sua alteração decreto 6.686/08, disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm)

Resolução CONAMA 237-98, disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>

##### ESPECÍFICOS GERAIS COMUNS A TODAS AS ESPECIALIDADES

SUS –Princípios e Diretrizes. Política Nacional de Humanização do SUS. Programa de Saúde da Família. Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Código de Ética Médica. Concepção de saúde e doença. Promoção de saúde, epidemiologia, prevenção de doenças e medicalização em saúde. Identificação de situações de risco individual/familiar/coletivo. Uso racional de medicamentos. Atenção primária em saúde: abordagem familiar, abordagem comunitária e atendimento ambulatorial. Fisiopatologia, diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças prevalentes na atenção primária à saúde: cardiovasculares, endocrinológicas, psiquiátricas, hematológicas, respiratórias, do aparelho digestivo, hepatites, dermatológicas, neurológicas, doenças sexualmente transmissíveis, parasitoses. Síndromes febris e hemorrágicas. Alimentação e distúrbios alimentares. Alcoolismo e uso de substâncias psicoativas. Imunização ativa e passiva. Doenças e agravos de notificação compulsória. Sexualidade na infância, adolescência, adulto e idoso. Noções de urgência e emergência em clínicas. Preenchimento da Declaração de Óbito. Atendimento à vítima de violência sexual, de doença ocupacional e acidente de trabalho. Apoio Matricial

##### ESPECÍFICOS DA ESPECIALIDADE

###### Médico Angiologista

Fisiologia Vascular: Mecanismo normal de funcionamento do sistema arterial, venoso, e linfático. Fisiopatologia Vascular: Disfunção endotelial como mecanismo inicial da doença vascular; Dislipidemias e aceleração das vasculopatias arteriais; Diabetes mellitus como doença vascular; Hipertensão arterial e suas consequências sobre o leito vascular. Vasculites: Arterites de pequenos vasos; Arterites que acometem vasos de médio calibre; Arterites que acometem vasos de grande calibre; Arterite primária da aorta; Arterite de células gigantes; Tromboangiíte Obliterante. Propedêutica Vascular: Anamnese geral; Anamnese dirigida; Fatores de risco; Exame físico geral e vascular. Farmacologia Vascular: sodilatores; Hipolipimiantes; Hipotensores; Fibrinolíticos; Anticoagulantes; Antiagregantes Plaquetários; Trombolíticos; Flebotrópicos; Linfocinéticos; Principais substâncias esclerosantes. Laboratório Vascular: Pletismografia; Doppler Ultrassom; Laser Doppler; Oximetria. Diagnóstico Laboratorial por Imagem: Ecografia Vascular; Angiotomografia; Angiorressonância Magnética; Angiografia; Linfocintilografia. Arteriopatias Degenerativas: Aterosclerose; Displasia fibromuscular; Isquemia periférica; Isquemia visceral; Isquemia cerebral; Hipertensão renovascular; Aneurismas; Tromboses e embolias arteriais; Arteriopatias vasomotoras; Fenômeno de Raynaud; Distrofia simpático reflexa. Flebo-infologia: Varizes dos membros inferiores; Insuficiência Venosa Crônica; Úlcera de estase; Fisiopatologia de trombose venosa profunda; Síndrome pós-trombótica; Estados de hipercoagulabilidade primários e secundários: Trombofilia hereditária e Trombofilia adquirida; Trombose venosa profunda; Embolia pulmonar; Testes para identificação dos estados de hipercoagulabilidade; Síndrome do anticorpo antifosfolípido; Microangiopatia trombótica (Vasculite livedoide); Atrofia branca de Millian; Púrpura de estase; Linfangite superficial; Linfangites profundas; Erisipelas; Linfedema primário; Linfedema secundário; Escleroterapia de varizes. Angiodisplasias: arteriais, venosas e linfáticas.

###### Médico Cardiologista

Cardiologia Preventiva; Avaliação propedêutica do paciente; Métodos Diagnósticos: Eletrocardiografia, Ecocardiografia, Medicina Nuclear, Hemodinâmica, Ressonância Magnética, Cardiopatias Congênitas Cianóticas e Acianótica: Diagnóstico e Tratamento. Hipertensão Arterial.



Doença Coronariana. Doença Reumática. Valvulopatias: Diagnóstico e Tratamento. Miocardiopatias: Diagnóstico e Tratamento. Insuficiência Cardíaca. Insuficiência Cardíaca Congestiva. Doença de Chagas. Morte Súbita; Parada Cardiovascular; Arritmias Cardíacas: Diagnóstico e Tratamento. Marca passos Artificiais. Ressuscitação Cardiopulmonar; Síncope; Endocardite Infecciosa. Hipertensão Pulmonar. Síncope. Doenças do Pericárdio. Doença da Aorta. Embolia Pulmonar. Cor pulmonale. Doença Cardiovascular Aterosclerótica; Hipertensão arterial sistêmica; Miocardiopatias; Pericardites; Valvulopatias; Cardiopatias Congênitas; Doença Cardiovascular em Populações Especiais – Idosos, Gestantes e Mulheres. Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus.

#### Médico Clínico Geral

Atenção ao adulto no Programa de Saúde da Família. Urgências e emergências em clínicas. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças. Sistema cardiovascular: insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas da aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque. Sistema neurológico: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Sistema digestivo: neoplasias do sistema digestivo, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatite, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, tumores de cólon. Sistemas endócrino e metabólico: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Sistema Hematológico: anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Doenças pulmonares e respiratórias: síndromes febris, gripe Influenza, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, sinusite, otite, amigdalite, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias. Doenças reumatológicas: osteoartrite, doença reumatóide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno e degenerativas do sistema locomotor. Doenças psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão, ansiedade, demências, quadros reativos e drogadição. Doenças infecciosas e transmissíveis: dengue, febre dpchikungunya, sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses. Doenças dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas. Doenças imunológicas: doença do soro, edema angio-neurótico, urticária, anafiloxia. Doenças ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorreias, câncer de mama, inter-correntes no ciclo gravídico -puerperal. Disfunções sexuais. Intoxicações exógenas: medicamentos, domissanitários, agrotóxicos e pesticidas. Apoio matricial em serviços de saúde

#### Médico Dermatologista

Erupções eczematosas; Erupções eritemato, escamosas; Erupções vésico-bolhosas;-Colagenoses;-Infecções bacterianas da pele(inclusive Hanseníase);-Micoses superficiais e profundas;-Doenças Sexualmente Transmissíveis;-Dermatovirose;-Escabiose e pediculose;-Acne vulgar e erupções acneiformes;-Reações adversas a drogas;-Tumores de pele.Estrutura e fisiologia da pele; Lesões elementares; Discromias; Doenças eritemato-escamosas; Eczemas; Buloses; Dermatoses papulosas; Hipodermite; Púrpuras e vasculites; Pruridos, prurigos, urticária; Doenças granulomatosas; Dermatovirose Dermatose de origem bacterianas; Dermatose de origem fúngicas; Dermatose causadas por protozoários; Dermatozoonoses; DST; Hanseníase; Oncologia dermatológica; Dermatose autoimunes; Farmacodermias; Genodermatoses;- Doenças metabólicas; Acne e as Erupções eritemato-escamosas; Erupções eritemato-purpúricas; Erupções papulo-pruriginosas; Erupções vésico-bolhosas; Afecções ulcerosas de membros inferiores; Acne e erupções acneiformes; Lúpus eritematoso; Dermatômiosite e esclerodermia: quadro clínico; diagnóstico e tratamento; Vasculites; Piodermite; Micose superficial; Paracoccidiodomicose e outras micoses profundas; Dermatovirose; Leishmaniose tegumentar americana e outras dermatoses zooparasitárias; Erupções por drogas e toxinas; Tumores benignos e malignos da pele; Afecções congênitas e hereditárias; Ictiose; Epidermólise bolhosa; Xeroderma pigmentoso; Urticária pigmentosa, Neurofibromatos; Doença de Hailey-Hailey; Moléstia de Darier; Incontinência pigmentar.

#### Médico Generalista

Cuidados gerais com o paciente em medicina interna; Noções básicas de urgência / emergência em pediatria. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial; cardiopatias isquêmicas; insuficiência cardíaca; miocardiopatia valvulopatias; arritmias cardíacas; Doenças pulmonares: infecções de vias aéreas superiores; pneumopatias agudas; insuficiência respiratória aguda asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica; embolia pulmonar; pneumonias e abscessos pulmonares; doença pulmonar intersticial; hipertensão pulmonar. Doenças gastrointestinais e hepáticas: úlcera péptica; doenças intestinais inflamatórias e parasitárias; diarreias agudas; colerite e colecistite; pancreatite; hepatites virais e hepatopatias tóxicas; insuficiência hepática crônica; abdômen agudo. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica; glomerulonefrites; glomerulonefrite difusa aguda pós-estreptocócica; síndrome nefrótica; litíase renal. Doenças endócrinas: diabetes mellitus; hipotireoidismo e hipertireoidismo; tireoidite e nódulos tireoidianos; distúrbios das glândulas supra-renais; distúrbios das glândulas paratireóides; Doenças reumáticas: artrite reumatóide; espondiloartropatias; colagenoses; gota. Doenças infecciosas e terapia antibiótica; antibioticoterapia em emergência pediátrica. Infecções bacterianas de pele e tecido celular subcutâneo. Meningites virais e bacterianas. Distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básicos; desidratação; reidratação oral e parenteral. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica e pediátrica diária. Emergências clínicas. Psicologia médica. Farmacologia. Controle de Infecções Hospitalares. Medicina baseada em evidências. Profilaxia anti-rábica e antitetânica. Acidentes por animais peçonhentos. Intoxicações exógenas/ agudas. Aspiração e ingestão de corpo estranho. Doenças exantemáticas na Infância. Doenças sexualmente transmissíveis. Estado de mal convulsivo. Acidente vascular encefálico. Polirradiculoneurites e polineurites. Doenças degenerativas e infecciosas do sistema nervoso central. Emergências psiquiátricas.

#### Médico Infectologista

1) Infectologia: Febre. Septicemia. Infecções em pacientes granulocitopênicos. Infecções causadas por microrganismos anaeróbicos. Tétano. Meningite por vírus, bactérias e fungos. Raiva. Rickettsioses. Sinusites. Difteria. Tuberculose, hanseníase e doenças por outras microbactérias. Brucelose. Pneumonias bacterianas, viróticas e outras. Influenza. Toxoplasmose. Leptospirose. Hantavírus. Infecções fúngicas. Bartonelose. 2) Endocardite. Pericardite. Gastroenterocolites infecciosas e virais. Hepatites por vírus. Leishmaniose cutânea e visceral. Febre Tifoide. Dengue. Varicela. Sarampo. Rubéola. Escarlatina. Caxumba. Coqueluche. Herpes simples e zoster. Citomegalovírus. Esquistossomose, filariose, parasitoses por helmintos e protozoários. Imunizações. Doenças sexualmente transmissíveis. Controle de infecções

hospitalares. Síndrome da imunodeficiência adquirida. Cólera. Raiva. Malária. Antibióticos, antivirais e antifúngicos. Sistema de agravos notificáveis. 3) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

#### Médico Neurologista

1) Neurologia: Anatomia e Fisiologia do Sistema Nervoso Central e Periférico; Patologia e Fisiopatologia dos Transtornos do Sistema Nervoso Central e Periférico; Semiologia neurológica; Noções em Neuropsicologia; Neurologia do trauma e Urgências em neurologia; Indicações e interpretações da propedêutica armada em neurologia; Líquor, Neuroimagem, Estudos neurofisiológicos Eletroencefalograma, Eletroencefalografia e Potenciais evocados, Medicina Nuclear aplicada à neurologia. 2) Fisiopatologia do SNC. Semiologia dos estados alterados da consciência. Doença cérebro-vascular, isquemia e hemorragia. Tumores do SNC. Epilepsia: etiopatogenia, classificação internacional, tratamento medicamentoso, estado de mal convulsivo. Hipertensão intracraniana. Doenças desmielinizantes. Demências. Neuropatias periféricas. Doenças neurológicas com manifestações extra-piramidais. Miopatias. Miastemia grave e polimiosite. Diagnóstico de traumatismo crânio-encefálico. Doenças infecciosas e parasitárias do SNC. Distúrbio do sono. Código de Ética, Bioética. Preenchimento da declaração de óbito. Doenças de notificação compulsória; semiologia neurológica em geral. 3) Diagnóstico Neurológico: Sindrômico, topográfico e etiológico; Principais Síndromes Neurológicas; Exames Complementares em neurologia/Neurocirurgia; Principais Doenças Neurológicas: Má formação congênita do SN. Neoplasias do SN. Traumassobre o SN. Doenças vasculares do SN. Infecções do SN. Epilepsia e estados convulsivos. Doenças do desenvolvimento neuro psicomotor. Doenças do sistema extrapiramidal. Doenças degenerativas do SN. Doenças desmielinizantes do SN. Doenças heredo familiares do SN. Neuropatias periféricas. Doenças neuromusculares. Manifestações neurológicas das doenças sistêmicas. 4) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

#### Médico Ortopedista

1) Traumatologia/Ortopedia I: Sistema músculo-esquelético. Estrutura do tecido ósseo. Crescimento e desenvolvimento. Calcificação, ossificação e remodelagem. Estrutura do tecido cartilaginoso. Organização, crescimento e transplante. Tecido muscular: organização, fisiologia e alteração inflamatória. Deformidades congênitas e adquiridas. Pé torto congênito. Displasia do desenvolvimento do quadril. Luxação congênita do joelho. Pseudoartrose congênita tíbia. Talus vertical. Aplasia congênita/displasia dos ossos longos. Polidactilia e sindactilia. Escoliose. Infecções e alterações inflamatórias osteoarticulares. Artritepiogenica, osteomielite aguda e crônica. 2) Tuberculose óssea; infecção da coluna vertebral. Sinovites. Artrite reumatóide. Tumores ósseos e lesões pseudotumorais. Osteocondroses. Alterações degenerativas osteoarticulares. Doenças osteometabólicas na prática ortopédica. Tratamento do paciente politraumatizado. Fraturas e luxações da articulação do quadril e da coluna cervico-toraco-lombar. Fraturas, luxações, lesões capsuloligamentares e epifisárias do membro superior e inferior em adultos e crianças. ATLS vias de acesso cirúrgico. 3) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

#### Médico Otorrinolaringologista

1) Otorrinolaringologia: Anatomofisiologia clínica das fossas e seios paranasais, laringe, faringe e órgão da audição. Semiologia, sintomatologia e diagnósticos das principais afecções da laringe, glândulas salivares, órgão auditivo e seios paranasais. Testes básicos da avaliação auditiva: caracterização audiológica das principais patologias do ouvido. Câncer da laringe e hipofaringe: glândulas salivares e seios paranasais. Doenças ulcerogranulomatosas em otorrinolaringologia. Deficiências auditivas. Anomalias congênitas da laringe. Neuroanatomofisiologia do sistema vestibular. Afecções e síndromes otoneurológicas. Paralisia facial periférica. Afecções benignas do pescoço. 2) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

#### Médico Pneumologista

1) Pneumologia: Asma. Tabagismo. DPOC. TEP e Hipertensão Arterial Pulmonar. Avaliação de risco cirúrgico. Infecções respiratórias bacterianas e virais. Infecções respiratórias: tuberculose, micose e outras. Doenças pleurais: derrames e pneumotórax. Neoplasias respiratórias. Pneumopatias supurativas Ventilação mecânica. Avaliação funcional pulmonar. Broncoscopia. Doenças pulmonares intersticiais difusas. Doenças ocupacionais e ambientais. Tosse. Distúrbio respiratório do sono. Anatomia pulmonar; Fisiologia pulmonar; Semiologia do aparelho respiratório. Noções de função pulmonar; Conhecimentos de métodos de imagem torácica. Noções de diagnósticos não invasivos; Tosse; Dispnéia; Riscocirúrgico pulmonar; DPOC; Asma brônquica; Discinesia de aringe; Aspergilose broncopulmonar alérgica. 2) Noções de antimicrobianos nas infecções pulmonares; Infecções de vias aéreas superiores; Pneumonias; Abscesso pulmonar; Tuberculose pleuro-pulmonar; Micoses pulmonares; Nódulo pulmonar solitário; Carcinoma broncogênico; Outras neoplasias de pulmão; Metástases torácicas; Tumores de mediastino e demais patologias mediastinais. Doenças intersticiais; Doenças respiratórias ocupacionais; Alterações circulatórias do pulmão /



Tromboembolismo pulmonar; Síndromes pulmonares osifílicas; Sarcoidose; Manifestações pulmonares nas colagenoses; Derrames pleurais e Pneumotórax; Empiema Pleural; Mesotelioma pleural; Bronquiectasias; Pneumopatia nos imunocomprometidos; Manifestações pulmonares na AIDS; Distúrbios respiratórios do sono; Insuficiência respiratória. Noções de Ventilação mecânica aplicadas nas diversas patologias pulmonares Síndrome de desconforto respiratório agudo; Traumatismos torácicos. 3) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

#### Médico Proctologista

Anatomia e fisiologia do cólon e do assoalho pélvico. Abscesso anorretal. Fístula anorretal. Problemas relacionados às colostomias e ileostomia. Doença hemorroidária. Fissura anal. Doença diverticular dos cólons. Retocolite ulcerativa. Doença de Crohn. Câncer do cólon reto e anus. Condutas terapêuticas. Alteração do hábito intestinal. Síndrome do intestino irritável. Interpretação do exame físico. Diagnóstico Sindrômico. Interpretação de exames complementares básicos. Quadro clínico e diagnóstico. Terapêutica. Aspectos gerais do diagnóstico e tratamento;

#### Médico Psiquiatra

1) Psiquiatria: Delírium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. Transtornos por uso de substâncias psicoativas. Esquizofrenia. Outros transtornos psicóticos: esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente e delirante induzido. Síndromes psiquiátricas do puerpério. Transtornos do humor. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos. Transtornos fóbicos-ansiosos: fobia específica, social e agorafobia. Outros transtornos de ansiedade: pânico e ansiedade generalizada. Transtornos alimentares. Transtornos do sono. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático. 2) Transtornos somatoformes. Transtornos dissociativos. Transtornos da identidade. Transtornos da personalidade. Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento. Retardo mental. Transtornos do desenvolvimento psicológico. Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência. Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. Interconsulta psiquiátrica. Emergências psiquiátricas. Psicoterapia. Psicofarmacoterapia. Eletroconvulsoterapia. Reabilitação em psiquiatria. Psiquiatria forense. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos. Classificação em psiquiatria. 3)

Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

#### Médico Reumatologista

1) Reumatologia: Laboratório em reumatologia. Exames por imagem em reumatologia. Semiologia das doenças reumatológicas. Estruturas morfológicas e funcionais das articulações. Autoimunidade. Auto-anticorpos e sistema de complemento. Reumatismo de partes moles. Fibromialgia. Lombalgias. Osteoartrite. Osteoporose e osteomalácia. Osteopatia microcristalina. Artrites infecciosas. Artrites secundárias a doenças crônicas. Artrite reumatóide. Espondilite anquilosante. Artropatia psoriática. Artrite reativa. Artrite das Doenças Intestinais Inflamatórias. Febre reumática. Síndrome do anticorpo antifosfolípide. Doença do Still do adulto. Reumatismo crônico da infância e adolescência. Lupus eritematoso sistêmico. Esclerose sistêmica. Síndrome de Sjögren. Doença mista do tecido conjuntivo. Vasculite sistêmica. Neoplasias articulares. Miopatia inflamatória. 2) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

#### Médico do Trabalho

Organização dos serviços de saúde do trabalhador. Organização Internacional do Trabalho e Normas Internacionais do Trabalho. Recomendações 112/59 da OIT – Convenção OIT-NR4 SESMT; NR5 - CIPA; NR7 - PCMSO; NR9 - PPRA; PPP e suas regulamentações; Doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho. Conceito: relação saúde/doença/ambiente do trabalho. Doenças ocupacionais e profissionais. Doenças causadas por agentes físicos; químicos e biológicos. Doenças relacionadas aos sistemas cardiovasculares; digestivo; endócrino; hemolinfático neuropsíquico; osteomuscular; respiratório; tegumentar; urogenital; oftálmico e otolaringológico. 2) Doenças infecciosas ocupacionais e câncer; Acidentes no trabalho ou portador de uma doença do trabalho – Reabilitação Profissional – mudança de cargo/função: Toxicologia ocupacional. Agentes tóxicos; exposições e vias de introdução. Classificação das intoxicações – limites permissíveis para agentes tóxicos no ambiente de trabalho; Ergonomia – cargas e solicitações no trabalho – formas de trabalho humano. Fadiga e monotonia; vibrações intensas – iluminação; Saúde ambiental e repercussões na saúde individual e coletiva. Mapeamento de riscos – ações de saúde: de segurança do trabalho e dos agentes funcionais – campanhas de prevenção de saúde; planejamento; implantação e execução de programa. AIDS; Alcoolismo; Tabagismo e uso de drogas nas empresas; 3) Legislação previdenciária e acidentária (CLT). Decreto nº 3.048/99 Direito do Trabalho – regulamentação atual de insalubridade – NR 15 da Portaria nº 3.214/78: Laudo pericial e os processos trabalhistas – proteção do trabalhador; da mulher e do menor; Vigilância sanitária – legislação estadual e municipal – epidemiologia e saúde do trabalhador. Sistema de abastecimento de água; desinfecção da água; águas residuárias. Aspectos de biossegurança; Experiência no atendimento de urgências em medicina pré-hospitalar para vítimas de acidentes em al súbito – Perícia Médica – Sigilo Profissional Atestado e Boletim Médico; A Patologia do Trabalho numa perspectiva ambiental; Saúde do Trabalhador no âmbito do SUS. Vigilância à Saúde do Trabalhador; Investigação e análise dos acidentes de trabalho – conceito do acidente do trabalho; medidas técnicas e administrativas de prevenção. 4) Metodologia

de abordagem: individual e coletiva dos trabalhadores com o uso de ferramentas epidemiológicas; Epidemiologia. Cardiopatia Isquêmica; Hipertensão Arterial; Valvulopatias; Endocardite Infecciosa; Arritmias; Insuficiência Cardíaca; Pneumonias; Tuberculose; Asma Brônquica; Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica; Tromboembolia Pulmonar; Doença Péptica; Hemorragia Digestiva; Diarréias; Pancreatites; Hepatites; Cirrose Hepática; Infecção Urinária; Litíase Urinária; Doenças Glomerulares; Insuficiência Renal Aguda; Insuficiência Renal Crônica; Desequilíbrios Hidro-eletrolíticos e Ácido-básicos; Anemias; Leucemias; Doenças Hemorrágicas e da Coagulação; Linfomas; Mieloma Múltiplo; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Obesidade; Diabetes Mellito; Síndrome de Cushing; Doença de Addison; Osteoporose; Hipercalcemias; Artrite Reumatóide; Osteoartrose; Osteomielite; Espondiloartropatias; Gota; Artrite Séptica; Doenças Difusas do Tecido Conjuntivo; Carcinoma de Pulmão; Carcinoma Gástrico; Carcinoma de Cólon; Cefaléias; Meningites; Epilepsia; Doenças Cérebro-vasculares; Neuropatias Periféricas; Alcoolismo; Doenças Extra-piramidais; Tétano; Micose Sistêmicas; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Doenças Parasitárias; Infecção pelo HIV e AIDS; Farmacodermias; Manifestações Cutâneas das Doenças Sistêmicas; Choque Reanimação Cardiopulmonar.

Médico Urologista

1) Urologia: Anatomia, embriologia e anomalias do sistema geniturinário. Propedêuticourológico. Litíase e infecções do trato geniturinário. Traumatismo do sistema geniturinário. Neoplasias benignas e malignas do sistema geniturinário. Prevenção e diagnóstico precoce dos tumores do aparelho genital masculino. Bexiganeurogênica. Doenças vasculares do aparelho geniturinário. Tuberculose do aparelho geniturinário. Doenças específicas dos testículos. Urgências do aparelho geniturinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Disfunção erétil. Infertilidade. Cirurgias do aparelho geniturinário. Cirurgias vídeo laparoscópicas. Transplante renal. 2) Urgências e emergências: Reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

### ANEXO III

#### REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público xxx/2015 da Prefeitura Municipal de SÃO BENTO DO SUL, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 - ( ) Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte  
Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial  
Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

d) ( ) Amamentação.

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_  
Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.  
Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Requerente

## ANEXO IV

## REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no cargo de \_\_\_\_\_ Inscrição n.º \_\_\_\_\_ do Concurso Público Edital 003/2015 Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, residente e domiciliado a Rua/Av. \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_

Venho REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

- ☐ Doador de Sangue  
☐ Doador de Medula

Nestes Termos firma a presente declaração e  
Pede Deferimento do requerimento

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015  
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

**PORTARIA Nº 9407/2015**

PORTARIA Nº 9407, DE 22 DE JUNHO DE 2015.  
Demite empregada pública

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III, da Lei nº 228/2001, e:

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 4610/2014, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III e no artigo 143, inciso III, ambos da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores) c/c Artigo 10, inciso IV, da Lei nº 11350/2006 e artigo 482, alínea "e" do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), c/c o art. 10, inciso I, da Lei Federal nº 11.350/06:

## RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 23 de junho de 2015, e RESCINDIR por justa causa unilateralmente o contrato da empregada pública, DANIELLE ANTON, agente comunitária de saúde, matrícula funcional nº 38627, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 9408/2015**

PORTARIA Nº 9408, DE 22 DE JUNHO DE 2015.  
Demite empregada pública

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III, da Lei nº 228/2001, e:

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 4611/2014, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III e no artigo 143, inciso III, ambos da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores) c/c Artigo 10, inciso IV, da Lei nº 11350/2006 e artigo 482, alínea "e" do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT (Consolidação das Leis do

Trabalho), c/c o art. 10, inciso I, da Lei Federal nº 11.350/06:

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 23 de junho de 2015, e RESCINDIR por justa causa unilateralmente o contrato da empregada pública, MARTA GAUDÊNCIO, agente comunitária de saúde, matrícula funcional nº 38628, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **VIGILÂNCIA SANITÁRIA DECISÕES - 03/05/07/08/09/10/11/16-2015**

São Bento do Sul 26 de Maio de 2015

Decisão Final

Processo 003/15

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Escola de Ensino Fundamental Engelberto Grossl

CNPJ 83.788.448/0001-49

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 02 de Junho de 2015

Decisão Final

Processo 005/2015

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Ione Marisa do Amaral

CPF 524.923.979-04

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 26 de Maio de 2015

Decisão Final

Processo 007/2015

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Luciano Bueno de Oliveira

CNPJ 15.080.654/0001-40

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 27 de Abril de 2015

Decisão Final

Processo 08/2015

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Mercado MJA Ltda ME  
CNPJ 05.660.374/0001-57

Penalidade de Multa de 280 UFMs

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul, 15 de junho de 2015

Decisão Final  
Processo 09/2015

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Mercado Zimerman Ltda ME  
CNPJ 09.132.640/0001-20

Penalidade de Multa de 280 UFM

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 27de Abril de 2015

Decisão Final  
Processo 010/15

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Marcelo Afonso Spitzner  
CNPJ 73.993.040/0001-55

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 27 de Abril de 2015

Decisão Final  
Processo 011/2015

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Super Rio Supermercado Ltda ME  
CNPJ 19.807.704/0001-07

Penalidade de 280 UFMs (infração gravíssima)

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 17 de junho de 2015

Decisão Final  
Processo 016/15  
Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Alessandra Fortunato Rodrigues dos Reis ME  
CNPJ 21.265.133/0001-60

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2014

Contrato Nº: 52/2015 2º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Ambiental Ajardinamentos LTDA - ME

Vigência: Início: 10/06/15 - Término: 10/06/16

Recursos: Dotação:

(93) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

(74) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente.

(93) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de continuados de ajardinamento para as unidades operacionais do SAMAE.

Valor mensal do contato: R\$ 5.891,91 (Cinco Mil, Oitocentos e Noventa e Um Reais e Noventa e Um Centavos), totalizando R\$ 70.702,92 (Setenta Mil, Setecentos e Dois Reais e Noventa e Dois Centavos) anual.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 24/2015

Contrato Nº: 24/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: BSA Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental LTDA - ME

Vigência: Início: 10/06/15 - Término: 10/06/16

Recursos: Dotação:

(93) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria e assessoria em engenharia sanitária e ambiental e gestão ambiental.

Valor mensal do contato: R\$ 11.200,00 (Onze Mil e Duzentos Reais), totalizando R\$ 134.400,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais) anual.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente



# São Carlos

## PREFEITURA

### RESUMO CONTRATO N.30/2015-NEOCON

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:30/2015

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:NEOCON ARQUITETURA SS

Objeto ..... :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA READEQUAÇÃO DE PROJETO-  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E RELATORIOS TÉCNICOS PARA CONCLUSÃO DA OBRA -

PISCINA MASTER, RIO LENTO, INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS-CASAS DE MÁQUINAS E

PAISAGISMO DO PARQUE AQUÁTICO DO BALNEÁRIO DE PRATAS

Valor ..... :R\$14.950.000,00(catorze mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : 31.12.2015

AF ..... : 1082/2015

SAO CARLOS,19 de junho de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 1998 DE 09 06 2015 SUPERÁVIT FMAS

DECRETO Nº 1998, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional pelo superávit financeiro no valor de R\$ 70.964,59 (setenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) na seguinte programação de despesa:

11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.1007.2015 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	182	0.3.0035	52.736,35
33900000	Aplicações Diretas	183	0.3.0065	18.080,07
44900000	Aplicações Diretas	184	0.3.0065	148,17

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior das Fontes de recursos - 0.3.0035 – IGDBF – IGD, PBFI – CRAS, IGD – SUAS, SCFV, BPC e Fonte de Recursos 03.0065 – Custeio e Investimentos.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 042 - CONCURSO\_HOMOLOGACAO\_INSCRICOES

DECRETO Nº. 042/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Concurso Público nº. 001/2015;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos que preencheram os requisitos exigidos no Edital de Concurso Público nº. 001/2015 da Prefeitura Municipal de São João do Oeste – SC, conforme segue:

OPERADOR DE HIDRÁULICA - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79795	Alerson Körbes	HOMOLOGADA
81503	Alexandra Moesch Kuffel	HOMOLOGADA
82103	Alexandre Seger	HOMOLOGADA
81208	Alexandre Wiest	HOMOLOGADA
80455	Andre Batista Schrippe	HOMOLOGADA
79032	Andre Teloecken	HOMOLOGADA
81652	Andrei Luis Kaspary	HOMOLOGADA
79118	Carine Preis	HOMOLOGADA
81190	Cleison Melz	HOMOLOGADA
79366	Cleiton Kroetz	HOMOLOGADA
79195	Cleocir Lottermann	HOMOLOGADA
81428	Cornelio Schneider	HOMOLOGADA
81037	Cristian Henn	HOMOLOGADA
79781	Cristiana Carla Delavy	HOMOLOGADA
81823	Dayana Beatriz Pauli	HOMOLOGADA
80160	Diego Fernando Wagner	HOMOLOGADA
80338	Diego Luis Werlang	HOMOLOGADA
81588	Diego Meier	HOMOLOGADA
81400	Douglas Meier	HOMOLOGADA
80307	Eder Thome	HOMOLOGADA
80669	Eduardo Hinterholz	HOMOLOGADA
79565	Eliane Dewes Schneider	HOMOLOGADA
79726	Fabio Luiz Bruxel	HOMOLOGADA
79315	Franciele Cristina Bracht	HOMOLOGADA
81188	Guilherme Wirth	HOMOLOGADA
81817	Gustavo Steffen	HOMOLOGADA
79243	Ivan Roberto Pauli	HOMOLOGADA
80823	Ivano Dos Santos Maldonado	HOMOLOGADA
81264	Jean Carlos Fank	HOMOLOGADA
79295	Jessica Marasca	HOMOLOGADA
81581	Joao Astor Jahn	HOMOLOGADA
79296	Jonas Halmenschlager	HOMOLOGADA
79162	Jordan Pilz	HOMOLOGADA
80394	Jose Airton Kunst	HOMOLOGADA
81584	Junior Bach	HOMOLOGADA
80502	Lair Dewes	HOMOLOGADA
82086	Lenoir Jose Reichert	HOMOLOGADA
81582	Marcel Kloh	HOMOLOGADA

81572	Ofrasio Vicente Tavares	HOMOLOGADA
80813	Protasio Luis Kuffel	HOMOLOGADA
81911	Rodrigo Schuh	HOMOLOGADA
79312	Roseneida Brisola	HOMOLOGADA
81868	Rosimeri Rech Hentges	HOMOLOGADA
80085	Valdomiro Martins Kemmerich	HOMOLOGADA
80436	Vilmar Reis	HOMOLOGADA
81356	Vilson Paulo Follmann	HOMOLOGADA
82018	Vivian Markwardt Arones	HOMOLOGADA
81930	Volnei Froehlich	HOMOLOGADA
81637	Zauri Dos Santos	HOMOLOGADA

#### SERVENTE - Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81408	Adriana Maria Dos Santos	HOMOLOGADA
81473	Adriane Haas Führ	HOMOLOGADA
80862	Alice Reichert	HOMOLOGADA
81244	Aline Griebeler	HOMOLOGADA
81815	Alini Fabiani Dresch	HOMOLOGADA
79361	Angela Hauschild	HOMOLOGADA
79989	Carine Kuhn Anschau	HOMOLOGADA
81402	Clair Dewes Thome	HOMOLOGADA
81438	Clarice Maria Burg Delavy	HOMOLOGADA
81803	Claudia Dewes	HOMOLOGADA
81196	Claudia Henn	HOMOLOGADA
80389	Clenice Von Borstel	HOMOLOGADA
81972	Cleusa Correia	HOMOLOGADA
81982	Cristine Dresch	HOMOLOGADA
80441	Eliana Hartmann Heberle	HOMOLOGADA
79210	Fabiana Luisa Hunemeier	HOMOLOGADA
79286	Jaqueline Meier	HOMOLOGADA
81945	Jaqueline Rockenbach Teloecken	HOMOLOGADA
79207	Juliane Blume	HOMOLOGADA
81714	Lisete Lehmen	HOMOLOGADA
79763	Maisa Wolfart	HOMOLOGADA
81214	Marcia Ines Wink	HOMOLOGADA
80853	Marcia M.e. Meier	HOMOLOGADA
78979	Marciele De Almeida	HOMOLOGADA
79030	Marciele Rambo	HOMOLOGADA
78942	Mariane Baumgarten Dopke	HOMOLOGADA
79386	Marilei Hickmann	HOMOLOGADA
79915	Marisa Fank Korbes	HOMOLOGADA
81242	Marlete Besing Hack	HOMOLOGADA
81537	Marlise Ebbing Ternus	HOMOLOGADA
79176	Marta Rejane Ertel Welter	HOMOLOGADA
79234	Neide Cristiane Rohr	HOMOLOGADA
80126	Paulilandia Puntel	HOMOLOGADA
81129	Rita Ferreira Dos Santos	HOMOLOGADA
80774	Rosalia Kaufmann Stein	HOMOLOGADA
79936	Rosane Bracht Becker	HOMOLOGADA
79036	Rosane Jaehn	HOMOLOGADA
80427	Rosane Schutz	HOMOLOGADA
81544	Roseli Noss	HOMOLOGADA
79004	Roseli Thome Immig	HOMOLOGADA
81783	Selmi Dapper Kickow	HOMOLOGADA
79261	Solange Simon	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 15 de Junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

### **DECRETO 043 - EMPREGO\_HOMOLOGACAO\_INSCRICOES**

DECRETO Nº. 043/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE EMPREGO PÚBLICO Nº. 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Emprego Público nº. 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos que preencheram os requisitos exigidos no Edital de Emprego Público nº. 001/2015 da Prefeitura Municipal de São João do Oeste – SC, conforme segue:

MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81944	Francieli Schneiders	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 15 de Junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

### **DECRETO 044 - SELETIVO\_HOMOLOGACAO\_INSCRICOES**

DECRETO Nº. 044/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos que preencheram os requisitos exigidos do Edital do Processo Seletivo nº. 001/2015 da Prefeitura Municipal de São João do Oeste – SC, conforme segue:

ENFERMEIRO - ESF - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79193	Angela Gabriella Bischoff	HOMOLOGADA
78945	Claudia De Medeiros	HOMOLOGADA
79316	Cleonice Dolores Valmorbida	HOMOLOGADA

82122	Cristiane Almeida	HOMOLOGADA
79025	Daiana Aparecida Walker Nascimento Rintzel	HOMOLOGADA
80682	Deisi Flach Follmann	HOMOLOGADA
81587	Eduarda Helena Steinhorst	HOMOLOGADA
80820	Geovana Liberalesso	HOMOLOGADA
79263	Jeniffer Da Silva	HOMOLOGADA
79627	Jociele Raquel Reichert	HOMOLOGADA
81882	Juliana Marta Cauduro	HOMOLOGADA
78955	Michelle Brescovite	HOMOLOGADA
81590	Moise Ruth Angnes	HOMOLOGADA
80665	Morgana Maura Brum Grade	HOMOLOGADA
79293	Nelson Cassemiro De Oliveira Junior	HOMOLOGADA
82006	Nivia Cristina Hillebrand Dacoregio	HOMOLOGADA
81011	Rosane Schroeder	HOMOLOGADA
79285	Solange Tareli	HOMOLOGADA
79357	Taissana Dezanetti	HOMOLOGADA
79034	Talita Maria Cadona	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 15 de Junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### ERRATA DO PROCESSO 72/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
PROCESSO Nº 72/2015  
PREGÃO PRESENCIAL : 28/2015

#### NOVA DATA DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de São Joaquim COMUNICA que a NOVA DATA de Abertura da Licitação para Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos Foi transferida para às 09h:30min. do dia 06/07/2015. O motivo da mudança de data são alterações feitas nos itens a serem licitados, interessados poderão obter a cópia do novo edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 22 de junho de 2015  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal.

### LEILÃO 001/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015.

A Prefeitura Municipal de SÃO JOAQUIM, Santa Catarina, com sede na Praça João Ribeiro nº 01, Centro, CEP 88600-000, cidade de São Joaquim-SC, fone/fax (49) 3233-0411, inscrita no CNPJ sob nº 82.561.093/0001-98, na forma que dispõe a lei 8.666/93 e conforme Credenciamento nº 01/2015, através do Leiloeiro Oficial Sr. Paulo Pizzolatti Neto, inscrito na JUCESC sob o nº AARC/0019, comunica aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO para a alienação dos bens móveis identificados no item 2 do presente Edital, que serão arrematados conforme as condições constantes no presente edital, no dia 08 de julho de 2015 às 10:00 horas a ser realizado nas dependências da Câmara do Vereadores de São Joaquim/SC, localizada na Praça João Ribeiro, nº 01-Centro.

Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

### PROCESSO 77/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 77/2015

Pregão Presencial 32/2015- registro de preço

Objeto: Aquisição de recompositor de pista para serem utilizadas em consertos de ruas do Município.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 09/07/2015 às 14:00 horas

Valor estimado: R\$: 81.990,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 22 junho de 2015  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

## São José

## PREFEITURA

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2015**

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 205/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO EM CANAL DE DRENAGEM NA RUA CORNÉLIO CASTRO, NO BAIRRO FORQUILHINHAS, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

**EMPRESAS LICITANTES**

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

É o relatório.

**ANÁLISE DA COMISSÃO**

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

**CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS:**

- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME – R\$105.760,11 (cento e cinco mil, setecentos e sessenta reais e onze centavos);
- 2ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA – R\$ 139.376,69 (cento e trinta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos)
- 3ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA - R\$ 140.445,78 (cento e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos)

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 23/06/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 22 de junho de 2015.

Carlos Schmidt Presidente CPL	Paulo Dutra Membro CPL
Kety Silva Trierweiler Membro CPL	Ramon de Souza C. Martins Membro CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros  
Membro CPL

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2015**

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 223/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PICADAS DO SUL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), designada pelo Decreto nº 3764/2015, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com o Assessoramento Técnico da Secretaria requerente através do Arquiteto e Urbanista Luiz Fernando de Aquino, quanto à Qualificação Técnica conforme Parecer Técnico (fls. 541 e 542) dos autos.

**EMPRESAS LICITANTES**

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Não estiveram presentes na sessão os representantes das empresas participantes do processo mencionadas acima. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

É o relatório.

**1 - ANÁLISE DA COMISSÃO**

A empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME descumpriu o item 10 subitem 10.2 do edital que solicita:

“10.2 - O licitante cadastrado no Cadastro de Fornecedores do Município de São José e cuja documentação, arquivada no município, esteja com seu prazo de validade vencido, deverá apresentar, dentro do envelope de habilitação, as certidões atualizadas para fins de habilitação.”

No Certificado de Registro Cadastral (CRC) apresentado pela empresa supracitada consta o vencimento do ALVARÁ DE LICENÇA em 31/12/2014 e a empresa NÃO apresentou dentro do envelope de habilitação novo alvará com data válida. Em virtude do



descumprimento, a Comissão Permanente de Licitação resolve INABILITAR a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

Quanto à COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, os itens 9.1.2 e 9.1.3 do edital solicitam:

9.1.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo Atestado Técnico registrado pelo CREA e/ou CAU, emitida por pessoa de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, COMPROVANDO TER EXECUTADO OBRA COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO;

9.1.3 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo Atestado Técnico registrado pelo CREA e/ou CAU, emitida por pessoa de direito público ou privado, em nome do profissional, que será o responsável técnico pelos serviços licitados, COMPROVANDO TER EXECUTADO OBRA COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO;

A Comissão Permanente de Licitação, assessorada pelo Arquiteto e Urbanista Luiz Fernando de Aquino, através do Parecer Técnico (fls. 541 e 542) dos autos, resolve INABILITAR, as empresas MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME e TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, por entender que os atestados técnicos e certidões de acervos técnicos, apresentados não são compatíveis com a obra licitada, pois o objeto da licitação é a reforma e ampliação de uma unidade de saúde, e os atestados técnicos e certidões de acervos técnicos apresentados pelas empresas MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME e TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA são de construção de uma igreja e uma pousada respectivamente. Em relação às empresas DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA e MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das mesmas.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS:

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP.

INABILITAR AS EMPRESAS:

- MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 23/06/2015 contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 01/07/2015, às 14h00min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 22 de junho de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler
Membro da CPL	Membro da CPL

Ramon S. Campos Martins	
Membro da CPL	

## DECRETO Nº 4608/2015

DECRETO Nº 4608/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 357.207,27 (trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e sete reais e vinte e sete centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 – Funcionamento e Manutenção da Procuradoria

Geral do Município

91 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 3.116,68

Total desta Atividade ..... R\$ 3.116,68

Total do Órgão ..... R\$ 3.116,68

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.182.0110.2.016 – Encargos do Convênio FUNREBOM

513 – 3.3.90.39.00.00.0019 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos FUNREBOM Lei nº 2.353/91 ..... R\$ 350.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 350.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 350.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria

de Infraestrutura

792 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios ..... R\$ 4.090,59

Total desta Atividade ..... R\$ 4.090,59

Total do Órgão ..... R\$ 4.090,59

..... R\$ 4.090,59

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 357.206,27

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 357.207,27 (trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e sete reais e vinte e sete centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 – Funcionamento e Manutenção da Procuradoria

Geral do Município

89 – 3.3.90.35.00.00.0080 – Serviços de Consultoria,

Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00

90 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.116,68  
 93 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 3.116,68  
 Total do Órgão ..... R\$ 3.116,68

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.182.0110.2.016 – Encargos do Convênio FUNREBOM

515 – 4.4.90.51.00.00.0019 – Obras e Instalações,  
 Recursos FUNREBOM Lei nº 2.353/91 ..... R\$ 200.000,00  
 516 – 4.4.90.52.00.00.0019 – Equipamentos e Material Permanentes  
 Recursos FUNREBOM Lei nº 2.353/91 ..... R\$ 150.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 350.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 350.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

786 – 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 4.090,59  
 Total desta Atividade ..... R\$ 4.090,59  
 Total do Órgão ..... R\$ 4.090,59  
 Total da Anulação ..... R\$ 357.207,27

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 4609/2015

DECRETO Nº 4609/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.405 – Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos

Esportivos e de Lazer – FUNESJ

1060 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 130.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 130.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 130.000,00

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.184 – PSB – Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculos

1870 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,  
 Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social ..... R\$ 40.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 40.000,00

28.01.08.244.0111.2.136 – Benefícios Sócio Assistenciais

1968 – 3.3.90.08.00.00.0080 – Outros Benefícios Assistenciais,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 100.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 100.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 140.000,00  
 Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 270.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 – Construção e Reforma do Ginásio de Esporte, Quadras e Equipamentos Esportivos

1003 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 100.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 100.000,00

18.01.27.812.0104.2.405 – Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos

Esportivos e de Lazer – FUNESJ

1055 – 3.3.90.31.00.00.0080 – Premiações, Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 30.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 30.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 130.000,00

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.182 – PSEAC – Serviço de Acolhimento em Repúblicas

1864 – 4.4.90.51.00.00.0023 – Obras e Instalações,  
 Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social .... R\$ 40.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 40.000,00

28.01.08.244.0111.2.083 – PSEMC – Serviço Especializado / Abordagem

Social – CREAS / População de Rua / Centro – POP

1903 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 500,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 500,00

28.01.08.244.0111.2.084 – PSEAC – Serv. Acolh. Institucional para Pessoas em Situação de Rua

1915 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 20.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 20.000,00

28.01.08.243.0111.2.085 – PSEAC – Serv. Acolh. Institucional para Crianças / Adolescente, Casa Lar / Abrigo

1819 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 10.000,00

28.01.08.244.0111.2.086 – PSEAC – Serv. Acolh. Mulheres em Situação de Violência / Abrigo Institucional

1930 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.900,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.900,00

28.01.08.243.0111.2.170 – PSEMC – Serviço de Proteção Social a Adolescente / Sócio Educ. de Liberdade

Assistenciais  
1834 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 500,00  
1837 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 500,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.000,00

28.01.08.244.0111.2.173 – PSB – Programa Bolsa Família – PBF

2009 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 25.600,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 25.600,00

28.01.08.243.0111.2.178 – PSEAC – Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

1852 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
1856 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 500,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.500,00

28.01.08.244.0111.2.179 – PSB – Programa Inclusão Produtiva / CRAS /

Centro de Inclusão Produtiva  
2028 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
2035 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
2032 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 4.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 24.000,00

28.01.08.243.0111.2.186 – PSEMC – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – CREAS

1888 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.500,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 10.500,00

28.01.08.126.0111.2.188 – Gestão – Sistema de Monitoramento e

Avaliação / FMAS

1765 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 5.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 140.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 270.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 4624/2015

DECRETO Nº 4624/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

637 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 39.000,00  
642 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente  
Recursos Próprios ..... R\$ 105.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 144.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 144.000,00 Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 144.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.171 – PSB – Serviço de Proteção / Atendimento Integral à Família (PAIF)

1991 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 20.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 20.000,00

28.01.08.244.0111.2.173 – PSB – Programa Bolsa Família – PBF

2006– 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 5.000,00

28.01.08.244.0111.2.183 – PSEMC – Serviço de Proteção Social Especial  
Para Pessoas com Deficiência, Idosas e outras  
Famílias – CREAS

2041 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
2044– 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
2047 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 30.000,00

28.01.08.243.0111.2.186 – PSEMC – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – CREAS  
1894 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 49.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 49.000,00

28.01.08.241.0111.2.278 – PSB – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos – CATI

1789 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 20.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 20.000,00

28.01.08.244.0111.2.291 – PSEAC – Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência

2115 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 20.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 20.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 144.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 144.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de junho de 2015.  
JOSÉ NATAL PEREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 4625/2015

DECRETO Nº 4625/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 175.455,89 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, abaixo a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.01 – CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita

28 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 36.200,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 36.200,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Projetos Especiais  
37 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.819,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 5.819,00  
Total do Órgão ..... R\$ 42.019,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.150 – Construção/ Recuperação/ Manutenção de Canais/ Galerias/Macro Drenagem  
828 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,  
Recursos Próprios ..... R\$ 114.679,21  
Total deste Projeto ..... R\$ 114.679,21

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
792 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 18.757,68  
Total desta Atividade ..... R\$ 18.757,68  
Total do Órgão ..... R\$ 133.436,89  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 175.455,89

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 175.455,89 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.01 – CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita



26 – 3.3.90.35.00.00.0080 – Serviços de Consultoria,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
27 – 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa  
Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
30 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanentes,  
Recursos Próprios ..... R\$ 2.300,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 4.300,00

02.01.08.244.0111.2.252 – Subvenções Sociais

31 – 3.3.50.43.00.00.0080 – Subvenções Sociais,  
Recursos Próprios ..... R\$ 8.900,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 8.900,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 – Funcionamento e Manutenção da Se-  
cretaria de Projetos Especiais  
40 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa  
Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.819,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 5.819,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.04 – SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

02.04.122.0105.2.453 – Funcionamento e Manutenção da Secreta-  
ria de Articulação Política

79 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa  
Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 3.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 3.000,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.06 – CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 – Funcionamento e Manutenção da Che-  
fia da Ouvidoria Geral  
100 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-  
soa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 4.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 4.000,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.07 – CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.01.04.124.0107.2.458 – Funcionamento e Manutenção da Che-  
fia do Controle Interno / Auditoria  
112 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-  
soa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 15.000,00  
107 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 16.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 42.019,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.022 – Construção, Conservação de Estradas  
Pontes e Pontilhões  
858 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,  
Recursos Próprios ..... R\$ 114.679,21  
855 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 18.757,68  
Total desta Atividade ..... R\$ 133.436,89

Total do Órgão ..... R\$ 133.436,89  
Total da Anulação ..... R\$ 175.455,89

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 4627/2015

DECRETO Nº 4627 /2015

EXONERA SERVIDOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,  
e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora CARINA BONASSA do cargo  
de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria  
de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

## DECRETO Nº 4628/2015

DECRETO Nº 4628 /2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,  
e

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado MATHEUS FAVA PACHER para exercer o  
cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secre-  
taria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06  
de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

## DECRETO Nº 4629/2015

DECRETO Nº 4629/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada CARINA BONASSA para exercer o cargo de  
Assessor Técnico Jurídico – CCM8, com lotação na Procuradoria  
Geral, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezem-  
bro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

### **PORTARIA - SA - Nº 515/2015**

PORTARIA- SA – Nº 515/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

#### **RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) MAURI JOÃO DA SILVA, matrícula nº 2652-2, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 05.06.2015, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº 516/2015**

PORTARIA- SA – Nº 516/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

#### **RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) LUIS DE SOUZA FARIA NETO, matrícula nº 17504-8, lotado (a) na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no cargo de Motorista, entrará em Licença Prêmio por 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 11.06.2015, referente ao período aquisitivo 2015/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº 517/2015**

PORTARIA- SA – Nº 517/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

#### **RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) DENISE VIEIRA, matrícula nº 10410-8, lotado (a) na Secretaria da Saúde,

no cargo de Técnico em Enfermagem, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 01.06.2015, referente ao período aquisitivo 2001/2006.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº 518/2015**

PORTARIA- SA – Nº 518/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

#### **RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) MARCELO VITOR ANDRADE, matrícula nº 14976-4, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Médico Geriatra, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 01.06.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº 519/2015**

PORTARIA- SA – Nº 519/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

#### **RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ROZANA MARIA KUSTER, matrícula nº 16252-3, lotado (a) na Secretaria da Receita, no cargo de Agente Administrativo, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 04.06.2015, referente ao período aquisitivo 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração



**PORTARIA - SA - Nº 520/2015**

PORTARIA- SA – Nº 520/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ALMINDA BENTINHA KUNTZE, matrícula nº 14951-9, lotado (a) na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 15.06.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 521/2015**

PORTARIA- SA – Nº 521/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ANGELITA STUPP, matrícula nº 13920-3, lotado (a) na Secretaria da Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 23.06.2015, referente ao período aquisitivo 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 522/2015**

PORTARIA- SA – Nº 522/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) MARIA REGINA LEANDRO, matrícula nº 13560-7, lotado (a) na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 26.05.2015, referente ao período aquisitivo 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 523/2015**

PORTARIA- SA – Nº 523/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ADALMIR GIRARDI, matrícula nº 6038-0, lotado (a) na Secretaria da Receita, no cargo de Agente Administrativo, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 15.06.2015, referente ao período aquisitivo 1992/1997.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 524/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 524/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSEANE LOPES PEREIRA, matrícula n.º 25837-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 01.06.15 à 30.06.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 525/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 525/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREA FLORA PAUSEWANG, matrícula n.º 23296-3, lotado (a) na Secretaria da Saúde, Agente de Combates as Endemias. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 10.06.15 à 08.08.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 526/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 526/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSANGELA DA SILVA PEDRO, matrícula n.º 13774-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 03.06.2015 à 01.08.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 527/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 527/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CLEUSA MARIA DA SILVA,

matrícula n.º 33287-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 11.06.2015 à 08.09.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 528/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 528/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSANIA JOCKEN FARIAS, matrícula n.º 10773-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 11.06.2015 à 09.08.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 529/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 529/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LEONARDO ADEMIR FERREIRA matrícula n.º 1905-7, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal. Readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 12.06.2015 à 10.08.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 530/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 530/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELIETI BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula n.º 13869-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, Professor de Educação Especial. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 02.06.15 à 01.07.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 531/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 531/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARISTELA MULLER, matrícula n.º 25914-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 21.05.15 à 19.06.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 532/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 532/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VICENTE ELPIDIO CURCIO, matrícula n.º 13506-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.05.15 à 18.06.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 533/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 533/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELISA DE OLIVEIRA DOS SANTOS PAULI, matrícula n.º 21620-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 12.05.15 à 10.07.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 534/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 534/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VIVIANE SCHLICHTING PARENTE DE MELO, matrícula n.º 39830-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 25.05.15 à 23.06.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 535/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 535/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ROGÉRIO MARQUES LEITE, matrícula n.º 21597-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 11.05.15 à 09.08.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 536/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 536/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). HERCILIO ANTUNES VARGAS, matrícula n.º 1876-7, lotado (a) na Secretaria da Educação, no cargo de Agente Operacional. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 18.05.2015 à 16.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 537/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 537/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CHRISTIANE REGINA ELTERMANN RIBEIRO DE SOUZA, matrícula n.º 13460-0, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 25.05.2015 à 08.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 538/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 538/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TANARA CRISTINA DA SILVA BORGES, matrícula n.º 15385-0, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista. Licença para Tratamento de Saúde por 21 (vinte e um) dias, de 25.05.2015 à 14.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 539/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 539/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ZILDA SCHMITT, matrícula n.º 11054-0, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 09.06.2015 à 06.09.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 540/2015**

P O R T A R I A - SA - N.º 540/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCOS ANTONIO DE SOUZA, matrícula n.º 22890-7, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Agente de Serviços Gerais. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 08.06.2015 à 07.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

RITA GROHMANN

PATRICIA FINCH

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

O Município de São José do Cedro faz saber, ao contribuinte abaixo relacionado, que o mesmo fica NOTIFICADO ATRAVÉS DE EDITAL da notificação de contribuição de melhoria, referente à execução de pavimentação com pedras irregulares (calçamento) na Rua Pedro Trecco, conforme Artigo 308, I a IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 009/2005, cujos valores são expressos em Reais.

NOME	Nº DO CADASTRO	REAIS
CLARICE T. JAGNON	13780	1.169,77

O proprietário acima notificado terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta notificação para impugnar ou requerer revisão do lançamento da contribuição de melhoria, conforme artigo 301 da Lei Complementar nº 009 de 27 de setembro de 2005.

Após a publicação desta notificação o proprietário ou responsável, deverá no prazo máximo 20 (vinte) dias, comparecer na secretaria da fazenda, departamento de tributação, junto à prefeitura municipal, localizada à Rua Jorge Lacerda, 1049, centro, nesta cidade, para fazer opção de pagamento e emissão do carnê.

O PRESENTE EDITAL FOI REGISTRADO E PUBLICADO EM 19 DE JUNHO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito

### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES HABILITADOS, PROFESSORES NÃO HABILITADOS, PROFESSORES COM MAGISTERIO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MERENDEIRA E MONITOR DE CRECHE, PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL NO ANO DE 2016.

O Prefeito de São José Do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 027/2011, Lei Complementar nº 001/2009, Lei nº 1490/89 e Lei nº 3265/2006, e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas e compor reserva técnica, para admissão de professores, auxiliar de serviços gerais, Merendeira e Monitor de creche, sob o Regime Consolidação das leis trabalhistas (CLT), vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público para o ano letivo de 2016, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente PROCESSO SELETIVO será válido para o ano letivo de 2016.

1.2. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA e TÍTULOS.

1.2.3. O número de vagas será disponibilizado conforme necessidade aferida após a realização das matrículas, sendo que a presente seleção servirá para compor reserva técnica conforme a necessidade do município. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:



PROFESSOR HABILITADO COM LICENCIATURA						
Cargo	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova	
**Professor de Educação Física	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Educação Física	Objetiva e Títulos	
Professor de História	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em História	Objetiva e Títulos	
Professor de Geografia	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Geografia	Objetiva e Títulos	
Professor de Matemática	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Matemática	Objetiva e Títulos	
Professor de Ciências	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Ciências	Objetiva e Títulos	
Professor de Artes	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Artes	Objetiva e Títulos	
Professor de Inglês	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Inglês	Objetiva e Títulos	
Professor de Espanhol	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Espanhol	Objetiva e Títulos	
Professor de Português	*CR	R\$ 1.975,32	10,20,30,40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Português	Objetiva e Títulos	
Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 1.975,32	20 a 40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Ensino Fundamental – Series Iniciais	Objetiva e Títulos	
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 1.975,32	20 a 40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Educação Infantil	Objetiva e Títulos	
Professor de Educação Especial - 2º Professor	*CR	R\$ 1.975,32	20 a 40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Educação Especial	Objetiva e Títulos	

## \*Cadastro de Reserva

PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO						
Cargo	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova	
Professor Habilitado com Magistério	*CR	R\$ 1.975,32	20 a 40h/sem	Portador de certificado de conclusão do magistério	Objetiva e Títulos	

## \*Cadastro de Reserva

PROFESSOR NÃO HABILITADO						
Cargo	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova	
Professor de Educação Física	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Educação Física	Objetiva e Títulos	
Professor de História	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em História	Objetiva e Títulos	
Professor de Geografia	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Geografia	Objetiva e Títulos	
Professor de Matemática	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Matemática	Objetiva e Títulos	
Professor de Ciências	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Ciências	Objetiva e Títulos	
Professor de Artes	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Artes	Objetiva e Títulos	
Professor de Inglês	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Inglês	Objetiva e Títulos	
Professor de Espanhol	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Espanhol	Objetiva e Títulos	
Professor de Português	*CR	R\$ 1.527,10	10,20,30,40h/sem	Cursando Nível Superior em Português	Objetiva e Títulos	
Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 1.527,10	20 a 40h/sem	Cursando Nível Superior em Ensino Fundamental – Séries Iniciais	Objetiva e Títulos	
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 1.527,10	20 a 40h/sem	Cursando Nível Superior em Ensino Infantil	Objetiva e Títulos	
Professor de Educação Especial - 2º Professor	*CR	R\$ 1.527,10	20 a 40h/sem	Cursando Nível Superior em Educação Especial	Objetiva e Títulos	

## \*Cadastro de Reserva

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MERENDEIRA e MONITOR DE CRECHE						
Cargo	Nº Vagas	Vencimento 40 h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova	
Auxiliar de Serviços Gerais	*CR	R\$ 876,32	44h/sem	Alfabetizado	Objetiva	

Merendeira	*CR	R\$ 876,32	40h/sem	Alfabetizado	Objetiva
Monitor de Creche	*CR	R\$ 847,90	30h/sem	Ensino Médio Completo	Objetiva

\*Cadastro de Reserva

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08 horas do dia 24/06/2015 às 23h59min do dia 30/07/2015.

## 3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 19/09/2015, às 09h30min, nas dependências do Centro Municipal De Educação Girassol-CE-MEG, sito na Rua Nereu Ramos nº105, no Município de São José do Cedro - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de São José Do Cedro - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br)

3.2. As cópias dos documentos para a PROVA DE TÍTULOS juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São José Do Cedro, sito na Rua Santa Maria nº 22 durante o período de inscrições, em horário de expediente da Secretaria, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

3.3. A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, sito na Rua Santa Maria nº 22, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

4. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br)

São Jose do Cedro – SC, 23 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.66/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº66/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 66/2015, Edital de Pregão Nº 66/2015, Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar parametrização, preparação e elaboração do orçamento público, compreendendo as leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e orçamento anual, com apresentação de todas as planilhas, anexos e cálculos previstos em lei aos administradores do município. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 16:00 horas do dia 03/07/2015. Abertura e julgamento às 16:00 horas do dia 03/07/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.67/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº67/2015

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 67/2015, Edital de Pregão Nº 67/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de construção para uso nos consertos diversos em pontes, pontilhões, bocas de lobo, calçadas, meio fios, calçamento e asfalto do município. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 03/07/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 03/07/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## RESOLUÇÃO Nº 002/2015/CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação Municipal SUASWEB para o exercício de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 maio de 2015 e considerando a deliberação plenária em 22/06/2015 – Ata 03/2015.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma o Plano de Ação para a Previsão de Atendimento Físico, Previsão de Atendimento e Resumo Executivo para o exercício de 2015 para o Município de São José do Cedro.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Cedro, 22 de junho de 2015.

SILVIA NARDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001.3/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015 - COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001.3/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015

COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

Torna público o resultado da eleição do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal.

ADIRLEI CARLOS SANTIAN, Presidente da Autarquia denominada de Comitê Desportivo Municipal, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 19, inciso XX, da Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, com base no Estatuto do Comitê Desportivo Municipal (Anexo Único ao Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007), no Decreto nº 5.091, de 11 de maio de 2015 e na Resolução CDM nº 015, de 03 de dezembro de 2007, TORNA PÚBLICO o resultado do Processo Eleitoral do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, para a escolha dos membros titulares e suplentes, conforme consta nos quadros seguintes:

Representantes do Governo Municipal eleitos:			
Nome	Número de votos	Percentual	Classificação obtida
Jader Gabriel Ioris	107 votos	31,75%	Primeiro titular
Itamar Fernandes	95 votos	28,19%	Segundo titular
Edenilson Rafael Mendo	60 votos	17,80%	Terceiro titular
Joel Begnini	52 votos	15,43%	Quarto titular
Fabio Quadros Martins	23 votos	6,82%	Suplente
Total de votos válidos para o segmento Governo Municipal: 337 votos (91,33%)			
Total de abstenções (votos nulos/brancos): 32 votos (8,67%)			

Representantes de Clubes e Associações Desportivas e Recreativas eleitos:			
Nome	Número de votos	Percentual	Classificação obtida
Marcio Xavier da Silva	117 votos	35,24%	Primeiro titular
Antonio Fernandes de Melo	83 votos	25,00%	Segundo titular
Gilberto de Oliveira	68 votos	20,48%	Terceiro titular
Renato Luiz Suldowski	64 votos	19,28%	Suplente
Total de votos válidos para o segmento Clubes e Associações Desportivas e Recreativas: 332 votos (89,97%)			
Total de abstenções (votos nulos/brancos): 37 votos (10,03%)			

Representante das Unidades de Ensino Escolar eleito:			
Nome	Número de votos	Percentual	Classificação obtida
Diego Mores Romanini	280 votos	100,00%	Titular
Total de votos válidos para o segmento Unidades de Ensino Escolar: 280 votos (75,88%)			
Total de abstenções (votos nulos/brancos): 89 votos (24,12%)			

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de junho de 2015.

ADIRLEI CARLOS SANTIAN

Presidente do Comitê Desportivo Municipal

### EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001.3/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015 - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001.3/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Torna público o resultado da eleição do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço.

ALAMIR VEDANA, Presidente do Conselho Deliberativo, pertencente à estrutura do Instituto Cultural de São Lourenço, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 14, §1º, do Estatuto do Instituto Cultural de São Lourenço (Anexo Único ao Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007), e com base na Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, TORNA PÚBLICO o resultado do Processo Eleitoral do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, para a escolha dos membros titulares e suplentes, conforme consta dos quadros seguintes:

Representantes do Governo Municipal eleitos:		
Nome	Número de votos	Classificação obtida
Diogo Sutilli	162 votos	Primeiro titular
Marcia Coan Janceski	46 votos	Segundo titular
Reinaldo Francisco Guerra Junior	34 votos	Terceiro titular
Lilyan Trindade dos Santos	31 votos	Quarto titular
Marli Hentges	25 votos	Primeiro suplente
Simone Cristina de Marco Monteiro	18 votos	Segundo suplente
Antonio Jocinei Waiss dos Santos	16 votos	Terceiro suplente

Lenir Fátima Cruzetta	14 votos	Quarto suplente
Total de votos válidos para o segmento Governo Municipal: 346 votos		
Total de abstenções (votos nulos/brancos): 29 votos		
Representantes de Clubes e Associações Culturais eleitos:		
Nome	Número de votos	Classificação obtida
Lídio Sutilli	124 votos	Primeiro titular
Keli Cristina Dallagnol	68 votos	Segundo titular
Elio Luiz Bonet	59 votos	Terceiro titular
Rafael Silvestre de Vargas	52 votos	Primeiro suplente
Paulo Renosto	37 votos	Segundo suplente
Rosana Ecker	17 votos	Terceiro suplente
Total de votos válidos para o segmento Clubes e Associações Culturais: 357 votos		
Total de abstenções (votos nulos/brancos): 18 votos		
Representante das Instituições de Ensino Superior eleito:		
Nome	Número de votos	Classificação obtida
Ana Paula Marcante	287 votos	Titular
Total de votos válidos para o segmento Instituições de Ensino Superior: 287 votos		
Total de abstenções (votos nulos/brancos): 88 votos		

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de junho de 2015.

ALAMIR VEDANA

Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 077/2015 – Pregão Presencial Nº 047/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CORA CORALINA (CRECHE PROINFANCIA TIPO C), DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80.

VALOR: R\$ 10.045,00 (dez mil e quarenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 10.045,00 (dez mil e quarenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 15/06/2015.

VIGÊNCIA: 15/06/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 081/2015 – Pregão Presencial Nº 049/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E, NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS: SÃO LOURENÇO E JARDIM DA SAUDE, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: JOAO NILVO DE MATOS 71437479987 - CNPJ: 14.598.307/0001-40.

VALOR: R\$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais).

FORNECEDOR: ANILDO RODRIGUES DA SILVA 56317280959 - CNPJ: 21.713.304/0001-76.

VALOR: R\$ 85.900,00 (oitenta e cinco mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 154.800,00 (cento e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/06/2015.

VIGÊNCIA: 17/06/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 083/2015 – Pregão Presencial Nº 050/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 1995, PARA OS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: DISUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME - CNPJ: 09.535.096/0001-67.

VALOR: R\$ 1.242,50 (um mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

TOTAL: R\$ 1.242,50 (um mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 19/06/2015.

VIGÊNCIA: 19/06/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**LEI Nº 2.227, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 2.227, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei, na forma de Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas nesta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XIX do Anexo Único desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, com avaliação do PME e amplo debate, coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE, do Plano Estadual de Educação - PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de ordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.



§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da Educação Básica.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Ficam revogadas as Leis nºs 1.764, de 27 de agosto de 2008 e 2.040, de 03 de outubro de 2012.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.227, de 19 de junho de 2015)

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2025

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EQUIPE TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO DOCUMENTO BASE

Antônio Jocenei Waiss dos Santos - Contador Geral do Município

Edisson Ari Piletti - SME

Elizangela Calegari Tapperro - SME

Fábio Zanella - IFSC

Gilda Valandro - SME

Josiane Carla Kotz Peron - CEIM Mundo Colorido

Lúcia Iliane da Costa - SME

Marlete de Fátima Bandeira - SMS

Marli Hentges - GRH

Neli Bastezini Kronbauer - GERED e UNOCHAPECÓ

Valmir Luiz Maboni - Câmara de Vereadores

Vanessa Regina Sartor Galeazzi - SME

Wilmar Conte - GERED

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

Conselho Municipal de Educação

Titulares:

Lúcia Iliane da Costa

Gilda Valandro

Sonia Pires Seither

Nereide Maria Curioletti

Neli Bastezini Kronbauer

Gilberto Luiz Záttera

Elizeu Antonio Dorneles

Raquel Cristina Klein Schroll Schiavini

Jussara Azevedo Echer

Vanuza Flor

Ilva Marlene Berger

Suplentes:

Vanessa Regina Sartor Galeazzi

Marizete Aparecida Ricardi

Josiane Carla Kotz Peron



Terezinha Piletti  
Josiane Cristina Keber Kochake  
Liane Terezinha Franz Volkmer  
Sonia Maria Zanetti  
Traudi Lucia Etges  
Camila Antonia Comunello  
Norival João Cenci

## SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) constituiu-se como um momento de planejamento conjunto do Governo Municipal com as instituições educacionais e entidades envolvidas com a educação, das diferentes esferas, níveis e modalidades, a fim de responder as necessidades sociais presentes e futuras.

Diante disto, a elaboração do PME observou o art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, que trata do princípio da “[...] gestão democrática do ensino público” (BRASIL, 1988), com transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Nesta direção, o PME está alinhado com as metas e as estratégias definidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação (PEE), tendo como foco central a responsabilidade constitucional do poder público para com a educação e, por conseguinte, com o ensino público.

Em São Lourenço do Oeste, o PME está construído sobre três eixos:

- a) a educação como direito da pessoa;
- b) a educação como fator de desenvolvimento econômico e social; e
- c) a educação como fator de inclusão social.

Segundo o PME, os objetivos gerais da educação nos próximos dez anos são:

- elevar o nível de escolaridade da população;
- melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis;
- elevar os índices, no tocante ao acesso e à permanência na educação pública;
- valorizar os profissionais do magistério; e
- democratizar a gestão do ensino público.

O Plano define os objetivos e as grandes prioridades municipais para a educação e faz diagnósticos de todos os níveis e modalidades de ensino, das esferas municipal, estadual, federal e privada. A elaboração do PME foi subsidiada pelas metas e estratégias aprovadas nos PNE e PEE. Determina, também, que ele seja amplamente divulgado, para conhecimento e acompanhamento de toda a sociedade.

A definição dos objetivos do Plano encontra-se na Constituição Federal de 1988, em seu art. 214:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade de ensino;
- IV - formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988).

As prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que foram observadas na elaboração do PME são:

- garantia da Educação Básica obrigatória, a partir dos 04 até os 17 anos.
- garantia do Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não concluíram, incluída a erradicação do analfabetismo;
- ampliação do atendimento nos demais níveis - Educação Infantil, Ensino Médio e Educação Superior;
- valorização dos profissionais da educação;
- desenvolvimento de sistema de informação e avaliação em todos os níveis de ensino e modalidade de educação; e
- estabelecimento de estratégias que orientam as decisões e as ações de todos os segmentos educativos existentes no município.

Quando da elaboração do PME, alguns itens foram desenvolvidos, a saber:

- introdução;
- fundamentos legais;
- diagnóstico: perfil demográfico e sócio-econômico do município, Educação Básica em seus níveis e modalidades de ensino, Educação Superior, profissionais da educação, gestão democrática da educação e financiamento da educação;
- metas e estratégias;
- lista de siglas; e
- referências.

Em síntese, com a elaboração do PME, o Município está dando um passo de qualidade em direção às necessidades educacionais identificadas, às aspirações da comunidade educacional e às demandas da sociedade civil organizada.

## 1. FUNDAMENTOS LEGAIS

Com base nos artigos 214 da Constituição Federal/88 e 166 da Constituição Estadual/89; na Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na Lei nº 13.005/2014 - PNE, na Lei Orgânica do Município, texto promulgado em 28 de março de 1990, com alterações adotadas pela emenda nº 08, de 26 de setembro de 2005, produziu-se o PME de São Lourenço do Oeste/SC.

A participação das comunidades, na produção do PME, por meio das Conferências de Educação, representa um importante marco histórico na educação e no desenvolvimento do município de São Lourenço do Oeste.

Historicamente, a produção dos PMEs aconteceu numa trajetória que durou aproximadamente 20 anos. O processo culminou na produção

do primeiro documento, iniciado nos anos oitenta, quando da promulgação da Constituição Brasileira, em 05 de outubro de 1988. Também teve amparo na Constituição Estadual de 1989.

A LDB, nº 9.394/96 - é aprovada, vencendo assim, mais uma importante etapa deste processo. Logo no início do "novo milênio", com base em todas estas leis, o PNE é produzido, apreciado e devidamente aprovado, fechando, assim, um ciclo de 16 anos em processo de desenvolvimento da educação brasileira.

Em 2004, o Estado de Santa Catarina aprovou o PEE. Já o município de São Lourenço do Oeste, com o objetivo de dar mais um passo no caminho da construção de políticas públicas, constituiu o PME nos anos de 2007 e 2008, envolvendo diferentes setores da sociedade, principalmente o educacional, em momentos distintos, até a sua socialização. Transformou-se na Lei nº. 1.764, de 27 de agosto de 2008.

Após sete anos da aprovação do primeiro PME iniciou-se o processo de reelaboração do Plano, com a participação da equipe da Secretaria Municipal de Educação, em reunião na Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNoroeste, organizada por equipe do Ministério da Educação - MEC e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/SC.

A princípio, a equipe técnica de elaboração do Plano foi constituída por representantes de vários setores, nomeados pelo Decreto 4.997, de 28 de novembro de 2014. A Secretaria Municipal de Educação os reuniu para esclarecer a função da equipe na elaboração do documento base e, posteriormente, reuniu também o Conselho Municipal de Educação - CME, para o qual foi esclarecida a função do mesmo na coordenação do trabalho.

Em 02 de fevereiro de 2015 realizou-se o evento para o lançamento do PME, com a apresentação da proposta de trabalho aos profissionais da educação e aos representantes de várias instituições da sociedade. Contou com a participação da Presidente da UNDIME-SC e de representante do MEC, com esclarecimentos sobre o plano e com a apresentação das equipes técnica e de coordenação.

Iniciaram-se os encontros para a elaboração do Plano pela equipe técnica, com base no diagnóstico da realidade e com discussões das metas e estratégias nacionais e estaduais. Neste momento, por se tratar da reelaboração e do alinhamento do documento municipal com o PNE e o PEE, foram envolvidos apenas a equipe técnica e o CME.

Posteriormente, o Plano foi enviado às instituições de ensino e disponibilizado na página da Prefeitura, com possibilidade de sugestões.

Todo este processo desencadeou uma ampla mobilização à implantação do proposto no PME. A riqueza desta produção coletiva reside justamente na coragem dos sujeitos que dela participaram, defendendo diferentes concepções de mundo, de educação, de humanidade e de sociedade. Dessa forma, se evidencia a garantia da elaboração de uma proposta viável, capaz de libertar a si e a outros do senso comum, produzindo mudanças e inovações educacionais.

## 2. DIAGNÓSTICO

### 2.1 Perfil demográfico e socioeconômico do município

São Lourenço do Oeste é um município de grande destaque no cenário regional, situado no Noroeste Catarinense. Os primeiros habitantes eram, em sua maioria, de origem italiana e alemã, instalaram-se no Município em 1948, vindos de diversas partes de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná.

A colonização ocorreu na década de 1950, efetuada pela Empresa Colonizadora Saudades Ltda, com sede em Chapecó, tendo instalado a primeira indústria da região, uma serraria, na terra que mais tarde viria a ser São Lourenço do Oeste.

Em 1951, a localidade passou à categoria de Distrito e recebeu o nome de São Lourenço. O Município foi criado pela Lei Estadual nº 348, de 21 de junho de 1958, desmembrando-se de Chapecó. Já a emancipação ocorreu no dia 26 de julho de 1958, data comemorativa ao aniversário do município. Em 31 de janeiro de 1959 foi instalada a Câmara de Vereadores e, em 02 de fevereiro de 1961, a Comarca, criada pela Lei nº 2.436, de 27 de outubro de 1960.

"Catanduva" foi o primeiro nome dado a São Lourenço do Oeste, por existir aqui um tipo de vegetação com este nome e depois passou a chamar-se "Bracatinga". A origem deste nome deve-se ao barracão da empresa Colonizadora Saudades, construído com madeira desta espécie, árvore semelhante à acácia, abundante no lugar. O nome de "São Lourenço do Oeste" surgiu com a fundação da paróquia de São Lourenço, prevalecendo, a partir daí, o nome do Santo.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o Município é constituído do Distrito sede. Pela Lei Estadual nº 755, de 26 de setembro de 1961, são criados os distritos de Leoberto Leal, Novo Horizonte e Presidente Juscelino. Em decorrência da Lei Estadual nº 5402, de 30 de novembro de 1977, o distrito de Leoberto Leal passou a denominar-se Frederico Wastner.

Novo Horizonte foi elevado à categoria de município, amparado pela Lei Estadual nº 8530, de 09 de janeiro de 1992, desmembrado do município de São Lourenço do Oeste.

O distrito de São Roque foi criado quando da aprovação da Lei Municipal nº 744, de 25 de maio de 1992. Atualmente, o Município é constituído de 4 distritos: São Lourenço do Oeste, Frederico Wastner, Presidente Juscelino e São Roque, compostas pelas seguintes comunidades:

- São Roque: Cabeceira do Rio Jordani, Linha Belvedere, Linha Bianchi, Linha Esperança, Linha Pieta, Linha Prata, Linha Santa Inês, Linha Santos Dumont, Linha São Joaquim, Ouro Verde, Planalto, Rio do Ouro e Sant'Ana da Bela Vista.

- Distrito de Frederico Wastner: Lajeado Grande, Lajeado Raul, Linha Campinas, Linha Costa, Linha São Miguel, Rio Feliciano, Santa Clara, Santa Terezinha, São Caetano, São João e Taquari.

- Distrito de Presidente Juscelino: Alto da Serra, Bela Vista, Lajeado Antunes, Linha Alvorada, Linha Amizade, Linha Bender, Linha Bessegatto, Linha Filipini, Linha Gramadinho, Linha Jacutinga, Linha Limoeiro, Linha São Paulinho, Linha Sentinela, Linha Turvo Baixo, Nova Farroupilha, Novo Guaporé, Poço Redondo, Santo Antônio, São Roquinho e Três Voltas.

Já a área urbana divide-se nos seguintes bairros: Brasília, Centro, Cruzeiro, Perpétuo Socorro, Progresso, Santa Catarina e São Francisco.

A Lei Orgânica de São Lourenço do Oeste foi promulgada em 28 de março de 1990, com 175 Artigos, e sua última atualização ocorreu em 2013.

O Município situa-se no Noroeste do Estado de Santa Catarina, na divisa com o Estado do Paraná, na faixa de fronteira brasileira, há pouco mais de 100 km da Argentina, com 361,77 km² e 895 metros acima do nível do mar. É limítrofe, ao Norte, com o Estado do Paraná; ao Sul, com Formosa do Sul e Irati; ao Oeste, com São Bernardino, Campo Erê e Saltinho; e, ao Leste, está Jupiá e Novo Horizonte.

Quanto às principais rodovias de ligação com o município, temos: PR-158, Estado do Paraná; SC-480, Galvão, São Domingos e Xanxerê; SC-473 Campo Erê, São Miguel do Oeste; SC-157 Novo Horizonte, Quilombo, Chapecó.

Na hidrografia aparecem os rios Feliciano, Três Voltas, Macaco, Lajeado Grande e Ouro.

A população urbana é de 16.885 habitantes, 77,46% da população, e a rural de 4.912 habitantes, 22,54% da população; homens 10.830, 49,69% da população e mulheres 10.967, 50,31% da população, num total de 21.797 habitantes. O total de eleitores é de 16.342, homens

7.946 e mulheres 8.396. A população estimada para 2014 é de 23.017 habitantes, 60,45 habitantes por Km², com área territorial de 356,316Km². (CENSO, 2010).

No Quadro 1 são apresentados os dados correspondentes à População, dividida em área urbana e rural, por faixa etária:

Quadro 1: População por localização e faixa etária

População (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
Urbana	2000	982	553	2.509	843	1.832	2.170	4.519	13.408
	2007	1.012	511	2.618	953	2.362	2.813	6.120	16.389
	2010	906	468	2.475	920	2.284	2.948	6.879	16.880
Rural	2000	416	177	1.169	387	600	782	2.709	6.240
	2007	234	146	918	347	473	607	2.637	5.362
	2010	214	104	728	269	475	537	2.585	4.912
Total	2000	1.398	730	3.678	1.230	2.432	2.952	7.228	19.648
	2007	1.246	657	3.536	1.300	2.835	3.420	8.757	21.751
	2010	1.120	572	3.203	1.189	2.759	3.485	9.464	21.792
PIB	IDH	IDI	Taxa de analfabetismo						
468.230	0.80	0.76	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais					

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

Quadro 2: População por gênero

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	17.488	100,00	19.280	100,00	21.792	100,00
Homens	8.771	50,15	9.652	50,06	10.828	49,69
Mulheres	8.717	49,85	9.629	49,94	10.964	50,31
Urbana	9.896	56,59	13.407	69,54	16.880	77,46
Rural	7.592	43,41	5.873	30,46	4.912	22,54

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

Entre 2000 e 2010, a taxa de envelhecimento de São Lourenço do Oeste passou de 5,48% para 7,92%. Já em Santa Catarina, a taxa de envelhecimento passou de 5,83% para 7,36%, respectivamente. (CENSO, 2010).

Quadro 3: Estrutura etária da população

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	6.050	34,60	5.962	30,92	4.895	22,46
15 a 64 anos	10.771	61,59	12.262	63,60	15.172	69,62
65 anos ou mais	667	3,81	1.056	5,48	1.725	7,92
Razão de dependência	62,36	-	53,85	-	43,63	-
Índice de envelhecimento	3,81	-	5,48	-	7,92	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

Consta que, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,749, o que situa este Município na faixa de desenvolvimento humano alto entre (0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para a constituição do dado é a longevidade, com índice de 0,807, seguida de renda, com índice de 0,748, e de educação, com índice de 0,695. (PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010).

Quadro 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,255	0,520	0,695
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	20,95	30,61	52,72
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	21,27	86,96	97,84
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	50,65	86,84	89,86
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	27,64	59,87	69,41
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	12,91	37,17	61,99
IDHM Longevidade	0,756	0,795	0,807

Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,34	72,68	73,43
IDHM Renda	0,571	0,680	0,748
Renda per capita (em R\$)	279,72	552,09	841,27

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

#### Quadro 5: Indicadores de habitação

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	77,45	91,20	94,35
% da população em domicílios com energia elétrica	85,46	96,56	99,79
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana. *Somente para população urbana	57,13	89,83	95,62

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

#### Quadro 6: Vulnerabilidade social

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	23,91	21,90	15,90
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	73,66	48,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	23,02	1,45	0,97
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	5,79	3,19
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,33	2,56	4,23
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	25,05	24,93
Família:			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	8,93	9,41	11,93
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,81	2,35	0,55
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	21,64	12,45	3,02
Trabalho e Renda:			
% de vulneráveis à pobreza	67,29	38,70	13,91
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	54,28	31,37
Condição de Moradia:			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	59,06	86,27	96,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

A renda per capita média de São Lourenço do Oeste cresceu 200,75% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 279,72, em 1991, para R\$ 552,09, em 2000, e para R\$ 841,27, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,97%. A taxa média anual de crescimento foi de 7,85%, entre 1991 e 2000, e 4,30%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), diminuiu de 41,61%, em 1991, para 18,12%, em 2000, e para 3,83%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita pelo Índice de Gini (É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos), que passou de 0,52, em 1991, para 0,54, em 2000, e para 0,46, em 2010. (PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010).

#### Quadro 7: Renda, pobreza e desigualdade

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	279,72	552,09	841,27
% de extremamente pobres	14,81	6,76	1,62
% de pobres	41,61	18,12	3,83
Índice de Gini	0,52	0,54	0,46

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

No setor industrial destacam-se os ramos alimentício e madeireiro/moveleiro que, juntamente, com uma bem estruturada rede de comércio e prestadores de serviços, são responsáveis por mais de 85% da riqueza aqui produzida. A ênfase está na produção de biscoitos e massas; na indústria madeireira/moveleira; e na indústria diversificada, composta por inúmeros estabelecimentos que atuam nos ramos de metal mecânico, vestuário, derivados de cimento, dentre outros.

O setor agrícola é reconhecido como uma das maiores bacias leiteiras do Estado de Santa Catarina, e cada vez mais apresenta novas alternativas de emprego e renda para os agricultores, seja com as atividades já tradicionais, ou mesmo com a inédita produção de oliveiras. Na pecuária tem predominância a produção leiteira, produção de suínos e aves em sistema de integração e cooperativismo. No extrativismo, produção de madeira/reflorestamento.

Já o setor de prestação de serviços é composto por profissionais liberais e autônomos, além de inúmeros estabelecimentos que atuam de forma a atender a crescente demanda local por serviços especializados, e forte atuação para a construção civil.

São Lourenço do Oeste conta com um importante fluxo turístico baseado no turismo de eventos. Destacam-se a Feira do Comércio, a Festa Italiana, a Festa Alemã e as Festas ligadas ao catolicismo como a Festa do Padroeiro São Lourenço e de Nossa Senhora de Lourdes, na Gruta do Distrito de Presidente Juscelino.

Todos os índices, os setores e as atividades acima expostos são aspectos determinantes para o desenvolvimento e o empreendedorismo local e regional, o que possibilita uma melhor qualidade de vida a todos os aqui residentes e também àqueles que mantêm relações familiares

ou econômicas com o município de São Lourenço do Oeste.

## 2.2 Educação Básica

### 2.2.1 Etapas da Educação Básica

#### 2.2.1.1 Educação Infantil

A infância é o período em que se inicia o processo de humanização, o qual se dá ao longo de sua vida. É um período em que a criança está em constante desenvolvimento, á qual é necessário oferecer as condições para tal. Consta na LDB, Lei 9394/96, no art. 29, que a Educação Infantil deve atender a criança na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, garantindo a ela seu "[...] desenvolvimento integral, físico, psicológico, intelectual e social".

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, a concepção de criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

A criança é entendida como um ser ativo e está inserida numa sociedade que se modifica constantemente. Também sofre as interferências desta e exige novos conceitos e tratamentos.

Situando a criança no espaço e no momento atual, a LDB passou por modificações através da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013. Garante a Educação Básica gratuita e obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada nos níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

De acordo com as DCNEI, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, que é:

[...] oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p. 12).

A valorização integral da criança precisa estar presente nas práticas educativas institucionais e também nos ambientes familiares. Segundo o Art. 205, da Constituição Federal:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A Educação Infantil precisa estar organizada em diferentes aspectos, espaço físico, tempo da criança na escola, número adequado de crianças por sala, planejamento e avaliação, de acordo as DCNEB e com o Projeto Político Pedagógico (PPP), respeitadas as especificidades deste nível de ensino e a diversidade, incluindo a todos.

São Lourenço do Oeste atende a Educação Infantil em período parcial, a partir de 01 ano e 08 meses de idade.

Quadro 8: Número total de alunos da Educação Infantil por unidade escolar

NOME DAS ESCOLAS	Nº ALUNOS
EBM Santa Maria Goretti - Centro	177
EBM São Francisco - Bairro São Francisco	154
EBM Santa Catarina - Bairro Santa Catarina	163
CEIM Monteiro Lobato - Bairro Cruzeiro	203
CEIM Mundo Colorido - Bairro Perpétuo Socorro	188
CEIM Cora Coralina - Bairro Santa Catarina	68
EBM Santa Inês - Linha Santa Inês	14
EBM Nossa Senhora de Lourdes - Presidente Juscelino	45
EBM São Roque - São Roque	12
Escola São Francisco de Assis - Cruzeiro (rede privada)	65
TOTAL	1089

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escola São Francisco de Assis, 2015.

O percentual da população de São Lourenço do Oeste de 4 e 5 anos que frequenta a escola é de 94,1% e de 0 a 3 anos, é de 30,5%. (SIMEC/MEC).

Conforme Censo Escolar, em 2014, a taxa geral de abandono da Educação Infantil foi de 3,5% e de transferência de 7%.

Quadro 9: Índices de evasão e de transferência por escola do Município

ESCOLA	TAXA DE ABANDONO	TRANSFERIDOS
CEIM MUNDO COLORIDO	1,6%	6%
CEIM MONTEIRO LOBATO	2,7%	8%
EBM SANTA MARIA GORETTI EDUCAÇÃO	1,8%	3,5%
EBM SÃO ROQUE	4,8%	9,5%
EBM SANTA INÊS	0%	5,5%



EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES	2,6%	0%
EBM SÃO FRANCISCO	9,8%	8,5%
EBM SANTA CATARINA	2,0%	7,5%

Fonte: Censo Escolar/2014

#### Quadro 10: Longevidade, mortalidade e fecundidade do Município

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,3	72,7	73,4
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	23,9	21,9	15,9
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	27,6	25,3	18,6
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,0	2,4	1,7

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade do IDHM. No município, o índice cresceu 0,8 anos na última década, passando de 72,7 anos, em 2000, para 73,4 anos, em 2010. Em 1991 era de 70,3 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991. No Município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 97,84%, em 2010, com crescimento significativo de 1991, que era de 21,27% e, em 2000, 86,96%. (PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010).

Estes índices apontam para o Município a possibilidade de melhorar o atendimento, tanto das crianças em idade escolar obrigatória, como daquelas de até 3 anos.

#### 2.2.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem como propósito desenvolver no aluno a capacidade de criar situações problemas e propor soluções para melhor entender e interagir com o meio.

Segundo as DCNEB, os princípios direcionadores são:

Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias. (BRASIL, 2013, p.107/108).

No Ensino Fundamental I, a criança desenvolve a capacidade de representação, indispensável à aprendizagem da leitura, dos conceitos matemáticos básicos e à compreensão da realidade que a cerca. Além destes aspectos, o desenvolvimento da linguagem permite à criança reconstruir pela memória as suas ações e descrevê-las, bem como planejá-las. Consta, ainda, nas DCNEB:

Na etapa da vida que corresponde ao Ensino Fundamental, o estatuto de cidadão vai se definindo gradativamente conforme o educando vai se assumindo a condição de um sujeito de direitos. As crianças, quase sempre, percebem o sentido das transformações corporais e culturais, afetivo-emocionais, sociais, pelas quais passam. Tais transformações requerem-lhes reformulação da autoimagem, a que se associa o desenvolvimento cognitivo. Junto a isso, buscam referências para a formação de valores próprios, novas estratégias para lidar com as diferentes exigências que lhes são impostas. (BRASIL, 2013, p.37).

A LDB/96, alterada pela Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, torna obrigatória a Educação Básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

Em São Lourenço do Oeste, o Ensino Fundamental é oferecido pelas redes pública e privada, conforme quadro abaixo:

#### Quadro 11: Número total de alunos do Ensino Fundamental por unidade escolar

NOME DAS ESCOLAS	Nº ALUNOS
EBM. Santa Maria Goretti - Centro	642
EBM. São Lourenço - Bairro São Francisco	296
EBM. São Francisco - Bairro São Francisco	128
EBM. Santa Catarina - Bairro Santa Catarina	395
EBM. Santa Inês - Linha Santa Inês	88
EBM. Irmã Neusa - Bairro Progresso	383
EBM. Irmã Cecília - Bairro Cruzeiro	594
EBM. Nossa Senhora de Lourdes - Presidente Juscelino	175
EBM. São Roque - São Roque	134
Escola São Francisco de Assis - Cruzeiro	116
TOTAL	2048



Fonte: SME- Secretaria Municipal de Educação/2015 e ESFA- Escola São Francisco de Assis/2015.

Em São Lourenço do Oeste à taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental é de 97,7%. O percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola é de 99%. Já o percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído é de 65,9%. (SIMEC/MEC).

Em 2010, 87,83% da população de 6 a 17 anos estavam cursando a Educação Básica regular com até dois anos de defasagem idade-série; em 2000, eram 92,29% e, em 1991, 82,87%. (IBGE/Censo Populacional – 2010).

Quadro 12: O fluxo escolar por faixa etária do Município

Data	1991	2000	2010
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com o fundamental completo	50,65%	86,84%	89,86%
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	27,64%	59,87%	69,41%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/Atlas Brasil 2010.

Em 2013, na Prova Brasil aplicada no 2º ano, os alunos obtiveram média de 86% e, em 2014, de 84%. Na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada em 2013, constatou-se a necessidade de intervenções mais eficazes na leitura, na escrita e na interpretação.

Com relação ao IDEB do 5º ano, a realidade constatada foi de crescimento, porém, precisamos entender a realidade do 9º ano e intervir para melhorar, visto que, em algumas unidades escolares, houve baixa do índice.

No que tange ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a média é satisfatória em relação às perspectivas do Ministério da Educação. No Ensino Fundamental I está além da expectativa, porém o índice ainda deve melhorar. Ao se tratar do Ensino Fundamental II, a necessidade é de melhoria, visto que está no limite da expectativa.

Se forem observadas as médias por escola, algumas são consideradas abaixo da esperada e, a partir desta constatação, cada unidade escolar deverá tomar providências, juntamente com a SME, para superar os baixos índices.

Quadro 13: Índices do IDEB, por ano e por esfera - 4ª série e 5º ano

	IDEB observado	Metas projetadas											
Rede	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
São Lourenço do Oeste	3.3	4.4	4.8	5.7	6.5	3.3	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6
Santa Catarina (Estaduais)	4.3	4.7	5.0	5.7	5.7	4.4	4.7	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4
Brasil (Pública)	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	-	-	-	6.0
Brasil (Estadual)	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	-	-	-	6.1
Brasil (Municipal)	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	-	-	-	5.7
Brasil (Privada)	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	-	-	-	7.5

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/portal/ideb>

Quadro 14: Índice do IDEB, por unidade escolar – 4ª série e 5º ano

	Ideb observado	Metas projetadas											
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EBM Santa Inês	-	-	4.6	-	***	-	-	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.3
EBM Santa Catarina	-	4.7	4.9	5.9	5.8	-	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5
EBM Santa Maria Goretti	-	4.3	5.0	6.2	6.9	-	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1
EBM São Lourenço	3.2	4.8	4.7	5.2	5.5	3.2	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5
EEB Rui Barbosa / EBM Irmã Neusa	4.4	5.5	5.9	5.7	7.2	4.5	4.8	5.2	5.5	7.4	7.5	7.7	7.8
EEB Sórora Angélica / EBM Irmã Cecília	4.1	5.0	5.4	6.2	6.3	4.1	4.5	4.9	5.1	6.6	6.8	7.0	7.2
EEB São Valentim / EBM Nª Senhora de Lourdes			4.6	5.6	5.0			4.9	5.1	5.3	5.6	5.8	6.1
EEB Volta Redonda / EBM São Roque			6.2		-			6.4	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>

Quadro 15: Índice do IDEB, por ano e esfera - 8ª série / 9º ano

	Ideb observado	Metas projetadas																
Rede	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021					
São Lourenço do Oeste	3.8	3.8	2.4	4.3	4.7	3.9	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8					
Santa Catarina (Estaduais)	4.1	4.1	4.2	4.7	4.1	4.1	4.3	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0					

Brasil (Pública)	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	-	-	-	5.2						
Brasil (Estadual)	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	-	-	-	5.3						
Brasil (Municipal)	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	-	-	-	5.1						
Brasil (Privada)	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	-	-	-	7.3						

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>

Quadro 16: Índice do IDEB, por unidade escolar - 8ª série e 9º ano

	Ideb observado	Metas projetadas																	
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021						
EBM Santa Inês	-	-	5.3	-	***	-	-	5.5	5.7	6.0	6.2	6.4	6.6						
EBM Santa Maria Goretti	-	-	-	4.7	4.5	-	-	-	4.9	5.2	5.5	5.7	5.9						
EBM São Lourenço	4.3	3.8	2.2	3.9	4.2	4.3	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2						
EEB Rui Barbosa / EBM Irmã Neusa	4.9	4.9	5.0	5.4	4.5	4.9	5.1	5.3	5.7	5.0	5.3	5.5	5.8						
EEB Sórora Angélica / EBM Irmã Cecília	4.2	4.4	4.5	5.0	4.8	4.2	4.4	4.6	5.0	4.4	4.7	5.0	5.2						
EEB São Valentim / EBM Nª Senhora de Lourdes	-	-	4.4	4.7	4.8	-	-	4.6	4.8	5.8	6.0	6.2	6.4						
EEB Volta Redonda / EBM São Roque	-	-	4.6	4.5	4.8	-	-	4.7	5.0	4.7	5.0	5.2	5.5						

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>

No Censo Escolar de 2014, os índices gerais das escolas municipais são: aprovação 94,5%, reprovação 5,5%, abandono 0,3% e transferidos 6,0%.

Quadro 17: Dados do Censo Escolar 2014 por escolas municipais e particular

Escola	Aprovação	Reprovação	Taxa de abandono	Transferidos
EBM IRMÃ CECÍLIA	92%	8%	0,87%	9%
EBM SANTA MARIA GORETTI EDUCAÇÃO	95%	5%	0%	3,5%
EBM SÃO ROQUE	95%	5%	0%	3%
EBM SANTA INÊS	96,6%	3,4%	0%	7%
EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES	97%	3,4%	0%	7,5%
EBM IRMÃ NEUSA	93,6%	6,3%	0%	7,5%
EBM SÃO FRANCISCO	96,5%	3,5%	0%	9%
EBM SÃO LOURENÇO	91,5%	8,5%	1,3%	7,5%
EBM SANTA CATARINA	94%	6%	0%	11,5%
ESFA	100%	0%	0%	0%

Fonte: Censo Escolar/2014

A partir da avaliação institucional das escolas da rede municipal, constatou-se que, em 2013, o nível de defasagem idade/ano foi bem significativo. Quanto ao índice de reprovação, 17% dos alunos reprovaram pelo menos uma vez, variando de uma a três vezes, configurando uma distorção idade/ano de aproximadamente 30%. Neste ano de 2014, o índice de reprovação foi de 3,9% e a taxa de abandono, de 1,5%. Diante desta realidade, criou-se o Programa de Reforço Escolar, com contratação de professores em todas as escolas de Ensino Fundamental. Deu-se a continuidade ao Programa Correção de Fluxo, com formação de Classes de Aceleração de Estudos para alunos com defasagem idade/ano.

### 2.2.1.3 Ensino Médio

O Ensino Médio é amparado pela Constituição Federal de 1998, art. 208, que garante como dever do Estado, a “progressiva universalização do ensino médio gratuito.” Com a aprovação da LDB - Lei 9394/96- o Ensino Médio passou a ser considerada a etapa final da Educação Básica, sendo a oferta de responsabilidade do Estado.

Encontra-se nas DCEBN que:

A Educação Básica torna-se, dentro do art. 4º da LDB, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada.

E tal o é por ser indispensável, como direito social, a participação ativa e crítica do sujeito, dos grupos a que ele pertença, na definição de uma sociedade justa e democrática. (CURY, 2007 apud BRASIL, 2013, p. 168).

As finalidades do Ensino Médio são:

I – o pleno desenvolvimento do educando deve ser voltado para uma concepção teórico-educacional que leve em conta as dimensões: intelectual, afetiva, física, ética, estética, política, social e profissional;

II – o preparo para o exercício da cidadania centrado na condição básica de ser sujeito histórico, social e cultural; sujeito de direitos e deveres;

III – a qualificação para o trabalho fundamentada na perspectiva de educação como um processo articulado entre ciência, tecnologia, cultura e trabalho. O Ensino Médio corporifica a concepção de trabalho e cidadania como base. (BRASIL, 2013, p.269).

Como os estudantes deste nível de ensino já são trabalhadores, ou potenciais, a escola tem a função de oferecer a estes estudantes a formação humana e também profissional para que, na relação com o trabalho, tenham maiores possibilidades de agregar conhecimentos que contribuam para o estabelecimento de sua cidadania. Portanto, melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Fundamental e Médio é uma maneira de garantir maior equidade social aos brasileiros.

Quadro 18: Relação de escolas, de cursos ofertados e número de alunos das escolas estaduais.

ESCOLAS	CURSOS OFERTADOS	Nº DE ALUNOS	CONCLUSÃO DE CURSO
EEB. Rui Barbosa - Bairro Progresso	Educação Geral Ensino Médio Inovador Ensino Médio Integrado Técnico em Informática	429	87,97%
EEB. Sórora Angélica - Bairro Cruzeiro	Educação Geral Ensino Médio Inovador Ensino Médio Integrado Técnico em Administração	553	84,47%
EEB. São Valentim - Presidente Juscelino	Educação Geral	94	73,68%

Fonte: GERED/2014

Quadro 19: Taxa de aprovação e reprovação, evasão, distorção idade/ano

Escola	Aprovação	Reprovação	Taxa de abandono
EEB. Rui Barbosa - Bairro Progresso	90,6%	4,6%	4,8%
EEB. Sórora Angélica - Bairro Cruzeiro	91,7%	4%	4,3%
EEB. São Valentim - Presidente Juscelino	97,8%	2,2%	0%

Fonte: Censo Escolar/2014.

Os resultados do IDEB de Santa Catarina apresentam média abaixo da expectativa do MEC. Nas escolas estaduais de São Lourenço do Oeste, o índice deve ser observado e, gradativamente, elevado, por meio de medidas que contribuam para a qualidade da educação no Ensino Médio.

Quadro 20: Índice do IDEB, por ano - esfera estadual

	IDEB observa- do	Metas Projeta- das											
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Santa Catarina	3.5	3.8	3.7	4.0	3.6	3.5	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>

Quadro 21: Fluxo escolar do Município de São Lourenço do Oeste

% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	89,86%
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	69,41%
% de 18 a 20 anos com médio completo	61,99%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP /Atlas Brasil 2010.

O percentual da população de São Lourenço do Oeste, de 15 a 17 anos que frequenta a escola é de 78,8% e a taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos, 50,2%. (SIMEC/MEC).

## 2.2.2 Modalidades da Educação Básica

### 2.2.2.1 Educação Especial

O papel da Educação Especial assume a cada ano importância maior dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação da plena cidadania.

Uma análise retrospectiva da história da Educação Especial no Brasil evidencia que sua trajetória acompanha a evolução da conquista dos direitos humanos. Houve a época em que as pessoas com deficiência eram sacrificadas, porque nada de útil representavam para a sociedade. Durante séculos, foram considerados seres distintos e à margem dos grupos sociais. Mas, à medida que o direito do homem à igualdade e à cidadania tornou-se motivo de preocupação de todos os envolvidos no processo educacional, a história da Educação Especial começou a mudar.

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art.208, III). O momento atual pede a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade.

Em relação à Educação Especial, assim consta na LDB:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

A Educação Especial deve promover práticas reflexivas para aprimorar, cada vez mais, o atendimento especializado e de qualidade. Desta maneira, o desafio da Educação Especial brasileira é a implantação de uma educação de qualidade, com a organização das escolas para atenderem a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional.

Alunos inclusos são considerados os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na escola regular por meio da transversalidade da educação e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O AEE deve ser ofertado em salas específicas, para as quais os alunos são encaminhados depois de serem avaliados por uma equipe multiprofissional. Assim, o AEE é uma atividade de caráter pedagógico, prestado por profissional habilitado, voltado ao atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, condutas típicas ou com altas habilidades, matriculados na rede regular de ensino. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

É oferecido na sala do AEE da própria escola, prioritariamente, ou em outra de ensino regular, no turno inverso à escolarização, podendo ser realizado, também, em espaços conveniados com a Secretaria de Educação.

A matrícula do aluno no AEE deverá ser condicionada à do ensino regular da própria escola ou de outra. Já o trabalho precisará ser articulado entre os professores das modalidades, principalmente no que tange ao planejamento e à avaliação.

Consta nas DCNEB (2013), que as instituições de ensino devem cumprir a lei vigente.

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2013).

Enquanto a Escola de Educação Especial atender os alunos do ensino regular em turno contrário, a rede municipal de educação deverá manter uma relação de harmonia e de responsabilidade com a aprendizagem e com o desenvolvimento dos educandos, sempre em comunicação constante entre os profissionais e com atendimento dos alunos por esta instituição.

Em 2015, a Escola Especial de São Lourenço do Oeste atende 120 alunos, compreendidos da infância à terceira idade, residentes neste Município e de Novo Horizonte, sempre em parceria com as prefeituras. Desenvolve as atividades de serviços, programas e projetos: equoterapia, cinoterapia, hidroterapia, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, assistência social, terapia ocupacional, estimulação essencial, serviços pedagógicos específicos/ocupacional e de transtorno invasivo do desenvolvimento, iniciação para o trabalho, itinerante, Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE), arte, educação física e aulas de informática educacional.

Hoje existe o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE), instalado na EBM Santa Maria Goretti. A sala de AEE, específica para atendimento aos deficientes auditivos da rede municipal, funciona na EBM Irmã Neusa e, para atendimento aos estudantes da rede estadual, na EEB Rui Barbosa. Já na EEB Sórór Angélica é ofertado o atendimento aos deficientes visuais.

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da Educação Especial, aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Para o atendimento ao aluno incluso na classe regular, na rede municipal é a ele garantido um auxiliar e, na rede estadual, o segundo professor, a fim de que possam contribuir com a atuação pedagógica do professor regente.

Quadro 22: Número de alunos inclusos no ensino regular

ESCOLA	ALUNOS INCLUSOS/ REDE MUNICIPAL	ALUNOS INCLUSOS/ REDE ESTADUAL	ALUNOS INCLUSOS/ REDE PRIVADA	ALUNOS INCLUSOS/ UNIVERSIDADE
CEIM MUNDO COLORIDO	03			
EBM IRMÃ CECÍLIA	13			
IRMÃ NEUSA	06			
EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES	07			
EBM SANTA CATARINA	09			

EBM SANTA MARIA GORETTI	15			
EBM SÃO FRANCISCO	01			
EBM SÃO LOURENÇO	07			
SÃO ROQUE	04			
SANTA INÊS	03			
EEB SÓROR ANGÉLICA		03		
EEB RUI BARBOSA		07		
EEB SÃO VALENTIM		02		
ESFA				
CEJA		08		
UNOCHAPECÓ				04
UNOPAR				01
UNINTER				
SENAI				
IFSC				

Fonte: APAE, GERED, SME, ESFA, CEJA, UNINTER, UNOPAR, UNOCHAPECÓ, IFSC, SENAI / 2014.

O percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola, em São Lourenço do Oeste é de 90,8%. (SIMEC/MEC). Analisando os índices acima citados, constata-se que, na escola regular, a inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, está acontecendo gradativamente e com sucesso. Entende-se que a necessidade de inclusão social e pedagógica necessita de atenção, visto que é fundamental estas crianças desenvolverem uma boa interação social e também terem bom desempenho acadêmico.

#### 2.2.2.2 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), face à realidade atual, torna-se uma modalidade deveras importante para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades sociais, promovendo, assim, a motivação necessária para o bom desenvolvimento do processo educativo. Nesse contexto, o conhecimento ocorre a partir da mediação do professor, propõe discussões, engajamento e investigação dos conhecimentos. A proposta pedagógica da EJA se adéqua às necessidades de cada nível de ensino, objetivando a sua qualidade. É marcada por um processo de inclusão não apenas no mundo do trabalho, mas, também, pela possibilidade de autonomia e do exercício da cidadania. Na LDB (1996), consta que:

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

De modo geral, os educandos atendidos pelo CEJA são adultos e idosos que não tiveram oportunidade de estudar em idade própria, operários em que as empresas estão exigindo escolaridade, adolescentes e jovens que não se adaptaram à escola regular. A instituição vem se empenhando em atender a comunidade em geral, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, com o objetivo de eliminar o déficit educacional existente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos apontaram-na como direito público subjetivo, no Ensino Fundamental, posição [...] consagrada, em seguida, em lei nacional. Tais Diretrizes buscaram dar à EJA uma fundamentação conceitual e a interpretaram de modo a possibilitar aos sistemas de ensino o exercício de sua autonomia legal sob diretrizes nacionais com as devidas garantias e imposições legais. A Educação de Jovens e Adultos representa uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um modelo pedagógico próprio e de organização relativamente recente. (BRASIL, 2013).

A Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010, define que a idade mínima para o ingresso na EJA deve ser a de 15 (quinze) anos completos para o Ensino Fundamental e de 18 (dezoito) anos completos para o Ensino Médio.

Neste contexto, o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), de São Lourenço do Oeste, atende 390 estudantes, sendo 166 do Ensino Fundamental e 224 do Ensino Médio, oriundos, também, de outros municípios, ou seja, São Bernardino, Jupiá, Galvão, Coronel Martins e Campo Erê. Oferece o Ensino Fundamental e o Ensino Médio por disciplinas, além da Alfabetização e Nivelamento no Ensino Fundamental Presencial Anos Iniciais.

Os locais de atendimento e as ofertas da EJA são:

- Sede do CEJA: Ensino Fundamental e Médio e Nivelamento;
- CAPS em São Lourenço do Oeste: Alfabetização;
- Comunidade de Sant'Ana da Bela Vista: Ensino Médio;
- São Roque: Ensino Médio;



- São Bernardino: Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- Jupiá: Ensino Médio;
- Galvão: Ensino Médio;
- Coronel Martins: Ensino Médio; e
- Campo Erê: Ensino Fundamental, Médio e Nivelamento.

Dos jovens e adultos de 18 a 24 anos, 19,34% estavam cursando o Ensino Superior em 2010. O indicador da expectativa de anos de estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. No período de 2000 e 2010, em São Lourenço do Oeste, o percentual da população de 18 anos ou mais com o Ensino Fundamental completo passou de 30,61% para 52,72%, e de 39,76% para 54,92%, na Unidade de Federação (UF). Em 1991, os percentuais eram de 20,95%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 8,46% eram analfabetos, 45,46% tinham o Ensino Fundamental completo, 30,48% possuíam o Ensino Médio completo e 9,59%, o Superior Completo. (PNUD, Ipea e FJP/ Atlas 2010).

A escolaridade média das populações de 18 a 29 anos de São Lourenço do Oeste é de 10,3, de 18 a 29 anos residente em área rural é de 8,8 e de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres é de 7,5. E a razão entre a escolaridade média das populações negra e não negra de 18 a 29 anos é de 78,5%. Consta que a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade é de 93,3% e taxa a de analfabetismo funcional para a mesma faixa etária é de 22,2%. (SIMEC/MEC).

A oferta de matrículas na EJA busca contribuir para a qualificação da população, possibilitando a melhoria da qualidade de vida, ampliando as oportunidades de inserção no mundo do trabalho, bem como diminuindo os índices de analfabetismo.

### 2.2.2.3 Educação Profissional e Tecnológica

Todo o aparato tecnológico contribui para que o mundo interaja de tal forma que os acontecimentos de um local reflitam-se em outras partes do planeta, acentuando as diversidades econômicas, políticas, sociais e culturais. Diariamente recebemos diversas informações pelos meios de comunicação de massa, levando-nos a ter cada vez menos tempo para observar, refletir e discutir questões do nosso próprio cotidiano. Desta maneira, pode-se afirmar que a sociedade atual é da informação e da informática, elementos que adquirem uma importância cada vez maior. As distâncias se ampliam entre os ricos e pobres e as diferenças se acentuam entre os que têm capacidade de gerar tecnologias e aqueles que são apenas consumidores.

Em plena era da informática, de grande avanço técnico/científico e com os meios de comunicação cada vez mais desenvolvidos, a educação precisa acompanhar a evolução, usando métodos pedagógicos compatíveis com as transformações sociais e culturais, tendo como meta a formação de indivíduos críticos.

Os meios de comunicação fazem parte do conjunto das mediações culturais, impregnadas de ambivalência, que lhes confere potencial persuasivo, interferindo na construção do conhecimento. Os educandos têm tanto a possibilidade de tornarem-se leitores críticos, ao entrarem em contato com os conteúdos dos meios de comunicação, quanto de se tornarem vítimas acríticas de uma persuasão da mesma natureza e de uma autoimposição, que acabam por determinar o que querem o que podem e o que devem assistir, ler ou usar.

É preciso conscientizar a sociedade e, mais particularmente, o mundo educacional sobre a necessidade da inclusão de atividades que propiciem uma leitura crítico-criativa dos meios de comunicação. A conscientização é produto e produtora de reflexão acerca dos conteúdos veiculados nas mensagens intencionalmente preparadas, para que professores e alunos possam compará-los com o que pensam, fazem e sentem.

A educação, por sua vez, também é espaço da transformação da vida social e, conseqüentemente, das relações de trabalho. Ao mesmo tempo em que é modificada pelo mundo da transformação, também é capaz de modificá-lo.

Segundo LDB (1996):

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996, p. 16).

Na relação escola e trabalho deve-se garantir formação cultural aos alunos, desenvolvendo conhecimentos e atitudes de cooperação, solidariedade e justiça, contribuindo para a inserção no mundo do trabalho. Desenvolver o pensamento crítico dos significados e contradições presentes no mundo do trabalho, do consumo e das possibilidades de transformação, também é papel da escola. Diante disto, desfaz-se o mito de que a escola prepara o cidadão unicamente para o mercado de trabalho.

Observa-se atualmente a existência de um aparentemente claro consenso dos diversos atores sociais quanto à real importância da Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento do país. Entretanto, existem divergências profundas tanto em relação ao significado desse desenvolvimento, que deve ser entendido como sustentável e solidário, bem como quanto ao papel a ser desempenhado pela própria Educação Profissional e Tecnológica nesse processo. (BRASIL, 2013, p.209).

São Lourenço do Oeste, tem sua economia baseada na indústria. A industrialização acelerou o êxodo rural e, conseqüentemente, os problemas sociais, dentre os quais se destacam a grande concentração de pessoas para atendimento à saúde e as escolas estão superlotadas. Famílias de outros municípios passaram a residir aqui, além de trabalhadores de municípios vizinhos deslocarem-se diariamente para trabalhar nas indústrias da cidade.

Por conseguinte, a escola, numa perspectiva sócio-histórica, percebe o homem como um ser que se constrói permanentemente nas relações,



com a natureza e com a sociedade de seu tempo e do seu espaço, deve preocupar-se em promover reflexões e estudos para aprofundar este tema, apontando implicações que perpassam o processo ensino-aprendizagem. Daí que o Projeto Político Pedagógico das escolas deve contemplar a utilização das tecnologias na educação, bem como a formação continuada do educador para sustentar o princípio da gestão do uso das tecnologias educacionais que indica encaminhamentos para ações pedagógicas na rede pública de ensino.

A atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ultrapassando os limites do campo estritamente educacional, considera o papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento do mundo do trabalho, na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador. Portanto, deverá conduzir à superação da clássica divisão historicamente consagrada pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade. (BRASIL, 2013, p.209).

É importante que a escola tenha clareza do seu papel na sociedade e que a formação profissional também passa por ela. Porém, em momento algum devemos trabalhar apenas com este parâmetro, mas perpassada pela ética, pela valorização do outro, pelo pensamento crítico do próprio trabalho, enfim, que este é desenvolvido por seres humanos constituídos por relações sociais. Concebe-se que o trabalho é constitutivo do ser humano e da sociedade e, ao ser realizado, o profissional e o humano não se separam.

Assim sendo, as ações escolares, principalmente dos profissionais, devem estar fundamentadas pelo conhecimento das relações que envolvem o trabalho e a tecnologia, para que sejam conduzidos com vistas à formação de profissionais competentes, mais humanos, sobretudo, e que ajam conscientemente em busca de uma sociedade mais justa.

Nas redes municipal e estadual de educação é oferecida formação continuada aos profissionais de educação, vinculada ao NTM - Núcleo Tecnológico Municipal e ao NTE- Núcleo Tecnológico Estadual. É estendido também, à sociedade em geral e são oferecidos cursos de informática no Tele Centro Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Observa-se que os profissionais da educação, manifestam necessidade de formação continuada. Inseridos no mundo tecnológico, com disponibilidade de internet e de TIC- Tecnologias de Informação e Comunicação, sentem-se inseguros diante dos desafios da atualidade.

Quadro 23: Cursos profissionalizantes oferecidos e número de alunos

Instituição	Cursos	Número de Alunos	Porcentagem de alunos que concluem o curso
IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina	Auxiliar de Recursos Humanos Contador de Histórias Vendedor Inglês Espanhol Informática Básica	276	64,5%
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Técnico em alimentos; Técnico em Eletromecânica, Técnico em Segurança do Trabalho; Eletricista Industrial, Eletricista Predial (2 turmas); Mecânico de Máquinas Industriais, Torneiro Mecânico, Soldador, 3 turmas de aprendizagem Industrial	328	80%

Fonte: IFSC/2014 e SENAI/2015

Quadro 24: População de 18 anos ou mais de idade de São Lourenço do Oeste

População economicamente ativa ocupada	12.584
População economicamente ativa desocupada	258
População economicamente inativa	2.867

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/ Atlas 2010

Quadro 25: Ocupação da população de 18 anos ou mais de São Lourenço do Oeste

	2000	2010
Taxa de atividade	75,91	80,11
Taxa de desocupação	3,84	1,64
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	44,01	65,42
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	35,14	58,76
% dos ocupados com médio completo	19,39	40,93
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo	56,53	21,88
% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos	77,97	72,20
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos	92,16	93,67

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/ Atlas 2010

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 19,87% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 26,54% na indústria de transformação, 5,95% no setor de construção, 0,60% nos setores de utilidade pública, 12,15% no comércio e 30,10% no setor de serviços. (PNUD, Ipea e FJP/ Atlas 2010).

As matrículas em educação profissional técnica de nível médio em Santa Catarina são de 66.311 e matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública, 31.529. (INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013).

#### 2.2.2.4 Educação Escolar do Campo

A oferta da Educação Básica para a população do campo está assegurada no artigo 28 da LDB - Lei 9394/96. De acordo com esse artigo:

[...] os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”, especialmente:

- I Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRAISL, 1996).

Devido ao grande êxodo rural, em São Lourenço do Oeste, houve um esvaziamento das escolas das pequenas comunidades, o que acelerou o processo de nucleação, por considerar a questão pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, bem como na socialização dos alunos. Em contrapartida, isso gerou outros problemas, como a distância percorrida pelos alunos até o embarque e o tempo de permanência no transporte escolar, além de prédios novos desativados.

Em 2012, com a municipalização do Ensino Fundamental, três escolas foram fechadas, ou seja, EBM Sant’ Ana da Bela Vista, EEB Leoberto Leal e EEB São Sebastião. Diante disto, o prédio da primeira escola foi cedido ao CEJA, o segundo, doado ao Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, e, o terceiro, está sem utilização.

A Educação do Campo se coloca como um desafio ao processo de construção de políticas públicas. Deve ser construída a partir das demandas, da luta e das experiências dos sujeitos que vivem no campo. Campo e educação nos apontam vários desafios para superar os problemas do acesso, da permanência, da qualidade, da viabilidade e da dificuldade em assumir sua identidade.

De acordo com as DCNEB:

Não se trata, é claro, da ideia errônea de pretender fixar o homem rural no campo, uma vez que o processo educativo deve criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais; trata-se, entretanto, de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma Política Nacional de Educação do Campo. Em outras palavras: o que se deseja é que a Educação do Campo não funcione como um mecanismo de expulsão das populações camponesas para as cidades, mas que ofereça atrativos àqueles que nele desejarem permanecer e vencer. (BRASIL, 2013, p. 288).

Em São Lourenço do Oeste, a atividade agrícola se destaca, não como base da economia, porém é geradora de riqueza. E a educação escolar é entendida como um direito fundamental das pessoas que vivem no campo.

Uma política pública adequada à Educação do Campo necessita, desde logo, a adoção de ações conjuntas de colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público – União, Estados (mais o Distrito Federal) e Municípios, com a finalidade de se expandir a oferta de Educação Básica que viabilize a permanência das populações rurais no campo. (BRASIL, 2013, p.288).

Assim, busca-se contemplar a escola vinculada à realidade dos sujeitos, assegurando o regime de colaboração entre os entes federados, na oferta da educação aos povos do campo. Faz-se necessária a articulação da Educação do Campo com a Educação Profissional, assim como a participação conjunta de diferentes secretarias dos governos municipal e estadual.

Na reorganização dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas do campo, deve-se assegurar a discussão coletiva entre educadores, alunos e comunidade com o objetivo de atender as necessidades locais numa dinâmica interdisciplinar. Estas devem levar em conta as vivências dos educandos e os aspectos históricos, sociais e culturais, por meio de um processo de escolarização que respeite a relação teoria-prática e vise o exercício da cidadania.

Quadro 26: Educação do campo no município

ESCOLAS MUNICIPAIS	NÍVEL DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS
EBM Santa Inês - Linha Santa Inês	Educação Infantil Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano	102
EBM Nossa Senhora de Lourdes - Presidente Juscelino	Educação Infantil Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano	220
EBM São Roque - São Roque	Educação Infantil Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano	134
EEB. São Valentim - Presidente Juscelino	Ensino Médio	94

Fonte: SME e GERED/2015

É fundamental pensar uma educação que vise resgatar a produção de alimentos saudáveis, agroecológicos, comprometida com o bem estar de quem produz, de quem consome, e responsável pela preservação dos recursos ambientais. Considerando que a Educação no Campo também é de responsabilidade do Poder Público, é necessário que as políticas públicas educacionais voltem sua atenção à qualidade e incentive a formação continuada dos profissionais da educação nesta área.

#### 2.2.3 Educação em Tempo Integral

A Educação em Tempo Integral está amparada no artigo 34 da LDB – Lei 9394/96, que prevê a ampliação da jornada escolar no Ensino

Fundamental a critério de cada sistema de ensino e no artigo 36 da Resolução 07/2010 do Conselho Nacional de Educação que assim dispõe: Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas. Parágrafo único. As escolas e, solidariamente, os sistemas de ensino, conjugarão esforços objetivando o progressivo aumento da carga horária mínima diária e, conseqüentemente, da carga horária anual, com vistas à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte o atendimento escolar em período integral (BRASIL, 2010, p.10).

De maneira geral, a Educação Integral prevê metas a serem atingidas, como: diminuição da evasão escolar, aumento da frequência escolar, diminuição da defasagem idade/ano e diminuição do índice de reprovação. A ideia é alcançar um IDEB maior do que tem atingido nas últimas verificações, além de oportunizar o acesso a conhecimentos diversificados presentes, produzidos pela humanidade e usufruídos por uma minoria da sociedade. Conforme o Art. 34, § 2º da LDB (1996): "O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino".

Além do Decreto supracitado, a Educação Integral está presente em outras legislações, ou seja, Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 9089/1990; LDB, Lei nº 9394/1996; Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/14; e Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 11.494/2007.

Na rede estadual de educação, o Ensino Médio Inovador foi implantado no ano de 2012, nas EEBs Rui Barbosa e Sórora Angélica. Nelas são desenvolvidas atividades esportivas, artísticas, musicais, pedagógicas, ambientais e profissionalizantes, intercaladas com as disciplinas do núcleo comum. O Programa efetiva-se numa carga maior que o curso de Educação Geral, motivo pelo qual os estudantes permanecem na escola 35 horas semanais.

Também em 2012, na rede municipal de educação, foi implantado o Programa Mais Educação na EBM São Lourenço, com a adesão, em 2015, de 130 alunos. No ano seguinte, efetivou-se na EBM Santa Inês, com 50 alunos, e na EBM São Roque, com 98 alunos. Este Programa, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se, então, de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Fazem parte o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União.

É fundamental que a escola estabeleça relações entre as atividades do Programa Mais Educação e as atividades curriculares. Assim sendo, é importante, fomentar práticas educativas que promovam aos estudantes a compreensão do mundo em que vivem, de si mesmos, do outro, do meio ambiente, da vida em sociedade, das artes, das diversas culturas, das tecnologias e de outras temáticas.

Recomenda-se às escolas que estabeleçam critérios claros e transparentes para a gradativa ampliação da jornada escolar, na perspectiva da Educação Integral, selecionando, preferencialmente, para a participação no Programa: estudantes que apresentam defasagem idade/ano; estudantes dos anos finais da 1ª fase do Ensino Fundamental (4º e/ou 5º anos), onde existe maior saída espontânea de estudantes na transição para a 2ª fase; estudantes dos anos finais da 2ª fase do Ensino Fundamental (8º e/ou 9º anos), onde existe um alto índice de abandono após a conclusão; estudantes onde são detectados índices de evasão e/ou repetência; estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

As escolhas das atividades a serem desenvolvidas deverão iniciar com a pesquisa da realidade física, dos interesses dos alunos e da demanda de profissionais para atuarem nas oficinas. É importante lembrar que a Educação Integral é a possibilidade de despertar o interesse dos alunos à prática de atividades saudáveis e, por isso, deverá atender aos anseios dos mesmos.

Em São Lourenço do Oeste, o percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares é de 7,1% e o percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares é de 1,2%. (SIMEC/MEC).

Em síntese, os planos de atendimento deverão ser definidos de acordo com o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares e desenvolvidos por meio de atividades, dentro e fora do ambiente escolar, ampliando o tempo, os espaços e as oportunidades educativas, na perspectiva da educação integral do estudante.

### 2.3 Educação Superior

O Ensino Superior deve partir dos princípios seguintes: autonomia, investigação, relação teoria e prática, trabalho cooperativo, criticidade, pesquisa e extensão. Para tanto, é necessário garantir a formação de qualidade, obedecendo as diretrizes e a legislação nacional para a educação, permitindo as formações técnico-científica e ética, necessárias à atuação na sociedade.

Valoriza-se a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento exigente, a inquietação e a incerteza, na qual o estudante problematiza o conhecimento, para ter educação de qualidade e que esta possibilite a prática do estudante no mercado de trabalho.

Conforme o Art. 43º, da LDB (1996), a Educação Superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Para a universidade atuar como espaço social de produção de conhecimento, voltado ao desenvolvimento integral do acadêmico, possivelmente enfrenta inúmeros desafios. Entre outros, alguns deles são: a visibilidade social no comprometimento com a qualidade de vida da comunidade e das pessoas, fundamentando a convivência política, a compreensão do mundo dos outros e de si mesmo, construindo e ampliando a emancipação humana; o respeito a outras formas de saber, além da acadêmica, praticando o pluralismo e gerando processos comunicativos entre esses diferentes saberes, possibilitando a reconfiguração destes e dos poderes; a integração cada vez mais consistente entre ensino, pesquisa e extensão; e a gestão democrática da universidade, concretizando o envolvimento corresponsável dos seus segmentos e da comunidade externa.

São Lourenço do Oeste conta com duas universidades privadas que oferecem o ensino na modalidade a distância e uma universidade comunitária regional com ensino presencial. Estas universidades oferecem cursos de: graduação e pós-graduação para aproximadamente 1.572 estudantes, oriundos do município e da região.

O grupo educacional Uninter é formado pela Facinter (Faculdade Internacional de Curitiba) e pela Fatec (Faculdade de Tecnologia Internacional), instalada nesta cidade desde setembro de 2004. Esta instituição de Ensino Superior a distância atende 30 alunos de graduação e 74 de pós-graduação (lato sensu) e o índice de conclusão é de 95%. Oferece cursos de graduação em Pedagogia, Processos Gerenciais, Gestão Financeira, Secretariado, Marketing, Gestão da Produção Industrial, Comércio Exterior e Gestão Pública. Também oferece cursos de pós-graduação (lato sensu) nas áreas de Psicopedagogia, Educação Infantil e Séries Iniciais, Educação Especial, Metodologia de Ensino de História e Geografia, Metodologia do Ensino de Biologia e Química e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira. Outra instituição de Ensino Superior de São Lourenço do Oeste é a Unopar (Universidade do Norte do Paraná), aqui instalada desde 2007. Atende 907 alunos de graduação e 120 de pós-graduação (lato sensu). Nela, 95% dos estudantes concluem os cursos. As teleaulas, os conteúdos e atividades são elaboradas pelos professores mestres/doutorados.

Os cursos de graduação ofertados são: Administração, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Sociologia, Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Superior em Estética e Imagem Pessoal, Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Superior de Tecnologia em Marketing, Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho.

No que concerne aos cursos de pós-graduação (lato sensu) online/via web 120 alunos são atendidos, nos seguintes cursos: Gestão de Pessoas, Gestão Licenciamento e Auditoria Ambiental, Gestão Social, Políticas Públicas, Redes, e Defesa de Direitos, Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Saúde Pública, Terapias e Alternativas Aplicadas na Estética, Consultoria Empresarial, Contabilidade e Controladoria, Recursos Humanos Rotinas e Cálculos Trabalhistas, Psicologia Institucional, Neuroaprendizagem, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Oficinas Pedagógicas, Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica, Libras Educação para Todos, Gestão e Organização da Escola, Educação Infantil, Educação Especial Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação com Ênfase no Ensino Fundamental II e Médio, Educação a Distância, Docência do Ensino Superior, Africanidades e Cultura Afro-Brasileira.

Quanto à Unochapecó (Universidade Comunitária Regional de Chapecó) atende 441 alunos e, aproximadamente 80% concluem os cursos. Oferece os cursos de graduação em Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Curso Superior de Tecnologia em Produção Leiteira, Direito e Psicologia.

O Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, aqui instalado em 2014, prevê a oferta de Ensino Superior para o futuro, a partir das demandas locais e regionais.

Muitos estudantes deslocam-se para outros municípios, principalmente do Paraná, devido à diversidade de instituições e de cursos. Em Pato Branco, as universidades mais procuradas são a FADEP, a Mater Dei, a UAB e a UTFPR. E, em Francisco Beltrão, a Unipar, a Unioeste e o Cesul.

O Ensino Superior enfrenta grandes desafios, como: a contradição entre a teoria e a prática; entre o mundo do trabalho e a cidadania; e entre o público e o privado. Também padece pela falta de parcerias entre as universidades e a sociedade, a fim de firmar convênios de estágios e outras parcerias.

Em 2010, o índice de jovens e adultos de 18 a 24 anos que estavam cursando o Ensino Superior era 19,34%, em 2000, 12,49% e, em 1991, 2,44%. No município, entre 2000 e 2010, o percentual da população de 18 anos ou mais com o Ensino Fundamental completo passou de 30,61% para 52,72%. Em 1991, os percentuais eram de 20,95%, e, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 8,46% eram analfabetos, 45,46% tinham o Ensino Fundamental completo, 30,48% possuíam o Ensino Médio completo e 9,59%, o Superior completo. (PNUD, Ipea e FJP /Atlas Brasil 2010).

Na formação inicial de cursos de licenciatura, é importante lembrar que o acompanhamento nos estágios pela universidade, deve ser uma prioridade, com ênfase na postura do acadêmico, futuro professor e, na relação teoria e prática.

## 2.4 Profissionais da Educação Básica

A valorização dos profissionais de educação compreende diferentes fatores: recursos físicos, tecnológicos e pedagógicos; remuneração adequada; jornada de trabalho; número de alunos por turma; formação inicial e continuada, entre tantos aspectos contidos nas leis que fundamentam a educação nas diferentes esferas e níveis.

Conforme Art. 67 da LDB:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996, p.23).

Inegável é que a formação continuada é um dos aspectos mais relevantes na valorização profissional, constituindo-se como direito e necessidade à profissionalização docente e implica uma transformação cultural e política. Neste sentido, priorizar a educação e a permanente qualificação de seus agentes é investimento e planejamento público fundamental.

A profissionalização do professor é tarefa que inicia com a formação inicial na graduação, mas deve ser contínua, concebida como projeto



coletivo e custeado pelas redes de ensino. Realiza-se no âmbito institucional das escolas e em demais espaços educativos, além do encontro periódico entre os diferentes profissionais envolvidos com o ensino e com a gestão escolar. É importante pensar a formação continuada, nos seus tempos e espaços, garantindo o estudo a partir das realidades específicas de cada esfera educacional.

Cumprir observar que a tomada de consciência e a construção da identidade profissional fazem parte da formação inicial e continuada, com espaço para o compartilhamento de experiências. É um tempo dedicado à tomada de consciência dos sentimentos e das expectativas criadas em torno da tarefa de ensinar e do aluno, das concepções de aprendizagem e da formação humana que orientam nossas práticas. É imprescindível enfocar que os processos de formação continuada devem aprofundar questões pedagógicas e didáticas, sempre a partir do levantamento das temáticas que, de fato, interessam aos docentes e da discussão das práticas por eles efetivamente realizadas. "Defendo, sim, que nossas propostas teóricas só fazem sentido se forem construídas dentro da profissão e se contribuírem para enriquecer o pensamento e a prática dos professores" (FUNDAÇÃO VITOR CIVITA, 2013, p. 53).

A formação continuada deve atender às necessidades do professor no seu cotidiano. Não pode ser entendida como um receituário, um conjunto de modelos metodológicos e/ou lista de conteúdos que serão a solução para os problemas, mas aproximar os pressupostos teóricos e a prática pedagógica. Deve ser capaz de conscientizar o professor de que teoria e a prática são simultâneas, interdependentes.

Não há melhor prática do que uma boa teorização. Sem desconsiderar a importância da primeira, é preciso ressaltar a teoria não só para a reflexão sobre novas possibilidades de conhecimento, como também para uma análise da própria prática. Sem formação teórica sólida fica difícil fazer uma análise histórica e entender a profissão, a escola e o conhecimento no contexto social vigente.

É preciso ter consciência de que os problemas da educação e dos docentes não são resolvidos apenas no interior das escolas. É necessário um trabalho político, uma maior presença dos professores no debate público e uma consciência clara da importância da educação para as sociedades do século 21. (FUNDAÇÃO VITOR CIVITA, 2013, p. 55).

A formação continuada para professores é complexa e envolve uma série de fatores a serem considerados, como o conhecimento, o trabalho coletivo, os alunos, a escola, a sociedade, o contexto histórico, dentre outros. Não pode ser concebida para atender modismos ou como fonte de acúmulo de cursos, mas se constituir em trabalho permanente de formação voltada à prática do professor, com vistas a atingir as necessidades reais.

Nas diferentes esferas são desenvolvidos programas de formação continuada específicos, por meio de convênios com universidades, e o trabalho deve ser desenvolvido a partir de temas gerais para a educação, por níveis e modalidades de ensino.

A formação inicial dos professores também merece muita atenção por parte das universidades. Estas precisam preparar para a compreensão do seu papel na escola, partindo dos seguintes pressupostos: concepções de educação; domínio dos conteúdos específicos; conhecimento geral da legislação e das diretrizes educacionais e suas implicações na educação; metodologia; avaliação; postura profissional e ética; e acompanhando a seu desempenho durante o período de estudo e supervisionando os estágios.

Conforme dados do INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013, o percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, era de 61,2%.

Quadro 27: Número de professores por nível de formação e por esfera

Instituições	Graduação	Pós-graduação (lato sensu)	Mestrado	Doutorado
Municipal	08	216	01	-
Estadual	33	63	03	-
Federal	05	05	02	02
Privada-ESFA	-	16	03	-
Escola Especial/APAE	01	19	-	-
UNOPAR	-	29	02	-
UNOCHAPECÓ	-	29	34	17
UNINTER	-	2	-	-
CEJA	05	20	-	-
SENAI	14	09	01	-

Fonte: SME, GERED, UNOPAR, UNINTER, UNOCHAPECÓ, APAE, ESFA, CEJA, IFSC, SENAI/2015.

Em São Lourenço do Oeste, as leis que regulamentam a educação pública municipal são o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 90, de 26 de dezembro de 2007, e o Sistema Municipal de Ensino, Lei nº. 1.779, de 19 de dezembro de 2008. A educação estadual é regulamentada pela Lei Complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998 e pela Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986.

A Lei nº. 11.738, de 16 de julho 2008, dispõe sobre o piso salarial nacional dos professores, o qual deverá ser previsto nos planos de carreira das diferentes esferas. Em 2015, o valor estabelecido é de R\$ 1.917,78.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. (BRASIL, 2008).

As estruturas física, tecnológica e pedagógica possibilitam maior qualidade ao trabalho do professor. Na medida em que houver salas adequadas, laboratórios, bibliotecas, acesso às tecnologias e materiais pedagógicos diversos haverá maior efetivação da práxis pedagógica que atenda as necessidades atuais. É também para estes aspectos que as políticas públicas precisam estar voltadas, além, é claro, da valorização dos profissionais.

Valorizar os profissionais da educação, conforme a lei do FUNDEB é, antes de tudo, aplicar no mínimo 60% dos recursos em remuneração.

Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;

II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;

III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente. (BRASIL, 2007, p.8-9).

Consta na Lei nº. 11.738, de 16 de julho 2008, no seu Art. 2º, § 4º: "Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos." (BRASIL, 2008). Para o bom desempenho do professor da Educação Básica, o qual deve ser tratado com a mesma valorização, independente do nível de atuação, também é necessário ter em vista a definição da jornada de trabalho, com horas atividade, destinadas ao planejamento e à avaliação, bem como as horas aula diretamente com os estudantes.

## 2.5 Gestão Democrática da Educação

A gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, como pais, professores, estudantes e funcionários em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente no planejamento, na implementação e na avaliação de todas as etapas da gestão escolar, seja no que diz respeito à construção do Projeto Político Pedagógico e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática.

Esta perspectiva de gestão está amplamente amparada pela legislação brasileira, a exemplo da Constituição Federal de 1988, a LDB e o PNE, que apontam a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira.

A gestão democrática, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 56), "... é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos no âmbito da escola e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo de que faz parte."

Para que a gestão democrática aconteça é fundamental criar processos e instâncias deliberativas que a viabilizem. Nessa perspectiva, o modelo tradicional de organização da escola ainda é um grande obstáculo, conferindo ao diretor, ou equipe diretiva, as prerrogativas de decisão sobre a escola e sua comunidade. Mesmo com a existência de leis que amparem a construção de uma gestão descentralizada é preciso que a própria instituição escolar transforme sua cultura na perspectiva do diálogo igualitário, da horizontalidade e do equilíbrio entre as forças que compõem a comunidade escolar.

Conforme Freire:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE, apud BRASIL, 2004, p.09).

A gestão democrática se efetiva também por meio dos Conselhos ligados às instituições, que são: Conselhos de Educação (CME/CEE); Conselhos de Alimentação Escolar (CAE); Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS FUNDEB); Conselhos Escolares; Associação de Pais e Professores (APP); Grêmios Estudantis e Vereadores Mirins. Destaque aos que são eleitos democraticamente e têm representatividade governamental e não governamental, participando de reuniões regulares, na tentativa de assumirem seus papéis de deliberar, fiscalizar e consultar.

Vale lembrar que a elaboração do PPP da rede municipal, do PPP das escolas, com a participação da comunidade escolar, e da Proposta Curricular do Estado, são exemplos de gestão democrática.

Na escolha dos gestores escolares da rede estadual, o profissional da educação precisa ser efetivo e apresentar um plano de gestão que, após aprovado, permite ao professor atuar como diretor de escola. Nas escolas do município acontece por indicação, desde que atenda ao critério estabelecido em lei, como ser professor efetivo da rede.

Os Sistemas de Ensino, tanto estadual quanto municipal, são próprios. Foram criados a partir de discussões com os profissionais da educação e com os conselhos e passam por reelaboração a partir da necessidade. Além da participação dos conselhos, os sindicatos têm se mobilizado para discutir juntamente com as duas esferas, no sentido de apresentar os anseios da categoria.

## 2.6 Financiamento da Educação

A construção de um plano de metas para a educação deve levar em consideração recursos que garantam a concretização do mesmo. Os investimentos na educação exigem um redimensionamento na medida em que surgem novas propostas e demandas. Além dos recursos oriundos das fontes que formam o montante a ser aplicado constitucionalmente, devem ser buscadas novas estratégias orçamentárias para garantir sua manutenção e estabelecer parcerias em regime de colaboração entre os entes federados.

Art. 212 A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a



universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público. (BRASIL, 1988, p. 43).

Atualmente, os recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, além da valorização da carreira dos profissionais da educação, provêm da arrecadação de impostos e transferências, conforme estabelece a LDB (1996):

Art. 68º. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69º. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (BRASIL 1996).

O financiamento da educação tem sido considerado apenas como um meio de realização de uma política pública setorial, a política educacional. Entretanto, além dessa natureza evidente, o financiamento em si pode ser entendido como uma política pública, inclusive com potencial de indução da adoção de outras políticas (por exemplo, de aperfeiçoamento do controle social). Para fundamentar esta posição é necessário delimitar o que seja uma política pública.

As políticas públicas são conjuntos de ações desencadeadas pelo Estado no âmbito federal, estadual e municipal, objetivando o atendimento das necessidades da sociedade civil. Elas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e com a iniciativa privada. O envolvimento do governo, a percepção dos problemas, a definição de objetivos e de um processo de ação claro, são elementos importantes para a concretização de uma política pública.

Quadro 28: Origem dos recursos municipais e seus respectivos investimentos

ORIGEM DOS RECURSOS	Valores/ano 2014
Receitas de impostos 25%	4.000.178,70
FUNDEB	12.707.108,50
Salário-Educação	1.426.128,60
PNATE	82.950,32
PNAE	362.472,00
Demais Receitas ou Transferências	644.645,72
Transporte Escolar	231.254,00
Outras Despesas	167.187,25
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
Folha de pagamento	8.833.300,31
Manutenção – Materiais	1.912.701,70
Manutenção – Serviços	2.517.169,16
Transporte Escolar	1.079.315,87
Alimentação	543.467,65
Investimentos	3.341.159,29
Outros Gastos	2.278.473,60
Convênio APAE	35.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste-SC/2014.

Os impostos que compõe o FUNDEB são: FPM, FPE, IPI-EXP, Lei Complementar Nº 87, ITR, IPVA, ITCMD e ICMS. A receita advinda de complementação da União, se efetiva na medida em que surge a necessidade de complementar o recurso da educação no município.

Os recursos oriundos do PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, da rede municipal de Ensino, em que possibilita a escola autonomia para sua utilização, no ano de 2014 foi de R\$ 103.680,00. O Produto Interno Bruto (PIB) de São Lourenço do Oeste, (IBGE 2010) a preços correntes é de 514.480 mil reais, e deverá no decorrer dos anos de vigência deste Plano, atingir 10% de investimentos na educação.

A gestão democrática do ensino acontece através de diferentes formas de participação coletiva das comunidades escolar e local, nos

processos de administração dos recursos financeiros, de pessoal, de patrimônio e na construção dos projetos educacionais.

Para qualificar a gestão democrática, no contexto educacional da Educação Básica, é necessário garantir o fortalecimento do CACS-FUNDEB, CME, CAE, Conselhos Escolares, Grêmio Estudantil e a Associação de Pais e Professores (APP), possibilitando a participação de todos os segmentos constituídos.

A ação dos colegiados orienta os princípios e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar, construindo a autonomia, a responsabilidade social e a formação da cidadania.

As políticas públicas desenvolvidas no âmbito das formações sociais e contextos específicos são fundamentais na fiscalização e no acompanhamento das tramitações e ações na educação pública, no seu cumprimento e comprometimento. Os estudos sobre o financiamento são essenciais para tornar público a real situação em que se encontra a educação pública no país e no Município.

### 3 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 80% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.

1.3 Realizar, anualmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para a definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.5 Manter e ampliar, por meio do PAR (Programa de Ações Articuladas MEC/FNDE), a construção e a reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação institucional da Educação Infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada anualmente, mediante formulário próprio, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, o envolvimento familiar e o processo ensino-aprendizagem.

1.7 Promover a formação continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil em todas as dimensões (educação especial, educação tecnológica, dentre outros).

1.8 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.9 Fomentar o atendimento às populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender as especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

1.10 Garantir o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar (salas de recursos multifuncionais) aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica.

1.11 Ampliar a oferta de programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.12 Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 3 (três) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.13 Monitorar o acesso e a permanência das crianças na Educação Infantil, mediante a equipe gestora da escola, Sistema Presença e Programa APOIA, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.14 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.15 O Município realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda da Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.16 Organizar o trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

1.17 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

1.18 Viabilizar transporte, material e alimentação escolar, biblioteca com acervo atualizado e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

1.19 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região, na proporção mínima de 50%.

1.20 Efetivar o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Educação, em consonância com a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

1.21 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e formação continuada dos profissionais que atuam na educação.

1.22 Avaliar, até o 3º (terceiro) ano de vigência desse Plano, a Lei nº 1.779/2008, do Sistema Municipal de Educação, no tocante à Educação Infantil.

Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir

que pelo menos 99% (noventa e nove por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

- 2.1 Pactuar entre a União e o Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.
- 2.2 Ampliar o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental, principalmente àqueles com maiores necessidades.
- 2.3 Fortalecer a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente para o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento, o monitoramento e a permanência na escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.5 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial e das escolas do campo.
- 2.6 Organizar o trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- 2.7 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.
- 2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.
- 2.9 Manter as escolas do campo em pleno funcionamento.
- 2.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam às atividades de caráter itinerante.
- 2.11 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais, estaduais e nacionais.
- 2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo.
- 2.13 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material e alimentação escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado visando à inclusão das diversidades.
- 2.14 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região, na proporção mínima de 50%.
- 2.15 Utilizar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas, para assegurarem a alfabetização com letramento tecnológico, com ênfase na análise crítica sobre a influência midiática como propulsora do conhecimento.
- 2.16 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com ferramentas virtuais, espaços, acervos bibliográficos, profissionais, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.
- 2.17 Manter e ampliar programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/ano com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores.
- 2.18 Efetivar o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Educação, em consonância com a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.
- 2.19 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares, com adaptação dos meios físicos e formação continuada dos profissionais que atuam na educação.
- 2.20 Avaliar, até o 3º (terceiro) ano de vigência desse Plano, a Lei no 1.779/2008, do Sistema Municipal de Educação, no tocante ao Ensino Fundamental.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

- 3.1 Institucionalizar política e programa estadual para o Ensino Médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.
- 3.2 Pactuar com a União e o Estado, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio, de acordo com a Lei no 13.005/2014.
- 3.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.
- 3.4 Encontrar estratégias motivacionais visando a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.
- 3.5 Formar parceria entre as Redes Estadual e Municipal, fomentando a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e da Educação Especial.
- 3.6 Mobilizar a sociedade através dos conselhos ligados à criança e ao adolescente, APP's, grêmios estudantis, conselhos escolares, a Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, a Rede Municipal de Educação, famílias e outras entidades, a fim de fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce e DST's.
- 3.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de

assistência social, saúde (agentes de saúde) e proteção à adolescência e à juventude.

3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.9 Redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.11 Implementar políticas de prevenção à evasão, motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, fortalecendo a rede de proteção da criança e do adolescente.

3.12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, sugerindo às entidades a implantação de cursos no período noturno.

3.13 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de Educação Básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

3.14 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar Nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

Meta 4: Incentivar a universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência desse Plano.

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública, que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 1(um) ano e 8 (oito) meses a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4.4 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.

4.6 Estimular a criação e dar continuidade aos centros multidisciplinares de apoio existentes, de pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação.

4.8 Promover a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Fomentar pesquisas interdisciplinares voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, através da criação de políticas públicas.

4.11 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.12 Ampliar e apoiar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos,



professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

4.13 Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, através de avaliação diagnóstica descritiva dos profissionais envolvidos na escola, com apoio da equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Gerência Regional de Educação.

4.14 Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e Gerência Regional de Educação, pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.15 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, avaliando o perfil dos acadêmicos.

4.16 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.17 Garantir que as escolas de Educação Básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do Projeto Político Pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.18 Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da Educação Básica.

4.19 Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da Educação Especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.20 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no Ensino Fundamental.

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Manter os instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos a cada realidade.

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Manter, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral através do Programa Mais Educação, no Ensino Médio Integrado e Profissionalizante em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica.

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Adirir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários, zoológico e salas ambientes.

6.5 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica, em parceria com entidades públicas, privadas e as Organizações não Governamentais.

6.6 Atender às escolas do campo, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação na Educação Básica, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados e com formação continuada.

6.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, combinando o efetivo trabalho escolar com atividades recreativas, esportivas, culturais e educação nutricional.

6.9 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

7.0 Garantir a formação específica para profissionais que atuam na educação de tempo integral.

Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias estaduais e municipais no IDEB previstas pelo MEC.

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio deverão alcançar nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio deverão alcançar nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 85% (oitenta e cinco por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.2 Ampliar, em colaboração entre a União e o Estado, a avaliação institucional com base nas avaliações externas, no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.3 Promover e ampliar o processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.5 Buscar assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional.

7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngüe para surdos.

7.7 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA.

7.8 Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.9 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio com a Secretaria de Estado da Educação, com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União, proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.10 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.11 Melhorar, em colaboração com a União e o Estado, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.12 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.13 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com a União e o Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar, a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para a implementação das condições necessárias à universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso às redes digitais de computadores, inclusive à internet.

7.14 Participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.15 Manter e atualizar a informatização da gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.16 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores, para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.17 Fortalecer as políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.18 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e desenvolver ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.19 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo, no Projeto Político Pedagógico, os conteúdos culturais



correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.20 Fortalecer a participação das famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.21 Ampliar a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, fortalecendo a rede de apoio as crianças e aos adolescentes, bem como as respectivas famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.22 Articular com a Secretaria da Saúde, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional aos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.23 Intensificar programas de leitura, inclusive com a implantação de bibliotecas itinerantes nas comunidades rurais, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.24 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.25 Intensificar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.26 Reestruturar e aprimorar o Ensino Médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

7.27 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da Educação Básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

8.1 Dar continuidade ao programa e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Ofertar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio.

8.4 Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por parte das entidades públicas e privadas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e garantindo a frequência e o apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7 Articular, junto ao Estado, a oferta pública de Ensino Médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste Plano.

9.1 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos, a todos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos.

9.3 Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração com o Estado e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 Desenvolver ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.5 Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde.

9.6 Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, assegurando a formação específica dos professores e a implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

9.7 Apoiar projetos na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.8 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos.

9.9 Implementar programas de capacitação tecnológica à população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.10 Implementar políticas e programas que considerem as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade.

9.11 Proceder, em parceria com outros setores da sociedade, levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública, que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da Educação Básica.

Meta 10: Oferecer 10% (dez por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional, até ao final da vigência do Plano.

10.1 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da educação inclusiva, mediante demanda, estrutura física e profissional adequada.

- 10.2 Oportunizar matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.
- 10.3 Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos.
- 10.4 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional.
- 10.5 Efetivar o programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.
- 10.6 Executar o currículo da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.
- 10.7 Incentivar o uso do material didático, de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.
- 10.8 Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional.
- 10.9 Oferecer formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos, de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
- 10.10 Executar o Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico, que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional.

Meta 11: Triplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

- 11.1 Apoiar a política de expansão das matrículas de Educação Profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais.
- 11.2 Ofertar a Educação Profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União e do Estado.
- 11.3 Apoiar a reestruturação das escolas de Educação Profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.
- 11.5 Divulgar os programas estaduais de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.
- 11.6 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da Educação Profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.
- 11.7 Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.
- 11.8 Articular com o Estado a oferta de Educação Profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.
- 11.9 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal e estadual para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte).
- 11.10 Executar programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.
- 11.11 Desenvolver políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.
- 11.12 Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades locais, para ofertar formação nas instituições especializadas em Educação Profissional.
- 11.13 Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

Meta 12: Colaborar, com a União e o Estado, para a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior pública e comunitária.

- 12.1 Apoiar, com a participação da União e do Estado, a otimização da capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.
- 12.2 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.
- 12.3 Mapear, em articulação com o Estado, a demanda pela oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da Educação Básica.
- 12.4 Divulgar oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na Educação Básica.
- 12.5 Executar políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsas de estudo de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.
- 12.6 Aderir aos programas de apoio financeiro do Governo Federal.
- 12.7 Implantar ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação, em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- 12.8 Executar políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de

estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da Educação Especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.9 Desenvolver estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

12.10 Incentivar a participação em programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

12.11 Ofertar Educação Superior pública e gratuita atendendo às diversidades regionais.

12.12 Utilizar o acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.13 Participar, com a União e o Estado, da consolidação de processos seletivo nacional e estadual para acesso à Educação Superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

Meta 13: Incentivar a elevação da qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior, para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

13.1 Acompanhar a realização das avaliações externas in loco, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de Ensino Superior que ofertam cursos presenciais e a distância.

13.2 Promover a formação inicial e continuada dos profissionais técnico administrativos da Educação Superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

Meta 14: Apoiar a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu.

14.1 Incentivar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo a programas de lato e stricto sensu.

14.2 Utilizar acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.3 Estabelecer parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.4 Colaborar com a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos.

14.5 Apoiar políticas em parceria com a União e com o estado, de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

14.6 Ofertar, mediante critérios, bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da Educação Básica da rede municipal.

14.7 Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, orientação sexual, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para o público da Educação Especial e em situação de privação de liberdade.

14.8 Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, atendendo às diversidades regionais.

14.9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da Educação Básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo educacional.

14.10 Estimular pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência ou superdotação, e promover a socialização dos resultados das pesquisas.

Meta 15: Garantir, no sistema de ensino e no plano de carreira, em regime de colaboração entre a União e o Estado, política de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, oportunizando que os professores da Educação Básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior.

15.1 Realizar diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação, da capacidade de atendimento e definir obrigações recíprocas entre os participantes.

15.2 Promover, em regime de cooperação entre União e o Estado, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial, diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas, privadas e comunitárias, de nível superior.

15.3 Incentivar a utilização do financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004.

15.4 Utilizar a plataforma eletrônica de âmbito estadual e federal, com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação de São Lourenço do Oeste.

15.5 Apoiar a implementação de programas específicos de formação em nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo e na Educação Especial.

15.6 Colaborar com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para Educação Básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a formação geral e específica.

15.7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica, em sintonia com a legislação vigente e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

15.8 Implementar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.9 Assegurar a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada, considerando as necessidades gerais e específicas.

15.10 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da Educação Básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.11 Incentivar a produção e utilização de material didático e paradidático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de

instrumentos de avaliação.

15.12 Criar estratégias de registro e divulgação de projetos desenvolvidos, com o objetivo de validar e valorizar as produções escolares.

15.13 Apoiar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos, para que os professores de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos nos países que tenham como idioma nativo, as línguas que lecionam.

15.14 Utilizar obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação, para os profissionais da Educação Básica.

15.15 Criar, até o final da vigência deste plano, portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

Meta 16: Formar 95% (noventa cinco por cento) dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação (lato sensu) até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

16.1 Apoiar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Municípios.

16.2 Incentivar as políticas nacional e estadual de formação, lato sensu, de professores da Educação Básica.

16.3 Incentivar a utilização de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.4 Apoiar o uso de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

16.5 Divulgar a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação, para os professores e demais profissionais da Educação Básica.

16.6 Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional e Estadual do Livro e Leitura, instituindo programa municipal de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

16.7 Divulgar o Programa Estadual de Formação de Professores e Profissionais da Educação Básica e suas modalidades, a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de Ensino Superior públicas.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de Educação Básica, assegurando a reestruturação do Plano de Carreira, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

17.1 Atualizar o plano de carreira para os profissionais da Educação Básica pública municipal, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

17.2 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, a fim de garantir a qualidade na educação.

17.3 Estabelecer ações voltadas à saúde dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.4 Estruturar as redes públicas de Educação Básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 30% (trinta por cento) dos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos efetivos, através de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.5 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.6 Manter, na rede pública de Educação Básica, acompanhamento dos profissionais ingressantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

17.7 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de dos sistemas públicos de ensino, subsidiando os órgãos, na atualização dos planos de carreira, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho cumprindo a lei nacional.

17.8 Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de Educação Básica ofereçam serviços de assistente técnico pedagógico, exigindo formação em pedagogia como requisito mínimo para o ingresso.

17.9 Atualizar e cumprir as diretrizes do Sistema Municipal de Educação e o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Meta 18: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na Educação Básica e Superior públicas, que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem dos estudantes.

18.1 Assegurar o repasse de transferências voluntárias do Estado e da União, na área da educação, mediante a aprovação e implantação de um plano de gestão democrática no âmbito municipal.

18.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.3 Mobilizar o Fórum Permanente de Educação envolvendo-o nas discussões referentes à política educacional no município em articulação com o Estado e a União.

18.4 Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.5 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na elaboração e acompanhamento dos Projetos Políticos Pedagógicos.

18.6 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

18.7 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação e assegurar condições para sua implementação, execução e avaliação periódica.

18.8 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.



18.9 Fortalecer as políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

18.10 Fortalecer os conselhos superiores das instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

18.11 Estimular, nas instituições de Ensino Superior, a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos, assegurando-lhes espaços adequados para o bom funcionamento.

18.12 Fortalecer o Conselho Municipal de Educação para acompanhar o Plano de Ações Articuladas (PAR), monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

18.13 Incluir, na avaliação institucional da rede municipal, a participação do Conselho Escolar, APP e Grêmio Estudantil e, na rede estadual, efetivar a avaliação institucional.

18.14 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

18.15 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa, objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal.

18.16 Estimular a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de gestores das instituições de Ensino Superior.

Meta 19: Ampliar investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

19.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

19.2 Cooperar com a União, na aplicação adequada e necessária, aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3 Aplicar os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

19.4 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

19.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Tribunal de Contas do Estado, a Secretaria de Educação do Município, o Legislativo Municipal, a Controladoria Geral do Município e o Ministério Público Estadual.

19.6 Desenvolver, com o auxílio da Contabilidade Geral do Município e da Secretaria de Desenvolvimento Regional, as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, estudo e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, no tocante à Educação Básica.

19.7 Adotar, no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste Plano, o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQI, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional, cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos, indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ.

19.6 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

19.7 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

19.8 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

19.9 Receber e aplicar os recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, conforme critérios estabelecidos de acordo com a Legislação Federal.

19.10 Buscar, na União, a complementação de recursos financeiros para o Município, quando comprovadamente não atingir o valor do CAQI e, posteriormente, do CAQ.

19.11 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, do Plano Municipal de Educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.12 Fixar um cronograma de alocação de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

#### LISTA DE QUADROS

Quadro 1	População por localização e faixa etária	08
Quadro 2	População por gênero	08
Quadro 3	Estrutura etária da população	09
Quadro 4	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes	09
Quadro 5	Indicadores de habitação	09
Quadro 6	Vulnerabilidade social	10
Quadro 7	Renda, pobreza e desigualdade	10
Quadro 8	Número total de alunos da Educação Infantil por unidade escolar	12
Quadro 9	Índices de evasão e de transferência por escola do Município	13

Quadro 10	Longevidade, mortalidade e fecundidade do Município	13
Quadro 11	Número total de alunos do Ensino Fundamental por unidade escolar	14
Quadro 12	O fluxo escolar por faixa etária do Município	15
Quadro 13	Índices do IDEB, por ano e por esfera - 4ª série e 5º ano	16
Quadro 14	Índice do IDEB, por unidade escolar – 4ª série e 5º ano	16
Quadro 15	Índice do IDEB, por ano e esfera - 8ª série / 9º ano	17
Quadro 16	Índice do IDEB, por unidade escolar - 8ª série e 9º ano	17
Quadro 17	Dados do Censo Escolar 2014 por escolas municipais e particular	18
Quadro 18	Relação de escolas, de cursos ofertados e número de alunos das escolas estaduais	19
Quadro 19	Taxa de aprovação e reprovação, evasão, distorção idade/série	19
Quadro 20	Índice do IDEB, por ano – esfera estadual	20
Quadro 21	Fluxo escolar do Município de São Lourenço do Oeste	20
Quadro 22	Número de alunos inclusos no ensino regular	23
Quadro 23	Cursos profissionalizantes oferecidos e número de alunos	28
Quadro 24	População de 18 anos ou mais de idade em 2010	29
Quadro 25	Ocupação da população de 18 anos ou mais	29
Quadro 26	Educação do campo no município	31
Quadro 27	Número de professores por nível de formação e por esfera	38
Quadro 28	Origem dos recursos municipais e seus respectivos investimentos	42

## LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado  
 AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina  
 ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização  
 APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
 APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
 APP - Associação de Pais e Professores  
 CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social  
 CAE - Conselho de Alimentação Escolar  
 CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial  
 CAQ - Custo Aluno Qualidade  
 CAQI - Custo Aluno Qualidade Inicial  
 CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos  
 CME - Conselho Municipal de Educação  
 DCNEB - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica  
 DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil  
 DST - Doença Sexualmente Transmissível  
 EBM - Escola Básica Municipal  
 ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
 EEB - Escola de Educação Básica  
 EJA - Educação de Jovens e Adultos  
 ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
 ESFA - Escola São Francisco de Assis  
 FJP - Instituto João Pinheiro  
 FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
 FPE - Fundo de Participação dos Estados  
 FPM - Fundo de Participação dos Municípios  
 FUNDEB - Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação  
 GERED - Gerência Regional de Educação  
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
 IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
 IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação  
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
 IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
 IDI - Índice de Desenvolvimento da Criança  
 IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina  
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
 IPI/EXP - Imposto sobre Produto Industrializado Proporcional às Exportações  
 IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores  
 ITCMD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação  
 ITR - Imposto Territorial Rural  
 LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
 LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 LOA - Lei Orçamentária Anual  
 MEC - Ministério da Educação  
 NAEE - Núcleo de Atendimento Educacional Especializado



NTE - Núcleo de Tecnologia Estadual  
NTM - Núcleo de Tecnologia Municipal  
PAR - Plano de Ações Articuladas  
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola  
PEE - Plano Estadual de Educação  
PENAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PENATE - Programa Nacional de Transporte Escolar  
PIB - Produto Interno Bruto  
PME - Plano Municipal de Educação  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNED - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA - Plano Plurianual  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
SAEB - Serviço de Avaliação da Educação Básica  
SAEDE - Serviço de Atendimento Educacional Especializado  
SC - Santa Catarina  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SLO - São Lourenço do Oeste  
SME - Secretaria Municipal de Educação  
SMS - Secretaria Municipal de Saúde  
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação  
UF - Unidade da Federação  
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes de Educação  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNINTER - Centro Universitário Internacional  
UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária Regional de Chapecó  
UNOPAR - Universidade norte do Paraná

#### REFERÊNCIAS

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/sao-lourenco-do-oeste\\_sc](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-lourenco-do-oeste_sc)>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República - Casa Civil: Brasília - DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica - Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República - Casa Civil: Brasília - DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República - Casa Civil: Brasília - DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Presidência da República - Casa Civil: Brasília - DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010: Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=1>>. Acesso em 04 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. – IDEB. Disponível em: Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a próxima década: construindo os planos da educação. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Portal do MEC - Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: Acesso em 04 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: democratização a escola e construção da cidadania. Secretaria da Educação Básica, Brasília - DF, 2004.

BRASIL. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

CARNEIRO, Raquel. Informática na educação: representações sociais do cotidiano. Vol. 96 Col. Questões da Nossa Época. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FUNDAÇÃO VITOR CIVITA. Gestão Escolar, Ano V, agosto/setembro 2013.

SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, 1989. Ed. atualizada com 70 emendas Constitucionais. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2015.

Plano de Ações Articuladas - PAR. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>. Acesso em 04 mar. 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual de Educação. Plano Estadual de Educação: a sociedade construindo educação dos catarinenses. Documento Básico. Secretaria de Estado da Educação e Inovação, Julho a Dezembro de 2003.

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Lei Orgânica do Município de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina. Texto promulgado em 28 de março de 1990, com alterações adotadas pela Emenda nº 08, de 26 de setembro de 2005. São Lourenço do Oeste, SC, 2005. Disponível em: <<http://www.saolourenco.sc.gov.br/simbolos/leiorganica.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

SOUZA, Ana Maria Costa de. Educação Infantil: uma proposta de gestão municipal. Campinas: Papirus, 1996.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura/ Ministério da Educação e Ciência da Espanha/Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades especiais. Brasília, 1994.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de maio de 2015.  
SÔNIA PIRES SEITHER  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

LÚCIA ILIANE DA COSTA  
Secretária Municipal de Educação

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.360/2015 - HOMOLOGA O LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT) E PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) DO ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.360/2015

HOMOLOGA O LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT) E PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) DO ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, c/c os art.79 e 80, da LCM n. 009/2012, e,

CONSIDERANDO que Poder Executivo Municipal contratou empresa especializada para emitir o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), na forma da legislação vigente.

CONSIDERANDO que o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), estabelecem quais as atividades e locais que geram o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais. Considerando que o art. 80, da LCM n. 009/2012, estabelece que o adicional de insalubridade será pago de acordo com o laudo técnico.

CONSIDERANDO que o art. 80, da LCM n. 009/2012, necessita de regulamentação.

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), emitido pela empresa Polimedici Assessoria e Consultoria e Medicina do Trabalho Ltda., CNPJ/MF n. 00.975.647/0001-39.

Art. 2º Fica autorizado ao Departamento de Recursos Humanos, a tomar as providencias necessárias para o fiel cumprimento do art. 80, da LCM n. 009/2012 conforme Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), ora homologados.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 19 de junho de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 57.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 57/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Aquisição parcelada e estimada, incluindo transporte e instalação de equipamentos de ginástica (academia de rua) para ser instalada nas praças Municipais, conforme especificações com a seguinte configuração mínima (Anexo I) do Edital:

DATA DE ABERTURA: 07/07/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no pelo email: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 22/06/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

# Schroeder

## PREFEITURA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 67/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 67/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 51/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 26/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOALHERIA ZABER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.402.005/0001-40, estabelecida Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 173, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-701.

Objeto: contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas e armação.	1	UNIDADE	218,00	218,00
02	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas, conforme legislação vigente.	1	UNIDADE	190,00	190,00
VALOR R\$ TOTAL					408,00

Valor do contrato: R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais)

Data da Assinatura: 22/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 14/2014-PMS**

NOTIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 222/2014-PMS

Tomada de Preço nº. 14/2014-PMS

Fica a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.985.854/0001-30, estabelecida na Rua Papa João Paulo II, nº 1478, Bairro Ubatuba, na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.240-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 292/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, dentro do prazo legal não efetuou a entrega da obra dentro do prazo estipulado pelo Contrato acima citado, bem como, pelo Termo Aditivo nº A12/2015 - PMS.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega do objeto contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se na tabela abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Item	Produtos	Prazo limite desobedecido
01	Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de cobertura da área esportiva na Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, localizada na Localizada a Rua Alwino Alberto Winter, Schroeder I	30/04/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 19 de junho de 2015.

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

A

ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ nº. 18.985.854/0001-30

(47) 33300874.

**DISPENSA 26/2015-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 26/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 51/2015  
Data: 22/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: JOALHERIA ZABER LTDA.-ME  
Endereço: AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 173  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 00.402.005/0001-40

Código: 6299

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas e aramação.	UN	218,00	218,00
2	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas, conforme legislação vigente	UN	190,00	190,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Conforme indicação médica, referente a concessão das lentes progressivas para o usuário, garantindo assim, o acesso a seus direitos previstos em lei e a possibilidade de uma qualidade de vida melhor.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 22 de Junho de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 26/2015 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 51/2015  
**Data:** 22/06/2015

Folha: 2/2

19/06/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Junho de 2015

**Valor da Despesa:** 408,00 (quatrocentos e oito reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 02 2015 FMC PREGAO ESTRUTURA FESTA DO COLONO

MUNICIPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO FMC 02/2015

EDITAL DE PREGÃO FMC Nº. 01/2015.

O Fundo Municipal de Cultura de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 03/07/2015, às 08:30 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para contratação de empresa especializada em locação, montagem e desmontagem de Estrutura para o Parque de eventos da XXI Festa do Colono de Siderópolis, nos dias 06, 07, 08 e 09 de agosto de 2015. O edital já está disponível no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br), ou através de solicitação no e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 09 de junho de 2015.

Fabíola Cardoso Comin

Pregoeira Oficial

### 27 2015 PREGÃO REABERTURA

MUNICIPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 27/2015

AVISO DE REABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO FMS Nº. 03/2015.

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 03/07/2015, às 16:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Aquisição de computadores desktop e notebook para utilização nos consultórios médicos e odontológicos das Unidades Básicas de Saúde em atendimento ao programa e-SUS AB do Ministério da Saúde que visa desenvolver, reestruturar e garantir a integração dos Sistemas de Informação na Atenção Básica. O edital já está disponível no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br), ou através de solicitação no e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 22 de junho de 2015.

Fabíola Cardoso Comin

Pregoeira Oficial

### 29 2015 PREGAO AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

MUNICIPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 29/2015

AVISO DO EDITAL DE PREGÃO FMS Nº. 04/2015.

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 06/07/2015, às 09:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Aquisição de veículos de passageiros para a Secretaria de Saúde de Siderópolis, para atendimento aos programas de saúde no município. O edital já está disponível no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br), ou através de solicitação no e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 22 de junho de 2015.

Fabíola Cardoso Comin

Pregoeira Oficial

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº.029/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇO.

Processo Administrativo 047/2015.

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preço nº.029/2015

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM

PVC PARA REDE DE ÁGUA.

Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 07 de julho de 2015.

Abertura dos Envelopes : 09:30 horas do dia 07 de julho de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feiras, das 07:45 às 11:45 e das 13:45 às 17:45 horas, ou pelo fone 0XX49 367 0030 ou [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL, 23 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

### **PROCESSO SELETIVO Nº.001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Sr. Eder Ivan Marmitt, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado ao provimento de vaga do Poder Público Municipal, descrita abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n.º001/2015, disciplinado pelo art. 37, II e IX, da Constituição Federal, Lei Complementar 924 de 23 de outubro de 2013, Lei 344/2000 e Lei 384/2001, Lei de contratação para prazo determinado nº.381 de 23 de maio de 2001, Lei Orgânica Municipal e demais Legislações pertinentes. Dos cargos: CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. (Agente Educativo; Professor de Língua Estrangeira (Inglês); Professor de séries iniciais e Professor de Educação Infantil.). Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 29 de junho a 03 de julho de 2015, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min, junto a Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Presidente Juscelino nº 616, Centro de Sul Brasil/SC. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 12 de julho de 2015. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Sul Brasil (SC), no site [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br), ou diretamente junto a Secretaria Municipal de Educação.

Sul Brasil (SC), 22 de junho de 2015.

Eder Ivan Marmitt.

Prefeito Municipal.

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA DECISÃO HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO 46.2015 - PMT - NOVOS DOCUMENTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº. 46/2015 - PMT

Às quatorze horas, do vigésimo segundo dia, do mês de junho de dois mil e quinze (22/06/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luíza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento da Habilitação do Credenciamento nº 46/2015 – PMT, tendo em vista o parecer do Secretário Municipal de Educação acerca dos novos documentos apresentados pelos profissionais CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA e GIZELA LEITE, conforme segue:

Do parecer exarado pelo Secretário Municipal de Educação, verificou-se que, sobre os documentos apresentados pelo profissional CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA: "(...) apresentou a documentação em conformidade com o Edital nº 46/2015, apresentado declaração referente ao item 4.2, 4.3.1.1 e 4.3.4 e também a documentação 4.3.5 – Qualificação Técnica".

Em relação aos documentos apresentados pela profissional GIZELA LEITE, consta no parecer que: "(...) não apresentou informações e nem documentação em conformidade com o Edital nº 46/2015 – PMT, referente ao item 4.3.5 – Qualificação Técnica e em relação ao item 4.3.4 apresentou apenas uma cópia do Edital".

A Comissão verificou ainda que, acerca dos documentos apresentados pela profissional GIZELA LEITE, na declaração onde o proponente deveria expressamente atestar o aceite das condições de preço do credenciamento (item 4.3.4 do Edital), a profissional informou valor superior ao estabelecido no Termo de Referência (Anexo I do Edital), ou seja, o Termo de Referência estabelece o valor unitário por hora de R\$ 110,00 (cento e dez reais) e a profissional consigna no documento apresentado o valor de R\$ 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais), nesse sentido, em desconformidade com a exigência do item 4.3.4. Além disso, não foram apresentados os diplomas dos cursos de Cromoterapia, Magneto Terapia, Shiatsu crânio facial, Hipnose, Programação Neurolinguística, de acordo com a exigência do item 4.3.5 – Da Qualificação Técnica, alínea "a.2",

Nesse sentido, analisada toda a documentação juntada aos autos, aliado com o parecer do Secretário Municipal de Educação e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação do profissional CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA e inabilitação da profissional GIZELA LEITE.

Ficam os profissionais intimados do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

PRISCILA MACEDO  
Membro

### ATA LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 12 2015 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2015

Às 10h15min do dia 18/06/2015, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, abriu-se a sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A 25ª FESTA DO IMIGRANTE, NO PERÍODO DE 09 A 12 DE OUTUBRO DE 2015 - RESTAURANTE OFICIAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NOS ANEXOS DO EDITAL (repetição total Pregão Presencial n.º 07/2015 FCT sem alterações). Presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
BRUNA DE ANDRADE

Que esta subscreve designada pela Portaria nº. 845/2014 alterada pela Portaria nº. 914/2014 publicada no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006.

Sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame, restando-se o mesmo deserto.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 10h18minh.

Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão de Pregão	Assinatura
BRUNA DE ANDRADE	
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS	

**ATA LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 13 2015 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

ATA PREGÃO PRESENCIAL N.º. 13/2015

Às 10h57min do dia 18/06/2015, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, abriu-se a sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A 25ª FESTA DO IMIGRANTE, NO PERÍODO DE 09 A 12 DE OUTUBRO DE 2015 - RESTAURANTE DE SERVIÇO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NOS ANEXOS DO EDITAL (Repetição Total Pregão Presencial n.º 08/2015 FCT sem alterações).. Presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
BRUNA DE ANDRADE

Que esta subscreve designada pela Portaria nº. 845/2014 alterada pela Portaria nº. 914/2014 publicada no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006.

Sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame, restando-se o mesmo deserto.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 11h00minh.

Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão de Pregão	Assinatura
BRUNA DE ANDRADE	
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS	

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 60 2015 PMT - CRÉDITOS FLORESTAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL N.º 60/2015

OBJETO: aquisição de créditos de reposição florestal em atendimento às necessidades da Prefeitura de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 07 de julho de 2015. ABERTURA: dia 07 de julho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 11/06/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 48 DE 18 DE JUNHO DE 2015**

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 48 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "GENTIL FACHINI", situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 75,60 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt, nesta Cidade, com a área de 6.912,69m<sup>2</sup> (Seis mil, novecentos e doze metros e sessenta e nove décimos quadrados), processo D-014/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente GENTIL FACHINI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.995, em data de 16/06/2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 20.238, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.050.0210.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote e mais uma área remanescente, abaixo transcritos:

01 – Lote nº 01 (um) - com área de 1.000,00m<sup>2</sup> (Hum mil metros quadrados), situado nos fundos do lado ímpar da Rua Pomerode, distante pelo ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, em segmentos de 19,03 metros, 6,65 metros, 76,03 metros e em 21,81 metros até o lado ímpar da Rua Pomerode, que deste dista 90,60 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 33,99 metros com a Área Remanescente; fundos estrema em 33,79 metros com terras de Carlos Ricardo Drager, Harry Heinz Drager, Norival Drager e Iracema Drager Wollinger, matrícula nº 9.517, livro 2; lado direito estrema em 27,76 metros com o lote 01 de propriedade de Diocese de Blumenau, matrícula nº 20.237, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 31,42 metros com a Área Remanescente. Este lote deverá ser anexado ao imóvel confrontante matriculado sob nº 20.237, livro 2 de propriedade de Diocese de Blumenau;

02 – Área Remanescente - com área de 5.912,69m<sup>2</sup> (Cinco mil, novecentos e doze metros e sessenta e nove décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 75,60 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 49,50 metros com terras de Morro Azul Incorporadora de Bens Ltda Epp, matrícula nº 10.966, livro 2; lado direito estrema em 21,81 metros, em 76,03 metros e em 6,65 metros com o lote 01 de propriedade de Diocese de Blumenau, matrícula nº 20.237, livro 2, em 53,02 metros, sendo em 19,03 metros com o lote 01 de propriedade de Diocese de Blumenau, matrícula nº 20.237, livro 2, e em 33,99 metros com o continuação da Certidão n.º 48/2015, fls. 02.

Lote 01, em 31,42 metros com o Lote 01 e em 100,72 metros com terras de Carlos Ricardo Drager, Harry Heinz Drager, Norival Drager e Iracema Drager Wollinger, matrícula nº 9.517, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 78,63 metros com terras de Romilda Fachini, matrícula nº 11.167, livro 2, em 6,00 metros e em 158,80 metros com terras de Wilson Hoeltgebaum, matrícula nº 19.549, livro 2. Neste imóvel foi constituída a servidão de passagem de um caminho, a favor de Bruno Oelke e seus sucessores, sobre o imóvel constante da presente matrícula, situado no lado esquerdo do imóvel, com área de 1.472,44m<sup>2</sup>; estremando na frente em 6,73 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 6,00



metros com terras de Morro Azul Incorporadora de Bens Ltda Epp, matrícula nº 10.966, livro 2; lado direito estrema, em linha quebrada, em segmentos de 16,79 metros com terras do proprietário, em 59,24 metros, em 6,65 metros e em 19,03 metros com o lote 01 de propriedade de Diocese de Blumenau, matrícula nº 20.237, livro 2, em 33,99 metros com o Lote 01 e em 111,68 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema, em linha quebrada, em 78,63 metros com terras de Romilda Fachini, matrícula nº 11.167, livro 2, em 6,00 metros e em 158,80 metros com terras de Wilson Hoeltgebaum, matrícula nº 19.549, livro 2.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 18 de junho de 2015.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente  
Município de Timbó

## **CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 49 DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 49 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "USINAGENS ELIMAK LTDA ME", situado no lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 306,70 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupã, com a área de 8.500,89m<sup>2</sup> (Oito mil, quinhentos metros e oitenta e nove decímetros quadrados), processo D-013/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente USINAGENS ELIMAK LTDA ME, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.909, datado de 12 de junho de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 25.028, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.044.0576.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote e mais área remanescente, abaixo transcritos:

01 – Lote 01 (um) - com área de 2.110,12m<sup>2</sup> (Dois mil, cento e dez metros e doze decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 306,70 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupã; estremando na frente em 22,52 metros com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477; fundos estrema em 22,98 metros com a margem direita do Rio Benedito; lado direito estrema em 105,01 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo, estrema em 106,00 metros com terras de Ellen Grimm, matrícula nº 24.851,

livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 1.149,36m<sup>2</sup>, constante da faixa de 50,00 metros da margem direita do Rio Benedito, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012; estremando na frente, em 22,99 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 22,98 metros com a margem direita do Rio Benedito; lado direito, estrema em 57,47 metros com a Área Remanescente; e, lado esquerdo, estrema em 57,47 metros com terras de Ellen Grimm, matrícula nº 24.851, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área NON AEDIFICANDI, com a área de 337,75m<sup>2</sup>, numa faixa de 15,00 metros de largura, com as seguintes descrições: estremando na frente, em 22,52 metros com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477; fundos, estrema em 22,52 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 16,89 metros com a Área Remanescente; e, lado esquerdo, estrema em 16,89 metros com terras de Ellen Grimm, matrícula nº 24.851, livro 2;

02 – Área Remanescente - com área de 6.390,77m<sup>2</sup> (Seis mil, trezentos e noventa metros e setenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 329,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tupã; estremando na frente em 70,07 metros com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477; fundos estrema em 70,42 metros com a margem direita do Rio Benedito; lado direito estrema em 102,50 metros com terras de Yolanda Borchardt, matrícula nº 4.089, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 105,01 metros com o Lote 01. Neste imóvel fica reservada a área de 3.536,60m<sup>2</sup>, constante da faixa de 50,00 metros da

Continuação da Certidão n.º 49/2015, fls. 02.

margem direita do Rio Benedito, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012; estremando na frente, em 71,05 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 70,42 metros com a margem direita do Rio Benedito; lado direito, estrema em 57,78 metros com terras de Yolanda Borchardt, matrícula nº 4.089, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 57,47 metros com o Lote 01. Neste imóvel fica reservada a área NON AEDIFICANDI, com a área de 1.049,74m<sup>2</sup>, numa faixa de 15,00 metros de largura, com as seguintes descrições: estremando na frente, em 70,07 metros com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477; fundos, estrema em 69,89 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 16,97 metros com terras de Yolanda Borchardt, matrícula nº 4.089, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 16,89 metros com o Lote 01.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 18 de junho de 2015.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.  
Município de Timbó



**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 45 2015  
PMT - CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO EM  
RÁDIO AM**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço destinado à divulgação das atividades administrativas desenvolvidas no Município de Timbó para informações de interesse dos munícipes, através de rádio em frequência AM com abrangência no Município, por intermédio de inserções de 60 (sessenta) segundos.

EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Cultura Timbó Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 229.764,00 (duzentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/06/2016

Timbó, 22/06/2015

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 52 2015  
PMT - CONSERTO DE PAVIMENTAÇÕES EM VIAS  
PÚBLICAS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de assentamento, reparos e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou

materiais similares em vias, praças, logradouros, calçadas e áreas internas de prédios em diversos locais do município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Polaris Serviços e Construções Ltda; Sovrana Engenharia e Construções Ltda Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/06/2016

Timbó, 22/06/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

WALDIR GIRARDI

Direto Presidente do SAMAE

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE  
REGISTRO DE PREÇO N.º 14 2014 FUMTRAN -  
SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014 FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção de sinalização viária de trânsito, vertical e horizontal, nas principais vias do Município de Timbo, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Trânsito (repetição parcial do pregão presencial - registro de preço nº 09/2014 FUMTRAN – com alterações).

EMPRESA FORNECEDORA: Danna Comercial Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 8.536,50 (oito mil quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/12/2015

Timbó, 11/02/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO MD Nº 10/2015**

Resolução MD Nº 10/2015

Autoriza o pagamento da primeira parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno combinado com o art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica, e amparada no art. 71, caput e §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 1/1993, RESOLVE:

Art. 1º Determinar o pagamento da primeira parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal, que corresponderá a 6/12 daquela, devendo ser realizado até o dia 1º de Julho de 2015.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 19 de Junho de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

Reimar Raddatz

Vice-Presidente

Rubens Borchardt

Secretário

Esta Resolução MD foi publicada na forma regulamentar.

DOM/SC nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Timbó (SC), \_\_\_\_ de Junho de 2015.  
Patrícia Xavier  
Assessora de Comunicação

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**

### **PORTARIA NO SAMAE -105 DE 12 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA No SAMAE -105 DE 12 DE JUNHO DE 2015

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Antonio Carlos Sutil, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo na Autarquia Municipal, a contar de 15 de junho do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO**, a pedido, ao Servidor Público Municipal ANTONIO CARLOS SUTIL, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 079, de 15 de abril de 2015, a contar de 15 de junho do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 106, DE 12 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 106, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

#### **RESOLVE:**

Art.1º **CONTRATAR TEMPORARIAMENTE**, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
LENOIR LAZZAROTTO RAMOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/12/1991	077.777.219-17	44 horas	17/06/2015 a 30/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

# Três Barras

## PREFEITURA

### **TERMO ADITIVO Nº 045/2015**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2015

Termo Aditivo: nº 045/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Suzana Oleskovicz - CPF sob o nº 025.700.319-33.

Objeto: Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 010/2015, considerando que no decorrer da execução do Contrato foram feitas alterações no projeto, as quais resultaram na elaboração de um novo projeto completo bem como de um orçamento, contemplando o projeto de readequação, fachada e cobertura da quadra poliesportiva da Escola Pedro Reitz, no Distrito São Cristovão, na cidade de Três Barras – SC.

Valor: R\$ 1.830,00.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 22 de junho de 2015.

### **TERMO ADITIVO Nº 047/2015**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2013

Termo Aditivo: nº 047/2015

Processo Licitatório nº 081/2013

Modalidade Tomada de Preço nº 004/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 090/2013, prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e vigência do item 4.2 para até 31 de agosto de 2015, prazo máximo para a execução, entrega da obra e realização dos pagamentos.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 22 de junho de 2015.

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 32/2015

CONTRATO Nº 32/2015

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa E B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 00.212.337/0001-62, situada na ROD.SC 386 KM 26 SN, no Bairro Industrial, no Município de Descanso- SC, neste ato representado pelo Sr. Edemar Bussolotto identidade nº 714.411, Sócio diretor da empresa, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2015, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NO CAMPO DE FUTEBOL E NO ESPAÇO DO VÔLEI DE AREIA NA ÁREA ESPORTIVA N.02, DESTA MUNICIPALIDADE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO:

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 60 (sessenta) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – A Ordem de Serviço para execução da obra será emitida pelo Município de TUNÁPOLIS.

3.3 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.4 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.5 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital e proposta aceita sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.6 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 16.847,49(dezesseis mil oitocentos quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos), sendo custo com mão de obra de R\$

5.000,00(cinco mil reais) e material de R\$ 11.847,49(onze mil oitocentos quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

4.2 - O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, conforme os valores unitários constantes da "Proposta de Preços", sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste edital e na minuta contratual.

4.2.1 O depósito está condicionado ao cumprimento dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pela comissão de acompanhamento do Município.

4.2.2 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Cópia dos comprovantes de ficha ponto dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

4.2.4 – O pagamento somente será realizado mediante:

- Apresentação do "AS BIULT" se for o caso.

- Apresentação da "CND da Obra".

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.2 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de

Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a

data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) conforme legislação vigente, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 60 (sessenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (73) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra conforme modelo bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 - Cumprir toda e qualquer diligência executada pelo Município com relação à obra objeto desta licitação.

9.13 - A CONTRATADA não poderá SUBEMPREITAR os serviços a ela adjudicados.

9.14- A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

#### CLAUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município



poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

c) A multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade. Caberá verificar se na execução da obra estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - As correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a contratada se negar a assinar o protocolo de recebimento do ofício, o mesmo será poder ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

14.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação

de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.6 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.7 - Decorridos noventa (90) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra;

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;



g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações. **LÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 22 de junho de 2015.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

E B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA  
CONTRATADA  
Edegar Bussolotto  
Sócio administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

#### LEI 1226/2015

Lei nº 1226/2015 de 23 de junho de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO A DOAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ÀS FAMÍLIAS PARA CUMPRIMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover processo de doação de Imóveis para dar cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público, Município de Tunápolis e as famílias que se residem em área de preservação permanente na Comunidade de Linha São Pedro.

Parágrafo único. Os imóveis objetos da presente doação reverterão de pleno direito ao Município, livre de quaisquer ônus ou indenização, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, antes do prazo de três anos a partir da assinatura da escritura pública, em caso de:

I - Quando for constatado por qualquer forma que os BENEFICIÁRIOS/ MUTUÁRIOS se furtam à finalidade estritamente social e assistencial a que a doação do bem objetivou, dando o imóvel outra destinação que não seja para sua residência e de seus familiares;

II – Vender, hipotecar, locar ou dar em garantia o imóvel;

III - Não adoção das medidas necessárias para a manutenção e conservação do imóvel;

IV - Quando contra os BENEFICIÁRIOS/MUTUÁRIOS for movida qualquer ação ou execução ou decretada qualquer medida judicial e administrativa que, de algum modo afete o imóvel dado em garantia, no todo ou em parte;

Art. 2º Os imóveis serão transferidos aos respectivos proprietários, somente após a quitação de todas as taxas cartorárias pelo mutuário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
aos 23 de Junho de 2015.  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

Edital de Pregão Presencial nº 19/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a "Contratação de empresa para confecção de JALECOS E CAMISETES que serão destinados aos funcionários do Fundo Municipal da Saúde.

Entrega dos envelopes até às 10h do dia 07/07/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

**TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015, DESERTA.**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 1691/2015, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015, referente ao Processo administrativo 77/2015, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA REFORMA DA CASA CULTURA. Ressalta-se que a data de abertura do dia 22 de junho de 2015, as 9h não houve nenhum interessado, motivo pelo qual essa TP foi declarada Deserta e depois de revista será lançada em data posterior.

# União do Oeste

## PREFEITURA

**008/2015**

PORTARIA Nº. 008/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

“ALTERA REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. Regimento 36 inciso XXIX dessa Casa de Leis.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora Sra. KATIA PRISCILA ANTUNES, portadora do RG sob o nº. 3623482 e CPF nº. 004.696.869-52, de 20 para 30 horas semanais (art. 1º, § 5º da Lei Complementar Municipal N.º 88 de 12 de junho de 2015).

Art. 2º. – A remuneração passa a ser o constante no anexo III da referida Lei.

Art. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus reais e legais efeitos a 12 de junho de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

União do Oeste, 15 de junho de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Registrada e Publicada em data supra.

# Urussanga

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015 DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

Inscrição	Nome	Situação
452	ALAN CLEITON DA ROSA OLIVEIRA	Indeferido
400	ALEXANDRE KERSTING BOM FIM	Indeferido
365	ÁUREO MADRID BORGES	Indeferido
428	BEATRIZ FRASSETTO JOSÉ	Indeferido
207	BRENDA DIAS MORAIS DE ARAUJO	Indeferido
90	CAMILA SILVEIRA DA ROSA	Deferido
32	CASSIANO SOUZA DOS SANTOS	Indeferido
14	CRISTIAN BONHO	Indeferido
278	DAIANE MEDEIROS DA SILVA	Deferido
307	EMANUELE SEVERO DOS SANTOS	Indeferido
450	FERNANDO DE SOUZA IDALENCIO	Deferido
93	FILIPPE DE ANDRADE MARTINS	Indeferido
29	FRANCISCO ANTONIO LOPES DOS	Deferido
494	GREICE MARIA FADIN VALENTIM	Indeferido
192	GUILHERME ALBINO DE ANDRADE	Deferido
67	HELLEN BECKER FELTRIN	Deferido
158	HONNYS ALESSANDRO TAVARES	Indeferido
10	IARA ALIXANDRE RAIMUNDO	Deferido
503	INDIANARA.BECKER.PEDROSO	Indeferido
546	JEFFERSON GUIMARAES	Indeferido
282	KARLA NAZARÉ BRAGA NUNES	Indeferido
162	KELVIN GUESSI DOMICIANO	Deferido
172	LAIS APARECIDA DELLA VECCHIA	Indeferido
359	LEANDERSON VIEIRA ROSALINO	Deferido
284	LORILDO ANELHO BRAGA NETO	Indeferido
126	LUIZ FERNANDO MONTEDO	Deferido
74	MARIANA KROETZ	Deferido
132	MARIANA RODRIGUES BUDAL	Deferido
79	MARIELLE MEIRA DA SILVA	Indeferido
176	MATUSALÉM DOMINGOS	Indeferido
429	NATAL JOSÉ	Indeferido
368	NATALIA ALBERTON DORIGON	Deferido
87	OLSSAMAR SACCON	Indeferido
25	PAULO HENRIQUE PELEGRIM	Indeferido
17	RAFAEL LEANDRO	Indeferido
489	RALF OTACILIO	Deferido
228	RAPHAEL DOS SANTOS	Deferido
105	RENATO LEMOS BORDINI	Deferido
525	RICHARD OTACILIO	Deferido
18	RODRIGO RIBEIRO MELO	Deferido
617	ROGERIO SOUZA FRANCISCO	Indeferido
418	ROSIMERE ALVES	Indeferido
166	TATIANA GERTRUDES PEREIRA	Indeferido
550	VANESSA UCKER	Indeferido
500	VINICIUS PATEL	Indeferido

DANIELA PIACENTINI VISINTIM

Presidente

Câmara Municipal de Urussanga

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

**PROCESSO 031/2015 PR 019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº031/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº019/2015

OBJETO: Contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP), para as Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 07 de julho 2015 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 22 de junho de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI  
PREFEITA MUNICIPAL

# Videira

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÕES E CONserto DA PARTE ELÉTRICA DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE AGRICULTURA foi anulada. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 12.114/15

DECRETO Nº 12.114/15 DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica

01 – Assessoria Jurídica

2.008 – Manutenção da Secretaria da Assessoria Jurídica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0395 Aplicações Diretas 32.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 32.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0114/15

Extrato do Contrato n. 0114/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: DOGLAS ANSILIERO  
CPF: 047.338.659-37  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015  
FUNÇÃO: PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.093,32 (dois mil, noventa e três reais e trinta e dois centavos)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0194/15

Extrato do Contrato n. 0194/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCIANA APARECIDA VARELLA  
CPF: 226.852.538-40  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO  
VIGÊNCIA: de 13 de março de 2015 a 31 de maio de 2015  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0210/15

Extrato do Contrato n. 0210/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SALETE ALVES DE MEIRA PADILHA  
CPF: 776.586.479-34  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0228/15

Extrato do Contrato n. 0228/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: RAFAELA ZIEGELMAIER RIBEIRO  
CPF: 052.381.599-94  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A TEREZINHA KERSCHBAUMER EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO  
VIGÊNCIA: de 07 de abril de 2015 a 03 de setembro de 2015  
FUNÇÃO: PSICÓLOGA  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL



CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 3.362,58 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0231/15**

Extrato do Contrato n. 0231/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRUNA DE OLIVEIRA  
CPF: 091.660.239-71  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A JULIANE PAZ EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA  
VIGÊNCIA: de 20 de abril de 2015 a 15 de maio de 2015  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0236/15**

Extrato do Contrato n. 0236/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA DE BARROS  
CPF: 064.373.329-99  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO  
VIGÊNCIA: de 17 de abril de 2015 a 16 de julho de 2015  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0237/15**

Extrato do Contrato n. 0237/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MADALENA DEMORI  
CPF: 296.709.779-91  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO  
VIGÊNCIA: de 23 de abril de 2015 a 22 de julho de 2015  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0263/15**

Extrato do Contrato n. 0263/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANA PAULA CANDIAGO  
CPF: 081.449.859-07  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO  
VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 a 20 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – EDUCAÇÃO INFANTIL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0567/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0567/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: WILSON RIBEIRO DE CAMPOS  
CPF: 564.413.989-15  
OBJETO: Alteração da secretaria, do centro de custo, do vencimento e do local de trabalho de "Agricultura, no Departamento de Agricultura, de R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), Agricultura" para "Infraestrutura, Departamento de Serviços Urbanos, de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e Parque Cidade da Criança".  
VIGÊNCIA: de 11 de agosto de 2014 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0071/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0071/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0067/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ALYSSON WOIGT  
CPF: 053.028.059-01  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir de 06 de abril de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0091/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0091/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0180/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSANA EVA DE OLIVEIRA  
CPF: 877.061.051-72  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 13 de abril de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0121/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0121/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0013/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ALINE TARUHN GHELLER  
CPF: 063.889.469-76  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 14 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0127/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0127/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0101/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KEIDE DAIANE ALVES  
CPF: 057.066.219-26  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 02 de junho de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0132/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0132/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0231/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRUNA DE OLIVEIRA  
CPF: 091.660.239-71  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 20 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0148/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0148/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0031/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELIZABETE NUNES  
CPF: 039.633.399-00  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 26 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0142/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0142/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0051/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELIANE ALVES MOREIRA BETIATO  
CPF: 032.941.989-73  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 26 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0149/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0149/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0241/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA CORRÊA DE MENEZES  
CPF: 044.872.159-78  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 27 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0143/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0143/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0088/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KATIA DALLAGO  
CPF: 828.946.639-00  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 27 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0151/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0151/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0244/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MÔNICA PAULA DANIELLI KUNZE  
CPF: 062.287.449-76  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 25 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0144/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0144/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0574/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIRLEI THIBES  
CPF: 425.780.519-68  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 22 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0152/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0152/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0081/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIZETE PEREIRA DA SILVA  
CPF: 009.544.619-24  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 25 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0145/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0145/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0194/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCIANA APARECIDA VARELLA  
CPF: 226.852.538-40  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 25 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0153/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0153/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0158/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TAIS CRESTANI  
CPF: 944.577.949-53  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 27 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0146/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0146/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0080/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA LELIS DONADEL  
CPF: 004.623.079-30  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 27 de maio de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0154/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0154/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0373/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KÁTIA REGINA MASIERO  
CPF: 497.147.839-68  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 31 de maio de 2015.

**LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 75/2015 - PMV - EMPRESA: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA****LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE  
DE ÓLEOS LUBRIFICANTES**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa MAUCOR LUBRIFICANTES, inscrita no CNPJ nº 80.954.555.0001-01, apresentou os laudos técnicos das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PR 75/2015 – PMV, conforme segue:

Em atendimento ao item 1.5 do Edital 75/2015 que diz: "As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo licitatório, deverão apresentar amostras físicas e fichas técnicas devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para a Comissão designada para o ato.

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
1	FLUIDO DE FREIO DOT 4 EM EMBALAGENS DE 500 ML.	HI TECH	Aprovada
2	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CALCIO, COMPOSTA COM GRAFITE, NLGI 1 EM BALDES DE 20 KG.	INGRAZ ANP 08	Aprovada
5	GRAXA MUTIPURPOSE LITHIUM GREASE NLGI Nº 02	INGRAZ ANP 203	Aprovada
10	ÓLEO HIDRÁULICO 68 DIN 51524 PARTE 2 HLP EM BALDES DE 20 LITROS	LUBRAX ANP 637	Aprovada
14	ÓLEO HIDRÁULICO VERMELHO, ATF TA GL 5 TIPO SUFIXO A EM BALDES DE 20 LITROS.	LUBRAX ANP 546	Aprovada
15	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO 5W30, API SN, EM EMBALAGEM COM 01 OU 03 LITROS.	PETRONAS ANP	Aprovada
17	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 API CI-4 EM BALDES DE 20 LITROS.	PETRONAS ANP	Aprovada
20	ÓLEO LUBRIFICANTE 4T 20W50 - EMBALAGEM DE 1 LITRO	PETRONAS ANP	Aprovada
21	ÓLEO LUBRIFICANTE 80W90 API GL 5 PARA CAIXA DE CÂMBIO EM BALDES DE 20 LITROS.	LUBRAX ANP 137	Aprovada
22	ÓLEO LUBRIFICANTE 85W140 API GL 5 COM 20 LITROS CADA	LUBRAX ANP 137	Aprovada
23	ÓLEO LUBRIFICANTE 90 API GL 5, COM 20 LITROS CADA.	LUBRAX ANP 137	Aprovada
26	ÓLEO LUBRIFICANTE ISOVG HR 68 EP, EM BALDES DE 20 LITROS.	LUBRAX ANP 637	Aprovada
27	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL EM EMBALAGENS DE 5 LTS 15W40	LUBRAX ANP 6235	Aprovada
28	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO, PARA MOTORES A DIESEL, VISCOSIDADE 15W40 TURBO, HOMOLOGADO PELAS NORMAS API CI - 4 SL, ACEA E7 - 04/ ES - 02 EM BALDES COM 20 LITROS.	PETRONAS ANP	Aprovada
29	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO 100% SINTÉTICO SAE 5W40 API SM ACEA A3/B4 EM EMBALAGENS DE 1 LITRO.	PETRONAS ANP	Aprovada
34	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 80W90 HIPOIDE API GL5 MIL-L-2105D EM BALDES DE 20 LITROS	LUBRAX ANP 137	Aprovada
35	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 HIPOIDE API GL5 MIL-L-2105D EM BALDES DE 20 LITROS	LUBRAX ANP 137	Aprovada
36	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 HIPOIDE API GL5 MIL-L-2105D EM BALDES DE 20 LITROS.	LUBRAX ANP 137	Aprovada
37	ÓLEO LUBRIFICANTE VERMELHO ATF TA GL5, EM BALDES DE 20 LITROS CADA	LUBRAX ANP 546	Aprovada
38	ÓLEO LUBRIFICANTE W10 TAC3 API CF, EM BALDES DE 20 LITROS.	LUBRAX ANP 560	Aprovada
40	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA SAE 20W-50, ÓLEO MINERAL MULTIVISCOSO. EM EMBALAGEM DE 01 LITRO.	PETRONAS ANP	Aprovada
41	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA SAE 20W50 API SJ, ÓLEO MINERAL MULTIVISCOSO. EM EMBALAGEM COM 01 OU 03 LITROS.	PETRONAS ANP	Aprovada
42	ÓLEO SEMI SINTÉTICO 05W40, API SN, PARA MOTORES A GASOLINA E ÁLCOOL, EM EMBALAGEM COM 01 OU 03 LITROS.	PETRONAS ANP	Aprovada
44	ÓLEO SINTÉTICO 5W40 PARA MOTORES A GASOLINA E ÁLCOOL.	PETRONAS	Aprovada
45	QUEROSENE EM EMBALAGEM DE 20 LITROS.	PETROBRAS	Aprovada

Sendo assim, a empresa MAUCOR LUBRIFICANTES, que obteve a 1ª proposta melhor classificada para os itens acima descritos na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas e ficha técnica original do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, as Secretarias de Agricultura, Educação e Infraestrutura e os órgãos participantes Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, opina pela aprovação dos laudos/prospectos apresentados pela empresa MAUCOR LUBRIFICANTES, conforme documentos anexos.

Videira, 18 de junho de 2015.

Camila Strapazon  
Técnica Administrativa  
Fundo Mun. De Saúde

Silvana Toccolini  
Assessora Administrativa  
Fundo Mun. de Assist. Social

**LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 75/2015 - PMV - EMPRESA: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA****LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE  
DE ÓLEOS LUBRIFICANTES**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.104.642.0001-01, apresentou os laudos técnicos das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PR 75/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
3	GRAXA À BASE DE SABÃO DE LITIO NLGI 2 EM EMBALAGENS DE 170 KG	Petronas	Aprovada
6	ÓLEO 2 TEMPOS API TC PARA MOTORES A GASOLINA, FRASCO 500ML	Petrobras	Aprovada
7	ÓLEO DO GIRO SAE 80W 90 E API GL5 - CARAÇA DO COMANDO FINAL	Petrobras	Aprovada
8	ÓLEO HIDRAULICO (FLUÍDO A BASE DE ÓLEO MINERAL) H 046-HM, ISO VG46, KES 07.841.1 EM BALDES DE 20 LITROS.	Petrobras	Aprovada
9	ÓLEO HIDRÁULICO 46,20 LITROS, PARA RETROESCAVADEIRA JCB.	Petrobras	Aprovada
11	ÓLEO HIDRÁULICO ANTIDESGASTANTE HLP DIN 51 524 PART 2 ISO VG46 HLP ISO6743/4 - HM EM BALDES DE 20 LITROS.	Petrobras	Aprovada
12	ÓLEO HIDRÁULICO ISO VG 46	Petrobras	Aprovada
13	ÓLEO HIDRÁULICO PARA RETROESCAVADEIRA RANDON, 46 ASTM, EM BALDES DE 20 LITROS.	Petrobras	
16	ÓLEO LUBRIFICANTE 150 DIN 51524 P2 HLP ISO6743-4 HM EM BALDES DE 20 LITROS	Petrobras	Aprovada
18	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 API CI-4, EM EMBALAGEM COM 01 OU 03 LITROS.	Petrobras	Aprovada
19	ÓLEO LUBRIFICANTE 20W 30, APIGL 4, EM EMBALAGENS DE 20 LT CADA.	Petrobras	Aprovada
24	ÓLEO LUBRIFICANTE EM EMBALAGENS DE 1 LITRO 10W40 SEMI-SINTÉTICOS	Petrobras	Aprovada
30	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CORRENTE DE MOTOSSERRA, EMBALAGEM DE 5 LITROS, DEVERÁ POSSUIR EM SUA COMPOSIÇÃO ÓLEOS BÁSICOS MINERAIS, ADITIVOS ANTIESPUMANTE E AGENTE DE ADESIVIDADE.	TG	Aprovada
31	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS REFRIGERADOS A AR, API TC SAE 30 EM EMBALAGENS DE 500 ML.		Aprovada
32	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO TO30 KOMATSU MICRO - CLUTH EM BALDES DE 20 LITROS.	Petronas	Aprovada
33	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140 HIPOIDE API GL5 MIL-L2105 EM BALDES DE 20 LITROS	Petrobras	Aprovada
39	ÓLEO MINERAL DE SUPERIOR PERFORMANCE PARA TRANSMISSÃO E EIXO TRASEIRO DAS RETROESCAVADEIRAS, COM ADITIVAÇÃO MODIFICADORA DE ATRITOS - FLUID 424, EM BALDES DE 20 LITROS.	Petrobras	Aprovada
43	ÓLEO SEMI SINTÉTICO 15W40 API SN PARA MOTORES A GASOLINA E ÁLCOOL. EM EMBALAGENS COM 01 OU 03 LITROS	Petrobras	Aprovada

Em atendimento ao item 1.5 do Edital 75/2015 que diz: "As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo licitatório, deverão apresentar amostras físicas e fichas técnicas devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para a Comissão designada para o ato.

Sendo assim, a empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, que obteve a 1ª proposta melhor classificada para os itens acima descritos na etapa delances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas e ficha técnica original do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, as Secretarias de Agricultura, Educação e Infraestrutura e os órgãos participantes Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, opina pela aprovação dos laudos/prospectos apresentados pela empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, conforme documentos anexos.

Videira, 18 de junho de 2015.

Maria R.S. Marques  
Diretora de Educação  
Secretaria de Educação

AltivirDernardi  
Chefe de Compras  
Secretaria de Infraestrutura

Caetano Fiorelli  
Assessor do Dep.  
de Jardinagem e Paisagismo  
Secretaria de Agricultura



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 90/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS DE CONCRETO, QUE SERÃO UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 06/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 22 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 91/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA O CONserto DO TRATOR VALMET 785 4 X 4 FROTA 91. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 06/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 22 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**RELAÇÃO DEFINITIVA DE CANDIDATOS PARA ELEIÇÕES UNIFICADAS CONSELHO TUTELAR MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC EDITAL 002/2015**

RELAÇÃO DEFINITIVA DE CANDIDATOS PARA ELEIÇÕES UNIFICADAS CONSELHO TUTELAR MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC EDITAL 002/2015

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1º	ELUSA APARECIDA MACHADO	Deferido
2º	KATLIN APARECIDA HARTMANN	Deferido
3º	SABRINA VALESKA DE OLIVEIRA	Deferido
4º	KELY REGINA DANIELLI SUZIN	Deferido
5º	JOSE ALTAIR FERREIRA PIRES	Deferido
6º	ALEX BRUNO GASPERELLO RIZZOLLI	Deferido
7º	MARILDE DE MATTOS FONGARO	Deferido
8º	JULIANA ROSTIROLA	Deferido
9º	IVENIR MUNZLINGER SECCO	Deferido
10º	LAIRTON JOSE BOLICO JOAQUIM	Deferido
11º	TATIANA DA LUZ SAMISTRARO	Deferido
12º	WAGNER MIOTTO	Deferido
13º	MARCOS ROBERTO MAZURECK	Deferido
14º	SILVANA TOCCOLINI	Deferido
15º	MARILENE VANZ DOS SANTOS	Deferido
16º	JANAINA SOLIGO SE SOUZA	Deferido
17º	MIRIANE BATISTA	Deferido
18º	JULIANA WEBER	Deferido

19º	NOELI FATIMA ROSSETTE	Deferido
20º	VALDECIR CAGNIN	Deferido
21º	NILCEIA APARECIDA LEMOS	Deferido
22º	DANIELI RIBERIO DA SILVA	Deferido
23º	MARCELO ZANON	Deferido
24º	VILMAR PERIN	Deferido
25º	ROSELAINÉ CRISTINA PINTO	Deferido
26º	ANTONIO AUGUSTO SILVA	Deferido
27º	JULIANA CEZARIO GOMES DE MATTOS	Deferido
28º	GISELE GARCIA DA SILVA	Deferido
29º	ALEX ANTONIO PADILHA	Deferido
30º	SEMI KAMEL SALHA	Deferido
31º	CELSO ALESSANDRO COITO	Deferido
32º	JEFFERSON FIORELLI	Deferido
33º	VANESSA APARECIDA DA SILVA	Deferido
34º	LUIZ CARLOS SPANHOLI	Deferido
35º	MORGANA RODRIGUES BUENO	Deferido
36º	DILMA RODRIGUES BUENO	Deferido
37º	RODRIGO MAY	Deferido
38º	SCHEILA RODRIGUES DA SILVA	Deferido
39º	ELIZEU MASSNEIRO	Deferido
40º	ZELI DO PRADO	Deferido
41º	NEUSADIR APARECIDA FERREIRA DO NASCIMENTO	Deferido

Conforme Edital 002/2015 do CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes) segue a relação definitiva dos inscritos para eleição unificada do Conselho Tutelar, após apresentação da defesa do candidato inscrito sob o número 027, a Comissão eleitoral deferiu favorável sua candidatura.

Obs. A prova se realizará no dia 28 de junho de 2015, na Escola de Educação Básica Prefeito Paulo Fioravante Penso, Rua: Saul Brandalise, 1656, Bairro: II Pinheiros, com início às 08:30 hrs e término às 11:00 horas;

Videira 19 de junho de 2015

Comissão Eleitoral

Francieli Vizzoli de Souza

Alvair Lirio Barzotto

Marilda Vescovi Pelissaro

Seloir B. Grandio

**TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER REFORMA DO TERRAÇO DO OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO COM SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE NOVA CÚPULA DE OBSERVAÇÃO E PINTURA EXTERNA. ÁREA TOTAL DE 152,78 M² DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETOS. PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 10 de julho de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08h00min às 11h45min e às 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 05 2015**

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

**CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS MAIO/2015**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO			
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas Oriundas de Impostos			ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU			4.544.944,07
1.2 - ITBI			758.800,78
1.3 - ISS			3.638.342,56
1.5 - IRRF			762.191,21
1.6 - Dívida Ativa de Impostos			242.571,69
1.7 - Multas e Juros de Impostos			169.210,00
1.8 SOMA			10.116.060,31
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB			Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%			9.096.985,29
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%			82.175,24
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%			14.994.059,95
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%			237.588,30
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%			3.011,25
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%			2.760.102,23
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%			0,00
1.17 SOMA			27.173.922,26
1.18 TOTAL			37.289.982,57

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO		Até o Mês
Especificação		Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)		9.322.495,64
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)		8.239.736,14
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB		90.959,07
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2		712.111,09
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação		1.068.732,66
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação		121.581,55
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4		903.313,52
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino		379.859,06
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7		350.639,28

3. APLICAÇÃO		Até o mês		
Especificação		Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)		9.322.495,64	10.438.642,19	1.116.146,55
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental			5.730.931,86	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil			4.707.710,33	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)		8.330.695,21	7.273.435,83	-1.057.259,38
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)		4.998.417,13	6.177.574,19	1.179.157,06
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)		3.332.278,08	1.095.861,64	-2.236.416,44
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)		2.093.627,73	519.648,23	-1.573.979,50
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)		730.498,34	605.810,32	-124.688,02

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)		MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)		25,00%	20,23%	-4,77%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)		60,00%	74,15%	14,15%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil ( máximo 40% de 2.1.1)		40% (máximo)	13,15%	-27,25%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB		Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB		8.239.736,14	5.434.783,40	2.804.952,74

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 16 de junho de 2015.

Maria Angélica Vanz  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal



# Xanxerê

## PREFEITURA

### 5 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0073/2013

Extrato 5 Aditivo ao Contrato nº 0073/2013

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Construlacer Com. e Const. Lacerdópolis Ltda

Objeto: Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Tacca.

Fica prorrogado prazo de vigência do contrato originário para mais 90 dias contados a partir de 20/06/15 vigorando até 17/09/15.

Xanxerê-SC, 19 de junho de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0017/2015

Processo nº 0091/2015 – Dispensa de Licitação nº 0017/2015

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para os serviços de consultoria e assessoria em relação às Linhas Telefônicas da contratante com a operadora OI. No valor de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), com a empresa: Altamiro Duarte - ME. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II. Xanxerê-SC, 19 de junho de 2015 - Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0046/2015

Extrato de Contrato nº 0046/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Altamiro Duarte - ME.

Objeto: Contratação dos serviços de consultoria e assessoria em relação às Linhas Telefônicas da contratante com a operadora OI sendo números fixos (49)3433-2044 e (49)3441-8500, com contratos agrupadores nº 700.906.492-2 e nº 713.670.073-7.

Valor: R\$ 7.900,00

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 19 de junho de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### LEI Nº AJG 3746/2015

Lei Nº 3746 / 2015

(Origem Projeto de Lei Nº003/2015 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE HELENA AUGUSTINHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Helena Augustinha, a Rua de Servidão ao lado da chácara nº 210 localizado no Bairro Vista Alegre.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1837-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 090 1837/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AER2451	55713002E	5207/0	17/03/2015	169
CHY6320	55710761E	5541/7	06/04/2015	181 * XVII
HEH7565	55713616E	6068/1	09/04/2015	209
LXA3650	55712536E	5193/0	19/03/2015	168
MGI6393	55712593E	5720/0	13/03/2015	186 * I
MGN3986	55711139E	5746/3	07/03/2015	187 * I
MHN2885	55713001E	5207/0	17/03/2015	169
MID6522	55713619E	6068/1	09/04/2015	209
MMA4042	55713058E	6181/0	13/03/2015	215 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA

COORDENADORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1841-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 090 1841/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IMH5635	55713617E	6068/1	09/04/2015	209
LYY5817	55713010E	5525/0	23/03/2015	181 * XV
MFD2297	55713008E	7366/2	19/03/2015	252 * VI
MHN6507	55713006E	7366/2	19/03/2015	252 * VI
MIE6446	55712600E	5185/1	23/03/2015	167
MIG0816	55712896E	5460/0	02/03/2015	181 * IX
MJV4259	55712535E	5193/0	19/03/2015	168
QIZ3019	55713626E	6068/1	09/04/2015	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA

COORDENADORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1843-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 090 1843/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CJB9902	55712937E	5452/1	08/01/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MIT8145	55712893E	5568/0	26/02/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJU9700	55712225E	5452/2	25/11/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA

COORDENADORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1845-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 090 1845/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKJ7843	55713757E	6858/0	28/04/2015	231 * VII
AON9611	55713502E	5835/0	10/04/2015	195
AON9611	55713503E	5215/2	10/04/2015	170
AON9611	55713505E	5185/1	10/04/2015	167
AON9611	55713507E	5720/0	10/04/2015	186 * I
AON9611	55713508E	5819/1	10/04/2015	193
CIU1237	55712320E	5460/0	07/04/2015	181 * IX
LXK9391	55713601E	5185/1	30/03/2015	167
LZN4444	54539209C	5541/6	14/04/2015	181 * XVII
LZS6444	55713702E	5541/1	13/04/2015	181 * XVII
MID6522	55713172E	5460/0	16/04/2015	181 * IX
MIE0519	55712540E	6173/2	25/03/2015	215 * I * a
QHF8017	55713615E	6068/1	09/04/2015	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1847-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 090 1847/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOM6211	55710937E	5185/1	15/02/2015	R\$ 127,69	167
IHC6620	55712889E	5185/1	15/02/2015	R\$ 127,69	167
IHC6620	55712890E	5193/0	15/02/2015	R\$ 191,53	168
IHC6620	55712891E	5835/0	15/02/2015	R\$ 127,69	195
IIQ1690	55712625E	5460/0	30/01/2015	R\$ 85,12	181 * IX
MDX6685	55713202E	5428/1	16/02/2015	R\$ 191,53	181 * V
MHA1073	55712808E	5215/2	06/02/2015	R\$ 191,53	170
MHA1073	55712809E	5835/0	06/02/2015	R\$ 127,69	195
MHA1073	55713391E	7030/3	06/02/2015	R\$ 191,53	244 * I
MLD8946	55712892E	5452/5	26/02/2015	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA

COORDENADORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1849-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 090 1849/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMJ1308	55713612E	6068/1	09/04/2015	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1851-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 090 1851/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEF6651	55713321E	5452/5	17/03/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MDQ3408	55713322E	5452/5	17/03/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGA4604	55711285E	5835/0	15/03/2015	R\$ 127,69	195
MGA4604	55711286E	5215/1	15/03/2015	R\$ 191,53	170
MGA4604	55711287E	5185/1	15/03/2015	R\$ 127,69	167
MIH9781	55712537E	7366/2	19/03/2015	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1854-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 090 1854/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZH5447	55713013E	5452/5	25/03/2015	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

**EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1839-2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 090 1839/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHI1934	55712050E	5185/1	31/01/2015	R\$ 127,69	167
ANV4276	54535092C	5835/0	17/12/2014	R\$ 127,69	195
ASE1605	55711344E	5452/2	22/12/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHQ1998	55712930E	5185/1	23/12/2014	R\$ 127,69	167
MHT4429	54534619C	5347/0	13/02/2015	R\$ 85,12	178
MIE6446	55713355E	5550/0	28/11/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLH9087	55711493E	7048/1	25/12/2014	R\$ 191,53	244 * II
MSI2226	55712570E	5509/0	28/11/2014	R\$ 85,12	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 19 DE JUNHO DE 2015

CLARICE BEATRIZ SERENA

COORDENADORA DE TRANSITO

# Xavantina

## PREFEITURA

### ADENDO 01 EDITAL PP 21-2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015 PMXV

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de serviços diários de sobre aviso para atendimentos médico-veterinário a serem prestados nas propriedades do Município de Xavantina/SC, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

#### ADENDO Nº 01

O Município de Xavantina/SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO que:

Altera os Itens 1.2, 1.3, 6.1 e Anexo "C" do edital do Processo Licitatório nº 43/2015 PMXV, modalidade Pregão Presencial SRP nº 21/2015 PMXV, nos seguintes termos:

1 - Ficam alterados os Itens 1.2, 1.3, 6.1 e Anexo "C" do edital de licitação em referência, na seguinte forma:

1.2 - O recebimento do Credenciamento, dos nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, o Credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08:30 horas do dia 03 de julho de 2015, no Departamento de Compras desta Prefeitura, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09:00 horas do dia 03 de julho de 2015, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Xavantina, situada no endereço citado no item 1.1 do Edital.

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS); Tendo em vista os Decretos nº 8.302, de 04 de setembro de 2014, Portaria nº 358, de 5 de setembro de 2014 e a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, a licitante que tiver apenas uma das certidões exigidas nas alíneas "a" e "d" do item 6.1 ainda no prazo de validade, deverá apresentar a nova certidão conjunta que abrange ambas as certidões;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça

do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011. Esta certidão poderá ser emitida através do site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br);

g) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

h) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o primeiro grau, ou por adoção do Município de Xavantina/SC;

i) Declaração assinada pelo responsável da empresa que a mesma se será responsável por toda e qualquer despesa, inclusive alimentação e locomoção até as propriedades rurais, local dos atendimentos;

j) Diploma(s) de conclusão de curso de Medicina veterinária do(s) profissional(is) que ficará(ão) responsável(eis) pelo(s) atendimento(s) na(s) propriedade(s) rural(is);

k) Inscrição no Conselho Regional de Medicina Veterinária do(s) profissional(is) que ficará(ão) responsável(eis) pelo(s) atendimento(s) na(s) propriedade(s) rural(is).

#### ANEXO "C"

#### DESCRIÇÃO DOS ITENS OBJETO DESTA LICITAÇÃO

Item	Quant.	Unid.	Descrição completa	Preço Unitário Máximo em R\$
01	200,00	dias	Contratação de empresa para prestação de Serviço diário de sobre aviso para atendimentos médico-veterinário a serem prestados nas propriedades dos agricultores solicitantes no Município de Xavantina/SC, nos feriados, finais de semana (sábados e domingos) e dias que os servidores do Município não puderem prestar o serviço, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas conforme a solicitação do Departamento de Agricultura.	300,00

3 – Todas as demais condições estabelecidas no edital continuam vigentes.

Xavantina/SC, em 23 de julho de 2015.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.	VALMOR DE SOUZA OAB/SC 12.717
--	----------------------------------

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO PREGÃO 057/2015

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL N. 057/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 111/2015

O Município de Xaxim – SC torna público a REPUBLICAÇÃO referente ao pregão presencial, visando o registro de preço para aquisição de informativos e calendários de geladeira para prevenção e combate a dengue, que serão distribuídos para toda a população xaxinense como orientação para a campanha, na qual não houve interessados, restando à licitação deserta. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 06 de julho de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta-feira.

Xaxim - SC, 28 de abril de 2015.

Idacir Antônio Orso  
Prefeito Municipal

### NOTA DE ESCLARECIMENTO REFERENTE AO PREGÃO 063/2015

NOTA DE ESCLARECIMENTO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2015 – PREGÃO PRESENCIAL N. 063/2015 - SRP.

O departamento de Licitações vem através desta, informar que o presente processo licitatório que tem por objeto o registro de preços para aquisição de utensílios e material de cozinha para uso na Secretaria de Educação e Cultura, Escolas e CEIMs Municipais, alterou em seu anexo I;

No item 64 onde lê-se: Travessa Funda de Vidro com Tampa, Tamanho 50 x 80 cm, 100% Algodão (Amostra).

Leia-se: Travessa Funda de Vidro com Tampa, (sopeira) tamanho 9 cm, Altura 21 cm diâmetro. (Amostra).

Xaxim 22 de junho de 2015.

Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### PORTARIA 724

PORTARIA Nº 724/2015.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o comunicado remetido pela Secretaria de Educação, que expõe incongruência na frequência da servidora, rente à prestações de serviços à outra Administração;

CONSIDERANDO que, a servidora é contratada para exercer a função de professora, junto a Escola Municipal Neusa Massolini, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

CONSIDERANDO que, nos últimos dois meses de atividade, a servidora apresentou diversos atestados médicos, cuja soma totalizou 21 (vinte e um) dias ausentes;

CONSIDERANDO que, além de funcionária municipal, a professora exerce profissão perante o Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que, através dos ofícios 058/2015 e 068/2015 destinado ao departamento Estadual, fora requerido a comprovação de frequência e eventuais atestados apresentados pela servidora nas datas faltantes junto ao Ente Municipal;

CONSIDERANDO que, na análise da documentação, foi constatado que a servidora, mesmo com dispensa médica, atuou normalmente nos dias 11/05 (CEJAX e Escola Artur Costa e Silva), 12/05 (CEJAX), 13/05 (CEJA-Xanxerê), 18/05 (CEJAX e Escola Artur Costa e Silva), 20/05 (CEJA- Xanxerê e Escola Artur Costa e Silva), 25/05 (Escola Artur Costa e Silva), 01/06 (Escola Artur Costa e Silva), 08/06 (CEJA – Xanxerê), 09/06 (CEJAX), 10/06 (Escola Artur Costa e Silva e CEJA – Xanxerê);

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública preponderar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

e,

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, IV, IX e XI do art. 168, da Lei 1.729/94, os incisos XIII, XVII do art. 152 c/c os incisos I, II, III, IX e X do art. 151 da mesma lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventuais faltas funcionais cometidas pela Servidora Municipal C. L. C. B., acerca do fato acima relatado.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I – Fabiane Paula Giroto Rissi;

II – Catiane Curtarelli;

III – Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de junho de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração



# Associações

## AMMVI

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015. CONVOCA A IV CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015.

Convoca a IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa do Médio Vale do Itajaí, e dá outras providências.

O Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5º, incisos I e II, combinado com o artigo 29, alíneas "a", "g" e "h", do Estatuto Social da Associação; e Considerando a portaria 754 da Secretaria de Direitos Humanos de 29 de dezembro que dispõem sobre as diretrizes para organização e realização das Conferências.

Considerando-se a deliberação dos Municípios associados pela realização da IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa do Médio Vale do Itajaí, envolvendo os municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, das 13:00 às 17:00, nas dependências do Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, situado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, na cidade de Blumenau - SC.

§ 1º - A IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa do Médio Vale do Itajaí será coordenada pela AMMVI, juntamente com a Comissão Organizadora Regional, seguindo-se as diretrizes dos Conselhos Estadual e Federal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 2º - Fica designado a Comissão Organizadora Regional para realização da Conferência de que trata este Edital, que dentre eles escolherão seu Presidente e aprovarão os instrumentos necessários para cumprimento de suas finalidades, composta dos seguintes membros:

Nome/CPF	Cargo/ Emprego	Órgão	Município
Andrea Martendal – CPF nº 029.126.969-92	Assistencia social	Secretaria de Saúde e Assistencia	Apiuna
Janete Teresinha Frare Andreani – CPF nº 578.773.789-04	Assistencia social	Secretaria de Saude e Assistência Social	Ascurra
Gustavo Buzz – CPF nº 130.530.147-18	Educador Social	Secretaria de Saúde e Assistência Social	Benedito Novo
Robiana Tereza Loch Pasquali – CPF nº 059.795.749-56	Psicóloga	Secretária de Saúde e Bem Estar Social	Benedito Novo/SC
Sara Regina Ledra – CPF nº 896.001.779-53	Gerente de Assistência Social, Trabalho e Habitação	Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação - 15ª SDR	Blumenau
Maria Eunice Malacarne Bernat – CPF nº 563.333.669-00	Chefe do Setor de Gestão Social e Formação	Secretaria de Desenvolvimento Social	Blumenau/SC
Daniele Bené Lahorgue Lopes – CPF nº 896.258.119-15	Assistente Social	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Blumenau/SC
Jussara de Oliveira Lussolli – CPF nº 014.604.919-55	Coordenadora do CRAS	Assistência Social e Habitação	Botuverá
Silvia Kuhnen – CPF nº 652.130.419-49	Educadora Social	Secretaria de Assistência Social e Habitação	Brusque
Karim Denise Viviani Stainzack – CPF nº 594.372.199-15	Secretária de Saúde	Secretaria de Saúde e Assistência Social	Doutor Pedrinho
Patrícia Pessatto – CPF nº 018.628.599-06	Assistente Social	Secretaria de Saúde e Assistência Social	Doutor Pedrinho
Eloir Rodrigues da Silva – CPF nº 82710350963	Assessora	Secretaria de desenvolvimento social	Gaspar
Neide Luzeti Hort – CPF nº 671.861.499-87	Secretária Municipal de Assistência Social, Habitação e Emprego	Secretaria de Assistência Social	Guabiruba
Marli Gazaniga – CPF nº 685.272.849-87	Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Secretaria de Assistência Social	Indaial
Maria Carolina Mestre Vilaça – CPF nº 029.154.289-13	Assistente Social - Coordenadora do CREAS	CREAS/SEDES	Pomerode
Marineusa Hoffmann – CPF nº 756.015.089-68	Assistente Social	Saude e Assistencia	Rio dos Cedros
Karina Ercilia Gadotti – CPF nº 029.479.999-08	Ass. Social	SEMUDES	Rodeio
Katia Regina L. Vilvert – CPF nº 702.621.609-00	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social	Timbó

Art. 2º - A IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa do Médio Vale do Itajaí, terá como título "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades".

Art. 3º - A IV Conferência Regional Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa do Médio Vale do Itajaí tem por objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas intersetoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação implementação no município e na região da Política da Pessoa Idosa.

Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 19 de Junho de 2015.

Paulo Roberto Weiss

Presidente da AMMVI

## AMUREL

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze (30/04/2015), às 10h00min (dez horas) em segunda convocação, reuniram-se na sede da AMUREL, os Prefeitos representantes dos Municípios Associados: o Senhor Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; o Senhor Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; o Senhor Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará; o Senhor Álvaro José Medeiros Jr., Vice-Prefeito de Gravatal, neste ato representando o Senhor Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; o Senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí; o Senhor Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; o Senhor José Schotten, Prefeito Municipal de São Martinho; a Senhora Dilcei Heidemann, Prefeita Municipal de Santa Rosa de Lima; o Senhor Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; o Senhor Clésio Bardini de Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio; e o Senhor João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão. Além dos Senhores Prefeitos acima nominados, estavam presentes o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL; os representantes da Associação dos Avicultores do Sul de Santa Catarina, o Senhor Emir Tezza e a Senhora Rosiléia Inocente, respectivamente, presidente e secretária da associação; bem como a Assessoria Jurídica da AMUREL. Depois de constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o Senhor Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba e Presidente da AMUREL, fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos, dando-os as boas vindas. O protocolo passou a leitura do Edital, que se transcreve: "O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de abril de 2015, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: 1. Aprovação da Ata Anterior; 2. Prestação de contas do primeiro bimestre, do exercício de 2015; 3. Metodologia, inovadora para cobrança – Dívida Ativa; 4. Compensação de valores recolhidos a maior de INSS; 5. Apresentação Associação dos Avicultores; 6. Assuntos diversos." Após aberto os trabalhos passaram a apreciar os referidos itens da pauta, na seguinte forma: 1) Deliberação sobre Ata Anterior: Procedeu-se à deliberação acerca da Ata anterior, cuja leitura foi dispensada pelos presentes. A ata restou aprovada. 2) Prestação de Contas do 1º. Bimestre do exercício de 2015: Ato contínuo foi apresentado, para fins de análise e deliberação, os relatórios das demonstrações contábeis relativos ao 1º bimestre de 2015, com esclarecimentos prestados pelo contador da AMUREL, Senhor Ramon Mendes. Após a apreciação e

discussão sobre o tema, as prestações de contas foram consideradas aprovadas pela Assembleia por unanimidade. Em seguida foram apreciados os assuntos relacionados nos itens 3 e 4 do edital de convocação, que versam sobre sugestões de pauta apresentadas pelo Presidente da AMUREL, sendo eles: 3) Metodologia, inovadora para cobrança – Dívida Ativa: Neste ato, o Senhor Jaison Cardoso de Souza, Presidente da AMUREL, informou que em decorrência dos trabalhos concentrados executados pelos servidores do setor de dívida ativa do município de Imbituba, do qual é gestor, a arrecadação em 2012 passou do patamar dos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em 2014. Em seguida, relatou que uma empresa de Software, denominada de "Softplan", apresentou proposta de trabalho via aquisição de um sistema que integra diretamente o sistema de dívida ativa do município com o sistema gerencial do Tribunal Justiça de Santa Catarina – TJSC. Dessa maneira, disse aos presentes, que se tiverem interesse em conhecer e ter maiores informações em relação à sistemática de trabalho da citada empresa, que será deixado junto à diretoria da AMUREL, os dados para contato. Ato contínuo o Senhor Presidente, manifestou - se sobre o item 4) Compensação de valores recolhidos a maior de INSS: sobre este item o Senhor Jaison Cardoso de Souza, Presidente da AMUREL; destacou que também chegou ao seu conhecimento que existe uma empresa que propõe a recuperação de créditos municipais relativos a valores recolhidos a maior junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, onde segundo informações, a empresa proponente garante recuperar em média o valor equivalente a 2 (duas) folhas de pagamento do município interessado. No uso da palavra manifestaram-se, os Senhores Prefeitos adiante relacionados: Moacir Rabelo da Silva, que disse ter experiência negativa quanto a este tipo de trabalho, já que em gestão anterior a sua, foi realizada a citada recuperação e agora a presente gestão está pagando os valores com juros e multas; Clésio Bardini de Biasi, relatou que buscou maiores subsídios sobre o assunto e disse que foi informado que aqueles municípios que fizeram a citada recuperação provavelmente terão que devolver os valores "recuperados" aos cofres da União atualizados com multa e juros; Volnei Weber, relatou que tal recuperação foi efetivada em seu município e o resultado foi positivo; Manoel Viana de Sousa, informou que teve conhecimento de que os valores a serem recuperados devem ser efetuados pela via administrativa e judicial, para tanto solicitou a manifestação do Dr. Peterson Medeiros de Oliveira, da Assessoria Jurídica da AMUREL, o qual, confirmou a informação do Senhor Manoel Viana de Sousa, acrescentando que em média, dos possíveis valores à recuperar a título de INSS, 60% (sessenta por cento) é pela via administrativa e 40% (quarenta por cento) via judicial, por fim, destacou que para este tipo de procedimento devem os gestores usar de cautela, em especial quanto ao princípio da legalidade. Por último manifestou-se o Senhor Amilton Ascari, salientando, que tal procedimento foi realizado em seu município, todavia, sem custo, já que foi efetivado via procuradoria do município. 5) Apresentação Associação dos Avicultores: no uso da palavra a Senhora Rosiléia Inocente, secretária da Associação dos Avicultores da Região Sul de SC, entidade que congrega os avicultores das Regiões da Amurel,

Amesc e Amrec; neste ato em seu nome e em nome dos Senhores Emir Tezza e Valério Nandi, respectivamente, Presidente e Tesoureiro da citada associação, agradeceu a acolhida e informou a todos das dificuldades que estão passando os criadores de frangos para manter esta atividade, principalmente, em função do alto custo de produção e baixo preço pago aos mesmos por uma Agroindústria da Região, que tem o monopólio na aquisição do produto. Ainda, relatou o auto êxodo rural na região sul do estado, face a desmotivação dos filhos dos produtores rurais em manter-se no campo e dar continuidade as atividades de seus pais, diante da falta de incentivo dos governos e "exploração" das agroindústrias. Neste sentido, com base no acima explanado, mencionaram que estão se mobilizando para que seja criada uma lei que venha proteger as relações contratuais de comercialização da produção rural, entre produtores e as agroindústrias, já que até o presente momento, não existe legislação que os amparem. Portanto, solicitaram o apoio dos Prefeitos, para que em conjunto, via AMUREL, mediem junto aos Deputados Federais da Região da Amurel, para que apoiem esta iniciativa. Concluída a fala da Senhora Rosélia, o Senhor Presidente da Amurel, solicitou a manifestação dos prefeitos, sendo que o Senhor Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero, relatou de forma saudosa e emotiva, fato ocorrido com seus familiares e demais produtores, relacionados à produção de suínos, que também passaram por situação semelhante. Por fim, restou definido que a AMUREL dará suporte às reivindicações dos avicultores, fazendo um documento que será subscrito por todos os prefeitos, para ser levado a todos os parlamentares da região em Brasília e também ser apresentado durante a Marcha a Brasília, que se dará no mês de maio do corrente ano. 6) Assuntos diversos: a) Apresentação de Serviços e Produtos nas Assembleias: O Senhor Jaison Cardoso de Souza, Presidente da AMUREL, no que tange ao assunto em questão, narrou que entende contraproducente as apresentações durante as assembleias da AMUREL, de empresas que tem a intenção de contratar produtos ou serviços com os municípios da região, dessa forma, sugeriu que toda e qualquer apresentação neste intuito fosse avaliada pela Diretoria antes de ir para a pauta, ficando, contudo, a Diretoria da AMUREL autorizada a tomar ciência dos produtos e serviços oferecidos e disponibilizá-los aos municípios que tiverem interesse, para que entrem em contato. Após a apreciação e discussão sobre o tema, a proposta foi aprovada pela Assembleia por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, informou o que segue: b) Ofício ao Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal SA: O Senhor Celso, cientificou aos presentes que, com o objetivo de agilizar a liberação de convênios entre os municípios da Região e o Governo Federal, na área de projetos de engenharia civil, está previsto para o dia 13/05/2015, em Brasília-DF, com a presença do Deputado Federal Edson Bez de Oliveira e Vânio dos Santos, funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal SA; a entrega de ofício ao Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal SA, onde a AMUREL coloca sua estrutura à disposição da Caixa, para receber o projeto representante Caixa, composto por profissional habilitado na área de engenharia. Assim sendo, se tudo correr de forma positiva, a AMUREL, será a segunda Associação do país a firmar este tipo de convênio. Fazendo pedido da palavra o Senhor Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero, manifestou-se dizendo que, em que pese a receita da AMUREL, em contrapartida as despesas, está chegando ao limite e sua Diretoria não tem medido esforços para atender a demanda de projetos solicitados pelos municípios. Mas, alertou quanto a necessidade de reavaliar a necessidade de contratação de pessoal para o setor de engenharia bem como na participação financeira dos municípios, complementando o Senhor Celso Heidemann, narrou que a AMUREL em seu setor de engenharia, possui em seu quadro apenas 03 (três) engenheiros civis para atender toda a demanda da Região e, que para dar agilidade nos atendimentos do referido setor, precisa ao menos de mais 2 (dois) profissionais, sendo 1 (um) engenheiro civil e 1 (um) agrimensor; o Senhor João Olávio Falchetti, Prefeito de Tubarão, manifestando-se acrescentou a

necessidade também de contratação de profissional arquiteto; nessa sequência o Prefeito Manoel Viana de Sousa, Prefeito de Imaruá, informou que o Governo Federal está abrindo edital para novos projetos, portanto, é o momento de fazer o levantamento da real necessidade do setor de engenharia e contratar novos profissionais. Por derradeiro, foi solicitado ao Senhor Celso Heidemann, para levantar o atual percentual de contribuição de cada município associado à AMUREL e, apresentar sugestão de novo valor de contribuição para a AMUREL. O que foi prontamente acatado. c) Correspondência enviada pela Federação Catarinense de Câmaras Dirigentes Lojistas - FCDL/SC: O Diretor Executivo da AMUREL, relatou o recebimento de correspondência encaminhada pela FCDL, e realizou leitura de excerto da mesma, conforme adiante: "...problemas que estão afetando e preocupando diretamente a classe lojista representada pelas câmaras de dirigentes lojistas, são as feiras itinerantes ou eventos comerciais temporários, que causam prejuízos ao comércio dos municípios onde as mesmas são instaladas... Desta forma, os 26º e 27º Distritos da FCDL/SC, que são compostos pelo municípios que fazem parte da Amurel... Vem, encarecidamente, solicitar aos prefeitos de nossa Amurel, os devidos encaminhamentos legais no sentido de "evitar" a instalação destas feiras itinerantes. Desde já, todas as CDLs, bem como a própria FCDL/SC, se colocam à disposição para colaborar e municiar as Prefeituras com modelos ou sugestões das melhores práticas legislativas recentemente criadas em nosso Estado." Concluída a leitura, usou da palavra o Senhor Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero, argumentando que no seu município já foi criada Lei coibindo este tipo de comércio, principalmente a denominada "Feira do Brás", na mesma linha, manifestaram-se os Prefeitos de Tubarão e Imbituba. d) Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS: O Diretor Executivo da AMUREL, sobre o tema apresentou aos Prefeitos, via mídia audiovisual, trabalhos realizados pelo técnico responsável até o ano de 2014, e as metas e o organograma dos trabalhos a serem realizados, em seguida informou que entre os dias 16 de março à 20 de maio do corrente ano, serão realizadas as últimas audiências públicas, relativas ao tema, nos municípios de Laguna, Imbituba e Grão Pará. Por fim, o Senhor Celso, passou a palavra ao Senhor João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão, na condição de Presidente do Consórcio Catarina, que relembrou a todos, que por motivo orçamentário, no ano de 2014, foi dispensado o único profissional integrante do Consórcio Catarina, denominado "coordenador técnico-operacional", ficando dessa forma, saldo remanescente a ser ajustado pelos municípios consorciados, para com o profissional. Portanto, solicitou a todos os Prefeitos integrantes do consórcio que participassem do rateio para pagamento das verbas rescisórias ao citado profissional. Por último, ficou definido que o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, irá levantar o montante devido ao profissional e apresentará o valor do rateio aos Secretários de Finanças de cada município consorciado para o devido aporte financeiro. e) Consultoria Jurídica: O senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito de Imaruá, preocupado com o grande número de demandas judiciais, em face os prefeitos, que não raro transcendem os mandatos, levantou a possibilidade da AMUREL, contratar escritório de advocacia, para prestar consultoria e acompanhar os atuais Prefeitos bem como os Ex-Prefeitos, em suas demandas até o 2º segundo grau de jurisdição; instado a se manifestar, o Dr. Peterson Medeiros de Oliveira, da Assessoria Jurídica da AMUREL, expôs que a AMUREL, é entidade de defesa de interesses dos Municípios, estando, portanto, vedada a defesa de interesses privados dos Prefeitos e Ex-Prefeitos. Contudo, apresentou a possibilidade da criação de associação desvinculada da AMUREL, formada por Prefeitos e Ex-Prefeitos para defesa de seus interesses, mantida com a contribuição financeira de todos os interessados para um fundo comum. f) Homenagem às Irmãs da Divina Providência: no uso da palavra a senhora Ivania May, assistente social da AMUREL, informou que na condição de representante da AMUREL, participou com representantes de outras entidade, de reunião na Câmara de Dirigentes Lojistas de Tubarão, na qual ficou definido

que quando da comemoração dos 110 anos de fundação do Hospital Nossa Senhora da Conceição, que se dará no mês de agosto do corrente ano, será realizado em retribuição aos serviços prestados à comunidade, homenagem às irmãs da Sociedade Divina Providência, até então mantenedoras do HNSC. Dessa forma, solicitou aos Prefeitos autorização para custear as despesas decorrentes de confecção de convites a serem enviados para as entidades e autoridades da Região da AMUREL, AMREC e AMESC. Após discussão os Senhores Prefeitos deliberaram por unanimidade pela aprovação do custeio da confecção dos respectivos convites. g) Cursos e Eventos: retomando a palavra o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, inicialmente relatou que a AMUREL recebeu expediente da Defensoria Pública do Estado de SC, solicitando que a entidade apoiasse a ampliação do número de defensores para o Estado de SC, conforme projeto 175/2014 e o mesmo sinalizou que a AMUREL, com o aval dos Prefeitos, irá manifestar-se a favor da ampliação do número de defensores na nossa região, o qual foi plenamente apoiado pelos presentes. Ato contínuo, informou o que segue: No dia 31 de maio, 6ª edição da Tilápia Fest, em São Ludgero. Nos dias 04 à 07 de junho, ocorrerá a 12ª edição da FEAGRO em Braço do Norte. Nos dias 11, 12, 13 e 14 de maio, Capacitação Plataforma de Compras CidadeCompras; no dia 20 de maio, Capacitação Os conceitos legais e a Forma de Gestão da Dívida Ativa, no dia 10 de junho Capacitação em Qualidades Pessoais, Motivação e o Bom atendimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual, se lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo Senhor Jaison Cardoso de Souza, Presidente da AMUREL.

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata Anterior;
- II. Prestação do segundo bimestre, do exercício de 2015;
- III. Combate à judicialização da saúde e educação;
- IV. Dale Carnegie - Apresentações de alto impacto para prefeitos;
- V. Plano de Mobilidade Urbana;
- VI. Inovação tecnológica na coleta de resíduos urbanos;
- VII. Plano de resíduos sólidos, e planos sobre resíduos da construção civil.
- VIII. Assuntos diversos.

Tubarão, 17 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Presidente da AMUREL  
Prefeito de Imbituba



# Consórcios

## CIMCATARINA

### RESOLUÇÃO Nº 0019\_2015

Resolução n. 0019/2015.

Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 034 de 17 de dezembro de 2014;

#### RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2015, crédito adicional suplementar no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA		
04.122.0001.2.002 – Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0300 (12)	R\$	20.000,00
Total	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta do provável excesso de arrecadação apurado na rubrica abaixo relacionada.

4.1.7.2.3.37.00.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos - 0.1.00.0300	R\$	20.000,00
--	-----	-----------

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de junho de 2015.

ALCIR JOSÉ BODANESE

Prefeito de Rio das Antas

Presidente do CIMCATARINA

## CIS/AMFRI

### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2015

Objeto: CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESOFAGO	03.03.07.004-8	49,50
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESTOMAGO/DUODENO	03.03.07.005-6	47,25
CONSULTA	03.01.01.007-2	50,00
ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	02.09.01.003-7	48,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	02.02.03.028-8	17,16

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CLÍNICA CAMBORIU LTDA ME - CNPJ n. 11.340.856/0001-22.

Data de Assinatura: 18.06.2015.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI